FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 100 ★ Nº 33.224 SEXTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2020 R$ 5,00

Operação de guerra cancela cirurgias e foca casos graves

Sem UTIs para todos, triagem e ampliação da capacidade são prioridade das redes de saúde do país

Os comandos das UTIs (Unidades de Terapia Intensiva) e das redes de saúde no país deflagraram operação de guerra para ampliar o espaço nos hospitais aos pacientes graves que precisem de internação e de equipamentos de ventilação mecânica.

As UTIs e esses aparelhos devem ser o destino de mais de 5% dos infectados pelo coronavírus, segundo estatísticas mundiais. A prioridade é que apenas doentes graves e incapazes de respirar sozinhos ocupem esses leitos, informa **Fernando Canzian**.

Ainda sem ter chegado ao ápice da epidemia, relatos nos hospitais indicam que o Brasil será atingido com extrema gravidade, o que tem provocado muita ansiedade entre as equipes médicas dentro e fora do sistema de tratamento intensivo.

A reorganização, que inclui medidas drásticas como cancelamento em massa de cirurgias não urgentes, tem duas premissas: filtrar doentes nos municípios por meio da atenção básica e elevar a todo custo o total de leitos de hospitais com UTIs.

Outra grande preocupação é a saúde dos 6.500 intensivistas e de milhares de outros profissionais que atuam nessas unidades. Saúde B2

Brasil já tem sete mortes, e número de casos triplica em três dias Saúde B4

ENTREVISTA

Sergio Moro

Governo vai restringir entrada de estrangeiros

O ministro da Justiça antecipou em entrevista à **Folha** que o governo irá restringir a entrada de estrangeiros no país por 30 dias. A lista, publicada à noite no Diário Oficial, inclui aqueles provenientes de China, Japão, Malásia, Coreia do Sul, Austrália, Europa e Reino Unido.

O governo também fechou as fronteiras terrestres por 15 dias, exceção feita ao Uruguai. Saúde B1

Congresso já discute adiar eleições municipais

A incerteza sobre a extensão da pandemia de coronavírus levou congressistas a iniciarem um movimento pelo adiamento das eleições municipais, em outubro. Líderes partidários estudam saída jurídica caso as restrições impostas pela doença durem até as convenções, em julho. Luís Roberto Barroso, que presidirá o TSE a partir de maio, considera o debate prematuro. Poder A4

Consumo de internet fixa sobe 40% em três dias

Mercado 2 p. 5

Saúde planeja ter 2,3 milhões de testes da Covid-19

O Ministério da Saúde planeja adquirir 2,3 milhões de testes para a Covid-19, o equivalente a 1,1% da população do país. O principal desafio é a dificuldade de importar insumos, inclusive para pesquisadores que buscam desenvolver no Brasil opções para detectar infectados. Saúde B6

Número de novos casos reportados por dia

Considerado o mapa de regiões da OMS

Número de mortos na Itália ultrapassa o da China e já é o maior do mundo Saúde B8

Apesar de avanço lento da pandemia, OMS recomenda à África se preparar para o pior Mundo A18

Pacífico oeste: Austrália, China, Coreia do Sul, Filipinas, Japão etc. Sudeste asiático: Coreia do Norte, Índia, Indonésia, Tailândia etc. Outros: Águas internacionais, por exemplo um navio cruzeiro

Nicola Pamplona/Folhapress

LITORAL COÍBE QUARENTENA NA PRAIA

Praia de Icaraí, em Niterói, fechada para banhistas; cidades do litoral de Rio, São Paulo e Santa Catarina tomam medidas para evitar que turistas façam quarentena em suas praias Saúde B5

Marcos Lisboa e Arminio Fraga

Crise demanda solidariedade

A redução de salários proposta pelo governo deveria se limitar à fatia dos 10% mais ricos, incluindo servidores públicos. A gravidade da crise vai requerer esforços de todos. A solidariedade deve começar pelo exemplo da elite. Saúde B7

Miguel Srougi

A pandemia no Brasil e seus pandemônios

Desconfio que áreas imensas da nação serão devastadas pelo coronavírus, que se sentirá à vontade para evoluir num país dirigido por governantes irresponsáveis, desprovidos de compaixão. Opinião A3

Professor titular de Urologia na USP

Saiba o que continuará funcionando em SP

- Farmácias
- Mercados, supermercados e hipermercados
- Padarias, restaurantes e lanchonetes (com espaço de 1 metro entre mesas)
- Feiras livres
- Lojas de conveniência
- Lojas de produtos para animais
- Postos de gasolina e distribuidoras de gás
- Bancas de jornal
- Bancos (pode haver alterações pontuais de horários)
- Prestadores de serviço em geral, como oficinas mecânicas ou lavanderias
- Ônibus, metrô e CPTM
- Detran
- Poupatempo e Procon-SP

Eduardo se desculpa por fala sobre vírus e China, mas Pequim sobe tom A16

CFM libera prática da telemedicina enquanto durar pandemia B3

Mercado venderá álcool em gel sem margem de lucro, afirma Doria B5

OMS tira restrição sobre uso de ibuprofeno a paciente com Covid-19 B9

Doença faz audiência de telejornais crescer na TV aberta e por assinatura C1

Roteiro testa 19 lugares que entregam refeição em domicílio Guia p.6

AUDIÊNCIA/MÊS

PÁGINAS VISTAS 227.287.128
VISITANTES ÚNICOS 39.637.916

ISSN 1414-5723
9 771414 572063 33224

EDITORIAIS A2

Ainda tateando

Sobre medidas destinadas a atenuar crise econômica.

Negócio da China

Acerca de entrevero criado por Eduardo Bolsonaro.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartsman, Heloísa Helvécia, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (*comercial*), Marcelo Machado Gonçalves (*financeiro*) e Eduardo Alcaro (*planejamento e novos negócios*)

Jaguar

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Ainda tateando

Falta ao governo plano abrangente e coeso para enfrentar o impacto econômico do coronavírus

Na pandemia do coronavírus, as autoridades não têm escolha além de impor severas restrições à circulação de pessoas e, ao mesmo tempo, conter os danos decorrentes da paralisia econômica. O governo brasileiro ainda tateia na segunda frente de providências.

Ao menos as primeiras medidas começaram a ser anunciadas nos últimos dias, a partir do necessário entendimento de que o momento exige deixar de lado o controle orçamentário para evitar uma tragédia social. Entretanto ainda se nota a falta de um plano mais abrangente, ambicioso e coeso.

Se a ideia de transferir renda diretamente a trabalhadores informais mostra objetivos corretos, por exemplo, carece de foco a decisão de permitir a redução em até 50% de jornadas de trabalho e salários —de modo a, em tese, preservar empregos formais.

O fundamental agora é socorrer os estratos mais vulneráveis da população, o que necessariamente demandará expressivo gasto público, e evitar uma onda de falências, por meio, por exemplo, de alívio tributário e oferta de crédito.

Mudar contratos de trabalho a esta altura ameaça criar um tumulto político contraproducente, mesmo com a intenção anunciada de complementar a renda de parte dos trabalhadores atingidos.

Também se perceberam sinais de alheamento no corte de juros promovido pelo Banco Central na quarta-feira (18). A queda da Selic, de 4,25% para 3,75%, pode ser considerada tímida no atual contexto.

Afinal, o americano Fed e outras autoridades monetárias do mundo já baixaram suas taxas a zero e buscam garantir que os mercados não colapsem por falta de liquidez.

O comunicado em que o BC brasileiro justifica sua decisão soa ainda mais anacrônico, ao manter quase intacto o léxico de documentos anteriores. Repetem-se a preocupação com o andamento das reformas e as tradicionais projeções de inflação, como se a conjuntura política e econômica não tivesse sofrido uma reviravolta.

Não se recomenda, evidentemente, abandonar a prudência, mas reconhecer que o país está diante de risco gravíssimo de recessão —enquanto nem mesmo conseguimos retomar o patamar de Produto Interno Bruto anterior à profunda retração de 2014-16.

Estimativas para o PIB deste 2020 já caem abaixo de zero e, se o restante do mundo for um parâmetro, não se pode descartar a possibilidade de uma queda significativa.

O BC, que dispõe de outros instrumentos além da taxa de juros, pode fazer mais do que apresentou até agora. A política monetária decerto não será capaz de resolver a crise, mas cumpre indicar a disposição de agir com vigor para evitar os piores cenários.

Negócio da China

Eduardo Bolsonaro fomenta tensão diplomática enquanto se necessita de cooperação global

Entre as coisas de que o Brasil menos precisa neste momento de crise e incerteza é um entrevero com nosso maior parceiro comercial. Foi exatamente o que logrou produzir o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), ao veicular mensagens responsabilizando a China pela pandemia da Covid-19.

Na quarta (18), o parlamentar, filho do presidente da República e presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, endossou a acusação de que a culpa pela disseminação global do novo coronavírus pertence ao Partido Comunista Chinês, comparando o caso ao acidente nuclear de Tchernóbil, ocorrido em 1986.

No dia seguinte, tentou dar nova interpretação a suas palavras, mas o problema já estava criado.

A resposta à fanfarronice foi drástica. Em tom de agressividade inusual na linguagem diplomática, o embaixador do país asiático declarou que as falas do deputado "são um insulto maléfico contra a China e o povo chinês", que vai ferir a relação amistosa entre os dois países.

O vice-presidente, Hamilton Mourão, buscou aplacar o mal-estar afirmando que as declarações de um deputado não refletem a opinião do governo. Na contramão desse esforço, e certamente em busca de agradar ao chefe, o chanceler Ernesto Araújo divulgou nota em que pediu a retratação do embaixador chinês.

Publicadas no mesmo dia em que Jair Bolsonaro enfrentou protestos em diversas cidades do país, as mensagens do filho parecem ter o objetivo de excitar a militância bolsonarista das redes sociais, mirando um alvo também da predileção do americano Donald Trump.

Não que inexistam motivos para criticar o comportamento da China desde o surgimento do novo vírus. Parece claro que a ditadura agiu, no mínimo, de forma negligente nas primeiras semanas do surto, minimizando a importância da infecção e calando profissionais de saúde que alertavam para os perigos da doença.

Hoje, contudo, tendo controlado a epidemia, o país adquiriu um papel proeminente no auxílio a outras nações assoladas pela enfermidade —numa atitude em que não faltam pretensões geopolíticas.

Ao se comportar como parlamentar nanico, Eduardo Bolsonaro não só atrapalha uma parceria que proporcionou US$ 65 bilhões em exportações no ano passado como indispõe o Brasil com o governo chinês numa hora em que se necessita de cooperação global.

Epidemia ou fiasco do século?

Hélio Schwartsman

SÃO PAULO John Ioannidis é um epidemiologista de primeira, acostumado a nadar contra a corrente. O "paper" em que mostrou que a maioria das conclusões de artigos científicos está errada se tornou um clássico instantâneo.

Ioannidis acaba de publicar outro texto polêmico, agora sobre a Covid-19. Ele diz que podemos tanto estar diante da maior pandemia como do maior fiasco científico do século. Não temos informação suficiente para julgar.

Sabemos que o número de pessoas que foram infectadas está subestimado, mas não temos ideia da escala. Pode ser por um fator 3 ou 300 —e isso faz toda a diferença, não apenas para o cálculo de taxas realistas de letalidade e de complicações.

A estratégia de enfrentar a epidemia com medidas duras de isolamento social faz todo o sentido se a virtual paralisação das atividades for por um período relativamente breve. Se paramos por dois ou três meses e o vírus sai de circulação ou a população já foi tão exposta ao contágio que a imunidade de rebanho aparece, vencemos. Mas, se isso não acontece, manter as curvas epidemiológicas achatadas para proteger os sistemas de saúde pode exigir vários meses ou anos de "shutdown". Aí o remédio pode ter consequências piores do que a doença.

Acho que Ioannidis errou no tom do artigo. Um de seus argumentos é o de que a taxa real de letalidade da Covid-19 pode não ser maior do que a da influenza sazonal. Mas basta olhar para a Itália para ver que não estamos diante de uma gripe comum. A forma como as pessoas morrem faz diferença para a sociedade. Congestionamento de cadáveres é algo que não toleramos.

O autor, porém, tem razão em cobrar dados melhores, até porque são em tese fáceis de obter, com a realização de testes aleatórios (e não só em doentes) em amostras representativas da população dos países onde a epidemia está mais madura.

Em guerras, quase sempre vence quem tem as melhores informações.

helio@uol.com.br

Além do golden shower

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Pouco depois do primeiro panelaço contra Dilma Rousseff, em março de 2015, o Datafolha perguntou a opinião da população sobre a presidente. A petista sofreu um tombo considerável. De cada três brasileiros que, no mês anterior, consideravam o governo ótimo, bom ou regular, um mudou de ideia.

Dilma já havia perdido apoio na classe média e entre os mais ricos na virada para o segundo mandato. A pesquisa mostrou que esse derretimento chegou aos mais pobres depois do tarifaço que elevou as contas de luz e o preço dos combustíveis.

Com o fracasso gerencial da crise do coronavírus, Jair Bolsonaro também começou a ouvir panelas, mas o grande risco para sua popularidade está incubado. Os efeitos mais graves da paralisação da economia serão sentidos ao longo nas próximas semanas. Por enquanto, é possível enxergar sinais do mau humor.

A insatisfação atingiu empresários que, há poucos dias, apoiavam com entusiasmo os protestos contra o Congresso apadrinhados por Bolsonaro. Eles perceberam, enfim, que o presidente é despreparado para enfrentar uma crise na saúde com efeitos econômicos catastróficos.

O panelaço em regiões onde Bolsonaro venceu o PT por margens amplas é um sintoma adicional e prematuro dessa indignação. O grande teste do governo será a resposta ao colapso que vai atingir todos os andares da pirâmide social.

Bolsonaro venceu a disputa de 2018 porque expandiu seu eleitorado: das franjas que se identificavam com o discurso extremista para alas mais moderadas. O presidente teve a oportunidade de explorar a crise atual, gerada por fatores externos, para consolidar o apoio desse segundo grupo. Preferiu, entretanto, manter o comportamento radical.

Nesses quase 15 meses de mandato, muitos eleitores podem ter hesitado, mas continuaram ao lado do presidente porque não ligavam para os alertas de risco à democracia, declarações insensatas e polêmicas indecentes. Agora, no entanto, o país passou do ponto do golden shower.

Dilema na grande gripe

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO O acaso gerou um dilema na **Folha** de quarta última (18). Neste espaço, escrevi sobre a gripe espanhola, que, entre setembro e novembro de 1918, matou cerca de 50 milhões de pessoas no mundo. E aproveitei para esclarecer que o presidente Rodrigues Alves (1848-1919) não foi uma de suas vítimas. No mesmo caderno, o leitor se deliciou com a coluna de Elio Gaspari, em que ele simula uma carta de Rodrigues Alves a Jair Bolsonaro e, em certo momento, faz Alves dizer: "Eu deveria ter voltado à Presidência em 1918, mas peguei a gripe espanhola e morri". E agora?

Leitores escreveram perguntando quem tinha razão. Alguns tomaram partido por uma ou outra versão. Afinal, segundo as enciclopédias e wiki idem, Rodrigues Alves morreu da gripe. Mas ouso discrepar.

Em 1916, Alves era governador de São Paulo quando a recorrência de um beribéri obrigou-o a passar o cargo para seu vice, o advogado Carlos Augusto Pereira Guimarães. Alves sabia de seu estado e já antevia o fim da carreira política, mas foi convencido por seu partido, o PRP (Partido Republicano Paulista), a disputar a Presidência. Elegeu-se em 1º de março de 1918 e preparou-se para a posse em 15 de novembro.

Seus problemas renais, respiratórios, gastrointestinais, musculares e de memória, consequências do beribéri, se agravaram durante o ano. Às vésperas da posse, muito debilitado, transferiu-a para seu vice, Delfim Moreira. Àquela altura, a espanhola já estava indo embora do Rio. Mas Alves contraiu uma gripe benigna, que piorou sua condição. Morreu em 19 de janeiro de 1919, quando a espanhola já desaparecera e a cidade, rediviva, se atirava freneticamente ao Carnaval.

Significa que tanto eu como Elio estávamos certos. Elio fez Alves dizer: "Peguei a espanhola e morri". Não disse que ele morreu DA espanhola. A espanhola matava em quatro dias —e Alves levou um ano para morrer.

Educação e coronavírus

Claudia Costin

Diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais, da FGV. Escreve às sextas

O mundo, que já andava estranho, parece ter se transformado em um filme de ficção científica distópica. A habitual polarização das redes sociais se aqueceu, com mais teorias conspiratórias, conflitos ocorrendo mesmo dentro do mesmo campo político, inclusive sobre se o coronavírus seria uma manobra ardilosa para evitar o sucesso pleno das manifestações contra o Congresso. Para piorar, vivemos agora um triste confinamento em casa.

Terminado esse período de restrições e de uso intensivo de comunicação virtual, no entanto, precisaremos olhar de frente nossos desafios mais persistentes, entre eles o da educação. Como demonstra o Relatório Anual de Acompanhamento do Educação Já, divulgado na semana passada, ainda temos problemas de acesso à escola, especialmente entre os jovens de 15 a 17 anos. Mas, de acordo com o texto, o principal problema é o de aprendizagem, sobretudo, no ensino médio. Apenas 29,1% saem do 3º ano com aprendizagem adequada em português e 9,1% em matemática. Os resultados do Pisa apenas confirmam esses dados, colocando-nos entre os últimos lugares no ranking internacional.

Nesse contexto, é preocupante o cenário pós-coronavírus nas escolas. Se a aprendizagem hoje é tão insuficiente, como irá ficar com poucos dias de aula neste ano? Nesse sentido, foi oportuna a sugestão de criação de um comitê operativo de emergência pelo MEC, envolvendo o Consed (Conselho de Secretários de Educação) e a Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação), para coordenar a ação nas escolas e analisar a possibilidade de educação a distância, mais recentemente denominada de aprendizagem remota.

Vários países afetados estão trabalhando nessa direção. Participei no sábado (14) de uma interessante discussão virtual, coordenada a partir da Austrália, em que educadores compartilharam suas estratégias de continuidade da aprendizagem em contexto de crise.

O Unicef também acumulou um grande aprendizado nesse sentido, com educação por rádio de crianças e jovens em campos de refugiados e de meninas privadas de acesso a escolas no Afeganistão.

Mas algo já começa a se esboçar por aqui também. A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo saiu na frente e propôs um aplicativo que pode ser usado pelos alunos em casa, com eventual apoio de empresas de telecomunicações. Alguns municípios prepararam cadernos em papel com tarefas que possam ser feitas em casa durante a suspensão das aulas.

O que não podemos é relaxar com o processo de transformação da educação brasileira. Temos um país para construir, e nem o coronavírus, nem o obscurantismo devem impedir que isso ocorra.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Coronavírus no Brasil: a pandemia e os pandemônios

Sinto uma aflição insuportável com o que poderá acontecer no país

Miguel Srougi
Professor titular de Urologia da Faculdade de Medicina da USP, pós-graduado em urologia pela Universidade Harvard e presidente do conselho do Instituto 'Criança é Vida'

Se havia alguma dúvida, ela não existe mais. Dentro de três semanas muitos brasileiros que hoje perambulam suavemente pelas nossas ruas morrerão pelo novo coronavírus. Isso ocorrerá junto com o crescimento inescapável e exponencial da transmissão do vírus por toda a nação.

Para aqueles que ainda julgam que a pandemia é mera "fantasia, alimentada pela grande mídia", sugiro uma visita às notícias que nossas telinhas insistem em nos expor impiedosamente.

Em primeiro lugar, foi reconhecida uma assustadora capacidade de disseminação da Covid-19. De acordo com a Universidade de Sheffield, na Inglaterra, cada paciente infectado transmite o vírus para mais de oito contatos — e não apenas dois ou três, como inicialmente imaginado.

Isso explica porque em fevereiro, quando a pandemia se espraiou pelo mundo, o número total de casos registrados saltou de 100 para cerca de 40 mil em menos de um mês. Como consequência, morreram até o momento mais de 7.000 adultos em cerca de 50 países. Desastre que não poupará os brasileiros nas próximas semanas que, além do risco de ter vida ceifada, perderão postos de trabalho, afundarão no caos social decorrente e padecerão com o colapso iminente da economia da nação, de profundidade e duração imprevisíveis.

Não bastasse isso, a OMS reconheceu a existência de uma pandemia, e não simples epidemia pelo coronavírus, situação tenebrosa na qual uma infecção dissemina-se pelo planeta e não pode mais ser eliminada, mas apenas atenuada na sua abrangência e gravidade.

Inquietas com a ameaça emergente e sem ainda contar com vacinas redentoras, autoridades sanitárias ao redor do mundo passaram a implementar medidas para controlar a pandemia. Numa primeira intervenção, disseminaram campanhas de informação e regras de comportamento, como o distanciamento social (afastamento físico, proibição de aglomerações, identificação e isolamento dos pacientes infectados) e de higiene pessoal (máscaras, desinfecção do corpo). Logo se percebeu que essas ações retardavam a transmissão do vírus, mas eram incapazes de abolir a explosão da Covid-19.

Outros países, apoiados por experiências passadas, foram além e instituíram a estratégia reconhecida como "lockdown" — ações radicais nas quais as cidades são totalmente bloqueadas. Impõe-se quarentena compulsória para todos os cidadãos, proíbem-se reuniões ou eventos de quaisquer natureza e escolas, lojas e empresas são fechadas, permanecendo abertas apenas farmácias, mercearias e serviços de saúde. Adotando essa tática e disponibilizando aos infectados elevado número de leitos hospitalares, a cidade de Wuhan, na China, e países como Hong Kong, Cingapura e Japão reduziram drasticamente o crescimento espiral e a letalidade da enfermidade quando foram atingidos.

> [...]
> Desconfio que áreas imensas da nação serão devastadas pelo novo coronavírus, que se sentirá à vontade para evoluir num país esfrangalhado pela desigualdade e pelo abandono. (...) Pior ainda, dirigidos por governantes irresponsáveis, desprovidos de compaixão

Apesar dessas observações alentadoras, sinto uma aflição insuportável quando imagino o que poderá acontecer com o Brasil logo mais. Apesar de contar com autoridades de saúde decentes, competentes e comprometidas, desconfio que áreas imensas da nação serão devastadas pelo novo coronavírus, que se sentirá à vontade para evoluir num país esfrangalhado pela desigualdade e pelo abandono, habitado por uma multidão de pessoas boas e resignadas, sem condições de expressar indignação ou usufruir dos seus direitos. Pior ainda, dirigidos por governantes irresponsáveis, desprovidos de compaixão e incapazes de prover dignidade à existência humana.

Enfim, autoridades que não compreendem que suas posições só foram obtidas por deferência da nação brasileira, que colocou com fé e esperança o seu destino em suas mãos. Lembrando Chico, para terminar a infinita aflição.

Nossas desigualdades são vergonhosas, inconstitucionais, estúpidas e matam

Ou redistribuímos renda ou conviveremos com vergonhosos indicadores

Oded Grajew
Presidente do Conselho Deliberativo da Oxfam Brasil, presidente emérito do Instituto Ethos e conselheiro da Rede Nossa São Paulo e do programa Cidades Sustentáveis

Os princípios da nossa Constituição, no artigo 3º, determinam que faz parte dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais".

Que resultados alcançamos a partir desse mandamento? O Brasil se constituiu num dos campeões mundiais de desigualdade social, econômica, racial, de gênero e territorial. Cerca de 5% da população mais rica aufere 95% da renda nacional. Apenas 0,1% dos brasileiros mais ricos possuem 48% da riqueza do país. Negros ganham 57% do que ganham os brancos, e mulheres recebem 62% do que recebem os homens. Em São Paulo, a idade média de morte de quem mora em distrito rico é de 79 anos — e de 54 anos para quem mora no distrito mais pobre.

Todo começo de ano ficamos frustrados com o resultado do PIB, mas a maioria dos economistas e o governo nos acalmam, garantindo que o resultado do próximo ano será bem melhor. Para o PIB crescer, as vendas dos diversos setores da nossa economia deveriam aumentar. As pessoas precisariam comprar mais produtos, bens e serviços. Mas teria a maioria da população brasileira renda suficiente para isso? São 45 milhões de brasileiros pobres, que ganham menos de US$ 5 por dia. A média dos rendimentos da metade mais pobre da população é de R$ 820 por mês.

O Brasil, quinto país do mundo em termos de população, em vez de criar um grande e robusto mercado interno capaz de impulsionar de forma sustentável o crescimento econômico, produziu políticas concentradoras de renda, deixando a imensa maioria da população no limite da sobrevivência. Além de contrariar a Constituição e serem eticamente condenáveis do ponto de vista econômico, tais políticas são totalmente estúpidas. Henry Ford, em 1914, quando questionado porque pagava salários acima do mercado para os seus funcionários, dizia que queria que as pessoas tivessem recursos suficientes para poder comprar seus carros.

A discussão em torno da reforma tributária é um exemplo dessa miopia econômica. Nosso sistema é regressivo, drena recursos dos pobres (que são a maioria da população e dos consumidores) para os ricos. Os 10% mais pobres gastam 32% de sua renda em tributos, enquanto os 10% mais ricos gastam apenas 21%. Foi por isso que a Fenafisco, com o apoio da Oxfam Brasil, entrou no STF com uma ação que solicita o reconhecimento da inconstitucionalidade do sistema e determine ao governo e ao Congresso Nacional que elaborem uma reforma que seja constitucional, isto é, que seja progressiva, que sirva para reduzir as desigualdades.

> [...]
> Pobres serão as maiores vítimas do coronavírus: geralmente, não podem fazer o trabalho domiciliar, vivem em precárias e lotadas habitações e utilizam maciçamente um transporte público normalmente superlotado

Infelizmente, até o momento, a maioria das propostas que circulam no Congresso Nacional visam apenas a simplificação do sistema, preservando sua regressividade. São inconstitucionais, alimentam as desigualdades e inibem o poder de consumo da maioria da população.

Não posso deixar de mencionar que serão os pobres as maiores vítimas do coronavírus: geralmente, não podem fazer o trabalho domiciliar, vivem em precárias e lotadas habitações e utilizam maciçamente um transporte público normalmente superlotado.

Ou redistribuímos a nossa renda e riqueza e nos tornamos um país justo e próspero, ou continuaremos a conviver com vergonhosos indicadores sociais e nos iludir com falsas promessas de desenvolvimento.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Meditação
Sugiro começar o Painel do Leitor desta sexta (20/3) com o trecho do artigo de Marcelo Coelho na Ilustrada (18/3): "O segredo é tornar qualquer coisa objeto de meditação".
Maria Elza Sigrist (Campinas, SP)

Impeachment
Nós, brasileiros, somos um povo imediatista e autoritário, adjetivos pouco condizentes com a democracia. Elegemos Bolsonaro ainda outro dia e agora clamamos por seu impedimento? Fizemos a mesma coisa com Dilma. O governante legitimamente eleito pelo voto não pode ser escorraçado do poder simplesmente por um desejo pueril. Se somos inconstantes, então que se instale o parlamentarismo. PS: não votei em Dilma tampouco em Bolsonaro.
Mário Sérgio Guidio Salzstein (São Paulo, SP)

*

Parabéns à colunista Mariliz Pereira Jorge pela excelente opinião ("Acabou, Bolsonaro", 19/3). Acabou de vez o que já havia terminado faz tempo.
Luiz Henrique Soares Novaes (Santos, SP)

*

Mariliz Pereira Jorge termina seu sofrível texto com "acabou seu sossego, Bolsonaro". Estimula assim o espezinhamento de um bombeiro em seu trabalho de apagar um incêndio e presta um desserviço ao país. A colunista também está na enrascada da pandemia. E também terá o seu sossego acabado.
Ricardo Cohen (São Paulo, SP)

*

A vida é feita de oportunidades — também na política. O mesmo deputado medíocre, que conseguiu aproveitar uma oportunidade única e inacreditável de se tornar presidente (sim, porque quem apostaria que alguém tão despreparado acabaria por liderar a nação?), perdeu, de maneira também inacreditável, a oportunidade de dar a volta por cima e se firmar como líder diante de um inimigo externo ameaçador, condição que costuma unir as sociedades, mesmo as mais fragmentadas. Preferiu apostar no obscurantismo e na ignorância. Vai sair muito menor do que entrou.
Murilo Nahas Batista (Penápolis, SP)

Eduardo Bolsonaro
Pai e filho são iguaizinhos: daqui a pouco, Eduardo Bolsonaro vai se desculpar ou dizer que suas palavras foram tiradas do contexto blá-blá-blá ("Embaixada da China reage a acusações de Eduardo Bolsonaro sobre coronavírus", Mundo, 18/3).
Marly Pigaiani Leite (Ubatuba, SP)

*

O embaixador faz o papel dele, mas, desta vez, Eduardo Bolsonaro disse o que todos sabem ("Embaixada da China reage a acusações de Eduardo Bolsonaro sobre coronavírus", Mundo, 18/3). O sistema político fechado da China ajudou a potencializar a pandemia. Se houvesse imprensa livre, como temos aqui, seria bem mais difícil manter o surto inicial em segredo.
José Cardoso (Rio de Janeiro, RJ)

*

A única coisa que é inaceitável é o ministro das Relações Exteriores apoiar as declarações do Eduardo Bolsonaro ("É inaceitável que embaixador da China endosse ofensa a chefe de Estado do Brasil, diz Ernesto", Mundo, 19/3). Ainda mais nesse momento que estamos vivendo. Se há algum país que pode nos ajudar nesta pandemia é a China, sem contar que a China é um dos principais parceiros comerciais do Brasil. "Parabéns", Itamaraty. Assim vamos longe... para o buraco econômico e diplomático.
Cecília Gomes (São Paulo, SP)

Coronavírus
A charge de Benett desta quinta-feira (19) é muito boa. Só que comete uma injustiça com o Recruta Zero. O simpático personagem de Mort Walker é um pouco folgado e indisciplinado. Mas só isso.
Clayton Luiz Camargo (Curitiba, PR)

*

Em meio a tanta notícia ruim sobre a Covid-19, eis que surge uma luz no fim do túnel: a cooperação entre israelenses e palestinos ("Combate à Covid-19 sela cooperação entre Israel e Palestina", Mundo, 18/3). Mostra que a paz na região é um sonho possível de ser realizado.
Ari Wigierski Yoles (São Paulo, SP)

*

É triste para os ministros, envolvidos em um trabalho sério, ter um chefe preocupado apenas com o seu poder e exigindo de toda a sua equipe demonstrações, falsas e errôneas, de seu envolvimento com o maior problema do país. E qualquer um que tenha lido as orientações de médicos sabe que as máscaras não devem ser usadas como a usou Bolsonaro.
Joel Fernando Antunes de Siqueira (São Paulo, SP)

*

Parabéns à **Folha** e às demais mídias pela excelente cobertura sobre a pandemia de coronavírus, principalmente com as orientações em relação a procedimentos com a doença. Tenho certeza de que está ajudando para que essa pandemia não atinja níveis alcançados em outros países!
Francisco Stanguini (São Caetano do Sul, SP)

Panelaço
Os medíocres bolsonaristas dividem o mundo entre petistas e eles. Mal conseguem entender que existem outras formas de pensar e que existe vida fora dessas duas linhas de pensamento. Mas elas existem, sim, e irão se manifestar nas urnas, expurgando da política essas duas políticas extremistas e autoritárias. Fora, Lula! Fora, Bolsonaros!
Rinaldo Bastos Vieira Filho (Belo Horizonte, MG)

*

É evidente que temos um inescrupuloso no Planalto e que o Congresso, o Supremo Tribunal Federal, o ministro da Saúde e governadores estão se apropriando do rumo do país ("Panelaço anti-Bolsonaro ganha ar de Carnaval em CEP da esquerda em SP", Poder, 18/3). Cabe agora refletir sobre nossos reais problemas: o modelo republicano que está sendo derretido, a economia que segue uma orientação ultrapassada, fonte geradora de mais pobreza e mais calamidades públicas. Espero que a **Folha** discuta a economia sob todos os ângulos, não apenas pela cartilha do mercado financeiro.
Alessandro Santos (Brasília, DF)

*

Sou de centro. A direita não aceitou a derrota e não deixou Dilma governar desde que ela venceu Aécio por margem mínima. Agora, como "troco", a esquerda não deixa Bolsonaro governar. Quanto aos panelaços, Dilma sofreu sozinha, com atitude de presidente, enquanto Bolsonaro, como uma criança birrenta, convoca seus simpatizantes para também fazer panelaço, quando deveria estar preocupado em tomar sérias medidas contra a pandemia.
Roberto Fonseca de Mello (Belo Horizonte, MG)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

MUNDO (18.MAR., PÁG. 22) Diferentemente do afirmado em parte dos exemplares no texto "Biden mantém bons resultados e vence prévias em dois estados", Chicago não é a capital de Illinois, e sim a maior cidade do estado. A capital é Springfield.

PAINEL

Camila Mattoso
painel@grupofolha.com.br

Circuito fechado

Governadores de pelo menos sete estados decidiram, por meios próprios, tomar medidas de isolamento no enfrentamento ao coronavírus. O movimento é para impedir ou dificultar a entrada de pessoas que venham de lugares em que a transmissão já se alastrou. A Bahia foi à Justiça para conseguir fazer uma barreira sanitária de viajantes de São Paulo e Rio, o Maranhão também vai entrar com ação judicial e Goiás pretende fechar aeroportos, o que dependeria de aval da União.

PEDI PARA PARAR Ronaldo Caiado (DEM-GO) pediu o fechamento dos aeroportos ao ministro Tarcísio de Freitas (Infraestrutura). Como não foi atendido, estuda interditar terminais e também as rodoviárias por conta própria. Para o ministério, a medida poderia atrapalhar o trânsito justamente de remédios.

CANCELA Rio Grande do Sul, Ceará, Piauí, Maranhão e Rio de Janeiro ampliaram controles nas fronteiras. O governador gaúcho, Eduardo Leite (PSDB), baixou decreto proibindo a entrada de ônibus de outros estados, além de cultos religiosos com mais de 30 pessoas. Ceará proibiu a circulação também dentro do estado.

DE OLHO No Piauí, Wellington Dias (PT) determinou que todos os visitantes entrem em quarentena de sete dias, evitando contato com idosos e pessoas dos grupos de risco.

PELOS DEDOS "Ampliamos o isolamento social e limitamos até eventos particulares, como festas de aniversário. Mas não adianta fazer tudo isso sem o controle de outros estados e outros países. Se não, é enxugar gelo", afirmou Dias ao Painel.

SOS A Bahia só conseguiu começar a inspeção de visitantes com autorização da Justiça Federal. Na decisão, o juiz Eduardo Carqueija afirmou que a proliferação do coronavírus está sendo arrasadora para os sistemas de saúde e que "sem a adoção das cautelas necessárias, o que se avizinha é um verdadeiro desastre".

TAMO JUNTO Na falta de uma coordenação nacional, os governadores do Nordeste farão reunião virtual nesta sexta (20) para padronizar as suas ações.

POR CINCO A Advocacia-Geral da União fez um chamamento interno para selecionar voluntários dispostos a trabalhar excepcionalmente para o Ministério da Saúde em tempos de coronavírus. Eram três vagas, apareceram 15 candidatos.

FIADO A Secretaria de Comunicação do governo Bolsonaro está tentando veicular campanha de conscientização e contra fake news no enfrentamento à crise do coronavírus. Mas há um problema: não há dinheiro para as ações.

CAMARADAGEM O plano das agências que cuidam da Secom é conseguir publicar as peças pro bono, ou seja, sem pagar pelo espaço. Com o lema "juntos somos mais fortes", a campanha foi desenvolvida há cerca de duas semanas, quando o presidente ainda chamava a crise com a doença de histeria.

JANELAÇO A gestão Bruno Covas (PSDB) vai lançar um programa para financiar apresentações de artistas em suas janelas em São Paulo. As performances também deverão ser gravadas ou transmitidas para gerar conteúdo on-line.

BELLA CIAO A prefeitura destinará R$ 10 milhões para o projeto, que é inspirado nas cantorias que os italianos têm feito em suas sacadas durante a pandemia.

AFASTA DE MIM Depois da confirmação de que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), contraiu coronavírus, ministros do Supremo que estiveram com ele decidiram adotar uma espécie de quarentena. Além de Dias Toffoli, Luiz Fux, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia também tomaram a medida.

CUIDADO O senador esteve no STF na última segunda (16), quando foi feita uma reunião em uma sala ampla, mas fechada. O ministro Gilmar não estava no encontro, mas esteve com Alcolumbre em outros compromissos.

NA COLA A partir desta sexta (20), o Departamento Penitenciário Nacional vai passar a divulgar um painel de monitoramento dos presídios, por causa da crise do coronavírus. As visitas foram suspensas em diversos estados. A decisão já gerou rebelião no litoral de São Paulo.

TIROTEIO

> A irresponsabilidade desse cérebro confuso contribui para malbaratar o patrimônio diplomático do Brasil

De Aloysio Nunes (PSDB-SP), ex-ministro das Relações Exteriores, sobre a crise diplomática com a China criada por Eduardo Bolsonaro

com Mariana Carneiro e Guilherme Seto

BOLSONARO VOLTA A CONTRARIAR INDICAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE
Em live nesta quinta (19), o presidente disse que irá comemorar seu aniversário, no sábado (21), só com a primeira-dama, Michelle, sua filha caçula e a enteada; na terça (17), havia afirmado que faria uma 'festinha tradicional'. Bolsonaro apareceu no vídeo com máscara, contrariando recomendação de agentes sanitários, e não manteve a distância recomendada da intérprete de Libras que o acompanhou Jair Bolsonaro no Facebook

Congresso discute adiar eleições municipais por causa do coronavírus

Incerteza sobre duração da crise gera temor sobre calendário do pleito de 2020; para ministro que presidirá TSE, é cedo para cogitar mudança

BRASÍLIA A crise provocada pelo coronavírus e a incerteza sobre a extensão e a duração da pandemia levaram congressistas a iniciar um movimento em defesa do adiamento das eleições municipais previstas para outubro de 2020.

Estimativas do Ministério da Saúde apontam para aumento dos casos entre abril e junho. A situação só se estabilizaria a partir de julho.

O cenário traçado pelo ministro Luiz Henrique Mandetta (Saúde) causou preocupação entre líderes de partidos na Câmara e de congressistas, que temem impacto nas campanhas eleitorais. Elas estão previstas para começar apenas no dia 16 de agosto, mas até lá parte do calendário eleitoral pode ser afetado.

Na terça-feira (17), alguns dirigentes partidários, entre eles o presidente nacional do Solidariedade, Paulinho da Força (SP), debateram a necessidade de achar uma saída jurídica para o caso de a crise se estender até o início das campanhas.

De acordo com o dirigente, se até julho vigorar ainda a restrição para realização de eventos, as convenções partidárias estariam inviabilizadas. Pela lei eleitoral, o prazo para escolha dos candidatos é de 20 de julho até 5 de agosto.

"É uma avaliação antecipada, mas que tem de estar no nosso radar. Terça abrimos a discussão para saber o que é preciso juridicamente", disse.

Uma das recomendações do ministério é evitar contato e aglomerações. Isso afetaria também um dos mais tradicionais recursos políticos, o corpo a corpo com eleitores.

O líder do PL, Wellington Roberto (PB), compartilha da preocupação de Paulinho.

"Todas as agendas que a gente tinha nos estados foram canceladas por causa da concentração popular. O meu temor é que não se consiga realizar os eventos a tempo nem mesmo das convenções partidárias no prazo da lei", diz.

Antes que fiquem sem tempo hábil para contornar a situação e cientes de que a lei eleitoral proíbe qualquer mudança de procedimento um ano antes do pleito, congressistas passaram a se articular para verificar a possibilidade legal de adiamento das eleições municipais.

Alguns deles, como o líder do Podemos na Câmara, deputado Léo Moraes (RO), já iniciaram consultas ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Moraes afirmou que a ideia inicial era unificar, em uma PEC (proposta de emenda à Constituição), as eleições municipais de outubro deste ano com as eleições gerais de 2022.

"Mas isso acabaria protelando por dois anos, sem previsão legal, mandatos de vereadores e prefeitos, alguns deles ruins", disse.

Seria necessário também aguardar que o STF (Supremo Tribunal Federal) julgasse uma eventual ação declaratória de constitucionalidade, o que enfraqueceria ainda mais a possibilidade de adiamento do pleito.

Em meio a esse impasse, Moraes decidiu protocolar uma consulta ao TSE para pedir que a eleição seja adiada por dois meses e realizada em dezembro. O tribunal deve responder em sete dias.

"Com a projeção de quatro a seis meses de crise, não teríamos tempo apropriado para fazer a pré-campanha, campanha e a eleição", afirmou.

Apesar da discussão na Câmara, um possível adiamento do pleito não está em discussão na cúpula do Senado.

Pessoas ouvidas pela **Folha** relataram que o tema não foi levado ao presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Ele está em isolamento desde que recebeu resultado positivo para teste do novo coronavírus, na quarta-feira (18).

O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), disse que vê como prematura a discussão e que isso poderia levar a uma desaprovação da sociedade. "Acho que é muito prematuro ainda. Vamos aguardar pelo menos mais 15 dias", disse à **Folha**.

O senador, que comanda a maior bancada da Casa, disse não ter ouvido ainda discussão sobre o tema e não vê, neste momento, impacto da crise no calendário eleitoral.

O TSE sinalizou nesta quinta (19) que não deve, por enquanto, mudar o calendário eleitoral. Por unanimidade, o plenário da corte afirmou que não é possível alterar a data-limite para filiação a um partido político mesmo por causa da crise do coronavírus.

A decisão da corte foi em resposta a um questionamento enviado pelo deputado Glaustin Fokus (PSC-GO), que pediu um adiamento do prazo em razão da pandemia.

O ministro do STF Luís Roberto Barroso, que presidirá o TSE a partir de maio, disse que está cedo para discutir mudanças nas eleições. "Estamos em março. As eleições serão em outubro. Não há razão para se cogitar do seu adiamento. A renovação dos mandatos políticos é um dos ritos mais importantes da democracia e da República. Ninguém gostaria de deixar de observá-lo. Tenho confiança de que até lá a pandemia já terá sido controlada."

A realização de eleições no primeiro domingo de outubro está prevista tanto na Constituição Federal quanto na lei de número 9.504, de 1997.

A Constituição prevê ainda o prazo de mandato fixado para cada cargo.

Por isso, na visão do advogado eleitoral e ex-ministro do TSE Henrique Neves, seria necessário aprovar uma emenda à Constituição, e não apenas uma lei ordinária, para modificar a data. Outro impeditivo, na visão dele, seria se a mudança implicasse em postergação de mandato.

De acordo com membros da Procuradoria-Geral Eleitoral e do próprio TSE, qualquer modificação esbarra na obrigatoriedade de que as regras das eleições sejam alteradas até um ano antes do pleito.

Se na consulta o TSE informar que é possível fazer um adiamento sem violar a lei eleitoral, os congressistas dariam início à segunda etapa, que é verificar o melhor instrumento para a mudança.

"Aí teria de fazer discussão entre os Poderes, ver o caminho com menos ruído. Pode ser por PEC, dependendo da redação", afirmou Moraes.

Na avaliação de ex-integrantes do TSE, o estado de calamidade decretado pelo governo e o avanço da crise justificariam soluções jurídicas para situações excepcionais, como a eventual necessidade de adiar em alguns meses as eleições.

Nos bastidores, tanto técnicos como ministros do tribunal expressam preocupação com os efeitos da crise no calendário. O receio é que não se consiga cumprir cronogramas básicos. Em abril, por exemplo, é comum um teste de campo das urnas reunindo representantes de todos os tribunais regionais eleitorais. Isso exige viagens e aglomeração, o que seria um desafio.

Danielle Brant, Renato Onofre, Talita Fernandes e Julia Chaib

CALENDÁRIO ELEITORAL PARA 2020

3.abr Fechamento da janela partidária
4.abr Prazo final de filiação
7.mai Fechamento do cadastro eleitoral
20.jul a 5.ago Convenções partidárias
15.ago Prazo final para registro de candidaturas
16.ago Início da campanha eleitoral
28.ago a 1º.out Propaganda na TV
4.out Primeiro turno
25.out Segundo turno

SUPLENTE DE CID GOMES TEM COVID-19

Prisco Bezerra (PDT-CE), 47, foi o terceiro senador a testar positivo para o vírus. Antes, já haviam sido diagnosticados o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e o presidente da Comissão de Relações Exteriores, Nelsinho Trad (PSD-MS), que viajou aos EUA com o presidente. Também nesta quinta, com a confirmação da infecção do presidente da Apex, Sergio Segovia, subiu a 19 o número pessoas que estiveram com Bolsonaro na viagem e agora têm a Covid-19

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Atendimento ao assinante
(11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Assine a Folha
assine.folha.com.br | 0800-015-8000

Jornal filiado ao IVC
Circulação paga às sextas de jan.2020, impresso mais digitais (IVC) **329.838 exemplares**
Páginas vistas no site da Folha em fev.2020 (Google Analytics) **227.287.128**
Visitantes únicos no site da Folha em fev.2020 (Google Analytics) **39.637.916**

Assinatura semestral à vista com entrega domiciliar diária Carga tributária 3,65%

MG, PR, RJ, SP	DF, SC	ES, GO, MT, MS, RS	AL, BA, PE, SE, TO	Outros estados
R$ 685	R$ 858	R$ 1.089	R$ 1.177	R$ 1.460

Venda avulsa

MG, PR, RJ, SP	DF, SC	ES, GO, MT, MS, RS	AL, BA, PE, SE, TO	Outros estados
R$ 5 (seg. a sáb.)	R$ 5,50	R$ 6	R$ 9,25	R$ 10
R$ 7 (domingo)	R$ 8	R$ 8,50	R$ 11	R$ 11,50

Olavo de Carvalho entre Ernesto Araújo e o presidente Jair Bolsonaro em evento na embaixada brasileira em Washington Alan Santos - 17.mar.19/Divulgação Presidência

Olavo e ruralistas emitem sinais de desgaste de Bolsonaro na direita

Na pior semana do mandato, presidente é criticado por aliados e ouve apelo por postura conciliadora

Fábio Zanini

SÃO PAULO Jair Bolsonaro chega ao fim da sua pior semana desde que assumiu a Presidência, em janeiro de 2019, sofrendo críticas em sequência de aliados próximos e ouvindo apelos por um comportamento mais conciliador para tentar virar a página.

A artilharia nesta quinta-feira (19) veio sobretudo dos representantes do setor rural, furiosos com a provocação do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) ao governo chinês, que ele culpou pela crise do coronavírus.

Horas antes, houve uma rara crítica mais dura do escritor Olavo de Carvalho, guru de Bolsonaro e de sua família.

"Eleito para derrubar o sistema, Bolsonaro, aconselhado por generais e políticos medrosos, preferiu adaptar-se a ele. Suicídio", escreveu em sua conta no Facebook, na noite de quarta (18).

"Deu ouvidos a generais isentistas, dando tempo a que os inimigos se fortalecessem enquanto ele se desgastava em lacrações teatrais. Lamento. Agora talvez seja tarde para reagir", completou.

Ligado a Olavo, o jornal conservador online Brasil Sem Medo pediu que os panelaços realizados por três dias seguidos contra o presidente, desde a última terça-feira (17), sejam um sinal para que ele e seus ministros "continuem se empenhando em proteger a vida humana".

Após culpar o governo chinês pela crise do coronavírus, Eduardo Bolsonaro ouviu de volta do embaixador do país asiático, principal destino das exportações brasileiras, uma resposta no mesmo tom.

"Atacar a China é sintoma de imbecilidade", escreveu o ex-deputado Xico Graziano, um ex-tucano que se aliou ao atual presidente da República e é ligado ao campo.

Na opinião dele, "a capacidade da turma de Jair Bolsonaro em criar desavenças está acima do razoável".

"Política se faz ampliando, jamais espremendo. Chamando, não excluindo", disse, nas redes sociais.

A postura de responsabilizar a China pela crise do coronavírus tem sido a tônica de aliados do presidente nas mídias digitais, mas isso só adquiriu ares de crise diplomática quando Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, engrossou o coro.

"Ele não deveria ter feito a postagem, uma vez que, pelo fato de ser filho do presidente, pode dar margem a todo e qualquer tipo de interpretação", afirmou o deputado estadual Frederico D'Avila (PSL-SP), outro apoiador do presidente ligado ao setor rural.

Para D'Avila, que afirma seguir aliado incondicional de Bolsonaro, o momento é de tensão mundial, e não se deve criar atritos nas relações comerciais.

Na mesma linha, o deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP) afirma que o problema não foi o que foi dito, mas quem disse.

"No mérito, o Eduardo está correto. Mas como ele é filho do presidente, isso toma um aspecto maior, gera um impacto grande", afirma.

"Se fosse um deputado qualquer, um jornalista ou um ativista, falando exatamente o que ele falou, tenho certeza de que haveria amplo respaldo", declarou.

A crise com a China veio na sequência de erros políticos em série cometidos pelo presidente desde que minimizou a pandemia de coronavírus, no final da semana passada.

Os problemas seguiram com a participação dele em ato pró-governo e contra o Congresso e o STF (Supremo Tribunal Federal) no domingo (15) em Brasília —contrariando a recomendação das autoridades sanitárias—, e seguiu pelo que foi visto como condução errática da crise.

Desaguou na guerra de panelaços. Na última quarta, diante da mobilização contra ele, o próprio presidente buscou estimular outro semelhante a seu favor. O barulho dos opositores de Bolsonaro, porém, foi claramente maior que o dos apoiadores.

Aliados outrora próximos indignaram-se com a atitude do presidente diante da crise do coronavírus. A deputada estadual Janaina Paschoal (PSL-SP), que chegou a ser cotada para ser sua vice, pediu sua saída do cargo.

Ativista conservador influente no Twitter, Leandro Ruschel fez uma rara crítica ao presidente, de quem é apoiador inconteste.

"O presidente não deveria ter apertado a mão de pessoas em frente ao Palácio [do Planalto]. Tanto pela segurança dele quanto dos que ali estavam. Se tivesse ficado à distância, saudando o povo, a deferência seria a mesma, sem o risco", tuitou.

Os últimos dias foram de muitos constrangimentos para Bolsonaro, que foi cobrado em frente ao Palácio da Alvorada por um imigrante haitiano, num ambiente em que geralmente há apenas tietagem e gritos de "mito!".

Ele também sofreu pedidos de impeachment de um deputado distrital de Brasília e de parlamentares do PSOL, intelectuais e artistas.

Nos bastidores, cresce a visão, mesmo entre apoiadores do presidente, de que ele cometeu o maior erro de seu mandato no caso do coronavírus, e que é preciso remendar a situação rapidamente. Isso passa por ter atitudes mais técnicas e menos ideológicas e de confronto.

Um efeito inesperado da crise foi o crescimento de pedidos por parte de bolsonaristas por calma e união nacional.

Perfis de redes sociais que se destacam pela belicosidade repentinamente passaram a falar em conciliação e humildade.

"A batalha político-ideológica não é, na minha modesta opinião, a prioridade atual. Mas sim a disciplina, a razão, a calma e a prudência", escreveu Claudia Wild, colunista conservadora e ligada ao site Terça Livre, ferrenhamente bolsonarista.

Na mesma linha conciliadora escreveu o procurador Ailton Benedito, secretário de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral da República e alinhado ao presidente.

"É imprescindível que todos entendamos, independentemente de ideologias políticas, que estamos no mesmo país, que enfrenta um inimigo comum. Não é hora de se investir em divisões do povo", escreveu ele, que se destaca normalmente por tuítes agressivos contra a esquerda e a imprensa.

> Eleito para derrubar o sistema, Bolsonaro, aconselhado por generais e políticos medrosos, preferiu adaptar-se a ele. Suicídio
>
> **Olavo de Carvalho**
> escritor, em publicação no Facebook na quarta (18)

> Atacar a China é sintoma de imbecilidade
>
> **Xico Graziano**
> ex-deputado, aliado do presidente, em crítica a Eduardo Bolsonaro

Cidades têm 3º panelaço e aplausos para profissionais de saúde

SÃO PAULO Pelo terceiro dia seguido, moradores de grandes cidades do país protestaram com um panelaço contra Jair Bolsonaro em meio a críticas à conduta do presidente na crise do coronavírus. Também houve registro, na noite desta quinta (19), de um tipo diferente de mobilização: em São Paulo e Recife, em condomínios, aplausos para as equipes de saúde envolvidas no combate à doença.

Pelas redes sociais, também está convocado um "aplausaço" para esta sexta-feira (20) em homenagem a profissionais de saúde que estão atuando na crise do coronavírus.

Em São Paulo, houve panelaço em bairros como Higienópolis, Campos Elíseos, República e Bela Vista, no centro, e nos Jardins, zona oeste.

Na Bela Vista e em Santa Cecília, foram projetadas em fachadas mensagens contrária ao presidente. Manifestantes também buzinaram e gritaram pela saída dele do cargo.

No Rio de Janeiro, o protesto ocorreu no bairro das Laranjeiras, na Lagoa, no Flamengo e em Botafogo.

A manifestação novamente foi convocada por redes sociais e aplicativos de mensagens.

Na quarta (18), o panelaço anti-Bolsonaro aconteceu em capitais em todas as regiões do país no início da noite. Às 21h, houve um panelaço em apoio ao governo, mais tímido. Esse ato a favor foi chancelado pelo próprio presidente durante entrevista coletiva com ministros, horas antes.

A reação do presidente diante da crise do coronavírus, que inclui a confraternização com apoiadores no último domingo (15), desperta críticas em diversas correntes políticas.

Ex-aliados, como Janaina Paschoal, deputada estadual em São Paulo pelo PSL, condenaram o comportamento do presidente na crise.

Na quinta, no pacote de medidas de resposta à crise sobre a economia, o governo incluiu a possibilidade de as empresas cortarem salário e a jornada dos empregados, iniciativa rejeitada por centrais sindicais.

Nas últimas semanas, o gabinete digital do Palácio do Planalto identificou, segundo auxiliares presidenciais, críticas até entre perfis de direita à postura do presidente de minimizar a crise de saúde.

Segundo deputados aliados, o tamanho do panelaço de terça surpreendeu o presidente.

Na tentativa de reduzir seu desgaste e isolamento, Bolsonaro nesta semana também fez um aceno aos outros Poderes ao propor um encontro com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli, após ter endossado ato de bolsonaristas com ataques ao Parlamento e ao Judiciário no domingo.

A proposta, porém, fracassou: Alcolumbre foi diagnosticado com coronavírus, e Maia cobrou uma pauta mais objetiva. Só Toffoli esteve com Jair Bolsonaro.

Os panelaços em janelas de apartamentos em grandes cidades se tornaram um dos símbolos de protesto contra a então presidente Dilma Rousseff (PT), que sofreu impeachment em 2016.

Na terça, foi protocolado na Câmara um primeiro pedido de afastamento de Bolsonaro na Presidência por ter convocado atos contra o Congresso e Judiciário. A iniciativa foi do deputado distrital Leandro Grass (Rede-DF). Nesta quarta, alguns integrantes do PSOL fizeram outro pedido.

Em entrevista à imprensa na quarta-feira, Bolsonaro, ao se referir ao panelaço contra ele, disse que qualquer protesto popular deve ser compreendido pela classe política.

"Parece que é um movimento espontâneo por parte da população. Qualquer movimento por parte da população eu encaro como uma expressão da democracia."

Panelaço e projeção contra Bolsonaro na região central de SP nesta quinta Carlos Pupo/Folhapress

Em sacada na zona norte do Rio, mulheres fazem panelaço contra o presidente Jair Bolsonaro na últlima quarta-feira Jorge Hely - 18.mar.20/FramePhoto/Folhapress

Unidos no panelaço, centro e esquerda divergem em cenários sobre Bolsonaro

Com pandemia, dois campos suspendem luta política, mas divergem sobre brecha para impeachment

Carolina Linhares

SÃO PAULO Se eleitores de esquerda e de centro se uniram nas redes e nos panelaços contra o presidente Jair Bolsonaro, os partidos que representam esses segmentos também estão na mesma página hoje —focados no combate ao coronavírus—, mas divergem sobre o futuro do governo.

Líderes de siglas de esquerda veem o apoio popular a Bolsonaro minguar a ponto de criar condições de impeachment quando a pandemia passar. Já os caciques do centro preferem o apoio crítico ao presidente a migrar de vez para a oposição.

Coroando a mais grave crise política do presidente até aqui, na quarta (18) o panelaço contra o governo atraiu a classe média e foi mais intenso do que o convocado a favor do presidente. Nesta quinta houve barulho nas varandas pelo terceiro dia seguido.

Líderes partidários, no entanto, não pretendem explorar a crise política em meio à crise global de saúde pública e econômica. Eventual impeachment foi engavetado por ora até pela esquerda.

"É preciso ter responsabilidade com o processo democrático brasileiro e não utilizar os instrumentos de maneira a apenas resolver problemas políticos de oposição. Nesse momento temos que colocar forças e energias para solucionar a crise que está aí", afirma a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR).

Na semana passada, partidos de oposição (PT, PDT, PSOL, Rede, PSB e PCdoB) apresentaram projetos para enfrentar a pandemia, como a revisão do teto de gastos.

"Não dá para concentrar esforços em impeachment. Seria desviar energia para votar projetos que protegem pessoas. São 40 milhões de informais que não terão o que comer", diz o deputado Enio Verri (PR), líder do PT.

Além de não ser o foco, o impeachment não é tido como viável em ala majoritária dos partidos de esquerda. Mas a expectativa é que o "fora Bolsonaro" caia na boca do povo naturalmente e mude a correlação de forças no Congresso.

"Não precisa fazer nada, é só deixar ele falar. Já está acontecendo, está sangrando a base dele", afirma Carlos Lupi, presidente do PDT. "O impeachment pode ser breve, mas não agora. Temos que acumular mais fatos e de mais gravidade para criar consenso."

"Hoje as ruas estão caminhando fortemente para o impeachment, mas isso não ecoa com intensidade suficiente para mudar votos no Parlamento. Pós-pandemia, a defesa da vida vai ser ter um governo responsável", diz Enio Verri.

Para Juliano Medeiros, presidente do PSOL, o caminho do impeachment está traçado, "com o desgaste de Bolsonaro se aprofundando a cada dia", mas não é chegada a hora. Falta aglutinar apoio do centro.

"O impeachment é jurídico e político, precisa ter apoio da sociedade. Temos que apresentar propostas para enfrentar o coronavírus e angariar apoio social para a crise política que vai se instalar", afirma.

Por isso, o partido desautorizou o pedido de impeachment feito por deputados do PSOL (inclusive o líder do partido) na quarta-feira. O batecabeça mostra que parte da esquerda, ainda minoritária na direção das legendas, quer já sair para o jogo.

"Ações unilaterais geram mal-estar e vão ser tratadas pelo partido. No PSOL, não tem espaço para 'Tabata Amaral'", diz Medeiros, em referência à deputada que contrariou o PDT ao votar pela reforma da Previdência.

A resistência da cúpula da esquerda a pautar já o impeachment se explica também pela necessidade de coerência. A oposição não poderia apontar irresponsabilidade de Bolsonaro se ela mesma aproveita o momento para fustigálo sem mostrar alternativas.

Os dirigentes também defendem que um crime de responsabilidade esteja bem caracterizado, para que não sejam acusados de repetir o processo de Dilma Rousseff, que consideram frágil.

Além disso, a ação contra Bolsonaro capitaneada pela esquerda ou pelo PT, num cenário de antipetismo aflorado, poderia segmentar e apequenar um processo que depende da formação de maioria social. O maior líder do PT, Lula, estava discreto nas redes até se pronunciar na noite desta quinta.

Os políticos de esquerda esperam que a indignação dos eleitores de centro pressione os partidos a seu favor.

Líderes desse campo, porém, não se mostram dispostos a dar esse passo mesmo constatando que seus apoiadores, que não se envolviam na polarização das redes, resolveram dizer basta ao presidente nesta semana.

De maneira geral, a fissura na base de Bolsonaro não chegou ao centro —os caciques preveem continuar defendendo o equilíbrio contra polarização, com apoio a medidas que considerem boas e críticas aos rompantes do presidente.

"Declarações equivocadas e que minimizem os riscos dessa grave doença, como fez o presidente, desagradam a todos. Daí o panelaço, que nada mais é do que o reflexo de uma indignação justificada", diz o líder do PSDB, deputado Carlos Sampaio (SP).

"Por outro lado, não é hora de politizar ou de investir em desgastes, especialmente de quem deve tomar as decisões mais urgentes", completa.

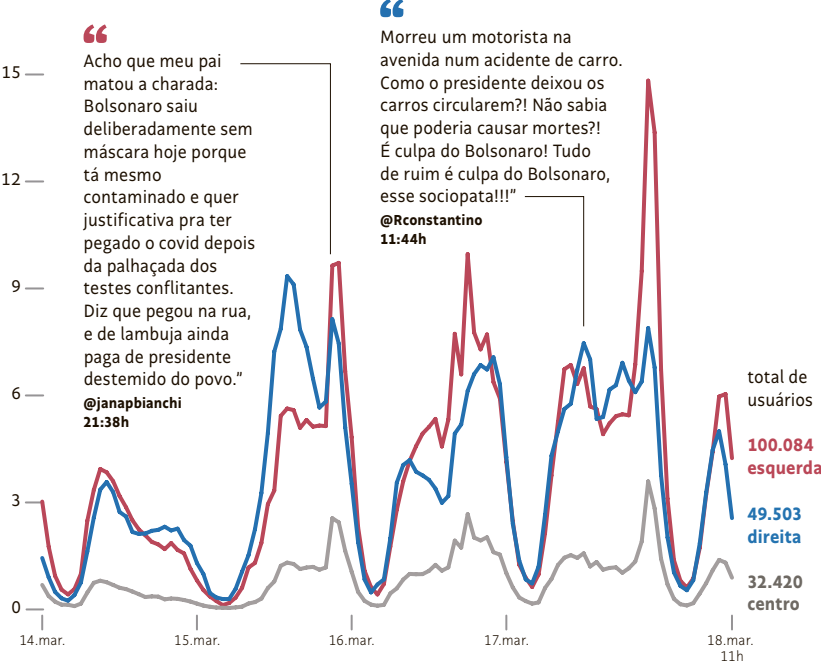
Baleia Rossi, presidente do MDB, vai na mesma linha: "Quem fizer disputa política agora neste momento será cobrado pelo eleitor".

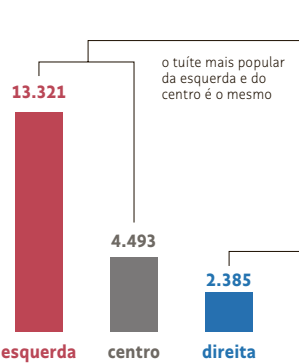
"Nosso foco não tem de ser nas questões políticas, mas em ações de estado que minimizem danos. Todos somos responsáveis. O presidente já fez uma correção de rumo ao reconhecer a gravidade do problema, e o governo começou a dar respostas efetivas", completa Rossi.

Presidente do PSDB, Bruno Araújo fala em união e em "deixar a disputa política para depois". "Temos uma guerra real e biológica, que está matando pessoas e tirando empregos", afirma. "Não somos governos, mas queremos ajudar".

> Não dá para concentrar esforços em impeachment. Seria desviar energia para votar projetos que protegem pessoas. São 40 milhões que não terão o que comer
>
> **Enio Verri**
> deputado (PR) e líder do PT

Evolução dos tuítes relacionados a Bolsonaro, segundo GPS Ideológico (ferramenta de monitoramento da Folha)

milhares de usuários únicos e tempo

Tuítes mais populares

número de retuítes

"Com vocês, a maior jantada de 2020.
Isso é o q acontece quando se coloca um lambe-botas do governo para debater com uma mulher que está 250 níveis acima em preparo e estudo.
Compartilhem para q todos vejam a diferença e, principalmente, as mentiras de quem defende Bolsonaro."
@felipeneto sobre debate na CNN Brasil entre Gabriela Prioli e Caio Coppola

"Janaína Paschoal, amada, quem levou Jair Bolsonaro à Presidência da República foi o povo e este mesmo povo o manterá e o reelegerá em 2022 para ficar até 2026."
#RespeiteOPresidente
@DouglasGarcia

Felipe Neto @felipeneto · Mar 16
Com vocês, a maior jantada de 2020.
Isso é o q acontece quando se coloca um lambe-botas do governo para debater com uma mulher que está 250 níveis acima em preparo e estudo.
Compartilhem para q todos vejam a diferença e, principalmente, as mentiras de quem defende Bolsonaro.
#GRANDEDEBATE
GOVERNO E CONGRESSO DIVERGEM EM TEMAS IMPORTANTES
4.1M views
6.3K 55.9K 223.7K

Elika Takimoto @elikatakimoto · Mar 17
"Bolsonaro, acabou. Você não é presidente mais!"
Mantra haitiano para repertirmos até virar realidade.
#Bolsonaroacabou
#Vocênãoépresidentemais
#somostodosohaitiano
Bolsonaro acabou!!!!!!!
2.3K 18.4K 61.1K

Diario de Pernambuco @DiarioPE · Mar 17
Bolsonaro faz novo teste de coronavirus, e resultado pode sair já nesta terça-feira bit.ly/3dcjidF
187 35 645

Reprodução de tuítes de Felipe Neto sobre programa da CNN Brasil; de Elika Takimoto, sobre haitiano que criticou Bolsonaro no Alvorada; e do Diário de Pernambuco, sobre teste para coronavírus do presidente

Lula reaparece, critica presidente e elogia trabalho da imprensa

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) usou sua rede social nesta quinta para criticar a atuação do governo no combate ao coronavírus.

"O governo não estava preocupado em orientar o povo [na entrevista coletiva de quarta-feira], estava preocupado em se desfazer da imagem negativa que ele se permitiu criar de tanta bobagem que falaram durante essa última semana", afirmou.

Lula chamou a entrevista de "show de narcisismo", de "patética", e disse que só serviu "para demonstrar que neste instante não temos governo".

"Ele [Bolsonaro] está preocupado com a sua imagem, com os seus panelaços, com as suas manifestações, está preocupado em se autodenominar mito", disse Lula.

O petista elogiou o papel da imprensa. "Todo mundo sabe que eu sou muito crítico à imprensa, mas tenho que reconhecer. Se tem uma instituição que prestou um serviço de informação 24h por dia ao povo brasileiro foi a imprensa".

Lula esteve na Europa e retornou ao país na quinta-feira (12). Ele, que tem 74 anos, diz estar em quarentena e pediu que todos os brasileiros se cuidem e fiquem em casa.

Dois vírus contaminam as Forças Armadas

Voltem aos quartéis, soldados, e deixem o governo para os civis

Reinaldo Azevedo

Jornalista, autor de "O País dos Petralhas"

Coitadas das Forças Armadas do Brasil! Tornaram-se barrigas — ou fardas! — de aluguel de formulações ideológicas alucinadas que não se ensinam nas escolas militares e de uma tal "guerra cultural" cuja matriz é a extrema direita americana, com a qual se alinha o ideólogo da zorra toda: Olavo de Carvalho.

O ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, garantiu que as Forças Armadas não faltarão ao Brasil. Que bom! Convém que se certifique de que não servirão ao Bolsolavistão, o país mental que hoje tenta colonizar o Estado brasileiro. Está dando errado. Já deu errado. Mas não será sem custo.

Enganam-se os que acham que a entrevista coletiva da Igreja dos Santos Mascarados dos Últimos Dias marcou a conversão de Jair Bolsonaro à democracia. Na quarta (18) mesmo, enquanto o pai fazia a coreografia do estadista, o deputado Eduardo Bolsonaro, um dos filhos, desferia um ataque estúpido à China, maior parceira comercial do Brasil.

Na raiz do negacionismo do presidente e da burrice saliente de Eduardo está uma visão de mundo. Bolsonaro não caiu nos braços da galera por mero acidente ou rompante. O ato foi precedido de cálculo político, de reflexão, de aconselhamento.

Um general da reserva e um almirante ainda da ativa, ambos ministros, estão contaminados. Augusto Heleno (chefe do GSI) e Bento Albuquerque (Minas e Energia) são boas metonímias e boas metáforas do que está em curso.

No corpo, carregam o coronavírus. Como ministros egressos das Forças Armadas, são cavalos de Troia de combatentes que desconhecem. Ou o Alto Comando das três Forças recolhe os seus, ou estaremos condenados a ser uma republiqueta de bananas — e não me refiro àquelas que dão em cachos...

General Braga Netto, ainda da ativa (a exemplo de Albuquerque), é chefe da Casa Civil e coordenador do gabinete de crise contra o coronavírus. Lotado na sua pasta, na condição de assessor, está, por exemplo, um tal Felipe Cruz Pedri. É membro do "gabinete do ódio".

Na terça, o rapaz perguntou no Twitter (reproduzo como vai lá): "Vamos ter a coragem de dizer que combater a histeria do caos é mais importante que combater o vírus chinês? Ou você quer parecer bonitinho na mídia social para a amiga (o) que fez de uma gripe a sua nova bandeira política-humanitária?"

Eis a raiz do comportamento arruaceiro de Bolsonaro e do ataque irresponsável de seu filho. "Vírus chinês" é como Donald Trump se referia ao novo coronavírus. O presidente brasileiro, note-se, diz por aí, com a agudeza habitual, que essa coisa toda é uma armação chinesa para derrubar o preço do petróleo e levar à lona as ações das empresas para arrematar tudo na bacia das almas.

Braga Netto não demitiu o auxiliar. Então o rapaz voltou nesta quinta (19): "Churchill caminhava pelas ruas de Londres durante os bombardeiros da Luftwaffe. Hoje esse ato seria considerado 'irresponsável' pelos leite com pêras brasileiros. O heroísmo e a coragem não podem sumir do mapa para dar lugar à histeria alinskyana".

Como? "Histeria alinskyana"? Duvido que a esmagadora maioria dos oficiais-generais brasileiros, que hoje dão suporte a essa loucura, saiba que ele se refere a Saul Alinsky (1909-1972), pensador da esquerda americana, demonizado pela extrema direita dos EUA, mas visto, também por esta, como um formulador competente em favor da organização da sociedade contra o Estado e o establishment.

Não sei se entenderam: o tal Pedri recorre a um nome satanizado pela extrema direita americana para defender, justificar e endossar o comportamento irresponsável do presidente brasileiro. E o faz de dentro do Palácio do Planalto, subordinado a um general da ativa, chefe da Casa Civil, que coordena o gabinete de crise contra o, como é mesmo?, "vírus chinês".

Que perigo o dito-cujo representa? Em si, nenhum. É só o sintoma de uma síndrome que ataca o Estado brasileiro. Voltem aos quartéis, soldados! E submetam as Forças Aramadas a uma quarentena, com um trabalho competente de desinfecção. Enquanto é tempo. Deixem o governo para os civis. Melhoras ao general Heleno e aos outros 17 contaminados que o avião de Bolsonaro despejou no Brasil.

DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso Rocha de Barros | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari, Conrado Hübner Mendes | QUI. Fernando Schüler | SEX. Reinaldo Azevedo | **SÁB. Demétrio Magnoli**

Manifestação pró-Bolsonaro na avenida Paulista no domingo passado Bruno Santos - 15.mar.20/Folhapress

Tiro após ato pró-Bolsonaro envolve guerra de versões

PM aposentado foi responsável por disparo que atingiu estudante de 19 anos

Rogério Pagnan e Flávio Ferreira

SÃO PAULO A bala perdida que acertou uma jovem de 19 anos na avenida Paulista, em São Paulo, depois do ato em apoio ao presidente Jair Bolsonaro no domingo (15) foi disparada em meio a uma briga que envolveu um PM aposentado e artesãos que estavam no local, segundo os registros policiais.

A investigação sobre o episódio tem uma guerra de versões entre o ex-PM, autor do disparo, e outros envolvidos.

A briga ocorreu após o ato pró-Bolsonaro, realizado em meio à crise do coronavírus apesar das orientações do Ministério da Saúde para que fossem evitadas aglomerações.

Segundo o boletim de ocorrência registrado no 78º DP, nos Jardins, o PM aposentado e motorista Fábio Beltrão Barcelos, 56, relatou às autoridades que, após participar da manifestação, estava a caminho do metrô acompanhado do filho e de um casal de amigos quando foi abordado por uma mulher que gritou: "aê Bolsonaro, seu fascista, a gente fuma maconha".

Segundo o depoimento de Barcelos, a mulher pegou a bandeira do Brasil que ele portava e passou a usá-la para agredi-lo. Em seguida, segundo ele, outra mulher passou a gritar "fascista" e também passou a golpeá-lo.

Pela versão do PM aposentado, as mulheres passaram a incitar outras pessoas a participar das agressões dizendo que ele "gostava de bater em mulheres", e um grupo se formou para atacá-lo. No meio da confusão, um homem que afirmou ser marido da mulher que iniciou a briga teria dado socos em seu rosto.

Jovem é socorrida na manifestação depois do tiro Reprodução

Segundo o texto do registro policial, Barcelos disse que "não reagiu às agressões, porém no momento em que passou a receber pauladas e teve seu relógio e óculos furtados sacou sua arma de fogo e deu um tiro direcionado ao chão para repelir os agressores".

Já a artesã Rayanne Caroline Tejas Chagas relatou outra versão à polícia. Disse que estava perto do Shopping Center 3 fumando tabaco quando um homem se aproximou e pediu um pouco do fumo.

Segundo ela, os dois "passaram a enrolar um cigarro de forma artesanal" quando um homem com a camisa do Flamengo usou o mastro de uma bandeira para acertar as mãos deles e derrubar o fumo.

Rayanne afirmou que questionou o homem sobre o ato e que ele passou a chamá-la de "noia". Ela então mostrou a ele que estava fumando tabaco e não estava consumindo drogas, mas mesmo assim ele passou a agredi-la usando a bandeira e dando socos.

Em seguida, pessoas que passavam pelo local tentaram apartar a briga e alguns reagiram para defendê-la. O namorado dela, Denis, viu o que estava ocorrendo e deu um soco no rosto de Barcelos.

A artesã disse que então o PM aposentado deu um tiro no chão, "em direção ao seu namorado", e a bala acabou acertando uma mulher que estava em frente ao shopping.

Uma testemunha ouvida pela polícia disse que estava no ponto de ônibus quando viu um homem acertando o braço de duas mulheres com um cabo de uma bandeira e que elas reagiram imediatamente com socos e empurrões. Neste tumulto, ainda segundo essa testemunha, o ex-PM retirou a arma e atirou para o chão.

Outra testemunha afirma que estava em frente ao shopping quando viu um grupo de cinco mulheres agredindo um homem, sendo que elas seguravam um pedaço de pau (que parecia mastro de bandeira).

As mulheres estariam "iradas" e foram para cima do homem, que recuou até ficar encurralado. Foi neste momento que o homem retirou a arma, mirou nas pernas das pessoas e puxou o gatilho.

Procurado, o PM aposentado não quis comentar o assunto. A **Folha** falou com a família dele, que prometeu responder ao pedido de entrevista, o que não aconteceu. A reportagem também tentou contato com a artesã e o companheiro dela, mas não teve sucesso.

De acordo com o registro policial, o disparo atingiu a coxa direita da estudante e funcionária de uma rede de fast food Luana Alves da Costa, 19, que foi encaminhada ao Hospital das Clínicas.

A assessoria de imprensa do hospital informou na quinta (19) que a estudante está internada e tem quadro estável.

A arma utilizada pelo policial estava registrada em nome dele e foi apreendida para ser periciada, segundo a polícia.

De acordo com policiais ouvidos pela **Folha**, somente no desenrolar da investigação será possível afirmar qual das duas versões é a correta. Se a confusão começou porque o PM aposentado deu uma bandeirada no braço da artesã ou se tudo começou após as mulheres atacarem o homem.

Não há dúvidas, porém, ainda segundo os policiais, de que o homem atirou após ser cercado por um grupo de mulheres que passou a agredi-lo. Nesse tumulto, também participou da agressão o companheiro da artesã, que confessou ter dado dois socos no rosto do PM aposentado.

Os policiais não tinham conseguido obter, até o começo da semana, imagens que pudessem esclarecer a briga. O material obtido mostra apenas a confusão já em andamento.

Procurada, a Secretaria da Segurança Pública informou que o caso está sendo investigado, que as partes foram ouvidas, a arma encaminhada para a perícia e que equipes estão trabalhando para esclarecer os fatos.

O caso levou entidades de defesa dos direitos humanos a pedirem apuração aprofundada do caso. Em nota divulgada na segunda-feira (16), o Instituto Sou da Paz, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a Conectas Direitos Humanos e a Frente Favela Brasil manifestaram preocupação e repúdio quanto ao disparo.

"A hipótese de que um manifestante tenha ido armado a esta demonstração política e feito uso de sua arma em local público a partir de uma discordância ideológica deve ser repudiada por toda a sociedade, com a identificação e a devida punição do agressor", afirmam na nota.

De acordo com as instituições, a Constituição Federal proíbe o porte de armas em manifestações públicas.

"Não podemos dissociar do fato a obstinação com que o presidente da República e setores do Congresso Nacional têm demonstrado para facilitar o acesso a armas de fogo pela população em geral em um momento de grande polarização e acirramento no debate público", afirmam.

Bolsonaro incentivou os atos no domingo, desde cedo, em suas redes sociais —foram 38 postagens sobre o tema até as 18h30. Sem máscara, ele tocou simpatizantes e manuseou o celular de alguns deles para fazer selfies.

poder coronavírus

CNJ suspende prazos na Justiça e estabelece regime de plantão

Regime extraordinário vale em todo o país, vai até 30 de abril e é prorrogável

José Marques e Renata Galf

SÃO PAULO O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) estabeleceu nesta quinta-feira (19) um esquema de regime de plantão extraordinário em todo o Poder Judiciário até o dia 30 de abril devido à crise do coronavírus. O prazo é prorrogável.

Com a determinação, assinada pelo ministro Dias Toffoli, ficam suspensos a partir da data de publicação da resolução todos os prazos processuais do país. A suspensão não se aplica a processos que envolvam a preservação de direitos e de natureza urgente.

Toffoli é presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) e do Conselho. A medida assinada por ele só não se aplica ao próprio Supremo e à Justiça Eleitoral.

O objetivo da decisão é "uniformizar o funcionamento dos serviços judiciários" para "prevenir o contágio pelo novo coronavírus", além de "garantir o acesso à Justiça neste período emergencial".

"O plantão extraordinário, que funcionará em idêntico horário ao do expediente forense regular, estabelecido pelo respectivo tribunal, importa em suspensão do trabalho presencial de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores nas unidades judiciárias, assegurada a manutenção dos serviços essenciais em cada tribunal", diz a resolução.

No plantão, continuam sendo julgados habeas corpus, pedidos de busca e apreensão, de prisão preventiva e temporária, de alvarás, entre outros.

Os juízes e servidores continuam trabalhando normalmente de forma remota.

A paralisação atinge as datas-limites para que as partes —como defesas ou Ministério Público— recorram de uma decisão ou tenha prazo para apresentar uma manifestação.

Por exemplo: quando um réu da Lava Jato é condenado pelo TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), ele tem dois dias para apresentar os chamados embargos de declaração. Esse prazo, se ainda estiver em vigência quando a resolução for publicada, será interrompido. A medida dá mais tempo tanto às defesas quanto às acusações, em diferentes processos.

A resolução foi votada pelo CNJ após proposta feita por um comitê formado por associações ligadas à Justiça, como a Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil), a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

O comitê havia se reunido a portas fechadas na quarta-feira para discutir os termos do documento, que foi votado em plenário virtual pelo CNJ.

A resolução não diz se os prazos prescricionais, que são levados em conta para que uma acusação caduque, também ficam suspensos. O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, que integrou o comitê, entende que não.

"Há hipóteses legais em que a suspensão do processo acarreta a suspensão do prazo prescricional. Mas a mera suspensão dos prazos não tem esse efeito automático", afirmou.

Foram excluídos da escala presencial magistrados e servidores dos grupos de risco, como pessoas com doenças crônicas e aqueles que retornaram nos últimos 14 dias de viagem a regiões com alto nível de contágio.

Fica suspenso o atendimento presencial a partes, advogados e interessados, que será feito só por meios remotos.

A resolução determina que os tribunais deverão priorizar a destinação de recursos provenientes de punições financeiras à aquisição de materiais e equipamentos médicos para combater a pandemia.

A resolução autoriza Toffoli a prorrogar as medidas "enquanto subsistir a situação excepcional que levou à sua edição". Os tribunais terão dez dias para se adequar à resolução.

Algumas cortes já haviam suspendido os prazos na tarde desta quinta, como o TRF-4, que abrange os três estados da Região Sul, e o TRF-5, que tem sob sua jurisdição seis estados do Nordeste.

Inicialmente a posição do presidente nacional da OAB, Felipe Santa Cruz, era de que apenas processos físicos teriam seus prazos suspensos. A sugestão foi enviada em ofício ao CNJ na segunda-feira (16).

Mas, após debate entre os presidentes das OABs estaduais, Santa Cruz afirmou que houve entendimento de que seria melhor suspender o prazo de todos os processos.

"Os presidentes me passaram que principalmente nos estados onde há problemas de deslocamento seria preciso essa suspensão para adequação em um primeiro momento do surto", disse.

Para diminuir o impacto financeiro da suspensão, foram incluídos nos itens que serão apreciados durante o regime de plantão, entre outros, pedidos de alvarás e pagamento de precatórios.

Ministros reunidos em sessão plenária do Supremo Tribunal Federal, na quarta-feira, sob a presidência de Dias Toffoli Rosinei Coutinho - 18.mar.20/Divulgação STF

Novo coronavírus chega ao Supremo e se junta a outras crises

ANÁLISE

Eloísa Machado de Almeida
Professora e coordenadora do Supremo em Pauta da FGV Direito SP

A pandemia do coronavírus chegou ao Supremo Tribunal Federal. As sessões presenciais de julgamento, das turmas e do plenário, serão diminuídas, e os ministros, assessores e parte dos servidores que compõe grupos de risco entrarão em trabalho remoto.

As medidas precisaram adequar a essencialidade da prestação jurisdicional e a manutenção do funcionamento de um dos Poderes da República às exigências de isolamento social impostas pela pandemia.

O regimento interno foi alterado para ampliar hipóteses de julgamento em plenário virtual, sessões presenciais ocorrerão quinzenalmente, e os ministros e assessores trabalharão de suas casas.

O presidente Dias Toffoli, em discurso, fez questão de afirmar que as medidas não significam, de forma alguma, o fechamento da Corte.

Para além das mudanças na rotina do tribunal —cujo impacto no acesso à Justiça podem ser brutais e, por isso, precisam ser acompanhadas e reavaliadas—, o novo coronavírus contaminou a pauta do Supremo.

Já há um bocado de ações que pedem ao tribunal especial consideração de temas constitucionais diante da pandemia. A primeira demanda judicial a gerar reação pelo tribunal se deu no âmbito da ação que declarou o sistema prisional brasileiro inconstitucional, em 2015.

Foi pedido ao STF que, diante da pandemia, fossem adotadas medidas urgentes a garantir a integridade e a vida de pessoas privadas de liberdade de que compõem o grupo de risco para infecção. Ou seja, que idosos, grávidas, lactantes, pessoas com HIV ou com outras doenças imunodepressivas ou com doenças crônicas tivessem a prisão substituída por liberdade ou medida cautelar distinta da prisão.

A motivação é óbvia: a manutenção da prisão de pessoas do grupo de risco em péssimas condições e em superlotação durante uma pandemia seria ilegal, sobretudo diante do uso abusivo de prisões provisórias e da existência de alternativas à prisão.

O Supremo reconheceu a importância do debate, mas negou o pedido por questões processuais. Fica a sensação de que as cautelas que o tribunal aplica aos seus ministros e servidores não merecem ser estendidas às pessoas privadas de liberdade.

A capacidade de o Estado responder à pandemia foi levada também às ações que questionam a constitucionalidade do novo regime fiscal brasileiro instituído pela emenda constitucional 95, conhecida como emenda do teto de gastos.

A ministra Rosa Weber recebeu uma série de dados sobre o subfinanciamento da saúde e de políticas de proteção social causado pela medida e que, agora, fragilizam e restringem as respostas que devem ser dadas pelo poder público, seja para recompor o financiamento do SUS (Sistema Único de Saúde) que perdeu, nos últimos anos, R$ 30 bilhões, seja para expansão de programas de educação e assistência social.

> **[...]**
> A tensão é muito mais ampla que a emergência de saúde —o país passa por profunda crise política, institucional e econômica— e, em igual proporção à amplitude da instabilidade, está a responsabilidade do Supremo

Em um Estado de Direito enfraquecido, desigual e afetado por racismo estrutural, pode-se dar como previsível o fato que os impactos mais perversos da pandemia recairão sobre os mais vulneráveis. E, não custa ressaltar, é papel do Supremo preservar a Constituição que exige do Estado brasileiro o combate às injustiças e a garantia dos direitos fundamentais.

Há, ainda um mandado de segurança para que o STF reconheça a omissão do presidente da República em emitir decreto para fechar fronteiras do país diante da pandemia.

Com o agravamento da situação, como anunciam os números, a crise deve seguir se refletindo na dinâmica e nos temas em julgamento no STF.

Porém a tensão é muito mais ampla que a emergência de saúde —o país passa por profunda crise política, institucional e econômica— e, em igual proporção à amplitude da instabilidade, está a responsabilidade do STF.

É missão da Corte controlar os atos do presidente da República que podem, em caso de omissão e incompetência históricas, afetar a vida e a saúde de milhares de brasileiros.

De outra parte, estados de emergência, decretos de calamidade pública e outras medidas dessa natureza são previstas no direito geralmente como instrumentos que acentuam poderes executivos —o que se mostra cada vez mais uma péssima ideia.

Arroubos autoritários, enfrentamento às instituições democráticas e intolerância têm caracterizado a atuação presidencial: de ataques a jornalistas investigativos e à imprensa em geral, passando por incitamento à violência contra povos indígenas e questionamento da lisura das eleições, até apoio explícito a movimentos que pedem fechamento de Congresso e do próprio Supremo.

O presidente afronta cotidianamente a Constituição que jurou proteger sob o olhar manso do procurador-geral da República. Acenturar poderes poderia significar, agora, acentuar a violação à Constituição.

Até o momento, o STF tem abdicado de exercer o controle sobre tais atos. Uma quase centena de ações judiciais propostas por partidos políticos, associações de classe e governadores contra atos, omissões e declarações do presidente aguardam apreciação.

O desmonte de políticas ambientais segue a todo vapor, assim como o aparelhamento ideológico em áreas centrais: educação, direitos humanos, política externa, vigilância sanitária. Com poucos freios, o presidente aumenta o tom e ultrapassa limites.

Não lidar com problemas não faz com que desapareçam, mas que se acumulem e se agravem. A pandemia chegou ao Supremo e se acumulou a outras crises já instaladas. Porém imprime a todas sentido de urgência: um chamado decisivo para que o STF guarde a Constituição.

mundo coronavírus

Funcionários da área da saúde chegam à província de Qinghai após deixar Hubei, onde fica a cidade de Wuhan, epicentro da pandemia Zhang Long/Xinhua

Declarações de Eduardo sobre China desagradam ala pragmática do governo

Nunca quis ofender povo chinês, mas embaixador não refutou meus argumentos, diz deputado

Ricardo Della Coletta e Gustavo Uribe

BRASÍLIA Preocupada com a troca de acusações entre Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e o embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, a ala pragmática do governo passou a defender um pedido de desculpas ao país asiático.

Enquanto alguns auxiliares advogam por uma manifestação pública, militares afirmam que autoridades deveriam entrar em contato com a missão diplomática, discretamente, para deixar claro que a opinião do filho de Jair Bolsonaro não é partilhada pelo Planalto ou pelo Itamaraty.

Interlocutores ouvidos pela **Folha** consideraram grave e fora da praxe diplomática o tom adotado tanto por Yang quanto pela conta oficial da Embaixada da China no Brasil para responder a publicações de Eduardo, que disse em suas redes que a China é culpada pela pandemia da Covid-19.

O parlamentar republicou um texto sobre o tema e comparou a resposta de Pequim diante da pandemia à atuação dos soviéticos para esconder a real magnitude do acidente nuclear de Tchernóbil, em 1986.

“A culpa é da China, e a liberdade seria a solução”, escreveu, numa mensagem que posteriormente foi apagada.

Autoridades chinesas classificaram como “insulto maléfico” as declarações e disseram que o deputado voltou com um “vírus mental” da viagem aos EUA. A conta da missão diplomática da China no Twitter afirmou ainda que a atitude de Eduardo está “infectando a amizade” entre os países.

Auxiliares do presidente ressaltaram que as respostas dos chineses ocorreram horas depois da mensagem publicada por Eduardo, o que significa que Yang está respaldado por Pequim. Isso revela, avaliam, que o mal-estar causado é “mais grave do que se imagina”.

Depois da repercussão negativa, Eduardo voltou ao Twitter nesta quinta-feira (19). “Jamais ofendi o povo chinês, tal interpretação é totalmente descabida”, escreveu. Ele manteve o tom de confronto.

“Não identifiquei qualquer desconstrução dos meus argumentos por parte do embaixador chinês no Brasil. Este apenas demonstrou irritação com meu post e direcionou erroneamente suas energias no compartilhamento de posts ofensivos à honra de minha família — este sim um fato grave e desproporcional.”

Apesar da crítica ao diplomata, Eduardo disse que o país não deseja problemas com a China e explicitou sua “estima pela contribuição da comunidade chinesa no desenvolvimento do Brasil”. Escreveu ainda que não falou em nome do governo.

As manifestações de repúdio chinesas causaram apreensão no agronegócio, na equipe econômica e entre militares. O país asiático hoje é o maior comprador das exportações brasileiras, sobretudo de produtos agrícolas.

Além disso, há uma preocupação com a recuperação econômica após o enfrentamento da pandemia. A avaliação é que os chineses estarão à frente de qualquer esforço de retomada da demanda global, e o Brasil não pode se dar ao luxo de ter rusgas com Pequim num momento como este.

Chamou a atenção ainda de membros do governo que Yang marcou em suas redes sociais tanto o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), quanto o chanceler Ernesto Araújo, numa sinalização de que o regime chinês esperava manifestações de ambos.

Maia pediu desculpas em nome da Câmara dos Deputados pelas “palavras irrefletidas” de Eduardo, e Ernesto criticou o comportamento do embaixador e afirmou que o governo espera uma retratação.

Em um tuíte, Maia disse que “a atitude não condiz com a importância da parceria estratégica Brasil-China e com os ritos da diplomacia.”

O Congresso Nacional encaminhou ao governo chinês uma carta com pedido de desculpas. “Apresento a vossa excelência e a todo o povo chinês, em meu nome e em nome do Congresso Nacional, nosso respeito, solidariedade e também nossas desculpas”, diz a carta assinada pelo senador Antonio Anastasia (PSD-MG), vice-presidente do Senado.

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Alceu Moreira (MDB-RS), disse que a manifestação de Eduardo culpando a China pelo coronavírus é “infeliz”.

“Mas é preciso perceber que a mensagem expressada tem peso relacionada a quem a expressa. Neste momento, com pouquíssima credibilidade”, declarou. O deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ) entrou com pedido de cassação do mandato de Eduardo.

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), também criticou a fala do deputado.

“Além do absurdo de minimizar a pandemia e convocar manifestações, agora ele envergonha os brasileiros com declaração preconceituosa sobre o mais importante parceiro comercial do Brasil.”

Na tarde desta quinta, a embaixada da China voltou a criticar o deputado: “Quem insiste em atacar e humilhar o povo chinês acaba dando um tiro no seu próprio pé”.

“São absurdas e preconceituosas as suas palavras, além de ser irresponsáveis. Não vale a pena refutá-las. Aconselhamos que busque informações científicas e confiáveis nas fontes sérias como a OMS, úteis para ampliar a sua visão”, escreveu.

“Os seus argumentos mostram que você não está arrependido pela sua atitude, tampouco ciente dos seus erros. Ao continuar a optar por ficar no lado oposto ao povo chinês, está indo cada vez mais longe no caminho errado.”

A embaixada também publicou uma nota oficial, dizendo que o país não aceitou a gestão feita pelo chanceler brasileiro. “O deputado Eduardo Bolsonaro tem que pedir desculpa ao povo chinês pela sua provocação flagrante.”

Yang Wanming
Embaixador da China no Brasil, tem mestrado em economia e doutorado em direito. Chefiou o Departamento de América Latina e Caribe do Ministério de Negócios Estrangeiros da China (2007-2012) e foi embaixador no Chile (2012-2014) e na Argentina (2014-2018)

O Eduardo Bolsonaro é um deputado. Se o sobrenome dele fosse Eduardo Bananinha, não era problema nenhum. Só por causa do sobrenome. Ele não representa o governo

Hamilton Mourão
vice-presidente do Brasil

Aconselhamos que busque informações científicas e confiáveis nas fontes sérias como a OMS, úteis para ampliar a sua visão

Embaixada da China
em conta oficial no Twitter

Mourão e Ernesto tentam desvincular falas do Planalto

BRASÍLIA O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou nesta quinta que a declaração de Eduardo não representa a opinião do governo federal.

“O Eduardo Bolsonaro é um deputado. Se o sobrenome dele fosse Eduardo Bananinha, não era problema nenhum. Só por causa do sobrenome. Ele não representa o governo”, disse à **Folha**. “Não é a opinião do governo. Ele tem algum cargo no governo?”

Em entrevista à CNN Brasil, Eduardo disse que Mourão foi infeliz ao escolher o sobrenome. “Ele quis dizer que o meu tuíte está sendo potencializado só por eu ser filho do presidente. Ele só teve um pouco de infelicidade de escolher o nome bananinha, o que dá margem para alguns tipos de chacota.”

Ernesto Araújo também disse que as falas “não refletem a posição do governo brasileiro”. “É inaceitável que o embaixador da China endosse ou compartilhe postagem ofensiva ao chefe de Estado do Brasil e aos seus eleitores, como infelizmente ocorreram ontem à noite”, escreveu. Ele se referia a uma postagem que dizia que “a família Bolsonaro é o grande veneno deste país”, retuitada pelo embaixador chinês e depois apagada.

Ernesto disse ter comunicado ao embaixador “a insatisfação do governo brasileiro com seu comportamento” e afirmou que o governo espera uma retratação. Embora as publicações de Yang não tenham qualquer menção direta a Bolsonaro, o chanceler criticou a ofensa ao presidente.

“Cabe lembrar que em nenhum momento ele [Eduardo] ofendeu o chefe de Estado chinês. A reação do embaixador foi, assim, desproporcional e feriu a boa prática diplomática.” **Gustavo Uribe, Ricardo Della Coletta e Talita Fernandes**

Episódio explicita preconceito e cálculo político

ANÁLISE

Igor Gielow

SÃO PAULO A resposta dada pelo embaixador chinês no Brasil, Yang Wanming, à postagem de Eduardo Bolsonaro apontando o dedo para Pequim como responsável pela pandemia do coronavírus traz para o contexto brasileiro um aspecto subjacente à crise pela qual o mundo passa.

A emergência sanitária atual não é a primeira, nem será a última, na qual países e grupos étnicos se acusam. Nisso há um misto de preconceito e de cálculo político.

Em 1894, um surto de peste bubônica em Yunnan (China) espalhou-se a partir de navios mercantes em Hong Kong. Não foi uma reedição da Peste Negra mais famosa da história (1347-1351), mas durou 30 anos e matou mais de 10 milhões de pessoas só na Índia.

Na costa oeste americana, onde os imigrantes chineses já eram tratados com desprezo, jornais publicavam cartuns de orientais comendo ratos para indicar a origem da praga. O famoso vídeo da sopa de morcego de Wuhan, que não era de lá, tem antecedentes.

No caso do deputado filho do presidente, que chefia a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, o preconceito vem carregado de tintas ideológicas. Os Bolsonaros se dizem anticomunistas, apesar da viagem pragmática do pai do clã à China no ano passado.

Ela decorreu de um fato inescapável: Pequim é o maior parceiro comercial do Brasil.

Ainda assim, Eduardo sacou a já manjada comparação entre a pandemia na China e a crise de Tchernóbil, cujo acobertamento de um desastre nuclear em 1986 é associado à perda final de credibilidade do sistema soviético.

A avaliação não é nova nem necessariamente incorreta — o problema é que não se sabe o futuro. E a China tem um poderio econômico que a União Soviética dos anos 1980 nunca sonhou em ter.

Isso não importa, já que Eduardo é figura pública. A grosseria ocorre no momento em que Pequim está fornecendo ajuda contra a pandemia, algo incompreensível.

Ela está ligada ao propalado alinhamento entre Brasília e a Washington de Donald Trump. O presidente americano adora tratar o novo coronavírus como “vírus chinês”, ou “vírus de Wuhan”. Até segunda ordem, não é errado, já que toda a pesquisa coloca sua origem naquela cidade.

Mas embute o mesmo preconceito dos cartuns do século 19, e no momento em que EUA e China disputam uma feroz guerra comercial.

Na mão inversa, a China sob ataque por Bolsonaro e pelo trumpismo em geral também não tem conduta ilibada.

Desde o começo do mês, quando ficou claro que Pequim controlou o pior do surto, o governo passou a propagandear uma mentira.

Diz, sem prova alguma, que o patógeno foi introduzido secretamente em Wuhan por militares americanos.

A teoria surgiu no momento em que Trump passou a levar a pandemia a sério. Ato contínuo, repórteres americanos tiveram suas permissões de trabalho cassadas por Pequim.

A China é uma ditadura comunista que controla estritamente a informação, e os dados disponíveis mostram que houve erros e negligências no começo da crise.

Os chineses que aguentaram o pior da Covid-19 até aqui, ainda que a Itália esteja penando de forma dantesca.

A não identificação ocidental com o outro oriental naturalmente reduziu a empatia — isso se vê até agora, quando os fechamentos de países na Europa assustam mais do que valas comuns cheias no Irã.

Mas também são os chineses que, ao passar pelo pior, já têm condições de dividir conhecimento e oferecer ajuda econômica, papel que historicamente era associado aos EUA e a outros ocidentais.

Seria ingênuo achar que não há expectativa de ganho político com qualquer humanitarismo de Xi Jinping, mas e daí?

No filme-catástrofe “O Dia Depois de Amanhã” (Roland Emmerich, 2004), o novo presidente americano faz seu primeiro pronunciamento à nação a partir da embaixada do país no México.

O motivo: ele, antes um negacionista do aquecimento global, teve de fugir de uma hecatombe climática que congelou os EUA.

Talvez uma versão dessa distopia esteja no centro das reações epidérmicas de políticos de lado a lado.

Disputa de narrativas e a pandemia

Novas tensões políticas desviam a atenção do que deveria importar

Tatiana Prazeres

Senior fellow na Universidade de Negócios Internacionais e Economia, em Pequim, foi secretária de comércio exterior e conselheira sênior do diretor-geral da OMC

Se não bastasse a crise de saúde pública que vivem, China e EUA se envolveram num novo problema, de ordem política, relacionado à Covid-19. Nesta semana, trocaram acusações e alimentaram uma disputa de narrativas que envolve o nome e a origem do novo coronavírus, além de restrições à atuação da imprensa em ambos os lados.

Com isso, criam ruído e obstruem o canal de comunicação que deveria fluir de desimpedidamente para enfrentar a pandemia e a recessão que se avizinha.

O capítulo mais recente das tensões bilaterais começa em fevereiro e inclui a revogação de credenciais, pela China, de três jornalistas do Wall Street Journal baseados em Pequim, após a publicação do artigo "A China é o verdadeiro doente da Ásia" —para os chineses, um insulto que remete à maneira como o país era tratado durante o chamado século da humilhação.

É verdade que na véspera da expulsão os EUA haviam decidido passar a tratar cinco veículos de comunicação chineses como extensão do governo da China, conferindo-lhes um tratamento diferente daquele dado à mídia considerada independente.

Em resposta, os EUA definiram um número máximo de nacionais chineses autorizados a trabalhar em veículos que Washington considera instrumentos de propaganda do governo chinês. Com isso, jornais e agências de notícias chinesas tiveram que reduzir de 160 para 100 os empregados nos EUA. Alegando reciprocidade, a China decidiu nesta semana revogar credenciais de pelo menos 13 jornalistas americanos de três dos mais importantes veículos dos EUA.

Mas o caldo engrossou mesmo quando Donald Trump se referiu à Covid-19 como "vírus chinês", justamente quando a China começava a questionar a origem do vírus. Pequim achou por bem endossar uma das teses das redes sociais, e um porta-voz do governo sugeriu que o vírus havia sido levado a Wuhan por militares americanos.

Nesta semana, Trump aproveitou o ensejo para dobrar a aposta. Disse que era apropriado chamar de vírus chinês. Pequim protestou, disse que a intenção de Trump era estigmatizar o país e ressaltou que a denominação (contra as orientações da OMS) alimentava xenofobia.

Esses eventos não são alheios à dinâmica eleitoral americana. Depois de desacertos no início do combate à Covid-19, Trump agora corre atrás do prejuízo (em um momento em que a China colhe os louros dos seus esforços). Enquanto a situação não melhorar para os EUA, culpar a China será o remédio, o que ajuda a tirar o foco de erros internos.

Mais, uma possível recessão nos EUA poderá comer a reeleição de Trump pelas beiradas. É politicamente irresistível para ele apontar o dedo para inimigo externo —com nome e endereço certos— para atribuir males que o podem acometer na economia.

Por outro lado, se a resposta de Trump for eficaz, os americanos podem premiá-lo nas urnas. Enquanto isso, e por via das dúvidas, culpar a China parece seguro.

É lamentável surgirem novas dificuldades relacionadas à pandemia, desviando as atenções do problema que deveria importar.

Esses novos focos de tensão dificultam a coordenação de esforços para combater a crise real. Criar outra, política, pode interessar à agenda de um ou outro, mas não ajuda em nada a combater a Covid-19 ou a proteger a economia mundial do colapso.

O relacionamento das duas potências se deteriora quando o mundo mais precisa dele. China e EUA devem atacar o inimigo comum em vez de se atacar.

| DOM. Sylvia Colombo | SEG. Mathias Alencastro | SEX. Tatiana Prazeres | SÁB. Roberto Simon, **Jaime Spitzcovsky**

'O perigo mora em casa, e driblar a ansiedade é fundamental'

DIÁRIO DE UM CONFINAMENTO

Susana Bragatto

BARCELONA Dia #6 – Quinta, 19 de março. Cena: Hoje bateu.

Enquanto vejo notícias do Brasil e vídeos no "fofobuqui" do Yo-Yo Ma tocando Bach para acalmar nossos ânimos, a Espanha marca mais de 17 mil contaminados pelo coronavírus, num total de pelo menos 3.400 novos casos em um único dia. Meu coração, não sei por quê, bate hoje mais ansioso.

O aumento vertiginoso de casos é esperado. Segundo o Conselho de Saúde de Madri, o ápice de contágios deve se dar dentro de aproximadamente seis ou sete dias, com um ponto de inflexão a partir de meados de abril.

Por aqui, hoje anunciam que vão proibir dinheiro vivo para pagar ônibus, reforçar a disponibilidade de testes rápidos para casos leves e medidas mais que começam a se acumular como "poperô" de mil carros tunados em minha aturdida cabeça, saturada de corona corona corona 24h/7.

Num grande supermercado perto de casa, quase é mais fácil dizer o que tem, não o que falta: a horda taquicárdica deixou para trás umas fraldas geriátricas XL e lenços ultramentolados (que eu comprei sem me ligar, pensando que-sortetenho de encontrar um pacote de lenços para chamar de meu); amaciantes supercaros com perfumes crípticos; feijão-branco em lata; luvas de limpeza de privada aroma lavanda.

Tanto perfume artificial metido em pacotes plásticos subitamente me dá enjoo. Eu me apoio (com luvas) na gôndola de chocolates (sem chocolates) para respirar fundo (pela máscara, criando aquele bafo quente circular infinito, o que me dá ainda mais angústia).

À noite, em nosso isolamento domiciliar, vemos "Os Sete Samurais" do Kurosawa na tevê. Dá saudade de casa (sou "mezzo-descendente" de japonês e italiano, um crássico paulistano). Tô de quarentena, mas posso ver um épico de três horas e meia numa quarta à noite, penso. No fim (spoiler, spoiler!!!), o samurai-chefe observa a colina repleta de sepulturas depois da batalha contra ladrões em uma aldeia rural do Japão feudal e comenta ao companheiro: nós perdemos. Quem ganhou foram eles —e a imagem P&B corta pros camponeses cantando e plantando arroz num campo renovado.

Começo a refletir sobre o que vem depois. Depois que a tal batalha mundial acabar.

Como um raio, uma visão randômica e completamente desimportante (ou não) sabota meu fluxo de ideias: penso no Yo-Yo Ma e nos figurinos caseiros em tempos de confinamento. Nos vídeos supracitados, o violoncelista aparece impecável de terno, pronto para ser teletransportado para o Carnegie Hall, no que parece ser a sala de sua casa.

Dedica sua performance "aos profissionais de saúde nas linhas de frente" e oferece um lindo Dvořák com a legenda: "nesses dias de ansiedade, quis encontrar uma maneira de seguir compartilhando algumas músicas que me reconfortam [...] Stay safe". Meu coração vai se tranquilizando, obrigada. Pode ser fetiche, mas para eu ficar ainda mais emocionada, eu queria ver o Yo-Yo Ma tocando de pijama.

Funcionário do governo desinfeta rua de Nairóbi, no Quênia, em ação de prevenção contra o coronavírus Tony Karumba/AFP

Pandemia avança devagar, mas OMS diz para África se preparar para o pior

Com posição periférica nas cadeias globais, continente registra só 0,33% dos casos no mundo

Fábio Zanini

Evolução do coronavírus por região*

Onda da pandemia, que começou na China, tem pico agora na Europa

*Considerado o mapa de regiões da Organização Mundial da Saúde **A arte considerou os dados publicados no relatório diário da OMS até o dia 17 de março uma vez que, devido a uma mudança de metodologia da coleta de informações, há disparidade de números para o dia 18 ***Águas internacionais, por exemplo um navio cruzeiro Fonte: Organização Mundial da Saúde

Coronavírus avança na África

Casos confirmados

Etiópia, Tanzânia, Seichelles e Guiné Equatorial 6
República do Congo, Namíbia, Ilhas Maurício e Maiote* 3
Libéria, Benin, Sudão, Zâmbia e Mauritânia 2
Gabão, Somália, Togo, República Centro-Africana, Guiné, Djibuti, Suazilândia, Chade e Gâmbia 1

Total 798

Proporção no mundo 0,33%

Mortes

Total 20

Proporção no mundo 0,19%

*Departamento francês na costa africana
Fonte: John Hopkins Coronavirus Resource Center

SÃO PAULO Com o número comparativamente modesto de 798 casos confirmados de coronavírus até a noite desta quinta (19), ou irrisórios 0,33% do total mundial, a África tem passado a impressão de que foi milagrosamente poupada do pior da pandemia.

Nada mais falso, como alertou nesta quinta o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), o etíope Tedros Ghebreyesus.

"A África, meu continente, precisa acordar", disse ele, numa entrevista coletiva em Genebra. "É preciso evitar grandes concentrações e fazer todo o possível para cortar [a pandemia] pela raiz, esperando que o pior pode acontecer."

A previsão de médicos e autoridades locais é que o cenário deve piorar em breve. Por enquanto, a epidemia atingiu 35 dos 54 países, além de duas regiões administrativas da França na costa africana.

Apesar de a proporção de casos ser bem menor do que a fatia africana na população mundial, que é de cerca de 16%, o peso relativo dos números do continente vem crescendo lentamente. No início da semana, eram cerca de 0,2% os casos africanos no cômputo global.

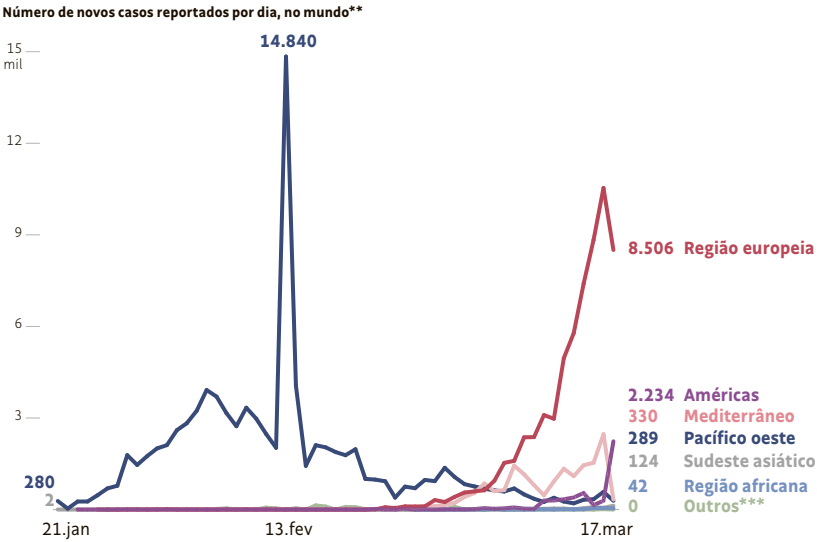
"Estamos no início da curva, sob muita pressão pelo que virá em breve", declarou à **Folha** Adriano Duse, chefe do Departamento de Microbiologia e Doenças Infecciosas da Universidade Witwatersrand, uma das mais importantes da África do Sul.

"Estamos trabalhando 24 horas por dia, sem direito a descanso", disse ele, membro da força-tarefa médica montada pelo governo sul-africano para lidar com a doença.

A lenta marcha das estatísticas na África pode ter sido afetada por problemas de detecção do vírus pelos deficientes sistemas de saúde locais.

Mas é resultado sobretudo da posição periférica do continente nas cadeias globais, disse Elizabeth Sidiropoulos, diretora do Instituto Sul-Africano de Relações Internacionais, um dos principais think tanks do continente.

"A integração da África com o resto do mundo é assimétrica", afirma Sidiropoulos.

Ligações aéreas do continente com outras partes do mundo são menores, assim como o intercâmbio de pessoas e mercadorias.

Além disso, o movimento mais frequente é de africanos saindo do continente, como mostram as ondas de imigrantes para a costa mediterrânea, e não o inverso, de pessoas que poderiam chegar trazendo o vírus.

Mas menos ligações não significam que elas sejam inexistentes, alertou a própria OMS. Hoje há enorme volume de investimentos da China, epicentro da pandemia, na África.

"Sistemas de saúde frágeis e ligações entre a China e a África significam que a ameaça representada por esse novo vírus é considerável", afirmou a organização em comunicado, no início do mês.

Não por acaso, os países mais afetados são os que têm maiores conexões com o resto do mundo. O líder é o Egito, com 256 casos confirmados, seguido por África do Sul (150) e Argélia (87). Já são 20 mortes no continente todo.

"A África tem sistemas de saúde que só podem ser descritos como frágeis, com algumas exceções localizadas em países como África do Sul, Quênia e o norte do continente", diz Sidiropoulos.

Há incidência endêmica de doenças como tuberculose e Aids, que podem precipitar os óbitos caso pacientes peguem também coronavírus.

Por outro lado, é um continente com população relativamente jovem. Apenas 5% do 1,3 bilhão de africanos têm mais de 65 anos de idade, principal grupo de risco. Na Itália, um dos países que mais sofrem com a crise, são 23%.

Sidiropoulos aponta outro problema sério no continente: a falta de redes de proteção social e previdenciária para trabalhadores, muitos dos quais vivem na informalidade.

"É possível para um trabalhador formalizado atuar em esquema de home office, mas essa não é uma opção para um motorista de lotação ou vendedor de cigarros em Nairóbi [capital do Quênia]", diz ela.

Alguns dos principais países do continente têm seguido medidas de restrição à circulação de pessoas em linha com o resto do mundo.

No domingo (15), o governo sul-africano declarou "estado de desastre nacional", proibindo viagens para países com altos índices de infecção e reuniões de mais de cem pessoas, entre outras medidas.

"Nunca na história da nossa democracia nosso país foi confrontado com situação tão severa", disse em pronunciamento na TV o presidente Cyril Ramaphosa.

Nenhuma autoridade arrisca prever qual a velocidade com que a doença se espalhará pela África, mas o fato de que países muito populosos do continente ainda têm poucos casos indica que os números tendem a explodir em breve.

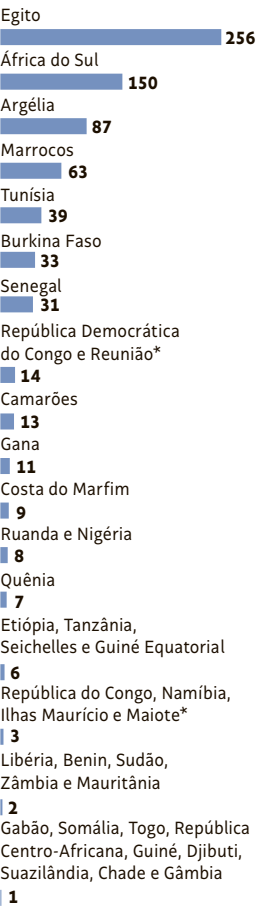
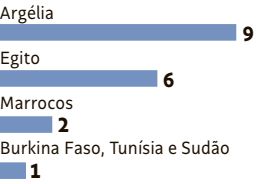
Na Nigéria, por exemplo, com 200 milhões de habitantes, houve até o momento só oito casos. Na Etiópia, com 115 milhões, somente seis.

Paradoxalmente, afirma Sidiropoulos, a África tem uma certa vantagem sobre os demais continentes pelo fato de grandes emergências de saúde serem parte da rotina.

Foi o continente mais afetado no auge da epidemia de Aids, no início deste século, e enfrentou duas crises recentes de ebola, no oeste africano (2014-16), e na República Democrática do Congo (2018-19).

"Há uma estrutura de saúde montada para essas crises que pode ser usada agora", diz ela.

Outro ponto positivo em meio a um cenário fúnebre é a lição aprendida com a resposta tardia dada pela África do Sul no início do surto de Aids, que custou milhares de vidas enquanto o governo atacava a eficácia de medicamentos antirretrovirais.

"A reação naquele momento foi terrível, e as pessoas se lembram das consequências até hoje. Agora a atitude é diferente", afirma.

O IMPACTO NO MUNDO

Argentina terá quarentena total

Depois de reunir-se por toda a tarde com governadores, ministros e representantes da oposição, o presidente argentino, Alberto Fernández, decretou quarentena total no país, a partir desta sexta (20) até pelo menos 31 de março. A quarentena será vigiada por soldados do Exército e policiais. Só serão permitidos o trânsito de quem for comprar alimentos e remédios ou buscar dinheiro em caixas automáticos próximos a suas residências. Também será possível ir a médicos e hospitais para atendimento.

Chile adia plebiscito sobre nova Constituição

Os partidos do Chile chegaram a um acordo e aprovaram o adiamento do plebiscito que decidirá se o país deve elaborar uma nova Constituição. A votação, que estava marcada para abril, deve ocorrer em 25 de outubro. A possível mudança da Constituição é uma resposta aos protestos que sacodem o país desde o fim do ano passado por melhores condições sociais.

Trump cancela cúpula do G7

O presidente dos EUA, Donald Trump, vai cancelar o encontro programado para junho com os líderes do G7, que iria ocorrer nos EUA. A informação foi confirmada nesta quinta (19) pela Casa Branca à agência Reuters. O G7 reúne sete das principais economias do planeta —Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido, com a União Europeia como convidada. Com o cancelamento, Trump irá fazer uma reunião por teleconferência.

Governo dos EUA pede que cidadãos retornem

O governo americano recomendou nesta quinta que seus cidadãos que estejam no exterior retornem o quanto antes aos EUA em voos comerciais disponíveis, a menos que estejam preparados para passar "um período indefinido" fora do país. O Departamento de Estado pediu ainda para que aqueles que estiverem nos EUA não façam viagens internacionais.

Europa cria estoque de máscaras e respiradores

Com a Itália apelando à China para receber máscaras de proteção e montando às pressas hospitais de campanha, a União Europeia anunciou nesta quinta um estoque central de equipamento médico e hospitalar para atender às vítimas do coronavírus. A ideia é que um dos 27 países do grupo coordene a compra de equipamentos de proteção e de ventilação, vacinas, remédios e material para laboratório, que possam abastecer rapidamente países em crise.

Cientista no Reino Unido está com coronavírus

O coordenador de um estudo que previu até 250 mil mortes por causa do coronavírus se o Reino Unido não adotasse medidas drásticas de isolamento social anunciou nesta quinta que seu teste para contágio deu positivo. Neil Ferguson, professor do Imperial College de Londres, havia se isolado na quarta, depois de ter se sentido mal na noite anterior.

Turistas esperam por voos para sair do Peru um dia após o país ter entrado em estado de emergência Luka Gonzales - 16.mar.20/AFP

Brasil confirma dois voos para repatriar brasileiros no Peru

Entre 3.770 turistas, transplantados e diabéticos estão quase sem remédios

Flávia Mantovani

SÃO PAULO A Embaixada do Brasil no Peru divulgou os dois primeiros voos para trazer de volta turistas retidos no país desde o fechamento das fronteiras. "Após intensas negociações com as companhias aéreas, foram confirmados os primeiros voos para a repatriação de turistas brasileiros que se encontram no Peru", diz nota divulgada nas redes sociais da embaixada.

Estão previstos dois voos para sexta (20), de Lima com destino ao aeroporto de Guarulhos, um da companhia aérea Gol e outro da Latam.

A nota diz ainda que os passageiros serão contatados pelas companhias aéreas para detalhar os procedimentos.

Segundo o órgão, há 3.770 turistas do país no Peru. Não se sabe quantos deles poderão voltar nos dois voos anunciados. Brasileiros nessa situação postaram vários questionamentos na página da embaixada no Facebook.

Eles querem saber o que acontecerá com passageiros de outras companhias aéreas e com aqueles que estão fora de Lima, como em Cusco, descrita pelos turistas como "zona de guerra" neste momento.

As fronteiras internas também foram fechadas, o que os impede de sair de lá. Na noite de domingo (15), o presidente do Peru, Martín Vizcarra, decretou estado de emergência nacional por 15 dias para evitar a propagação do vírus.

A medida teve aplicação quase imediata, pegando brasileiros de surpresa, que ficaram sem opção de transporte para voltar, retidos em cidades com comércios e hotéis fechados e com a orientação de não saírem às ruas.

Na terça (17), o governo peruano autorizou a saída de estrangeiros por via aérea. Peruanos fora do país também foram autorizados a voltar. O Itamaraty informou que a embaixada em Lima fez "gestões em alto nível junto às autoridades peruanas" para viabilizar a autorização.

Entre os mais preocupados com a demora para voltar ao Brasil estão pessoas com doenças prévias. No grupo de turistas, há transplantados com remédios no fim, pessoas que tomam antidepressivos controlados que também estão ficando sem estoque, diabéticos, hipertensos e um idoso com enfisema pulmonar.

A **Folha** conversou com alguns deles. Há uma família com três integrantes doentes: a recepcionista Gisele Silveira, 32, que é transplantada renal, sua sogra, Maria das Graças Silveira, 71, que tem diabetes e hipertensão, e seu sogro, Sebastião, 74, com enfisema nos dois pulmões.

Moradores do estado do Rio de Janeiro, eles chegaram ao Peru no último dia 5, para visitar uma parente, com passagem de volta para o dia 20.

Gisele toma um imunossupressor, medicamento para evitar a rejeição do corpo ao órgão transplantado. O último comprimido termina no domingo (22). Ela tem consulta marcada para segunda (23) no Brasil, na qual conseguiria a receita para obter o remédio —de alto custo e fornecido pelo governo.

"Não posso ficar sem tomar porque corro o risco de uma rejeição ao rim e de ir a óbito", disse à **Folha**. "Além de tudo, sou grupo de risco para o coronavírus por ter a imunidade muito mais baixa."

O sogro dela, Sebastião, também está com medicamento no fim. "Para economizar o remédio, ele está tomando dia sim, dia não. Se acabar, ele vai ficar muito pior", afirma a mulher Maria das Graças. A família conta que foi visitada por um médico enviado pela embaixada brasileira nesta quarta (18) à noite.

Receberam auxílio financeiro para remédios, mas o imunossupressor não é vendido em farmácias. "Disseram para nos acalmarmos, mas como sofrendo risco de vida?", questiona Maria das Graças.

Diabético e hipertenso, o agente de turismo Mauro Veríssimo, 45, só tem remédio para esta quinta. "Sem ele, minha glicose pode chegar a 400, e eu ficaria com uma dor de cabeça insuportável, sujeito a um infarto", afirma.

Ele diz ter informado a embaixada, mas que até agora só recebeu respostas protocolares. Sua maior preocupação é contrair a Covid-19 em um país estrangeiro. "Estou sozinho aqui, e sou presa fácil do coronavírus", conta. "Estou com medo, muito medo."

Há ainda relatos de alguns brasileiros no Peru que afirmam acreditar ter os sintomas de coronavírus, mas preferem não se expor por medo de serem impedidos de voltar.

Alguns profissionais de saúde do grupo foram acionados para orientá-los. Uma médica disse à **Folha** que em dois casos que ela orientou os sintomas não são de Covid-19.

Procurado, o Itamaraty afirma que está dando "especial atenção a casos consulares envolvendo idosos, crianças e pessoas com desvalimento". Até o momento, não há notícia de brasileiros contaminados pelo coronavírus no Peru, diz a nota. O ministério não respondeu o que aconteceria caso alguém do grupo tenha Covid-19.

Para enfrentar a crise, os brasileiros criaram grupos em redes sociais com quem está no Peru. Os administradores, no entanto, precisaram limitar as permissões de postagens para evitar fake news e tentativas de golpes.

Segundo eles, havia pessoas divulgando formulários de cadastro falsos, que alguns confundem com os formulários oficiais da embaixada e acabam preenchendo. Depois disso, eles receberam telefonemas de desconhecidos com sotaque espanhol oferecendo supostos voos, pagos, para o Brasil, antes do anúncio oficial do Itamaraty.

Uruguai investiga socialite ligada a pelo menos 44 infecções

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Até esta quinta (19), o Uruguai contabiliza ao menos 55 casos confirmados de coronavírus, uma cifra considerada alta para o tamanho da população do país, de cerca de 3,5 milhões de pessoas.

A Argentina, com mais de 43 milhões de habitantes, tem 97 casos. A explicação para grande parte do número uruguaio chega a ser tragicômica.

A decoradora Carmela Hontou, 57, ficou doente em duas passagens pela Europa no início do ano e foi a um casamento com 500 convidados no dia em que voltou ao país.

Hontou teve febre alta e inflamação na garganta quando foi a Milão e Madri em janeiro.

Um médico que a examinou na Espanha receitou antibióticos por 14 dias e recomendou que, ao chegar ao Uruguai, fizesse exames. "Eu tomei menos, porque me sentia bem", disse ela, que não fez exames.

No fim de fevereiro, foi a trabalho outra vez às duas cidades. Ao chegar a Madri, sentiu-se mal. Procurou conhecidos em Milão, que recomendaram não viajar à cidade, muito afetada pelo coronavírus.

Ficou alguns dias na capital espanhola e teve febre. Em 7 de março, voltou ao Uruguai. Como não havia o registro de Covid-19 no país, ainda não havia protocolo em vigor no aeroporto de Carrasco.

Hontou foi para casa e, mesmo com sintomas de que poderia estar infectada, compareceu a um casamento da alta sociedade uruguaia.

Segundo o jornal uruguaio El Observador, fontes do ministério de Saúde Pública afirmam que, dos 55 casos c no país, 44 foram a partir da cerimônia —nem todos foram à festa, mas foram infectados a partir do "vetor Carmela".

Ao site Infobae, a decoradora disse que o noivo é "como um filho" para ela. Após a festa, Hontou voltou a passar mal, foi a um hospital e recebeu o diagnóstico de coronavírus. Um escândalo, então, tomou conta de seu círculo de amigos e das redes sociais.

Houve muitas críticas: "Ela não sabe o que está acontecendo no mundo?", "vive em um túper [um Tupperware]?" e "ela poderia ter contaminado um povoado inteiro".

Ao Infobae, ela se defendeu. "Pensam que fui a um casamento só para propagar um vírus, tratam-me como uma terrorista, e não foi assim."

Hontou se transformou num dos primeiros casos, se não o primeiro, de coronavírus no Uruguai. Na sequência, outros 20 convidados da festa receberam a notícia de que estavam contaminados.

A partir do caso, o governo adotou o protocolo de manter em quarentena quem chega dos países mais afetados mesmo sem sintomas.

A história não parou aí. Liberada do hospital para cumprir quarentena em casa, Hontou foi denunciada por vizinhos e pelo porteiro do prédio de que continuava a receber amigos e parentes. Entre os visitantes, seus dois filhos.

Assim, o promotor Alejandro Machado passou a investigar a conduta da empresária e prepara uma acusação formal na Justiça de dano e violação às regras de vigilância sanitária. Também emitiu ordem para que os filhos de Hontou sejam investigados.

Um dos filhos da empresária já recebeu o diagnóstico de coronavírus e não estaria fazendo o isolamento obrigatório. A lei uruguaia determina que atentar contra a segurança sanitária é passível de pena de 2 a 24 meses de prisão.

As autoridades sanitárias estão, ainda, convocando todos os presentes ao casamento em que Hontou esteve para que realizem exames.

O vice-ministro de saúde pública, José Luis Satdjian, usou o episódio como exemplo de responsabilidade coletiva que todos deveriam assumir.

Hontou respondeu às críticas por meio das redes sociais. Em posts no Instagram, disse que decidiu ir à festa porque "não estava mal e não tinha nenhum sintoma".

A empresária afirma ainda que, ao retornar ao Uruguai, perguntou no aeroporto se havia alguma medida a quem chegasse da Europa, e a resposta foi negativa.

TODA MÍDIA

Nelson de Sá
nelson.sa@grupofolha.com.br

Imprensa chinesa vê 'loucura' e 'xenofobia' em Eduardo

No Global Times/Huanqiu impresso, a manchete é "'Vírus Chinês' sai pela culatra". Na edição digital, "Palavras racistas de Donald Trump provocam ódio e alimentam xenofobia global". O exemplo de xenofobia apresentado pelo jornal do PC chinês é Eduardo Bolsonaro.

O filho do presidente "está culpando a China pelo surto de coronavírus, refletindo os esforços incansáveis de alguns países para repassar para Pequim sua incompetência em conter o vírus".

Em texto intitulado "Estigmatizar a China 'prejudica cooperação'", o Huanqiu noticia que a embaixada no Brasil "protestou contra a estigmatização da China pelo deputado" e ressalta a crítica do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a Eduardo.

Entrevista Zhou Zhiwei, da Academia Chinesa de Ciências Sociais, para quem, "embora muitos no Brasil advoguem laços próximos com a China, o governo de extrema direita é seguidor próximo do governo Trump" e age com "oportunismo e jogo duplo na cooperação comercial".

Por outros veículos e plataformas, a repercussão na China é semelhante, com as mensagens tuitadas pelo filho de Jair Bolsonaro sendo descritas até como "loucas".

'QUEDA NO HORIZONTE' O eventual racha sino-brasileiro vem ecoando especialmente na Argentina, país que concorre pelo mercado chinês. O Clarín juntou o "protesto enérgico" do governo chinês aos cortes "abruptos" nas projeções para a economia brasileira nos bancos internacionais. JP Morgan e Goldman Sachs já apontam "recessão", com queda de 1% no PIB.

VÍRUS AMERICANO? Da ampla reação dos chineses a Trump em mídia social, vem sendo destacado um texto irônico de WeChat escrito pelo neurobiólogo Rao Yi, reitor da Universidade Médica de Pequim. "Como o primeiro caso de Aids foi registrado nos EUA em 5 de junho de 1981, o HIV deveria ser chamado de vírus americano?", pergunta ele.

POR UM FIO Via NYT e outros, a Reuters alerta em despacho de Seattle que com a crise a americana Boeing teria de pagar três vezes o valor da brasileira Embraer para fechar a compra. "Aumentaram as chances de que o negócio não saia", diz um analista.

In briefing notes, Trump crosses out 'Corona' and replaces it with 'Chinese' virus

RABISCANDO
Jabin Botsford, fotógrafo do Washington Post, flagrou Donald Trump trocando 'coronavírus' por 'vírus chinês' em texto preparado para uma entrevista na quinta (19)

Estados e municípios pedem à União repasses extras e suspensão de dívida

Entes dizem já constatar queda na demanda e na arrecadação em consequência do coronavírus

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Estados e municípios entregaram ao governo federal uma série de demandas, como recursos para saúde, compensações em razão da perda de arrecadação, suspensão de pagamento de dívidas e possibilidade de corte em salários de servidores.

Os governos estaduais pediram ao Ministério da Economia o repasse de R$ 15,6 bilhões mensais para o enfrentamento ao coronavírus, sendo R$ 14 bilhões para cobertura de perdas financeiras com a queda de arrecadação.

A suspensão por 12 meses do serviço da dívida pública dos estados junto a União e bancos públicos representa outros R$ 3 bilhões mensais (R$ 36 bilhões no total).

Por um período de três meses, também solicitaram o repasse de R$ 1,66 bilhão mensais, ou R$ 5 bilhões no total, para o financiamento de ações emergenciais de saúde.

As demandas foram encaminhadas em ofício ao ministro da Economia, Paulo Guedes, no qual afirmam que já é possível observar queda na demanda e, consequentemente, na arrecadação tributária, sendo que o fluxo de bens nos sistemas de controle interno e de fronteiras aponta para uma contração muito maior nos próximos dias.

Em relação aos recursos para a saúde, os estados dizem que as verbas são necessárias não só para a instalação de mais leitos nos hospitais mas também para custear gastos com pessoal, logística e infraestrutura, além de ampliação de serviços ambulatoriais.

O ministro Paulo Guedes durante anúncio de medidas contra os efeitos do coronavírus na economia Adriano Machado - 16.mar.20/Reuters

> “É essencial antever essas necessidades e prover a gestão do SUS de recursos adicionais de forma tempestiva
>
> **governos estaduais** em carta ao Ministério da Economia

“É essencial antever essas necessidades e prover a gestão do SUS de recursos adicionais de forma tempestiva, sob pena de assistirmos ao colapso sanitário e econômico da nação”, traz o documento.

Entidades que representam prefeitos também apresentaram ao governo uma série de reivindicações para enfrentar a crise do coronavírus.

A FNP (Frente Nacional dos Prefeitos) entregou ofício ao presidente Jair Bolsonaro e ao Ministério da Economia no qual pede, por exemplo, a suspensão de pagamentos de precatórios e do recolhimento de FGTS, INSS e Pasep por estados e municípios relativos a empregados públicos, parcela patronal e Regimes Próprios de Previdência Social.

Pedem ainda um orçamento especial de crise, separado das demais contas públicas, para contratar médicos e demais profissionais em caráter emergencial e instituir programas de investimentos públicos em infraestrutura.

“Gastos emergenciais com saúde, e outros eventuais, precisam receber um tratamento diferenciado excepcional, no Orçamento, no controle, nas prestações de contas, seja para fins de verificação dos limites constitucionais mínimos, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da emenda do teto de gastos”, diz a entidade.

A FNP pede também que o governo federal suspenda a rolagem da dívida do Tesouro e todos os demais financiamentos do governo, além da unificação dos mínimos constitucionais de saúde e educação para vigorar neste ano.

A CNM (Confederação Nacional de Municípios) entregou documento à Presidência, ao STF (Supremo Tribunal Federal) e ao Congresso no qual pede a liberação de R$ 2,4 bilhões para atenção primária de saúde (parte dos cerca de R$ 5 bilhões da medida provisória 924/2020) e 50% dos recursos já anunciados do DPVAT (R$ 2,25 bilhões) para o SUS (Sistema Único de Saúde).

A confederação também pede para compensar a queda da arrecadação municipal esperada com a paralisação de parte das atividades econômicas, sempre que o valor mensal do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) for inferior ao transferido em 2019.

A suspensão do pagamento da dívida de R$ 50 bilhões com o RGPS (Regime Geral de Previdência Social) por 120 dias também está na lista, além do adiamento da contribuição patronal aos Regimes Próprios de Previdência.

Segundo a Reuters, o deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) afirmou que o chamado Plano Mansueto, cujo projeto de lei está sob sua relatoria, pode ser uma porta de entrada para novas medidas de ajuda a estados, como a suspensão do pagamento de dívidas por 12 meses e aumento de transferências aos entes.

As declarações foram dadas após reunião com a equipe econômica. Questionado sobre o tema na terça (12), o Tesouro informou, via assessoria de, que “os assuntos de fato foram discutidos na reunião, estão sendo devidamente analisados e, quando houver uma decisão, ela será amplamente divulgada”.

O Plano Mansueto foi enviado ao Congresso em 2019 e mira a concessão de garantias da União para empréstimos contratados por estados e municípios, estabelecendo contrapartidas de ajuste fiscal em troca desse auxílio.

Com Reuters

RS declara calamidade pública e anuncia medidas econômicas

Paula Sperb

PORTO ALEGRE Por causa da pandemia do novo coronavírus, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), anunciou medidas econômicas para tentar minimizar a crise. O anúncio foi feito na noite de quarta-feira (18). Nesta quinta-feira (19), Leite declarou situação de calamidade no estado.

O Banrisul, principal banco público do Rio Grande do Sul, vai apresentar condição de carência de dois meses para pagamento de dívidas por crédito adquirido por micro, pequenas e médias empresas. Para as empresas com esse perfil, o limite de crédito será ampliado em 10%. O Banrisul tem R$ 3 bilhões pré-aprovados para empresas que estejam no limite de crédito.

Para pessoas físicas, o Banrisul anunciou R$ 11 bilhões para empréstimos e aumento de 10% no limite do Banricompras. O Banricompras é o serviço de débito, compras a prazo e compras parceladas com o cartão do Banrisul.

“A questão econômica impacta a vida das pessoas. A gente não está aqui falando em economia para salvar CNPJs, as empresas propriamente ditas, mas o que toca a vida das pessoas, os funcionários, empregados, aqueles que vão ter a vida atingida. Porque parar tudo, absolutamente, sem dúvida nenhuma vai impactar a vida de muita gente e empregos”, disse Leite no vídeo do anúncio.

Além do Banrisul, o governador gaúcho articula medidas com outros dois bancos do estado, o Badesul (Banco de Desenvolvimento) e o BRDE (Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul).

O secretário da Fazenda, Marco Aurelio Cardoso, disse que os estados têm procurado o governo federal para encontrar uma maneira para que os empreendedores e as pessoas em geral ultrapassem os próximos meses da crise.

Cardoso afirmou que o exemplo dos demais países, que já estão em fase mais avançada da pandemia, mostra a importância da ação do governo federal.

Leite disse que o Brasil precisa disso também. “A gente roga ao governo federal, ao presidente da República, ao ministro da Economia, as ações necessárias”, disse o governador. Para o tucano, o governo deve priorizar medidas que ampliem o crédito e de apoio aos governos estaduais.

“Estamos fazendo tudo que está ao alcance do estado. O governo tem suas limitações fiscais, limitações na competência legal. Boa parte do impacto vai ser sentida na economia, das ações que devem ser empreendidas em nível federal”, disse Leite.

De acordo com o governador, medidas como isentar ou diminuir os tributos estaduais ficam limitadas no momento por causa da queda da arrecadação, daí a importância da ajuda federal.

Além do novo coronavírus, o Rio Grande do Sul sofre com uma grave estiagem. O Banrisul tem R$ 400 milhões disponíveis para custeio da safra com três anos de prazo para pagamento.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Prescrição

Em um dos setores isentos das medidas de restrição ao funcionamento do comércio por causa do coronavírus, Antonio Carlos Pipponzi, presidente do conselho da gigante do varejo farmacêutico Raia Drogasil, afirma que o abastecimento está normal, apesar da escassez do álcool em gel em todo o mercado. O governo de SP anunciou na quinta (19) que os supermercados venderão álcool em gel sem margem de lucro. O mesmo deve ser feito nesta sexta (20) com as farmácias.

COMPRIMIDO Em meio à crise, Pipponzi afirma que a Raia Drogasil resolveu segurar os planos estratégicos e se concentrar na operação para atravessar a pandemia.

TERCEIRA IDADE Além da questão do álcool em gel, que o empresário diz ser uma preocupação da rede, até para manter o atendimento, ele afirma que nos últimos dias estudou medidas como a implantação de horários especiais para idosos.

PACIÊNCIA Pipponzi considerou adequadas as medidas tomadas pelo governo até agora na economia, mas ressalva que é preciso ter calma com a ambição reformista. "A reforma tributária é super complexa para ser discutida. Imagine isso sendo feito neste momento em que os serviços estão sofrendo tanto", afirma.

NA TELA Ele próprio, já trabalhando em home office, afirma que agora faz tudo por videoconferência, nova modalidade de reunião com seus colegas do conselho.

PROSA

Temos um cenário complexo por causa de uma combinação de crises, da saúde, da economia e da política. Mas neste momento vamos canalizando para um bom senso e espírito mais colaborativo. A tendência é aproximação

Antonio Carlos Pipponzi
presidente do conselho da Raia Drogasil

REMOTO Assim como aconteceu em outros países com a adoção do home office após o avanço do coronavírus, alguns modelos de notebooks começam a esgotar em sites de comércio eletrônico.

PRORROGAÇÃO O São Paulo Futebol Clube ofereceu nesta quinta (19) a infraestrutura do time para os esforços do governo paulista no combate ao coronavírus, inclusive o estádio do Morumbi, que pode ser usado para hospital de campanha. Os centros de treinamento no bairro da Barra Funda e na cidade de Cotia (SP) também foram liberados.

APITO Uma das ideias, segundo pessoas que participaram da decisão, é permitir que os familiares dos pacientes possam observá-los a distância, das arquibancadas. A Secretaria de Saúde afirma que recebeu o comunicado do clube e que vai avaliar a viabilidade técnica e as necessidades.

OLHO NO LANCE Minutos depois que o São Paulo ofereceu sua infraestrutura, o Corinthians e o Santos aderiram ao movimento com ações semelhantes. De acordo com o Palmeiras, o Allianz Parque, estádio do clube, também ficará à disposição.

MARTELO A rede de materiais de construção Leroy Merlin, que suspendeu as atividades em Santa Catarina e deve fechar suas unidades em SP nesta sexta (20), pediu aos governos que as varejistas do setor sejam incluídas na categoria de primeiras necessidades. A medida impediria o fechamento temporário das lojas.

LABORATÓRIO A Embrapii (empresa de pesquisa e inovação industrial) vai liberar R$ 6 milhões nesta sexta (20) para micro e pequenas empresas desenvolverem soluções que envolvam o diagnóstico e tratamento do coronavírus. Do total, R$ 2 milhões serão investidos com o Sebrae.

MÃO Após visitar 43 lojas que vendem álcool em gel e máscaras nesta semana, o Procon-SP diz que só encontrou os itens em duas delas. A fundação pediu notas fiscais emitidas desde o início do ano para avaliar se houve sobrepreço.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS
Março, em % ao mês

Fonte: Procon-SP

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência fevereiro*

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín.	R$ 1.045	20%	R$ 209
Valor máx.	R$ 6.101,06	20%	R$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ R$ 1.045	5%	R$ 52,25

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.830,29	8%
De R$ 1.830,30 até R$ 3.050,52	9%
De R$ 3.050,53 até R$ 6.101,06	11%

*O prazo para empresas vence no dia 20.mar e, para pessoas físicas, venceu em 16.mar

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

	Alíquota	Mínimo em R$	Máximo em R$
Empregado	De 8% a 11%	97,28	671,11
Empregador	20%	243,20	1.220,21

*O prazo para o patrão da doméstica venceu no dia 6.mar. A guia de pagamento dos patrões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário

Clima de enterro da responsabilidade fiscal é caminho perigoso

É importante agora gastar, e muito, com o que é essencial, mas é preciso ser temporário, apenas enquanto a crise durar

ANÁLISE

Marcos Mendes
Pesquisador associado do Insper, é autor de 'Por que É Difícil Fazer Reformas Econômicas no Brasil?'

A crise sanitária e a necessidade de parada súbita da economia levaram o governo federal a pedir a decretação de calamidade pública com consequente suspensão da obrigação de cumprimento da meta de resultado primário.

Instalou-se, a partir daí, um clima de que a responsabilidade fiscal está enterrada e vale gastar com tudo, pelo bem da reativação da economia. Caminho perigoso.

Não estamos em um caso clássico de escassez de demanda, em que qualquer gasto do governo faz a roda voltar a girar. Vivemos uma parada súbita do sistema produtivo: trabalhadores e consumidores em quarentena, lojas fechadas e falta de insumos. E enfrentamos essa situação com as contas públicas em pandarecos.

É fundamental ter prioridades. Importante gastar, e muito, com o que é essencial: ações de saúde, sustentação de renda de pobres e informais, capital de giro para empresas.

Manter os portos e canais de distribuição funcionando com segurança, organizar racionamento, garantir a ordem pública. Policiamento de fronteira, motins em penitenciárias. Desafios de alto custo financeiro, gerencial e logístico.

O gasto deve focar o essencial para lidar com o tipo de crise que enfrentamos. E precisa ser temporário: enquanto a crise durar.

Se, passada a crise, conseguirmos voltar para a trajetória de ajuste das contas, a dívida mais alta não será um problema grave. Mas, se estivermos com uma conta mais pesada de despesas rígidas e obrigatórias, a dívida sairá de controle: vamos pagar mais juros e a retomada do crescimento será ainda mais difícil.

A experiência da política anticíclica de 2009 nos ensina essa lição. A crise passou, e os estímulos continuaram a todo vapor. A desoneração da folha de pagamentos, então criada, ainda está vigente, 11 anos depois. O desarranjo fiscal ali criado foi a semente da recessão de 2014-16.

Nesse sentido, algumas ações atuais preocupam.

Em plena crise, a Câmara aprovou a MP 899, que inclui a regulamentação do pagamento de bônus aos fiscais da receita. Aumento de remuneração a servidores públicos, um dia depois de se anunciar a possibilidade de corte de até 50% nos salários do setor privado!

Não devemos todos dar nossa cota de sacrifício? O correto seria que os salários mais elevados da administração pública, nos três níveis de governo, fossem temporariamente reduzidos, para ajudar a financiar o esforço de guerra à epidemia.

E o que dizer dos secretários da Fazenda demandando R$ 14 bilhões por mês do governo federal para compensar suas perdas de arrecadação? Uma coisa é cooperação financeira para ações de combate à crise. Outra coisa é uma compensação com gancho jurídico para virar permanente. Estratégia na qual os estados são mestres.

> **[...]**
> **A experiência da política anticíclica de 2009 nos ensina essa lição. A crise passou, e os estímulos continuaram a todo vapor. A desoneração da folha de pagamentos, então criada, ainda está vigente, 11 anos depois. O desarranjo fiscal ali criado foi a semente da recessão de 2014-16**

Também é inadequada a iniciativa de aprovar um novo texto para ampliar o BPC (Benefício de Prestação Continuada). O texto aprovado pelo Congresso estava suspenso por liminar do TCU, que agora volta atrás em nome do combate a crise. Mas não é resposta adequada à crise a ampliação, em caráter permanente, de um programa social caro e de baixa focalização nos mais pobres.

Ademais, o texto em negociação é propício a aumentar a judicialização e os custos gerenciais do programa. E o cerne do problema que levou à liminar do TCU não está resolvido: qual será a fonte de financiamento?

Passada a crise, enfrentaremos um duro retorno ao inevitável ajuste das contas. Seria recomendável, desde já, sobrestar projetos não relacionados à atual emergência e que trazem alto custo fiscal futuro, para que, após a crise, sejam avaliados custos e oportunidade.

Aí se incluem: a PEC do Fundeb (que poderia ser temporariamente prorrogado nos termos atuais), a constitucionalização do Bolsa Família, o fundo extraorçamentário para o ambiente e o 13º salário para o BPC.

Medida provisória regulamenta bônus por desempenho para auditores da Receita

Danielle Brant

BRASÍLIA Idealizada para ampliar as formas de renegociação de dívidas com a União, a medida provisória do Contribuinte Legal, aprovada na noite de quarta-feira (18) pela Câmara dos Deputados, incluiu um dispositivo que regulamenta o bônus por desempenho pago a auditores e analistas tributários da Receita Federal.

A MP do Contribuinte Legal estabelece que a União poderá conceder desconto no valor de créditos tributários na renegociação de dívidas.

Os congressistas inseriram no texto final um trecho que impede que o valor arrecadado com as multas seja usado no cálculo do pagamento do bônus.

Sem regulamentação, o princípio adotado era o de que, quanto mais autuações, maior seria a bonificação aos auditores e analistas tributários, explica o relator da medida provisória, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP).

Na autuação fiscal, além da cobrança do valor principal —o tributo—, há incidência de multa, que pode chegar a 225% do montante, dependendo da gravidade da infração.

A grande preocupação de contribuintes era que o bônus incentivasse a autuação arbitrária, para aumentar o bônus do fiscal. Ou, nas palavras de Bertaiolli, a intenção é "não incentivar o fiscal a mudar a infração e aplicar multas maiores para ganhar um bônus maior", afirma.

Autor da emenda aglutinativa —que reúne mais de uma proposta de mudança ao texto principal— aprovada, o deputado Hildo Rocha (MDB-MA) diz que a principal intenção foi conter o exagero.

"Algumas empresas dizem que eles [os auditores e analistas] aplicam multas só para receber bônus. A proposta é que não recebam bônus sobre multas. Eles continuam a ter bônus, mas o cálculo só tomará como base o valor do tributo, não da multa", resume.

Durante as discussões da medida provisória, ele afirma ter percebido muitos empresários e investidores preocupados com o tema. "A incerteza aumentava o risco do Brasil. Quisemos dar segurança jurídica ao investidor", diz.

Na avaliação de Alberto Medeiros, advogado tributarista do escritório Stocche Forbes Advogados, a falta de regulação mínima também travava o pagamento de bônus.

O TCU (Tribunal de Contas da União) já havia alertado que a falta de parâmetros para a base de cálculo dos bônus impedia a correta mensuração do impacto fiscal da medida aprovada em 2017, diz. "Isso era um ponto que atrapalhava o pagamento aos auditores", afirma.

A mesma MP limitou ainda o valor do bônus a 80% do valor do maior vencimento do cargo em questão —analista tributário e auditor fiscal. A bonificação também não poderá servir de base de cálculo para gratificações e adicionais, explica Medeiros.

"Os valores são recebidos naquele mês e não terão impacto em aposentadoria, vantagens pecuniárias e gratificação. O valor recebido é contabilizado individualmente e não vai integrar a remuneração do servidor", afirma.

Representantes de auditores fiscais viram com bons olhos a regulamentação do pagamento de bônus. Kleber Cabral, presidente do Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita), aprova a vedação de que o bônus seja calculado com base em multas.

"Vejo isso como uma oportunidade para inaugurar um novo paradigma na relação fisco —contribuinte, não pautado na punição, mas no fortalecimento da confiança entre Estado e cidadão", diz.

Procurados, o Ministério da Economia e a Receita Federal não comentaram a inclusão do bônus no texto final.

Desde que foi estabelecido, o pagamento de bônus para auditores é alvo de controvérsias. Em agosto do ano passado, o TCU concluiu que havia indícios de irregularidades no pagamento de bônus de eficiência a auditores da Receita Federal e do Trabalho.

O tribunal viu possível irregularidade na forma como o bônus vem sendo pago porque a LFR (Lei de Responsabilidade Fiscal) determina que, ao se criar uma despesa permanente, o governo precisa indicar fontes de recursos para cobri-la, seja por meio de aumento na arrecadação ou corte de gastos.

+
CNI PEDE QUE GOVERNO ADIE RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS POR TRÊS MESES
A Confederação Nacional da Indústria entregou ao governo um documento de nove páginas com demandas de medidas na área econômica. A entidade defende as iniciativas como necessárias para enfrentar o momento de crise do coronavírus. As demandas na área tributária incluem o adiamento, por 90 dias, do pagamento de todos os tributos federais, incluindo as contribuições previdenciárias. Também seriam parcelados os montantes que tiverem o recolhimento adiado.

MAIS QUE OFERECER **CRÉDITO,** A **DESENVOLVE SP** INCENTIVA UM **FUTURO TRANSFORMADOR.**

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

CNPJ 10.663.610/0001-29

Relatório da Administração - 2019

I. DESENVOLVE SP

A Desenvolve SP é a Agência de Fomento do Estado de São Paulo, criada pela Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.142, de 06 de setembro de 2007. Constituída como pessoa jurídica de direito privado, de capital fechado, é considerada empresa pública não dependente, com autorização do Banco Central do Brasil (Bacen) para seu funcionamento.
Com sede no município de São Paulo e capital integralizado de R$ 1,042 bilhão, a instituição iniciou suas atividades em 11 de março de 2009. Faz parte da administração indireta do Estado de São Paulo e, a partir de 1º de janeiro de 2019, a Desenvolve SP passou a ser vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz).
Constitui o objeto social da Desenvolve SP a promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.
A Desenvolve SP foi concebida como um instrumento institucional de apoio à execução de políticas ativas de desenvolvimento econômico para o estado de São Paulo. O seu papel é coordenar e implantar políticas financeiras de fomento.
Portanto, cabe à Desenvolve SP fomentar projetos de ampliação da competitividade dos agentes econômicos do estado, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico, de acordo com as definições de seu projeto estratégico e em sintonia com as diretrizes e políticas definidas pelo Governo Estadual.
Sua atividade fim é o financiamento de projetos de investimentos de longo prazo, de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos. Além das linhas de financiamento, também é objeto da Desenvolve SP:
- ▶ A prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro;
- ▶ A prestação de serviços com a administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo.

II. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em 2019, como primeiro plano da nova administração, foi realizada a revisão do Planejamento Estratégico para o período de 2019 a 2023. Foram definidas as prioridades de atuação da Desenvolve SP, no que condiz com o cumprimento de sua missão, a estratégia da instituição descrita por meio de objetivos relacionados entre si, considerando o cenário econômico atual do país e o novo foco de crescimento da instituição para os próximos anos, mantendo o objetivo principal de fomentar a economia paulista.
MISSÃO: Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras rentáveis que gerem valor.
VISÃO: Ser reconhecida como instituição financeira de referência das micro, pequenas, médias empresas e prefeituras, atuando como propulsora do desenvolvimento dos municípios paulistas.
VALORES:
- √ Trabalhamos com ética, transparência e profissionalismo, preservando a equidade de tratamento e as boas práticas de governança;
- √ Prezamos pela responsabilidade socioambiental;
- √ Buscamos a eficiência em todos os negócios;
- √ Prezamos pelo bem-estar e aperfeiçoamento profissional;
- √ Temos orgulho de fazer parte desse time.

III. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

PRINCIPAIS DIRETRIZES

RELAÇÃO COM GOVERNO: Participar dos programas estratégicos do Governo Estadual, contribuindo para o desenvolvimento econômico, sustentável e reduzindo as diferenças regionais.
INOVAÇÃO: Mobilizar a liderança para potencializar a criatividade das equipes, a fim de inovar em todos os seus negócios.
SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA: Atuar com responsabilidade e eficiência na aplicação dos recursos para a sustentabilidade da instituição, de acordo com as melhores práticas de governança.
EFICIÊNCIA OPERACIONAL: Buscar a eficiência nos processos negociais, operacionais e tecnológicos, visando ao aumento da produtividade e lucratividade.
VALORIZAÇÃO DE PESSOAS: Gerar valor aos colaboradores, a fim de fortalecer a cultura organizacional e promover engajamento, integração e retenção de talentos.

1. PLANO DE NEGÓCIOS DA DESENVOLVE SP

No Planejamento Estratégico foram definidos seis pontos de atuação que viabilizarão o atingimento dos resultados pretendidos:
Inovação; Microcrédito; Micro e Pequenas Empresas; Prefeituras; Cobrança; e *Funding*.

2. PÚBLICO-ALVO

MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E SETOR PÚBLICO

- ➤ **Microempresas ME: receita bruta anual de R$ 81 mil até R$ 360 mil;**
- ➤ **Pequenas: receita bruta anual de R$ 360 mil até R$ 4,8 milhões;**
- ➤ **Médias: receita bruta anual de R$ 4,8 milhões até R$ 90 milhões;**
- ➤ **Setor Público: Prefeituras do Estado de São Paulo.**

A Desenvolve SP atende às empresas instaladas e com sede no estado de São Paulo, com faturamento anual de R$ 81 mil até R$ 300 milhões, dos setores produtivos: agronegócio, comércio, indústria e serviços.
As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.
Cabe ainda observar que todas as ações da Desenvolve SP para os próximos anos serão apoiadas em seu novo Planejamento Estratégico e baseada nos seguintes princípios orientadores: Eficiência, Pessoas, Parcerias, Inovação e Crédito.

IV. ATUAÇÃO INSTITUCIONAL ALINHADA AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Ciente de seu papel e alinhada às políticas públicas do estado de São Paulo, a Desenvolve SP busca promover, cada vez mais, o desenvolvimento sustentável de longo prazo por meio de seus produtos e serviços, primando pela boa gestão, pelo crédito responsável e pela qualidade de sua carteira de clientes. Além disso, a instituição trabalha para desenvolver novos negócios que atendam às necessidades de seus clientes e que agreguem valor à empresa financiada.
Em 2019, a Desenvolve SP se tornou membro titular da "Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", que foi criada pelo Governo do Estado de São Paulo com o objetivo de difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no âmbito do Estado.
Este ano, a Desenvolve SP lança, junto ao Relatório Anual da Administração 2019, em sua primeira edição, o Balanço Social relativo aos anos de 2018 e 2019, contendo informações relevantes que abrangem resultados ligados aos aspectos: Financeiros; Responsabilidade socioambiental; Corpo funcional; e Exercício da cidadania empresarial.

V. LINHAS DE FINANCIAMENTO

A Instituição oferece um amplo leque de opções de linhas de financiamento, com juros competitivos e prazos de pagamento que chegam a até dez anos, para ampliação e modernização da capacidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos, capital de giro, entre outras, e linhas para o financiamento de obras que melhoram a infraestrutura dos municípios.

1. SETOR PRIVADO

No ano de 2019, a Desenvolve SP disponibilizou vinte linhas de financiamento para o setor privado, com destaque para o lançamento:
▶ Crédito Digital BNDES Automático - Pequenas Empresas: linha voltada para o financiamento de capital de giro com aportes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

2. SETOR PÚBLICO

O crédito ao setor público é um forte indutor de desenvolvimento econômico regional e, principalmente, da melhoria da qualidade de vida da população. A Desenvolve SP tem o compromisso de apoiar projetos municipais em infraestrutura, transporte, iluminação pública, entre outros.
Em 2019, a Desenvolve SP ofertou dez linhas de financiamento para o setor público.

VI. FUNDOS GARANTIDORES

Como toda instituição financeira, para conceder financiamento, a Desenvolve SP exige garantias ao tomador do crédito. No entanto, muitas vezes, os pequenos e médios empresários não possuem garantias suficientes, como imóveis, veículos, recebíveis, entre outras. Nesses casos, a Desenvolve SP oferece três fundos garantidores que podem suprir a insuficiência das garantias exigidas, viabilizando a contratação: Fundo de Aval (FDA), Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe) e Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).
Desde o início de suas operações até 31 de dezembro de 2019, os fundos garantidores já foram utilizados em 36.433 operações.

VII. FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO

A Desenvolve SP administra, além do Fundo de Aval (FDA), oito fundos com patrimônio total de R$ 1,0 bilhão: Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet); Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funac); Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (FVR); Fundo Estadual de Desenvolvimento Social (Fides); Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico (Fidec); Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (Feprac); Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social Pontal de Paranapanema (Fundespar); e Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo (Banco do Povo Paulista). Estes fundos não estão ligados a órgãos reguladores, tendo seus ativos aplicados, de forma significativa, em títulos e valores mobiliários governamentais.

VIII. FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

A Desenvolve SP investe, hoje, em cinco fundos de investimento: Fundo Inovação Paulista; Fundo Aeroespacial; Fundo Performa Investimentos SC-I; Fundo CRP Empreendedor; e Fundo BBI Financial I.
Até dezembro de 2019, o capital investido pela Desenvolve SP nos fundos de investimento foi de R$ 49 milhões, sendo o valor atualizado contábil de R$ 75 milhões. No total, 51 empresas foram investidas, das quais quarenta estão localizadas no estado de São Paulo.

IX. PARCEIROS

1. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Desenvolve SP, integrada com o Governo do Estado de São Paulo, participa ativamente de projetos governamentais de políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da economia paulista.
A partir de 2019, a Desenvolve SP passou a participar da reunião do Secretariado do Governo do Estado de São Paulo, realizada semanalmente, com pautas estratégicas, tendo como participantes o Governador e Secretários de Estado. Como convidada, a Desenvolve SP participa das discussões e colabora com a realização das políticas públicas do Estado.
Em 2019, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, a Desenvolve SP atuou como instrumento financeiro nos seguintes programas:
▶ **Programa Vale do Futuro:** projeto que visa impulsionar ações de desenvolvimento econômico e social do Vale do Ribeira, com previsão de R$ 1 bilhão em investimentos públicos e mais R$ 1 bilhão em recursos privados, podendo gerar trinta mil oportunidades de emprego, renda e empreendedorismo até o final de 2022. A Desenvolve SP disponibilizou R$ 100 milhões com taxas subsidiadas em crédito para micro, pequenas e médias empresas, além das prefeituras do Vale do Ribeira;
▶ **Programa de Crédito Turístico:** iniciativa da Desenvolve SP e da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, em parceria com o BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, que busca promover o crescimento sustentável dos negócios voltados aos serviços de atendimento, acomodação e infraestrutura para turistas, além de projetos de melhoria da infraestrutura dos municípios;
▶ **Programa de Investimento no Setor de Audiovisual de São Paulo (ProAV SP):** um processo técnico coordenado pela Desenvolve SP, em parceria com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa e a Associação de Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo (Aesp), com o objetivo de viabilizar o acesso ao crédito de empresas de toda a indústria do audiovisual paulista e de promover o crescimento dos diversos negócios que atuam com audiovisual desde produtoras de áudio e vídeo, distribuidoras, produtores de conteúdo, entre outros;
▶ **Transformando Cidades:** atuação em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional para os pleitos de operações de crédito das prefeituras passíveis de atendimento pela Desenvolve SP. Com as linhas de crédito disponíveis, os municípios podem melhorar a vida de seus cidadãos ao investir em iniciativas como sustentabilidade ambiental, infraestrutura de arenas multiuso, adequação e construção de distritos industriais, construção de centros de distribuição e abastecimento, obras de pavimentação e recapeamento, entre outros;
▶ **Programa São Paulo Inova:** com o objetivo de apoiar empresas paulistas de base tecnológica e de perfil inovador em estágio inicial ou em processo, por meio de linha de financiamento (Linha Incentivo à Tecnologia) e do Fundo Inova Paulista;
▶ **Programa de Apoio ao Setor Avícola:** cujo objetivo é apoiar empresas do setor por meio de operações de crédito para capital de giro, com garantia dos créditos acumulados do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
▶ **Programa Empreenda Rápido:** projeto em parceria com Governo do Estado de São Paulo, Centro Paula Souza, Sebrae-SP, Banco do Povo Paulista, Desenvolve SP e Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), direcionado ao público empreendedor, baseados em seis pilares: qualificação técnica, qualificação empreendedora, acesso ao crédito, formalização do negócio, acesso ao mercado e inovação tecnológica;
▶ **Projeto Portal do Paranapanema (Fundespar):** Repasse de R$ 1,1 milhão por meio do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema (Fundespar) aos municípios da região, que será utilizado para investimentos em infraestrutura nos assentamentos da região;
▶ **Programa Frota Nova:** convênio firmado, em 2017, com a Secretaria da Fazenda e Planejamento e a Casa Civil, para recebimento de recursos financeiros para equalização dos juros de operações de crédito de prefeituras dentro da Linha Frota Nova da Desenvolve SP, a qual financia a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos novos que prestem serviços à população dos municípios paulistas;
▶ **Programa Água Limpa:** convênio firmado, em 2018, com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, para o recebimento de recursos financeiros para equalização dos juros de operações de crédito de prefeituras dentro da Linha Água Limpa da Desenvolve SP, a qual financia projetos referentes ao tratamento e afastamento do esgoto coletado;
▶ **Iluminação Pública:** acordo de cooperação, firmado em 2013, entre a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e a Desenvolve SP, destinado a promover a capacitação técnica e o financiamento a municípios paulistas através da Linha de Iluminação Pública da Desenvolve SP, referente a projetos que tenham como objetivo a implantação, ampliação ou modernização do sistema de iluminação pública dos municípios.

2. ENTIDADES PARCEIRAS

Além dos programas governamentais, a Desenvolve SP formalizou parcerias relevantes com entidades e instituições multilaterais, que apresentaram sinergia em seus planos estratégicos:
▶ **Sebrae-SP:** o Programa Juro Zero Empreendedor é uma parceria entre o Sebrae-SP, a Desenvolve SP e o Governo do Estado de São Paulo. O objetivo do Programa é a concessão de financiamentos com juros zero, para Microempreendedores Individuais (MEIs), a fim de alavancar o investimento produtivo;
▶ **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):** parceria entre a Desenvolve SP e o BID para contratação de serviços jurídicos com foco na modelagem de uma plataforma estadual para implementação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e/ou projetos de concessão para processamento de resíduos sólidos urbanos;
▶ **Caixa Econômica Federal (CEF):** em parceria com a CEF, a Desenvolve SP firmou contrato de limite de crédito no valor de R$ 165 milhões para ser destinado a financiamentos do Programa Pró-Transporte, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Tais recursos promoverão a melhoria da mobilidade urbana, da acessibilidade universal, da qualidade de vida e do acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais nos municípios paulistas, por meio de investimentos em sistemas e infraestrutura de mobilidade urbana, compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados;
▶ **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp):** assinatura de protocolo de intenções entre a Desenvolve SP e a Sabesp para promoção e divulgação da Agência de Fomento do Estado de São Paulo, com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito às empresas que atuem junto à Sabesp na prestação de serviços de saneamento, além do Projeto Novo Rio Pinheiros, que visa despoluir o Rio Pinheiros até 2022. Pelos termos do protocolo assinado, a Desenvolve SP se compromete a interagir com os bancos CEF, Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para ampliar a disponibilização e diversificação de crédito e a Sabesp, em contrapartida, deve fornecer a lista de empresas e fornecedores que atuam em conjunto na prestação de serviços de saneamento no estado de São Paulo;
▶ **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP):** assinatura de termo de cooperação com o Crea-SP para que micro, pequenas e médias empresas de engenharia, agronomia e geociências paulistas tenham acesso a condições especiais de financiamento para projetos de expansão, modernização, aquisição de máquinas e equipamentos e capital de giro.

X. SUSTENTABILIDADE

1. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Desenvolve SP possui uma estrutura de governança corporativa que assegura a transparência, a equidade e a responsabilidade corporativa na execução de suas atividades, bem como uma eficaz prestação de contas com a sociedade. Sua orientação estratégica é dada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Colegiada da instituição.

1.1. Principais iniciativas da governança corporativa em 2019

▶ **Alterações estatutárias**
Em 2019, o artigo 1º do Estatuto Social da Desenvolve SP foi alterado, com a inclusão da denominação "empresa pública", em razão da composição acionária da Companhia: Fazenda do Estado de São Paulo, com 99,998% das ações, e a Companhia Paulista de Parcerias, que possui 0,002% das ações.
▶ **Eleição e posse de novos membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e Diretoria Colegiada**
Em 2019, tomaram posse os novos administradores da Desenvolve SP, para um mandato de dois anos. E, em outubro de 2019, o Diretor Financeiro e de Crédito desligou-se do cargo, ocupado hoje, interinamente, pelo Diretor Presidente.

1.2. Criação de novas políticas corporativas

Em 2019, foram aprovadas as seguintes políticas corporativas: Política de Segurança Cibernética; Política de Governança Corporativa; Criação de regimentos internos de órgãos colegiados; e Cartas Anuais de Políticas Públicas e Governança Corporativa.

1.3. Estrutura de governança

▶ **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração é o órgão de decisão superior da instituição responsável por sua orientação estratégica;
▶ **Diretoria Colegiada:** A Diretoria Colegiada exerce a administração geral da instituição, assegurando o seu funcionamento alinhado aos objetivos traçados.
A Diretoria Colegiada é composta por três Diretorias, além da Presidência, tendo como principais atribuições:
- Diretoria Financeira e de Crédito: assuntos de ordem financeira, contábil, controladoria e de crédito;
- Diretoria de Negócios e Fomento: operacionalização e comercialização dos produtos da companhia, tanto para o setor público como o setor privado;
- Diretoria Administrativa, de Projetos e Processos: planejamento e gestão administrativa, gestão de pessoas, tecnologia da informação e desenvolvimento de projetos e processos.

▶ **Conselho Fiscal:** Exerce seu papel de fiscalizador das contas da instituição, bem como dos atos de seus administradores.
▶ **Comitê de Auditoria:** Órgão estatutário, independente, de caráter permanente, orientado por regimento próprio e pelo Estatuto Social da instituição, atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas.
▶ **Comitê de Remuneração:** Órgão estatutário de caráter permanente, cujas regras de funcionamento são estabelecidas por regimento próprio e pelo Estatuto Social da Desenvolve SP, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração e atuando com independência em relação à Diretoria Colegiada.

1.4. Demais órgãos colegiados

Além dos colegiados descritos anteriormente, a estrutura de governança corporativa da instituição é composta ainda pelos seguintes órgãos colegiados: Comitê de Ética; Comitê de Crédito; Comitê de Investimentos; Comitê de Contratações Administrativas; Comitê de Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro; Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso (Cada); e Comitê de Produtos.

2. VALORES E TRANSPARÊNCIA

A Desenvolve SP orienta as ações de seus colaboradores, tanto no relacionamento interno, como externo, por meio do Código de Conduta e Integridade.
A Desenvolve SP possui, ainda, uma Política de Divulgação de Informações, que tem por objetivo definir princípios e regras que devem ser observados para a divulgação de informações sobre a instituição e uma Política de Relacionamento com Clientes e Usuários.

2.1. Prestação de contas, fiscalização e ambiente regulatório

A Desenvolve SP, como parte integrante da administração indireta do Governo do Estado de São Paulo, está sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), por meio de sua Comissão de Fiscalização e Controle. Anualmente, a Desenvolve SP envia informações determinadas pela legislação a esses órgãos, bem como recebe a fiscalização *in loco* do TCE/SP.
A Desenvolve SP, subordinada administrativamente à Secretaria da Fazenda e Planejamento, também presta contas e recebe a fiscalização contínua desse órgão, com envio de informações e fiscalizações *in loco*.
Já como agência de fomento, a Desenvolve SP segue a regulamentação do Conselho Monetário Nacional, por meio do Bacen, autoridade responsável pela fiscalização das instituições financeiras.

2.1.1. Transparência

No *site* da Desenvolve SP, na página denominada "Transparência", também, são divulgadas as informações de interesse público relacionadas à atuação da instituição, como informações referentes às deliberações dos órgãos colegiados, execução orçamentária e financeira, quadro de pessoal, folha de pagamento, licitações, contratos e informações referentes aos processos internos e externos.

2.2. Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)

Ligado à Presidência, o SIC é uma unidade de atendimento responsável por prestar orientações, receber e gerenciar os pedidos de informações. No ano de 2019, o SIC registrou um total de 67 pedidos de acesso à informação, sendo todas as solicitações respondidas no prazo exigido pelos normativos vigentes.

2.3. Remuneração de Administradores

Com o objetivo de instituir forma, periodicidade e responsabilidades para a remuneração de administradores, a Política de Remuneração da Desenvolve SP, aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária foi elaborada considerando o escopo de atuação das agências de fomento, as regras impostas pelo Estado de São Paulo e pelo Bacen.

2.4. Política de Distribuição de Dividendos

Os juros sobre o capital próprio são calculados e creditados aos acionistas, de acordo com o limite máximo permitido pela legislação vigente, como distribuição aos acionistas do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, sem prejuízo da competência privativa da Assembleia de Acionistas para deliberar sobre o montante que exceder ao dividendo mínimo obrigatório, considerando as possibilidades de destinação, quais sejam: constituição de reserva de lucro, distribuição de dividendos ou capitalização (aumento do capital social), a cada exercício.

3. CONTROLES INTERNOS

3.1. Controles Internos, *Compliance* e Gestão de Riscos

O gerenciamento de riscos, na Desenvolve SP, é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas, responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e socioambiental, além de ser responsável pelas normas e pelos controles internos da instituição. No âmbito de Basileia III, a Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente.

3.2. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas deu início, em 2019, aos trabalhos de implementação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que tem por objetivo o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

3.3. Programa Representantes de *Compliance*

O Programa Representantes de *Compliance*, que faz parte da Política de Conformidade e Controles Internos da instituição, está em fase de aprovação pela alta administração. Tal Programa tem o objetivo de fortalecer a Primeira Linha de Defesa, ampliando a atuação da estrutura de controles já existentes, por meio de empregados nomeados representantes de *Compliance* em todas as unidades.

3.4. Auditoria Interna

A Gerência de Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração, supervisionada tecnicamente pelo Comitê de Auditoria e ligada administrativamente à Presidência, tem como função apoiar e assessorar permanentemente os gestores e a alta administração da instituição. Seu foco é a segurança, a eficiência e a eficácia dos controles internos, visando reduzir a exposição a riscos da instituição.

3.5. Ouvidoria

Foram registradas na Ouvidoria, em 2019, 32 manifestações, sendo dez reclamações, das quais seis foram classificadas como improcedentes[1] e quatro classificadas como procedentes solucionadas[2], oito pedidos de informações e/ou esclarecimentos, sete elogios, quatro críticas, duas sugestões e uma denúncia, com todas as reclamações respondidas no prazo exigido pela Resolução do Bacen nº 4.433.
Em complemento, a Desenvolve SP conta com um canal de comunicação interno, denominado "Canal do Colaborador", responsável por receber e dar atendimento às manifestações de seus colaboradores, relacionadas ao escopo de atuação da instituição.

3.6. Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD)

A Desenvolve SP atua, também, de forma a prevenir crimes de lavagem de dinheiro e outros similares através de sua Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD). O treinamento de PLD é bienal, conforme norma interna vigente, sendo realizado nos meses de junho e julho em 2019.

3.7. Plano de Continuidade de Negócios (PCN)

O PCN da Desenvolve SP estabelece procedimentos e regras adotadas pela instituição no tocante à continuidade dos negócios críticos, envolvendo ou não a utilização do ambiente alternativo para realização de atividades essenciais quando da impossibilidade de acesso às dependências da Desenvolve SP ou outra situação que impeça a utilização das estações de trabalho.

[1] Improcedente: reclamação que, após análise, não há constatação de descumprimento, por parte da Desenvolve SP, do Código de Defesa do Consumidor, de legislações e normativos de órgãos reguladores ou de cláusula contratual firmada entre o cliente e a instituição.
[2] Procedente solucionada: reclamações procedentes que, após análise e procedimentos de regularização, atendem às necessidades do cliente ou usuário.

4. GESTÃO DE PESSOAS

Com um quadro de pessoal qualificado e tecnicamente preparado, a Desenvolve SP encerrou o ano de 2019 com 155 empregados ativos, além de três diretores, dezessete estagiários, cinco jovens aprendizes e 52 empregados terceirizados, totalizando uma força de trabalho de 232 colaboradores.

4.1. Incentivo à capacitação

Para estimular a capacitação dos seus colaboradores e administradores, em todas as etapas de sua experiência profissional, a Desenvolve SP proporciona: Plano de Desenvolvimento Educacional, Plano de Desenvolvimento Individual, Programa de Desenvolvimento das Áreas de Negócios, Programa de Desenvolvimento de Lideranças, Programa de Desenvolvimento de Estagiários e Aprendizes, Programa de Desenvolvimento de Conselheiros e Administradores, palestras realizadas durante o Programa de Interação com o Presidente e ações pontuais.
Em 2019, a Desenvolve SP estabeleceu a realização de 162 horas de treinamentos internos, ministrados pelos próprios colaboradores da instituição, como meta institucional, a qual foi ultrapassada, somando 220 horas de treinamentos realizados.

4.2. Bem-estar do colaborador

Demonstrando sua preocupação com a saúde e segurança do colaborador, além das ações de caráter obrigatório, como os exames médicos periódicos, a Desenvolve SP contemplou as seguintes ações em 2019: i) campanha de vacinação contra a gripe; ii) atividade de ginástica laboral; iii) *quick massage;* iv) implantação do espaço de convivência; e v) rodas de conversa sobre saúde financeira, estimulando comportamentos mais adequados para cada situação e rendimento.

4.3. Processos Seletivos Internos

A Desenvolve SP atua constantemente na conscientização dos gestores em todas as oportunidades de preenchimento de vagas, para que os processos de promoção profissional sejam isentos e transparentes.

4.4. Combate à discriminação, ao preconceito e aos abusos aos direitos humanos

A Desenvolve SP mantém canais abertos para denúncias junto ao Comitê de Ética e ao Canal do Colaborador, canal de competência da Ouvidoria, responsável por ouvir e dar atendimento às manifestações dos colaboradores da Desenvolve SP, relacionadas ao escopo de atuação da instituição.

4.5. Proteção à privacidade dos empregados

Os colaboradores da empresa terceirizada de administração de pessoal estão alocados em sala reservada, visando à privacidade das informações de todos os colaboradores da Desenvolve SP.
Além disso, todas as unidades da instituição participaram do Mapeamento de Dados Pessoais, em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados, estando a instituição atenta às exigências da referida Lei.

4.6. Normas Trabalhistas

A Superintendência de Gestão de Pessoas e Infraestrutura trabalha na elaboração e manutenção dos Manuais de Normas e Procedimentos Internos, visando garantir a disseminação das normas trabalhistas e das normas internas da Desenvolve SP.
A Desenvolve SP também atua em parceria com a Comissão Interna de Prevenção de Acidente do Trabalho (Cipa) na fiscalização de todas as normas do Ministério do Trabalho, junto aos prestadores de serviços, fazendo constar em atas as solicitações realizadas e datas de atendimento.

5. COMUNIDADE E MEIO AMBIENTE

5.1. Programa de Voluntariado

A Desenvolve SP, desde 2016, possui Manual de Normas e Procedimentos Internos sobre o Programa de Voluntariado. Em 2019, foram realizadas as seguintes ações: i) campanha de doação de sangue; ii) campanha do agasalho; iii) campanha de arrecadação de meias para confecção de cobertores; e iv) campanha de arrecadação de brinquedos.

5.2. Meio Ambiente

Para que uma empresa seja considerada sustentável ambiental e socialmente, ela deve adotar atitudes éticas, práticas que visem ao seu crescimento econômico sem agredir o meio ambiente e colaborar para o desenvolvimento da sociedade. Pensando nisso, a Desenvolve SP disponibiliza linhas de financiamentos, que visem à sustentabilidade da empresa ou do município, observando a melhoria de seu meio.

5.3. Comunidade

Em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, que elabora programas para o desenvolvimento de todas as regiões do estado e para setores da economia, a Desenvolve SP oferece financiamento ou programas de governo que possibilitam a oferta de condições ainda melhores que as praticadas pela instituição, com taxas de juros subsidiadas ou amortizadas pelo Governo Estadual.
▶ **Doações e Patrocínios com Incentivo Fiscal**
Pautada pelo princípio de ser uma empresa socialmente responsável, a Desenvolve SP apoiou, por meio de incentivo fiscal, projetos que têm como contrapartida ganhos positivos para a sociedade. Ao todo, foram R$ 275 mil destinados a sete projetos, para captação de recursos com incentivo fiscal no âmbito de programas e legislações como Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei do Idoso, Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PcD), Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), Lei de Incentivo ao Esporte e Lei Rouanet.

6. FORNECEDORES

A Desenvolve SP segue a legislação pertinente às compras públicas nos processos de contratações e aquisições. A realização de licitações é a regra nesta instituição, exceto quando presentes os casos de dispensa ou inexigibilidade, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, que podem ser realizadas sob a forma direta.
Em 2019, nos processos licitatórios e nas contratações e aquisições realizadas com dispensa de licitação, a instituição obteve uma economia de 39,63% em seus contratos.

6.1. Contratações Sustentáveis

A Desenvolve SP conta com uma Política de Compras Sustentáveis, que possui o objetivo de estabelecer o conjunto de princípios e diretrizes relacionado à sustentabilidade, a ser considerado em todas as atividades da instituição na aquisição de bens, serviços e obras, e no relacionamento com fornecedores.

7. CLIENTES

A Desenvolve SP oferece linhas de financiamento, com recursos próprios e repasses de recursos, que visam promover o desenvolvimento regional, ampliar a renda e, por conseguinte, a qualidade de vida da população, além de fomentar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras e de baixo custo, preferencialmente aquelas que possam solucionar questões socioambientais.

7.1. Critérios socioambientais na concessão de crédito

A Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas. O Sistema de Administração de Riscos Ambientais e Sociais (Saras) da Desenvolve SP consiste em uma série de procedimentos que são inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações administrativas, avaliação de garantias e renegociações.

7.2. Concessão de Financiamento a setores produtivos que sejam social e ecologicamente incorretos

Com a aplicação da Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental da Desenvolve SP, empresas e empreendimentos não passíveis de apoio financeiro, de acordo com os critérios estabelecidos pela política, são excluídos sumariamente na apresentação da proposta de operação.

XI. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1. REVISÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Alinhada ao Planejamento Estratégico, verificou-se a necessidade de revisar a estrutura organizacional da Desenvolve SP. São destacadas, dentre as principais alterações: Criação da Gerência de Transformação Digital, da Superintendência de Relações Institucionais e Mercado e a migração de diretoria da Gerência de Cobrança.

2. COMUNICAÇÃO

Em 2019, a Desenvolve SP realizou a pesquisa "Investimentos e Inovação - 2019" para traçar o perfil e a percepção dos empreendedores sobre inovação e necessidades de investimento.
Em março, a Desenvolve SP completou dez anos de atuação. Entre as ações para celebrar esse marco da Agência, está a abertura oficial do painel "A Transformação" no seu edifício sede. A obra foi criada pelo artista André Mogle e tem por objetivo traduzir o impacto da atuação da instituição em todo o estado.
Em setembro, a Agência passou a adotar um novo posicionamento: **Desenvolve SP - o Banco do Empreendedor.** A mudança abrangeu a inclusão das microempresas como público-alvo, ampliando sua atuação e potencializando seus resultados, além de uma atualização em seu logotipo.
Para aprimorar o cumprimento de sua missão e dar continuidade às suas diretrizes estratégicas, a Desenvolve SP, em parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), concluiu um estudo para identificar quais os setores mais estratégicos para o estado e com maiores potenciais para proporcionar resultados mais efetivos, considerando as características e dinâmica socioeconômica das diversas regiões administrativas.
Baseado no estudo realizado, foi lançado o **Mapa da Economia Paulista**, uma ação exclusiva de comunicação da Desenvolve SP, que reúne em um único lugar informações sobre as potencialidades, oportunidades e desafios de desenvolvimento econômico das dezesseis Regiões Administrativas (RAs) do estado. Os dados obtidos pelo mapa serão usados pela Desenvolve SP como base para criar produtos e iniciativas que incentivem cada vez mais o desenvolvimento sustentável e planejado das micro, pequenas e médias empresas e municípios paulistas.
O mapa está disponível gratuitamente para a sociedade paulista pelo *site* www.mapadaeconomiapaulista.com.br.

XII. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2019 foi marcado por incertezas políticas que novamente acabaram impactando o desempenho da economia do país.
Segundo o relatório Focus, do Bacen, de 03 de janeiro de 2020, a projeção do crescimento do PIB para 2019 é de 1,17% em relação a 2018, o que demostra, apesar de lenta, a recuperação da economia pós-crise iniciada em 2015.
A inflação de 2019 ficou em 4,31%, acima do centro da meta, 4,25%, porém dentro do limite de 1,5 p.p. para mais, e alta de 0,56 p.p. em relação à inflação de 2018.
Em relação ao mercado de crédito, houve alta de 6,5% em 2019 em comparação com 2018, totalizando R$ 3,470 bilhões, mostrando uma recuperação sólida após as quedas ocorridas em 2017 e 2016. O crédito para pessoa jurídica oscilou ao longo do ano, fechando 2019 com uma alta de 0,2%. Segundo o Relatório Trimestral de Inflação de dezembro de 2019 do Bacen, a projeção para o crédito em 2020 é de alta de 8,1%, sendo que, para pessoa jurídica, a previsão de alta é de 2,5% e a projeção de alta para Recursos Direcionados é de 1,6%. A meta da taxa Selic manteve a trajetória de queda, encerrando 2019 em 4,50%, 2 p.p. abaixo da taxa de dezembro de 2018. Para o ano de 2020 é prevista estabilidade.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1. Desembolsos

Os desembolsos acumulados, desde 2009, totalizaram, em 31 de dezembro de 2019, R$ 3.578 milhões (5.565 operações), distribuídos em 394 municípios, para 3.217 empresas e 158 prefeituras.
No ano de 2019, os desembolsos somaram R$ 416,4 milhões, sendo 66,7% liberados com recursos próprios e 33,3% com recursos de terceiros, atendendo 881 empresas e 79 prefeituras, abrangendo um total de 233 cidades.
Em 2019, os desembolsos voltados para projetos de investimento correspondem a 55,8% do total.
Cabe destacar que, dos pedidos de financiamento para capital de giro, 81,5% foram destinados à modalidade Crédito Digital, com operações de até R$ 1 milhão, que somou 768 operações e totalizou R$ 99,7 milhões, um crescimento em 63,8% em relação a 2018.

2.2. Saldo das Operações de Crédito

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo das operações de crédito da instituição totalizou R$ 1.269 milhões. As operações de financiamento para projetos de investimento e aquisição de máquinas e equipamentos são as de maior representatividade, com 77,7% da carteira, consolidando o papel da Desenvolve SP como importante instrumento para a promoção do desenvolvimento da economia do estado de São Paulo. Em relação ao porte, 71,1% do total da carteira refere-se às micro, pequenas e médias empresas.
Considerando o prazo de vencimento das operações, a carteira está composta por 29,39% de operações com vencimento de até 360 dias e 70,61% acima de 360 dias. Vale destacar que 88,69% da carteira está classificada entre os *ratings* "AA" e "C".

3. ATUAÇÃO ESTRATÉGICA - PLANO DE NEGÓCIOS

INOVAÇÃO: Em 2019, os desembolsos para inovação somaram R$ 42,0 milhões e, no acumulado total, a Desenvolve SP atingiu a marca de R$ 218,4 milhões. As micro e pequenas empresas representam 50,8% do desembolso acumulado no período de 2013 a 2019 para inovação, o que está em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para empresas paulistas desse porte.
MICROCRÉDITO: Desde a transferência da gestão e da carteira do Fundo Banco do Povo Paulista para a Desenvolve SP, em janeiro de 2018, até dezembro de 2019, foram desembolsados R$ 340,4 milhões, por meio de 40 mil contratos, beneficiando 484 municípios. Somente em 2019, foram desembolsados R$ 179,2 milhões para 19,7 mil microempreendedores. Já para a continuação do Programa Juro Zero Empreendedor (Promei), em janeiro de 2019, foram aportados mais R$ 3 milhões. De agosto de 2017 até dezembro de 2019, o referido Programa desembolsou R$ 19,3 milhões para 1.618 MEIs.

Secretaria da Fazenda e Planejamento

Relatório da Administração - 2019

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: Alinhada às diretrizes definidas pelo Planejamento Estratégico, destaca-se a quantidade recorde de 735 MPEs atendidas, um crescimento de 26,1% em relação a 2018. No total, foram desembolsados R$ 119,2 milhões para as micro e pequenas empresas.
PREFEITURAS: O financiamento ao setor público atingiu a marca de R$ 673,7 milhões em desembolso acumulado. No ano, foram desembolsados R$ 113,0 milhões, que correspondem a um crescimento de 55,1% em relação a 2018.
COBRANÇA: O Planejamento Estratégico buscou, em 2019, uma maior pulverização de suas operações e o foco na gestão da cobrança, buscando o tratamento imediato das operações que apresentem atraso.
Tais ações resultaram na redução do seu índice de inadimplência[3], fechando 2019 em 1,61%, o melhor resultado desde 2012.
Outra frente de atuação definida no plano estratégico foi a gestão sistemática da carteira de cobrança. Em 2019, foram recuperados R$ 2,1 milhões de operações em "prejuízo", ou seja, operações que ultrapassaram 360 dias inadimplentes.
FUNDING: Em 2019, a Desenvolve SP realizou a captação de R$ 365 milhões com duas instituições: Contrato com a Caixa Econômica Federal (CEF) no valor de R$ 165 milhões para o Programa Pró-Transporte, com recursos do FGTS; e Aprovação da captação de recursos de US$ 50 milhões junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

[3] Índice de Inadimplência: montante de operações com atraso acima de 90 dias em relação ao total da carteira de crédito.

4. DESEMPENHO FINANCEIRO

A Desenvolve SP registrou, em 2019, um lucro líquido de R$ 47,6 milhões, um crescimento de 222,7% em relação a 2018.
Com Patrimônio Líquido de R$ 1.122 milhões, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 2019, foi de 4,36%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R$ 104,3 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R$ 45,5 milhões, gerando resultado operacional de R$ 58,8 milhões.
O total de ativos alcançou R$ 1.802 milhões, em 31 de dezembro de 2019, composto por 65,8% de operações de crédito (56,4% de recursos próprios e 43,6% com recursos de terceiros), 26,7% de títulos e valores mobiliários e 7,5% de outros ativos.
O Índice de Eficiência, no ano de 2019, atingiu o patamar de 61,21%, uma queda de 34,93 p.p em relação ao índice de 2018, quando o índice ficou em 96,14%.

XIII. DESTAQUES

- Nova logomarca: Desenvolve SP - O Banco do Empreendedor.
- Nova Administração: posse da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Desenvolve SP.
- Lançamento do Mapa da Economia Paulista pela Desenvolve SP.
- Contrato com a Caixa Econômica Federal no valor de R$ 165 milhões para o Programa Pró-Transporte, com recursos do FGTS.
- Programa de Investimento no Setor de Audiovisual de São Paulo (ProAV SP).
- Parceria com a Associação de Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo (Aesp) e Secretaria da Cultura e Economia Criativa.
- Assinatura de termo de cooperação com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP).
- Assinatura de protocolo de intenções entre a Desenvolve SP e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).
- Aprovação da captação de recursos no valor de US$ 50 milhões junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).
- Lançamento do Programa Vale do Futuro.
- Lançamento do Programa de Crédito Turístico.
- Lançamento do Programa Empreenda Rápido.

DIRETORIA

NELSON ANTÔNIO DE SOUZA
Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Crédito em exercício
LUCIA HELENA DA SILVA
Diretora de Negócios e Fomento
WILSON BEVILACQUA OTERO
Diretor Administrativo, de Projetos e Processos

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Circulante		**653.742**	**569.747**
Disponibilidades		**4**	**3**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	**5**	**229.784**	**205.572**
Carteira própria		229.784	205.572
Operações de crédito	**6**	**355.237**	**297.788**
Setor público		101.204	91.830
Setor privado		271.617	238.931
(Provisão para operações de crédito)		(17.584)	(32.973)
Outros créditos		**24.101**	**21.469**
Créditos tributários	**12**	20.465	19.493
Rendas a receber		1.039	646
Diversos		2.600	1.333
(Provisão para outros créditos)		(3)	(3)
Outros valores e bens		**44.616**	**44.915**
Bens não de uso próprio		44.549	44.851
Despesas antecipadas		67	64
Não circulante		**1.114.439**	**1.215.984**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	**5**	**251.748**	**311.189**
Carteira própria		253.611	312.325
(Provisões para desvalorizações)		(1.863)	(1.136)
Operações de crédito	**6**	**830.118**	**872.377**
Setor público		176.369	161.945
Setor privado		719.388	785.512
(Provisão para operações de crédito)		(65.639)	(75.080)
Outros créditos		**32.573**	**32.418**
Créditos tributários	**12**	32.439	32.274
Diversos		149	160
(Provisão para outros créditos)		(15)	(16)
Permanente	**7**	**33.977**	**34.366**
Imobilizado de uso		**30.794**	**31.230**
Imóveis de uso		31.761	31.761
Outras imobilizações de uso		1.881	1.716
(Depreciações acumuladas)		(2.848)	(2.247)
Intangível		**3.183**	**3.136**
Outros ativos intangíveis		5.444	5.144
(Amortização acumulada)		(2.261)	(2.008)
Total do ativo		**1.802.158**	**1.820.097**

Passivo	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Circulante		**235.873**	**244.977**
Depósitos		**67**	**67**
Depósitos vinculados		67	67
Obrigações por repasses do País			
Instituições oficiais	**8**	**157.308**	**139.118**
BNDES		116.619	104.119
FINAME		12.064	15.997
Outras Instituições Oficiais		28.625	19.002
Outras obrigações		**78.498**	**105.792**
Cobrança e arrecadação de tributos		174	42
Obrigações sociais e estatutárias	**9**	6.280	29.438
Obrigações fiscais e previdenciárias	**9**	3.941	2.973
Recursos para destinação específica	**9**	58.786	65.396
Diversos	**9**	9.317	7.943
Não circulante		**443.866**	**514.907**
Obrigações por repasses do País			
Instituições oficiais	**8**	**403.881**	**473.158**
BNDES		254.673	310.914
FINAME		25.176	43.844
FINEP		124.032	118.400
Outras obrigações		**39.985**	**41.749**
Obrigações fiscais e previdenciárias	**9**	1.646	1.056
Recursos para destinação específica	**9**	37.808	40.146
Diversos	**9**	531	547
Patrimônio líquido	**10**	**1.122.419**	**1.060.213**
Capital social		1.041.977	1.016.035
Ações ordinárias - País		1.041.977	1.016.035
Reservas de lucros		80.442	44.178
Total do passivo		**1.802.158**	**1.820.097**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2º semestre de 2019	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		**75.650**	**167.838**	**166.335**
Operações de crédito	**6**	60.647	131.356	138.267
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		15.003	36.482	28.068
Despesas da intermediação financeira		**(20.657)**	**(63.499)**	**(102.519)**
Operações de empréstimos e repasses		(18.560)	(42.241)	(38.537)
Provisão para operações de crédito	**6**	(2.097)	(21.258)	(63.982)
Resultado bruto da intermediação financeira		**54.993**	**104.339**	**63.816**
Outras receitas/despesas operacionais		**(22.957)**	**(45.561)**	**(50.123)**
Receitas de prestação de serviços	**11**	7.597	12.243	6.686
Rendas de tarifas bancárias		4.123	5.698	5.832
Despesas de pessoal	**11**	(21.227)	(39.444)	(36.989)
Outras despesas administrativas	**11**	(10.210)	(17.583)	(17.603)
Despesas tributárias	**11**	(4.340)	(8.254)	(8.743)
Outras receitas operacionais	**11**	1.298	2.194	1.542
Outras despesas operacionais		(198)	(415)	(848)
Resultado operacional		**32.036**	**58.778**	**13.693**
Resultado não operacional		**(296)**	**(284)**	**(166)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**31.740**	**58.494**	**13.527**
Imposto de renda e contribuição social		**(1.160)**	**(7.793)**	**2.841**
Provisão para imposto de renda	**12**	(657)	(5.319)	(3.676)
Provisão para contribuição social	**12**	(736)	(3.612)	(2.952)
Ativo fiscal diferido	**12**	233	1.138	9.469
Participações estatutárias no lucro		**(1.938)**	**(3.141)**	**(1.632)**
Lucro líquido		**28.642**	**47.560**	**14.736**
Lucro por ação (R$)	**10**	**0,02864**	**0,04756**	**0,01474**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2º semestre de 2019	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações		**31.740**	**58.494**	**13.527**
Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações		**3.003**	**22.941**	**64.384**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		2.097	21.258	63.982
Depreciação e amortização		431	854	858
Provisão para desvalorização de títulos livres		374	727	(1.165)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		–	–	(39)
Provisão para passivos contingentes		101	102	748
Lucro ajustado antes dos impostos e participações		**34.743**	**81.435**	**77.911**
Variação ativo/passivo		**(31.593)**	**(130.297)**	**(57.793)**
(Aumento)/redução em TVM		15.493	(23.824)	(93.584)
(Aumento)/redução operações de crédito		(49.547)	(36.447)	(138.855)
(Aumento)/redução outros créditos		53.649	(2.786)	(11.006)
(Aumento)/redução outros valores e bens		940	299	(1.413)
Aumento/(redução) depósitos		–	–	1
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses		(32.898)	(51.087)	112.061
Aumento/(redução) outras obrigações		(15.373)	(8.481)	82.852
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.857)	(7.971)	(7.849)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**3.150**	**(48.862)**	**20.118**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso		(88)	(167)	(30)
Aplicações no intangível		–	(300)	(2)
Baixa de Imobilizado		2	2	–
Caixa líquido das atividades de investimentos		**(86)**	**(465)**	**(32)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos de exercício anterior		–	–	(1.279)
Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior		–	(28.005)	(3.033)
Juros sobre o capital próprio pagos	**10**	(6.935)	(6.935)	(1.436)
Aumento de Capital		–	25.942	–
Caixa líquido das atividades de financiamentos		**(6.935)**	**(8.998)**	**(5.748)**
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(3.871)**	**(58.325)**	**14.338**
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre e exercício		22.674	77.128	62.790
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre e exercício	**4**	18.803	18.803	77.128
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(3.871)**	**(58.325)**	**14.338**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 *(Em milhares de Reais)*

		Reservas de lucros			
	Capital realizado	Legal	Especial de lucro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2018	**1.000.000**	**15.226**	**44.937**	**–**	**1.060.163**
Aumento de Capital	16.035	–	–	–	16.035
Juros sobre o capital próprio	–	–	(15.443)	–	(15.443)
Dividendos do exercício anterior	–	–	(1.279)	–	(1.279)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	14.736	14.736
Destinações:					
Reservas	–	737	–	(737)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	(13.999)	(13.999)
Saldos em 31/12/2018	**1.016.035**	**15.963**	**28.215**	**–**	**1.060.213**
Mutações do período	**16.035**	**737**	**(16.722)**	**–**	**50**
Saldos em 01/01/2019	**1.016.035**	**15.963**	**28.215**	**–**	**1.060.213**
Aumento de Capital	25.942	–	–	–	25.942
Lucro líquido do exercício	–	–	–	47.560	47.560
Destinações:					
Reservas	–	2.378	20.961	(23.339)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	12.925	(24.221)	(11.296)
Saldos em 31/12/2019	**1.041.977**	**18.341**	**62.101**	**–**	**1.122.419**
Mutações do período	**25.942**	**2.378**	**33.886**	**–**	**62.206**
Saldos em 01/07/2019	**1.041.977**	**16.909**	**41.694**	**–**	**1.100.580**
Lucro líquido do semestre	–	–	–	28.642	28.642
Destinações:					
Reservas	–	1.432	14.034	(15.466)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	6.373	(13.176)	(6.803)
Saldos em 31/12/2019	**1.041.977**	**18.341**	**62.101**	**–**	**1.122.419**
Mutações do período	**–**	**1.432**	**20.407**	**–**	**21.839**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

1 - Contexto operacional
A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição") é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de empresa pública estadual, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.
As operações são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações. A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.
Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras rentáveis que gerem valor, podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:
i. Fundos governamentais;
ii. Orçamento estadual;
iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.
Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no artigo 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.
2 - Base de Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN").
Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, quando aplicável, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, na data da sua entrada em vigor, quais sejam:

	Pronunciamento Técnico	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	15/12/11	*Framework*	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	7/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	7/10/10	IAS 21	4.524/16
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	7/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	2/12/10	IAS 38	4.434/16
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	7/10/10	IAS 24	4.636/18
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	31/07/09	IAS 16	4.535/16
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	7/12/12	IAS 13	4.748/19

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.
As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.
As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.
Em 12 de fevereiro de 2020, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Contábeis da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.
3 - Principais práticas contábeis
a) Receitas e despesas
As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.
As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.
d) Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito
d1. Operações de crédito e obrigações por repasse
As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.
Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.
d2. Provisão para perdas em operações de crédito
A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito são revisadas.
A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.
d3. Renegociações
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
e) Outros Valores e Bens
Compostos por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.
f) Ativo permanente
O ativo permanente é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.
A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 7. Terrenos não são depreciados.
A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.
g) Tributos correntes e diferidos
Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (15%)	15%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R$240 mil no ano.
Conforme a legislação tributária, a Desenvolve SP optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.
Com o advento da Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, a alíquota da contribuição social aplicável sobre o lucro real foi alterada de 20% para 15%, a partir de janeiro de 2019. Em virtude da publicação da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a alíquota da CSLL será majorada novamente a 20%, a partir de 1º de março de 2020.
Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 12 b.
Em decorrência do aumento de alíquota da CSLL a partir de março de 2020, a Instituição promoveu a constituição de créditos tributários de CSLL complementares, considerando os créditos tributários realizáveis a partir do início da vigência da alíquota majorada, os quais foram estimados de acordo com os estudos técnicos que suportam o registro de tais ativos.
h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes
São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.
i) Provisões, ativos e passivos contingentes
A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios:
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

continua ☆

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas. **j) Redução do valor recuperável de ativos:** Anualmente é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades	4	3
Cotas de Fundo de Renda Fixa [a]	18.799	77.125
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**18.803**	**77.128**

[a] As aplicações deste fundo têm liquidez imediata e foram classificadas no balanço patrimonial como Títulos e valores mobiliários, conforme nota explicativa nº 5.

5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira

	31.12.2019		31.12.2018	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	110.985	274.000	128.447	248.168
Cotas de Fundos de Renda Fixa	18.799	–	77.125	–
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	–	76.785	–	62.104
Cotas de Fundos Garantidores de Operações de Crédito	–	2.826	–	2.053
(–) Provisões para Desvalorizações	–	(1.863)	–	(1.136)
Total	**129.784**	**351.748**	**205.572**	**311.189**

As Cotas do Fundo de Renda Fixa, aplicadas no BB FEFI CP AUTOM FIC, Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A.

b) Cotas de fundos de investimento em participações

	31.12.2019				31.12.2018			
Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Contábil	Provisão para Desvalorização	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Contábil	Provisão para Desvalorização
Inovação Paulista (FIP)	25.000	23.821	33.432	–	25.000	21.577	28.577	–
BBI Financial I (FIP)	10.000	9.600	24.019	(108)	10.000	9.400	17.284	(110)
CRP Empreendedor (FIP)	10.000	5.285	9.047	(19)	10.000	5.301	7.368	(61)
Aeroespacial (FIP)	15.000	7.843	8.339	(700)	15.000	6.441	6.937	(484)
Performa Investimentos SC - I (FIP)	2.000	1.948	1.948	(1.031)	2.000	1.939	1.938	(478)
Total	**62.000**	**48.497**	**76.785**	**(1.858)**	**62.000**	**44.658**	**62.104**	**(1.133)**

6 - Operações de crédito

a) Carteira por modalidade

	31.12.2019			31.12.2018		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Financiamentos	158.540	642.975	801.515	166.932	705.333	872.265
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	91.996	146.487	238.483	85.698	139.724	225.422
Empréstimos	122.216	106.295	228.511	78.059	102.334	180.393
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	69	–	69	72	66	138
Total da Carteira de Crédito	**372.821**	**895.757**	**1.268.578**	**330.761**	**947.457**	**1.278.218**
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(17.584)	(65.639)	(83.223)	(32.973)	(75.080)	(108.053)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	**355.237**	**830.118**	**1.185.355**	**297.788**	**872.377**	**1.170.165**

b) Receitas de operações de crédito

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Financiamentos	34.711	74.816	79.487
Empréstimos	13.352	28.231	22.173
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	11.952	26.306	27.950
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	631	1.999	8.650
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1	4	7
Total	**60.647**	**131.356**	**138.267**

c) Carteira por setor de atividade econômica

	31.12.2019	Participação	31.12.2018	Participação
Setor Público	**277.573**	**22%**	**253.775**	**20%**
Administração Direta	277.573	22%	253.775	20%
Atividades Empresariais	–	–	84	–
Setor Privado	**990.556**	**78%**	**1.024.443**	**80%**
Outros serviços	528.107	42%	611.977	48%
Indústria	298.656	23%	273.895	21%
Comércio	153.431	12%	126.719	10%
Pessoas Físicas	7.118	1%	10.096	1%
Rural	3.244	–	1.756	–
Total	**1.268.129**	**100%**	**1.278.218**	**100%**

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

	Operações em Curso Normal									31.12.2019	31.12.2018
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	**445.076**	**337.055**	**171.295**	**170.067**	**30.168**	**13.483**	**10.597**	**52.640**	**14.598**	**1.244.979**	**1.203.600**
01 a 30	36.038	8.541	4.481	3.689	679	442	438	441	98	54.847	27.023
31 a 60	11.447	7.621	4.067	3.281	620	410	426	365	92	28.329	23.851
61 a 90	11.286	7.633	4.197	3.439	616	413	412	379	95	28.470	23.332
91 a 180	38.043	22.285	12.461	10.801	1.795	1.145	1.227	1.325	629	89.711	82.494
181 a 360	59.746	44.228	24.776	21.021	2.940	2.330	2.253	3.373	1.146	161.813	147.137
Acima de 360	288.516	246.747	121.313	127.836	23.518	8.743	5.841	46.757	12.538	881.809	899.763
Parcelas Vencidas	**–**	**155**	**895**	**156**	**144**	**112**	**180**	**480**	**108**	**2.230**	**3.844**
01 a 30	–	155	892	136	102	106	180	237	68	1.876	3.654
31 a 60	–	–	3	20	42	6	–	243	40	354	190
Subtotal	**445.076**	**337.210**	**172.190**	**170.223**	**30.312**	**13.595**	**10.777**	**53.120**	**14.706**	**1.247.209**	**1.207.444**

	Operações em Curso Anormal [a]									31.12.2019	31.12.2018
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	**–**	**–**	**–**	**413**	**399**	**11.398**	**771**	**2.390**	**2.810**	**18.181**	**60.588**
01 a 30	–	–	–	8	30	195	31	55	94	413	1.041
31 a 60	–	–	–	8	21	195	31	55	94	404	1.109
61 a 90	–	–	–	8	21	195	30	55	73	382	1.114
91 a 180	–	–	–	22	59	585	91	165	220	1.142	3.123
181 a 360	–	–	–	44	51	908	182	330	378	1.893	6.508
Acima de 360	–	–	–	323	217	9.320	406	1.730	1.951	13.947	47.693
Parcelas Vencidas	**–**	**–**	**–**	**27**	**102**	**1.104**	**214**	**703**	**1.038**	**3.188**	**10.186**
01 a 30	–	–	–	9	33	195	31	55	93	416	1.009
31 a 60	–	–	–	9	34	289	31	55	93	511	1.071
61 a 90	–	–	–	9	35	299	32	55	92	522	1.095
91 a 180	–	–	–	–	–	321	76	204	279	880	3.086
181 a 360	–	–	–	–	–	–	44	334	373	751	3.532
Acima de 360	–	–	–	–	–	–	–	–	108	108	393
Subtotal	**–**	**–**	**–**	**440**	**501**	**12.502**	**985**	**3.093**	**3.848**	**21.369**	**70.774**
Total	**445.076**	**337.210**	**172.190**	**170.663**	**30.813**	**26.097**	**11.762**	**56.213**	**18.554**	**1.268.578**	**1.278.218**

[a] Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

		31.12.2019		31.12.2018	
Nível de Risco	Provisão %	Valor das Operações	Provisão	Valor das Operações	Provisão
AA[a]	–	445.076	–	235.349	–
A	0,5	337.210	(1.686)	530.122	(2.651)
B	1,0	172.190	(1.722)	186.746	(1.867)
C	3,0	170.662	(5.120)	157.811	(4.734)
D	10,0	30.813	(3.081)	44.201	(4.420)
E	30,0	26.097	(7.829)	6.272	(1.882)
F	50,0	11.763	(5.882)	31.872	(15.936)
G	70,0	56.212	(39.348)	30.940	(21.658)
H	100,0	18.555	(18.555)	54.905	(54.905)
Total		**1.268.578**	**(83.223)**	**1.278.218**	**(108.053)**

[a] As operações com Municípios do Estado de São Paulo tiveram alteração de *rating* operação, de "A" para "AA", a partir da data-base de junho/2019, inclusive para as operações vigentes.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Saldo Inicial	**120.599**	**108.053**	**65.322**
Créditos baixados para prejuízo	(39.473)	(46.088)	(21.251)
Provisão constituída	2.097	21.258	63.982
Saldo Final	**83.223**	**83.223**	**108.053**

g) Informações complementares

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Créditos renegociados [a]	60.482	61.027	34.892
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	631	1.999	8.650

[a] Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

7 - Imobilizado de Uso e Intangível

a) Imobilizado de Uso

	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação	Custo líquido de Depreciação 31/12/2019	Custo líquido de Depreciação 31/12/2018
Imóveis de Uso:					
- Terrenos	–	11.600	–	11.600	11.600
- Edificações	1,67%	20.161	(1.669)	18.492	18.914
Outras Imobilizações de Uso:					
Móveis e Equipamentos	3,33% a 20%	1.465	(889)	576	573
Sistema de Processamento de Dados	20%	127	(98)	29	37
Sistema de Comunicação	6,67% a 20%	172	(121)	51	49
Instalações	10%	117	(71)	46	57
Total em 31/12/2019		**33.642**	**(2.848)**	**30.794**	**–**
Total em 31/12/2018		**33.477**	**(2.247)**	**–**	**31.230**

b) Intangível

	Custo	Amortização	Custo líquido de Amortização 31/12/2019	Custo líquido de Amortização 31/12/2018
Outros Ativos Intangíveis:				
- *Software*	5.444	(2.261)	3.183	3.136
Total em 31/12/2019	**5.444**	**(2.261)**	**3.183**	**–**
Total em 31/12/2018	**5.144**	**(2.008)**	**–**	**3.136**

8 - Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

	31.12.2019						31.12.2018	
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	%	Total	%
BNDES	10.239	51.011	55.369	254.673	371.292	66,16	415.033	67,79
Outras instituições oficiais	2.079	10.647	15.899	124.032	152.657	27,20	137.402	22,44
FINAME	1.055	4.956	6.053	25.176	37.240	6,64	59.841	9,77
Total	**13.373**	**66.614**	**77.321**	**403.881**	**561.189**	**100,00**	**612.276**	**100,00**

9 - Outras obrigações

a) Sociais e estatutárias

	31.12.2019	31.12.2018
Juros sobre o capital próprio	4.361	28.006
Participação nos lucros	1.919	1.432
Total	**6.280**	**29.438**

b) Fiscais e previdenciárias

	31.12.2019	31.12.2018
Impostos e contribuições sobre salários	2.431	2.255
Impostos e contribuições diferidos	1.517	909
Contribuição Social	842	289
COFINS	573	432
PIS	93	70
Outros	131	74
Total	**5.587**	**4.029**

c) Recursos para Destinação Específica - Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento [a]

	31.12.2019	31.12.2018
FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo	54.981	62.388
Programa Água Limpa	24.646	23.340
Programa Frota Nova Município	13.428	14.374
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	2.660	4.174
Programa Renova SP	879	1.266
Total	**96.594**	**105.542**

[a] Referem-se a recursos, transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo, para subsidiar os juros de parcelas adimplentes de operações de crédito das respectivas linhas de financiamento, e pelo Ministério do Turismo, para a concessão de operações de crédito.

d) Outras Obrigações - Diversas

	31.12.2019	31.12.2018
Provisões para despesas de pessoal	3.442	2.969
Fornecedores	2.284	2.686
Provisões para despesas administrativas	1.670	1.137
Provisão para Contingências	1.614	1.511
Credores diversos	652	116
Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações	186	71
Total	**9.848**	**8.490**

10 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social de R$ 1.041.977 (R$ 1.016.035 em 2018) está representado por 1.000.000.000 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 15 de abril de 2019, a Assembleia Geral autorizou o aumento do capital social no montante de R$ 25.942, relativos aos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas no exercício de 2018.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposto no artigo 46 do Estatuto Social da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após deduções determinadas ou admitidas em lei, podendo ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio. Os juros sobre o capital próprio são calculados observados os limites previstos na IN RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro Líquido	47.560	14.736
(–) Reserva Legal	(2.378)	(737)
Base de Cálculo Ajustada	**45.182**	**13.999**
Juros sobre o capital próprio	24.221	29.442
Reserva de lucros	20.961	–

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

d) Lucro por ação

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido do período	28.642	47.560	14.736
Número de ações	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
Lucro por ação (R$)	0,02864	0,04760	0,01474

11 - Desdobramento das contas de resultado

a) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Administração de Fundos de Desenvolvimento	7.597	12.243	6.686

b) Despesas de pessoal

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Proventos	(11.010)	(20.875)	(19.559)
Encargos sociais	(4.045)	(7.764)	(7.584)
Benefícios	(4.445)	(7.801)	(6.590)
Honorários de diretores e conselheiros	(1.328)	(2.401)	(2.797)
Treinamento	(286)	(397)	(200)
Estagiários	(113)	(206)	(259)
Total	**(21.227)**	**(39.444)**	**(36.989)**

c) Outras despesas administrativas

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Processamentos de dados	(1.976)	(3.759)	(3.109)
Serviços técnicos especializados	(2.215)	(3.695)	(3.510)
Patrocínios e relações públicas [a]	(1.705)	(2.388)	(1.772)
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.)	(1.436)	(2.087)	(1.455)
Manutenção e conservação de bens	(363)	(739)	(801)
Vigilância e segurança	(355)	(710)	(589)
Serviços de terceiros	(365)	(670)	(592)
Transporte	(306)	(618)	(655)
Depreciação	(300)	(601)	(616)
Propaganda e publicidade [a]	(141)	(421)	(2.627)
Publicações	(114)	(283)	(462)
Contribuições filantrópicas	(195)	(275)	(164)
Amortização	(131)	(253)	(242)
Serviços do sistema financeiro	(125)	(235)	(199)
Água, energia e gás	(114)	(220)	(212)
Comunicações	(117)	(216)	(258)
Materiais de Escritório	(115)	(175)	(83)
Viagem no país	(90)	(146)	(199)
Seguros	(47)	(93)	(57)
Viagens no exterior	–	–	(1)
Total	**(10.210)**	**(17.584)**	**(17.603)**

[a] Os gastos com Propaganda e Publicidade incluem realização de pesquisas, produção de materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing para divulgação dos produtos oferecidos no mercado com foco na geração de negócios junto ao público-alvo, além de divulgar a forma de atuação da Instituição. Já o item Patrocínios e Relações Públicas refere-se substancialmente a gastos relativos à participação em feiras e eventos de negócios, realizados em diversos locais do estado de São Paulo.

d) Despesas tributárias

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Contribuição ao COFINS	(2.786)	(5.758)	(5.267)
Contribuição ao PIS	(453)	(936)	(856)
IPTU	(488)	(734)	(2.170)
ISSQN	(358)	(530)	(425)
ITBI	(254)	(291)	(21)
Outras	(1)	(5)	(4)
Total	**(4.340)**	**(8.254)**	**(8.743)**

e) Outras receitas operacionais

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Recuperação de Encargos e Despesas	1.014	1.606	1.091
Reversão de Provisões Operacionais	205	509	394
Outras	79	79	57
Total	**1.298**	**2.194**	**1.542**

12 - Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre/2019		31.12.2019		31.12.2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	31.740	31.740	58.494	58.494	13.527	13.527
Participação dos empregados	(1.938)	(1.938)	(3.141)	(3.141)	(1.632)	(1.632)
Resultado após a participação dos empregados	29.802	29.802	55.353	55.353	11.895	11.895
Encargo total do imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15% (20% em 2018)	**(7.450)**	**(4.470)**	**(13.838)**	**(8.303)**	**(2.974)**	**(2.379)**
Ajustes para Cálculo de IR e CSLL:						
Adições	**(1.855)**	**(1.066)**	**(7.705)**	**(4.540)**	**(18.189)**	**(14.402)**
Exclusões	**5.132**	**3.072**	**9.968**	**5.932**	**10.185**	**8.111**
Incentivos fiscais	321	–	408	–	176	–
Prorrogação de licença maternidade	32	–	67	–	48	–
Juros sobre capital próprio	3.294	1.976	6.055	3.633	7.361	5.888
Imposto de Renda e CSLL	**(526)**	**(488)**	**(5.045)**	**(3.278)**	**(3.392)**	**(2.782)**
Ativo fiscal diferido	(3.432)	3.665	(2.866)	4.004	5.953	3.516
Passivo fiscal diferido	(131)	(248)	(274)	(334)	(284)	(170)
Despesa de IR e CSLL	**(4.089)**	**2.929**	**(8.185)**	**392**	**2.277**	**564**

b) Créditos e Obrigações Tributárias Diferidas

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se as alíquotas vigentes no período previsto de sua realização, conforme apresentado a seguir:

Diferenças Temporárias	31.12.2018	Baixa	Constituição[a]	31.12.2019
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	50.218	(14.226)	14.943	50.935
Provisões para despesas administrativas	455	(398)	347	404
Provisões para desvalorização de títulos livres	455	(148)	532	839
Provisões para passivos contingentes	605	(12)	134	726
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	34	(34)	–	–
Total dos créditos tributários diferidos	**51.767**	**(14.818)**	**15.956**	**52.904**
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	909	–	608	1.517
Total das obrigações tributárias diferidas	**909**	**–**	**608**	**1.517**

[a] Inclui o efeito de R$ 5.556 mil, referente à majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido de 15% para 20%, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

As baixas das provisões para despesas administrativas foram efetuadas mediante o pagamento dessas despesas ao longo do exercício, enquanto as baixas relativas à provisão para créditos de liquidação duvidosa foram realizadas em decorrência de prejuízos, de acordo com os prazos definidos na legislação vigente.

A expectativa de realização dos créditos, relativos às despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Circular Bacen nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, conforme demonstrado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	2024	Acima de 2024	Total
Valor nominal	20.465	9.310	5.329	4.290	3.967	9.543	52.904
Valor presente	19.610	8.454	4.544	3.435	2.996	6.409	45.447

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela expectativa da taxa SELIC do período.

Neste exercício, não foram gerados créditos tributários não ativados.

13 - Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Benefícios de Curto Prazo	**1.491**	**2.933**	**3.206**
Diretoria	749	1.537	1.820
Conselho de Administração	411	766	687
Comitê de Auditoria	228	399	467
Conselho Fiscal	103	231	232
Outros Benefícios de Longo Prazo	**140**	**236**	**281**
Diretoria	140	236	281
Total	**1.631**	**3.169**	**3.487**

14 - Contingências

Conforme determinado no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas, conforme abaixo:

Natureza	31.12.2018	Baixa	Constituição	31.12.2019
Trabalhista	847	(411)	505	941
Cível	665	(1)	9	673
Total	**1.512**	**(412)**	**514**	**1.614**

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

Natureza	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhista	510	618
Cível	883	878
Total	**1.393**	**1.496**

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

15 - Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

Desta forma, a aplicação proporcional da regulação prudencial deve considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco.

Para o enquadramento das instituições em cada segmento, foram considerados o porte e a atuação internacional de cada uma.

A Desenvolve SP está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB).

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

16 - Declaração de Apetite por Riscos (RAS)

A alta administração aprovou a RAS da instituição, que descreve os riscos relevantes incorridos pela Desenvolve SP e os níveis de apetite por esses riscos.

17 - Integração entre os riscos

A integração se dá entre os riscos relevantes (riscos de crédito, operacional, de liquidez e socioambiental).

18 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital está disponível no endereço https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/, no site da instituição.

a) Estrutura Organizacional

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1).

A Suric é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

b) Estrutura de Sistemas

O sistema interno deve abranger todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e deve possibilitar a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos considerados relevantes e não relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter capital compatível com esses riscos.

c) Validação de Sistemas

Mensalmente, devem ser realizados testes de avaliação e validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para o gerenciamento de riscos.

19 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração. Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital e o Programa de Testes de Estresse.

a) Risco de Crédito

A gestão do crédito está definida como sendo a implementação e administração dos princípios de crédito, e está segregada da seguinte forma:

- Superintendência de Crédito (Sucre): unidade responsável pela implementação dos procedimentos da Política de Crédito da instituição.
- Gerência de Cobrança e Recuperação (Gecob): ligada à Diretoria de Negócios e Fomento (DNF), é responsável pelos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, inclusive dos créditos baixados em prejuízo, e pelos procedimentos para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito.
- Superintendência de Suporte ao Negócio (Susup): por meio da Gerência de Suporte à Operação (Gesup.2), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.

A gestão do risco de crédito consiste na modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, para cálculo de projeções futuras e validação dos sistemas, a fim de verificar a aderência dos processos de gestão do crédito.

A gestão do risco de crédito está a cargo da Suric.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CPAD}, calculada em consonância com a regulamentação em vigor.

Locação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CPAD}, calculada em consonância com a regulamentação em vigor.

b) Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional deve prever, adicionalmente, a implementação de estrutura de governança de TI consistente com os níveis de apetite por riscos estabelecidos na RAS.

A metodologia utilizada para o mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional é a descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da instituição.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado por meio do cálculo da parcela RWA_{OPAD}, conforme metodologia determinada pelo Bacen.

A metodologia utilizada é a da Abordagem do Indicador Básico.

c) Risco de Liquidez

Na Desenvolve SP, os procedimentos para o controle de liquidez são realizados diariamente.

O Plano de Contingência de Liquidez foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração e faz parte da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez.

d) Risco Socioambiental

A Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas.

O Sistema de Administração de Riscos Ambientais e Sociais (SARAS) da Desenvolve SP consiste em uma série de procedimentos que deverão ser inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações administrativas, avaliação de garantias e renegociações.

e) Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado deve prever sistemas que considerem todas as fontes significativas desse risco e utilizem dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos.

Considerando que a carteira da instituição é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria e, além disso, que essa carteira é bancária, isto é, não classificada na carteira de negociação, consideramos o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária como um risco não relevante.

No entanto, esse risco deve ser gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estimar Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos assumidos pela instituição.

Não há alocação de capital para esse risco. No entanto, seu valor é deduzido do PR para fins de cálculo de compatibilidade de capital e margem para alavancagem.

f) Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital deve possibilitar a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita.

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Capital, que deve ser consistente com o planejamento estratégico da instituição, e o Plano de Contingência de Capital.

20 - Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse abrange os riscos relevantes, conforme definido na RAS da Instituição, e o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária.

21 - Relatórios

A Diretoria Colegiada, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração recebem, mensalmente, relatórios gerenciais versando sobre o gerenciamento de riscos e de capital.

22 - Limites Operacionais

O CMN, por meio do Bacen, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da Instituição com os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, no âmbito de Basileia III.

Na Instituição, o cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

A Instituição encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela abaixo:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL - POSIÇÃO EM 31/12/2019	VALOR (R$ mil)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	**1.119.236**
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA	**769.236**
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	769.236
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	–
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	**1.119.236**
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_II)	**–**
CAPITAL PRINCIPAL	**1.119.236**
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	350.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	30.794
PARCELA RWA_{CPAD} - requerimento de capital referente ao risco de crédito - abordagem padronizada	1.477.596
PARCELA RWA_{MPAD} - requerimento de capital referente ao risco de mercado - abordagem padronizada	–
PARCELA RWA_{OPAD} - requerimento de capital referente ao risco operacional - abordagem padronizada	253.564
PARCELA R_{BAN} - risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação	762
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD})	**1.731.160**
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	353.824
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 1,875%)	**43.279**
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO A R_{BAN} E ACP (BANCO CENTRAL)	**586.702**
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO O R_{BAN} E ACP (DESENVOLVE SP)	**422.242**
POSSIBILIDADE DE ALAVANCAGEM (DESENVOLVE SP)	**2.111.210**
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 8,625%; mínimo DSP = 20%)	**44,43%**
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	**44,43%**
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	**44,43%**

DIRETORIA COLEGIADA

Nelson Antônio de Souza
Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Crédito em exercício

Lucia Helena da Silva
Diretora de Negócios e Fomento

Wilson Bevilacqua Otero
Diretor Administrativo, de Projetos e Processos

CONTADORA

Karen Kemely Mussi Mhereb
CRC 1SP327691/O-9

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2019

1. INTRODUÇÃO

1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. foi instituído em novembro de 2012 em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, no Estatuto Social da Desenvolve SP e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de janeiro de 2015.

1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento ao Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas.

Para assegurar sua atuação de forma eficiente, além das informações financeiras serem apresentadas mensalmente ao comitê, seus membros se reúnem, periodicamente, com a Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas para avaliar as ações de gerenciamento de riscos, de *compliance* e de controles internos, com a Auditoria Independente, para discutir os exames e conclusões relativos ao planejamento e execução dos exames de auditoria das demonstrações financeiras do exercício (semestral e anual) e, com a Auditoria Interna, para supervisão dos seus trabalhos e para fornecer orientações técnicas demandadas.

1.3 Composição

O Comitê de Auditoria, com funcionamento permanente, é composto por três membros, sem mandato fixo, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Os membros do comitê são independentes e suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo.

Em 14/01/2019, o Senhor Carlos Eduardo Sampaio Lofrano renunciou ao cargo de membro deste Comitê. Em decorrência dessa renúncia, excepcionalmente, este Colegiado realizou suas reuniões com a presença de dois participantes no período de 14/01 a 20/08/2019.

Em 21/08/2019, foi empossado o novo membro do Comitê de Auditoria, Sr. Walter Mallas Machado de Barros, eleito em reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de maio de 2019.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

Até 2016, o presente relatório contemplava informações de um período anual coincidente ao ano fiscal, porém, considerando que as atividades anuais do Comitê de Auditoria se encerram na aprovação das demonstrações financeiras do exercício anterior, que normalmente ocorre até março do ano subsequente, este Comitê decidiu que o seu relatório deve incluir atividades até essa data.

Os relatórios deste Comitê de Auditoria contemplam a seguinte periodicidade:

- **Relatório Semestral:** início na 1ª reunião após a aprovação das demonstrações financeiras anuais do exercício social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras do 1º semestre encerrado no exercício social subsequente.
- **Relatório Anual:** início na 1ª reunião após a aprovação das demonstrações financeiras anuais do exercício social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras anuais do exercício social subsequente.

O Comitê de Auditoria se reuniu 17 vezes entre março de 2019 a fevereiro de 2020, realizando 88 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos à administração da Agência.

Essas reuniões envolveram o Conselho Fiscal, Diretor Presidente e sua Diretoria Colegiada, Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição, auditoria interna e externa. As atas das reuniões, expressando de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões, são encaminhadas mensalmente ao Conselho de Administração, bem como são apresentados os relatórios detalhados das atividades do Comitê de Auditoria, emitidos em bases semestrais e anuais, que permanecem à disposição, na sede da instituição, dos auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). As versões resumidas dos relatórios são publicadas junto às demonstrações financeiras semestrais e anuais.

3. RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria efetuou recomendações à administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, *compliance* e de controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo a avaliação e concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas e estão sendo implantadas pela administração da instituição.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição.

A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric) tem por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela alta administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor.

A empresa BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples examinou as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria registra como adequada a atuação da administração da Desenvolve SP com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e estão sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA INTERNA

O Comitê de Auditoria mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e com os auditores independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas por ambas as auditorias e os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período de tempo em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da instituição e auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen.

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta opinião sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência pelas normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e com a apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen.

7. CONCLUSÕES

Baseado nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos relatórios da área de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos, riscos e *compliance*, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020.

Francisco Vidal Luna – Presidente do Comitê de Auditoria
Jerônimo Antunes – Membro do Comitê de Auditoria
Walter M. Machado de Barros – Membro do Comitê de Auditoria

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis relativos ao semestre findo em 31 de dezembro de 2019, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes apresentado, e das conclusões do Comitê de Auditoria, apresentadas em seu Relatório, onde recomendam a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Contábeis, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para aprovação.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

Roberto Brás Matos Macedo – Presidente
Adailton Cesar da Costa Martins – Conselheiro
Eduardo Marson Ferreira – Conselheiro
Lídia Goldenstein – Conselheira
André Marcos Favero – Conselheiro
Francisco Vidal Luna – Conselheiro
Luciana Leal Coelho – Conselheira
Nelson Antônio de Souza – Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020.

Cely de Campos Mantovani – Conselheira
Roberto Yoshikazu Yamazaki – Conselheiro
Claudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo – Conselheira
Rubens Peruzin – Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Desenvolve SP")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Desenvolve SP** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Desenvolve SP**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD):** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, as demonstrações contábeis incluem Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) no montante de R$ 83.223 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo "AA" para risco mínimo e "H" para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da **Desenvolve SP**. Devido à relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa na Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), consideramos que este é um assunto significativo de auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nós avaliamos o desempenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles-chave e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA a H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução nº 2.682/99, bem como a adequada divulgação nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para créditos de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Créditos tributários:** Conforme Nota Explicativa nº 12, foram constituídos créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R$ 52.904 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Devido à relevância do saldo e à utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição dos créditos tributários, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da **Desenvolve SP** é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração". Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no "Relatório da Administração", somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Desenvolve SP** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Desenvolve SP** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e administração da **Desenvolve SP** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Desenvolve SP;** • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Desenvolve SP**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Desenvolve SP** a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

BDO

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Barbosa
Contador - CRC 1 SP 120359/O-8

Seguro de renda para todos

Precisaremos depois pensar formas permanente de seguro de renda para todos

Nelson Barbosa

Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research.

O choque da Covid-19 é antes de tudo uma crise de saúde pública. Os especialistas no tema sabem o que deve ser feito e precisam de todo o apoio para combater a pandemia, incluindo medidas de contenção do contágio e recursos para desempenhar suas funções.

Nós, economistas, podemos apontar como viabilizar o apoio financeiro à saúde, como pagar pelo combate à Covid-19 agora e lidar com suas consequências econômicas mais à frente.

Por exemplo, um dos fatores explicitados pelo choque atual é a vulnerabilidade de trabalhadores por conta própria, que não têm acesso a licença-saúde e seguro-desemprego.

O choque da Covid-19 já causou diminuição abrupta do nível de atividade econômica, prejudicando várias empresas e trabalhadores, formais e informais.

Empresas podem contar com diferimento de impostos, linhas especiais de crédito e refinanciamento de dívidas, com auxílio do governo. Trabalhadores formais podem recorrer ao INSS e ao seguro-desemprego, além de refinanciar suas dívidas, também com auxílio do governo.

E, para evitar demissões em massa, há possibilidade de reduzir jornadas e salários temporariamente, com o governo pagando parte dos salários, para que os trabalhadores formais não percam muito. É assim em vários países avançados, e essa foi a essência do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), criado por Dilma (lei 13.189 de 2015).

Não sei como está o PPE agora, mas, dado que Bolsonaro parece relançar a iniciativa, presumo que Temer tenha destruído o programa durante sua trágica e breve administração. Mas voltemos à crise atual.

Um dos principais desafios de programas de seguro de renda é chegar a trabalhadores informais. Uma solução emergencial seria conceder um "abono-informalidade" para trabalhadores por conta própria que contraírem a Covid-19 ou tiverem que ficar em quarentena. A deputada Gleisi Hoffmann propôs exatamente isso no início desta semana (PL 670/2020).

A iniciativa pode e deve ser ampliada pelo Congresso, pois mesmo trabalhadores autônomos imunes à Covid-19 serão afetados pelo menor crescimento da economia. Vários países do mundo já discutem como transferir renda para esse segmento, em uma espécie de "corona voucher", mas, como sempre acontece em política pública, a dificuldade está no critério de concessão do benefício.

Por exemplo, quem presta serviços esporadicamente para complementar fonte de renda formal não está tão exposto ao efeito econômico da Covid-19 quanto um trabalhador autônomo cujo único meio de sobrevivência é trabalhar longas horas via plataformas digitais (Uber, iFood e similares).

Uma opção para ajudar essas pessoas é "errar para mais", conceder transferência temporária de renda sem condicionantes. Nesse caso, a ação do governo seria uma espécie de renda mínima restrita a tempos de crise.

Outra opção, menos radical, seria começar a transferência emergencial de renda para pessoas em idade ativa (de 15 a 65 anos), sem vínculo formal de emprego e ou nenhuma outra fonte de renda oriunda da rede de proteção social do governo.

Nos dois casos será necessário o "registro formal de informais", preferencialmente utilizando a estrutura já existente do Bolsa Família, INSS e seguro-desemprego, que precisa ser reforçada.

E, uma vez passado o período mais agudo de crise, precisamos pensar formas permanente de seguro de renda para todos. O ponto de chegada é a renda mínima universal, mas há várias formas de chegar lá, incluindo propostas neoliberais (leiam Friedman) e neossocialistas (vejam o Meidner Plan). A Covid-19 antecipou esse bom debate.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecilia Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Autônomos que usam livro-caixa devem declarar despesas

FOLHA EXPLICA O IR COM IOB

SÃO PAULO Profissionais autônomos que fazem o Imposto de Renda com livro-caixa precisam declarar os rendimentos recebidos e as despesas escrituradas. As deduções das despesas, porém, estão limitadas à soma total dos rendimentos informados no ano-calendário. Veja essa e outras dúvidas do Imposto de Renda 2020.

*

41) Pode ser considerado dependente um filho de 24 anos, que não tem renda e concluiu a faculdade em 2019, mas que no resto do ano cursou uma especialização em estabelecimento de ensino credenciado? Caso seja possível, posso lançar as despesas médicas e com ensino com esse filho? (E.J.) Nesse caso, esse filho pode ser considerado dependente de um dos pais na DIRPF 2020. Suas despesas médicas e os pagamentos relativos à instrução podem ser informados na ficha "Pagamentos Efetuados" como dedutíveis na declaração de um dos pais.

42) Como saber se é mais vantajoso colocar o filho recém-nascido como dependente do pai ou da mãe? (L.M.) Faça uma comparação entre o cálculo dos rendimentos de cada um, de forma individual, deduzindo o valor do dependente. Após o resultado tome a decisão.

43) Sou médica e vou declarar pela primeira vez com livro-caixa, que está negativo. Meus ganhos são principalmente de uma cooperativa. Como faço para declarar? Declaro os ganhos como pessoa jurídica? (L.P.A.) Os rendimentos recebidos na condição de autônoma e pagos por pessoas físicas devem ser informados na ficha "Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Física e do Exterior pelo Titular", utilizando a aba "Rendimentos do Trabalho Não Assalariado", na coluna "Rendimentos -Trabalho Não Assalariado". Informe na coluna "Deduções – Livro Caixa", as despesas escrituradas.

As deduções das despesas informadas no livro-caixa estão limitadas à soma total dos rendimentos informados no ano-calendário.

Em relação aos rendimentos pagos por cooperativas, informe-os na ficha "Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ pelo Titular".

SAIBA MAIS SOBRE O IR folha.com/ir2020

Perguntas devem ser enviadas para o email tireduvidasdoir@grupofolha.com.br. A **Folha** publica as respostas que possam abranger o maior número possível de leitores.

Sergio Moro

Governo vai restringir entrada de estrangeiros por via aérea por 30 dias

Ministro da Justiça antecipou medida em entrevista à Folha; ele afirmou ainda que promete vacinar detentos contra a gripe

ENTREVISTA

Leandro Colon e Fabio Fabrini

BRASÍLIA Depois de limitar a entrada de estrangeiros por via terrestre de nove países da América do Sul, o governo brasileiro publicou uma portaria nesta quinta-feira (19) restringindo por 30 dias o acesso de estrangeiros por via aérea de países da Ásia e de toda a União Europeia.

A proibição também vale para Austrália, Islândia, Noruega, Suiça, Reino Unido e Irlanda do Norte.

A medida foi antecipada à **Folha** pelo ministro da Justiça, Sergio Moro, durante entrevista nesta quinta no Ministério da Justiça.

Moro disse também que o governo pretende vacinar presos contra a gripe comum, para evitar confusão com sintomas do coronavírus e que não endossa os movimentos para soltar presos na pandemia.

A **Folha** solicitou a entrevista para tratar de medidas quanto ao coronavírus e questionou o ministro sobre o comportamento do presidente Jair Bolsonaro, que, sob suspeita de estar infectado, cumprimentou pessoas no último domingo (15). O ministro não quis falar do assunto.

*

O senhor, com o Ministério da Saúde, publicou portarias para prevenir a epidemia nas unidades prisionais. Elas vão ser efetivas num cenário de superlotação em quase todas as prisões? É possível proteger os presos do coronavírus? É possível. Desde o início dessa epidemia, estavam sendo estudadas medidas para a proteção dos presos. Agora, têm de ser tomadas no momento certo. Uma restrição às saídas temporárias, às visitas, pode gerar também uma reação dentro das cadeias.

Por outro lado, estamos numa federação. A responsabilidade primária sobre as penitenciárias estaduais são das administrações estaduais. Nos presídios federais, há restrição total para as visitas, nos estaduais estão restringindo total e parcialmente, o que não significa que a dinâmica própria dos fatos não possa levar a medidas mais agressivas.

Que tipo de medidas? Pode se avaliar até uma ampliação da prisão domiciliar para parte da população carcerária, mas essas questões não devem ser precipitadas, até porque, segundo o relatório que recebi nesta quinta, não existe registro de preso infectado com coronavírus no Brasil.

Tudo o que se faz nessa área tem um risco de dano colateral. Não podemos, a pretexto de proteger a população prisional, vulnerar excessivamente a população que está fora das prisões. Como não temos que as atividades criminais serão suspensas ou interrompidas, tampouco pode se paralisar a segurança pública.

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e a PGR debatem solturas de presos nesse período. O senhor é contra qualquer tipo de soltura? São recomendações a serem levadas caso a caso. Existe uma recomendação do CNJ e cabe ao juiz fazer a avaliação. Por exemplo, alguns fazem a proposta de soltar todos os presos que não tenham sido condenados por violência ou grave ameaça. Estamos falando de todo o tráfico de drogas, basicamente. Vamos soltar todos os traficantes do país? Não faz sentido.

Uma das recomendações do ministério é a de que, caso não seja possível isolar em cela individual custodiados doentes ou com suspeita da doença, sejam usadas cortinas e marcações no chão para delimitar distância mínima de dois metros. Como proteger os presos se não há estrutura? Vamos combater dia a dia, há a previsão de vacinação pela gripe comum, entrando na campanha do governo federal, para que não haja confusão entre coronavírus e gripe comum. Não há necessidade de medidas desesperadas.

Portaria do ministério prevê uso de força policial para encaminhar pacientes em desobediência a tratamento. Há alguma possibilidade de uma quarentena coletiva em todo o Brasil? Houve um projeto do governo federal, a lei do coronavírus, que já prevê essas possibilidades, de medida de isolamento e quarentena.

A legislação não foi muito clara com o que acontece com quem descumpre. A autoridade de sanitária pode provocar a força policial para a quarentena compulsória. O que se percebe, no entanto, é uma compreensão mais incisiva da população brasileira com a gravidade da situação.

Após fechar fronteiras terrestres, há possibilidade de fechar aeroportos para a chegada de voos internacionais? Fechar para a chegada de voos, não. Veja, temos uma questão de transporte de cargas. Na própria questão do fechamento das fronteiras terrestres, estamos excepcionando o tráfego de mercadorias, porque, afinal, a necessidade de abastecimento dos países envolvidos se mantém.

O que pode acontecer é a restrição da vinda de estrangeiros de determinados países. O tráfego de pessoas, não de voos. Isso tem de ser deixado bem claro, até porque existem brasileiros no exterior que estão tentando retornar. Não pode proibir os voos aéreos ao Brasil. Seria algo, ao nosso ver, contraproducente.

O senhor diz que não há motivo para pânico... Não. Tem uma frase que eu gosto muito de citar, do ex-presidente [dos EUA] Franklin Roosevelt, da grande depressão, que fala: "A única coisa que nós devemos temer é o próprio medo". Claro que aqui existe uma epidemia que reclama prudência e cautela, mas nós não podemos ceder ao medo e ao pânico.

Mas o presidente Bolsonaro no começo disse que isso era uma histeria, fantasia. No domingo (15) ele abraçou pessoas na rua. O governo demorou para reagir, subestimou a crise e agora está tentando contê-la? Estamos olhando para cada dia para resolver a questão. Estamos voltando a essas questões, acho que não são produtivas. Temos de pensar em tomar as medidas necessárias.

Não houve demora para reagir? A própria lei do coronavírus foi editada faz tempo. Foi encaminhada pelo Ministério da Saúde, pelo governo federal, e aprovada em tempo recorde pelo Congresso.

Dizer que isso tudo é uma fantasia, uma histeria, não é uma sinalização ruim para a população da parte de quem tem de liderar o enfrentamento à crise? Senhores, vamos olhar para a frente. Sobre essas questões, as medidas estão sendo tomadas, inclusive pelo presidente Jair Bolsonaro, sob orientação dele. Existe toda uma dinâmica, as providências estão sendo tomadas.

O chefe do Estado é quem passa as mensagens para a população, o que eles têm de fazer. Por exemplo, o episódio de domingo: o senhor, no lugar do presidente (sob suspeita de coronavírus), iria abraçar as pessoas daquele jeito? Outra pergunta. Vocês insistem em ficar discutindo essas questões.

É porque isso faz parte da crise. Ficam insistindo nessas questões, né! Nós temos de olhar para a frente.

Por exemplo, o panelaço que está acontecendo não é um efeito disso? As perguntas são sobre as medidas que nós estamos tomando ou vamos tomar ou é outro assunto?

Por exemplo, o panelaço não é efeito disso? Vou encerrar a entrevista [levanta-se e caminha rumo à porta, para sair].

Volta para as medidas, ministro. Estamos conversando. Não, não dá.

A gente tem de perguntar, ministro, é a questão política. Foi combinado que eu ia falar sobre as medidas.

Vamos falar das medidas. O senhor fala que não comenta, mas a gente tem de perguntar. São coisas que estão no contexto das medidas. O combinado é o combinado. Falei que ia falar sobre as medidas. É a quarta pergunta sobre o negócio do presidente. Eu não vou falar sobre isso agora. Mais uma pergunta sobre isso, e eu encerro aqui. [Moro volta para a mesa e se senta]

Tá bom, mas a gente não tem como não perguntar. Foi combinado que não seria feita pergunta nessa linha. É sobre coronavírus.

Como o senhor tem se protegido do coronavírus? Existe a postura do distanciamento social. Evidentemente, por causa das funções que nós exercemos aqui, esses contatos, não físicos, mas de reuniões, acabam acontecendo. Principalmente, temos de intensificar as medidas de higiene. Quando possível, realizar contatos por telefone, videoconferência.

O senhor fez o teste? Quando eu sentir que é o momento apropriado, farei...

Os presídios são a maior preocupação do ministério? É um ponto importante, dada essa responsabilidade mais diretamente vinculada à segurança pública. Mas veja, temos responsabilidade também na área do consumidor. Senhores, agora vou encerrar.

Mais uma pergunta só, sobre o estado de calamidade pública. No que isso afeta o ministério? É uma questão mais pertinente ao Ministério da Economia, porque isso foi encaminhado [ao Congresso] por razões orçamentárias e fiscais. Um ganho orçamentário vai ser usado em ações contra a epidemia, mas também em políticas públicas.

Pedro Ladeira/Folhapress

Sergio Moro, 47
Ex-juiz federal, foi responsável pelos julgamentos da Operação Lava Jato em Curitiba até deixar a magistratura para assumir o Ministério de Justiça e Segurança Pública do governo Jair Bolsonaro

Witzel baixa decreto para fechar as divisas do Rio de Janeiro

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), baixou nesta quinta-feira (19) um decreto para fechar as divisas do estado. Ele afirma que a medida terá que passar antes pelo crivo de agências federais.

A partir da meia-noite deste sábado (21), a circulação de transporte interestadual de passageiros com origem nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Distrito Federal estará suspensa.

Os demais estados em que a circulação do novo coronavírus vier a ser confirmada ou que tiverem estado de emergência decretado também estarão impedidos de adentrar o Rio de Janeiro.

O decreto também suspende a operação aeroviária de passageiros internacionais ou nacionais com origem nesses mesmos estados. A medida não afetará, no entanto, operações de carga aérea.

O documento atesta que as medidas são tomadas "de forma excepcional, com o único objetivo de resguardar o interesse da coletividade na prevenção do contágio e no combate da propagação do coronavírus diante de mortes já confirmadas e o aumento de pessoas contaminadas".

"O decreto será publicado hoje [quinta-feira, 19], mas como bom magistrado do que fui, minha determinação estará sujeita a ratificação pelas agências federais, sob pena da omissão resultar na responsabilização direta do governo federal e agentes da União. Vamos monitorar quem entrar e depois comunicar o Ministério Público", afirmou o governador à coluna Mônica Bergamo.

País fecha fronteira terrestre com 8 países por 15 dias

BRASÍLIA O governo brasileiro decidiu restringir por 15 dias a entrada, apenas por via terrestre, de estrangeiros de oito países que fazem fronteira com o Brasil.

São eles Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa, República Cooperativa da Guiana, Paraguai, Peru e Suriname.

Como já tinha sido anunciada medida semelhante para a Venezuela, fica restrito o acesso de estrangeiros em todas as fronteiras terrestres do Brasil, à exceção do Uruguai.

"Fica restringida, pelo prazo de 15 dias, contado da data de publicação desta portaria, a entrada no país, por rodovias ou meios terrestres, de estrangeiros oriundos dos países mencionados", diz a portaria.

O texto esclarece ainda que o prazo poderá ser prorrogado de acordo com recomendações da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

A decisão foi tomada conjuntamente pelos ministérios da Defesa, Justiça e pela Casa Civil da Presidência. A portaria foi divulgada após reunião do comitê de crise criado pelo governo para tratar do impacto do avanço do novo coronavírus no país.

De acordo com a portaria, a medida não será aplicada a brasileiros e naturalizados, além de algumas exceções para estrangeiros. A portaria não impedirá "o livre tráfego do transporte rodoviário de cargas".

Veja quais estados têm melhor estrutura na saúde

Linha de frente nos estados

Rede para impedir que casos sem gravidade ocupem UTIs

	Médicos por 1.000 hab.	Cobertura atenção básica em % da população	Leitos hospitalares por 1.000 hab.
RS	2,45	74,86	2,65
SC	2,23	90,71	2,13
MG	2,22	88,94	1,93
PI	1,24	99,93	2,28
PR	2,11	76,34	2,40
PB	1,56	98,52	2,04
GO	1,70	74,96	2,49
TO	1,45	94,41	1,94
PE	1,55	80,54	2,19
ES	2,20	72,11	1,97
MS	1,97	74,87	2,02
RO	1,42	75,15	2,40
RN	1,50	83,03	2,05
SP	2,58	60,64	1,97
RJ	2,42	61,69	1,88
CE	1,27	82,22	2,03
MT	1,50	74,78	2,06
BA	1,36	80,04	1,95
SE	1,64	88,74	1,41
AL	1,32	81,37	1,76
MA	0,82	86,72	1,95
RR	1,43	72,23	1,87
AC	1,09	82,03	1,68
AP	0,97	77,35	1,29
AM	1,11	67,52	1,37
PA	0,85	65,86	1,59

Total de leitos gerais SUS e não SUS, em milhares

Retaguarda para pacientes graves com Covid-19

Proporção **menor que 1** mostra despreparo

Estrutura para casos que demandem leitos de UTI

	Leitos de UTI por 10 mil hab.	Leitos de UTI do SUS por 10 mil hab.	Leitos de UTI não SUS por 10 mil hab.
Norte			
Rondônia	1,63	1,01	7,08
Acre	-0,9	-0,71	3,54
Amazonas	1,24	-0,79	3,43
Roraima	-0,92	-0,57	6,29
Pará	1,18	-0,57	6,42
Amapá	1,03	-0,33	8,27
Tocantins	1,43	-0,86	8,37
Nordeste			
Maranhão	1,12	-0,59	8,18
Piauí	1,1	-0,56	5,57
Ceará	1,33	-0,76	4,01
Rio Grande do Norte	1,71	-0,94	5,2
Paraíba	1,51	-0,94	5,49
Pernambuco	1,96	1,09	6,31
Alagoas	1,45	-0,86	5,18
Sergipe	1,48	1,01	3,47
Bahia	1,32	-0,64	6,49
Sudeste			
Minas Gerais	2,06	1,3	3,14
Espírito Santo	2,72	1,19	5,6
Rio de Janeiro	3,79	-0,97	8,7
São Paulo	2,63	1,19	3,8
Sul			
Paraná	2,52	1,54	3,93
Santa Catarina	1,58	1,03	2,61
Rio Grande do Sul	2,1	1,33	3,31
Centro-Oeste			
Mato Grosso do Sul	1,78	-0,94	4,71
Mato Grosso	2,62	-0,89	10,63
Goiás	2,08	1,11	5,92
Distrito Federal	3,39	-0,89	8,78

Operação de guerra cancela cirurgias e foca casos graves

Sem UTIs para todos, triagem e ampliação da capacidade são prioridade

Fernando Canzian

SÃO PAULO Os comandos das UTIs (Unidades de Terapia Intensiva) e das redes de saúde no país deflagraram uma operação de guerra para ampliar o espaço nos hospitais aos pacientes graves que precisem de internação e de equipamentos de respiração com ventilação mecânica.

As UTIs e esses aparelhos serão o destino de mais de 5% dos infectados pelo coronavírus, levando em conta as estatísticas da doença até agora.

A prioridade é que apenas eles, os doentes graves e incapazes de respirar sozinhos, ocupem esses leitos.

Ainda sem ter chegado ao ápice da epidemia, relatos nos hospitais indicam que o Brasil será atingido com extrema gravidade, o que tem provocado muita ansiedade entre as equipes médicas dentro e fora do sistema de UTIs.

São duas as estratégias principais, que demandam rápida reorganização do sistema e medidas drásticas, como o cancelamento em massa de cirurgias programadas para casos sem urgência:

1) Linha de frente: filtrar os doentes nos municípios por meio da atenção básica e, no limite, usar leitos comuns para os casos menos graves;

2) Retaguarda: atendimento nos hospitais com UTIs, onde a prioridade é elevar a todo custo o total de leitos e proteger da epidemia os cerca de 6.500 médicos intensivistas e outros milhares de profissionais de saúde ligados a eles.

Na linha de frente, menos de 10% dos municípios brasileiros têm leitos de UTI, que estão concentrados em cerca de 200 cidades com mais de 150 mil habitantes, entre as 5.570 do país.

O desafio é que os municípios menores façam a triagem criteriosa daqueles que devem ser deslocados a hospitais de referência em seus estados —onde as UTIs já trabalhavam com margem apertada mesmo antes da crise da Covid-19.

Com sete profissionais cada uma, as 47,7 mil equipes de saúde da família do Ministério da Saúde já realizam triagens em UBSs (Unidades Básicas de Saúde) e residências no país.

Nas UBSs, os doentes que chegam passam por um "fast track": são submetidos o mais rápido possível a exame clínico por agentes protegidos por itens anticontaminação que têm a missão de tirá-los dali o quanto antes.

Os positivos para a Covid-19 e menos graves recebem orientação de como ficar isolados em casa e as medidas para atenuar sintomas da doença. Idosos e gestantes são estimulados a se vacinar contra gripe, para que não acabem ocupando UTIs depois por esse motivo.

Os doentes graves e com dificuldade respiratória recebem medidas iniciais de suporte e têm solicitada a remoção para hospitais de referência.

O principal problema é que a maioria das cerca de 4.000 cidades com menos de 50 mil habitantes não têm ambulâncias. Nesses casos, a transferência precisa ser coordenada em nível estadual ou a prefeitura tem de bancar o transporte particular, explica Denize Ornelas, diretora de comunicação da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade.

Por causa da distância dos grandes centros, a expectativa é que os casos de infecção demorem um pouco mais a chegar a esses municípios, retardando a necessidade de UTIs nesse primeiro momento para essa parcela da população.

Os mapas e quadros no alto da página mostram quais estados no Brasil estão mais preparados em termos de médicos por habitante, cobertura de atenção básica e leitos hospitalares nesta linha de frente de combate à epidemia.

A combinação dos dados, todos oficiais, foi transformada em um índice geral pelo Datafolha para ordenar a capacidade de cada um —quanto mais próximo de 1, mais preparado.

Já na retaguarda das UTIs, além do atendimento emergencial dos pacientes graves que chegam, a principal preocupação tem sido colocar em movimento a estratégia de ampliar o número de leitos.

O Brasil tem cerca de 31 mil leitos de UTIs exclusivas para adultos, que estão divididos mais ou menos ao meio entre públicos e privados.

O número sobe para cerca de 45 mil ou mais se forem consideradas outras unidades que podem ser usadas para esse fim —e sem contar um total ainda indefinido que o Ministério da Saúde está incorporando ao sistema.

O problema é distribuição regional e a lotação dos leitos.

O SUS (Sistema Único de Saúde) não tem UTIs suficientes para atender a crise do coronavírus caso a epidemia atinja, no Brasil, a gravidade de outros epicentros do mundo —o que é cada vez mais provável.

Nesses países, têm sido necessários 2,4 leitos de UTI, em média, para cada 10 mil habitantes. O SUS tem média de apenas 1 por 10 mil, o mínimo recomendado pela Organização Mundial da Saúde —Nordeste, Norte e Centro-Oeste têm menos do que isso.

Já a rede privada de UTIs tem 4 leitos para cada 10 mil segurados, em média. Mesmo somados, porém, os leitos públicos e privados de UTI não passam de 2,1 por 10 mil habitantes.

Como agravante, antes mesmo da crise do coronavírus, a taxa de ocupação de leitos do SUS já era de 95%. No setor privado, de 80%. Juntos, os dois sistema trabalhavam constantemente com menos de 6.000 leitos de UTI livres.

Com a emergência da crise, espera-se agora que pacientes dos dois setores acabem por ocupar indistintamente as UTIs que estiverem livres.

Outro problema é que os internados pela Covid-19 têm ocupado UTIs por até três semanas, o triplo do tempo que outros doentes costumam ficar nessas unidades.

Nas administrações de UTIs, a prioridade máxima, enquanto a infecção não ganha grandes proporções, tem sido cancelar em massa as cirurgias eletivas (programadas e geralmente sem urgência) que usariam as unidades intensivas depois de realizadas.

Na média, esses procedimentos geralmente ocupam cerca de 25% dos leitos das UTIs brasileiras, que podem vir a ser liberados para os infectados pela Covid-19.

Além do cancelamento de cirurgias, outras unidades de tratamento intensivo intermediárias e coronarianas, por exemplo, poderão ser adaptadas, ampliando o espaço.

Nos quadros ao lado, é possível comparar, por estado, a capacidade de atendimento nas UTIs e os principais tipos de cirurgias eletivas que devem ser adiadas.

Essas medidas, mais a expectativa de que um número menor de pessoas circulando gere menos acidentes e traumas, podem elevar mais a capacidade de atendimento das UTIs, segundo Suzana Margareth Lobo, presidente da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib).

No Centro de Tratamento Intensivo que ela comanda no Hospital de Base de São José do Rio Preto, no interior de São Paulo, UTIs pós-operatórias e neurocirúrgicas já estão na lista das que podem ser usadas caso haja um aumento do número de casos graves.

"É pela limitação de leitos que o fundamental passou a ser o isolamento social, que tem o objetivo de achatar ao máximo a curva de aumento de casos", afirma.

Além da falta de equipamentos, sobretudo para respiração assistida, outra preocupação fundamental é com a saúde dos 6.500 intensivistas e de outros milhares de profissionais nas UTIs onde atuam.

O objetivo é que as "equipes Covid", como estão sendo chamadas, fiquem completamente separadas das "equipes limpas", que cuidam do tratamento de outros casos. Isso requer banheiros, salas de descanso e refeitórios exclusivos a cada uma delas.

O maior risco é a falta de equipamentos de proteção a essas equipes, além do estresse a que estarão submetidas.

Segundo Adelvânio Francisco Morato, presidente da Federação Brasileira de Hospitais, que reúne 4.200 unidades privadas, o aumento de casos de infecção já produziu enormes transtornos aos hospitais. "Não haverá estrutura para quando chegarmos ao pico", diz Morato.

A "desospitalização" da sociedade agora, com o cancelamento de consultas e cirurgias eletivas, além da triagem criteriosa de casos graves, são, na opinião de todos, as principais medidas a serem tomadas nesse momento.

> "É pela limitação de leitos que o fundamental passou a ser o isolamento social, que tem o objetivo de achatar ao máximo a curva de aumento de casos
>
> **Suzana Margareth Lobo**
> presidente da Associação de Medicina Intensiva Brasileira

Sistema de UTIs já está no limite

dos **leitos de UTI na rede pública** já estão normalmente ocupados

dos **leitos de UTI privados** já estão normalmente ocupados

6.000 é o nº aproximado de leitos geralmente disponíveis nas redes pública e privada

Adiamento de cirurgias eletivas pode abrir leitos de UTI

Quase um quarto da ocupação é para operações sem urgência

O que leva os pacientes às UTIs, em %

Tipos mais comuns de cirurgias que podem ser adiadas

Internações para procedimentos eletivos, em %

Distribuição por idade de pacientes em UTIs

Maioria tem entre 60 e 90 anos

Frequência de internações, em milhares

Fonte: CNES/jan.2020, Conselho Federal de Medicina e Amib

CFM libera medicina a distância para uso durante a pandemia

Após idas e vindas, aprovação ocorre em caráter excepcional

Cláudia Collucci

SÃO PAULO O CFM (Conselho Federal de Medicina) autorizou em caráter excepcional e enquanto durar a pandemia de Covid 19 o uso da telemedicina.

Em ofício encaminhado ao ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, nesta quinta (19), o conselho reconhece a possibilidade de uso da teleorientação (para que profissionais realizem a distância a orientação e o encaminhamento do pacientes em isolamento), o telemonitoramento (monitoramento a distância de parâmetros de saúde, como sintomas) e a teleinterconsulta (a troca de informações e opiniões entre médicos para o auxílio diagnóstico ou terapêutico).

No documento, o presidente do CFM, Mauro Luiz de Britto Ribeiro, diz que a medida foi tomada por causa da propagação descontrolada da Covid 19 e da necessidade de isolamento social e de proteger a saúde de médicos e pacientes.

Desde o início da epidemia, o CFM tem sofrido pressões para regulamentar a telemedicina por meio de resolução. O ministro da Saúde já tinha defendido o uso da telemedicina no SUS no combate ao coronavírus e disse que o governo implementaria um serviço de telemonitoramento de sintomas.

"É uma maneira que a gente vem discutindo com nossos epidemiologistas e equipes, e deveremos ter uma ferramenta bem inovadora para que todo brasileiro possa receber a chamada e, ao digitar sinais e sintomas, a gente classificar o risco e mantê-lo sistematicamente monitorado", disse Mandetta na quarta-feira. Segundo ele, a ferramenta deve ser apresentada até sexta-feira (20).

Pelos cálculos do ministério, 85% das pessoas que tiverem o novo coronavírus poderão ter tratamento simples, com atendimento médico básico e uso de antitérmico em casa. Já os outros 15% precisarão recorrer aos hospitais.

Hoje o ministério fornece informações sobre o Covid-19 pelo número 136, mas quem atende a chamada não é médico. A ideia em estudo, disseram à **Folha** interlocutores, é criar um mecanismo para que um profissional de saúde possa dar as primeiras orientações de forma remota.

A medida deve auxiliar principalmente em locais remotos, que devem ser atingidos depois pelo vírus.

O ministério também estuda plataformas para que médicos de cidades menos populosas possam intercambiar experiências e informações com profissionais dos grandes centros, para aproveitar a experiência dos locais que devem ser atingidas primeiro pelo vírus.

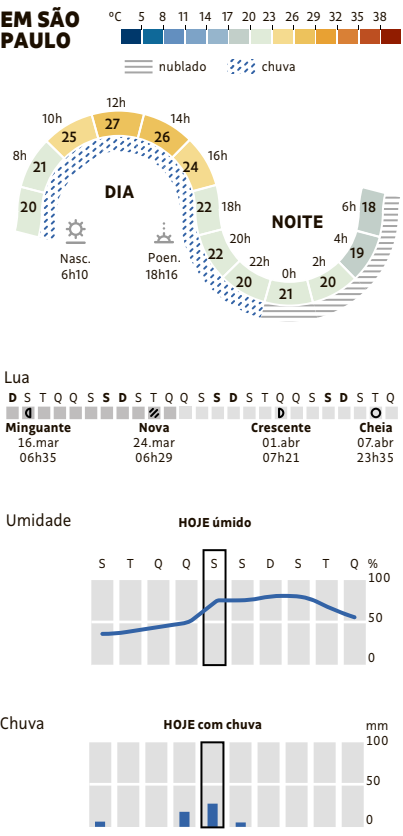
Mandetta também havia dito que o governo pretendia regulamentar a telemedicina e a teleconsulta durante o período da epidemia.

Em 2019, o CFM chegou a aprovar a norma, mas acabou revogando-a por pressões dos conselhos regionais e de médicos. A última resolução é de 2002.

"As várias consultas que aconteceram após a revogação atrasaram muito o processo e agora, com o coronavírus, fomos surpreendidos pela necessidade óbvia e premente da telemedicina", afirma José Luiz Gomes do Amaral, presidente da APM (Associação Paulista de Medicina).

Segundo ele, ainda que provisória e parcial, a autorização já é alguma coisa, mas existem lacunas importantes . "A teleconsulta não foi contemplada nessa medida. Nas próximas semanas, isso precisa ser objeto de revisão a passos de corrida, e não de uma lenta caminhada", afirma.

Amaral cita, por exemplo, quadros virais que vão se tornar muito frequentes a partir de agora, como otites, rinites e laringites, e que ainda não será possível o médico fazer diagnóstico e prescrever a distância.

"A gente enfrenta isso todos os anos e os consultórios, agora, estão fechados . Também teriam que estar aparelhados, com todos os recursos, para discernir entre o coronavírus e outras situações.", afirma.

O que foi aprovado pelo CFM

Teleorientação
Profissionais podem realizar a distância a orientação e o encaminhamento do pacientes em isolamento

Telemonitoramento
Monitoramento a distância de parâmetros de saúde

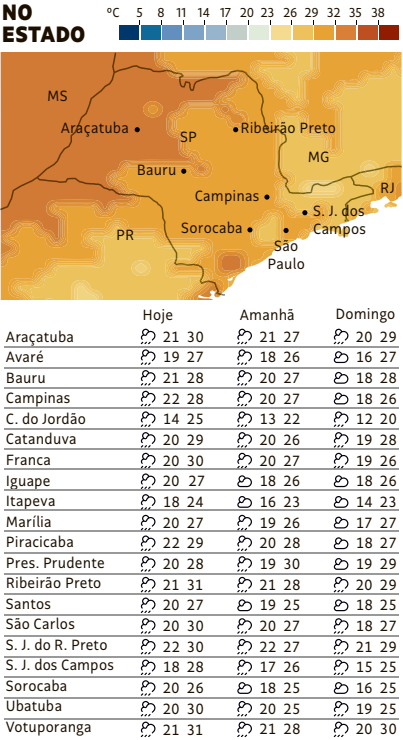
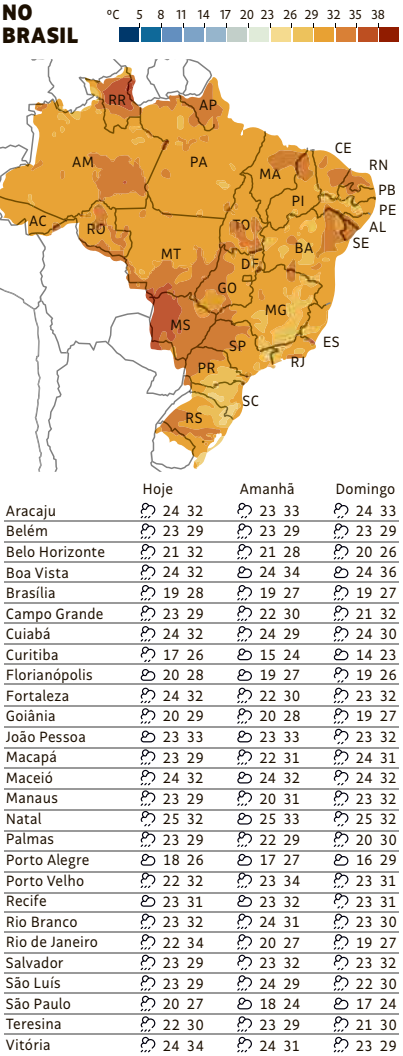
Teleinterconsulta
Médicos podem trocar informações para o auxílio diagnóstico ou terapêutico

O que ficou de fora

Teleconsulta
É a consulta médica mediada por tecnologias

Telediagnóstico
Emissão de laudo ou parecer de exames

Telecirurgia
É um procedimento feito por um robô ou outra tecnologia manipulada por um médico

Teleconferência cirúrgica
Feita por videotransmissão

Luiz Henrique Mandetta ajuda Jair Bolsonaro a usar álcool em gel em entrevista na quarta-feira Pedro Ladeira - 18.mar.20/Folhapress

Escalada do vírus faz governo intensificar ações

Natália Cancian e Talita Fernandes

BRASÍLIA O avanço acelerado no total de casos do novo coronavírus, os registros das primeiras mortes no Brasil e o temor de colapso na rede de atendimento fizeram o Ministério da Saúde rever as previsões iniciais para o enfrentamento da crise da Covid-19.

A pasta intensificou as ações de prevenção e combate à doença. Entre as medidas estão facilitação de processos licitatórios, restrição de exportação de equipamentos, recomendação de suspensão de cirurgias e exames eletivos e reforço das equipes de saúde.

Em um dia, o número de casos passou de 291 para 621 no Brasil, segundo a atualização de dados do Ministério da Saúde. Até a tarde desta quinta (19), havia seis mortos —quatro em São Paulo e dois no Rio.

Diante da escalada, o governo adotou outras providências para atender a população e evitar colapso do sistema.

Na quarta, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirmou que o governo implementará serviço de telemonitoramento de sintomas do coronavírus, em nova ação para fazer frente à pandemia. E defendeu o uso da telemedicina. Segundo ele, a ferramenta deve ser apresentada até sexta (20).

Isso porque, pelos cálculos do ministério, 85% das pessoas que tiverem a Covid-19 poderão ter tratamento simples, com atendimento médico básico e uso de antitérmico em casa. Já os outros 15% precisarão recorrer aos hospitais, parcela que, segundo Mandetta, está muito acima da capacidade do sistema, se ocorrerem de forma concentrada.

O Ministério da Saúde estima que o Brasil enfrentará período de estresse entre os meses de abril e junho. De janeiro para cá, as ações passaram a ter escalas revistas pouco a pouco após o impacto causado pelo vírus em sistemas de saúde de países como a Itália.

Inicialmente, seriam alugados mil leitos extras em UTIs, para minimizar gargalos em hospitais e equilibrar a alta ocupação. Agora, o ministério trabalha com oferta extra de 2.000 leitos temporários, dos quais 540 foram liberados.

Para secretários de Saúde ouvidos pela **Folha**, porém, não há garantia de que as medidas sejam suficientes.

O ministério já avalia requisitar leitos da rede privada e instalar leitos provisórios em escolas e contêineres. E até transformar navios em hospitais.

O governo tem revisto critérios para ocupação de serviços. Tanto que pediu a estados que suspendessem exames e cirurgias eletivos. E avalia rever critérios de vagas de UTI.

Se até o início do ano, houve queda nos médicos na atenção básica —de 64.045 (2018) para 62.837 (2019)—, agora serão contratados 5.811 médicos.

"Se funcionará ou não, depende das pessoas. É melhor ter 1 paciente em casa que contamina 4, do que 1 na rua contaminando 80. O Brasil será a Itália amanhã se a população não ajudar", diz Mauro Junqueira, do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.

ATMOSFERA

EM SÃO PAULO

Lua

Umidade

Chuva

NO ESTADO

SP TEM SOL, CHUVA FORTE E RISCO PARA TEMPORAIS
Uma frente fria causa chuva desde a manhã e risco para temporais; no litoral há risco para enchentes e deslizamento de terra

	Hoje	Amanhã	Domingo
Araçatuba	21 30	21 27	20 29
Avaré	19 27	18 26	16 27
Bauru	21 28	20 27	18 28
Campinas	22 28	20 27	18 26
C. do Jordão	14 25	13 22	12 20
Catanduva	20 29	20 26	19 28
Franca	20 30	20 27	19 26
Iguape	20 27	18 26	18 26
Itapeva	18 24	16 23	14 23
Marília	20 27	19 26	17 27
Piracicaba	22 29	20 28	18 27
Pres. Prudente	20 28	19 30	19 29
Ribeirão Preto	21 31	21 28	20 29
Santos	20 27	19 25	18 25
São Carlos	20 30	20 27	18 27
S. J. do R. Preto	22 30	22 27	21 29
S. J. dos Campos	18 28	17 26	15 25
Sorocaba	20 26	18 25	16 25
Ubatuba	20 30	20 25	19 25
Votuporanga	21 31	21 28	20 30

NO BRASIL

FRENTE FRIA AVANÇA EM DIREÇÃO AO PAÍS
Muitas nuvens se espalham no MS, PR e em SP, causando chuva forte; chove também do MT ao AM além de PA, TO, MA, PI, BA e SE

	Hoje	Amanhã	Domingo
Aracaju	24 32	23 33	24 33
Belém	23 29	23 29	23 29
Belo Horizonte	21 32	21 28	20 26
Boa Vista	24 32	24 34	24 36
Brasília	19 28	19 27	19 27
Campo Grande	23 29	22 30	21 32
Cuiabá	24 32	24 29	24 30
Curitiba	17 26	15 24	14 23
Florianópolis	20 28	19 27	19 26
Fortaleza	24 32	22 30	23 32
Goiânia	20 29	20 28	19 27
João Pessoa	23 33	23 33	23 32
Macapá	23 29	22 31	24 31
Maceió	24 32	24 32	24 32
Manaus	23 29	20 31	23 32
Natal	25 32	25 33	25 32
Palmas	23 29	22 29	20 30
Porto Alegre	18 26	17 27	16 29
Porto Velho	22 32	23 34	23 31
Recife	23 31	23 32	23 31
Rio Branco	23 32	24 31	23 30
Rio de Janeiro	22 34	20 27	19 27
Salvador	23 29	23 32	23 32
São Luís	23 29	24 29	22 30
São Paulo	20 27	18 24	17 24
Teresina	22 30	23 29	21 30
Vitória	24 34	24 31	23 29

Veja dados atualizados em folha.com/tempo
Fonte: Climatempo (climatempo.com.br)

Fachada do hospital Sancta Maggiore, da Prevent Senior, no Paraíso; cinco conveniados morreram com Covid-19 Cris Faga/Folhapress

Prevent Senior tem 5 mortes pelo vírus, e total do país vai a 7

Empresa é investigada pela Prefeitura de São Paulo; Brasil registra 621 infectados

Matheus Moreira, Phillippe Watanabe e Paulo Saldaña

SÃO PAULO E BRASÍLIA Cinco mortes causadas pelo novo coronavírus foram confirmadas em São Paulo, todas elas na rede Prevent Senior, operadora de saúde para idosos. A informação foi confirmada pela Secretaria de Saúde do Estado de SP nesta quinta (19).

As cinco mortes são de homens idosos com doenças crônicas e moradores da capital paulista. O caso mais recente é de um homem de 77 anos.

A secretaria de saúde também divulgou que os casos confirmados do novo coronavírus no estado subiram de 240 para 286. Em todo o Brasil, segundo o Ministério da Saúde, já são 621 casos da doença.

A Prevent Senior não respondeu a questionamentos da reportagem sobre detalhes das mortes, como se há ou não funcionários entre os mortos. Oito colaboradores da operadora estão internados em UTI.

Segundo a coluna Mônica Bergamo, a Prevent Senior será investigada pela Prefeitura de São Paulo por não ter avisado que a doença havia sido confirmada em um de seus pacientes, como manda a lei. O paciente em questão foi a primeira pessoa do Brasil a morrer pelo novo coronavírus. A vítima, um homem de 62 anos, tinha doenças crônicas prévias que agravaram seu quadro clínico.

Além de São Paulo, o estado do Rio de Janeiro confirmou duas mortes pela Covid-19: um homem, de 69 anos, e uma mulher, de 63 anos, a primeira a morrer por coronavírus no país. Ao todo, são sete mortos no Brasil pelo novo vírus.

O Ministério da Saúde, porém, não incluiu a quinta morte em São Paulo em seus registros, e nesta quinta-feira confirmou apenas seis mortes.

Em todo o país, o número de casos do novo coronavírus passou de 428 para 621 no Brasil. Os dados, atualizados nesta quinta, foram divulgados em coletiva de imprensa do Ministério da Saúde.

O ministério alterou o protocolo e diz que todos os casos de gripe devem ser tratados pelo sistema de saúde como se fossem casos de Covid-19. As determinações incluem o isolamento de 14 dias do paciente e de seus familiares.

Dessa forma, os médicos deverão fornecer atestados de saúde para o afastamento tanto para os pacientes quanto para os familiares para que todos possam se isolar.

A maior parte dos casos está no Sudeste, com 391 confirmações, mas há registros de infectados em todas as regiões. O Nordeste tem 90 casos, e o estado de Pernambuco, com 28 registros, agora já tem transmissão sustentada (ou seja, entre pessoas que não viajaram nem têm vínculo com alguém com a confirmação da doença), segundo o Ministério da Saúde.

Também há transmissão sustentada nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Em Santa Catarina, há registros no sul do estado, na região de Tubarão.

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirmou que a alta de casos é preocupante e chamou a atenção para a necessidade do comportamento coletivo com relação a medidas de isolamento.

"O que poderia ser em uma cidade parece aumentar em bloco em todos os estados", afirmou ele, durante a entrevista, transmitida pela internet. "Estamos no pé da montanha, vamos começar a subir", completou o ministro, referindo-se aos gráficos que mostram a alta dos casos.

Mandetta disse que o número de casos confirmados é subestimado, uma vez que há doentes não identificados. O ministério não divulgou nesta quinta o número de casos em investigação, e a plataforma da pasta com a atualização dos dados está fora do ar temporariamente. De acordo com a pasta, assim que o sistema for restabelecido, os dados voltarão a ser atualizados.

Óbitos no Rio não estavam entre casos confirmados

RIO DE JANEIRO As duas pessoas que morreram no Rio não constavam na lista de casos confirmados no estado. Os dois morreram antes de os exames detectarem a Covid-19.

No caso da empregada doméstica Cleonice Gonçalves, 63, morta em Miguel Pereira, o material só foi encaminhado ao laboratório após sua morte.

Ela trabalhava para uma mulher que viajou à Itália e teve a doença confirmada. A doméstica, diabética e hipertensa, passou por triagem no hospital Luiz Gonzaga na segunda (16) —há nove pacientes com suspeita de contágio. Cleonice morava com duas irmãs e um irmão e deixa filho e neto.

Só na terça, Cleonice foi submetida ao exame. Ela morreu às 13h e foi sepultada nesta quinta.

No caso do homem de 69 anos, o material foi levado ao laboratório seis dias após a internação em hospital particular em Niterói e horas antes da morte. Ele, diabético e hipertenso, teve contato com o enteado, que também tem o vírus.

O estado do RJ já tem 65 casos: Rio de Janeiro (55), Niterói (7), Barra Mansa (1), Miguel Pereira (1) e Guapimirim (1).

Catia Seabra e Diego Garcia

Mortes podem impactar plano para idosos criado na zona leste de São Paulo

Cláudia Collucci

SÃO PAULO A operadora de saúde Prevent Senior, que ganhou o noticiário por registrar a primeira morte por coronavírus no Brasil, consagrou-se nas últimas duas décadas como modelo de sucesso de assistência aos mais velhos, público do qual muitos planos querem distância pelos altos custos que representam.

Fundada há 23 anos na Mooca, na zona leste de São Paulo, pelos irmãos Eduardo e Fernando Parrillo, a empresa tem uma rede de oito hospitais (Sancta Maggiore), quatro pronto-atendimentos, além de rede de medicina avançada e diagnóstica e núcleos de especialidades.

Em cinco anos, viu crescer o seu faturamento de R$ 1 bilhão em 2014 para R$ 3,5 bilhões, em 2019. No mesmo período, o lucro passou de R$ 56 milhões para perto de R$ 410 milhões. Isso com uma carteira de 456 mil beneficiários, a maioria (346 mil) com 61 anos ou mais. Entre eles, 258 têm cem anos ou mais.

A operadora cobra mensalidade média de R$ 800, e todos os contratos são individuais, raridade no setor suplementar, em que 80% do mercado se ancora nos contratos empresariais ou coletivos.

Os reajustes anuais também costumam ficar abaixo da média dos concorrentes. Em 2018, a Prevent Senior aplicou menos da metade do aumento definido pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) —6,5%, ante um reajuste permitido de 13,5%. Entre os planos coletivos, o aumento chegou a 20%.

A taxa de sinistralidade da empresa (relação entre quanto a empresa recebe e quanto ela gasta com serviços de saúde) é de 68%, uma das menores do mercado de saúde suplementar.

Para especialistas do setor, uma das hipóteses que explicariam o sucesso do negócio da Prevent Senior é o investimento em promoção à saúde e prevenção. Ou seja, tentar evitar que a doença ocorra ou se agrave, levando o beneficiário a internações, um dos itens que mais pesam nas contas das operadoras.

"Eles trabalham com essa população muito além da assistência médica. Têm adesão das pessoas, a rotatividade é menor do que nos planos corporativos. E a empresa tem feito ações de promoção à saúde e de ganhar a confiança do cliente", afirma Ana Maria Malik, coordenadora do centro de estudos de gestão de saúde da FGV (Fundação Getulio Vargas).

Com a chegada da pandemia de coronavírus e cinco mortes registradas pela Prevent Senior, há uma especulação no setor sobre se a empresa terá saúde financeira para superar esse momento crítico. Não só pelo aumento da sinistralidade da carteira (mais pacientes na UTI, por exemplo), mas também por eventual abalo na reputação.

No caso da primeira morte, a família do porteiro de 62 anos diz que não houve atendimento adequado e que o homem, que tinha diabetes, hipertensão e problemas renais, chegou a ir cinco vezes ao hospital e lá disseram que não havia necessidade de fazer o teste diagnóstico. O exame foi feito só quando o estado do paciente piorou. A empresa não se manifestou sobre isso.

A prefeitura também está investigando porque a Prevent não avisou o poder público que a Covid-19 havia sido confirmada. Isso só ocorreu após a morte do porteiro.

Nesta quarta, eram 33 pacientes na UTI do Hospital Sancta Maggiore Paraíso, 12 positivos para Covid-19 e 21 aguardando resultado de exame. Outros 90 estão em apartamento, 16 com resultado positivo e 74 ainda à espera da confirmação do diagnóstico.

Para José Cechin, superintendente-executivo do Iess (Instituto de Estudos de Saúde Suplementar), a Prevent Senior deve ter entrado nessa crise com uma boa saúde financeira. "A gente ouve que ela estava bem capitalizada. Essa é uma crise que tem data para começo e fim."

Segundo ele, é natural que a empresa tenha impacto maior do que em outras operadoras. "Ela tem um público mais velho e o que dizem as experiências dos outros países é que as pessoas que vão ter quadros mais graves pelo coronavírus e vão precisar de cuidados mais intensos são as de mais alta idade."

Na opinião de Paulo Furquim de Azevedo, coordenador do centro de estudos de negócios do Insper, o abalo na empresa pode ser mais do ponto de vista reputacional do que assistencial. "Muita gente ainda pode morrer na Prevent Senior. Não necessariamente porque ela seja ruim, mas porque tem carteira de muitos idosos e eles estão numa condição muito mais vulnerável", diz.

Sobre o impacto na assistência, Furquim diz que, embora a previsão seja que a pandemia gerará mais gastos no setor, uma operadora focada na assistência a idosos deve estar preparada. "É bom lembrar que esse idoso já tem diabetes, doenças crônicas, e que já teria probabilidade alta de ser internado."

23 anos
tem a Prevent Senior, que foi fundada na zona leste de São Paulo

R$ 3,5 bilhões
foi o faturamento da operadora, que cobra mensalidade média de R$ 800 (2019)

346 mil
usuários da Prevent Senior têm 61 anos ou mais

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Preservou a doçura do mineiro e o amor pela família

AMADEU JOSÉ DUARTE LANNA (1933-2020)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO O professor Amadeu José Duarte Lanna nasceu em Viçosa (MG) e era o típico mineiro. Calado, de hábitos simples, temperamento doce e delicado.

O primeiro encontro com a esposa, Helena Lanna, hoje com 81 anos, ocorreu na época da faculdade de ciências sociais da USP. Amadeu foi convidado para uma festa que Helena ofereceu em sua casa aos estudantes. Logo começaram a namorar, casaram-se e tiveram três filhos —dois tornaram-se professores.

Amadeu era apaixonado por animais, em especial cavalos, e tinha apreço por futebol. Foi flamenguista enquanto morou em Minas Gerais e santista quando morou em São Paulo, segundo conta o filho, o professor do curso de antropologia da Universidade Federal de São Carlos, Marcos Lanna, 59.

Sempre muito preocupado com os filhos, momentos antes de morrer, perguntou se "os meninos já estavam dormindo". Foram suas últimas palavras.

Formado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas da USP em 1955, foi presidente do centro acadêmico e atuante na política estudantil. Ministrou aulas para o curso de especialização em antropologia, que originou o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e na Universidade Estadual de São Paulo, em Marília.

Esteve seguidamente no Alto Xingu na primeira metade dos anos 1960, tendo convivido com a crise demográfica dos índios Kisêdjê.

Entre outubro de 1964 e abril de 1965 foi bolsista do governo francês e participou da primeira fase dos seminários que Claude Lévi-Strauss conduzia com etnógrafos no Laboratoire d'Anthropologie Sociale du Collège de France.

Amadeu José Duarte Lanna morreu dia 14 de março, aos 86 anos, de parada cardíaca. Deixa esposa, três filhos e oito netos.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo:
tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Doria diz que álcool em gel será vendido a preço de custo em SP

Medida vale para supermercados e integra pacote de ações do governo paulista

Artur Rodrigues e Rogério Pagnan

SÃO PAULO O governador João Doria (PSDB) anunciou nesta quarta-feira (18) um pacote de prevenção ao novo coronavírus que inclui recomendação para fim dos cultos e missas em igrejas a partir do próximo dia 23, gratuidade na conta de água para famílias pobres e também álcool em gel a preço de custo nos mercados.

O tucano afirmou que fechou um acordo com a Associação Paulista de Supermercados para a venda de álcool em gel sem margem de lucro.

O acordo é válido para todo o estado paulista a partir da próxima segunda-feira (23).

Os produtos só serão comercializados sem margem de lucro nos mercados. O governador afirma esperar conseguir fechar um acordo similar com redes de farmácias.

O presidente do Procon, Fernando Capez, afirmou que fará blitze para interditar e multar estabelecimentos que estão vendendo máscaras e álcool em gel com preço abusivo.

De acordo com ele, também serão notificadas empresas de comércio online. Capez citou como exemplo frascos de meio litro de álcool em gel acima de R$ 30.

Doria tem dado entrevistas coletivas diárias. Na quarta-feira, por exemplo, anunciou fechamento de shoppings e academias. Nesta quinta, na linha de recomendação do Ministério Público, anunciou a recomendação para que os templos não tenham cultos. "A medida não significa o fechamento de templos ou espaços de orações", disse.

Os locais poderão continuar abertos para orações, respeitando distância entre os fiéis de no mínimo três metros. O governador incentiva cultos feitos de maneira virtual.

O tucano também anunciou gratuidade para pessoas carentes na conta de água da Sabesp. Um total de 506 mil serão beneficiados a partir do dia 1º de abril.

"São as famílias de menor renda, as mais prejudicadas pela crise econômica. Esta tarifa não será cobrada em abril, maio e junho, exatamente das famílias mais vulneráveis", afirmou o governador.

Outra medida anunciada neste sentido é a não cobrança de dívidas estaduais pelos próximos meses. Pessoas físicas e empresas terão prazo estendido de 90 dias antes do protesto de dívidas Procuradoria Geral do Estado.

A entrevista coletiva contou com a presença de Bruno Covas (PSDB). O governador e o prefeito afirmaram que as férias de servidores da educação serão adiantadas. No governo estadual, a medida afeta 150 mil professores. Na capital, 80 mil educadores.

Doria criticou medidas que afetam a circulação de pessoas, como a suspensão do serviço de ônibus no ABC, classificada por ele como "precipitada". "Interromper, cessar transporte público, vai impedir pessoas que trabalham em hospitais, farmácias, supermercados de chegar ao seu destino de trabalho", disse.

Ele pediu a governantes que não fechem aeroporto, rodoviária e sistemas de transporte.

Questionado pela **Folha** sobre medidas para evitar contágio nos trens do metrô e da CPTM, ele afirmou que houve redução de circulação e que os veículos estão sendo higienizados com maior frequência. Covas fez fala parecida sobre os ônibus da capital paulista.

O governo também publicou novas regras para o acesso ao sistema penitenciário em todo o estado. Elas reduzem o número de visitantes por preso e proíbem o acesso de pessoas com mais de 60 anos e menores de 18 anos.

Essas regras começam a valer já neste final de semana, por 15 dias, e poderão sofrer novas alterações conforme o avanço do coronavírus. Até o momento, de acordo com a Secretaria de Administração Penitenciária, ainda não há registro de detento infectado pelo vírus.

O sistema paulista tem cerca de 230 mil presos, concentrados em 150 mil vagas.

Segundo a Secretaria da Administração Penitenciária, três agentes apresentaram sintomas de gripe e ainda aguardam laudos de exame.

Além disso, uma visitante do CPP (Centro de Progressão Penitenciária) de Bauru, no interior, foi diagnosticada com coronavírus. Como ela havia tido contato recente com um preso, o detento e os demais presos do pavilhão ficaram isolados.

Antes da proibição de jovens e idosos como visita, havia sido vetado apenas o acesso apenas de pessoas com sintomas de resfriado ou aquelas pessoas que os funcionários suspeitassem poder estar infectadas. Cada preso podia receber dois adultos, além de crianças cadastradas. Os funcionários farão medição de temperatura dos visitantes.

Nos presídios onde aconteceram rebeliões na última segunda (16), as visitas estão suspensas. O sindicato dos agentes penitenciários ingressou com um pedido de suspensão total de visitas de presos e, também, de afastamento de funcionários com mais de 60 anos e com algum problema de saúde crônico.

Confira o que pode e o que não pode abrir em São Paulo

SÃO PAULO A Prefeitura de São Paulo publicará nesta sexta (20) uma portaria para esclarecer que prestadores de serviços poderão manter seus estabelecimentos comerciais abertos, assim como fábricas.

A dúvida surgiu na quarta (18), quando o prefeito Bruno Covas (PSDB) anunciou o fechamento de lojas na cidade, para evitar a disseminação do novo coronavírus. A medida vale a partir desta sexta e tem validade até o dia 5 de abril.

De acordo com decreto, estariam liberados da restrição estabelecimentos como farmácias, mercados, lojas de conveniência, padarias, restaurantes, lanchonetes, lojas de produtos para animais e postos de gasolina, além de feiras livres.

Esses locais terão que intensificar ações de limpeza, disponibilizar álcool em gel aos clientes, manter espaçamento de 1 metro entre mesas (no caso de restaurantes) e divulgar informações sobre prevenção.

Agora, a prefeitura deixará claro que fábricas e estabelecimentos para prestação de serviços poderão ficar abertos. Neste último grupo estão as bancas de jornais, assim como ocorre na Itália, na Espanha, em Portugal e na França.

Outros estabelecimentos foram fechados pelo governo estadual, como centros culturais, shoppings e academias. Confira o que abre e o que fecha.

ABRE

- Farmácias
- Mercados, supermercados e hipermercados
- Padarias, restaurantes e lanchonetes (com espaço de 1 metro entre mesas)
- Feiras livres
- Postos de gasolina e distribuidoras de gás
- Lojas de conveniência
- Lojas de venda de água mineral
- Prestadores de serviço em geral, como oficinas mecânicas ou lavanderia
- Fábricas
- Bancos (pode haver alterações pontuais de horários)
- Ônibus
- Metrô
- CPTM
- Detran
- Poupatempo
- Procon-SP
- Hospitais e postos de saúde
- Bancas de jornal
- Lojas de produtos para animais

FECHA

- Comércio atacadista e varejista que não estejam entre os listados acima (estão liberados para serviços de delivery)
- Escolas municipais
- Escolas estaduais
- USP, Mackenzie e PUC
- Shoppings (praças de alimentação podem funcionar)
- Academias
- Casas noturnas
- Rodízio de veículos suspenso
- Museus, bibliotecas, teatros e centros culturais municipais e estaduais
- Masp, Instituto Tomie Ohtake, IMS, Itaú Cultural, MAM-SP, MAC-USP e Japan House
- Centros de Convivência do Idoso
- Alguns cinemas como Espaço Itaú, Petra Belas Artes e Cinesala

Funcionários da Prefeitura de Niterói instalam placa informando da proibição do acesso à faixa de areia na praia de Icaraí Paulo Sergio/Agencia F8/Folhapress

Cidades litorâneas de vários estados isolam praias

Klaus Richmond e Marcelo Toledo

SANTOS E RIBEIRÃO PRETO Para tentar combater o surgimento de casos do novo coronavírus, cidades dos litorais de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina adotaram medidas para restringir a presença de banhistas em suas praias, entre eles turistas que tentem fazer sua quarentena nas praias.

Além do veto ao uso das praias, que serão monitoradas pelas guardas municipais das cidades, Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Bertioga anunciaram outras oito medidas preventivas em conferência por vídeo.

Entre as principais ações estão o fechamento de hotéis, shoppings, academias, igrejas e casas noturnas. Santos ainda informou nesta semana que monitora a chegada de pessoas em quarentena para a região. Para isso, restringiu o funcionamento da rodoviária.

Antes, os prefeitos já haviam suspendido a autorização para que ônibus e vans turísticos deixassem outros municípios com destino ao litoral.

"Estamos restringindo totalmente o acesso à faixa de areia da praia em todas as cidades, isso vale para turistas, moradores e ambulantes. A restrição é total, não tem cabimento incentivar atividades turísticas e pessoas nas ruas. Vimos praias lotadas e precisamos ter antecedência e rigor para salvar as vidas", disse o prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB).

Ainda não há nenhum caso confirmado nas cidades. Ao todo, são 158 pessoas com suspeitas da doença. Mesmo assim, já foram solicitados mais 14 leitos de UTI para Bertioga, 10 para Praia Grande, 4 para São Vicente e 20 para Guarujá.

Ubatuba, no litoral norte de São Paulo, implantou barreiras sanitárias nas divisas do município e suspendeu o comércio em todas as praias.

Ambulantes ou comerciantes que tenham pontos fixos não poderão trabalhar, sob risco de cassação de licença ou alvará pela Vigilância em Saúde do município. Na ação, motoristas estão recebendo a recomendação de retornar a sua cidade de origem se estiver se sentindo doente.

O objetivo é, como na Baixada Santista, evitar aglomeração de pessoas, mesmo em espaço aberto, para coibir a disseminação do vírus.

Já em Ilhabela, a prefeitura limitará, a partir desta sexta (20), o acesso de turistas por meio de balsas. A cidade confirmou na tarde desta quinta ter 16 casos sob investigação.

Com a proibição, a travessia poderá ser feita só por alguns veículos, como carros oficiais, de emergência ou destinados a atender serviços essenciais (abastecer mercados, lojas e bancos). Carros da cidade ou de São Sebastião estão liberados, se forem moradores ou trabalhadores. Pedestres terão de comprovar residência.

Cidades de outros estados adotaram restrições similares. Em Santa Catarina ainda havia pessoas frequentando praias como Garopaba e Canasvieiras, em Florianópolis, apesar de proibição por decreto.

"Você, que está na praia, volte para sua casa e contribua para sua saúde e de seus familiares", dizia a mensagem da caixa de som de um quadriciclo dirigido por um guarda municipal patrulhando a praia de Canasvieiras nesta quinta.

A vigilância é resultado de um decreto do prefeito Gean Loureiro (DEM), válido por sete dias. A Polícia Militar também auxilia nas abordagens.

Em Balneário Camboriú, o prefeito Fabrício Oliveira (PSB) emitiu decreto semelhante e foi à praia pedir para os banhistas se retirarem.

Já em Niterói, na região metropolitana do Rio, apesar do sol forte e da temperatura de 30°C, as praias estavam praticamente vazias nesta quinta.

Nas areias de Icaraí, um dos bairros mais populosos, poucas pessoas caminhavam ou corriam, enquanto dois homens remavam sobre pranchas de stand up no mar.

No calçadão, bloqueado por carros da Guarda Municipal, um número um pouco maior de pessoas ainda descumpria as recomendações de isolamento, mas nada próximo de um dia comum. Os quiosques da orla estavam fechados.

"Se cada um fizer sua parte, a gente volta a trabalhar mais rápido", disse Marlene Peres, proprietária de um deles.

Colaboraram Paula Sperb, de Porto Alegre, e Nicola Pamplona, do Rio de Janeiro

Ministério da Saúde planeja comprar mais exames e testar 1,1% da população

Plano continua sendo avaliar só pacientes com sintomas graves e parcela de suspeitas de gripe

Natália Cancian e Thiago Resende

BRASÍLIA Com o aumento no número de casos do novo coronavírus, o Ministério da Saúde planeja adquirir mais testes para diagnóstico. Ao todo, serão 2,3 milhões de kits para análise da Covid-19, segundo dados anunciados nesta quinta-feira (19). Esse pacote tem a capacidade, portanto, de atender a cerca de 1,1% da população do país.

O plano do governo ainda é testar somente pacientes com quadro grave e uma parcela das amostras de pessoas com sintomas de gripe coletadas em unidades sentinelas. O ministério argumenta ser impossível avaliar toda a população.

"Nossa prioridade em relação aos testes é poder ter garantia para os casos graves e na rede de unidades sentinelas. Ninguém vai ser prejudicado pelo fato de não fazer o teste", diz o secretário-executivo do Ministério da Saúde, João Gabbardo dos Reis.

"Para que ele serve: para identificar quem tem coronavírus e fazer isolamento. Mas já recomendamos que as pessoas que estejam sintomáticas façam isolamento, independentemente do teste."

Até hoje, o ministério distribuiu cerca de 18 mil testes aos laboratórios centrais de todos os estados —aqueles que analisam amostras da rede pública e fazem a contraprova de laboratórios privados não habilitados. Desse total, cerca de 2.500 já foram usados no país.

Responsável pelo fornecimento para o Ministério da Saúde, o laboratório de Bio-Manguinhos, da Fiocruz, afirma que vai expandir a produção.

A importação de insumos, no entanto, é um dos desafios, diz Artur Roberto Couto, assessor da diretoria do laboratório e presidente da Alfob (Associação de Laboratórios Farmacêuticos Oficiais).

"A dificuldade de Bio-Manguinhos, por exemplo, não é nem pela capacidade, mas pelos próprios insumos, que vêm de fora. Hoje existe uma demanda muito grande, e não temos disponibilidade no tempo e na hora. Está chegando e estamos produzindo. Se conseguirmos mais insumos, é possível ainda aumentar", diz.

"Quando o ministro coloca que tem que ser seletivo, é porque não dá para fazer testes para todo mundo por isso."

Segundo ele, a produção no início do alerta para o coronavírus foi de 2.000 kits. Hoje, a capacidade já é de cerca de 30 mil kits por mês, e deve ser ampliada para até 200 mil.

O laboratório não informa de quanto deve ser o aumento no volume fabricado, mas confirma a possibilidade de atender o pedido federal de 1 milhão de kits até o fim do ano.

O ministério afirma que já adquiriu 150 mil kits da Fiocruz, ao custo de R$ 14 milhões, ou R$ 98 cada um. Destes, 29,3 mil já foram entregues, segundo o laboratório, mas apenas cerca de 17,9 mil foram distribuídos aos estados —cada kit atende até 22 pessoas.

"Há expectativa de redução desses valores para o ministério à medida que houver ganho de escala e saída da condição de emergência", segundo Couto, que estima redução em até 20%.

Segundo o assessor, uma reunião entre laboratórios públicos para discutir a produção de testes aconteceria nesta quinta, mas foi cancelada pela dificuldade de circulação.

> Alguém me perguntou: poderá ter um óbito que não vai ser identificado como coronavírus? Impossível. Se está em situação grave, a ponto de ir a óbito, é porque está no hospital, e se está no hospital, vai ter testes
>
> **João Gabbardo Reis**
> secretário-executivo do Ministério da Saúde

O governo vem sendo criticado pela decisão de não ofertar testes a todos os pacientes com suspeita de infecção.

O caso da Coreia do Sul é citado como um exemplo de política de ampla testagem, que resulta num baixo índice de óbitos. Os dados mais recentes mostram que 307 mil sul-coreanos já realizaram o teste — quase que 0,6% da população.

Na Itália, que ultrapassou a China no número de mortes, foram feitos 182 mil testes até o momento, ou seja, uma cobertura de 0,3% da população.

Nesses dois países, o surto da Covid-19 começou antes da identificação de casos no Brasil e o plano de testagem ainda está em ação.

O Ministério da Saúde considera a estratégia de comprar 2,3 milhões de testes adequada considerando as projeções.

"Alguém me perguntou: poderá ter um óbito que não vai ser identificado como coronavírus? Impossível. Se está em situação grave, a ponto de ir a óbito, é porque está no hospital, e se está no hospital, vai ter testes", diz Gabbardo.

Agentes de saúde em drive-thru de testagem do coronavírus em Staten Island, em Nova York, nesta quinta-feira (19) Mike Segar/Reuters

Brasileiros tentam desenvolver testes para detectar o vírus

Reinaldo José Lopes

SÃO CARLOS Pesquisadores brasileiros estão desenvolvendo testes capazes de detectar infecções pelo novo coronavírus de forma confiável e relativamente rápida, mas é improvável que o esforço seja suficiente para rastrear novos casos de forma maciça país afora, ao menos no curto prazo.

Os custos elevados e o fato de que os insumos para esse tipo de teste são importados acabam levando à opção por análises mais restritas do ponto de vista populacional, concentradas em pacientes com sintomas mais graves e nos profissionais de saúde que cuidam desses doentes, por exemplo.

"Seria ótimo saber o número real de pessoas infectadas, mas é um dado que não interfere diretamente no combate à pandemia", diz Matheus Martini, que faz pós-doutorado no Laboratório de Estudos de Vírus Emergentes da Unicamp. "Seria mais importante saber se os profissionais de saúde, por exemplo, já foram contaminados e se desenvolveram imunidade ao vírus, o que teria impacto direto sobre o atendimento ao público."

Martini, seu supervisor José Luiz Módena e outros colegas estão trabalhando na padronização de um teste que já está em domínio público, desenvolvido por pesquisadores da Alemanha. Tal como os demais testes que estão sendo usados para flagrar a presença do novo coronavírus no organismo, ele se baseia na tecnologia conhecida como RT-PCR (em inglês, sigla de "reação em cadeia de polimerase por transcrição reversa").

Essa técnica "pesca" fragmentos do material genético do Sars-CoV-2 na amostra e produz muitas cópias dele na reação em cadeia que dá nome ao procedimento, permitindo assim a detecção do vírus. O alvo do grupo da Unicamp é o pedaço do genoma do patógeno que contém a receita para a produção da proteína E (de "envelope", a capa mais externa do vírus).

"O teste leva cerca de uma hora, sem contar o tempo de preparação", explicou Martini, conversando com a **Folha** de dentro do laboratório NB3 (nível de biossegurança considerado elevado) onde estava trabalhando. A equipe planeja verificar a eficiência de diferentes tipos de kits comerciais no trabalho e, mais tarde, apresentar uma "receita" validada para uso a hospitais de Campinas e outras cidades.

Diversas razões logísticas e econômicas convergem para explicar o custo e as dificuldades de empregar o teste em larga escala no país. A alta demanda do mercado dos EUA, grandes produtores de insumos para testes e duramente afetados pela pandemia, faz com que o consumo interno americano abarque boa parte dos reagentes usados nos exames.

Já a Coreia do Sul, cuja estratégia bem-sucedida contra a Covid-19 incluiu testar mais de 200 mil pessoas com sua própria versão do método de diagnóstico, tem exportado os testes principalmente para países europeus como a Itália, por ora bem mais afetados pela doença do que o Brasil.

"E agora estamos começando a enfrentar problemas de distribuição com menos voos pelo mundo", conta Guilherme Ambar, diretor-executivo da Seegene (empresa responsável pelos testes coreanos) no Brasil. Analisando três genes diferentes do vírus, a tecnologia pode checar até 270 amostras diferentes a cada oito horas por aparelho.

Segundo Ambar, os desafios para que a testagem seja intensificada no país envolvem desde problemas mais simples de paramentação —falta de toucas, protetores de pé, máscaras etc. para coletar as amostras com segurança— quanto o número relativamente pequeno de laboratórios capacitados para lidar com a demanda.

"Você precisa de automação, de calibração precisa e de aparelhos dedicados para aquela tarefa. Os laboratórios que fazem testes moleculares hoje testam 20 mil amostras por mês, o que é muito pouco numa situação como a atual."

Além disso, cada exame custa em média R$ 50 (número que pode ser maior considerando a alta do dólar), lembra Lindomar Pena, pesquisador da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) de Pernambuco. "E os recursos humanos precisam estar bem treinados, não dá para deixar o trabalho nas mãos de um técnico de baixa qualificação."

Pena e seus colegas estão adaptando o aprendizado que tiveram com a epidemia de zika em busca de melhoras na rapidez e no custo dos diagnósticos da Covid-19 (ambas as doenças são causadas por vírus que têm material genético formado por RNA, a molécula "irmã" do DNA).

No caso do vírus da zika, o grupo da Fiocruz já tinha demonstrado a eficácia de um teste que usa a técnica conhecida como RT-Lamp, mais simples e rápida que a RT-PCR porque, entre outras coisas, não exige várias sessões aquecendo e resfriando a amostra.

"Um simples banho-maria resolve", diz Pena. O custo (R$ 1 por amostra) e o tempo (20 minutos) também são promissores, embora a técnica ainda não esteja automatizada. O grupo está identificando o alvo mais desejável para a RT-Lamp no genoma do coronavírus e planeja apresentar resultados da abordagem após alguns meses de trabalho.

> Seria mais importante saber se os profissionais de saúde, por exemplo, já foram contaminados e se desenvolveram imunidade ao vírus, o que teria impacto direto sobre o atendimento ao público
>
> **Matheus Martini**
> estudante de pós-graduação do Laboratório de Estudos de Vírus Emergentes da Unicamp

Para que avanços desse tipo aconteçam, porém, será preciso enfrentar os sucessivos cortes de investimento em pesquisa no país (o orçamento federal para a área caiu para menos da metade do que era em 2013), bem como o preço elevado dos insumos. Uma notícia positiva dos últimos dias foi o anúncio de que os impostos sobre as matérias-primas mais importantes para esse tipo de teste devem ser zerados, lembra Rômulo Leão Silva Neris, pesquisador-visitante da Universidade da Califórnia em Davis.

Uma coisa é certa, porém: os testes que envolvem o material genético do vírus, embora complexos e caros, são a única opção para rastrear a doença em tempo real, diz Neris. Identificar anticorpos que comprovem uma reação do organismo ao Sars-CoV-2 não serve porque eles demoram para aparecer.

"Além disso, há o problema da reatividade cruzada: anticorpos que neutralizam esse coronavírus também poderiam estar presentes por causa da infecção anterior por outros coronavírus que já circulam na população", explica. Já há grupos de cientistas tentando resolver esse problema mundo afora, identificando anticorpos mais específicos.

Testes rápidos dão resultado em até meia hora

O Ministério da Saúde diz avaliar a possibilidade de comprar testes rápidos de Covid-19 para oferta na rede. São testes que levam de 10 minutos a até 30 minutos para terem resultados —enquanto os atuais levam até quatro horas.

A Bio-Manguinhos já desenvolveu um modelo e se prepara para solicitar aprovação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Oito produtos, de seis empresas diferentes, ganharam registro da agência na quarta-feira (18), aval necessário para que possam ser ofertados no mercado —no caso, a laboratórios, hospitais e governos.

A maioria dos produtos é importada ou será feita com matéria-prima de outros países, em especial Coreia do Sul, China e Estados Unidos.

A diferença dos testes usados hoje para esses é que o atual analisa amostras de muco e saliva, por meio de uma técnica chamada de RT-PCR, que verifica a presença de material genético do vírus.

Já os populares testes rápidos observam a presença de anticorpos e antígenos.

Entre os produtos aprovados, dois usam amostras de vias respiratórias, enquanto os demais usam gotas de sangue.

A gerente de produtos para diagnóstico in vitro da Anvisa, Marcella Abreu, diz que esses novos produtos devem ajudar profissionais de saúde na triagem de casos na rede de saúde, mas precisam ser aplicados com base em protocolos específicos devido a limitações naturais de alguns deles.

Nesse sentido, os testes laboratoriais feitos hoje são mais precisos —mas mais demorados. "São produtos que dependem da interpretação de um profissional", diz.

"Esse tipo de teste [rápido] faz uma marcação de cor quando encontra o antígeno, que é uma partícula do vírus, ou anticorpos. O anticorpo é a primeira linha de defesa do organismo. Se a pessoa tem contato com o vírus, ela desenvolve anticorpos", explica.

Mas todo tipo de teste tem limitação, reforça a gerente da Anvisa. O corpo leva um tempo para produzir anticorpos. "O cuidado é ou repetir depois de alguns dias ou que o profissional faça a interpretação associada aos sintomas", diz.

Questionada sobre o preço estimado desses produtos, a Anvisa diz que o valor deve ser definido pelas empresas. Elas, porém, dizem prever uma redução de 50% a 70% em relação ao valor dos testes com o modelo de RT-PCR (cujo kit custa R$ 98).

Entre as que obtiveram registro, está a Biocon, que recebeu aval para oferta de um teste da empresa Wondfo, da China. A empresa vai importar a matéria-prima e finalizar a montagem no Brasil. O gerente técnico Marcelo Genelhu diz que ainda não há definição de preço, mas estima que seja até 50% mais barato que o modelo PCR.

A previsão inicial é importar até 200 mil kits para testes, mas a empresa diz que tem capacidade de estoque de até 1 milhão, se for necessário. O kit usa amostras de sangue.

Segundo o gerente, apesar da possibilidade de resultado negativo com baixo número de anticorpos —o primeiro tipo de anticorpo possível de ser detectado começa a aparecer só após 5 dias após o contágio, e o segundo, após o 10º dia—, a expectativa é que as pessoas procurem os postos após apresentação de sintomas, o que leva até quatro dias.

Cruzeiros estão proibidos de desembarcar no país

BRASÍLIA Cruzeiros turísticos estão impedidos de fazer embarques e desembarques no Brasil, segundo informação do Ministério da Saúde desta quinta-feira (19). Trata-se de medida de combate contra a disseminação do coronavírus.

"Cruzeiros estão totalmente impedidos de fazer embarques no Brasil", disse o secretário executivo da pasta, João Gabbardo, durante entrevista a jornalistas em Brasília.

Segundo Gabbardo, cruzeiros internacionais que tinham o Brasil como destino já não vão mais desembarcar no país, com exceção de dois navios turísticos que já estão em operação.

Esses cruzeiros devem concluir o trajeto sem paradas intermediárias. "As pessoas vão desembarcar [do cruzeiro] apenas para embarcar no avião [para voltarem a seus países]".

Navios que fazem transporte de cargas não serão impedidos de atracar no país. Uma proibição como essa poderia comprometer fornecimentos de produtos ao país. Mas a tripulação não pode desembarcar.

Questionado pela imprensa, de modo remoto, João Gabbardo, disse que a pasta não vê justificativa para fechar fronteiras entre estados dentro do país. **Paulo Saldaña**

Solidariedade, e não populismo, deve começar pela elite

Cuidar dos excluídos é o maior desafio nessa pandemia, que exige clareza das prioridades na alocação de recursos

OPINIÃO

Marcos Lisboa e Arminio Fraga

Lisboa é presidente do Insper, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005) e doutor em economia; Arminio é sócio da Gávea Investimentos e presidente do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps)

SÃO PAULO Alguns países conseguiram controlar a disseminação do novo coronavírus por meio de medidas adotadas na alvorada da pandemia, com adoção de testes disseminados para a população e quarentena para os infectados.

Não foi o nosso caso, apesar de termos sido um dos últimos países a serem contaminados.

As autoridades brasileiras menosprezaram o risco da doença, iniciando as medidas de controle tarde demais e atabalhoadamente. As primeiras contaminações ocorreram e não havia plano de ação para conter o contágio. O resultado é uma taxa de crescimento de novos infectados maior do que na Itália.

Hora de administrar o rompimento do dique. O país não tem capacidade de produzir os testes necessários para identificar os já contaminados, isolá-los do convívio social e reduzir a taxa de disseminação do vírus.

Medidas extremas de distanciamento social têm sido inevitáveis e vão se agravar, restringindo a mobilidade da maior parte da população no espaço público. Tão importante quanto isso, porém, será definir com clareza as diversas atividades que não podem ser interrompidas.

A produção de alimentos, medicamentos e outros bens essenciais não pode ser paralisada. Serviços de farmácia, infraestrutura, coleta de lixo, logística, bancos, correios, comércio local e venda de combustíveis devem continuar. Isso significa excluir pessoas do confinamento.

Focos de epidemia e problemas localizados podem interromper a cadeia de suprimentos dessas atividades essenciais. Será preciso monitorá-las para identificar as eventuais dificuldades e solucioná-las tempestivamente.

A prioridade, neste momento, deve ser cuidar das pessoas nos grupos de risco. Além das medidas de distanciamento social, devem-se priorizar as ações necessárias para equipar em ritmo de emergência o aparelho hospitalar da nação. Há uma relevante carência de leitos de tratamento intensivo, equipados com respiradores. Cabe importar kit para a detecção da virose, assim como mais adiante vacinas.

Em segundo lugar, o governo deve igualmente garantir renda mínima para a população. Não será fácil. Mais de 40% dos trabalhadores brasileiros estão na informalidade.

Além disso, muitas comunidades carentes dos centros urbanos são aglomerados de moradias desprovidas de serviços básicos, como saneamento. Há o risco de rápida proliferação da epidemia em diversas dessas comunidades, onde, para agravar, será mais difícil implementar as políticas de transferência de renda.

Será crucial repassar dinheiro para os grupos sociais vulneráveis, utilizando as contas bancárias, os meios de pagamento e os programas sociais já existentes.

Em terceiro lugar, o poder público deverá coordenar os esforços para garantir o acesso tanto aos bens básicos para essas comunidades quanto aos serviços médicos que serão necessários. Cuidar das famílias excluídas da sociedade formal será o nosso maior desafio dessa pandemia.

[...]

A redução de salários proposta pelo governo deveria se limitar à fatia de renda dos 10% mais ricos do país, incluindo os servidores públicos

As prefeituras têm mais condições de monitorar, identificar e alertar sobre eventuais problemas localizados, que poderão variar significativamente conforme a comunidade. Os estados, com o apoio do governo federal, por sua vez, informados das restrições de oferta e das múltiplas necessidades locais, deverão fazer a gestão do racionamento e da distribuição dos bens básicos.

Em quarto lugar, será preciso auxiliar as empresas para evitar falências e demissões em massa. Alguns defendem diminuir as obrigações tributárias associadas ao faturamento das firmas. Será mais eficaz, porém, reduzir as contribuições que incidem sobre a folha de pagamentos, como para a Previdência Social ou o sistema S, desde que o emprego seja preservado.

Outros propõem que as famílias possam deixar de pagar pelos serviços de utilidade pública, deixando a conta para as fornecedoras. O populismo, uma vez mais, será desastroso e poderá resultar no colapso dessas empresas e na paralisia das suas atividades, para prejuízo da população. Esse programa de auxílio às famílias deverá ser arcado pelo conjunto da sociedade.

O setor privado e seus acionistas, porém, devem saber que terão que fazer a sua parte. Não é hora de pedir favores, como se tornou lugar-comum em muitas associações de empresários. As contribuições obrigatórias que as alimentam devem ser suspensas.

A emergência é cuidar da crise. Os custos desses programas são temporários, mas implicarão aumento da dívida pública, que irá onerar a sociedade nos próximos anos. Por isso, devemos ter clareza das prioridades na alocação de recursos.

Quanto mais eficazes forem essas medidas, maior será a garantia de que os serviços essenciais e a oferta de bens e serviços serão preservados, assim como a subsistência das pessoas.

A redução de salários proposta pelo governo deveria se limitar à fatia de renda dos 10% mais ricos do país, incluindo os servidores públicos.

A gravidade da crise vai requerer esforços de todos nós. A solidariedade deve começar pelo exemplo da elite.

Você era infeliz e não sabia

O escapismo é o que mantém em nós algum entusiasmo

Tati Bernardi

Escritora e roteirista de cinema e televisão, autora de "Depois a Louca Sou Eu"

Os motivos pelos quais você deve se isolar estão expostos gritante e repetidamente na imprensa, nos grupos de WhatsApp e nas redes sociais. Sim, você tem que se proteger, proteger sua família, seus funcionários, os idosos, os imunodeprimidos e, sobretudo, não engrossar o coro dos idiotas que vão colapsar o SUS.

Dito isso, agora me sinto na obrigação de te avisar de outra coisa: nesses dias de confinamento, não se assuste ao descobrir o quanto você pode ser infeliz. Calma, amigo, todos podemos. Se você achava a maternidade o suprassumo da alegria, o ápice da sua vida, vai entender que só funciona assim porque você sai de casa algumas (muitas?) horas por dia. Se você achava o seu casamento até que razoável "perto de tudo que tem por aí", vai começar a fazer contas pra ver se rola se separar ainda nesse mês. Se você achava o seu cantinho das plantas "um momentinho delícia", vai finalmente entender que você vive como um rato, numa casa entulhada de merda, numa cidade irrespirável. Suas plantas só te enganavam porque você saía cedo, atrasado, e voltava tarde, cansado.

Meu amigo, a vida é chata pacarai. É isso. E lá no fundinho da alma você sempre soube, mas estava puto demais com o trânsito e as encrencas da firma pra perceber. Estou dizendo isso porque sou solidária e porque já trabalho em home office há mais de dez anos (dividindo o escritório com meu marido há cerca de três). Então sou experiente em querer largar tudo e sair correndo. E posso afirmar: essa vontade não passa.

Tem gente com doença grave, desempregada, em luto, criando três filhos sem ajuda de ninguém. A essas pessoas, peço perdão pela crônica leviana. Mas para mim, e provavelmente para você, os dias de quarentena mostrarão apenas o quanto somos mal-agradecidos e o quanto o escapismo é o que mantém em nós algum entusiasmo.

Claro que amo a minha filha e amo o meu marido (amo bem mais a minha filha) e curto bastante o meu cantinho das plantas. Mas amar não significa se sentir plenamente animada. E eu só sou feliz porque tenho reunião. Desculpe, mas é verdade. Eu só fico contente nas férias porque estou pensando em todos os trabalhos que vou poder fazer quando voltar mais descansada. Eu só me senti menos louca amamentando porque eu deixava um bloquinho ao lado, pra anotar ideias. Eu sinto imenso prazer ao brincar com a minha filha porque nas oito horas que antecederam aquele momento eu realizei tarefas, estudei, li, aprovei projetos, recebi elogios profissionais, paguei as minhas contas.

Agora, com meus cursos paralisados, meus empregos que dependem de encontros presenciais também paralisados, ainda me resta escrever. Ou seja: eu tenho pra onde correr. Seria bom que você tivesse também, amigo. Calma! Antes de dizer ao seu mozão o quanto você o odeia, antes de traumatizar seu filho adolescente com a frase "que merda eu fiz com a minha vida" e antes de enlouquecer e sair quebrando seus vasinhos ridículos de suculentas, respire e repita comigo: a vida é chata pra todo mundo. A minha vida é um porre. A vida do seu vizinho é insuportável. A gente só estava em reunião, no ar-condicionado, desejando tão loucamente voltar logo pra essa casa apertada e pra essa vida "igualzinha à dos outros e igualzinha à de ontem" que não percebia.

Você queria mais, eu sei. Ah, como era bom ser sozinho e planejar e namorar e viajar sem dia e hora pra voltar. Era bom? Mesmo? Era nada. Era um saco também. Era uma solidão da porra. A gente só não percebia porque estava em reunião. Em suma: fique em casa e lave as mãos.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Tabata Amaral, Thiago Amparo | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | **SÁB.** Oscar Vilhena Vieira, **Luís Francisco Carvalho Filho**

Número de mortes na Itália ultrapassa o da China

País europeu registra nesta quinta 3.405 óbitos provocados pela pandemia, contra 3.249 do asiático

Ana Estela de Sousa Pinto

BRUXELAS O número de mortes por causa do novo coronavírus na Itália ultrapassou o da China nesta quinta (19). Com mais 427 casos em um dia, a Itália tem agora 3.405 mortes. O último dado divulgado pela China foi de 3.249 mortos.

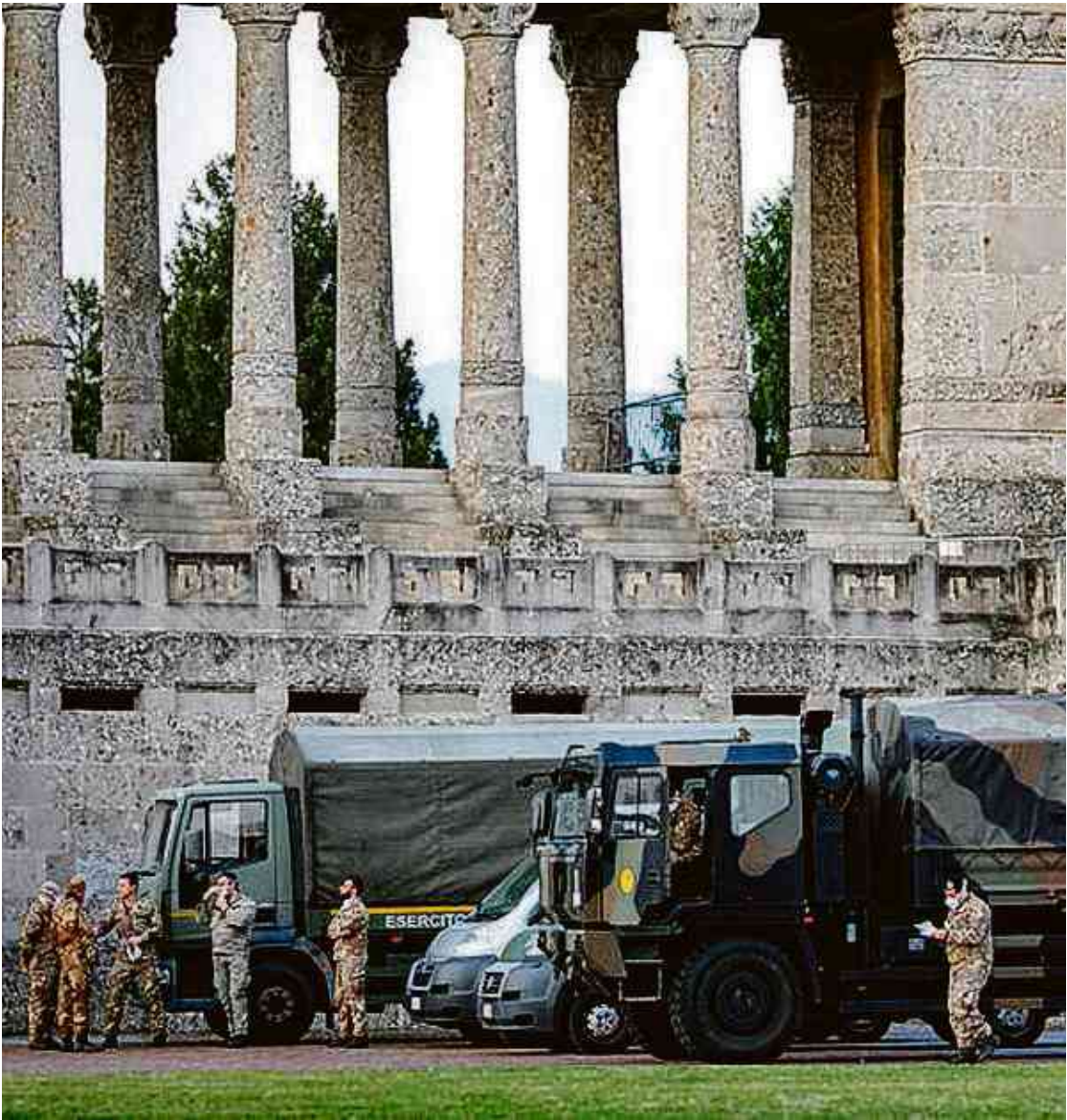
Em número de mortos por 100 mil habitantes, a Itália tem situação muito mais grave que a da China: 5,7, contra 0,23. A média mundial é 0,115 e a da Europa, 0,5 (puxada pelos números italianos). A Espanha registrava 1,3 mortes por 100 mil habitantes na manhã desta quinta, a França, 0,7, e Suíça e Holanda, 0,4.

A Itália é o país mais afetado pela pandemia na Europa, e responde por cerca de três quartos das mortes por coronavírus no continente: 4.196 até as 10h desta quinta.

O país europeu é também o segundo em número de casos de infecção no mundo, atrás apenas da China.

Já são 41.035 italianos com contaminação confirmada, um aumento de 14,9% em relação ao dia anterior, a maior alta dos últimos três dias, segundo a agência italiana de proteção civil. O número de pessoas ainda doentes é de 33.190, dos quais 2.498 estão em estado grave (na quarta, eram 2.257). Recuperaram-se da doença 4.480 pessoas.

Pelos dados divulgados nesta quinta, 8,3% dos casos registrados terminaram em morte, taxa semelhante à de quarta (19), quando houve alta recorde para um único dia em um país: foram 475 as pessoas que morreram entre terça e quarta, aumento de 19% em um dia. O país tem enfrentado falta de estrutura para atender aos doentes graves, que precisam de aparelho de ventilação.

Em algumas cidades, os hospitais estão lotados, as unidades de terapia intensiva, sem vaga, e os cemitérios e crematórios têm filas de caixões.

Exército italiano é enviado a Bergamo, na região da Lombardia, para levar caixões do cemitério local, que está lotado, para serem enterrados em províncias vizinhas Sergio Agazzi - 18.mar.20/Reuters

Risco de morrer por Covid-19 em Wuhan é de 1,4%, diz estudo

Matheus Moreira

SÃO PAULO Um novo estudo, publicado na revista científica Nature nesta quinta-feira (19) sugere que o risco de morrer em decorrência de infecção pelo novo coronavírus em Wuhan, cidade chinesa da província de Hubei, onde os primeiros casos da doença surgiram em dezembro do ano passado, é de 1,4%.

De acordo com os autores, da China e dos EUA, o índice aferido é "substancialmente menor do que o previsto anteriormente". Outros estudos estimaram esse risco entre 2% e 3,4%.

Para pessoas infectadas pelo coronavírus sintomáticas com menos de 30 anos, o risco de morte identificado foi de 0,6%, enquanto aquelas com mais de 59 anos e que apresentam sintomas têm 5,1% de chance de morrer.

Determinar o risco de morte por coronavírus em Wuhan é importante porque oferece um retrato da epidemia desde o começo, quando os médicos ainda não sabiam exatamente como tratar pessoas infectadas pelo novo patógeno e os hospitais estavam sobrecarregados com os doentes.

O estudo "Estimating clinical severity of Covid-19 from the transmission dynamics in Wuhan, China" foi produzido por cientistas da Universidade de Hong Kong e da Escola de Saúde Pública de Harvard, em Boston.

O grupo usou dados atualizados em tempo real com informações obtidas também em fontes alternativas para chegar ao resultado e facilitar tomadas de decisão pelo poder público.

Com o sistema de saúde de Wuhan sobrecarregado, os pesquisadores optaram por usar os dados públicos consolidados divulgados pelo CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças) da China e outros estudos publicados anteriormente, incluindo as informações de faixa etária e de viajantes.

"Usamos a prevalência de infecção em viajantes (tanto em voos comerciais antes de 19 de janeiro como em voos fretados de 29 de janeiro a 4 de fevereiro) para estimar a verdadeira prevalência de infecção em Wuhan; também usamos os números de casos de Wuhan apenas dos primeiros 425 casos para estimar a taxa de crescimento da epidemia (assumindo que a proporção de apuração fosse constante entre 10 de dezembro de 2019 e 3 de janeiro de 2020)", indica o estudo.

Em outras regiões do país os resultados são ainda melhores por causa do isolamento aplicado pelo governo chinês. Fora de Hubei, província onde fica Wuhan, o risco de morte em 29 de fevereiro, segundo os pesquisadores, era de 0,8%.

A melhor apuração dos casos confirmados também foi citada como fator na queda do número de pessoas infectadas e, consequentemente, de casos graves. Isso porque a medida facilita o isolamento dos contactantes que poderiam carregar o vírus e espalhá-lo.

A maior parte dos casos constatados são de pessoas mais velhas, segundo os autores, porque essa população é foco das investigações e dos testes diagnósticos de confirmação por fazerem parte do grupo de risco para agravamento da doença.

Os pesquisadores apontam que a uma das principais medidas para impedir que o vírus se espalhe é o achatamento da curva da epidemia, "reduzindo o pico de demanda nos serviços de saúde e ganhando tempo para desenvolver melhores formas de tratamento".

Caso isso não seja feito, os pesquisadores estimam que entre um quarto e metade da população de Wuhan seja infectada. Na quarta (18), a China informou que não registrou nenhum novo caso de transmissão local pela primeira vez desde que o vírus surgiu em dezembro de 2019. Apesar disso, não há garantias de que o país se mantenha sem transmissão local.

Todas as 34 novas infecções por coronavírus registradas na China na quarta foram confirmadas em pessoas que chegaram do exterior. Até esta quinta, o país registrava mais de 81 mil casos e 3.249 mortes

1,4%
é o risco de morrer em decorrência de infecção pelo novo coronavírus em Wuhan, cidade chinesa da província de Hubei, onde os primeiros casos da doença surgiram em dezembro do ano passado

2% e 3,4%
era o risco previsto anteriormente de morrer no local em decorrência da Covid-19 durante este período de março

coronavírus saúde

Trump diz que droga para malária pode ser testada contra coronavírus

Pesquisas pelo mundo, porém, ainda não permitem afirmar que uso de hidroxicloroquina seja eficaz no tratamento da Covid-19

WASHINGTON E SÃO PAULO | THE NEW YORK TIMES Com o desenvolvimento de uma vacina contra o coronavírus a pelo menos um ano de distância, o presidente americano, Donald Trump, disse nesta quinta-feira (19) que seu governo havia "acabado com a burocracia" para expandir o teste de possíveis tratamentos para Covid-19.

Trump disse que diversos medicamentos tinham o potencial de "virar o jogo", antes de acrescentar uma nota de cautela: "Ou talvez não".

Stephen Hahn, da FDA, agência americana de fiscalização e regulamentação de alimentos e remédios, buscou moderar o otimismo, declarando que embora seja importante que os médicos tragam esperanças, era igualmente importante que eles "não criem falsas esperanças".

"Precisamos garantir que o mar de novos tratamentos leve o remédio certo ao paciente certo no momento certo", disse Hahn. "Talvez tenhamos o remédio certo, mas ainda não seja possível estabelecer a dosagem certa, e isso pode causar mais mal do que bem."

Não há tratamento medicamentoso comprovado para o novo coronavírus, e médicos de todo o mundo vêm testando desesperadamente uma série de vacinas.

Trump e Hahn disseram que a FDA havia aprovado o uso em pacientes de Covid-19 dos remédios cloroquina e hidroxicloroquina, vendidos sob receita para tratar malária, lúpus e artrite reumatoide.

Não houve testes clínicos para determinar se eles de fato funcionam contra a doença, e Hahn não explicou por que a FDA decidiu apoiar seu uso e tampouco se a medida representava uma aprovação formal de novo uso.

Médicos na China e na França disseram que havia indicações de que os remédios podem ajudar, e muitos hospitais nos EUA já haviam começado a ministrá-los.

Eles são baratos e relativamente seguros. Como seu uso para outras doenças já foi aprovado, médicos americanos podem usá-los em funções não previstas em bula.

PACIENTES NO BRASIL JÁ NÃO ACHAM O REMÉDIO

Com a declaração de Donald Trump sobre a hidroxicloroquina (apesar da falta de evidências científica robustas), a droga desapareceu das prateleiras de drogarias pelo país. Portadora de artrite reumatoide, a oficial de Justiça Flávia Brasil, de Niterói, só achou a medicação em uma farmácia em Maricá, a 30 km de casa. "Pessoas que não necessitam desse medicamento correram para a farmácia e, mesmo sem receita, estão conseguindo comprar", afirma. Também há relatos da procura sem sucesso em Teresina, Goiânia e Belém. A reportagem entrou em contato com farmácias da região central de São Paulo e, na maior parte delas, houve grande procura relacionada ao coronavírus e venda de todo o estoque.

Em documento sobre análise de medidas e recomendações, o CFM (Conselho Federal de Medicina) brasileiro afirma que "nenhum tratamento antiviral específico é recomendado pela OMS [Organização Mundial da Saúde], pelo CDC [Centro de Controle de Doenças, dos EUA] ou pelo governo brasileiro".

O conselho, diz, porém, que há medicamentos e vacinas em estudo que, mesmo sem registro, têm sido usados sob uso compassivo: "lopinavir/ritonavir, na Itália, e cloroquina e hidrocloroquina, na China".

No documento, o CFM afirma que, segundo um consenso de um grupo multicêntrico na China, o fosfato de cloroquina "pode ser considerado em pacientes com pneumonia por Covid-19". Também diz que pesquisadores relataram que a cloroquina inibe o Sars-CoV-2 in vitro.

Mesmo com tais resultados, o infectologista Leonardo Weissmann, consultor da SBI (Sociedade Brasileira de Infectologia), diz que ainda não é possível afirmar que o uso de cloroquina seja eficaz no tratamento da Covid-19.

Maurício Nogueira, virologista e professor da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, diz que não é novidade a ação inibitória in vitro da cloroquina e derivados sobre coronavírus (o Sars-CoV-2 não é o único membro dessa família viral), mas que ela não significa cura e tem efeitos colaterais. "Não se deve tomar a medicação para prevenir nem usá-la sem receita médica."

Hahn também disse que a FDA estava considerando o uso de "plasma convalescente", ou seja, sangue de pessoas que se recuperaram da doença —que contém anticorpos que combatem o coronavírus.

Ele e Trump disseram ainda que planejavam permitir o acesso ao remdesivir, medicamento experimental, com base na norma de "uso compassivo" —que concede acesso a medicamentos ainda não aprovados capazes de salvar a vida de pacientes que de outra forma morreriam.

Phillippe Watanabe

Tradução de Paulo Migliacci

OMS volta atrás e tira restrições para utilização de ibuprofeno

SÃO PAULO A Organização Mundial da Saúde (OMS) voltou atrás e disse que não há recomendação contra o uso do anti-inflamatório ibuprofeno para controlar sintomas de coronavírus. A informação foi enviada à **Folha**, nesta quinta (19), pelo porta-voz da entidade Tarik Jašarević.

A lista de medicamentos cujo princípio ativo é o ibuprofeno é bastante longa e inclui, entre outros, o analgésico e antitérmico Advil, o Buscofem, indicado para cólicas menstruais, e o Artril, para artrite.

Segundo a OMS, a revisão da literatura não permite apoiar a restrição ao uso desses medicamentos para o tratamento de febre em portadores do coronavírus. Na terça (17), a recomendação da OMS era de restringir esses remédios.

"Estamos em contato com médicos que tratam de pacientes com Covid-19 e não temos relatos de efeitos negativos do ibuprofeno, além de efeitos colaterais que limitam seu uso em determinadas populações", disse Jašarević. "Hoje, com base nas informações, a OMS não é contrária a recomendar o uso de ibuprofeno."

No começo desta semana, o ministro da Saúde da França, Olivier Véran, havia solicitado que pessoas com febres e suspeitas de infecção pelo vírus evitassem tomar anti-inflamatórios como o ibuprofeno.

Na terça (17), o pedido foi reiterado pela OMS. Outro porta-voz, Christian Lindmeier, disse que especialistas da ONU estavam analisando o tema e que a organização recomendava o uso de paracetamol, e não ibuprofeno como automedicação. **Carlos Petrocilo**

PRINCIPAIS MEDICAMENTOS COM IBUPROFENO
- Advil
- Alivium
- Artril
- Buscofem
- Dalsy
- Motrin

esporte coronavírus

Disparidades de um vírus

Paralisação também mostra diferenças marcantes entre jogadores e jogadoras

Renata Mendonça

Jornalista, passou por ESPN e BBC. Escreve no Dibradoras, blog sobre mulheres no esporte

Boa parte dos brasileiros precisou mudar sua rotina por causa da pandemia do coronavírus, que já atingiu centenas de pessoas por aí e fez suas primeiras vítimas. Claro que cada um faz sua parte como pode —ou como deixam, já que há muitas empresas e patrões que não permitiram o home office. É na hora que um vírus assim toma conta que as disparidades sociais e econômicas se escancaram.

As principais recomendações de prevenção à Covid-19 não são aplicáveis a boa parte da população que mora em comunidades ou lugares sem saneamento básico: lavar as mãos, usar álcool em gel e ficar em casa é privilégio de poucos no contexto brasileiro.

O esporte, em especial o futebol, também reserva suas diferenças marcantes em tempos de pandemia. Com quase todos os campeonatos suspensos e clubes sem atividades por tempo indeterminado, restou aos jogadores e jogadoras se adaptarem a uma nova rotina dentro de casa. E aí cada um acaba tendo que se virar como pode.

Alexandre Pato, atacante do São Paulo, artilheiro do time em 2020. Nas suas primeiras postagens nas redes sociais nessa nova realidade, o jogador aparece correndo na esteira na sala de casa, com uma piscina ao fundo. Glaucia Santiago, atacante do São Paulo, artilheira em 2019 e 2020. No seu Instagram, ela aparece nos stories fazendo agachamento com uma barra na varanda e um treino de corrida e resistência na ladeira de sua casa.

A realidade financeira do futebol feminino não é comparável à do futebol masculino hoje. Um surgiu há mais de cem anos, o outro lutou contra uma proibição por décadas. São contextos completamente distintos, de um negócio que já se estabeleceu no mercado e outro que busca seu espaço. Mesmo assim, a disparidade existente entre dois craques do mesmo time ainda choca.

Glaucia conta que, ao saber da suspensão das atividades no clube, buscou equipar sua casa para ter condições de manter alguma rotina de exercícios: "Fui comprar algumas coisas para não utilizar a academia, porque é preciso evitar ao máximo o contato com as pessoas. Gastei R$ 800 em aparelho, a barra, os pesinhos, um investimento para o que dá para fazer. E as meninas que não têm condição de comprar? Fica bem difícil".

Uma das atletas mais bem pagas do time feminino do São Paulo, Glaucia sabe que a maioria das jogadoras do país não têm as mesmas possibilidades que ela na hora de fazer esse investimento para manter a forma. E que a realidade do futebol masculino é ainda mais fora da curva. "Mas a gente faz o que pode. Não é porque está dentro de casa que você vai ficar relaxada. Até conversei com uma jogadora para ela ficar aqui e treinar comigo, porque onde ela mora não tem como treinar", conta.

É assim que a atacante mantém a rotina: acorda no mesmo horário de antes, faz "musculação" adaptada na varanda, depois o treino aeróbico na ladeira (enquanto ainda pode sair) e se resguarda em casa. Para quem queria chegar à seleção brasileira e ainda sonha com a chance de disputar uma Olimpíada, obviamente é um desafio manter o preparo dessa maneira.

"Eu tenho tendência de engordar rápido, então isso atrapalha a gente. Mas quero muito chegar à seleção e por isso estou mantendo foco aqui. E é para ficar em casa mesmo, o que está acontecendo é grave, a gente tem que se cuidar."

Disparidades à parte, o discurso de "foco, força e fé" nunca foi tão realista para os atletas.

| DOM. Juca Kfouri, Paulo Vinícius Coelho, Tostão | SEG. Juca Kfouri, Paulo Vinícius Coelho | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | SEX. Renata Mendonça | **SÁB. Katia Rubio**

JAPÃO RECEBE A CHAMA OLÍMPICA EM CERIMÔNIA SEM PÚBLICO
Naoko Imoto, ex-nadadora japonesa que disputou a Olimpíada de Atlanta-1996, segura a tocha olímpica em Atenas; cerimônia não teve público devido a pandemia de Covid-19 Aris Messinis/Xinhua

F-1 não terá GP de Mônaco pela primeira vez desde 1954

SÃO PAULO A organização do GP de Mônaco de F-1 decidiu na tarde desta quinta (19) cancelar a prova em decorrência da pandemia de coronavírus. Será a primeira vez desde 1954 que a corrida mais tradicional da principal categoria do automobilismo mundial não será disputada.

De acordo com comunicado do Automóvel Clube de Mônaco (ACM), organizador do Grande Prêmio, as restrições de fronteiras e falta de mão de obra devido à pandemia impossibilitam a realização do evento em 2020.

Disputado pela primeira vez em 1950, na temporada inaugural da F-1, o GP só deixou de ser realizado nos anos de 1951, 1953 e 1954 —a prova foi realizada em 1952, mas não foi considerada para o Mundial de F-1 daquele ano.

Horas antes do anúncio, a própria F-1 havia adiado a etapa, prevista inicialmente para ser realizada em 24 de maio, assim como as corridas da Holanda (3 de maio) e Espanha (10 de maio).

A primeira corrida da temporada seria realizada na Austrália, no último dia 15, mas após recusa da McLaren em participar, depois de um funcionário ser diagnosticado com a Covid-19, a F-1 adiou o início do campeonato. Se não houver mais mudanças, a temporada começa no Azerbaijão, em 7 de junho.

Na quarta (18), a categoria anunciou que aproveitaria o hiato sem corridas para adiantar as férias de agosto para realizar corridas suspensas nesse mês. Até o momento, já foram cancelados ou suspensos os GPs de Mônaco, Holanda Espanha, Austrália, Bahrein, Vietnã e China.

Superliga feminina de vôlei é encerrada sem um campeão

SÃO PAULO A Superliga feminina 2019/2020 não terá um campeão. A Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) se reuniu nesta quinta-feira (19), por videoconferência, com as oito equipes que se classificaram para os playoffs.

Seis clubes e a comissão de atletas votaram pelo fim do campeonato, contra dois votos contrários. O torneio foi paralisado no último fim de semana em razão da pandemia de coronavírus, antes do início da fase quartas de final.

A decisão da maioria dos clubes se baseia principalmente no fato de que boa parte dos contratos das atletas termina em abril.

Já os participantes da Superliga masculina decidiram manter a paralisação por mais um mês antes de tomar uma decisão final sobre encerrar ou não a competição.

BOM PRA CACHORRO

Lívia Marra
folha.com/bompracachorro

O buldogue francês Tyson, 4, faz passeios mais rápidos e com a companhia do álcool em gel Eduardo Knapp/Folhapress

Posso abraçar o pet? Veja o que pode e o que não pode em época de coronavírus

Áreas isoladas, eventos cancelados, escolas fechadas, trabalhadores em home office. A pandemia de coronavírus traz dúvidas, e a quarentena afeta o dia a dia também dos pets.

Se a recomendação é não sair de casa, e o isolamento social é regra para conter o vírus entre os humanos, como ficam as brincadeiras com os bichos, os lambeijos, as voltinhas?

Segundo o CFMV (Conselho Federal de Medicina Veterinária), passeios curtos podem ser mantidos, desde que sejam curtos, longe de aglomerações em parques ou praças e estejam asseguradas as medidas de higiene.

A OMS (Organização Mundial da Saúde) afirma não há evidências de que cães, gatos ou outro animal de estimação possam transmitir a Covid-19 e que continua monitorando pesquisas. Ainda assim, a orientação é para que pessoas que contrairam a doença evitem contato direto com seus pets e façam quarentena de convivência com eles.

Isso porque o tutor ou outro infectado, ao espirrar ou tossir, pode espalhar partículas com vírus sobre os pelos. Se alguém brincar com o animal e levar as mãos ao rosto em seguida fica exposto ao Sars-Cov-2.

Enquanto não houver medidas restritivas mais drásticas e os passeios ao ar livre estiverem garantidos, é importante limpar as patinhas e os pelos do cachorro logo após a voltinha ou *pet park* para evitar que o vírus tenha uma porta de entrada por essas áreas, diz a veterinária Adriana Souza dos Santos, clínica geral da AmahVet, em São Paulo.

Tyson, 4, e Ronda, 2, ambos da raça buldogue francês, já perceberam que algo está mudando. A tutora, Walena Guergik, afirma que mantém os passeios diários, mas reduzidos, e incorporou o álcool em gel às saídas, para sua proteção.

"O que temos nos regrado é fazer higiene das mãos com muito mais frequência. É hora de estreitar laços e ensinar novos truques ao seu melhor amigo", afirma ela.

Adriana recomenda, porém, que as pessoas fiquem em isolamento e evitem sair de casa neste período em que os números de casos de coronavírus estão ascendentes no país.

Tem dúvida sobre o que pode e o que não pode fazer com o pet? Confira respostas da veterinária e as recomendações do CFMV.

ROTINA
As orientações da OMS devem ser seguidas, e a população precisa evitar aglomerações e contato social. Mas o tutor não infectado pode manter passeios com o cachorro.

Pessoas em quarentena determinada pelo médico devem evitar contato com o animal —como beijos e carinhos após espirrar ou tossir— porque podem contaminar seu pelo.

PASSEIOS
Enquanto não houver medida restritiva de circulação, pessoas não infectadas podem passear com seus cães em praças, parques ou *pet parks*. O CFMV reforça que passeios devem ser reduzidos e feitos em pequenas distâncias, para evitar exposição ao vírus, e afirma que todas as recomendações dos órgãos públicos de saúde devem ser seguidas rigorosamente.

Tutores devem evitar locais cheios e não manter contato direto com seu pet ou com outros animais.

Como prevenção, deve ser evitado o contato direto com o animal recém-chegado da rua. As patinhas e o pelo do animal devem ser higienizados após o passeios, para evitar que o vírus tenha uma porta de entrada.

Segundo Adriana, podem ser usados lenços umedecidos antissépticos ou água e sabão.

NECESSIDADES NA RUA
No caso de animais que só fazem xixi e cocô na rua, a orientação é manter a saída rápida de casa, apenas para que ele realize as necessidades fisiológicas. Evitar contato social é fundamental.

ABRAÇO E LAMBEIJO
A recomendação é evitar proximidade com o bicho porque o contato de uma pessoa infectada pode deixar o vírus em sua pelagem. Contra uma possível transmissão, lave bem as mãos antes e depois de interagir com o animal.

MÁSCARA
Não há necessidade de máscaras para cães e gatos, já que o vírus associado à Covid-19 é diferente daquele já conhecido no meio veterinário e que provoca vômitos e diarreias nos pets —e não é transmitido aos humanos.

BANHO E TOSA
Tutores devem reduzir a frequência de banhos e tosas de seus pets para diminuir, assim, a circulação das pessoas. A higiene deve ser feita, preferencialmente, em casa.

LIMPEZA
A pessoa infectada pelo coronavírus não deve ter acesso aos brinquedos dos animais já que, na maioria das vezes, é preciso pegar o objeto com as mãos.

Segundo Adriana, a lavagem dos brinquedos que tenha contato direto com a boca do animal deve ser feita antes e após a brincadeira. Evitar que o animal chegue do passeio e vá direto para a caminha, pois pode trazer em seus pelos o vírus e dispersar posteriormente pela casa e acometer os moradores.

QUARENTENA E ESTRESSE
Se o animal tem uma rotina de passeios e interação com o tutor, uma mudança abrupta na rotina pode provocar estresse.

Pessoas saudáveis não devem isolar seus pets, mas precisam seguir as determinações sanitárias impostas pelas autoridades.

CONSULTA VETERINÁRIA
Para o CFMV, o atendimento em uma clínica deve ser, preferencialmente, agendado e com a presença de apenas um responsável.

Colaborou Naná DeLuca

COLUNISTA EM CASA

Diariamente, durante a crise do coronavírus, um colunista ou um blogueiro da **Folha** indica sugestões para o período de quarentena, como livros, filmes, séries, entre outras opções.

Laura Mattos
Escreve sobre educação

PARA LER
O Livro dos Medos
Ed. Companhia das Letrinhas, 80 págs., R$ 45

Nada melhor do que falar sobre os medos para enfrentá-los, e essa coletânea de contos da Companhia das Letrinhas ajuda a amansar tudo que é monstro. Dá para enfrentar o coronavírus com todos os textos, entre eles "Medo do que Não se Vê", de Daniel Munduruku, e "ABC do Medo", de Mônica Rodrigues da Costa e Edilamar Galvão.

PARA VER
A Viagem de Chihiro
Longa-metragem. 2001. 1h45

Vencedor do Oscar de melhor animação em 2003, esse filme que está na Netflix fala de uma garota que parece medrosa mas encara com coragem uma aventura em um mundo bizarro. Nessa saga que nos diz muito sobre estes dias assustadores, há um fantasma que se torna amigo da menina quando ela aprende a lidar com ele.

ACERVO FOLHA

Há 50 anos
20.mar.1970

Depois de 14 meses exilado, o cantor Chico Buarque está de volta ao Brasil

Rodolfo Stipp Martino e Cristiano Cipriano Pombo

Chico Buarque, acompanhado de Marieta Severo e da filha Silvia, no desembarque no Galeão em 1970 20.mar.1970/Folhapress

SÃO PAULO O relógio marcava 8h. No aeroporto do Galeão, do Rio, uma série de personalidades, entre eles Altamiro Carrilho, Paulinho da Viola, MPB-4, Trio Mocotó, Nelson Motta e Betty Faria, aguardava com expectativa. Muita gente, além de jornalistas e fotógrafos, também esperava, dentro e fora do saguão.

Aquele que todos queriam ver foi o terceiro a descer do avião vindo de Roma. Era Chico Buarque de Hollanda, acompanhado da mulher, Marieta Severo, da filha de 11 meses, Silvia, e da babá Margarita, que veio conhecer o Brasil.

Depois de 14 meses exilado na Itália, o cantor e compositor foi recebido com enorme festa nesta sexta (20). Altamiro e seu grupo tocaram "A Banda". Betty Faria, à frente da torcida Jovem Flu, levou enorme bandeira do Fluminense.

Ele até se assustou quando jornalistas furaram o bloqueio e o cercaram. "Tinha que vir até aqui, ver os amigos e dar um mergulho na praia", disse. Foi preciso a polícia abrir caminho para Chico chegar à rua, carregado pelos amigos.

A alegria contrastava com o duro período fora de casa.

Em 4 de janeiro de 1969, a **Folha** noticiou a ida do cantor. Em "Chico Buarque foi à Europa", disse: "Em companhia de sua mulher, Marieta Severo, que está esperando bebê, Chico Buarque viajou ontem, às 21h30, diretamente para Roma (...) Sua estada na Europa deverá prolongar-se até o fim do mês...".

Mas, na viagem, o cantor decidiu morar em Roma. O motivo foi de segurança, devido às fortes ameaças da ditadura.

Ao livro "Chico Buarque - Para Todos" (1999), de Regina Zappa, ele disse que ficou na Itália após aviso de Caetano Veloso, que se exilou na Inglaterra após ser preso por militares. "Lembro da carta do Caetano, levada por Nelsinho Motta, quando Caetano saiu da prisão e foi para Londres. A carta dizia: 'O tenente amigo mandou dizer para você nem pensar em voltar'."

O início na Itália até foi calmo. "Em cartas a amigos, Chico diz que continua jogando botão, seu divertimento predileto (além da música, é claro) e sempre que pode joga futebol de salão no time de Gianni Morandi [cantor italiano]", informou a **Folha** em 25 de fevereiro de 1969.

Mas houve muitas dificuldades. "Na Itália, eu comecei um trabalho e, posso dizer, não é fácil ficar conhecido de uma hora para outra. Nossa música é muito respeitada, mas é muito difícil firmá-la mesmo", disse ele.

Ao mesmo tempo em que compôs "Samba e Amor", "Apesar de Você", "Agora Falando Sério" e "Samba de Orly", escreveu para "O Pasquim" e até jogou futebol, foi na Itália que viu o nascimento de Silvia. "Falavam que, se voltássemos, Chico iria do aeroporto para o xadrez. Tínhamos as roupas do corpo, umas tantas nas malas e nada mais. Mesmo grávida de minha primeira filha, a Silvinha, perdi 8 kg em dois meses! Precisei arranjar ginecologista às pressas", disse Marieta, à revista Cláudia, em 2013.

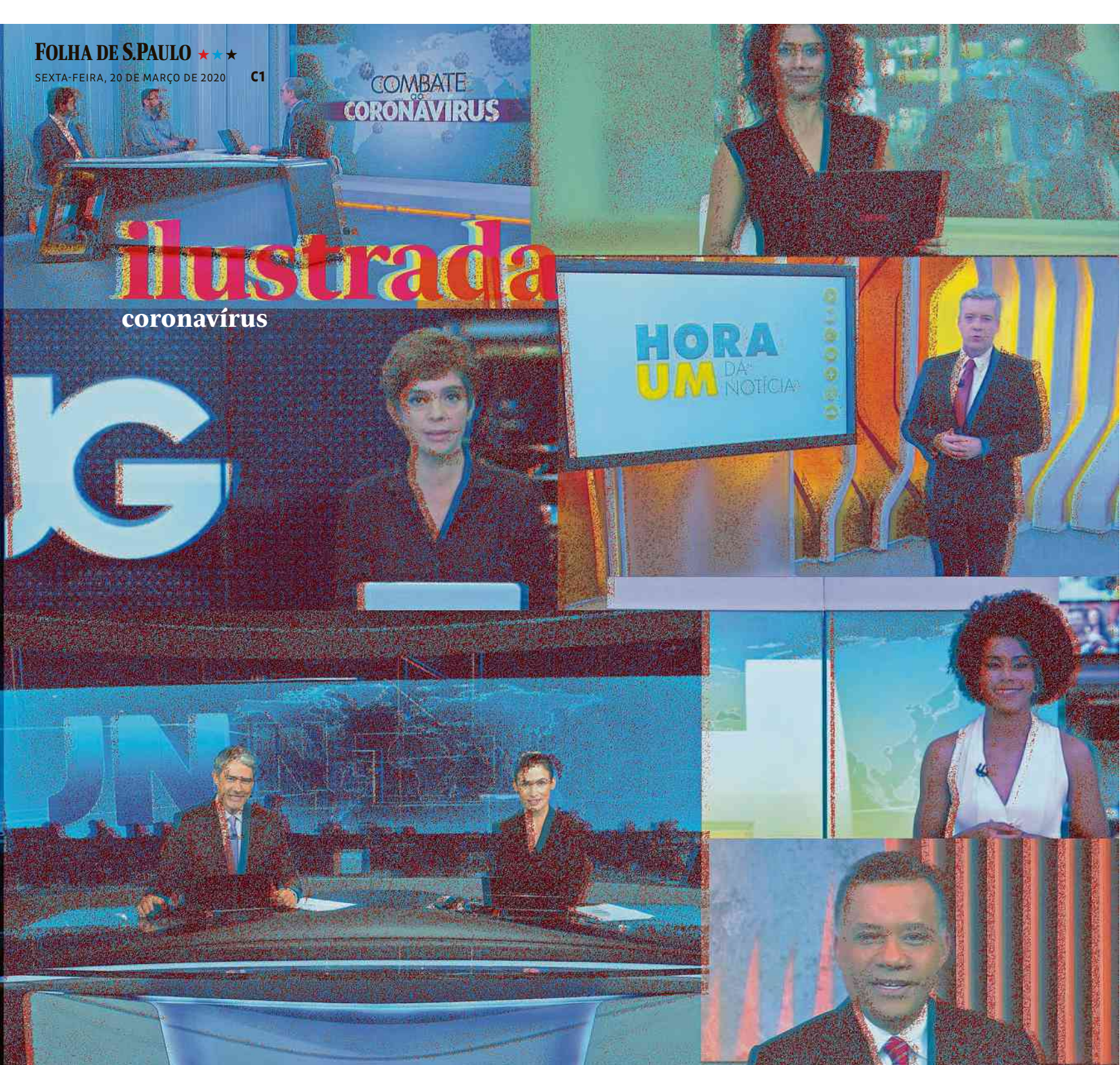
Antes de decidir retornar ao Brasil, Chico recebeu, como relatou ao livro de Regina Zappa, um conselho de Vinicius de Moraes, o de voltar ao país fazendo barulho. E isso não faltou já na sua chegada.

FOLHA ILUSTRADA

CHICO de volta

A Banda em alemão

OS DISCOS

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Intervenção sobre imagens de telejornais da TV Globo e da GloboNews Jairo Malta

Quem vê tanta notícia

Com o grande número de fake news que circulam nas redes sociais sobre o coronavírus, pessoas buscam informação qualificada no jornalismo profissional, como os telejornais

Cristina Padiglione

SÃO PAULO O número de televisores ligados aumentou com mais gente em casa devido aos alertas contra a expansão do novo coronavírus. Mas um primeiro estudo do Kantar Ibope, que mede o público da TV no Brasil, mostra mais do que isso —em tempos de quarentena, os telejornais viraram campeões de audiência.

O documento ao qual a reportagem teve acesso destaca três pontos —a audiência vem crescendo dia após dia; há um aumento de consumo por jovens e crianças e há um investimento em filmes, realities e jornalismo, o que mais tem rendido audiência às emissoras, abastecendo também os canais de notícias.

Vários canais pagos restritos a pacotes mais caros abriram seus sinais para apoiar a campanha que pede ao público para ficar em casa. O Globoplay também abriu a não assinantes títulos até então acessados só por quem paga para ver a plataforma.

Enquanto isso, nesta quinta, a Record trocou a série "Casos de Justiça" por uma edição especial sobre o vírus, assunto também programado para o Fala Brasil deste sábado, das 7h às 12h. E até a Globo Internacional anunciou mudanças na grade, ampliando a informação sobre a Covid-19 para brasileiros que moram no exterior, de acordo com o sinal do canal em cada continente.

O Jornal Nacional, noticiário mais visto do país, com edições quase monotemáticas sobre a Covid-19, marcou 37 pontos na Grande São Paulo, onde cada um deles equivale a 203 mil pessoas, no saldo entre a segunda e quarta desta semana.

É sua maior soma em nove anos na região, desde janeiro de 2011. No Rio de Janeiro, onde cada ponto corresponde a 121 mil pessoas, a média do noticiário nos três dias foi de 38 pontos, recorde dos últimos oito anos, desde julho de 2012.

Na média do dia, entre 7h e 0h, a TV Cultura, com programação infantil e de informação, foi a que mais cresceu em termos percentuais na Grande São Paulo, indo de um ponto —média do mês de março até o dia 13— até 1,7 na quarta, com 40% de crescimento entre um período e outro.

Tomando os mesmos parâmetros, a Globo cresceu 21%, somando 19,8 pontos de média nesta semana, ante 16,3 pontos registrados entre 2 e 13 de março. Já a Band, também na TV aberta, teve 8% de crescimento, enquanto todos os canais da TV paga aparecem com 12% de progresso.

Embora a Record tenha tido aumento de audiência nos telejornais, não se registrou, nos últimos dias, crescimento na média diária. Gazeta e RedeTV! também zeraram. O SBT, rede que menos mexeu na programação em função do vírus, teve 7% de crescimento entre um período e outro.

Nesse contexto, o crescimento da GloboNews, canal de jornalismo de maior audiência entre os pagos do segmento, evidencia a valorização da informação produzida por fontes profissionais.

Em razão do gigantesco volume de mensagens que circulam no WhatsApp sobre o coronavírus, boa parte disso com dados e dicas contraditórias, há uma busca por fontes críveis, o que também alimentou as audiências da Band-news, Record News e de portais de notícias na internet.

Lançada nesta semana, a CNN Brasil não tem dados anteriores que possam mensurar a dimensão do assunto na sua audiência.

Desde domingo, a GloboNews assumiu a liderança isolada no ranking de TV por assinatura do Painel Nacional de TV, o PNT, que mede a audiência das 15 maiores regiões metropolitanas do país e onde cada ponto equivale a 703 mil pessoas. Na média total do ano passado, o canal se dava por feliz com o sétimo lugar, empatado com o Discovery.

Na última terça, dia 17 de março, a GloboNews fez a maior audiência desde o mesmo mês do ano passado, com 19 horas e meia de programação ao vivo, quase toda tomada por informações sobre o novo coronavírus. Calculando que quase 3 milhões de telespectadores tenham passado pelo canal, segundo dados da própria emissora, seu crescimento foi de 94% em relação à média das terças-feiras neste ano.

Todos os telejornais do canal apresentam crescimento expressivo na comparação com a média do ano, alguns chegando ao dobro da audiência média do ano de 2020.

Na TV aberta, o jornalismo da Globo também registra grande avanço nos números. No dia 17, a emissora teve sua maior audiência ao longo do dia todo, das 7h à 0h, com 20 pontos de média —patamar que dá 18% de crescimento em relação ao ano e ao seu maior placar desde julho de 2018, em dias de Copa do Mundo.

Na terça-feira, o Bom Dia Brasil fez 12 pontos no PNT e o Jornal Hoje, 17, um crescimento acima de 30%.

A Band, que abriu horas extras na programação desde o dia 16, plano que já estava previsto havia mais de um mês, intensificou seu volume de informações no momento oportuno. O Primeiro Jornal, que entra no ar às 3h45, obteve 0,4 ponto, o que, para a emissora, representa o dobro da média anterior no horário, até as 5h.

O Bora Brasil, também na nova grade matutina da emissora, rendeu 71% de crescimento à faixa, com média de 1,2 ponto e dois pontos de pico. À noite, o Jornal da Band marcou 5,1 pontos esta semana, indicando 19% de crescimento.

O interesse do público sobre o assunto tem alimentado também os programas de entretenimento na Globo, na Record e na RedeTV!. No SBT, o tema se restringe mesmo aos telejornais ou ao "Fofocalizando", quando aparecem artistas com suspeitas de terem contraído a Covid-19 .

Já a Globo derrubou o "Mais Você", o "Encontro com Fátima Bernardes" e o "Se Joga" para abraçar a cobertura sobre o assunto no Brasil e no mundo.

Pela primeira vez desde que o substituto do "Vídeo Show" foi lançado, a emissora tem batido constantemente o quadro de fofocas da Record, a "Hora da Venenosa". Com o dobro da audiência antes registrada pelo show de Fernanda Gentil, essa faixa horária na Globo saltou de oito pontos na Grande São Paulo para mais de 15.

O Combate ao Coronavírus, que tomou o espaço de Fátima Bernardes, ultrapassa dez pontos, audiência superior ao ocupante original do horário.

Com home office e aulas presenciais suspensas, a família volta a se encontrar em torno do televisor, um hábito que vinha se desgastando na era do streaming e das telas individuais. Essa inversão de tendência é pautada em especial pelo interesse pela informação sobre um momento absolutamente inédito.

O Kantar Ibope aponta que foi de 12% a participação de crianças de quatro a 11 anos no crescimento da audiência do início desta semana.

Assunto que interessa a todos, no mundo inteiro, o novo coronavírus se mostra inesgotável na demanda do público por informações.

JORNALISMO EM ALTA

Jornal Nacional
Com 37 pontos na audiência, teve a sua melhor soma em nove anos na Grande SP

GloboNews
Assumiu a liderança isolada no ranking de TV por assinatura; no ano passado, ficava em sétimo lugar

TV Cultura
Registrou crescimento de 40% na audiência nas primeiras semanas de março

Band
Audiência de seus telejornais cresceu de 19% a 71% depois que emissora abriu horas extras na programação

Fonte: Kantar Ibope

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

TUDO MENTIRA

O Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de SP) afirma que está recebendo diversas denúncias referentes a falsos tratamentos médicos e a fake news sobre a Covid-19. Desde segunda-feira (16), 12 pessoas foram denunciadas, além de um laboratório de manipulação.

MENTIRA 2 Das 12 pessoas, 7 são médicas e serão investigadas pelo conselho; 5, não médicas, serão denunciadas ao Judiciário e ao Ministério Público por charlatanismo.

NECESSÁRIO O hospital Oswaldo Cruz, de SP, suspendeu nesta semana os exames em pacientes que não apresentam sintomas mais graves do vírus ou que não estão internados. Os hospitais Albert Einstein e Sírio Libanês já tinham adotado a medida.

LINHA DE FRENTE O Sindicato dos Médicos de SP (Simesp) recebeu até quinta (19) dez denúncias de falta de equipamentos de proteção individual (EPI) e sobrecarga de trabalho em hospitais e ambulatórios públicos e privados de SP.

EMERGÊNCIA Entre os locais citados estão o Pronto Socorro Municipal Dona Maria Antonieta Ferreira de Barros, o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de Interlagos e os hospitais particulares São Camilo e Sírio-Libanês.

ATENDIMENTO Nos dois primeiros, respectivamente, são relatadas falta de equipamentos de proteção e sobrecarga de trabalho causada pela pandemia do novo coronavírus. Nos particulares, alegase falta e itens de EPI.

ITENS O Sírio-Libanês e o São Camilo negam haver falta de material e dizem estar preparados para atender ao público.

HUMANOS "O governo fica muito preocupado em estruturar leitos de UTI, com razão, mas tem que pensar mais como vai organizar essa base de atendimento sem expor os profissionais", avalia o presidente do Simesp, Eder Gatti.

IGUAL O TSE negou pedido de um partido para que as datas de filiação de pessoas que pretendem se candidatar às eleições municipais fosse alterada. O argumento de que a crise do coronavírus dificulta reuniões políticas não foi acatado.

1

2

3

4

RODA DE SAMBA

O sambista Arlindinho Cruz 1, os atores Aline Borges 2 e Alexandre Rosa Moreno 3 e a drag queen Silvetty Montilla 4 compareceram à estreia do musical "Quando a Gente Ama", com sambas de Arlindo Cruz, realizado no Teatro Porto Seguro, em SP, na semana passada, antes das recomendações para o coronavírus. A atriz Patrícia Costa 5, a modelo Camila Cordeiro 6, o ator Alex Nader 7 e a passista Maiara Concessa 8 estiveram lá. Greg Salibian/Folhapress

5

6

7

8

FAÍSCA A manifestação do embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, criticando o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) chamou a atenção de empresários brasileiros que fazem negócios com aquele país por destoar do perfil diplomático adotado pelo chinês até então.

FALA O QUE QUER "Faço negócios com a China desde 2005 e jamais vi uma declaração tão xenófoba contra o nosso maior parceiro comercial", afirma o diretor executivo do grupo de empresários LIDE China, José Ricardo dos Santos Luz Júnior. "A indignação foi tamanha que o próprio embaixador reagiu veementemente."

FALA MUITO Na quarta (18), o deputado postou mensagem em uma rede social culpando a China pela pandemia do novo coronavírus. "Tal atitude flagrante anti-China não condiz com o seu estatuto como deputado federal nem [com] a sua qualidade como uma figura pública especial", respondeu Wanming.

FOI MAL O deputado disse posteriormente que não quis ofender o povo chinês.

SALTO A crise do coronavírus impulsionou a audiência da GloboNews: na terça, o salto foi de 70% sobre a média do canal em todas as terças de 2020.

SALTO 2 A audiência da faixa horária das 4h da manhã às 3h da tarde, com programação ininterrupta sobre o tema, aumentou 33% em comparação com as quatro terças anteriores.

CONTROLE Já o número de casas com TVs ligadas cresceu 14%.

ESTICADINHA O prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), pediu para que Alê Youssef fique no comando da Secretaria Municipal de Cultura até o dia 2 de abril —Youssef deixaria a pasta nesta sexta (20).

MÃO NA MASSA Essa prorrogação tem como objetivo estruturar, junto com Hugo Possolo, que entrará no lugar de Youssef, as medidas de apoio ao setor cultural durante a pandemia do novo coronavírus.

PARA TODOS A deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP), os deputados estaduais Alexandre Padilha (PT-SP), Mônica Seixas e Raquel Marques (as duas da Bancada Ativista, em SP) e o vereador de Campinas Pedro Tourinho de Siqueira (PT) assinam representações contra a iniciativa avaliada pelo Governo de SP de limitar a realização de testes de diagnóstico do novo coronavírus apenas a casos graves.

com Bruno B. Soraggi, Bianka Vieira e Victoria Azevedo

MULTITELA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Streaming da Amazon estreia seu primeiro reality brasileiro

1 Soltos em Floripa
Amazon Prime Video, 18 anos
A segunda série do serviço produzida no país também é seu primeiro reality show nacional. Toda sexta, um episódio inédito mostra como oito jovens de diferentes pontos do Brasil estão vivendo em uma casa de praia em Florianópolis, em Santa Catarina.
As festas, namoros e brigas são comentados por seis celebridades—uma delas é Pabllo Vittar— em episódios especiais disponibilizados às terças. Produção da Floresta, também responsável por "De Férias com o Ex", da MTV.

Crawlers
Space, 0h40, 16 anos
No filme deste mês da franquia de terror "Into the Dark", um grupo de universitários percebe que o campus foi invadido por alienígenas durante as festas do Dia de São Patrício, comemorado em 17 de março.

A Verdade em Segredo
TNT, 22h30, 14 anos
Neste thriller político, a vice-presidente americana (Jamie Lee Curtis) se vê ameaçada por uma ex-assessora, que quer revelar os detalhes de uma ação antiterrorista que custou a vida de muitos civis.

1

2

Fotos Divulgação

Globo Repórter
Globo, 22h57, livre
O jornalista Paulo Gonçalves visita o Paraguai, terra de seus antepassados, e mostra fauna, cultura e culinária do país.

Poesia e Prosa
Arte1, 19h, livre
Na segunda temporada do programa, Maria Bethânia declama poemas e debate a obra de Vinicius de Moraes, Ariano Suassuna, Carlos Drummond de Andrade e Waly Salomão.

2 Um Dia para Susana
Canal Brasil, 23h10, 10 anos
O documentário de Giovanna Giovanini e Rodrigo Boecker acompanha o treinamento da atleta paraolímpica Susana Schnarndorf para a Olimpíada de 2016.

Jesus de Nazaré
Smithsonian Channel, 23h, 10 anos
Este não é o filme de Franco Zeffirelli mas uma minissérie documental apresentada por Robert Powell, o protagonista do longa. O ator percorre Israel em busca de vestígios históricos da vida de Jesus.

SPCine Play
A plataforma liberou todo o seu conteúdo gratuitamente até 17 de abril. Entre os filmes, há títulos de Hector Babenco, Lúcia Murat, Tata Amaral e Zé do Caixão.

Patas, Ossos e Rock'n'Roll
SBT, 23h15, livre
Nesta comédia russa já exibida pelo canal, dois cães deixados sozinhos impedem que sua casa seja assaltada.

Pandemia esvazia boates e bares de uma Nova York hoje solonenta

'Fiz show para só um espectador', afirma dançarina de casa do Lower East Side

David Gonzalez, Kwame Opam e John Taggart

THE NEW YORK TIMES Nos bares e casas noturnas do Lower East Side, em Nova York, o começo do fim de semana parecia mais com o fim. Táxis vazios circulavam pelas ruas escuras, entre carrinhos de comida solitários posicionados nas calçadas pelas quais poucos pedestres caminhavam. Algumas casas estavam fechadas e outras imaginavam que isso logo poderia acontecer a elas.

"O clima é como que o de fazer sua última interação antes que a falta de interação se torne inevitável", disse Leah Dixon, uma das donas do Beverly's, pequeno bar na rua Essex.

Em seguida, na noite do último domingo, o prefeito Bill de Blasio, que estava sendo submetido a pressões cada vez mais intensas, anunciou o fechamento de dezenas de milhares de bares, restaurantes, casas noturnas e de espetáculo de Nova York, num esforço para conter o coronavírus.

Um século atrás, o Lower East Side era uma das regiões mais densamente povoadas dos Estados Unidos, graças a ondas de imigrantes; hoje, se aburguesou e é um polo da vida noturna, com ruas ladeadas por restaurantes da moda, bares, pequenas casas noturnas e casas de espetáculo, em geral muito ativos e lotados.

Mas, mesmo antes que as autoridades ordenassem que as casas reduzissem à metade sua lotação, os negócios haviam começado a esfriar, e pela noite de 13 de março o clima de desânimo era palpável.

Funcionários do Departamento de Vida Noturna da prefeitura ofereciam orientação a proprietários de estabelecimentos sobre como solicitar empréstimos e verbas de resgate que a cidade pôs à disposição dos empresários e sobre como manter as operações e, ao mesmo, tempo reduzir a exposição dos frequentadores.

No entanto, algumas autoridades de saúde pública afirmavam que as restrições de capacidade precisavam ser muito mais severas e que qualquer aglomeração de pessoas tornava os esforços de contenção muito menos efetivos.

"Como alguém que foi dona de bar, entendo os medos da comunidade da vida noturna", disse Ariel Palitz, diretora executiva do departamento. "As pessoas me dizem que estão preocupadas com sua saúde, com o bem-estar de seus fregueses e empregados e com o seu ganha-pão."

Bandas, DJs, seguranças e garçons estão tentando descobrir como sobreviverão a essa catástrofe, já que muitos deles dependem de trabalhos como freelancer, no ramo de serviços, para ganhar a vida.

As restrições de capacidade anunciadas pela prefeitura espelham esforços semelhantes em outros lugares dos Estados Unidos e do mundo, como parte dos esforços para desacelerar a difusão da infecção.

As autoridades municipais de Hoboken, no estado de Nova Jersey, anunciaram no dia 14 que estavam fechando os bares e que os restaurantes só poderiam trabalhar com entregas e com a retirada de comida.

O primeiro final de semana de Nova York sob as restrições iniciais surgiu no momento em que a população parece ter percebido o futuro nebuloso que está enfrentando. Alguns locais decidiram não correr riscos e fecharam as portas, e restaurantes pareciam palcos bem produzidos, mas despovoados, à espera do retorno do espetáculo. Outros mantiveram as portas abertas, batalhando por manter os empregos de seu pessoal.

"Estou permitindo que meu pessoal escolha o que prefere", disse Cliff Cho, dono do Fat Buddha Bar, onde DJs estavam entretendo cerca de 25 fregueses na noite do dia 13.

Cho havia acabado de reinaugurar seu bar, no final de outubro, oito meses depois de ter de fechá-lo devido aos graves danos causados pelo incêndio em um apartamento três andares acima. Ele ainda está em busca de um empréstimo para continuar pagando o aluguel e seu pessoal.

Se isso não acontecer, diz não estar certo de que será capaz de sobreviver à crise, atendendo a um número de fregueses muito inferior ao que costumava antes dos problemas. A medida anunciada pelo prefeito no dia 15 pôs fim a esse dilema, por enquanto.

A humorista Rachel Joan se apresentou para sete pessoas no Old Man Hustle Comedy Bar na sexta-feira. O tema de seu monólogo? Brincadeiras sobre lavar as mãos, correr em pânico ao supermercado e desinfetante. "Estamos todos arriscando a vida pelo humor stand-up", disse ela. O público deu risadas nervosas.

O Hard Swallow estava lotado de fregueses, que aplaudiam as apresentações de dançarinas go-go, em trajes sumários mas com maquiagens de palhaço. No fundo da casa, uma delas, Alaska, repousava em um leito de pregos. "Foi assim que peguei o coronavírus!", gritou para os fregueses.

Mais tarde, Alaska, que também é subgerente do bar, parecia mais contida. "Dançar é minha principal fonte de renda. Se não posso me apresentar ou dançar, não posso pagar o aluguel. Na semana passada, fiz um show para o qual só um espectador apareceu."

Big Lee e Sasha Lloyd, donos do Hard Swallow, estão preocupados com seu pessoal e orgulhosos do espaço que conquistaram na comunidade, mas os negócios caíram em quase um terço. "Fechar não é opção", disse Lee.

Por quanto tempo é outra questão. Ele havia se preparado para o Dia de São Patrício, em 17 de março, contratando pessoal adicional e comprando mais bebidas. O cancelamento já o tinha posto numa situação difícil mesmo antes da ordem de fechamento. Agora, Lee está preocupado com sua capacidade de cobri-lo com seu faturamento.

"Tínhamos um dólar e um sonho", disse Lloyd. "Espero que o governo federal intervenha e ofereça socorro, porque estamos sangrando."

Tradução de Paulo Migliacci

Festival de Cannes adia edição em meio à pandemia de vírus

SÃO PAULO O Festival de Cannes anunciou, nesta quinta (19), que sua edição deste ano foi temporariamente suspensa por causa da pandemia do novo coronavírus.

Um dos mais importantes do mundo, ele estava marcado para 12 a 23 de maio.

Em nota, a organização diz não ter certeza do futuro da edição, mas que é provável que adiem o evento para o final de junho e início de julho.

Músicos driblam coronavírus com shows online

Sem poder tocar para plateias, artistas encurtam distância dos fãs com aulas, talk shows e apresentações caseiras

Lucas Brêda

SÃO PAULO Em meio ao avanço do novo coronavírus no Brasil, Anitta está esperançosa. "Uma hora ou outra a ciência vai nos trazer uma solução", diz a cantora, que está aproveitando o tempo em casa para comer bem e descansar, já que sua agenda —incluindo shows, campanhas, gravações de clipes, estúdio, reuniões— está inteira suspensa.

Mas não demorou para Anitta, inquieta "até quando não era cantora", arrumasse uma maneira de contornar o tédio da quarentena. "Não consigo ficar sem fazer nada, sempre fui assim. Então, resolvi aprender uma língua que não sei, o francês. A partir daí, pensei 'e se na verdade eu divulgar o trabalho dos autônomos e ainda compartilhar minhas aulas com meus seguidores?'"

A escola online de Anitta já está funcionando. No Instagram, ela está fazendo transmissões ao vivo em chamadas com algum professor ou profissional autônomo.

Entre as próximas atrações, um personal trainer vai ensinar uma série de exercícios para fazer em casa, um chef dará dicas de refeições simples e, por fim, aulas de francês.

A iniciativa da estrela pop se soma a um movimento de interação online entre músicos e fãs que vem se tornando cada vez mais frequente em meio à pandemia.

Lá fora, a cantora Charli XCX está compartilhando um diário da quarentena, enquanto Miley Cyrus lançou uma espécie de talk show online. Neil Young anunciou shows acústicos em sua lareira, Ben Gibbard, vocalista do Death Cab For Cutie, está se apresentando todos os dias de seu estúdio caseiro.

No Brasil, ideias desse tipo começaram a pipocar. Uma iniciativa portuguesa, o festival #EuFicoEmCasa, já inspirou pelo menos duas ações por aqui. Uma delas é o Música em Casa, iniciativa da gravadora Universal nos mesmos moldes daquela do país europeu.

"Em menos de quatro horas, vimos só o perfil do festival no Instagram chegar a quase 100 mil inscritos", diz Paulo Lima, presidente da gravadora. O esquema, ele diz, é de cinco shows de meia hora por dia, das 19h às 21h30, com mediadores recolhendo pedidos dos fãs, nos perfis de cada artista, a partir do dia 20.

O festival reúne mais de 70 nomes, incluindo Sandy, Felipe Araújo, Vitão, Projota e As Bahias e a Cozinha Mineira. Um dos confirmados é Di Ferrero, ex-vocalista do NX Zero, que está com coronavírus.

"Ele já está bem, se mantém recluso. Vai entrar cantando e trocando experiências, por ter contraído o vírus", diz Miguel Cariello, diretor do departamento de shows da gravadora.

Sem a estrutura da Universal, outro festival parecido já foi anunciado, o Lá em Casa. "Venho de shows adiados e, não sei se por teimosia ou vontade de tocar, resolvi fazer uma live pra cada show adiado", diz o cantor Marcos Almeida, idealizador do festival online.

Com o sucesso das lives, ele decidiu convidar os artistas — incluindo muitos músicos independentes— para os pocket shows caseiros. No line-up estão Biquíni Cavadão, Suricato, Bruna Caram, Ana Muller, Brisa Flow e Gustavo Bertoni, que é vocalista da banda Scalene, entre muitos outros.

Os artistas independentes, que não faturam tanto com streaming e dependem da renda de shows para pagar as contas, são os que mais estão perdendo com a impossibilidade de trabalhar. Segundo Almeida, o fortalecimento das redes sociais é o que pode ser feito para minimizar o impacto negativo do coronavírus.

"Nos últimos anos, os artistas tiveram que se virar dentro do digital. Até aqueles que eram mais céticos e preguiçosos agora têm uma razão maior pra fazer isso", ele diz. "É também trazer esperança para a cena, uma esperança de ajuda mútua entre os artistas."

No exterior, já existe até uma petição para que o Spotify, principal serviço de streaming no mundo, triplique o pagamento para ajudar os músicos a suportar o período sem shows. O Bandcamp já anunciou uma ação para recolher dinheiro dos fãs durante um dia inteiro e repassar a verba aos artistas com músicas tocadas na plataforma.

Além do lado humano de ajudar a superar a pandemia, os shows e atividades online também têm uma função na prevenção —com as pessoas em casa, assistindo às lives, há menos risco de contágio. Mas os músicos também já estão de olho num possível aumento no acesso a suas músicas no streaming.

"O universo digital permite que você faça até música de casa, e, com todo mundo em casa, o consumo de música digital vai aumentar", diz Cariello.

Paulo Lima diz que a dica é conseguir o máximo de engajamento. "Quanto mais você cresce nesse meio, no futuro, essa monetização tende a aumentar. Os artistas podem usar isso como moeda de troca. Agora também é a hora de crescer o consumo legalizado de música digital. Se os músicos continuarem gerando conteúdo, vão conseguir aumentar o volume de acessos."

Anitta, agora em quarentena por causa do coronavírus, e Di Ferrero, que contraiu a Covid-19, dão aulas e fazem shows direto de casa pelas redes sociais Divulgação e Marcus Steinmeyer/UOL/Folhapress

Livros nos levam para lugares imaginários durante o isolamento

Maurício Meireles

SÃO PAULO A literatura é profícua na criação de uma geografia imaginária. Os lugares fantásticos povoam livros há séculos —e não é porque não existem que não falam da nossa realidade. Às vezes, é preciso recorrer à fantasia para dar conta do real.

O americano Herman Melville, autor de "Moby Dick", chegou a escrever que os lugares verdadeiros mesmo não estão registrados nos mapas.

Podemos nos lembrar da Cidade das Esmeraldas, em Oz; do País das Maravilhas, visitado por Alice; da ilha onde Calipso mantém Ulisses cativo, na "Odisseia", e tantos outros.

Se olharmos o além descrito por Dante na "Divina Comédia", veremos um lugar que tem sua arquitetura —um inferno formado por círculos, por exemplo. Outro clássico é "Utopia", ilha imaginada por Thomas More onde havia uma espécie de comunismo (mas onde mulheres estavam submetidas ao marido, e a escravidão ainda existia, diga-se).

Não é porque só estão nos livros que esses lugares não existam a seu modo. Os heróis que visitam tais regiões míticas encontram nelas gênios em garrafas, dragões a guardar cavernas, elixires mágicos que podem trazer a imortalidade.

Enquanto o novo coronavírus ameaça a convivência nas cidades e é preciso ficar em casa, uma boa ideia é visitar esses lugares que fazem parte da herança cultural da humanidade. Aqui vai uma lista de livros para conhecê-los.

*

'O Silmarillion' (Harper Collins), de J. R. R. Tolkien
Para quem se interessa pela Terra Média, este livro —em nova tradução, de Reinaldo José Lopes— narra o passado mítico ao qual os personagens de " O Hobbit" e "O Senhor dos Anéis" se referem.

Os contos escritos pelo autor se passam em vários lugares no mundo imaginário de Arda, onde fica a Terra Média. A primeira história, uma cosmogonia, narra a criação desse mundo por Eru Ilúvatar, o deus supremo.

'Harry Potter' (Rocco), de J. K. Rowling
É um best-seller cujo sucesso editorial se conta na casa dos milhões. Se você não leu até hoje, a saga do bruxo completa 20 anos de publicação no país e ganha edições especiais em capa dura. O lugar imaginário a se visitar é Hogwarts, a escola de magia.

Na divertida tradução de Lia Wyler, a saga de ares dickensianos —mas com mágica— conta a história do menino órfão que descobre ser bruxo e precisa combater o arquivilão Lorde Voldemort. Uma clássica saga do herói, na qual vemos o amadurecimento de Harry e de seus amigos.

'A História Verdadeira' (Ateliê Editorial), de Luciano de Samósata
Pouco conhecido, este clássico grego sobre lugares imaginários, escrito no século 1º a.C., é um dos fundadores do que hoje chamamos ficção científica. O autor descreve uma viagem à Lua para ridicularizar a sociedade do seu tempo. Além da viagem sideral, ele descreve outros lugares fictícios, como a Ilha dos Abençoados, que está sempre na penumbra e é toda construída com ouro e com muralhas de esmeralda.

Apesar do título da obra, o autor já alerta logo no começo: "Você não encontrará pela frente uma única palavra verdadeira. Nenhuma. Escrevo sobre fatos que nunca vi, nem vivi. De que nem sequer ouvi falar. Sobre o que não existe, nem jamais poderia existir".

'O Castelo' (Companhia das Letras), de Franz Kafka
Uma das grandes histórias legadas por Kafka, conta a história de K., personagem que chega a uma aldeia fria, vê o castelo ao qual tentará chegar, sem nunca ter sucesso, sempre impedido pelos burocratas. A obra foi escrita em 1926 e nunca concluída pelo escritor.

Ninguém pode dormir na quela aldeia sem pedir autorização, e os habitantes são estranhos, com crânios que parecem achatados pelo que parecem ter sido pancadas. A neve cobre sempre a aldeia, às vezes até durante o verão. A tradução é de Modesto Carone, morto em dezembro do ano passado.

'Alice no País das Maravilhas' (Darkside), de Lewis Carroll
Este clássico alimentou a cultura erudita, a cultura pop, a psicanálise, a filosofia e por aí vai. Muita gente já leu, mas sempre se vê algo novo ao cair com Alice no buraco do coelho para conhecer o País das Maravilhas. É uma história que fascina crianças e também os adultos.

OMS indica isolar Bolsonaro

Mesmo diante de uma pandemia, presidente cospe ressentimento

Renato Terra
Roteirista e autor de 'Diário da Dilma'. Dirigiu o documentário 'Uma Noite em 67'

Estarrecida com a imaturidade de Jair Bolsonaro, a Organização Mundial da Saúde recomendou seu isolamento. “Levem-no para o espaço Kids, liguem a TV na ‘Patrulha Canina’. Comprem um estoque de G.I. Joe, uma pista maneira do Hot Weels, sei lá ”, discursou, atordoado, Tedros Adhanom Ghebreyesus, presidente da OMS.

Depois, de joelhos, ele implorou: “Mas deixem os adultos coordenarem as ações para mitigar a pandemia, minha santa periquita do bigode loiro”.

Contrariado, Bolsonaro meteu a língua entre os lábios e saiu fazendo “prrrrrrrrrrrrr” para que sua saliva atingisse todos à sua volta. “EU faço o que EU quiser, tá OK? Ninguém manda em mim”, berrou, batendo panelinhas do kit Enfant Terrible da Estrela.

Questionado sobre a queda nas Bolsas, o capitão retrucou: “Tudo culpa da China. Olha só aquelas bolsas vendidas na 25 de Março. Não aguentam uma queda que já se desfazem”.

Para demonstrar que o Brasil nunca esteve tão bem, o presidente pegou um pote de sorvete napolitano e tirou apenas o chocolate. Em seguida, jogou o pote no chão e chorou.

Enquanto Bolsonaro não cumpre as orientações da OMS, Luiz Henrique Mandetta prometeu fornecer uma resma de papel e lápis de cor para ele.

“Em todas as reuniões sobre o coronavírus, vou pedir para ele fazer um desenho para entregar no final. Este será anexado ao Diário Oficial”, explicou.

“A gente ainda não conseguiu identificar o que é maior: o alcance da pandemia ou o ego de Bolsonaro”, explicou a infectologista Clarissa Girão. “O teste dele deu positivo para paranoico, mas ele não quis fazer a contraprova porque achou que o resultado foi um complô armado pelos chineses para implementar o comunismo e trazer o PT de volta ao poder”, completou.

Irritado, o presidente botou uma meleca embaixo da bancada de Vera Magalhães no Roda Viva. Ao ser flagrado por uma câmera, disse: “Não fui eu”.

Depois de cuspir em um jornalista, xingar a mãe de um haitiano e pôr uma tachinha na cadeira de Rodrigo Maia, Bolsonaro convocou uma nova manifestação para si mesmo. “A nossa bandeira jamais será branca”, entoou.

À tarde, o exame para encontrar Queiroz deu negativo.

*

CONTADOR

Já são 11 dias sem provas de que as urnas eletrônicas foram fraudadas. Uma acusação desse tamanho não pode ser tratada com leviandade.

Débora Gonzales

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Claudia Tajes | TER. Manuela Cantuária | QUA. Gregorio Duvivier | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

ASTROLOGIA

PERSONARE
www.personare.com.br/signos

ÁRIES
21.mar a 20.abr
Quem você é na essência se destaca, aumentando sua autoconfiança e oferecendo capacidade de ir atrás daquilo em que acredita.

TOURO
21.abr a 20.mai
Seu entendimento sobre os contratempos se eleva e ajuda a resolver os problemas. Faça um balanço para eliminar o que não serve mais.

GÊMEOS
21.mai a 20.jun
Os amigos são o ponto mais importante, assim como atividades coletivas, até mesmo para se divertir. O apoio mútuo enriquece.

CÂNCER
21.jun a 21.jul
Momento de conexão com a atividade profissional e de oportunidades nesse sentido. Aprimore e use seus talentos.

LEÃO
22.jul a 22.ago
Estudar e trocar ideias fomentam sua mente. Faça uso prático desse conhecimento.

VIRGEM
23.ago a 22.set
Redescubra a si mesmo em profundidade, mesmo que seja difícil. Busque se transformar sem temores de enxergar todos os seus lados.

LIBRA
23.set a 22.out
Seu foco se volta para as pessoas e as relações. Invista na compreensão junto àqueles com quem você mais convive.

ESCORPIÃO
23.out a 21.nov
As questões mais importantes da rotina promovem momentos aprazíveis e produtivos, equilibrando lar e trabalho e o energizando.

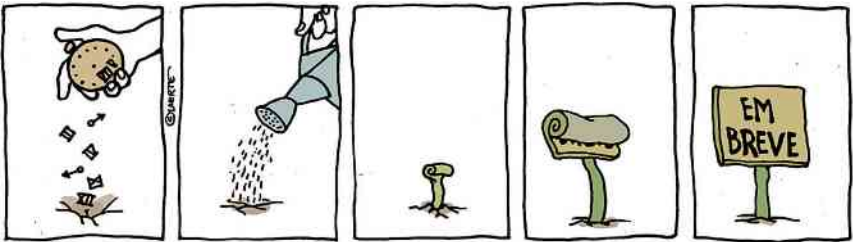
SAGITÁRIO
22.nov a 21.dez
Dia cheio de dinamismo e diversão no meio social, aproveite! Seu poder de sedução aumenta e traz amigos e amores para perto.

CAPRICÓRNIO
22.dez a 20.jan
Amor em família presente! Cuide do lar e dos entes queridos, dividindo as tarefas em casa para se entreter e ser útil.

AQUÁRIO
21.jan a 19.fev
Sua mente se expande e clareia. Com seu lado espontâneo evidente, os bate-papos acontecem animadamente e ajudam nos estudos.

PEIXES
20.fev a 20.mar
O aspecto financeiro vira o centro das suas atenções junto com a rotina. Organize-se e seja bem-sucedido nos negócios.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

A Vida Como Ela Yeah *Adão Iturrusgarai*

Bom Emir, O Monstro de Zazanov *André Dahmer*

Publicada originalmente em 2005

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

SUDOKU

A RECREATIVA www.recreativa.com.br/fsp

FÁCIL

	6		8					
1				9		6		7
					1		9	2
	5		4	7				
	9			2			1	
				8	6		4	
9	1		7					
8		6		5				4
					3		7	

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

2	6	9	8	3	7	4	5	1
1	3	5	2	9	4	6	8	7
7	8	4	5	6	1	3	9	2
6	5	1	4	7	9	8	2	3
4	9	8	3	2	5	7	1	6
3	2	7	1	8	6	5	4	9
9	1	3	7	4	8	2	6	5
8	7	6	9	5	2	1	3	4
5	4	2	6	1	3	9	7	8

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Deus do vinho e da fertilidade, na mitologia romana / 209, em romanos **2.** Que não tem cheiro **3.** Uma abreviatura do nome do segundo mês / Um objeto como o Up ou o Uno **4.** Resultado feliz / O cantor Bono, do U2 **5.** Reação exagerada de um organismo para alguma substância específica **6.** (Abrev.) Doutor / Outro nome da planta ruiva **7.** (Pop.) Destemido, valente **8.** O mesmo que brânquia, estrutura respiratória de animais aquáticos / As consoantes de FIFA **9.** A cantora de jazz Fitzgerald (1917-1996) / Guindaste **10.** O astro mais próximo da Terra / A atriz Téa, de "Impacto Profundo" **11.** (Quím.) Terminação dos álcoois / Uma saudação matinal **12.** A Karenina da obra de Leon Tolstoi / Uma tecla do computador **13.** Apertar muito.

VERTICAIS
1. (Gír.) Película cortada inadvertidamente, quando alguém faz a barba ou as unhas / Fenômeno do derretimento da neve **2.** Juntar / Soltar voz triste e lamentosa (o cão) **3.** Antro / O quarto do presidiário / O neônio, entre os químicos **4.** O que se acrescenta ao melado para ficar modelado / (Zool.) Peça basal da asa anterior de certos insetos / As consoantes de banana **5.** Dar-se (algum fato) / Cantigas populares em honra dos santos **6.** Conselho Regional de Administração / Área onde se guardam automóveis **7.** Peixe abundante no litoral gaúcho, com cerca de 70 cm de comprimento, de grande valor comercial / Circular **8.** Destruidor, devastador / Cone para engarrafamento de líquidos **9.** Famosa marca de video game / Um artesão do vestuário.

HORIZONTAIS: 1. Baco, CCIX, **2.** Inodoro, **3.** Fev, Carro, **4.** Êxito, Vox, **5.** Alergia, **6.** Dr, Granza, **7.** Cuera, **8.** Guelra, Ff, **9.** Ella, Grua, **10.** Lua, Leoni, **11.** Ol, Bom dia, **12.** Anna, Alt, **13.** Prensar.
VERTICAIS: 1. Bife, Degelo, **2.** Anexar, Ulular, **3.** Covil, Cela, Ne, **4.** Od, Tegula, Bnn, **5.** Ocorrer, Loas, **6.** CRA, Garagem, **7.** Corvina, Rodar, **8.** Roaz, Funil, **9.** Xbox, Alfaiate.

Linoca Souza

A doméstica sem nome

Segundo reportagens, ela cuidava da patroa contagiada pelo coronavírus

Djamila Ribeiro
Mestre em filosofia política pela Unifesp e coordenadora da coleção de livros Feminismos Plurais

A morte de uma idosa de 63 anos, com suspeita de coronavírus, no Rio de Janeiro, no dia 17 de março, me entristeceu muito.

Segundo algumas reportagens, a senhora estava cuidando da patroa, cujo teste havia dado positivo para a Covid-19 após fazer uma viagem para a Itália. Em tudo que li, não encontrei o nome dela, sempre se referem a ela como "doméstica". Fiquei pensando, como já escrevi aqui na coluna, sobre a solidão institucional. Se realmente for confirmado que essa senhora morreu por causa do coronavírus, os empregadores deveriam ser responsabilizados? Confesso que causou revolta isso não ser mencionado.

Quem está infectado precisa ficar em isolamento, mas seria isolamento manter uma idosa, que faz parte do grupo de risco, junto? Qual seria o nome dessa senhora que morreu? Como estará a família? Se ela ainda trabalhava, é porque deveria sustentar ou contribuir para o sustento da família. Será que ela gostava de ir à praia, à igreja? Tinha netos?

Não é preciso dizer que os mais vulneráveis sempre serão mais atingidos — isso independe de uma pandemia. São questões estruturais. Com o corte de orçamento para políticas na área da saúde, aliado ao despreparo vergonhoso do presidente, a situação se agravou.

Claro que devemos cobrar responsabilidade dos indivíduos, sem dúvida, mas a questão principal, como bem afirmou o jurista Silvio Almeida, é a crise do capitalismo, a precarização do trabalho e de vidas, aliada ao avanço do neoliberalismo. Mas, mesmo nesse cenário, tudo vira disputa. "Fique em casa" foi uma das frases mais faladas na semana. Claro que muitas pessoas não podem ficar em casa, mas as que podem deveriam ficar.

Mas como falar para pessoas do Rio ficarem em casa e lavarem as mãos com a crise da água e algumas comunidades sem abastecimento? Saneamento e saúde são direitos. Porém, com tantas desigualdades, sabemos que se tornam privilégio de alguns. É evidente que a responsabilidade é do governo, mas os indivíduos precisam ter consciência. Parece-me que tudo vira um jogo para ver quem "viraliza" mais.

Li um post sobre uma mulher preocupada por ter de trabalhar de casa, sem escola e babá para o filho. Foi exatamente assim que escreveu. Babá vira uma coisa, um objeto, uma pessoa sem rosto, sem nome. E ainda completou: "É difícil ficar sem babá para ajudar".

A profissão de cuidadora de crianças ainda traz os resquícios da escravidão; não é vista como profissão. Duvido que a moça em questão diga que ajuda o patrão ou a patroa, ela afirma que trabalha para uma empresa ou para alguém. Ela não vê o trabalho dela como "ajuda" e justamente por isso espera ser valorizada e reconhecida. Mas a babá é alguém que a ajuda com o filho, não uma profissional, alguém que pode ter filhos também, vida, e que está sofrendo com a pandemia. A doméstica, a secretária do lar, quase da família.

Cobram dessas mulheres uma devoção como se fizessem favores a elas. É comum ouvir pessoas dizendo que podem emprestar a empregada caso alguma pessoa da família precise. É tanta violência contida nessa frase. Seres humanos sendo tratados como coisas, objetos. Mais um resquício da época colonial, quando negros eram mercadorias vendidas e negociadas.

Ainda há aquelas que afirmam que suas empregadas escolheram não se isolar para ajudá-las, como se essas mulheres tivessem opção. E, mesmo que elas se oferecessem para ir trabalhar, visto que é um trabalho e não um quebra-galho, não seria dever da empregadora dizer que o correto seria ela ficar em casa? Claro, com seus pagamentos em dia. Se quem pode ficar em casa e tem salário fixo, ganha bem, não entender que também é um direito da empregada doméstica fazer o mesmo, do que adianta tantos textões pedindo empatia?

Voltemos à nossa mulher sem nome que morreu. Eu realmente gostaria de prestar uma homenagem a ela, fazer um obituário. Escrever seu nome e sobrenome. Minha mãe foi empregada doméstica antes de se casar com meu pai, é por isso que essas histórias me tocam tanto.

Para fazer sensacionalismo ou querer me usar de exemplo de "meritocracia", algumas pessoas dizem: "Djamila foi filha de doméstica". Minha mãe se chamava Erani Benedita dos Santos, nascida em Piracicaba, filha de José dos Santos e Antônia Bueno dos Santos. Mãe de quatro filhos, foi casada com Joaquim José Ribeiro dos Santos e dona de casa a maior parte da vida. Inteligente, forte. Lutou bravamente para que os filhos pudessem romper o ciclo de exclusão. Era assim que eu queria escrever sobre a idosa de 63 anos que morreu no Rio de Janeiro, se ela não fosse vítima da solidão institucional.

| DOM. Fernanda Torres, Drauzio Varella | SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Marcelo Coelho | QUI. Contardo Calligaris | SEX. Djamila Ribeiro | **SÁB. Mario Sergio Conti**

Miguel Herrán, que interpreta o personagem Rio, em cena de 'La Casa de Papel' Divulgação

'La Casa de Papel' estreia temporada às voltas com MeToo e nova pandemia

Quarta safra da série espanhola, que é líder de audiência no Brasil, chega à Netflix no dia 3 de abril

Eduardo Moura

SÃO PAULO O coronavírus chegou a "La Casa de Papel", série espanhola que lança sua quarta temporada no dia 3 de abril. Itziar Ituño, que interpreta a inspetora Raquel Murillo, foi diagnosticada com a Covid-19.

A pandemia também afetou todo o plano de divulgação do seriado no Brasil.

"Deixe o caos começar" parecia um bom slogan em 2019, bem antes de a Organização Mundial da Saúde ter decretado pandemia da doença que já matou milhares. Os trailers para o público brasileiro, no entanto, mantiveram a frase. Só bem depois de o caos ter se espalhado pelo mundo de verdade, a Netflix afirmou que sua equipe de marketing decidiu que o momento atual pedia algo mais adequado. Decidiram por "não existe plano perfeito".

É comum que as chamadas mudem no decorrer da campanha que antecede as estreias na plataforma de streaming, haja Covid-19 ou não. Mas, é claro, o contexto é sempre levado em conta.

Mas foi uma outra frase da série que caiu nas graças do público, virou meme e estampa de camiseta — "empieza el matriarcado", dita pela personagem Nairóbi.

E começou o matriarcado na vida real? "Não", responde a atriz Alba Flores, que interpreta a dona da frase. "No meu país, na Espanha, nenhuma diretora foi indicada ao Goya [maior prêmio do cinema espanhol, em 2019]. Esse é um sinal claro de que há um longo caminho a ser percorrido."

Atrás das câmeras, homens dominam cargos de mando no processo de realização desta série. Na conversa num hotel de São Paulo, Flores consegue se lembrar de só uma exceção a essa regra — Cristina López Ferraz, a quem chama de "Titi", a diretora de produção, premiada pela Academia de Ciências e das Artes de Televisão da Espanha por seu trabalho no ano passado.

"'La Casa de Papel' não é uma série feminista na sua essência. O que acontece é que há personagens dentro da série que representam essa maneira de pensar", diz a atriz.

Na trama, um grupo de criminosos invade a Casa da Moeda espanhola para, a princípio, imprimir € 2,4 bilhões, ou R$ 13 bilhões, fugir com a grana e deixar economistas mais ortodoxos de cabelo em pé.

Mas antes que alguém venha dizer que a premissa da série lembra aventuras monetárias malsucedidas — como o encilhamento de Ruy Barbosa — o ator Pedro Alonso, que interpreta o inclemente Berlim, diz que a equipe de "La Casa de Papel" se encontrou com um ex-dirigente da Casa da Moeda da Espanha que ficou impressionado com o plano do Professor, o protagonista da série.

Na trama, os bandidos usam máscaras de Salvador Dalí e vestem macacões de um vermelho de tonalidade almodovariana. Parecem usar símbolos espanhóis para fazer televisão de um modo mais americanizado — e com isso, a terceira temporada se tornou a estreia mais popular no Brasil em 2019 e foi vista 34 milhões de vezes no mundo, melhor resultado de série em língua não inglesa.

O que não ecoou na Espanha foi o MeToo, pelo menos segundo Alba Flores.

"Temos uma indústria [do audiovisual] muito pequena, e as pessoas botariam o seu trabalho em risco [caso denunciassem assédio]. É muito difícil e requer muito mais coragem para falar. Mas eu confio que isso vai acabar acontecendo."

La Casa de Papel
Espanha, 2020. Estreia no dia 3 de abril, na Netflix. Com: Úrsula Corberó, Itziar Ituño, Álvaro Morte, Alba Flores

Governo vai bancar parte do salário que for reduzido

Complementação de renda valerá só para quem recebem até dois mínimos

Bernardo Caram e Fábio Pupo

BRASÍLIA Em mais um conjunto de ações para combater os efeitos econômicos do novo coronavírus, o governo anunciou nesta quinta (19) que vai complementar o salário de parte dos trabalhadores que tiverem salários cortados durante o período de crise.

Também está no plano do Executivo bancar os primeiros 15 dias da remuneração de funcionários afastados por terem contraído o novo coronavírus. O Ministério da Economia não detalhou essa medida.

A regra da complementação de salário valerá somente para pessoas que recebem até dois salários mínimos e tiverem jornada e remuneração reduzidas, conforme autorização do governo.

Essas pessoas receberão uma antecipação de 25% do que teriam direito mensalmente se perdessem o emprego e solicitassem o seguro-desemprego.

De acordo com o informado pelo Ministério da Economia, o valor ficará entre R$ 261,25 e R$ 381,22, dependendo do salário do trabalhador.

Os técnicos chegaram a afirmar à imprensa que o valor máximo dos pagamentos seria de R$ 453,26, mas tal cálculo considerava o teto do seguro-desemprego, e não o público da medida, que são os trabalhadores que ganham até dois salários mínimos.

O programa vai atender a 11 milhões de pessoas. O custo total é calculado em R$ 10 bilhões pelo pagamento de três parcelas e será bancado pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Por se tratar de um adiantamento, caso o trabalhador seja demitido no futuro, ele terá direito ao seguro-desemprego, descontado o valor já antecipado.

Os técnicos do Ministério da Economia afirmam que o valor de 25% foi definido considerando os salários dos trabalhadores mais vulneráveis, os recursos existentes atualmente no FAT e a necessidade de não usar tantos recursos do fundo, hoje já deficitário.

O governo ainda avalia se as medidas serão apresentadas ao Congresso via projeto de lei, que só passa a valer após votação dos parlamentares, ou se será uma medida provisória, que tem efeito imediato. Segundo a pasta, há acordo com o Legislativo para aprovação

Entre as medidas anunciadas na quarta-feira (18), está a permissão para que as jornadas e salários de trabalhadores sejam cortados em até 50% no período da crise. Isso poderá ser feito caso haja concordância entre patrão e empregado.

O objetivo do governo é evitar um aumento das demissões durante o período de fragilidade da economia. Não haverá nenhuma proibição de que a empresa demita esse funcionário que estiver com o salário reduzido, caso necessário.

"Não é cabível fazer um engessamento do mercado de trabalho em um momento tão grave", disse o secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo.

Também nesta quinta, foi anunciado um reforço do atendimento virtual do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). As agências funcionarão em regime de plantão apenas para orientar usuários sobre as funções dos canais digitais.

Com a medida, serão dispensadas de perícia médica pessoas que buscam auxílio-doença e BPC (Benefício de Prestação Continuada) voltado a deficientes.

Como medida auxiliar, o governo vai pagar R$ 200 mensais para esses requerentes até que os benefícios sejam efetivamente liberados. Apenas no BPC, existe hoje uma fila com 470 mil pedidos.

Bastará que o requerente carregue o atestado médico no aplicativo do INSS para que seja feita a análise e a concessão. O sistema ainda não está pronto, mas a medida ainda depende de aprovação do Congresso para valer.

"Peço a todos que não se desloquem às agências do INSS por um motivo de saúde e para que a gente possa proteger os segurados", afirmou o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco.

Na área assistencial, a equipe econômica espera gastar R$ 15 bilhões para pagar R$ 200 mensais durante três meses a pessoas que estão na informalidade e não recebem benefícios como o Bolsa Família e o BPC (benefícios para idosos e deficientes em situação de miséria).

Em outras frentes de atuação, foram adiados os vencimentos de tributos e antecipados os pagamentos de benefícios como 13º a aposentados e abono salarial. Por meio dos bancos públicos, foram ampliadas linhas de crédito para que empresários e pessoas físicas tenham acesso facilitado a recursos em momentos de emergência.

Os técnicos ainda lembram que as medidas podem ser alteradas assim que chegarem ao Congresso.

Medidas contra a crise

COMPLEMENTAÇÃO DE SALÁRIO QUEM TIVER JORNADA E SALÁRIO REDUZIDOS

Para quem?
Pessoa que recebe até dois salários mínimos. Vai atender a 11 milhões de pessoas

Como funcionará?
Adiantamento de 25% do valor que a pessoa teria direito de seguro-desemprego, caso fosse demitida. O pagamento mensal ficará entre R$ 261,25 e R$ 453,26

DISPENSA DE PERÍCIA NO INSS

Para quem?
Solicitantes de auxílio-doença e BPC (Benefício de Prestação Continuada) voltado a deficientes

Como funcionará?
Bastará que o requerente carregue o atestado médico no aplicativo do INSS para que seja feita a análise e a concessão

ANTECIPAÇÃO DE RECURSOS PARA BENEFICIÁRIOS

Para quem?
Requerentes de auxílio-doença e BPC

Como funcionará?
Dispensadas da perícia, quem pediu ou vier a pedir esses benefícios receberá adiantamento de R$ 200 enquanto esperam liberação. No BPC, a fila está em 470 mil pedidos

LIMITAÇÃO DOS SERVIÇOS EM AGÊNCIAS DO INSS

Como funcionará?
Reforço do atendimento virtual do INSS. As agências funcionarão em regime de plantão apenas para orientar usuários sobre as funções dos canais digitais. Servidores e peritos trabalharão de casa

PAGAMENTO, PELO GOVERNO, DOS PRIMEIROS DIAS DE AFASTAMENTO (AINDA NÃO OFICIALIZADA)

Para quem?
Trabalhadores que contraírem o novo coronavírus

Como funcionará?
Governo vai bancar os primeiros 15 dias da remuneração de funcionários afastados por terem contraído o vírus

R$ 10 bilhões
é o custo do pagamento de três parcelas de complemento a quem tiver salário reduzido, que será bancado pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)

R$ 15 bilhões
é quanto a equipe econômica espera gastar para pagar R$ 200 mensais durante três meses a pessoas que estão na informalidade e não recebem benefícios como o Bolsa Família e o BPC (benefícios para idosos e deficientes em situação de miséria)

Comerciários de São Paulo terão férias e banco de horas

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Os sindicatos dos comerciários e dos lojistas da cidade de São Paulo fecharam nesta quinta (19) acordo para reduzir as chances de demissões por causa da crise do coronavírus. Ao menos 300 mil funcionários de lojas, açougues e do comércio no geral devem ser protegidos.

O prefeito Bruno Covas (PSDB) assinou nesta quarta (18) decreto proibindo o funcionamento presencial do comércio a partir desta sexta (20).

O acerto, feito por meio de aditivo à convenção coletiva da categoria, prevê que funcionários com férias vencidas sairão para o período de descanso sem necessidade de formalidades como a comunicação antecipada. Quem ainda não tiver direito às férias poderá antecipá-las sob o compromisso de compensação quando a situação se normalizar.

Os trabalhadores também serão colocados em banco de horas por até 20 dias. Isso será possível porque houve a ampliação para 12 meses do período em que o banco de horas poderá ficar negativo.

As horas poderão ser compensadas em feriados, com redução no horário de almoço ou desconto no salário. Essa última situação deverá ser usada quando o empregado recusar a compensação.

O presidente do Sindicato dos Comerciários, Ricardo Patah, diz que o período inicial de afastamento deve ser por meio do banco de horas e garantirá que os trabalhadores possam entrar em quarentena.

"A maioria dos trabalhadores do comércio usam o transporte coletivo para ir ao trabalho. Vai ser importante que eles fiquem em casa nesse período em que deve haver uma explosão de casos do coronavírus", diz Patah.

O aditivo ao acordo prevê que as medidas deverão valer enquanto as restrições ao comércio e à circulação de pessoas estiver em vigor.

Os estabelecimentos cujas atividades permitam o trabalho remoto também poderão colocar os funcionários para trabalhar em casa.

Os comerciários ainda discutirão medidas de proteção para os funcionários de supermercados. "Como eles não terão de fechar as portas, o risco ao emprego é bem menor", afirma Patah.

Em nota, o Sindilojas-SP diz que as medidas devem colaborar para "preservação da atividade econômica empresarial.

Rua José Paulino, no Bom Retiro (região central de São Paulo); comércio na capital paulista vai fechar a partir desta sexta-feira (20) Rivaldo Gomes/Folhapress

Renner fechará lojas; fábricas de Ford, VW e Volvo são suspensas

SÃO PAULO A Lojas Renner anunciou o fechamento, por tempo indeterminado, de todas suas lojas físicas de Brasil, Uruguai e Argentina. A medida também inclui as marcas Camicado, Youcom e Ashua.

As lojas online continuarão funcionando.

Nas montadoras, Ford, Volvo Caminhões e Volkswagen decidiram interromper a produção em suas fábricas.

Com quatro fábricas no país, a VW para por três semanas a partir de segunda (23). No dia 31, terá início o período de férias coletivas. A empresa afirma que as medidas são parte das ferramentas de flexibilização previstas em acordo coletivo de trabalho.

A Ford irá interromper a produção em suas plantas na América do Sul (três no Brasil e uma na Argentina). A medida entra em vigor no Brasil também na segunda, e na Argentina, na quarta (25). As atividades no Brasil devem ser retomadas no dia 13 de abril. Na Argentina, o retorno está previsto para o dia 6 de abril.

A Volvo suspenderá a fábrica de ônibus e caminhões em Curitiba por quatro semanas.

Com Reuters

McDonald's no Brasil atenderá só viagem, delivery e drive-thru

A Arcos Dorados, franqueada do McDonald's, interrompe o atendimento presencial em lanchonetes de todo país nesta segunda (23). A rede vai atender apenas via delivery, drive-thru e pedidos para viagem.

Economia de guerra contra o corona

É hora de pensar em produção extra e preços de recursos para os hospitais da epidemia

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Há notícias de que o preço de máscaras hospitalares disparou. É muito provável que seja necessário inventar UTIs ou equivalentes, com ventiladores pulmonares, ao menos, e outros equipamentos auxiliares.

Em momentos de calamidade oficial e similares, a lei prevê intervenções estatais na atividade econômica, as quais podem incluir tabelamentos ou requisições. Tabelamentos tendem a não funcionar, exceto em situações de guerra de fato. De resto, não adianta fazer requisições se não há produtos, assim como não adianta tabelar o preço do que não existe.

É bem provável que esse seja um dos muitíssimos problemas da administração da economia e da epidemia. Trata-se de administrar uma economia como a de guerra, de mobilização de recursos e no gasto público (assunto que fica para logo mais).

Não, não se trata de "militarizar" o assunto. Trata-se de tomar medidas excepcionais quando a paralisação de fábricas, serviços e comércios e o número de baixas se assemelha aos efeitos da destruição causada por guerras.

São necessários o controle e o estímulo da produção de bens essenciais, a começar por aqueles de uso médico-hospitalar, caso não exista material suficiente para o serviço de cuidar dos feridos, doentes, e dar instrumentos aos profissionais da saúde. Esperar que a escassez também se espalhe de modo epidêmico é jogar com a morte.

Na Itália, país muito mais rico que o Brasil, o problema se tornou dramático, é evidente. Não se sabe qual será o ritmo do crescimento do número de doentes por aqui. Por ora, é assustador, já ultrapassando a velocidade da epidemia em grandes países europeus.

Embora a série de dados seja curta para especular com estatísticas, temos motivos mais fundamentados para levantar hipóteses sobre os riscos brasileiros. Para começar com o mais evidente, há milhões de pessoas a viver em habitação precária ou inaceitável, em aglomerações insalubres, sem acesso bastante ou algum a serviço de água limpa regular. São pessoas com saúde mais frágil, por vários motivos.

Trata-se de gente que vive em casas mais lotadas, que passa horas no transporte público lotado, que muita vez não deixará de trabalhar, até porque vive de bicos na rua, que ainda tentará fazer, no desespero. Muita vez é gente com menos acesso a informação ou com menos compreensão de diretrizes de saúde, por falta de escola. Como se não bastasse, ainda são francamente desorientadas por esse indivíduo que ora ocupa a Presidência da República.

É razoável imaginar que, sem outras medidas de controle, a epidemia pode se espalhar mais facilmente entre as pessoas que vivem na pobreza brasileira do que nas regiões mais ricas da Europa.

Não precisa ser assim. Talvez as medidas aqui mais precoces de controle de aglomerações possam atrasar a epidemia. Mais uma vez, é melhor fazer em excesso do que fazer muito pouco e descobrir demasiadamente tarde que não há recursos para cuidar dos feridos.

Na verdade, já não há. Joga na loteria da morte quem não começar desde agora a preparação para o pior. Isso pode incluir a convocação de produção de insumos a preços razoáveis, de fornecimento de instalações e mão de obra para colocar em operação essa capacidade adicional de atendimento.

É como a operação de uma economia de guerra, literalmente, não para produzir máquinas de morte, mas para salvar vidas.

Pode ser um exagero? No Brasil, não será, mesmo que a epidemia desacelere.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Corte de salário preservará empregos, dizem analistas

Sindicatos criticam medida e afirmam que redução na renda aprofundará a crise

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Com mais flexibilidade para negociar, as empresas poderão ter mais condições de manter os empregos durante a crise do coronavírus. A avaliação de advogados trabalhistas é que há urgência na adoção de medidas, de modo a garantir o menor impacto possível para empregados e para empregadores.

Nesta quinta-feira (19), a equipe econômica informou que trabalhadores que recebem até dois salários mínimos receberão um complemento, bancado pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), de 25% do seguro-desemprego a que teriam direito se fossem demitidos. A redução na jornada e no salário será de até 50% e poderá ser limitada ao salário mínimo.

Para Letícia Ribeiro, sócia da área trabalhista do Trench Rossi Watanabe, falta o governo detalhar os parâmetros da proposta —ainda não está definido se será uma medida provisória ou um projeto de lei—, mas considera importante a rapidez em facilitar as negociações.

"Se não houver uma resposta, as empresas não vão conseguir manter os empregos. A consequência vai ser uma série de dispensas", diz.

Hoje, empresas em situações econômicas difíceis podem reduzir até 25% dos salários, mas esse corte precisa ser negociado com o sindicato. A redução também é limitada ao piso regional de cada categoria, quando houver.

A advogada diz que uma flexibilização dessa regra pode ser um "caminho do meio" para garantir ou reduzir o risco de demissões, pois, na avaliação de Letícia, manter as remunerações integrais não será sustentável para empresas que não tiverem condições de seguir funcionando de maneira remota.

Além da flexibilização na redução de salário, há a expectativa de outras medidas, como a facilitação na concessão de férias coletivas. Na regra atual, as empresas precisam comunicar o sindicato com antecedência de duas semanas. A equipe econômica estuda reduzir o prazo para 48 horas.

Antecipação de 15 dias do período de férias, mesmo sem que o trabalho tenha adquirido o direito, e suspensão do pagamento do FGTS por três meses (com a garantia de recolhimento na sequência) também estão em análise.

Na avaliação do governo, as medidas podem reduzir o aperto no caixa das empresas.

Para as três maiores centrais sindicais do país, a proposta aprofunda o achatamento na renda dos trabalhadores e pode criar um encadeamento de pioras em outros setores.

O presidente da CUT, Sergio Nobre, diz que não há espaço para redução na renda. Ele afirma também que um corte nos salários afetará os pequenos negócios, nos quais a maioria dos empregos estão.

Essa situação exigiria liberação de recursos e incentivos, especialmente às micro e pequenas empresas.

"O trabalhador não vai poder consumir, não vai pagar aluguel, só piorando a situação. Boa tarde dos trabalhadores hoje não aguentaria nem uma redução de 10%, 15% no salário. Se isso ocorre, ele não compra arroz, não compra feijão e a economia para", afirma.

Para a Força Sindical, o governo deveria estimular o uso de mecanismos já previstos na lei trabalhista, como o lay-off.

As centrais também propõem que o governo use um dispositivo pouco aplicado da CLT que permite a suspensão do contrato de trabalho por tempo determinado. Por até cinco meses, o funcionário não recebe salário.

Para os sindicatos, o dispositivo poderia ser usado por até três meses, permitindo recebimento do seguro-desemprego no período.

O presidente da UGT, Ricardo Patah, afirma que as medidas dos governos federal, estadual e municipal (esses dois últimos em São Paulo) são muito tímidas.

"O governo quer tirar os sindicatos das negociações, enquanto deveria usar nossa estrutura para discutir as medidas com os setores", diz Patah.

Coronavírus pode distorcer dados sobre desemprego

RIO O isolamento domiciliar para enfrentar a pandemia de coronavírus deve distorcer os dados sobre o mercado de trabalho, alertam especialistas. Com menos gente em busca de uma vaga, a tendência é que a taxa de desemprego caia mesmo que novas vagas não seja criadas.

Nesta quinta (19), o IBGE anunciou a suspensão das entrevistas presenciais para a Pnad Contínua, que mede o desemprego. A coleta de informações passará a ser feita por telefone, o que também deve impactar o resultado.

Os entrevistados são questionados se procuraram emprego nos últimos 30 dias e se estavam disponíveis para assumir a vaga na semana de referência. A taxa de desemprego se baseia naqueles que responderam positivamente.

"O número de pessoas procurando emprego cairá fortemente devido ao isolamento obrigatório. Portanto, tecnicamente não estarão desempregadas", escreveu em uma rede social o economista Octavio de Barros. "Assim, não descarto que o desemprego possa cair nas estatísticas, o que seria um contrassenso."

O economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, diz que, tecnicamente, será um "desemprego desencorajado": a pessoa sai do mercado por não acreditar que vai encontrar um posto de trabalho —ou, nesse caso, também por não poder sair de casa.

O IBGE afirma que esse contingente será transferido para as categorias população fora da força de trabalho, aqueles que não buscam emprego, ou na força de trabalho potencial, que gostariam de trabalhar, mas não procuraram emprego ou não estavam disponíveis para ocupar uma vaga na semana. **Nicola Pamplona**

NOS EUA, EMPRESAS ENCOSTAM AVIÕES Jato em estacionamento de aeronaves no Arizona; companhias aéreas americanas reduzem voos em consequência da queda da demanda
Christian Petersen/ Getty Images/AFP

Empresas aéreas anunciam redução de jornada

Bruna Narcizo

SÃO PAULO As companhias aéreas brasileiras anunciaram que vão adotar medidas emergenciais contra os efeitos da epidemia de coronavírus.

A Gol vai reduzir jornada, salários e benefícios dos funcionários internos e aeroviários em 35%. A empresa também reduziu em 40% os salários de todos os diretores, vice-presidentes e do presidente-executivo.

A medida vai valer durante os meses de abril, maio e junho. Também foram postergados os pagamentos de PLR (Programa de Participação nos Lucros e Resultados) 2019, que serão feitos a partir de agosto deste ano.

A Gol também informou que os funcionários da área administrativa estão trabalhando no esquema de home office e que tripulantes, pilotos e comissários também terão redução de remuneração e jornada, por conta da diminuição dos voos. A empresa, no entanto, não informou qual a porcentagem dessa redução.

A Azul adotou programa de licença não remunerada que já teve 600 adesões. A companhia também anunciou a redução de 25% do salário dos membros do comitê executivo e a postergação dos pagamentos de PLR.

"Além disso e do cancelamento de voos, a Azul está implementando várias medidas para reduzir o custo fixo de suas operações, que representa em torno de 40% do total de custos e despesas operacionais da companhia", afirmou.

A Latam afirmou que tem se esforçado para a manutenção dos empregos e avalia a melhor forma de implementar medidas como a da licença não remunerada.

A Reuters, no entanto, informou nesta quinta-feira (19) que a empresa vai cortar o salário de seus 43 mil funcionários em 50% por três meses.

O SNA (Sindicato Nacional dos Aeroviários) afirmou que não houve negociação entre as empresas e os trabalhadores. O sindicato se reuniu com as empresas Latam, Gol e Azul na quarta-feira (18).

Segundo o sindicato, as companhias aéreas apresentaram seus programas e não abriram possibilidade de assembleia para a categoria.

"Como as medidas têm respaldo do governo, a direção do SNA não tem como evitar a adoção das determinações dos empregadores" afirmou.

A medida anunciada na quarta-feira (18) que irá permitir que empresas façam a redução de jornada e salário sem negociação com os sindicatos, porém, ainda não foi enviada pelo governo ao Congresso Nacional e, portanto, não está oficialmente em vigor.

www.cpfl.com.br

cpfl santa cruz

Uma empresa do Grupo CPFL Energia

Companhia Jaguari de Energia

CNPJ nº 53.859.112/0001-69

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Jaguari de Energia ("CPFL Santa Cruz" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2018, exceto quando especificado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2019, a CPFL Santa Cruz cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 466 mil clientes, em 45 municípios, sendo 39 localizados no Estado de São Paulo, 3 em Minas Gerais e 3 no Paraná.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram um aumento de 3,3% em relação ao exercício de 2018. Destaca-se a classe residencial, que registrou um crescimento de 4,5% ante 2018.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes, o que também fez com que a CPFL Santa Cruz, em 2019, fosse eleita pelo Prêmio Abradee, na categoria de Melhor Responsabilidade Socioambiental de distribuidoras com até 500 mil consumidores.

2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

Ambiente macroeconômico:

Após três anos de forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular em 2017, 2018 e 2019.

Alguns choques se abateram sobre a economia brasileira em 2019. Cabe citar a tragédia de Brumadinho, que levou a forte queda da extração de minério de ferro; a continuidade da recessão argentina, que prejudicou as exportações brasileiras, especialmente de manufaturados; e a própria desaceleração da economia e do comércio mundiais. Em essência, foram os mesmos fatores que impuseram uma retração à produção da indústria em 2019, a despeito do crescimento da demanda doméstica.

Com o ritmo muito moderado da economia, a ociosidade dos fatores de produção permaneceu bastante elevada, o que se refletiu em níveis muito baixos da inflação (especialmente das suas medidas de núcleo). Este contexto, somado à consolidação da perspectiva de aprovação da reforma da Previdência, acabou por levar o Banco Central a voltar a flexibilizar a política monetária, levando os juros a novos patamares mínimos históricos (tanto em termos reais como nominais), ao longo do segundo semestre.

A aprovação da reforma da previdência, que evitará forte escalada dos gastos previdenciários a longo prazo, consolidou a visão de que estaria em curso uma queda estrutural das taxas de juros, de forma que a curva de juros, como um todo, sofreu uma forte correção, com recuo das taxas longas.

O impulso monetário, consoante à injeção pontual de recursos na economia (FGTS, PIS-PASEP, 13º do Bolsa Família), começa a tracionar a economia ao final de 2019. Os melhores sinais são vistos no crédito, comércio, em alguns segmentos de serviços e da indústria. Até mesmo a construção civil, segmento que sofreu as consequências da crise de forma mais profunda e prolongada, emite os primeiros sinais de recuperação.

A queda de juros no front doméstico levou também à troca de financiamentos externos (mais caros) por crédito doméstico, isento de risco cambial e mais acessível neste momento de expansão monetária - não apenas via sistema bancário, mas, também, e crescentemente, pelo mercado de capitais. Concomitantemente ao aumento das captações via emissões de ações e títulos, cresceu a demanda por dólares no mercado à vista para quitação das dívidas juntos aos credores internacionais, o que levou a alguma pressão sobre a cotação do real. Nada capaz de alterar as projeções de inflação ou as perspectivas para a política monetária.

2019 se encerra, assim, com a economia ganhando tração e efeitos defasados da expansão monetária ainda por serem verificados. A inflação sofre os efeitos da mudança de preços relativos das proteínas, reflexo do repentino encolhimento do rebanho suíno chinês - mas esse elemento não suscita preocupação no horizonte relevante de política monetária. O Copom sinaliza que agirá com cautela, de modo que a taxa SELIC deverá recuar pouco ou nada em 2020.

As projeções apresentadas pelo próprio Banco Central vão na direção de manutenção do baixo patamar dos juros por tempo prolongado. Enquanto o diferencial diminuto de juros internos/externos reduz o apetite do investidor em renda fixa, o diferencial de crescimento deve se traduzir em incentivo à entrada de recursos externos em bolsa, contendo desvalorizações drásticas da moeda e podendo até mesmo trazer moderada apreciação. O próprio ambiente internacional tende a contribuir para um ano de maior interesse por países emergentes, e a recente revisão da perspectiva do rating brasileiro pela S&P corrobora essa melhora de expectativa.

A diluição de incertezas observada neste final de ano sugere que 2020 pode ser um ano de menor tensão e volatilidade nos mercados, com reflexos benignos sobre a nossa economia. No entanto, os riscos de recrudescimento de incertezas nos parecem ainda relevantes. No cenário externo, as eleições norte-americanas prometem trazer momentos de tensão, bem como a própria precariedade do acordo recém-saído do forno entre EUA e China. No front doméstico, o risco de recrudescimento de tensões políticas também não é desprezível, lembrando que a agenda econômica pós-Previdência é mais difusa. Por fim, é preciso alertar que há dois "bodes fiscais" que podem trazer incômodo no curto prazo. O primeiro é a situação dos entes subnacionais: são poucos os estados que têm comprometimento menor do que 90% das receitas com despesas correntes (e o episódio recente da cidade do Rio de Janeiro, que suspendeu pagamentos, é exemplo do ambiente delicado em que o chamado pacto federativo será conduzido). O outro é o teto de gastos públicos: se não for flexibilizado, seu cumprimento exigirá esforço fiscal draconiano (sobretudo a partir de 2021), com potencial efeito restritivo sobre a economia.

Assim, as expectativas para o crescimento da economia brasileira continuam apontando para uma recuperação em ritmo maior do que o atual. A mediana das projeções das instituições de mercado antecipa uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,1% em 2019 para cerca de 2,2% em 2020[1]. A demanda externa enfraquecida e as medidas de ajuste fiscal, que pesam sobre o consumo do governo e sobre o investimento público, tendem a limitar a velocidade da recuperação no curto prazo.

Tarifas de energia elétrica

Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2019:

Em 20 de março de 2019, por meio da Resolução Homologatória nº 2.522, a ANEEL reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Santa Cruz em 13,70%, sendo 2,02% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e 11,68% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 13,31% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 1,12% e da Parcela B de 0,90%. As novas tarifas entraram em vigor em 22 de março de 2019.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Clientes: a CPFL Santa Cruz encerrou o ano de 2019 com 466 mil clientes, com aumento de 9 mil consumidores, representando um crescimento de 1,9%.

Vendas de energia:

Em 2019, as vendas para o mercado cativo totalizaram 2.333 GWh, um aumento de 3,3% (75 GWh) em relação a 2018.

Destacam-se as classes residencial e comercial, que juntas representam 50,6% do total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora:

- **Classes Residencial e Comercial:** aumentos de 4,5% e 4,4%, respectivamente, refletindo efeitos de temperaturas mais altas em 2019 em relação a 2018;
- **Classe Industrial:** redução de 5,3%, refletindo principalmente a migração de clientes para o mercado livre.

Nota: as vendas para o mercado cativo não consideram a informação sobre a energia vendida por meio do Mecanismo de Vendas de Excedentes (MVE), ocorrida em 2019, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional".

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente: a CPFL Santa Cruz obteve, em 2019, o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 81,3%, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE. O índice foi superior à média nacional de 70,3%.

Fornecimento de energia: a CPFL Santa Cruz desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2019, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 5,56 horas, e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,25 vezes, entre os menores do setor.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R$ 1.756 milhões em 2019, representando um aumento de 4,5% (R$ 75 milhões), decorrente dos aumentos: (i) de 8,9% (R$ 108 milhões) no fornecimento de energia elétrica; (ii) de 40,5% (R$ 46 milhões) na receita com construção de infraestrutura; (iii) de 12,7% (R$ 25 milhões) em outras receitas; e (iv) de 27,5% (R$ 17 milhões) no suprimento de energia elétrica. Esses aumentos foram parcialmente compensados pela variação de R$ 121 milhões nos ativos e passivos financeiros setoriais.

As deduções da receita operacional foram de R$ 535 milhões em 2019, representando uma redução de 7,0% (R$ 40 milhões). A receita operacional líquida foi de R$ 1.221 milhões em 2019, representando um aumento de 10,5% (R$ 116 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA (R$ mil)

	2019	2018
Lucro Líquido	**101.228**	**81.191**
Amortização	50.816	45.437
Resultado Financeiro	10.556	14.015
Contribuição Social	12.046	9.243
Imposto de Renda	33.343	24.455
EBITDA	**207.989**	**174.341**

Em 2019, a Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R$ 208 milhões, representando um aumento de 19,3% (R$ 34 milhões), devido ao aumento de 10,5% (R$ 116 milhões) na receita líquida. Estas variações foram parcialmente compensadas pelos seguintes fatores: (i) aumento de 3,4% (R$ 23 milhões) no custo com energia elétrica; (ii) aumento de 8,9% (R$ 13 milhões) no PMSO (despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros Custos/Despesas Operacionais); e (iii) aumento de 40,5% (R$ 46 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor.

[1]Dados da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil, referentes a 26/02/2020

O aumento de 8,9% (R$ 13 milhões) no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

✓ Redução de 2,2% (R$ 1 milhão) nas despesas com pessoal;

✓ Aumento de 13,6% (R$ 1 milhão) nas despesas com material;

✓ Redução de 6,0% (R$ 3 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;

✓ Aumento de 75,9% (R$ 16 milhões) em outros custos/despesas operacionais.

Lucro líquido: a CPFL Santa Cruz apurou lucro líquido de R$ 101 milhões em 2019, representando um aumento de 24,7% (R$ 20 milhões), refletindo o aumento de 19,3% (R$ 34 milhões) no EBITDA e a redução de 24,7% (R$ 3 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Estas variações foram parcialmente compensadas pelos aumentos (i) de R$ 12 milhões no Imposto de Renda e Contribuição Social; e (ii) de 11,8% (R$ 5 milhões) na amortização.

Endividamento: no final de 2019, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Santa Cruz atingiu R$ 575 milhões, representando uma redução de 0,7%.

5. INVESTIMENTOS

No ano, foram investidos R$ 163 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A nova CPFL Santa Cruz desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para todos os seus públicos de relacionamento e mitigar os impactos de suas operações por meio da gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos seus negócios. Abaixo estão relacionados os destaques do exercício:

Plano de sustentabilidade: definição da estratégia de sustentabilidade com foco em três pilares - Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade - e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): o Programa de Integridade assegura os mecanismos adequados para promover a cultura ética, alinhada aos princípios do grupo CPFL Energia. O programa possui 4 pilares compostos por procedimentos que evidenciam, inclusive, o apoio da alta administração, diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ferramentas de comunicação como treinamentos e o canal externo de ética, avaliação e monitoramento. Podemos destacar ações ocorridas/implementadas do Programa de Integridade, tais como: A manutenção do Selo Pró-Ética 2018/2019. O prêmio foi concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seleto grupo de 26 empresas dentre 373 participantes, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude, o treinamento presencial/e-learning do Programa de Integridade para 5.462 colaboradores do grupo CPFL, a implantação da Conversa Mensal de Integridade - CMI em todas unidades do grupo CPFL, Dia da Integridade que contou com a palestra do professor e filósofo Mário Sérgio Cortella. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em 2019 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

7. AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG Auditores Independentes ("KPMG") foi contratada pela CPFL Santa Cruz para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias, a KPMG prestou serviços de asseguração de *covenants* e informações para o BNDES, revisão tributária - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF) e serviços de *compliance* tributário.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

A KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Santa Cruz agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2019. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

ATIVO	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	56.974	72.892
Consumidores, concessionárias e permissionárias	172.864	164.784
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.964	1.236
Outros tributos a compensar	12.632	8.422
Derivativos	–	9.452
Ativo financeiro setorial	54.405	66.525
Estoques	2.767	2.362
Outros ativos	31.634	24.403
Total do circulante	**340.239**	**350.075**
Não circulante		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	10.927	13.577
Depósitos judiciais	22.052	24.201
Outros tributos a compensar	183.012	12.248
Ativo financeiro setorial	–	7.365
Derivativos	4.558	485
Ativo financeiro da concessão	42.241	35.475
Outros ativos	233	272
Ativo contratual	81.847	52.373
Intangível	778.837	707.275
Total do não circulante	**1.123.706**	**853.270**
Total do ativo	**1.463.945**	**1.203.345**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Circulante		
Fornecedores	130.569	83.228
Empréstimos e financiamentos	59.933	123.837
Debêntures	804	6.139
Taxas regulamentares	10.239	6.061
Imposto de renda e contribuição social a recolher	–	448
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	33.084	28.846
Dividendo e juros sobre capital próprio	43.201	19.160
Obrigações estimadas com pessoal	4.314	4.032
Derivativos	622	–
Outras contas a pagar	32.634	29.928
Total do circulante	**315.400**	**301.678**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	322.239	259.766
Debêntures	189.738	189.817
Débitos fiscais diferidos	2.326	5.293
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19.235	31.308
Derivativos	6.037	9.032
Passivo financeiro setorial	2.924	–
Outras contas a pagar	140.419	14.411
Total do não circulante	**682.919**	**509.627**
Patrimônio líquido		
Capital social	170.413	170.413
Reserva de capital	513	529
Reserva legal	33.828	28.767
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	258.944	190.432
Resultado abrangente acumulado	1.927	1.898
Total do Patrimônio líquido	**465.625**	**392.040**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**1.463.945**	**1.203.345**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

			Reserva de Lucros							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimentos	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**170.396**	**563**	**24.707**	**18.041**	**48.305**	**71.558**	**6.893**	**–**	**–**	**340.463**
Resultado abrangente total										
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	81.191	**81.191**
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	–	1.898	(522)	**1.376**
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.556)	**(1.556)**
Mutações internas do patrimônio líquido										
Aumento de capital	17	(17)	–	–	–	–	–	–	–	**–**
Constituição da reserva legal	–	–	4.060	–	–	–	–	–	(4.060)	**–**
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	–	(16)	–	–	–	–	–	–	16	**–**
Reversão da reserva estatutária no exercício - AGE de 27/04/2018	–	–	–	–	(48.305)	–	–	–	(70.569)	**(118.874)**
Realização da reserva de retenção de lucros para investimentos	–	–	–	(18.041)	–	–	–	–	18.041	**–**
Constituição de reserva estatutária - reforço de capital de giro	–	–	–	–	–	118.874	–	–	–	**118.874**
Transações de capital com os acionistas										
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	–	–	–	(22.541)	**(22.541)**
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	–	(6.893)	–	–	**(6.893)**
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**170.413**	**529**	**28.767**	**–**	**–**	**190.432**	**–**	**1.898**	**–**	**392.040**
Resultado abrangente total										
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	101.228	**101.228**
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	–	28	–	**28**
Mutações internas do patrimônio líquido										
Constituição da reserva legal	–	–	5.061	–	–	–	–	–	(5.061)	**–**
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	–	(16)	–	–	–	–	–	–	16	**–**
Constituição de reserva estatutária - reforço de capital de giro	–	–	–	–	–	68.511	–	–	(68.511)	**–**
Transações de capital com os acionistas										
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	–	(3.473)	**(3.473)**
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/12/2019	–	–	–	–	–	–	–	–	(24.198)	**(24.198)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**170.413**	**513**	**33.828**	**–**	**–**	**258.944**	**–**	**1.926**	**–**	**465.625**

DIRETORIA

CARLOS ZAMBONI NETO
Diretor-Presidente

YUEHUI PAN — Diretor Financeiro

ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA — Diretor de Assuntos Regulatórios

RAFAEL LAZZARETTI — Diretor Comercial

THIAGO FREIRE GUTH — Diretor de Operações

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE - Diretor de Contabilidade - CT CRC 1SP192.767/O-6

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas da **Companhia Jaguari de Energia** - Campinas - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Jaguari de Energia (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Jaguari de Energia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada:** Veja as notas explicativas 3.9 e 23 às demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** A receita não faturada reconhecida pela Companhia corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que, em alguns casos, sucedem ao período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Companhia acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores. Devido à relevância dos valores e do julgamento envolvido que podem impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. Analisamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no desenvolvimento de tal estimativa, tais como índice de perdas técnicas e comerciais. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos pela Companhia com expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 05 de março de 2020

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP252906/O-0

Demonstrações dos Resultados

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	2019	2018
Receita operacional líquida	**1.220.707**	**1.105.165**
Custo do serviço		
Custo com energia elétrica	**(697.109)**	**(674.305)**
Custo com operação	**(113.178)**	**(108.006)**
Amortização	(46.144)	(41.427)
Outros custos com operação	(67.034)	(66.579)
Custo do serviço prestado a terceiros	**(161.321)**	**(114.866)**
Lucro operacional bruto	**249.099**	**207.988**
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	**(27.703)**	**(24.553)**
Amortização	(121)	(121)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.692)	(2.034)
Outras despesas com vendas	(22.890)	(22.398)
Despesas gerais e administrativas	**(50.802)**	**(49.404)**
Amortização	(4.551)	(3.889)
Outras despesas gerais e administrativas	(46.251)	(45.515)
Outras despesas operacionais	**(13.420)**	**(5.126)**
Resultado do serviço	**157.174**	**128.904**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	32.330	26.601
Despesas financeiras	(42.887)	(40.616)
	(10.556)	**(14.015)**
Lucro antes dos tributos	**146.618**	**114.889**
Contribuição social	(12.046)	(9.243)
Imposto de renda	(33.343)	(24.455)
	(45.390)	**(33.698)**
Lucro líquido do exercício	**101.228**	**81.191**
Lucro líquido básico e diluído por lote mil ações ordinárias - R$	281,93	226,12

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	101.228	81.191
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	28	1.376
Resultado abrangente do exercício	**101.256**	**82.567**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	**31/12/2018**
Lucro antes dos tributos	**146.618**	**114.889**
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	50.816	45.437
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	6.440	5.893
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.692	2.034
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	28.245	31.836
Perda (ganho) na baixa de não circulante	13.119	5.129
	249.930	**205.217**
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(10.105)	(8.680)
Tributos a compensar	(173.925)	(548)
Depósitos judiciais	2.948	4.258
Ativo financeiro setorial	30.753	(63.412)
Contas a receber - CDE	(6.422)	8.376
Outros ativos operacionais	(5.407)	(9.794)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	47.341	(30.491)
Outros tributos e contribuições sociais	542	(2.268)
Taxas regulamentares	4.178	(19.490)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(19.675)	(8.815)
Passivo financeiro setorial	(2.876)	(18.543)
Contas a pagar - CDE	(3.236)	(847)
Outros passivos operacionais	130.155	9.383
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	**244.201**	**64.346**
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(30.232)	(55.192)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(56.601)	(30.309)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**157.368**	**(21.155)**
Atividades de investimento		
Adições de ativo contratual	(163.146)	(104.005)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	**(163.146)**	**(104.005)**
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	300.389	413.389
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(311.263)	(136.339)
Liquidação de operações com derivativos	733	(3.921)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	–	(45.770)
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	–	(47.280)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	**(10.141)**	**180.079**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(15.919)**	**54.919**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**72.892**	**17.974**
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**56.974**	**72.892**

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2019	2018
1 - Receita	**1.751.510**	**1.678.739**
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.595.099	1.566.104
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	161.103	114.669
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.692)	(2.034)
2 - (–) Insumos adquiridos de terceiros	**(1.028.595)**	**(946.336)**
2.1 Custo com energia elétrica	(772.585)	(746.822)
2.2 Material	(118.681)	(82.580)
2.3 Serviços de terceiros	(96.523)	(89.611)
2.4 Outros	(40.805)	(27.322)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	**722.915**	**732.403**
4 - Retenções	**(50.923)**	**(45.532)**
4.1 Amortização	(50.923)	(45.532)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	**671.992**	**686.871**
6 - Valor adicionado recebido em transferência	**34.135**	**28.154**
6.1 Receitas financeiras	34.135	28.154
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	**706.127**	**715.025**
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	**53.850**	**53.613**
8.1.1 Remuneração direta	33.763	31.982
8.1.2 Benefícios	17.912	19.506
8.1.3 F.G.T.S	2.176	2.125
8.2 Impostos, taxas e contribuições	**506.506**	**538.260**
8.2.1 Federais	253.195	305.544
8.2.2 Estaduais	253.095	232.538
8.2.3 Municipais	216	178
8.3 Remuneração de capital de terceiros	**44.543**	**41.962**
8.3.1 Juros	43.759	41.239
8.3.2 Aluguéis	784	723
8.4 Remuneração de capital próprio	**101.228**	**81.191**
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	24.198	22.541
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	3.473	–
8.4.3 Lucros retidos	73.557	58.650
	706.127	715.025

Governo deve criar corredores estratégicos para agronegócio

Mauro Zafalon

SÃO PAULO O Ministério da Agricultura deverá projetar corredores estratégicos para proteger as atividades essenciais do setor de agronegócio, como exportações e a circulação de alimentos e de insumos básicos à agropecuária.

A decisão foi avaliada em reunião por videoconferência entre a ministra da Agricultura, Teresa Cristina, e a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras).

A criação desses corredores é essencial para a não interrupção do fluxo de produtos exportados pelo país, principalmente porque este é um dos períodos de maior intensidade das vendas externas de soja.

Além disso, a demanda chinesa por carnes está crescendo, após a retração do vírus no país asiático. Este é também um período de entrada, pelos portos brasileiros, dos insumos básicos para a próxima safra de soja.

A necessidade da criação desses corredores e da prioridade na circulação de alimentos no país foram destaques na coluna Vaivém das Commodities e em editorial de terça-feira (17) da **Folha**.

O ministério, que instalou um comitê de acompanhamento dos efeitos do coronavírus na agropecuária, avaliou outros eventuais problemas que possam afetar o setor.

Na reunião foram tratados assuntos relacionados à proibição de transporte de pessoas em ônibus, o que impediria a chegada de empregados às fábricas, e a ausência de contêineres refrigerados nos portos brasileiros.

Na área da defesa sanitária, a SDA (Secretaria de Defesa Agropecuária) deu diretrizes para que sejam mantidas a inspeção, a fiscalização e as auditorias programadas para este ano.

Essas atividades visam principalmente as ações relacionadas à vigilância internacional, inspeção em frigoríficos e controle de resíduos e análises laboratoriais.

A SDA determinou, ainda, que as chefias de divisões do setor deverão disponibilizar pessoal para atendimento esporádico das atividades de vigilância agropecuária.

O ministério suspende também o atendimento técnico presencial ao público nas áreas animal e vegetal na sede do Serviço de Vigilância Agropecuária Internacional de Santos.

Consumo de internet fixa sobe 40% em 3 dias

Teles temem que, se picos de acesso subirem mais, com iniciativas como aula em videoconferência, redes entrem em colapso

TEC

Julio Wiziack e Paula Soprana

BRASÍLIA E SÃO PAULO Em três dias de quarentena provocada pela onda de coronavírus no país, as operadoras de telefonia registraram um aumento médio de 40% no tráfego de banda larga fixa de sua rede.

Vivo, Claro, TIM e Oi passaram a atender mais clientes em casa ao logo do dia e verificaram picos de consumo até 15% maiores. Os picos, normalmente, só ocorrem pela manhã, quando as pessoas estão saindo de casa, e à noite, quando retornam. A preocupação é que atinjam pico entre 150% e 200%, o que provocaria a falência da rede.

Governadores de pelo menos cinco estados (SP, RJ, BA, AM e GO) e do Distrito Federal solicitaram às operadoras conexões mais potentes e exclusivas para que a rede pública e privada de ensino possa restabelecer o ritmo de aulas por meio de videoconferências.

Também pediram às gráficas responsáveis pelo material didático que criem aplicativos que permitam aos alunos realizar suas tarefas que serão corrigidas a distância pelos professores.

Iniciativas como essas vão criar mais tráfego nas residências. Normalmente, ao longo do dia, as conexões fixas residenciais operam com média de 80% de ociosidade quando pais e filhos estão no trabalho e na escola, respectivamente.

Desde segunda-feira (16), essas redes passaram a operar em sua capacidade plena e com picos de consumo cerca de 15% maiores.

De acordo com os técnicos das companhias, ainda é cedo para avaliar se haverá crescimento explosivo de dados consumindo muita capacidade da rede, mas, se seguirmos o padrão da Itália, será preciso tomar medidas de precaução.

Na Europa, as autoridades solicitaram que aplicativos, como Netflix, não permitissem o tráfego de vídeos em alta definição, o que sobrecarrega demasiadamente a rede. Um vídeo em alta definição exige 30% mais capacidade de transmissão do que no chamado padrão standard.

Na Itália, onde a quarentena se prolonga por mais tempo, o crescimento do consumo nas redes fixas (internet por fibra) dobrou, e o das redes móveis subiu 30%.

As operadoras acreditam que, no mínimo, os brasileiros devem repetir o padrão dos italianos. Por isso, os engenheiros de rede trabalham no redimensionamento das conexões.

Além disso, os executivos das empresas estão temerosos de que, a exemplo do que ocorreu na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, outros projetos de lei permitam a prestação gratuita do serviço.

Nesta quarta-feira (18), a Alerj aprovou um projeto que obriga as operadoras a fornecer gratuitamente acesso a aplicativos, sites e serviços de streaming (vídeos) até o fim do estado de calamidade.

Para eles, esse tipo de iniciativa quebra a rede porque promove um crescimento exponencial do consumo de vídeos, já que tudo passa a ser gratuito.

Para tentar se precaver, as operadoras pleiteiam no Ministério da Economia, a postergação até dezembro do pagamento de taxas e contribuições federais, como Fust, Fistel, Condecine. No total, são R$ 4,7 bilhões que vencem neste mês. Também querem o adiamento do pagamento das outorgas de telefonia.

Com esse dinheiro, pretendem turbinar a capacidade das redes para evitar um apagão caso a situação saia de controle.

O SindiTelebrasil, associação que representa as operadoras, informa que os Centros de Gerência das empresas estão permanentemente monitorando o uso das redes de acesso e transporte para garantir a conectividade e acesso a serviços digitais.

Esse monitoramento permite, se necessário, implementar rotinas de contingenciamento e redirecionamento de tráfego para mitigar eventuais situações de congestionamento.

A associação considera que a capacidade das redes de telecomunicações não é infinita, mas as empresas estão envidando todos os esforços para manter a segurança, a estabilidade e o funcionamento das redes e, até o momento, não foram identificados registros de problemas.

"É importante ressaltar que as prestadoras estão cumprindo todas as recomendações e orientações da OMS e das autoridades de saúde brasileiras e tomando desde a semana passada relevantes iniciativas no auxílio ao combate ao novo coronavírus como ações para ampliar o acesso aos serviços para os usuários, campanhas de informação à sociedade e políticas internas para preservar os funcionários das empresas."

O SindiTelebrasil diz ainda que as empresas se colocaram à disposição do governo e da Anatel para detalhar e discutir novas medidas complementares que se fizerem necessárias.

"Estamos vivendo um cenário imprevisível no qual temos que concentrar esforços na saúde das pessoas, na estabilidade da rede e na eficácia do atendimento compatível com a situação."

Operador na Bolsa de NY, que subiu puxada por otimismo com medidas de incentivo dos EUA e da Europa Lucas Jackson/Reuters

Fed vai oferecer até US$ 60 bi ao BC brasileiro

Larissa Garcia

BRASÍLIA O Fed, banco central dos Estados Unidos, anunciou nesta quinta (19) que vai oferecer linhas de swap de divisas —espécie de acordo de troca de moedas— com bancos centrais de nove países, incluindo o brasileiro. Cada país terá acesso a até US$ 60 bilhões por ao menos seis meses.

Com esse tipo de operação, o Fed tenta elevar a oferta de dólares (dar liquidez) em diferentes países, oferecendo mais segurança aos mercados. Em momentos de crise como a deflagrada pelo coronavírus, a demanda por dólares cresce, pressionando as cotações e elevando a volatilidade.

O Fed também anunciou nesta quinta acordos com México, Coreia do Sul, Singapura, Suécia, Dinamarca, Noruega, Nova Zelândia e Austrália.

No domingo (15), dentro do mesmo movimento, o Fed já havia reduzido os juros dessas linhas para alguns bancos centrais, como o Banco Central Europeu, o do Canadá e o da Inglaterra.

O BC disse, em nota, que a linha será utilizada para incrementar os fundos disponíveis para as operações de provisão de liquidez em dólares pela autoridade monetária.

A última vez que o Fed firmou esse tipo de acordo com o Brasil foi em outubro de 2008, durante a crise financeira global. À época, a linha, que expirou em 2010, não chegou a ser utilizada, mas serviu como um seguro.

Na quarta-feira (18), o BC anunciou que passará a fazer operações de compra com compromisso de revenda de títulos soberanos em dólar das instituições financeiras. No total, são US$ 31 bilhões do BC no mercado brasileiro. A última vez que o BC fez esse tipo de operação também foi em 2008.

Para Livio Ribeiro, pesquisador sênior da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre), a situação atual não é comparável à crise de 2008, mas à Segunda Guerra Mundial.

"Temos que entender que é um cenário completamente atípico. Estamos no momento pós-aversão ao risco, quando há necessidade de caixa tanto para pagamento de margem das perdas quanto para estoque. Por isso, é importante a provisão de liquidez em dólar no mundo", detalha.

Em dia de alívio, dólar cai para R$ 5,10, e Bolsa avança 2%

SÃO PAULO O mercado financeiro viveu um dia de alívio nesta quinta-feira (19). Depois de atingir novo recorde nominal de R$ 5,20 na véspera, o dólar cedeu 2%, a R$ 5,097.

Já a Bolsa brasileira subiu 2,15%, a 68.331 pontos, depois de despencar 10,35% na quarta (18).

O movimento foi fruto do otimismo com estímulos dos governos americano e europeu e da alta do petróleo.

O petróleo WTI, referência nos EUA, teve a maior alta diária da história, de 23,8%, a US$ 25,22. O Brent subiu 14,4%, a US$ 28,47.

O Dow Jones teve alta de 0,95%, o S&P 500, de 0,5%, e a Nasdaq, de 2,3%. **Júlia Moura**

Com Reuters

www.cpfl.com.br

cpfl sul geradora

Sul Geradora Participações S.A.

CNPJ nº 02.689.862/0001-07

Relatório da Administração

Senhores acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Sul Geradora Participações S.A. (Sul Geradora), uma sociedade constituída com objetivo de participar no capital de outras companhias, submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. A Companhia esclarece que não emitiu debêntures durante o exercício e que não emitiu ou recomprou debêntures anteriormente emitidas. Atualmente a Companhia não detém participação societária em outras sociedades.

Durante o exercício de 2019, não houve investimentos significativos efetuados pela Companhia.

A Companhia não apresenta Receita operacional, e o Prejuízo operacional foi de R$ 110, 23% superior ao prejuízo do exercício anterior.

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri

A Administração

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	4
Total do circulante	**1**	**4**
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	–	1
Intangível	5	7
Total do não circulante	**5**	**8**
Total do ativo	**6**	**12**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Fornecedores	7	8
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	1	–
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	152	47
Total do circulante	**160**	**56**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		
Capital social	1.000	17.218
Prejuízos acumulados	(1.154)	(17.262)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**(154)**	**(44)**
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**6**	**12**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**17.218**	**(17.177)**	**41**
Resultado abrangente total	**–**	**(85)**	**(85)**
Prejuízo do exercício	–	(85)	(85)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**17.218**	**(17.262)**	**(44)**
Resultado abrangente total	**–**	**(110)**	**(110)**
Prejuízo do exercício	–	(110)	(110)
Transações de capital com os acionistas	**(16.218)**	**16.218**	**–**
Redução de capital	(16.218)	16.218	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.000**	**(1.154)**	**(154)**

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
1 - (–) Insumos adquiridos de terceiros	**(97)**	**(82)**
1.1 Serviços de terceiros	(78)	(82)
1.2 Outros	(19)	–
2 - Valor adicionado bruto (1)	**(97)**	**(82)**
3 - Retenções	**(2)**	**(2)**
3.1 Depreciação e amortização	(2)	(2)
4 - Valor adicionado líquido gerado (2+3)	**(99)**	**(84)**
5 - Valor adicionado líquido a distribuir	**(99)**	**(84)**
6 - Distribuição do valor adicionado		
6.1 Impostos, taxas e contribuições	**2**	**–**
6.1.1 Federais	2	–
6.2 Remuneração de capital de terceiros	**9**	**1**
6.2.1 Juros	6	1
6.2.2 Aluguéis	3	–
6.3 Remuneração de capital próprio	**(110)**	**(85)**
6.3.1 Prejuízos absorvidos	(110)	(85)
	(99)	**(84)**

Demonstrações dos Resultados

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	**(103)**	**(84)**
Depreciação e amortização	(2)	(2)
Outras despesas gerais e administrativas	(101)	(82)
Resultado do serviço	**(103)**	**(84)**
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(8)	(1)
	(8)	**(1)**
Lucro antes dos tributos	**(110)**	**(85)**
Prejuízo líquido do exercício	**(110)**	**(85)**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(110)	(85)
Resultado abrangente do exercício	**(110)**	**(85)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro antes dos tributos	**(110)**	**(85)**
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	2	2
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	6	1
	(102)	**(83)**
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Tributos a compensar	1	1
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(1)	4
Outros tributos e contribuições sociais	(1)	–
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(103)**	**(78)**
Atividades de financiamentos		
Captações de mútuos com controladas e coligadas	106	–
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(6)	–
Operações de mútuo com a controladora	–	47
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	**100**	**47**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(3)**	**(31)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**4**	**35**
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**1**	**4**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI – Presidente
YUEHUI PAN – Vice presidente
EDUARDO DOS SANTOS SOARES – Conselheiro

DIRETORIA

RICARDO MOTOYAMA DE ALMEIDA – Diretor Presidente
YUEHUI PAN – Diretor
FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO – Diretor

CONTABILIDADE

LEANDRO FERNANDES PINTO - Coordenador de Serviços Contábeis - CRC SC-033378/O-1

Darien Participações Ltda.

CNPJ 13.055.057/0001-30 - NIRE 35.225.030.046

Extrato da Ata de Reunião dos Sócios realizada em 21.02.2020

Data, Hora, Local: 21.02.2020, às 14h, na sede social, Avenida Paulista, 2.100, São Paulo/SP. **Presença**: Totalidade do capital social. **Mesa**: Aleksander Seferjan Júnior - Presidente, Edson Marinelli - Secretário. **Deliberação Aprovada**: Reduzir o capital social no valor de R$3.102.032,00, passando de R$77.276.739,00 para R$74.174.707,00, com o consequente cancelamento de 3.102.032 quotas com valor nominal de R$1,00 cada uma, de propriedade da sócia Fremont Participações Ltda. mediante restituição em moeda corrente nacional, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, com a concordância da sócia da Investpar Participações Ltda. **Encerramento**: Nada mais. **Mesa**: Aleksander Seferjan Júnior - Presidente, Edson Marinelli - Secretário. **Sócios**: Fremont Participações Ltda. e Investpar Participações Ltda., ambas por seus Diretores, Aleksander Seferjan Júnior e Edson Marinelli.

Cooperativa de Consumo dos Magistrados - Magiscon

CNPJ: 04.318.858/0001-50

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

O Presidente da COOPERATIVA DE CONSUMO DOS MAGISTRADOS - MAGISCON convoca os 1.766 associados, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária que se realizará na sede da Cooperativa à Rua Tabatinguera, 140 loja 02 nesta cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no dia 31 de março de 2.020, obedecendo aos seguintes horários e "quorum" para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo o que determina o Estatuto Social: 01) em primeira convocação às 16:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de associados; 02) em segunda convocação às 17:00 horas, com a presença de metade e mais um do número total de associados; 03) em terceira e última convocação, às 18:00 horas, com a presença mínima de 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Prestação de contas do exercício de 2.019, compreendendo o Relatório de Gestão, Demonstração de Resultado do Exercício e Parecer do Conselho Fiscal; b) Destinação do resultado apurado no exercício; c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; d) Assuntos de interesse geral.

São Paulo, 20 de março de 2.020

Renato de Salles Abreu Filho - Presidente

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL - ABPA

CNPJ 19.908.104/0001-27

COMUNICADO - CANCELAMENTO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Comunicamos aos senhores associados da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL – ABPA,** o **cancelamento** da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Associação, que seria realizada no Hotel Address na R. Amauri, 513 - Itaim Bibi, São Paulo - SP, Espaço Itahy, no dia 15 de abril de 2020, às 9h, em primeira convocação ou às 9h30, em segunda convocação, **devido ao surto de Coronavírus (COVID-19) que ocorre no país**. Oportunamente faremos nova convocação em data a ser definida.

São Paulo, 19 de março de 2020.

Atenciosamente,

Leomar Luiz Somensi - Presidente do Conselho Diretivo

José Kalil S/A Participações e Empreendimentos

CNPJ/MF Nº 60.937.653/0001-23

Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da José Kalil S/A Participações e Empreendimentos a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 22 (vinte e dois) de abril de 2020, com início às 11 (onze) horas, na sede social, na Rua Professor Cesare Lombroso nº 259, Bairro Bom Retiro, nesta Capital, que tem a seguinte Ordem do Dia: **a)** Exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019; **b)** Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** Eleição da Diretoria e fixação dos respectivos honorários e deliberação quanto ao Conselho Fiscal; e **d)** Outros assuntos de interesse social. **João Carlos Piccelli-** Diretor-Presidente. **(18, 19 e 20/03/2020)**

Fundação Zerbini

CNPJ: 50.644.053/0001-13

Extrato de Contratos

Emenda Parlamentar Aníbal Diniz – Convênio 825156/2015 – Processo 2988/2019 – PP 027/2019. Objeto: Fibrobroncoscópio Pediátrico. Adquirente: Fundação Zerbini. Fornecedor: Olympus Optical do Brasil Ltda. CNPJ: 04.937.243/0001-01. Valor Total estimado R$ 50.000,00. Data de assinatura do Contrato: 12/03/2020-Vigência: até 28/08/2020 a contar do 1º dia útil seguinte da data de assinatura. **Emenda Parlamentar Luiza Erundina – Convênio 883408/2019 –** Processo 3093/2019 – PP 001/2020. Objeto: Central de Telemetria. Adquirente: Fundação Zerbini. Fornecedor: Nihon Kohden Brasil Importação, Exportação e Comércio de Equipamentos Médicos Ltda. CNPJ: 14.365.637/0001-96. Valor Total estimado R$ 249.900,00. Data de assinatura do Contrato: 12/03/2020-Vigência: até 22/08/2020 a contar do 1º dia útil seguinte da data de assinatura.

Valmir Oliveira e **Marcel Nascimento.**

J. Safra Holding S.A.

(atual denominação social da Filbert Participações S.A.) - CNPJ 24.990.603/0001-46 - NIRE 35.300.521.773

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, hora, local: 13.12.2019, 16:30hs, na sede social, Avenida Paulista, 2.100, São Paulo/SP. **Presença**: Totalidade dos membros. **Mesa**: Presidente: Carlos Alberto Vieira, Secretário: Hiromiti Mizusaki. **Deliberações aprovadas**: **(i)** tomar conhecimento do pedido de renúncia de ***João Carlos Chede*** (CPF 180.556.647-49), ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, ocorrida em 07.11.2019, conforme carta de renúncia, dispensada a sua transcrição, uma vez que será levada a registro juntamente com esta Ata para todos os efeitos; **(ii)** eleição, para o cargo de Diretor Presidente ***Silvio Aparecido de Carvalho***, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 3.293.653-9 SSP/SP, CPF 391.421.598-49, com domicílio São Paulo/SP. O Diretor ora eleito: **1)** terá prazo de mandato coincidente aos dos demais membros da Diretoria, vale dizer, até a 1ª RCA que se realizar após a AGO a realizar-se em 2021, estendendo-se até a posse dos Diretores que serão eleitos na referida Reunião; e **2)** o Diretor eleito foi empossado em seu cargo mediante assinatura do respectivo termo de posse, tendo declarado que não está impedido de exercer atividade mercantil; e **(iii)** ratificar a composição da Diretoria da Sociedade, com prazo de mandato até a 1ª RCA que se realizar após a AGO a realizar-se em 2021, estendendo-se até a posse dos Diretores que serão eleitos na referida Reunião, a saber: **Diretor Presidente: *Silvio Aparecido de Carvalho*,** brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 3.293.653-9 SSP/SP, CPF 391.421.598-49; **Diretores sem designação específica: *Aleksander Seferjan Júnior***, brasileiro, casado, físico, RG 8.361.111-3 SSP-SP, CPF 042.716.768-02; ***Augusto Francisco Filho***, brasileiro, casado, bancário, RG 5.949.286-7 SSP/SP, CPF 072.393.358-8; ***Dionysios Emmanuil Inglesis***, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 3.693.899-3 SSP/SP, CPF 030.889.648-36; e ***Edson Marinelli***, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 2.024.411-7 SSP/RJ, CPF 098.303.407-91, todos com domicílio São Paulo/SP. **Encerramento**: Nada mais, lavrou-se a ata. **Conselho de Administração**: Carlos Alberto Vieira- Presidente do Conselho de Administração. David Joseph Safra, Alberto Corsetti, Hiromiti Mizusaki e Sérgio Alexandre Penchas - Membros. JUCESP nº 136.483/20-3 em 13.03.2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Sesc/RS, torna pública, para conhecimento dos interessados, a realização da seguinte licitação:

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 048/2020
Objeto: prestação de serviços de receptivo no estado de São Paulo.
Início de recebimento de propostas: 20/03/2020 às 14h
Encerramento de propostas: 30/03/2020 às 9h
Início da disputa: 30/03/2020 às 9h30

Os editais poderão ser obtidos no site www.sesc-rs.com.br ou junto à Gerência de Materiais e Serviços, na Avenida Alberto Bins, nº 665 - 10º andar, em Porto Alegre/RS, de segunda a sexta-feira, a partir das 14h. Mais informações pelos telefones (51) 3284-2010, 3284-2018, 3284-2074, 3284-2085 e 3284-2089.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2º Registro de Imóveis de Joinville

Rua Orestes Guimarães, nº 538, Edifício Level Corporate — 2º andar, Bairro América, Joinville/SC
CEP: 89.204-060, e-mail: cartorio@2rijoinville.com.br- Fones: (47) 3027-6644 e 3026-7880 - www.2rijoinville.com.br.

Oficio n2. 543/2020.
Data: 12/03/2020.
Guia: 57.947.

Na qualidade de interina do 2° Registro de Imóveis de Joinville, SC, por intermédio da Oficial Substituta abaixo subscrita, conforme as atribuições delegadas pelo art. 26 da Lei 9.514/97, certifico que não foi efetuada a intimação de: **Regiane Siqueira Machado Vargas** conforme certidão de intimação expedida pelo Oficial do Registro de Títulos e documentos. Assim, deverá ser promovida a intimação por edital, publicado por três dias, pelo menos, em um dos jornais de major circulação local ou noutro de comarca de fácil acesso, se no local não houver imprensa diária, conforme minuta que segue abaixo:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Com base na Lei 9.514/97, fica a devedora fiduciante **Sra. Regiane Siqueira Machado Vargas** intimada a satisfazer a prestação vencida e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação, em virtude de Instrumento Particular de alienação fiduciária de imóvel (matricula 34.604) firmado em data de 27/01/2012 com Banco Itaú Unibanco S.A. Dessa forma procedo a intimação de Vossa Senhoria para que se dirija ao 2º Registro de Imóveis de Joinville, situado na Rua Orestes Guimaraes, nº 538, Edifício Level Corporate, 2º andar, América, neste município de Joinville, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 dias sob pens de consolidação da propriedade em nome do credor fiduciante.

Cledenisia Machado da Silva
Oficial Interina do 2º Registro de Imóveis de Joinville

Decorrido o prazo de que trata o § 1° do Art. 26-A da Lei 9.514/97 sem a purgação da mora, oficial do competente Registro de imóveis, certificando esse fato, promovera a averbação, na matricula do imóvel, da consolidação da propriedade em nome do fiduciário, a vista da prova do pagamento par este, do imposto de transmissão inter vivos e FRJ e, se for o caso, do laudêmio, acompanhados de requerimento firmado com firma reconhecida por autenticidade. Caso tenha sido garantida a obrigação, solicito comunicado a esta Serventia, para que se possa efetuar o cancelamento da referida intimação.

Atenciosamente,

Jessica Tassiane Marques Correa
Oficial Substituta

ELEKTRO REDES S.A.
CNPJ Nº 02.328.280/0001-97
NIRE Nº 35.300.153.570
RUA ARY ANTENOR DE SOUZA, 321 - JARDIM NOVA AMÉRICA - CAMPINAS/SP - CEP 13053-024

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A **ELEKTRO Redes S.A.**, empresa responsável pelos serviços de distribuição de energia em 223 municípios do estado de São Paulo e 05 municípios no estado de Mato Grosso do Sul, em observância às normas veiculadas em seu Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, Terceira Subcláusula da Cláusula Sexta, e na Resolução nº 830/2018 - ANEEL, de 23/10/2018, comunica que se encontra na home page da ELEKTRO - www.elektro.com.br os arquivos em que constam os resultados dos projetos de eficiência energética concluídos em 2019 e os que estão em implementação em 2020, todos instituídos pela Lei Federal nº 9.991/2000. A presente audiência tem o objetivo de prestar contas dos resultados alcançados aos consumidores, agentes do setor de energia elétrica e demais interessados, e proporcionar condições para que todos possam enviar sugestões para os novos projetos. Para tanto, as contribuições podem ser encaminhadas para o endereço eletrônico: eficiencia@neoenergia.com ou endereço postal: Rua Ary Antenor de Souza, 321- Jardim Nova América - Campinas/SP - CEP 13053-024.

TECNISA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 08.065.557/0001-12 - NIRE 35.300.331.613 - CVM nº 02043-5

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 23 de Abril de 2020

O conselho de administração da **Tecnisa S.A.** ("Companhia") vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos artigos 3º e 5º da Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada ("ICVM 481/09"), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral ordinária e extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 23 de abril de 2020, às 10h30, na sede da Companhia, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) as contas dos administradores e o relatório de administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (iii) a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (iv) a fixação do número de membros do Conselho de Administração; (v) a dispensa de candidato ao Conselho de Administração de requisitos previstos nos termos do artigo 147 da Lei das S.A.; (vi) a eleição dos membros do Conselho de Administração; (vii) a caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração; (viii) fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2020; e **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) o Segundo Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia; (ii) o grupamento das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 10 (dez) ações para formar 1 ação, sem alteração do valor do capital social; (iii) a alteração dos artigos 5º, *caput*, e 6º, *caput*, do Estatuto da Companhia, para ajustar, respectivamente, o valor do capital social e o número de ações ordinárias representativas do capital social, e o limite do capital autorizado; (iv) a alteração do artigo 19, XVIII, do Estatuto Social, para indicar que compete à assembleia geral aprovar planos para outorga de opção de compra de ações; (v) a alteração da composição, organização e competência dos membros da Diretoria da Companhia, com a consequente alteração dos artigos 20, *caput*, 22, IV, e 24, e inclusão do artigo 23, VIII, do Estatuto Social, com a consequente renumeração; e (vi) autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 126, da Lei das S.A., e do artigo 10, § 4º do Estatuto Social da Companhia, e em linha com as orientações constantes do item 12.2 do Formulário de Referência, para participar da Assembleia Geral os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos: (a) documento de identidade e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (b) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia Geral; (c) instrumento de outorga de poderes de representação com reconhecimento de firma do outorgante, em caso de participação por meio de representante; e (d) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. O representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, § 1º e § 2º do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. Vale destacar que (a) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1º da Lei das S.A.; e (b) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, j. 4.11.14). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), devem ser legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Conforme previsto no §1º do artigo 141 da Lei das S.A., no artigo 4º da ICVM 481/2009 e nos artigos 1º e 3º da Instrução CVM 165/1991, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social com direito a voto requerer, por meio de notificação escrita entregue à Companhia até 48 horas antes da Assembleia, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do conselho de administração. No cálculo do percentual necessário para requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo as ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria devem ser excluídas (Processos CVM RJ2013/4386 e RJ2013/4607, julgado em 04.11.2014). Para fins de melhor organização da Assembleia Geral, a Companhia solicita, nos termos do § 4º do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, o depósito prévio dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores. Cópia da documentação poderá ser encaminhada para o e-mail ri@tecnisa.com.br. Ressalta-se que os acionistas poderão participar da Assembleia Geral ainda que não realizem o depósito prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos na abertura da Assembleia Geral, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da ICVM 481/09 e no § 5º do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e na página eletrônica da Companhia na rede mundial de computadores (www.tecnisa.com.br/ri), tendo os mesmos sido enviados à CVM (www.cvm.gov.br) e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). São Paulo, 18 de março de 2020. **Ricardo Barbosa Leonardos** - Presidente do Conselho de Administração.

IBRA IMOB SMLL INDX IGCT ITAG IGC

COMUNICADO OI AOS CLIENTES

A Oi S/A, em Recuperação Judicial, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na Região II do Plano Geral de Outorga, exceto setores 20 (Londrina e Tamarana no PR), 22 (Paranaíba no MS) e 25 (Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Itumbiara, Paranaiguara e São Simão em GO) do Plano Geral de Outorga - PGO, comunica aos seus clientes e interessados os novos valores promocionais a serem praticados para o Plano Alternativo Conta Completa na modalidade local, nº 112 na Anatel, que entram em vigor a partir do dia 20 de abril de 2020.

1) Pacote 1 - Chamadas Locais Fixo-Fixo

Valor Mensal por Terminal (Terminal Não Residencial e Tronco)	Valores em Reais, com tributos inclusos, válidos para as filiais:									
	ACRE	DISTRITO FEDERAL	GOIÁS	MATO GROSSO DO SUL	MATO GROSSO	PARANÁ	RONDÔNIA	RIO GRANDE DO SUL	SANTA CATARINA	TOCANTINS
SEM FRANQUIA	R$ 83,10	R$ 90,92	R$ 92,27	R$ 88,03	R$ 89,61	R$ 88,03	R$ 96,64	R$ 82,25	R$ 79,08	R$ 92,27
200 MINUTOS	R$ 98,11	R$ 107,28	R$ 108,87	R$ 106,06	R$ 105,73	R$ 103,93	R$ 114,10	R$ 97,97	R$ 94,11	R$ 108,87
400 MINUTOS	R$ 115,52	R$ 120,59	R$ 122,38	R$ 122,38	R$ 118,85	R$ 122,38	R$ 134,35	R$ 113,77	R$ 109,41	R$ 122,38
500 MINUTOS	R$ 124,06	R$ 129,51	R$ 131,43	R$ 131,43	R$ 127,64	R$ 131,43	R$ 144,28	R$ 129,52	R$ 120,44	R$ 131,43
600 MINUTOS	R$ 132,86	R$ 138,69	R$ 140,75	R$ 140,75	R$ 136,69	R$ 138,63	R$ 154,51	R$ 132,04	R$ 124,80	R$ 140,75
800 MINUTOS	R$ 145,33	R$ 153,80	R$ 156,09	R$ 156,09	R$ 151,58	R$ 153,96	R$ 169,02	R$ 146,41	R$ 140,17	R$ 156,09
1.000 MINUTOS	R$ 158,77	R$ 169,32	R$ 171,83	R$ 168,20	R$ 166,87	R$ 168,20	R$ 184,65	R$ 161,50	R$ 153,62	R$ 171,83
2.000 MINUTOS	R$ 232,82	R$ 246,44	R$ 250,10	R$ 246,65	R$ 242,89	R$ 246,65	R$ 270,77	R$ 239,59	R$ 226,27	R$ 250,10
3.000 MINUTOS	R$ 304,15	R$ 322,84	R$ 327,64	R$ 322,22	R$ 318,19	R$ 322,22	R$ 353,73	R$ 317,84	R$ 298,76	R$ 327,64
4.000 MINUTOS	R$ 376,25	R$ 398,21	R$ 404,12	R$ 400,94	R$ 392,47	R$ 398,59	R$ 437,57	R$ 395,38	R$ 372,45	R$ 404,12
6.000 MINUTOS	R$ 520,77	R$ 545,72	R$ 553,82	R$ 551,70	R$ 537,85	R$ 551,70	R$ 605,65	R$ 550,82	R$ 512,22	R$ 553,82
8.000 MINUTOS	R$ 665,47	R$ 694,67	R$ 704,99	R$ 704,99	R$ 691,20	R$ 704,99	R$ 773,94	R$ 706,30	R$ 665,47	R$ 704,99
12.000 MINUTOS	R$ 954,95	R$ 996,86	R$ 1.011,67	R$ 1.011,67	R$ 982,49	R$ 1.011,67	R$ 1.110,61	R$ 1.026,91	R$ 954,95	R$ 1.011,67
16.000 MINUTOS	R$ 1.243,39	R$ 1.297,96	R$ 1.317,24	R$ 1.317,24	R$ 1.279,25	R$ 1.317,24	R$ 1.446,06	R$ 1.337,09	R$ 1.243,39	R$ 1.317,24
20.000 MINUTOS	R$ 1.530,37	R$ 1.597,53	R$ 1.621,26	R$ 1.621,26	R$ 1.574,50	R$ 1.621,26	R$ 1.779,82	R$ 1.645,69	R$ 1.530,37	R$ 1.621,26

Observações:
1) Valores em reais, com tributos inclusos.
2) Os demais valores dos planos acima não divulgados nesse comunicado, permanecem inalterados. Qualquer alteração será previamente divulgada.
3) Caso haja ajuste na tributação será repassado ao cliente.

COMUNICADO OI AOS CLIENTES

A A Oi S/A, em Recuperação Judicial, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na Região II do Plano Geral de Outorga, exceto setores 20 (Londrina e Tamarana no PR), 22 (Paranaiba no MS) e 25 (Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Itumbiara, Paranaiguara e São Simão em GO) do Plano Geral de Outorga - PGO, comunica aos seus clientes e interessados os novos valores promocionais a serem praticados para o Plano Alternativo Conta Completa na modalidade local, nº 112 na Anatel, que entram em vigor a partir do dia 20 de abril de 2020.

1) Pacote 1 - Chamadas Locais Fixo-Fixo

Assinatura Mensal (Compartilhada entre o grupo de terminais)	Valores em Reais, com tributos inclusos, válidos para as filiais:									
	Acre	Distrito Federal	Goiás	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Paraná	Rondônia	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Tocantins
400 MINUTOS	R$ 175,61	R$ 183,31	R$ 186,04	R$ 186,04	R$ 180,67	R$ 186,04	R$ 204,23	R$ 188,84	R$ 175,61	R$ 186,04
800 MINUTOS	R$ 201,56	R$ 210,41	R$ 213,53	R$ 213,53	R$ 207,38	R$ 213,53	R$ 234,42	R$ 216,75	R$ 201,56	R$ 213,53
1.200 MINUTOS	R$ 293,06	R$ 305,92	R$ 310,46	R$ 310,46	R$ 301,51	R$ 310,46	R$ 340,83	R$ 315,14	R$ 293,06	R$ 310,46
2.000 MINUTOS	R$ 360,42	R$ 376,24	R$ 381,82	R$ 381,82	R$ 370,81	R$ 381,82	R$ 419,17	R$ 387,58	R$ 360,42	R$ 381,82
3.200 MINUTOS	R$ 500,53	R$ 522,50	R$ 530,26	R$ 530,26	R$ 514,96	R$ 530,26	R$ 582,11	R$ 538,24	R$ 500,53	R$ 530,26
4.000 MINUTOS	R$ 521,18	R$ 544,05	R$ 552,13	R$ 552,13	R$ 536,21	R$ 552,13	R$ 606,13	R$ 560,45	R$ 521,18	R$ 552,13
6.000 MINUTOS	R$ 731,77	R$ 763,88	R$ 775,23	R$ 775,23	R$ 752,87	R$ 775,23	R$ 851,05	R$ 786,91	R$ 731,77	R$ 775,23
8.000 MINUTOS	R$ 912,65	R$ 952,71	R$ 966,86	R$ 966,86	R$ 938,97	R$ 966,86	R$ 1.061,41	R$ 981,42	R$ 912,65	R$ 966,86
12.000 MINUTOS	R$ 1.349,53	R$ 1.408,76	R$ 1.429,68	R$ 1.429,68	R$ 1.388,45	R$ 1.429,68	R$ 1.569,50	R$ 1.451,22	R$ 1.349,53	R$ 1.429,68
16.000 MINUTOS	R$ 1.526,59	R$ 1.593,59	R$ 1.617,26	R$ 1.617,26	R$ 1.570,61	R$ 1.617,26	R$ 1.775,42	R$ 1.641,62	R$ 1.526,59	R$ 1.617,26
20.000 MINUTOS	R$ 1.792,74	R$ 1.871,42	R$ 1.899,21	R$ 1.899,21	R$ 1.844,44	R$ 1.899,21	R$ 2.084,95	R$ 1.927,83	R$ 1.792,74	R$ 1.899,21
24.000 MINUTOS	R$ 2.038,40	R$ 2.127,86	R$ 2.159,47	R$ 2.159,47	R$ 2.097,19	R$ 2.159,47	R$ 2.370,66	R$ 2.192,00	R$ 2.038,40	R$ 2.159,47
28.000 MINUTOS	R$ 2.280,49	R$ 2.380,57	R$ 2.415,93	R$ 2.415,93	R$ 2.346,26	R$ 2.415,93	R$ 2.652,21	R$ 2.452,33	R$ 2.280,49	R$ 2.415,93
32.000 MINUTOS	R$ 2.693,45	R$ 2.811,66	R$ 2.853,42	R$ 2.853,42	R$ 2.771,13	R$ 2.853,42	R$ 3.132,48	R$ 2.896,41	R$ 2.693,45	R$ 2.853,42
36.000 MINUTOS	R$ 2.815,91	R$ 2.939,50	R$ 2.983,15	R$ 2.983,15	R$ 2.897,12	R$ 2.983,15	R$ 3.274,90	R$ 3.028,10	R$ 2.815,91	R$ 2.983,15
40.000 MINUTOS	R$ 3.051,27	R$ 3.185,18	R$ 3.232,49	R$ 3.232,49	R$ 3.139,27	R$ 3.232,49	R$ 3.548,63	R$ 3.281,19	R$ 3.051,27	R$ 3.232,49
50.000 MINUTOS	R$ 3.663,70	R$ 3.824,49	R$ 3.881,29	R$ 3.881,29	R$ 3.769,36	R$ 3.881,29	R$ 4.260,88	R$ 3.939,77	R$ 3.663,70	R$ 3.881,29
60.000 MINUTOS	R$ 4.276,05	R$ 4.463,72	R$ 4.530,01	R$ 4.530,01	R$ 4.399,37	R$ 4.530,01	R$ 4.973,04	R$ 4.598,26	R$ 4.276,05	R$ 4.530,01

Observações:
1) Valores em reais, com tributos inclusos.
2) Os demais valores dos planos acima não divulgados nesse comunicado, permanecem inalterados. Qualquer alteração será previamente divulgada,
3) Caso haja ajuste na tributação será repassado ao cliente.

COMUNICADO OI AOS CLIENTES

A Oi (Telemar Norte Leste S/A), em Recuperação Judicial, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) na modalidade local na Região I do Plano Geral de Outorgas - PGO (exceto no Setor 3), comunica ao público em geral os novos valores máximos homologados de Assinatura do Plano Alternativo de Serviço para os estados listados abaixo. A vigência dos novos valores será a partir de do dia 20 de abril de 2020.

I - Valores máximos homologados
1 - Assinatura mensal não residencial
Valores em reais, com tributos inclusos

Estados	PA94 FALE 230 E NAV.S/ LIM.NRES	PA95 FALE 230 E NAV. NOITE NRES	PA102 FALE NAV.350 S/ LIM.NRES	PA104 FALE 350 E NAV. NOITE NRES	PA105 FALE 500 E NAV.S/ LIM.NRES	PA107 FALE 500 E NAV. NOITE NRES	PA110 FALE 1000 E NAV. NOITE NRES	PA153 FALE 1000 E NAV.S/L.NRES	PA162 OI FIXO CONTROLE-FRQ 100M NRES	PA124 PLAN. CONTROLE 120M NRES
AL	R$ 182,92	R$ 167,01	R$ 208,40	R$ 192,48	R$ 235,46	R$ 219,54	R$ 282,06	R$ 294,95	R$ 29,76	R$ 55,24
AM	R$ 184,92	R$ 171,82	R$ 206,22	R$ 193,11	R$ 235,70	R$ 219,33	R$ 281,35	R$ 294,62	R$ 28,47	R$ 55,24
AP	R$ 182,18	R$ 169,27	R$ 203,16	R$ 190,24	R$ 232,21	R$ 216,06	R$ 277,17	R$ 290,23	R$ 30,16	R$ 54,43
BA	R$ 177,57	R$ 162,11	R$ 202,30	R$ 186,85	R$ 228,57	R$ 213,10	R$ 273,80	R$ 286,31	R$ 28,47	R$ 53,63
CE	R$ 182,92	R$ 167,01	R$ 208,40	R$ 192,48	R$ 235,46	R$ 219,54	R$ 282,06	R$ 294,95	R$ 29,76	R$ 55,24
ES	R$ 171,97	R$ 159,78	R$ 191,77	R$ 179,58	R$ 219,19	R$ 203,95	R$ 261,63	R$ 273,96	R$ 28,47	R$ 51,38
MA	R$ 180,21	R$ 164,53	R$ 205,30	R$ 189,62	R$ 231,97	R$ 216,28	R$ 277,86	R$ 290,57	R$ 29,32	R$ 54,43
MG	R$ 176,92	R$ 164,38	R$ 197,30	R$ 184,76	R$ 225,51	R$ 209,84	R$ 269,17	R$ 281,87	R$ 29,29	R$ 52,86
PA	R$ 184,15	R$ 168,92	R$ 199,38	R$ 185,67	R$ 229,84	R$ 214,62	R$ 280,82	R$ 293,15	R$ 28,47	R$ 55,24
PB	R$ 184,15	R$ 168,92	R$ 199,38	R$ 185,67	R$ 229,84	R$ 214,62	R$ 280,82	R$ 293,15	R$ 28,47	R$ 55,24
PE	R$ 180,29	R$ 169,31	R$ 199,12	R$ 184,99	R$ 233,64	R$ 216,38	R$ 280,81	R$ 296,34	R$ 29,33	R$ 55,24
PI	R$ 184,92	R$ 171,82	R$ 206,22	R$ 193,12	R$ 235,70	R$ 219,33	R$ 281,35	R$ 294,62	R$ 30,62	R$ 55,24
RJ	R$ 192,74	R$ 176,79	R$ 208,67	R$ 194,33	R$ 240,57	R$ 224,62	R$ 293,91	R$ 306,82	R$ 29,80	R$ 57,81
RN	R$ 182,92	R$ 167,01	R$ 208,40	R$ 192,48	R$ 235,46	R$ 219,54	R$ 282,06	R$ 294,95	R$ 29,76	R$ 55,24
RR	R$ 171,97	R$ 159,78	R$ 191,77	R$ 179,58	R$ 219,19	R$ 203,95	R$ 261,63	R$ 273,96	R$ 28,47	R$ 51,38
SE	R$ 182,92	R$ 167,01	R$ 208,40	R$ 192,48	R$ 235,46	R$ 219,54	R$ 282,06	R$ 294,95	R$ 29,76	R$ 55,24

Observações:
1) Valores em reais, com tributos inclusos.
2) Os demais valores dos planos acima não divulgados nesse comunicado, permanecem inalterados. Qualquer alteração será previamente divulgada.
3) Caso haja ajuste na tributação será repassado ao cliente.

COMUNICADO OI AOS CLIENTES

A Oi S.A., em Recuperação Judicial, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na Região II do Plano Geral de Outorga, exceto setores 20 (Londrina e Tamarana no PR), 22 (Paranaíba no MS) e 25 (Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Itumbiara, Paranaiguara e São Simão em GO) do Plano Geral de Outorga - PGO, comunica aos seus clientes e interessados os novos valores máximos a serem praticados para os Planos Alternativos Sob Medida na modalidade Longa Distância Nacional, que entram em vigor a partir do dia 20 de abril de 2020.

1) Mensalidade (por grupo de terminais)

Franquia Mensal (Compartilhada entre o grupo de terminais)	Valores em Reais, com tributos inclusos, válidos para as filiais:									
	Acre	Distrito Federal	Goiás	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Paraná	Rondônia	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Tocantins
50 MINUTOS - PA* 100	R$ 35,31	R$ 36,86	R$ 37,40	R$ 37,40	R$ 36,32	R$ 37,40	R$ 41,06	R$ 37,97	R$ 35,31	R$ 37,40
100 MINUTOS - PA* 058	R$ 65,94	R$ 68,83	R$ 69,85	R$ 69,85	R$ 67,84	R$ 69,85	R$ 76,68	R$ 70,91	R$ 65,94	R$ 69,85
200 MINUTOS - PA* 059	R$ 131,90	R$ 137,69	R$ 139,74	R$ 139,74	R$ 135,71	R$ 139,74	R$ 153,40	R$ 141,84	R$ 131,90	R$ 139,74
250 MINUTOS - PA* 101	R$ 164,88	R$ 172,12	R$ 174,67	R$ 174,67	R$ 169,63	R$ 174,67	R$ 191,75	R$ 177,30	R$ 164,88	R$ 174,67
350 MINUTOS - PA* 102	R$ 222,59	R$ 232,36	R$ 235,81	R$ 235,81	R$ 229,01	R$ 235,81	R$ 258,88	R$ 239,37	R$ 222,59	R$ 235,81
500 MINUTOS - PA* 060	R$ 318,00	R$ 331,96	R$ 336,89	R$ 336,89	R$ 327,17	R$ 336,89	R$ 369,84	R$ 341,97	R$ 318,00	R$ 336,89
750 MINUTOS - PA* 103	R$ 585,25	R$ 610,94	R$ 620,01	R$ 620,01	R$ 602,13	R$ 620,01	R$ 680,65	R$ 629,35	R$ 585,25	R$ 620,01
1.000 MINUTOS - PA* 053	R$ 780,35	R$ 814,60	R$ 826,70	R$ 826,70	R$ 802,86	R$ 826,70	R$ 907,55	R$ 839,16	R$ 780,35	R$ 826,70
2.500 MINUTOS - PA* 054	R$ 1.875,93	R$ 1.958,26	R$ 1.987,34	R$ 1.987,34	R$ 1.930,03	R$ 1.987,34	R$ 2.181,70	R$ 2.017,28	R$ 1.875,93	R$ 1.987,34
7.500 MINUTOS - PA* 104	R$ 4.808,29	R$ 5.019,32	R$ 5.093,87	R$ 5.093,87	R$ 4.946,96	R$ 5.093,87	R$ 5.592,04	R$ 5.170,61	R$ 4.808,29	R$ 5.093,87
10.000 MINUTOS - PA* 056	R$ 6.143,93	R$ 6.413,57	R$ 6.508,83	R$ 6.508,83	R$ 6.321,12	R$ 6.508,83	R$ 7.145,39	R$ 6.606,89	R$ 6.143,93	R$ 6.508,83
13.000 MINUTOS - PA* 105	R$ 7.987,15	R$ 8.337,68	R$ 8.461,52	R$ 8.461,52	R$ 8.217,49	R$ 8.461,52	R$ 9.289,04	R$ 8.589,00	R$ 7.987,15	R$ 8.461,52
15.000 MINUTOS - PA* 084	R$ 9.215,93	R$ 9.620,39	R$ 9.763,28	R$ 9.763,28	R$ 9.481,71	R$ 9.763,28	R$ 10.718,11	R$ 9.910,37	R$ 9.215,93	R$ 9.763,28
20.000 MINUTOS - PA* 085	R$ 11.753,62	R$ 12.269,46	R$ 12.451,69	R$ 12.451,69	R$ 12.092,60	R$ 12.451,69	R$ 13.669,46	R$ 12.639,29	R$ 11.753,62	R$ 12.451,69
25.000 MINUTOS - PA* 086	R$ 14.692,07	R$ 15.336,87	R$ 15.564,66	R$ 15.564,66	R$ 15.115,79	R$ 15.564,66	R$ 17.086,87	R$ 15.799,16	R$ 14.692,07	R$ 15.564,66
30.000 MINUTOS - PA* 087	R$ 16.829,10	R$ 17.567,68	R$ 17.828,61	R$ 17.828,61	R$ 17.314,44	R$ 17.828,61	R$ 19.572,23	R$ 18.097,22	R$ 16.829,10	R$ 17.828,61
35.000 MINUTOS - PA* 106	R$ 19.633,97	R$ 20.495,66	R$ 20.800,07	R$ 20.800,07	R$ 20.200,21	R$ 20.800,07	R$ 22.834,30	R$ 21.113,45	R$ 19.633,97	R$ 20.800,07
40.000 MINUTOS - PA* 088	R$ 21.370,32	R$ 22.308,20	R$ 22.639,54	R$ 22.639,54	R$ 21.986,63	R$ 22.639,54	R$ 24.853,66	R$ 22.980,63	R$ 21.370,32	R$ 22.639,54
45.000 MINUTOS - PA* 107	R$ 24.041,57	R$ 25.096,70	R$ 25.469,45	R$ 25.469,45	R$ 24.734,93	R$ 25.469,45	R$ 27.960,33	R$ 25.853,17	R$ 24.041,57	R$ 25.469,45

* PA = Plano Alternativo de Serviço.

Observações:
1) Valores em reais, com tributos inclusos.
2) Os demais valores dos planos acima não divulgados nesse comunicado, permanecem inalterados. Qualquer alteração será previamente divulgada.
3) Caso haja ajuste na tributação será repassado ao cliente.

Banco KDB do Brasil

Banco KDB do Brasil S.A. | CNPJ nº 07.656.500/0001-25 **Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400 - 15º andar - Conjunto 152 - CEP 04538-132 - Itaim Bibi - São Paulo - SP - Brasil**

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco KDB do Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Circular nº 3.068/01 - BACEN:
O Banco KDB do Brasil S.A. declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R$13.341 mil, representando apenas 1,3% do total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

Perfil Institucional:
O Banco KDB do Brasil S.A. é uma subsidiária do The Korea Development Bank "KDB", instituição financeira do governo sul coreano. O KDB é o banco comercial líder no mercado financeiro coreano e exerce um papel fundamental no crescimento econômico e no avanço da indústria da Coreia.

Desempenho financeiro:
O total de ativos montou R$1.056.561 mil em 31 de dezembro de 2019. O lucro líquido do exercício foi de R$20.630. Com isso, o Patrimônio Líquido apresentou um aumento de 15% alcançando R$272.100 mil.

Índice da Basileia:
Em 31 de dezembro de 2019, o Índice de Basileia atingiu 157,21% superando 142,24% a soma dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal determinados pelo BACEN para 2019 (equivalente a 10,5%).

Agradecemos ao acionista e nossos clientes pela confiança e credibilidade e em especial aos nossos funcionários que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 13 de março de 2020

A Administração

Balanço Patrimonial
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	2019	2018
Circulante		**836.211**	**304.370**
Disponibilidades	4	**4.003**	**7.352**
Aplicações interfinanceiras de liquidez		**29.605**	**198.246**
Aplicações no mercado aberto	5	29.605	198.246
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		**793.305**	**70.385**
Carteira própria	6	716.305	59.579
Instrumentos financeiros derivativos	7	21.509	10.806
Vinculados à prestação de garantias	6	55.491	–
Relações interfinanceiras		**593**	**185**
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central do Brasil		593	185
Outros créditos		**8.559**	**28.071**
Carteira de câmbio	9	8.060	27.119
Rendas a receber		–	414
Diversos	10	499	538
Outros valores e bens		**146**	**131**
Despesas antecipadas		146	131
Realizável a Longo Prazo		**219.702**	**862.350**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		**219.203**	**861.890**
Carteira própria	6	219.203	809.278
Vinculados à prestação de garantias	6	–	52.612
Outros créditos		**499**	**460**
Diversos	10	499	460
Permanente		**648**	**888**
Investimentos		**5**	**5**
Outros investimentos		5	5
Imobilizado de uso	11.a	**643**	**804**
Outras imobilizações de uso		2.041	2.003
(Depreciações acumuladas)		(1.398)	(1.199)
Intangível	11.b	**–**	**79**
Outros ativos intangíveis		772	772
(Amortização acumulada)		(772)	(693)
TOTAL DO ATIVO		**1.056.561**	**1.167.608**

PASSIVO	Nota explicativa	2019	2018
Circulante		**777.787**	**708.418**
Depósitos	12	**86.753**	**12.633**
Depósitos à vista		38.985	10.584
Depósitos interfinanceiros		11.115	–
Depósitos a prazo		36.653	2.049
Obrigações por empréstimos e repasses	13	**672.158**	**646.719**
Empréstimos no exterior		672.158	646.719
Instrumentos financeiros derivativos	7	**1.606**	**4.202**
Instrumentos financeiros derivativos		1.606	4.202
Outras obrigações		**17.270**	**44.864**
Cobrança arrecadação de tributos e assemelhados		3	2
Carteira de câmbio	14.a	8.512	26.972
Sociais e estatutárias		264	360
Fiscais e previdenciárias	14.b	6.980	15.708
Diversas	14.c	1.511	1.822
Exigível a Longo Prazo		**6.674**	**207.177**
Depósitos	12	**6.095**	**206.185**
Depósitos a prazo		6.095	206.185
Outras obrigações		**579**	**992**
Fiscais e previdenciárias	14.b	58	512
Diversas	14.c	521	480
Resultado de Exercícios Futuros		**–**	**536**
Resultado de exercícios futuros		–	536
Patrimônio Líquido		**272.100**	**251.477**
Capital social:			
de domiciliados no exterior		552.891	552.891
Reserva de lucros		829	829
Ajustes de avaliação patrimonial		(67)	(60)
Prejuízos acumulados		(281.553)	(302.183)
TOTAL DO PASSIVO		**1.056.561**	**1.167.608**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de Resultados
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ações)

	Nota explicativa	2º semestre	2019	2018
Receitas da Intermediação Financeira		**68.641**	**100.433**	**221.642**
Operações de crédito		250	354	450
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		38.814	78.561	133.416
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		23.842	12.455	20.234
Resultado de operações de câmbio		5.735	9.063	67.542
Despesas da Intermediação Financeira		**(46.537)**	**(62.444)**	**(147.136)**
Operações de captações no mercado		(4.691)	(11.069)	(15.727)
Operações de empréstimos e repasses		(41.846)	(51.375)	(131.409)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**22.104**	**37.989**	**74.506**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(8.139)**	**(7.984)**	**(14.225)**
Receitas de prestação de serviços		1.407	2.304	1.962
Despesas de pessoal	21	(5.056)	(9.641)	(9.921)
Outras despesas administrativas	22	(3.477)	(6.222)	(6.633)
Despesas tributárias	23	(1.387)	(2.563)	(3.861)
Outras receitas operacionais	24	672	8.715	5.255
Outras despesas operacionais	25	(298)	(577)	(1.027)
Resultado Operacional		**13.965**	**30.005**	**60.281**
Resultado Não Operacional		**61**	**156**	**51**
Resultado antes da Tributação e Sobre o Lucro e Participações		**14.026**	**30.161**	**60.332**
Imposto de Renda e Contribuição Social		**(3.768)**	**(8.860)**	**(20.765)**
Provisão para imposto de renda		(3.389)	(5.790)	(11.216)
Provisão para contribuição social		(2.060)	(3.525)	(9.037)
Ativo fiscal diferido		1.681	455	(512)
Participações no Lucro		**(381)**	**(671)**	**(733)**
Lucro Líquido do Semestre/Exercícios		**9.877**	**20.630**	**38.834**
Lucro por Lote de Mil Ações - Em R$		0,02	0,04	0,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019

(Em milhares de reais - R$)

	Capital Social	Reserva de Lucros Legal	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**552.891**	**829**	**3.107**	**(341.017)**	**215.810**
MTM de títulos disponíveis para venda		–	(3.167)	–	(3.167)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	38.834	38.834
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**552.891**	**829**	**(60)**	**(302.183)**	**251.477**
MTM de títulos disponíveis para venda	–	–	(7)	–	(7)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	20.630	20.630
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**552.891**	**829**	**(67)**	**(281.553)**	**272.100**
Saldos em 30 de junho de 2019	**552.891**	**829**	**(180)**	**(291.430)**	**262.110**
MTM de títulos disponíveis para venda	–	–	113	–	113
Lucro líquido do semestre	–	–	–	9.877	9.877
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**552.891**	**829**	**(67)**	**(281.553)**	**272.100**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019

(Em milhares de reais - R$)

Atividades Operacionais	Nota explicativa	2º semestre	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido semestre/exercícios		9.877	20.630	38.834
Depreciações e amortizações	22	102	297	371
(Provisão) de processo trabalhista	24 e 25	13	40	483
Reversão de provisão para perdas com avais e fianças concedidos	24	(172)	(223)	(94)
Provisão para perdas com títulos privados	24 e 25	7	5	97
Ativo fiscal diferido		(1.681)	(455)	512
Lucro líquido ajustado		**8.146**	**20.294**	**40.203**
Variação de ativos e passivos:		**(221.317)**	**(217.691)**	**(287.964)**
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(101.864)	(82.867)	(284.147)
(Aumento) em relações interfinanceiras		(411)	(408)	(70)
(Aumento)/Redução em outros créditos		(1.522)	19.928	85.566
Redução/(Aumento) em outros valores e bens		38	(15)	(71)
(Redução) em depósitos		(123.898)	(125.970)	(4.695)
Aumento/(Redução) em outras obrigações		6.759	(27.823)	(84.067)
(Redução) em resultados de exercícios futuros		(419)	(536)	(480)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais		**(213.171)**	**(197.397)**	**(247.761)**
Atividades de Investimento				
(Aumento)/Redução em títulos mantidos até o vencimento		(354)	26	(9.261)
Aquisição de imobilizado de uso		(4)	(57)	(324)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		**(358)**	**(31)**	**(9.585)**
Atividades de Financiamento				
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		32.468	25.438	(18.250)
Caixa líquido proviniente/(aplicado) nas atividades de financiamento		**32.468**	**25.438**	**(18.250)**
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(181.061)**	**(171.990)**	**(275.596)**
Saldo no início do semestre/exercícios	4	214.669	205.598	481.194
Saldo no final do semestre/exercícios	4	33.608	33.608	205.598
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(181.061)**	**(171.990)**	**(275.596)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais - R$)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco KDB do Brasil S.A. (Banco) com sede em São Paulo, foi constituído em 7 de outubro de 2005, tendo obtido a autorização para funcionamento do Banco Central do Brasil em 18 de outubro de 2005, atua como banco múltiplo, realizando operações e serviços bancários por intermédio das carteiras comercial e de investimento, além da execução de operações no mercado de câmbio.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
b) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
c) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
d) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
f) CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
h) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; e
i) CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15. Na elaboração das demonstrações financeiras, certos valores são registrados por estimativa as quais são estabelecidas com a aplicação de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem o valor de realização dos ativos, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões para perdas sobre títulos e valores mobiliários, provisões judiciais, entre outros. A Administração do Banco revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua apuração. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 13 de março de 2020.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, sendo as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas diariamente até a data das demonstrações financeiras.

b. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo prazo das operações na data efetiva da sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez: Estão demonstrados no valor principal, atualizados com base no indexador contratado, quando for o caso acrescido de encargos e rendimentos decorridos.

d. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são classificados pela Administração de acordo com a intenção de negociação independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria estão sendo apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independentemente do prazo de vencimento;

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; e

(iii) Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

e. Instrumentos financeiros derivativos: De acordo com a Circular nº 3.082/02 e a Carta-Circular nº 3.026/02 do Banco Central do Brasil, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de "*swaps*" são contabilizados em conta de ativo e/ou passivo, respectivamente, apropriado como receita e/ou despesa "*pro rata*" dia até a data das demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do semestre/exercício. As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação. A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

f. Operações de crédito e provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa: As operações de crédito estão registradas pelo valor concedido acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras. Para as operações em atraso acima de sessenta dias o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento. As classificações estão de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira. Em consonância com os critérios da Resolução CMN 4.512/16, a provisão para garantias prestadas é constituída com base nos requerimentos estabelecidos na Resolução CMN 2.682/99.

g. Operações em moeda estrangeira: As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do exercício.

h. Ativos e passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo: Os ativos são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado. Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis dentro de 12 meses são classificados, respectivamente, no ativo e passivo circulante. Os Títulos e Valores Mobiliários classificados como títulos para negociação são classificados no Curto Prazo, independentemente de seu vencimento.

i. Imobilizado: O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, com base na vida útil estimada, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, equipamentos e instalações e 20% para sistemas de comunicação, processamento de dados, segurança e veículos.

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

k. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, com um adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente R$ 240 mil para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado à alíquota de 20% (vinte por cento), no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2019 conforme legislação fiscal em vigor. A partir de março de 2020, conforme Emenda Constitucional 103/19, a alíquota da Contribuição Social passará a ser de 20%. Os créditos tributários podem ser constituídos sobre prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e/ou ainda sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. Embora o Banco reúna todas as condições dispostas na Resolução CMN nº 3.059/02 e na Resolução CMN nº 3.355/06, a administração decidiu pelo não registro dos créditos tributários neste momento.

l. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para riscos são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta Circular nº 3.429/10 do Banco Central do Brasil, obedecendo aos seguintes critérios:

Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes - São classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.

Provisão para risco - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - Referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

m. Resultado de exercícios futuros: Resultados de exercícios futuros referem-se a comissões de prestações de fiança e são apropriados diariamente ao resultado até o vencimento dos contratos.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2019	2018
Disponibilidades	4.003	7.352
Aplicações em operações compromissadas	29.605	198.246
Total	**33.608**	**205.598**

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	2019	2018
Aplicações em operações compromissadas	29.605	198.246
Total	**29.605**	**198.246**

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Apresentamos a seguir a composição da carteira de títulos, por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento, ajustados aos respectivos valores de mercado:

a. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários:

Descrição	2019	2018
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	907.185	822.030
Debêntures	13.341	12.860
Aplicações em Títulos no Exterior (i)	12.101	31.139
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (ii)	2.881	2.828
Subtotal	**935.508**	**868.857**
Vinculadas à prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	55.491	52.612
Subtotal	**55.491**	**52.612**
Total	**990.999**	**921.469**

(i) As aplicações em títulos no exterior são compostas por títulos adquiridos no mercado secundário financeiro do exterior, no montante de R$12.101 (R$31.139 em 2018). (ii) Em 31 de dezembro de 2019, o valor da provisão para desvalorização das Cotas do Fundo FIDC Trendbank foi de R$40 (R$298 em 2018). O valor de mercado utilizado para ajuste dos títulos de renda fixa foi apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgados pela ANBIMA. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e os títulos privados estão custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Os títulos no exterior estão custodiados na Euroclear pelo Banco KDB London. O valor de mercado utilizado para ajuste dos títulos foi apurado com base no preço dos títulos, divulgados pela Bloomberg. Os valores de mercado das cotas dos fundos de investimento são apurados segundo modelo de precificação desenvolvido pelos seus Administradores e são divulgados diariamente para a CVM. Não houve reclassificação entre as categorias no semestre findo em 30 de junho de 2019.

b. Classificação por categorias e prazos:

Descrição	2019 Sem vencimento/ até 360 dias	2019 Acima de 360 dias	2019 Valor de mercado	2019 Valor de custo	2019 Ajuste de mercado (i)	2018 Valor de mercado
Disponíveis para venda						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	755.158	207.518	962.676	962.699	(23)	874.642
Agro Brasil e Precatórios FIDC Não Padronizado	–	2.834	2.834	2.834	–	2.563
FIDC Trendbank fomento	–	47	47	47	–	265
Aplicações em Títulos no Exterior	12.101	–	12.101	12.145	(44)	31.139
Mantidos até o vencimento						
Debêntures	4.537	8.804	13.341	13.341	–	12.860
Total	**771.796**	**219.203**	**990.999**	**991.066**	**(67)**	**921.469**

(i) Em 31 de dezembro de 2019, foram registrados ajustes ao valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, no montante de R$ (67) (R$ (60) em 2018), os quais foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários no montante de R$ (67) (R$ (60) em 2018).

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

i. Política de utilização: O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às necessidades de gerenciamento de riscos de mercado. Tais instrumentos financeiros derivativos não atendem aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Bacen.

ii. Gerenciamento: O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por taxas de juros locais, pré-fixada e dólar.

iii. Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado: Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Banco utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 S.A. Os instrumentos financeiros derivativos são segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento e os valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as posições dos instrumentos financeiros derivativos foram as seguintes:

a) Valores de diferencial a receber e a pagar:

Descrição	2019 Valor de mercado	2018 Valor de mercado
Swap - diferencial a receber	21.509	10.806
Swap - diferencial a pagar	(1.606)	(4.202)
Total *Swap*	**19.903**	**6.604**

b) Composição do valor de referência por vencimento:

Descrição	2019 Até 1 ano	2019 Total	2018 Total
Swap	619.364	619.364	571.471
Total	**619.364**	**619.364**	**571.471**

c) Composição por indexador:

Descrição	2019 Valor a receber	2019 Valor a pagar	2019 Valor de referência	2018 Valor a receber	2018 Valor a pagar	2018 Valor de referência
Operações de *Swap*						
Posição ativa	**21.509**	**(1.606)**	**619.364**	**10.806**	**(4.202)**	**571.471**
DOL x DI	21.509	(1.606)	619.364	10.806	(4.202)	571.471
DI x PRE	–	–	–	–	–	–
Total	**21.509**	**(1.606)**	**619.364**	**10.806**	**(4.202)**	**571.471**

d) Valor de referência por local de negociação:

Descrição	2019 Balcão (B3 S.A.)	2018 Balcão (B3 S.A.)
Operações de *swap*	619.364	571.471
Total	**619.364**	**571.471**

8 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

Não houve recuperação de créditos em 2019 e 2018.

9 OUTROS CRÉDITOS - CÂMBIO

Descrição	2019	2018
Câmbio comprado a liquidar	8.060	27.119
Total	**8.060**	**27.119**

10 OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Descrição	2019	2018
Pagamentos a ressarcir	482	465
Depósitos para caução de aluguel	450	450
Adiantamentos e antecipações salariais	17	74
Depósitos judiciais	49	9
Total	**998**	**998**
Curto prazo	499	538
Longo prazo	499	460

11 ATIVO PERMANENTE

a. Imobilizado:

Descrição	2019 Custo	2019 Depreciação acumulada	2019 Líquido	2018 Líquido
Instalações	188	(169)	19	21
Móveis e equipamentos de uso	300	(266)	34	43
Sistema de comunicação	431	(254)	177	161
Sistema de processamento de dados	499	(329)	170	224
Sistema de transporte	623	(380)	243	355
Total	**2.041**	**(1.398)**	**643**	**804**

b. Intangível:

Descrição	2019 Custo	2019 Amortização acumulada	2019 Líquido	2018 Líquido
Gastos com aquisição e desenvolvimentos logiciais	772	(772)	–	79
Total	**772**	**(772)**	**–**	**79**

12 DEPÓSITOS

	2019 Sem vencimento	2019 01 a 90 dias	2019 91 a 365 dias	2019 Acima de 1 ano	2019 Total	2018 Total
Depósitos à vista	38.985	–	–	–	38.985	10.584
Depósitos a prazo	–	583	36.070	6.095	42.748	208.234
Depósitos interfinanceiros	–	11.115	–	–	11.115	–
Total	**38.985**	**11.698**	**36.070**	**6.095**	**92.848**	**218.818**

13 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Descrição	2019	2018
Empréstimos no exterior	672.158	646.719
Total	**672.158**	**646.719**

São representadas por recursos captados no Banco The Korea Development Bank no valor principal de USD 165.000 incorrendo à variação cambial da respectiva moeda, acrescida de taxa de juros média 2,46% a.a. + LIBOR (em 2018 a taxa de juros média foi de 3,06% a.a. + LIBOR), com vencimentos em até 90 dias e até 1 ano.

14 OUTRAS OBRIGAÇÕES

a. Câmbio:

Descrição	2019	2018
Obrigações por compra de câmbio	8.512	26.972
Total	**8.512**	**26.972**

b. Fiscais e previdenciárias:

Descrição	2019	2018
Impostos e contribuições sobre o lucro	6.537	15.315
Provisão para impostos e contribuições diferidos	58	512
Impostos e contribuições sobre salários	297	281
Provisão para impostos - PIS, COFINS e ISS	134	95
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	12	17
Total	**7.038**	**16.220**
Curto prazo	6.980	15.708
Longo prazo	58	512

c. Diversas:

Descrição	2019	2018
Provisão a pagar sobre outras despesas administrativas	1.030	1.054
Provisão a pagar sobre 13º salário, férias e encargos	467	501
Provisão a pagar sobre outros	14	44
Provisão para riscos (nota 20)	521	480
Provisão para garantais prestadas (nota 26)	–	223
Total	**2.032**	**2.302**
Curto prazo	1.511	1.822
Longo prazo	521	480

15 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O quadro abaixo demonstra a apuração dos impostos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**29.490**	**59.599**
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	4.081	4.951
- Despesas indedutíveis	3.305	8.450
- Outros	776	(3.499)
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	(10.071)	(19.365)
Imposto de renda e contribuição social	**9.376**	**20.309**
Incentivos fiscais	(61)	(56)
Resultado de imposto de renda e da contribuição social	**9.315**	**20.253**

O total dos créditos tributários não registrados em 31 de dezembro de 2019 totalizam R$ 231.544 (R$ 241.549 em 2018). Os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não possuem prazos prescricionais e sua compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro.

16 PARTES RELACIONADAS

a. Partes relacionadas: As operações realizadas entre partes relacionadas estão representadas por:

Operações	Grau de relação	2019 Ativo/ (Passivo)	2019 Receitas/ (Despesas)	2018 Ativo/ (Passivo)	2018 Receitas/ (Despesas)
Depósitos à vista	Ligada	(447)	–	(57)	–
Depósitos a prazo	Ligada	(1.342)	(28)	(1.295)	(29)
Obrigações por empréstimos e repasses	Controlador	(672.158)	(51.375)	(646.719)	(131.409)

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração total do pessoal-chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 5.215 (R$ 3.737 em 2018), a qual é considerada benefício de curto prazo.

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R$552.891 e está dividido em ações ordinárias nominativas com valor nominal de R$1,00 (um real) cada.

b. Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Atualmente, o Banco não distribui dividendos e não constitui o montante de reserva legal em razão do registro de prejuízos acumulados.

18 GERENCIAMENTO DE RISCO

A Gestão de Riscos no Banco KDB do Brasil S.A. conta com quatro frentes de atuação: Gestão de risco de mercado, operacional, liquidez e crédito. A gestão de risco é efetuada por meio de políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio do Banco, que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

a) Risco de mercado - A Gestão de riscos de mercado implica no monitoramento e a revisão da exposição à variação cambial e taxas de juros relacionada às atividades de transferência de valores, por aprovar contrapartes, designar taxas de risco internas e estabelecer limites de remessas. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

b) Risco operacional - A natureza dos negócios do Banco KDB do Brasil S.A. é caracterizada por um pequeno número de operações diárias e depende de seus sistemas de processamento de dados e de tecnologias operacionais. A Gestão de risco operacional é uma importante ferramenta utilizada para sustentar e não interromper as operações em curso, assegurando a continuidade das atividades ainda que em situações adversas.

c) Risco de liquidez - É gerenciado de forma a manter a capacidade de liquidação das obrigações por pagamentos e retenção de ativos de alta qualidade e liquidez contra situações de crise e, portanto, estabelecer uma estrutura sólida tanto financeira quanto operacional. O Banco KDB do Brasil S.A. administra o risco de liquidez utilizando vários métodos tais como: descasamento de vencimentos, *stress tests* e etc.

d) Risco de crédito - Entende-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização do contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O Banco KDB do Brasil S.A. está preparado para identificar, mensurar, controlar e definir ações para mitigação dos riscos associados aos créditos, de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

19 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO - PRE

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência ("PR") compatível com os riscos de suas atividades. O Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.193/13, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência - PR, e entram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Esse índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

BASILEIA	2019	2018
Patrimônio de Referência Nível I	272.100	251.400
Capital Principal	272.100	251.400
Patrimônio Líquido	272.100	251.477
(–) Ajustes Prudenciais	–	(77)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR	**272.100**	**251.400**
ATIVO PONDERADO PELO RISCO - RWA	**172.499**	**199.186**
Risco de crédito	69.235	112.126
Risco de mercado	16.840	24.199
Risco operacional	86.425	62.861
ÍNDICE DA BASILEIA	**157,74%**	**126,21%**

O Banco KDB do Brasil S.A., de acordo com a Circular nº 3.678/13, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico www.bancokdb.com.br.

20 PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco responde a 1 processo de natureza trabalhista, classificado como provável, que foi provisionado pela Administração no montante de R$ 521 (R$ 480 em 2018).

21 DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º semestre	2019	2018
Pró-labore da diretoria	(2.893)	(5.215)	(3.737)
Proventos	(1.226)	(2.593)	(4.226)
Benefícios e treinamento	(498)	(975)	(987)
Encargos sociais	(413)	(787)	(909)
Remuneração de estagiários	(26)	(71)	(62)
Total	**(5.056)**	**(9.641)**	**(9.921)**

continua

Banco KDB do Brasil S.A. | CNPJ nº 07.656.500/0001-25

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400 - 15º andar - Conjunto 152 - CEP 04538-132 - Itaim Bibi - São Paulo - SP - Brasil

→☆ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais - R$)

22 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º semestre	2019	2018
Despesas de serviços técnicos especializados	(347)	(516)	(725)
Outras despesas administrativas indedutíveis	(600)	(600)	(628)
Aluguel	(627)	(1.254)	(1.358)
Processamento de dados	(608)	(1.073)	(956)
Serviços do sistema financeiro	(503)	(995)	(836)
Comunicação	(191)	(405)	(382)
Depreciação e amortização	(102)	(297)	(371)
Manutenção e conservação de bens	(35)	(63)	(178)
Condomínio	(138)	(273)	(261)
Despesas de viagens no país e exterior	(52)	(114)	(170)
Publicações e promoção relações públicas	(46)	(113)	(149)
Serviços de terceiros	(64)	(132)	(112)
Materiais para o escritório	(36)	(74)	(90)
Despesas de transportes	(14)	(63)	(96)
Água, energia e gás	(21)	(38)	(36)
Seguros	(13)	(32)	(30)
Serviços de segurança e vigilância	(1)	(2)	(31)
Outros	(79)	(178)	(224)
Total	**(3.477)**	**(6.222)**	**(6.633)**

23 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	2º semestre	2019	2018
COFINS	(1.104)	(1.934)	(3.083)
PIS	(179)	(314)	(501)
ISS	(100)	(162)	(144)
Impostos municipais e outros	(4)	(153)	(133)
Total	**(1.387)**	**(2.563)**	**(3.861)**

24 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre	2019	2018
Rendas de variação cambial positiva de operações passivas	–	7.029	2.666
Reversão de provisão de fundos de investimentos	190	341	1.484
Reversão de provisão de outras despesas administrativas	261	629	641
Reversão de provisão com avais e fianças concedido	172	223	94
Reversão de provisão para perdas com títulos privados	11	73	50
Recuperação de encargos e despesas	1	1	27
Reversão de outras receitas operacionais	37	43	33
Reversão de provisão de processo trabalhista	–	–	3
Reversão de provisão de PLR	–	307	257
Reversão de provisão de imposto de renda	–	69	–
Total	**672**	**8.715**	**5.255**

25 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre	2019	2018
Provisão de processos trabalhistas	(13)	(40)	(486)
Despesas com manutenção de conta no exterior	(213)	(389)	(325)
Provisão para perdas com títulos privados	(18)	(78)	(147)
Outras despesas operacionais	(54)	(70)	(47)
Juros e multas sobre recolhimento em atraso	–	–	(22)
Total	**(298)**	**(577)**	**(1.027)**

26 COMPROMISSOS E GARANTIAS

Descrição	2019	2018
Fianças e avais	–	22.518
Total	**–**	**22.518**

Em 31 de dezembro de 2019 foi efetuada uma reversão de provisão sobre carta de fiança no montante de R$ 223 (R$ 94 em 2018).

A Diretoria

Controller: Marcelo Ferreira Ubida - CRC 1SP 262447/O-9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

À Diretoria do
Banco KDB do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco KDB do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercícios findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco KDB do Brasil S.A. ("Banco") em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2020

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.
CRC-2 SP034519/O-6
Emerson Morelli
Contador - CRC-1 SP249401/O-4

Pedro Guimarães

Caixa não vai perder dinheiro com operações de socorro por coronavírus

Presidente do banco diz que carteira de crédito está bem protegida, mesmo com liberação de R$ 78 bi para conter efeitos da pandemia

ENTREVISTA

Julio wiziack

BRASÍLIA O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, afirmou que, mesmo liberando R$ 78 bilhões de crédito a mais para tentar conter os efeitos da crise causada pelo coronavírus, as perdas para o banco serão menores que 1%.

Em entrevista à **Folha**, Guimarães disse que os empréstimos, vigentes e novos, estão "muito bem protegidos" especialmente no caso das Santas Casas e hospitais filantrópicos, que vivem em uma situação financeira complicada e se tornarão epicentro do atendimento de contaminações pelo vírus na população de baixa renda.

*

Banco não faz filantropia. Ou, no caso da Caixa, haverá flexibilização para a oferta das linhas de crédito de ajuda à população e à economia? Somos o banco de todos os brasileiros, mas somos um banco. A Caixa é a instituição com mais folga de capital [índice de Basileia de 19%], temos centenas de bilhões de reais para colocar no mercado, mas faremos isso de acordo com a necessidade da economia e com a análise de crédito de cada tomador.

Como conceder mais R$ 3 bilhões para hospitais filantrópicos e Santas Casas à beira da calamidade financeira e não tomar prejuízo? Podemos e vamos emprestar para quem está em situação financeira complicada desde que nos apresentem garantias.

Foi um pedido especial de Jair Bolsonaro? Faço parte do grupo de trabalho criado pelo governo para conter os danos causados pelo vírus na saúde e na economia. Foi uma demanda [atendimento aos hospitais] que chegou ao grupo não só por meio da federação das Santas Casas mas também por meio de deputados.

Em muitos casos, caberá a essa rede atender os mais carentes. Esses hospitais estão presentes nos municípios mais afastados e que não têm, como nos hospitais maiores, estrutura financeira para lidar com os problemas. Muitos não atendem nem por plano.

Qual é a demanda desses hospitais, afinal? Nesse caso, haverá não só um aumento de recursos para novos empréstimos [R$ 3 bilhões] como redução de até 23% nas taxas de juros com carência de seis meses em contratos de dez anos.

Quem tem empréstimos com a Caixa pode trocar um pelo outro, dependendo da negociação. Mas o que isso significa? Com a diferença de taxas de juros e o prazo para começar a pagar de seis meses, esses benefícios, na prática, se traduzem em mais dinheiro no caixa dos hospitais para a compra de suprimentos ou ampliação de leitos para o atendimento de coronavírus.

Como são hospitais da rede SUS, esses empréstimos estarão garantidos pelos repasses do governo? Isso. Nossa carteira de crédito está muito bem protegida. Temos cerca de R$ 100 bilhões com financiamentos de projetos de infraestrutura que vão muito bem. De outros R$ 100 bilhões, a maior parte está com o consignado, com um risco muito baixo porque estão garantidos com os pagamentos de aposentadorias do INSS.

Anunciamos que vamos comprar até R$ 30 bilhões da carteira de crédito de bancos menores que estiverem em dificuldades.

Vamos atender prefeituras e governos que têm garantia do Tesouro. Eu diria que nosso risco é maior entre pequenas e médias empresas e, mesmo assim, inferior a 1% da carteira [menos de R$ 300 milhões].

Então, a ajuda solicitada pelo governo também funcionará como oportunidade de negócios? Além de ser um banco social, a Caixa, ao menos nessa gestão, tem forte conexão com os padrões técnicos. É o banco da matemática. Estamos nas duas pontas.

Ao mesmo tempo que prestamos os serviços operacionais de programas de governo fazemos negócios. Vamos, por exemplo, operacionalizar o pagamento dos vouchers para profissionais liberais (R$ 200), anunciados como ajuda para os informais.

Provavelmente, vamos usar nossa rede de lotéricas [isso gera remuneração ao banco]. Estamos analisando ainda. Pode ser via celular também. Recentemente, pagamos milhares de pessoas que tinham FGTS pra sacar via celular.

Em outra frente, desde 2019, começamos a migrar nossa carteira de crédito de grandes empresas para outros nichos, dando mais atenção para pequenas e médias.

Firmamos uma parceria com o Sebrae para detectar oportunidades [tanto para o banco quanto para as empresas]. Essas companhias estão presentes em todo o país, e a Caixa está em 5.500 municípios.

Vamos atender aos cooperados do agronegócio do Centro-Oeste, por exemplo, com a oferta de R$ 5 bilhões. Foi outro pedido que recebemos agora no meio dessa crise. Esse público, normalmente é atendido pelo Banco do Brasil.

Além dos R$ 30 bilhões em compra de carteira, a Caixa anunciou mais R$ 40 bilhões em linhas para capital de giro. Pequenos e médios são os mais carentes desse recurso e, no entanto, os que têm menos condições de conseguir. Como resolver esse impasse? Desde que apresentem recebíveis ou alguma outra garantia firme, vamos fazer. Não faremos nada que exponha o balanço do banco. Basta lembrar que, recentemente, vendemos R$ 8,5 bilhões que a Caixa tinha em ações da Petrobras para evitar uma perda de patrimônio de R$ 5 bilhões.

A carteira de crédito de pequenas e médias empresas da Caixa é de R$ 30 bilhões. Qual o peso do comércio e das empresas de serviços, os mais afetados pela crise? Esse grupo tem uma participação de R$ 9 bilhões nessa carteira e estamos trabalhando para ampliá-la. Anunciamos, por exemplo, uma redução de 45% nos juros para capital de giro como medida emergencial.

As medidas anunciadas pela Caixa têm impacto pequeno no banco, mas e se a crise aumentar? Estamos preparados para isso. Temos sobra de capital e, à medida que for preciso, podemos entrar com novos remédios. Podemos ampliar para 90 dias, 120 dias a pausa de pagamentos. O Banco Central liberou até 180 dias de prazo de postergação sem que o banco seja punido por isso. Nosso grupo tem reuniões diárias e tomaremos medidas reativas ou pró-ativas caso seja necessário.

Bruno Santos - 19.dez.19/Folhapress

Pedro Guimarães
Formado em economia pela PUC-RJ, mestre em economia pela FGV e doutor pela Universidade de Rochester (EUA), atuou por mais de 20 anos no mercado financeiro. Em sua última posição no setor privado antes de assumir a Caixa, era sócio do banco de investimentos Brasil Plural

+

Banco paralisa por dois meses cobrança de parcela de crédito e reduz juros

A Caixa anunciou redução de até 23% nos juros para empréstimos e concedeu pausa de dois meses no pagamento de contratos de crédito vigentes para pessoas físicas e empresas. A medida também vale para financiamentos habitacionais. Interessados em novos empréstimos terão taxa menor e carência de seis meses

www.paranapanema.com.br

PARANAPANEMA

PARANAPANEMA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79 - NIRE 29.300.030.155

D E M O N S T R A Ç Õ E S **F I N A N C E I R A S 2 0 1 9**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2019, o principal foco da Companhia foi o de aumentar a ocupação dos nossos principais ativos com a respectiva geração operacional de caixa e redução de seus ciclos operacionais. Podemos dizer que apenas a partir do 3º trimestre do ano tal movimento em seu conjunto veio a ocorrer. Neste sentido, o OEE (índice que mede o nível de eficiência/utilização da planta) registrado no ano pelo *smelter* foi de 61,81%, a maior marca desde 2016, e 20% superior ao registrado em 2018, 56,11%. Apesar da substancial melhora na nossa performance operacional, o planejamento de custos e despesas foi baseado em números de performances maiores, o que acarretou uma frustração nas margens operacionais da Companhia. A partir do 3º trimestre do ano, houve uma melhoria significativa na redução do capital de giro, baseada fortemente na melhoria do ciclo operacional que acabou resultando em uma geração positiva de caixa de R$230 milhões e fluxo de caixa livre de R$61 milhões no ano. Também, a partir desse último trimestre, a administração começou a rever e renegociar todos os contratos de prestação de serviços e de fornecimento de materiais, assim como as despesas gerais e administrativas, objetivando a busca de melhores resultados em 2020. O Prejuízo Líquido da Companhia foi de R$25,1 milhões, tendo em vista a reversão do IR Diferido no valor de R$206,8 milhões. Por outro lado, a Companhia reconheceu R$706,9 milhões decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado que questionavam a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. Houve a continuidade dos investimentos no valor anual total de R$169 milhões. Parte expressiva destes investimentos foram realizados no último trimestre na planta industrial localizada em Dias D'Ávila (BA), que passou por uma extensa Manutenção Programada, a qual foi concluída com sucesso em dezembro, dentro do cronograma esperado. Nossos colaboradores, com o apoio de cerca de 2000 funcionários terceirizados, realizaram atividades de manutenção, revisão e modernização das instalações de fundição, conversão, planta de ácido sulfúrico e de utilidades. Com as manutenções periódicas, a Companhia reitera seu compromisso em manter a integridade operacional de suas plantas industriais, visando à melhoria da produtividade, segurança e proteção do meio ambiente. Adicionalmente, a Companhia procurou ouvir seus colaboradores. Foi conduzida uma pesquisa de clima formal com uma consultoria especializada, e os resultados de favorabilidade foram superiores aos da última pesquisa realizada em 2016. Os resultados obtidos são importantes para entendermos quais aspectos devem ser celebrados e quais os pontos de atenção que deverão ser continuamente reforçados. O maior desafio da Companhia em 2020 será o de equalizar o perfil de sua dívida financeira. A partir de março de 2020, a Companhia vem tratando com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017) para alinhar o perfil da dívida com a sua futura geração de caixa. Neste contexto, a Companhia contratou a consultoria especializada Moelis & Company Assessoria Financeira Ltda. para aconselhá-la neste processo. Encontra-se em negociação um acordo de suspensão temporária de pagamentos das dívidas com referidos credores. O foco da atual Administração, que entrou na Companhia no 3º trimestre de 2019, está dedicada à continuidade de sua atividade operacional plena através de parcerias com fornecedores, bem como nas negociações envolvendo o perfil de sua dívida financeira. Em relação ao novo coronavírus (COVID-19), maiores informações podem ser encontradas nas notas explicativas (em Eventos Subsequentes).

DESEMPENHO OPERACIONAL

Volume de Produção Total
Tivemos a manutenção programada por 26 dias na planta de Dias D´Avilla, entre os meses de novembro e dezembro de 2019. Esta manutenção programada garantirá melhores níveis de produtividade em 2020. Decorrente desta parada tivemos uma redução no volume de produção, atingindo um total de 63 mil toneladas, redução de 20% de produção no trimestre quando comparado com o 4T18. Ainda assim o OEE médio no ano de 2019 foi de 61,81%, 20% superior quando comparado a 2018.

Produção de Cobre Primário (Cátodo)
No 4T19 tivemos redução de 26% na produção de cobre primário em relação ao 4T18, decorrente principalmente da Parada de manutenção preventiva.

Volume de Produção do Cobre Primário (mil ton)

Produtos de Cobre*
No 4T19 tivemos redução na produção de produtos de cobre em relação ao 4T18, conforme explicado anteriormente pela parada preventiva da planta.

Volume de Produção de Produtos de Cobre (mil ton)

Coprodutos
No 4T19 o volume de produção atingiu 109 mil toneladas, redução de 34% em relação ao 4T18, devido à manutenção preventiva na fábrica e redução da demanda de Escória Bruta no mercado de construção civil.
**Produtos de Cobre: Vergalhões, Fios, Barras, Perfis, Arames, Laminados, Tubos e Conexões.*

DESEMPENHO COMERCIAL

Volume de Vendas
O volume total vendido no 4T19 foi de 42,5 mil toneladas, redução de 15% em relação ao 4T18, como consequência da parada de manutenção.

Cobre Primário
No 4T19, houve redução de 34% na venda de cobre primário em relação ao 4T18, devido a parada programada de 26 dias no último trimestre

Volume de Cobre Primário (mil ton)

Produtos de Cobre
No 4T19 tivemos redução de 5% no volume de vendas em relação ao 4T18, motivo principal causado pela manutenção programada da fábrica. A redução de vendas menor no caso de produtos de cobre é decorrente da estratégia de atuação comercial da Paranapanema no Brasil em priorizar as vendas de produtos de maior valor agregado, como Fios e Vergalhões, em especial no mercado interno. Desta forma, os impactos em termos de volumes de vendas foram minimizados, permitindo a manutenção da participação de mercado que foi recuperada ao longo dos últimos anos.

Volume de Venda de Produtos de Cobre (mil ton)

Coprodutos
Coprodutos resultam do processo de transformação do Concentrado de Cobre em Cátodos. Os principais são o Ácido Sulfúrico e a Lama Anódica (material rico em metais preciosos tais como o Ouro e a prata). O Ácido Sulfúrico tem seu preço baseado na cotação na FMB *(Fertilizer Market Bulletin)* mais prêmios ou descontos conforme o mercado local e fretes, enquanto a Lama Anódica tem o preço definido em decorrência dos metais preciosos contidos. Os preços dos Coprodutos são referenciados em dólar. No 4T19 o volume disponível para venda foi de 110 mil toneladas, redução de 34% quando comparado ao 4T18, volume reduzido devido a Manutenção programada da fábrica.

DESEMPENHO ECONÔMICO

Receita Líquida

em R$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T18	4T19	Δ %
Cobre Primário	**375.753**	**255.854**	**-32%**
% das Receitas	28,6%	22,0%	-6,5 p.p.
Produtos de Cobre	**739.505**	**758.655**	**3%**
% das Receitas	56,2%	65,3%	9,1 p.p.
Coprodutos	**199.863**	**146.534**	**-27%**
% das Receitas	15,2%	12,6%	-2,6 p.p.
Receita Líquida Total	**1.315.121**	**1.161.043**	**-12%**
Mercado Interno [%]	39,4%	45,7%	6,3 p.p.
Mercado Externo [%]	59,5%	53,2%	-6,3 p.p.
Transformação [%]	1,0%	1,1%	0,0 p.p.

A Receita Líquida Total do 4T19 teve redução de 12% quando comparado com o 4T18, acompanhando a redução de produção e vendas referente ao trimestre com a parada programada de 26 dias. Em vista da estratégia da Companhia em focar em produtos de maior valor agregado houve um aumento no volume de vendas de produtos de cobre. Por fim, vale lembrar que a Receita Líquida da Companhia sofre o impacto negativo do *Other Comprehensive Income* - "OCI" (Ajuste de Avaliação Patrimonial), que corresponde ao efeito não monetário da variação cambial de 2015 diferida por conta de ajustes na contabilidade de *hedge* que impactou negativamente a Receita da Companhia em R$ 18,1milhões.

Lucro Bruto

em R$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T18	4T19	Δ %
Receita Líquida	**1.315.121**	**1.161.043**	**-12%**
CPV Total	**(1.206.455)**	**(1.201.639)**	**0%**
(-) Custo do Metal	(1.066.804)	(1.059.411)	**-1%**
(-) Custo de Transformação	(139.651)	(142.228)	**2%**
CPV Total/tonelada vendida [1]	24,2	28,3	**17%**
Custo do Metal/tonelada vendida [1]	21,4	24,9	**17%**
Custo de Transformação/tonelada vendida	2,8	3,3	**20%**
Lucro Bruto	**108.666**	**(40.596)**	**-137%**
% das Receitas	8,3%	-3,5%	-11,8 p.p.
TC/RC (redutor do custo do metal)	67.376	63.458	-6%
Prêmio	248.317	101.632	-59%
Prêmio/Receita Líquida [%]	18,9%	8,8%	-10,1 p.p.
Prêmio/tonelada vendida	4,98	2,39	-52%

[1] Custo Unitário: Os índices não incluem os custos/volumes de revenda de outras matérias-primas

A Companhia apresentou Prejuízo Bruto de R$40 milhões no 4T19 decorrentes dos principais eventos não relacionados a performance do exercício deste trimestre e/ou não recorrentes, tais como como operação de Revert e consumo de Soda Cáustica que juntos impactaram negativamente o lucro bruto em aproximadamente R$30 milhões, além do volume reduzido devido a Manutenção programada da fábrica.

Despesas Operacionais

em R$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T18	4T19	Δ %
Total de Despesas	**(63.930)**	**(22.637)**	**-65%**
Despesas com Vendas	(7.931)	(8.408)	**6%**
Despesas Gerais e Administrativas	(22.817)	(25.500)	**12%**
Outras Operacionais, Líquidas	(33.182)	11.271	**-134%**
Despesas Totais/Receita Líquida [%]	4,9%	2,3%	-2,6 p.p.
Despesas Recorrentes/Lucro Bruto [%]	19,2%	-18,0%	-37,2 p.p.
Despesas Recorrentes/tonelada vendida	0,42	0,83	99%
Principais itens - Outras Operacionais, Líquidas:			
Provisões contingências trabalhistas e fiscais	(925)	(9.562)	-934%
Provisões diversas	(1.195)	(1.594)	-33%
Ociosidade	(40.920)	(61.991)	-51%
Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS	0	85.876	n.a

As Despesas Operacionais no 4T19 foram positivamente impactadas por um evento não recorrente relativo a decisões favoráveis obtidas em favor de sociedade incorporada e da Companhia em ações judiciais que questionavam a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

EBITDA

	4T18	4T19	Δ %
Lucro Líquido	**32.671**	**(229.092)**	-801%
(+) Impostos	6.293	213.084	3.286%
(+) Resultado Financeiro Líquido	5.772	(47.225)	-918%
EBIT	**44.736**	**(63.233)**	**-241%**
(+) Depreciações e Amortizações	39.347	41.928	7%
EBITDA	**84.083**	**(21.305)**	**-125%**
% das Receitas	6,4%	-1,8%	-8,2 p.p.

Além dos impactos não recorrentes explicados sobre o Lucro Bruto, as Despesas Operacionais no 4T19 foram positivamente impactadas por um evento não recorrente, relativo a decisões favoráveis obtidas em favor de sociedade incorporada e da Companhia em ações judiciais que questionavam a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, resultando em EBITDA de R$ 21 milhões negativos no 4T19

Lucro Líquido
No 4T19, a Companhia apresentou um Prejuízo de R$229 milhões. Tivemos impactos não monetários da variação cambial sobre as dívidas de longo prazo, que totalizaram uma despesa financeira de R$80 milhões[1], impacto da baixa de IR Diferido no valor de R$206,8 milhões além da decisão favorável obtida em favor da empresa em ações judiciais referentes a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no valor total de R$114,6.

Geração de Caixa Operacional
No 4T19 a Geração de Caixa Operacional foi negativa de R$34,7 milhões, porém no ano de 2019 tivemos uma geração de caixa. A partir do 3º trimestre do ano, houve uma melhoria significativa na redução do capital de giro, baseada fortemente na melhoria do ciclo operacional que acabou resultando em uma geração positiva de caixa de R$230 milhões e fluxo de caixa livre de R$61 milhões no ano.

Caixa Operacional (R$ milhões)

Endividamento

em R$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
Empréstimos e Financiamentos Curto Prazo	136.188	267.279	338.088	508.617	572.369
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	2.037.787	1.866.900	1.797.800	1.754.808	1.660.310
Total Empréstimos com Bancos	**2.173.975**	**2.134.179**	**2.135.888**	**2.263.425**	**2.232.679**
Custos de transação - reperfilamento	(25.062)	(23.972)	(22.883)	(21.794)	(21.793)
Total de Empréstimos	**2.148.913**	**2.110.207**	**2.113.005**	**2.241.631**	**2.210.886**
Operações com forfaiting e cartas de crédito	66.914	79.775	112.904	131.701	85.641
Instrumentos Financeiros Derivativos Pa	26.449	75.678	30.900	25.207	49.381
Instrumentos Financeiros Derivativos At	(129.313)	(50.661)	(64.052)	(82.471)	(16.670)
Dívida bruta	**2.112.963**	**2.214.999**	**2.192.757**	**2.316.068**	**2.329.238**
Caixa e Equivalentes de Caixa	216.668	143.548	147.993	254.480	118.036
Aplicações Financeiras	45.556	22.860	20.310	25.612	25.029
Dívida Líquida	**1.850.739**	**2.048.591**	**2.024.454**	**2.035.976**	**2.186.173**
Dívida Curto Prazo (%)	**6%**	**12%**	**16%**	**22%**	**26%**
Dívida Longo Prazo (%)	**94%**	**88%**	**84%**	**78%**	**74%**
EBITDA LTM*	98.621	159.520	325.687	393.931	288.543
Dívida Líquida/EBITDA LTM	18,77x	12,84x	6,22x	5,17x	7,58x

* Last Twelve Months

O indicador medido através da relação Dívida Líquida/EBITDA apresentou uma importante melhoria em relação ao 4T18.

Não houve novas captações de longo prazo no período. O aumento da dívida no curto prazo é reflexo da transição de uma parte da dívida de longo prazo para curto prazo. Considerando o perfil da dívida atual, o prazo médio de endividamento teve uma redução se comparado ao 3T19, atualmente em 2,2 anos.

[1] Cerca de 95% da nossa dívida total é em dólar, dos quais 74% estão no longo prazo. É importante ressaltar que os efeitos da variação cambial sobre a dívida de longo prazo não devem ser compreendidos como uma exposição real da Companhia, uma vez que o caixa relativo a tais pagamentos será gerado em períodos futuros, quando as receitas também irão capturar tal valorização. Desta forma, sob a ótica do fluxo de caixa da Companhia, existe um hedge natural entre as receitas futuras e os pagamentos futuros de dívida.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Caixa e equivalentes de caixa	05	**102.266**	201.571	**118.036**	216.668
Aplicações financeiras	05	**6.631**	28.023	**11.717**	28.791
Contas a receber de clientes	06	**215.758**	771.700	**203.616**	665.589
Estoques	07	**1.012.434**	1.588.298	**1.014.982**	1.626.575
Impostos e contribuições a recuperar	08	**155.242**	90.228	**157.006**	101.742
Outros ativos circulantes	09	**47.699**	10.809	**48.000**	7.693
Instrumentos financeiros derivativos	28	**16.670**	129.313	**16.670**	129.313
Despesas antecipadas		**10.303**	10.274	**10.473**	10.789
Total do ativo circulante		**1.567.003**	2.830.216	**1.580.500**	2.787.160
Aplicações financeiras	05	**13.312**	16.765	**13.312**	16.765
Contas a receber de clientes	06	**-**	10	**-**	1.096
Impostos e contribuições a recuperar	08	**701.659**	122.400	**701.659**	122.400
Ativos mantidos para venda	10	**111.987**	112.745	**111.987**	112.745
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	**-**	164.785	**11.343**	177.395
Depósitos de demandas judiciais	09.2	**27.498**	32.309	**27.498**	32.309
Outros ativos não circulantes	09.1	**95.721**	83.953	**95.721**	83.953
Despesas antecipadas		**5.652**	9.669	**5.653**	9.669
		955.829	542.636	**967.173**	556.332
Direito de uso de Ativo	15	**23.190**	-	**23.457**	-
Investimentos	11	**24.623**	21.772	**-**	-
Outros investimentos		**2.418**	2.327	**2.418**	2.327
Ativo imobilizado	12	**1.285.642**	1.266.555	**1.286.475**	1.267.510
Ativo intangível	12	**10.063**	10.165	**10.063**	10.165
		1.345.936	1.300.819	**1.322.413**	1.280.002
Total do ativo não circulante		**2.301.765**	1.843.455	**2.289.586**	1.836.334
Total do ativo		**3.868.768**	4.673.671	**3.870.086**	4.623.494

PASSIVO	Notas	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fornecedores	13	**494.270**	1.308.257	**495.498**	1.257.987
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	**85.641**	66.914	**85.641**	66.914
Arrendamento mercantil	15	**12.157**	-	**12.335**	-
Empréstimos e financiamentos	16	**568.009**	131.829	**568.009**	131.829
Instrumentos financeiros derivativos	28	**49.381**	26.449	**49.381**	26.449
Salários e encargos sociais	17	**50.773**	59.902	**50.881**	60.061
Impostos e contribuições a recolher	18	**12.319**	9.691	**12.455**	11.139
Dividendos a pagar	20	**172**	26.274	**172**	26.274
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	**10.980**	192.515	**11.097**	193.122
Outros passivos circulantes	20	**70.919**	55.353	**70.561**	55.979
Total do passivo circulante		**1.354.621**	1.877.184	**1.356.030**	1.829.754
Fornecedores	13	**77**	-	**77**	-
Arrendamento mercantil	15	**12.185**	-	**12.289**	-
Empréstimos e financiamentos	16	**1.642.876**	2.017.084	**1.642.876**	2.017.084
Provisão para demandas judiciais	19	**191.910**	174.160	**191.910**	174.159
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.2	**45.508**	-	**45.508**	-
Provisão para patrimônio liquido negativo	11	**195**	2.746	**-**	-
Total do passivo não circulante		**1.892.751**	2.193.990	**1.892.660**	2.191.243
Total do passivo		**3.247.372**	4.071.174	**3.248.690**	4.020.997
Capital social	21.a	**2.069.566**	1.990.708	**2.069.566**	1.990.708
Debêntures conversíveis em ação	21.b	**25.787**	104.645	**25.787**	104.645
Custo de Capitalização		**(5.375)**	(5.375)	**(5.375)**	(5.375)
Ajuste de avaliação patrimonial	21.h	**(725.690)**	(761.490)	**(725.690)**	(761.490)
Ações em tesouraria		**(741)**	(741)	**(741)**	(741)
Prejuízos acumulados		**(742.151)**	(725.250)	**(742.151)**	(725.250)
Patrimônio líquido	21	**621.396**	602.497	**621.396**	602.497
Total do patrimônio líquido		**621.396**	602.497	**621.396**	602.497
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.868.768**	4.673.671	**3.870.086**	4.623.494
Valor patrimonial por ação - em reais (R$)		**14,32**	14,79		

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Debêntures conversìveis em ações	Custo de Capitalização	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio liquido consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017		**1.984.751**	**110.602**	**(5.375)**	**(741)**	**(414.356)**	**(786.359)**	**888.522**
Aumento de capital		**5.957**	**(5.957)**	-	-	-	-	-
Transações de capital com os sócios		**5.957**	**(5.957)**	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros liquido de tributos	21.h	-	-	-	-	-	**36.849**	**36.849**
Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	21.h	-	-	-	-	-	**499**	**499**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	**16.206**	**(16.206)**	-
Imposto s/ realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	**(3.727)**	**3.727**	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	**12.479**	**24.869**	**37.348**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	**(323.373)**	-	**(323.373)**
Saldo em 31 de dezembro de 2018		**1.990.708**	**104.645**	**(5.375)**	**(741)**	**(725.250)**	**(761.490)**	**602.497**
Aumento de capital	01	**78.858**	**(78.858)**	-	-	-	-	-
Transações de capital com os sócios		**78.858**	**(78.858)**	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros liquido de tributos	21.h	-	-	-	-	-	**43.790**	**43.790**
Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	21.h	-	-	-	-	-	**184**	**184**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	**10.899**	**(10.899)**	-
Imposto s/ realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	**(2.725)**	**2.725**	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	**8.174**	**35.800**	**43.974**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	**(25.075)**	-	**(25.075)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**2.069.566**	**25.787**	**(5.375)**	**(741)**	**(742.151)**	**(725.690)**	**621.396**

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto (prejuízo) lucro por ação)

	Notas	Controladora 2019	Controladora 2018 Reclassificado	Consolidado 2019	Consolidado 2018 Reclassificado
Receita líquida de vendas	22	**5.540.040**	5.092.330	**5.227.641**	4.765.777
Custo dos produtos vendidos	23	**(5.491.320)**	(4.837.369)	**(5.164.429)**	(4.495.172)
Lucro bruto		**48.720**	254.961	**63.212**	270.605
Despesas comerciais	23	**(27.536)**	(27.816)	**(29.620)**	(30.011)
Gerais e administrativas	23	**(84.990)**	(77.210)	**(86.581)**	(78.573)
Honorários da administração	11.4	**(8.231)**	(7.601)	**(8.232)**	(7.601)
Equivalência patrimonial	11.1	**2.456**	7.202	**-**	-
Participação dos empregados e administradores		**(7.876)**	(29.345)	**(7.938)**	(29.467)
Outras despesas	24	**(269.619)**	(237.409)	**(269.602)**	(231.815)
Outras receitas	24	**461.067**	58.889	**461.115**	57.286
Despesas operacionais		**65.271**	(313.290)	**59.142**	(320.181)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**113.991**	(58.329)	**122.354**	(49.576)
Despesas financeiras	25	**(674.085)**	(1.180.478)	**(706.745)**	(1.217.038)
Receitas financeiras	25	**745.312**	790.930	**770.885**	822.650
Lucro(prejuízo)antes do imposto de renda e contrib. social		**185.218**	(447.877)	**186.494**	(443.964)
Imposto de renda e contribuição social corrente	26.2	**-**	-	**(10)**	(1.424)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.2	**(210.293)**	124.504	**(211.559)**	122.015
Imposto de renda e contribuição social		**(210.293)**	124.504	**(211.569)**	120.591
Prejuízo do exercício		**(25.075)**	(323.373)	**(25.075)**	(323.373)
Prejuízo básico por ação ordinária em reais		**(0,61603)**	(7,97705)	**(0,61603)**	(7,97705)
Prejuízo diluído por ação ordinária em reais		**(0,60307)**	(7,33451)	**(0,60307)**	(7,33451)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora/Consolidado 2019	Controladora/Consolidado 2018
Prejuízo do exercício	**(25.075)**	(323.373)
Outros componentes do resultado abrangente, líquidos dos efeitos tributários		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	**43.974**	37.348
Hedge fluxo de caixa-Receita exportação ACC/PPE	**(133)**	2.168
Hedge fluxo de caixa-NDF receita de vendas	**46.796**	31.524
Hedge fluxo de caixa-Custo metal x Futuro bolsa	**(2.873)**	3.157
Ganhos var. camb. investimentos exterior	**184**	499
Total do resultado abrangente do exercício	**18.899**	(286.025)
Atribuível a		
Acionistas da Companhia	**18.899**	(286.025)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	**6.154.516**	5.628.915	**5.768.614**	5.201.731
Provisão de perda estimada de crédito liquidação duvidosa	**4.575**	(2.767)	**4.815**	(2.209)
Outras receitas	**458.871**	47.897	**458.919**	49.060
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui o valor dos impostos - ICMS e IPI)				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	**(5.191.759)**	(4.601.754)	**(5.020.256)**	(4.259.111)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(678.295)**	(563.750)	**(688.250)**	(584.911)
Valor adicionado bruto	**747.908**	508.541	**523.842**	404.560
Retenções				
Depreciação e amortização	**(152.204)**	(148.080)	**(152.326)**	(148.197)
Amortização direito de uso do ativo	**(13.695)**	360.461	**(13.863)**	256.363
Valor adicionado liquido	**582.009**		**357.653**	
Recebido de terceiros	-			
Resultado de equivalência	**2.456**	7.201	**-**	-
Receitas financeiras	**745.312**	790.930	**770.885**	822.650
Valor adicionado total a distribuir	**1.329.777**	1.158.592	**1.128.538**	1.079.013
Distribuição do valor adicionado	**1.329.777**	1.158.592	**1.128.538**	1.079.013
Pessoal e encargos	**235.368**	247.165	**237.057**	248.949
Impostos, taxas e contribuições	**433.207**	48.997	**196.852**	(69.687)
Juros e aluguéis	**686.277**	1.185.803	**719.704**	1.223.124
Prejuízo do exercício	**(25.075)**	(323.373)	**(25.075)**	(323.373)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

continua

continuação

PARANAPANEMA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79 - NIRE 29.300.030.155

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Provisão para perdas demandas judiciais	**48.009**	49.864	**48.009**	49.864
Ajuste a valor presente - clientes e fornecedores	**(3.402)**	(415)	**(6.617)**	(2.193)
Encargos financeiros	**204.836**	424.607	**205.029**	424.842
	572.737	175.691	**573.303**	178.565
(Acréscimo) decréscimo de ativos				
Contas a receber de clientes	**560.442**	(353.390)	**470.962**	(285.588)
Estoques	**574.630**	26.420	**610.359**	23.482
Impostos e contribuições a recuperar	**(642.187)**	(13.258)	**(633.430)**	(17.142)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Salários e encargos sociais	**(9.129)**	10.296	**(9.180)**	10.294
Instrumentos financeiros derivativos	**23.358**	(154.270)	**23.358**	(154.270)
Passivos relacionados a contratos de clientes	**(177.154)**	154.512	**(177.644)**	151.398
Outros passivos circulantes e não circulantes	**19.586**	5.358	**18.602**	6.543
Caixa gerado pelas operações	**227.528**	248.536	**230.132**	263.254
Imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	-	**(431)**	(1.424)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**227.528**	248.536	**229.701**	261.830

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Pagamento de Juros s/ empréstimos	**(124.396)**	(116.273)	**(124.396)**	(116.273)
Ingressos de arrendamento mercantil	**(9.397)**	-	**(9.524)**	-
Dividendos	**(27.447)**	-	**(27.447)**	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(179.635)**	(200.314)	**(179.762)**	(200.311)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(99.305)**	(142.107)	**(98.632)**	(128.883)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**201.571**	343.678	**216.668**	345.551
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**102.266**	201.571	**118.036**	216.668
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(99.305)**	(142.107)	**(98.632)**	(128.883)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

01. CONTEXTO OPERACIONAL

Paranapanema S.A. ("Paranapanema", "Controladora" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede social em Dias d'Ávila, no Estado da Bahia, na Via do Cobre, n° 3.700, área industrial Oeste, Complexo Petroquímico de Camaçari - COPEC. As ações da Paranapanema são listadas e negociadas no mais alto nível de governança corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão desde 1971, e dentro do segmento "Novo Mercado" desde 2012, sob o código PMAM3. A Companhia e suas Controladas desenvolvem atividades industriais nas áreas de transformação e beneficiamento de minérios, subprodutos e derivados deles resultantes, e na área da metalurgia, abrangendo produtos ferrosos e não ferrosos consistentes em laminados, extrudados, fundidos, manufaturados e semimanufaturados, peças e componentes industriais destinados ao mercado interno e à exportação. As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram preparadas mantendo-se o pressuposto de continuidade operacional baseado em um plano de negócios que contempla o fluxo de caixa projetado. Foram consideradas para as referidas projeções diversas premissas financeiras e de negócios, incluindo o reperfilamento da dívida financeira da Companhia, bem como otimização da capacidade instalada diluindo os custos fixos e otimizando a geração de caixa, intensificação das ações para a monetização de ativos não operacionais, redução do ciclo de conversão de caixa visando a controlar a necessidade de capital de giro e a redução de custos e despesas para alcançar a rentabilidade esperada no exercício de 2020. A Administração acredita que o plano de negócios apresentado seja adequado, dentro de premissas razoáveis para a sua concretização. O modelo de negócios da Paranapanema depende substancialmente de investimentos e financiamentos, obtidos por meio de captações de linhas de créditos bancários, antecipação de recebíveis, prazo de pagamento junto a seus fornecedores de matéria prima e financiamentos em geral. Após o processo de reestruturação concluído em 2017 e apesar de não ter tomado nenhuma linha de crédito adicional relevante, a Companhia vem demonstrando que gera caixa ano após ano, ainda que em níveis menores que seus compromissos financeiros exigem. Adicionalmente, a Companhia vem cumprindo os covenants financeiros e não financeiros estabelecidos no Acordo Global, que contempla as dívidas financeiras da Companhia, conforme descrito na Nota 16. Neste contexto, a Companhia está trabalhando para equalizar o perfil de sua dívida financeira. No primeiro trimestre de 2020, a Companhia vem tratando com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017) para alinhar o perfil da dívida da Companhia com a sua futura geração de caixa e necessidade de investimento. Encontra-se em negociação um acordo de suspensão temporária de pagamentos das dívidas que vencem em 2020 com referidos credores. Conforme fato relevante de 29 de março de 2019, a Companhia, em suas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas na mesma data, aprovou a proposta de grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, sem modificação do valor do capital social, nos termos do art. 12 da Lei n° 6.404/76. O grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, na proporção 17 (dezessete) ações ordinárias para 1 (uma) ação da mesma espécie, passaram a ser negociadas agrupadas a partir de 02 de maio de 2019. Entidades do grupo - "Controladas" A Companhia detém as seguintes participações societárias em suas Controladas diretas:

Controladas	2019	2018
CDPC-Centro de Distrib. de Produtos de Cobre Ltda	99,99%	99,99%
Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como principal objeto social a comercialização e distribuição de cobre, suas sobras e outros minérios, de suas ligas e dos produtos e subprodutos deles resultantes.		
Caraíba Incorporated Ltd. (*)	100,00%	100,00%
Empresa com sede nas Ilhas Caimã, constituída em 08 de julho de 2005.		
Paraibuna Agropecuária Ltda. (*)	99,98%	99,98%
Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como objeto social a exploração de atividades agropecuárias, pastoris, reflorestamentos e afins.		
Paranapanema Netherlands B.V.	100,00%	100,00%
Empresa com sede na cidade de Amsterdam, Holanda, constituída em 09 de abril de 2014		
Rio Negro Mineração e Com Ltda (*)	-	99,99%
Empresa encerrada em 02 de setembro de 2019		

02. BASE DE PREPARAÇÃO

A) Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) , e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA Individual e Consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Financeiras. A emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2020. ***B)*** Bases de mensuração: As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; • Os instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Estoques de metais objeto de *hedge* e mensurados pelo valor justo em reais por meio do resultado; • Terrenos, edificações e máquinas foram ajustados ao custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para IFRS/CPC. ***C)*** Moeda funcional e moeda de apresentação: As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***D)*** Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***E)*** Incertezas sobre premissas e estimativas contábeis críticas: As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas contábeis críticas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 08 - Impostos a recuperar: ações tomadas pela Companhia para realização dos créditos de ICMS; • Nota 12 - Imobilizado: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis e análise substantiva da vida útil; • Nota 19 - Provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Nota 26 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; • Nota 28 - Instrumentos Financeiros Derivativos: valor justo dos derivativos.

03. MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados ao valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis de hierarquia ao valor justo (nota 28.4). ***A)*** Contratos de câmbio a termo e *swaps* de taxas de juros: Os valores justos de contratos de câmbio a termo e de contratos de *swaps* de taxas de juros são baseados nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade por meio do desconto de fluxos de caixa futuros estimados, baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento similar apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Paranapanema, suas controladas e contraparte, quando apropriado. ***B)*** Estoques de metal: Os valores justos dos metais contidos dentro do estoque são marcados a mercado pelos preços em dólares dos respectivos metais na curva futura da *London Metal Exchange* ("LME") e *London Bullion Market Association* ("LBMA"). As variações dos preços futuros são refletidas no estoque em cada fase de produção considerando o prazo estimado que esse estoque será vendido. ***C)*** Outros passivos financeiros não derivativos: Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

04. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

A Companhia tem aplicado as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto referente as seguintes normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1° de janeiro de 2019: • IFRS 16 (CPC 06R2) Operações de arrendamento mercantil - A IFRS 16 estabelece que em todos os arrendamentos, com limitadas exceções, o arrendatário deve reconhecer um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos, mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um direito de uso correspondente ao ativo subjacente. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado, semelhante às regras de arrendamento financeiro segundo a IAS 17. A Companhia adotou a norma, a partir de 01 de janeiro de 2019, na transição simplificada e não reapresentou os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo objeto seja de até USD 5.000,00, mensurando o direito de uso do ativo de igual valor ao passivo de arrendamento ajustado ao valor presente, utilizando a taxa de custo médio ponderado de capital nacional, divulgado separadamente no Balanço Patrimonial. Na demonstração do fluxo de caixa os arrendamentos, antes classificados como atividades operacionais, passarão a ser considerados como atividades de financiamentos. A movimentação do exercício está demonstrada na Nota 15. Com base nas revisões dos contratos, demonstra no quadro abaixo os valores envolvidos na adoção inicial.

Saldos dos contratos em 01 de janeiro de 2019	Direito de Uso do Ativo	Passivo de Arrendamento	Ajuste a Valor Presente do Passivo	Vigência até
Locação Aindame + Montagem e Desmontagem	1.763	1.887	124	fev-20
Locação Caminhão Munck	502	535	33	jan-20
Locação Sala Comercial	1.177	1.480	303	mar-23
Locação de Empilhadeiras-BA	2.965	3.421	456	jul-21
Locação de Empilhadeiras-ES	118	151	33	ago-23
Locação de Empilhadeiras-RJ	435	502	67	jul-21
Locação de Empilhadeiras-SP	131	146	16	dez-20
Locação de Empilhadeiras-SP	4.211	5.384	1.172	jul-23
Locação de Guindastes-BA	910	978	68	mar-20
Locação de rádios de comunicação-BA	251	262	10	ago-23
Locação de veículos da Diretoria	585	680	96	set-21
Locação Plataformas Elevatórias-BA	715	772	57	abr-20
Locação de Equiptos p/ movimentacao Interna	20.947	24.591	3.644	nov-21
	34.710	40.789	6.079	

• IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro: Esclarece a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Tanto o IAS - 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro quanto a nova interpretação IFRIC 23 se aplicam somente ao Imposto de Renda e Contribuição Social. A IFRIC 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras. • As normas a seguir também foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2019, mas não tiveram impactos materiais: - IAS 12/CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro" - esclarece que os efeitos tributários (impostos sobre a renda) sobre distribuições de dividendos relacionados a instrumentos financeiros classificados no patrimônio líquido, devem seguir a classificação das transações ou eventos passados que geraram os lucros distribuíveis. Este requerimento é aplicável para todos os efeitos de imposto de renda relacionadas a dividendos, incluindo distribuições cujos tratamentos contábeis sejam similares a dividendos, como exemplo: juros sobre capital próprio. - IAS 23/CPC 20 - "Custos de Empréstimos": a alteração esclarece que, se um empréstimo específico permanecer em aberto após o correspondente ativo qualificável estar pronto para o uso ou venda (conforme o caso), ele se tornará parte dos empréstimos gerais para fins de determinação dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização em outros ativos qualificáveis, para os quais não existam empréstimos específicos. ***A)*** Base de consolidação: ***i.*** Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. ***ii.*** Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial: Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. ***iii.*** Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Somente a empresa controlada CDPC-Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. está em operação. A empresa Paranapanema Netherland B.V. teve operações de revenda no período de abril a outubro de 2019 e as demais empresas controladas estão inativas e os saldos são irrelevantes nas demonstrações financeiras. ***B)*** Moeda estrangeira: ***i.*** Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para Real, moeda funcional da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes: • Passivo financeiro designado como proteção (*hedge*) do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que a proteção (*hedge*) seja efetiva, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes; ou • Uma proteção (*hedge*) de fluxos de caixa que se qualifica, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes. ***ii.*** Operações no Exterior: Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. ***C)*** Instrumentos financeiros - C.1) Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os ativos financeiros ao custo amortizado inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado. I. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:: São ativos financeiros mantidos pela Companhia com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos. II. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:: São ativos financeiros mantidos pela Companhia tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. III. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:: Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Compreende o saldo das rubricas de instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos.C.1.2) Aplicações Financeiras e recebíveis: As aplicações financeiras e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis. ***i.*** Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros que possuem liquidez imediata ou em data inferior a 90 dias e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e são utilizados pela Companhia e suas Controladas na gestão das obrigações de curto prazo. ***ii.*** Aplicações Financeiras: Aplicações financeiras e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado. ***iii.*** Contas a receber, ajuste a valor presente e perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD): O contas a receber de clientes do mercado interno e externo estão ajustados a valor presente pela CDI e pela Libor, respectivamente. O saldo de clientes do mercado externo está convertido para reais com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. A política de vendas da Companhia e suas controladas se subordinam às normas de crédito fixadas pela Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, especialistas das áreas financeira e comercial avaliam e acompanham o risco dos clientes, de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial. A Companhia conta ainda com perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, demonstrado na Nota 6 de acordo com a norma IFRS 9 (CPC 48), mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais. C.2) Passivos financeiros não derivativos: A Companhia e suas controladas reconhecem inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar. Saldos bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia e suas controladas são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa. C.3) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge:* A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, preço das *commodities* (metal), e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se: • as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; • o instrumento separado com os mesmos termos do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado. No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, a Companhia documenta formalmente o relacionamento, a estratégia e os riscos entre os instrumentos e objetos de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quanto em uma base contínua, se existe a expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% - 125%. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos continuam sendo mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas conforme descrito abaixo. C.3.1) Hedges de fluxos de caixa: Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o valor acumulado mantido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o ativo não financeiro afeta o resultado. Caso o instrumento de *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, expire, ou seja, vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado. C.3.2) Derivativos embutidos separáveis: Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidas imediatamente no resultado. C.3.3) Hedges de Valor Justo: Quando o derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção do valor justo de um ativo ou passivo, a porção efetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida no resultado e pode ser alocada para ajustar o valor do ativo ou passivo objeto de *hedge* dependendo de sua natureza operacional ou financeira. A porção inefetiva da variação do valor justo do derivativo é reconhecida no resultado financeiro. Os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos derivativos negociadas em bolsas ativas (de mercadorias e futuros) são objeto de teste de efetividade retrospectivo e prospectivo respeitando os limites de 80% - 125% de efetividade para manter a relação de *hedge*. A marcação a mercado de derivativos usando preços futuros trazem a volatilidade de mercado futuro para o resultado da Companhia e os efeitos não devem ser considerados para medição de sua performance a menos que a política de gestão de risco permita especular com tais instrumentos derivativos, o que não é o caso da Companhia. C.3.4) Outros derivativos não mantidos para negociação: Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de *hedge* que se qualifique para a contabilização de *hedge*, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado. C.4) Capital social - C.4.1) Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo e juntamente com os juros sobre capital próprio somente estarão livres para desembolso quando a Companhia não tiver prejuízos acumulados. C.4.2) Debêntures conversíveis em ações São Debêntures que, conforme estabelecido na escritura de emissão, são mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia, representados de parcela de empréstimo contraído pela emitente com o investidor garantidos pelo ativo da Companhia visando investimento ou o financiamento de capital de giro. A emissão tem que ser autorizada pelo Conselho de Administração e deliberada em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"). ***D)*** Ativos Mantidos para Venda: Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo. Os ativos, ou o grupo de ativos, mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensuração, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados. ***E)*** Benefícios a empregados: ***i.*** Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ***ii.*** Planos de contribuição definida: As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. ***iii.*** Outros benefícios de longo prazo a empregados: A obrigação líquida do Grupo em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período. ***iv.*** Benefícios de término de vínculo empregatício: Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando o Grupo não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando o Grupo reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes. ***F)*** Imobilizado - Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes referentes a ganhos ou perdas decorrentes de *hedge* de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo imobilizado em moeda estrangeira. O *software* adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado. ***G)*** Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. ***H)*** Depreciação e amortização: Itens do ativo imobilizado e intangíveis são depreciados e amortizados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação ou amortização é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado e intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação ou amortização é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado e intangível para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

• Edificações	25 a 50 anos
• Máquinas e equipamentos	3-30 anos
• Veículos	5 anos
• Móveis e utensílios	5-10 anos
• Software	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. (veja Nota 12.2). ***I)*** Ativos intangíveis: ***i.*** Pesquisa e desenvolvimento: Gastos em atividades de pesquisa, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. ***ii.*** Outros ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. ***iii.*** Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***iv.*** Amortização: Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados, caso seja apropriado. ***J)*** Estoques: Os estoques são mensurados inicialmente pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é avaliado ao custo médio líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los à sua localização e condições atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. Ao final de cada mês, a porção do custo referente ao preço do metal é ajustada pelo ganho ou perda nos *hedges* de valor justo, aproximando o custo do metal no estoque ao valor da LME média do mês de apuração. Pela política de riscos da Companhia, o estoque está próximo do valor de mercado e por isso não existem indícios de necessidade de sua redução ao valor recuperável (*impairment*). ***i.*** Ociosidade: O custo referente à capacidade instalada é transferido às unidades produzidas, integralmente, sempre que as instalações produtivas estiverem sendo utilizadas em condições normais. A partir do ponto em que a ociosidade deixar de estar dentro dos limites da normalidade, o custo referente a essa ociosidade em excesso é levado diretamente nos resultados do período da ociosidade, a título de item extraordinário, não se admitindo a sua transferência para estoques, evitando-se, desta maneira, o risco de uma superavaliação destes e da não possibilidade de sua recuperação. ***K)*** Redução ao valor recuperável (*Impairment*): K.1) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável. K.2) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado: Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada através do resultado. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Gestão sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. K.3) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. Uma evidência por perda no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos despesas de venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***L)*** Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos da reversão do reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são contabilizados no resultado como despesa financeira. ***M)*** Receita operacional: A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições Individuais do contrato de venda. ***N)*** Subvenção e assistência governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita pelo valor justo quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como "receitas líquidas de vendas" em uma base sistemática no período de vida útil do ativo. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como "receitas líquidas de vendas" em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas são registradas. A unidade industrial sede social localizada em Dias d`Ávila, no estado da Bahia, goza de incentivo fiscal de ICMS, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve. Instituído pela Lei n° 7.980, de 12 de dezembro de 2001 regulamentado pelo Decreto n° 8.205/2002, o incentivo tem por objetivo de longo prazo complementar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial do Estado. Este benefício se aplica apenas para as vendas no mercado interno. ***O)*** Receitas (despesas) financeiras: Receitas (despesas) financeiras: Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de "*swap*", resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos ("*swap*" contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência. Variação Cambial: Uma transação em moeda estrangeira deve ser reconhecida contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio a vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira. Ao término de cada período de reporte os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa de câmbio de fechamento. As variações cambiais advindas da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram convertidos quando da mensuração inicial, durante o período ou em demonstrações financeiras anteriores, devem ser reconhecidas na demonstração do resultado no período em que surgirem. ***P)*** Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240, e consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado que reconheceu o direito ao não recolhimento da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), não tendo sido objeto de Ação Rescisória pela Fazenda Nacional, portanto, válida até os dias atuais. A despesa e/ou crédito com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i. Imposto corrente: O imposto corrente é o imposto a pagar ou receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. ii. Imposto diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
Vencidas de 31 a 60 dias	**1.663**	52.328	**1.663**	52.328
Vencidas de 61 a 90 dias	**625**	50.217	**626**	50.217
Vencidas há mais de 90 dias	**223**	8.730	**224**	9.001
Total vencidas	**11.839**	215.003	**12.277**	222.711
	195.869	759.404	**183.428**	657.246
Ajuste a valor presente	**(1.442)**	(2.084)	**(1.143)**	(4.951)
Ajuste de preço	**21.331**	14.390	**21.331**	14.390
	215.758	771.710	**203.616**	666.685

A Companhia está exposta ao risco de crédito em virtude do não recebimento da venda performada de produtos (contas a receber). Para mitigar esse risco, possui políticas e normas para análise e monitoramento de créditos e cobrança de duplicatas. Em conformidade com o IFRS 9, as perdas esperadas em ativos financeiros formam a base para a determinação das perdas a serem reconhecidas no resultado em decorrência da perda do valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros. A constituição do saldo de perdas de créditos esperadas, em 31 de dezembro de 2019, considera a somatória da perda esperada, onde é aplicado um percentual de perda de acordo com score do cliente (pontualidade x restrições), mais a totalidade dos títulos com atraso superior a 90 (noventa) dias. O montante de R$224, no consolidado, em 31 de dezembro de 2019 (R$9.001 em 31 de dezembro de 2018), referente a títulos vencidos há mais de 90 dias, não foram provisionados em decorrência de haver créditos a favor do devedor. A constituição ou reversão da perda estimada do valor recuperável é registrada na demonstração do resultado na linha de deduções de vendas. A movimentação da perda estimada do valor recuperável está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(77.333)	(82.803)
Reversões de perdas estimadas no período	(2.767)	(2.208)
Baixa definitiva	21.576	25.085
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(58.524)	(59.926)
Reversões de perdas estimadas no período	**5.322**	**5.346**
Provisões de perdas estimadas no período	**(746)**	**(531)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(53.948)**	**(55.111)**

Contas a Receber Oferecidos em Garantia: A Companhia celebrou com o Banco do Brasil um instrumento particular de cessão de direitos creditórios, do contas a receber, que visa garantir o pagamento de todas as obrigações contraídas e as que venham a ser contraídas junto ao banco. O valor do limite global do instrumento é de US$16.150.000 (dezesseis milhões e cento e cinquenta mil dólares americanos), convertidos a taxa de câmbio de venda de R$4,0307 em 31 de dezembro de 2019 equivalente a R$65.096. A Companhia celebrou instrumentos particulares de cessão de direitos creditórios, de contas a receber com o Banco Safra, para garantir o pagamento de empréstimos e financiamentos. Para as operações de BNDES Automático, foi oferecido em garantia, em 31 de dezembro de 2019, o valor de R$239 (R$1.570 em 31 de dezembro de 2018), que representa 70% do saldo devedor atualizado, e para a operação de NCE (Nota de Crédito de Exportação), a Companhia ofereceu R$30.335.

07. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Matérias-primas	**302.094**	533.423	**302.094**	533.423
Produtos em processo	**190.229**	368.869	**190.229**	368.869
Produtos acabados	**165.701**	283.611	**165.701**	283.611
Importações em andamento	**269.992**	277.510	**269.992**	277.510
Adiantamentos a fornecedores p/compra MP	**1.772**	50.413	**1.772**	50.413
Materiais de manutenção e outros	**73.665**	76.325	**73.665**	76.325
Materiais para revenda	**13.358**	1.345	**15.926**	39.622
Matéria-prima em trânsito	**777**	441	**757**	441
Perda estimada do valor recuperável	**(5.154)**	(3.639)	**(5.154)**	(3.639)
Ativo circulante	**1.012.434**	1.588.298	**1.014.982**	1.626.575

O estoque é mensurado inicialmente pelo seu valor histórico e, posteriormente, devido ao programa de contabilidade de *hedge* de estoques (vide Nota 28.6.3), as porções relativas ao custo do metal (Cobre, Ouro, Prata, Chumbo, Zinco e Estanho) são ajustadas ao preço médio em dólares da curva de mercado futuro desses respectivos metais. A conversão dos preços dos metais em dólares para reais é feita pela disponibilidade de instrumentos de *hedge* cambial marcados a mercado pela taxa de câmbio do fechamento do mês, dentro do programa de contabilidade de *hedge* de valor justo do estoque. O saldo da perda estimada no montante de R$5.154 em 31 de dezembro de 2019 (R$3.639 em 31 de dezembro de 2018), foi constituída com análise dos materiais e produtos sem movimentação há mais de 2 anos em 31 de dezembro de 2019. A Companhia ofereceu 255 toneladas de vergalhão de cobre eletrolítico em garantia de processo fiscal que, em 31 de dezembro de 2019 totalizava R$6.536 (R$5.670 em 31 de dezembro de 2018). Caso ocorra decisão desfavorável, os valores serão pagos em moeda corrente.

08. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

		Controladora			
		2019		2018	
	Notas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Exclusão ICMS base cálculo COFINS	(f)	**98.400**	**496.316**	-	-
Exclusão ICMS base cálculo PIS	(f)	**21.600**	**108.177**	-	-
Imposto s/circulação de mercad. e serv.-ICMS	(a)	**20.268**	**83.800**	30.884	104.800
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		**12.174**	**13.366**	14.597	17.600
Imposto de renda e contrib. social a restituir	(b)	**59**	**10.277**	690	12.363
Reintegra	(c)	**777**	**-**	13.376	-
Contr. p/financ. seguridade social-COFINS	(d)	**213**	**-**	21.278	-
Programa de integração social-PIS	(d)	**46**	**-**	5.338	-
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		**1.147**	**-**	2.071	-
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		**493**	**-**	1.994	-
Perda estimada do valor recuperável	(e)	**-**	**(10.277)**	-	(12.363)
Outros		**65**	**-**	-	-
		155.242	**701.659**	90.228	122.400

		Consolidado			
		2019		2018	
	Notas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Exclusão ICMS base cálculo COFINS	(f)	**98.400**	**496.316**	**-**	**-**
Exclusão ICMS base cálculo PIS	(f)	**21.600**	**108.177**	**-**	**-**
Imposto s/circulação de mercad. e serv.-ICMS	(a)	**20.566**	**83.800**	36.371	104.800
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		**12.174**	**13.366**	14.597	17.600
Imposto de renda e contrib. social a restituír	(b)	**1.033**	**10.277**	750	12.363
Reintegra	(c)	**777**	**-**	13.376	-
Contr. p/financ. seguridade social-COFINS	(d)	**213**	**-**	24.063	-
Programa de integração social-PIS	(d)	**46**	**-**	5.938	-
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		**1.208**	**-**	2.072	-
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		**493**	**-**	1.994	-
Imposto de renda e contrib. social antecipados		**431**	**-**	2.581	-
Perda estimada do valor recuperável	(e)	**-**	**(10.277)**	-	(12.363)
Outros		**65**	**-**	-	-
		157.006	**701.659**	101.742	122.400

A Administração estima que a projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia e suas controladas apresentam capacidade de realização dos créditos tributários, classificados no ativo não circulante, no prazo de 6 (seis) anos, a partir de 2021. Essas estimativas são anualmente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação possam ser consideradas nas informações contábeis. a) Refere-se, substancialmente, ao saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), gerados em suas operações na unidade de Santo André - SP, demonstrado pelo seu valor líquido de realização. b) Refere-se ao imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) a ser recuperado pela Companhia referente a exercícios anteriores. Para os valores classificados no ativo não circulante a Companhia já efetuou o pedido de restituição através de processo judicial e aguarda decisão para compensar ou restituir o valor. O total de R$10.277, classificado no ativo não circulante, está provisionado como perda em decorrência da realização não ser praticamente certa, conforme item (e). c) Refere-se a Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Os valores foram apurados de acordo com os parâmetros definidos na Lei nº 12.546/2011 com alterações da lei 13.043/2014 com efeito do Decreto nº9.148/2017. d) Refere-se, substancialmente, ao crédito tomado de acordo com as Leis nº10.637/02 (PIS) e nº10.866/03 (COFINS), que se referem ao regime de apuração para a não-cumulatividade. e) Constituição de provisão para perda de impostos de renda a restituir referente a diversos processos no montante de R$10.277 (item "b"). Os assessores jurídicos da Companhia classificaram como remoto para fins de obtenção de êxito nos pleitos. f) Decorre de valores objeto de decisões favoráveis obtidas em favor de sociedade incorporada e da Companhia em ações judiciais que questionavam a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, tendo o trânsito em julgado de tais ações judiciais ocorrido em 28 de fevereiro de 2019, 25 de abril de 2019 e 17 de dezembro de 2019. De acordo com o CPC 00 (R1), que trata da "Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro" (Reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis), um item deve ser reconhecido se for provável que algum benefício econômico futuro ocorra, o qual deve ter valor que possa ser mensurado com confiabilidade, ou seja, de forma completa, neutra e livre de erro. A Companhia contratou uma consultoria especializada com a finalidade de apoiar na análise e quantificação dos valores envolvidos. Esta análise levou a Companhia a apurar um valor total de R$724.493, sendo R$413.874 de principal, classificado como outras receitas operacionais (R$396.292 em 2019 e R$17.582 em 2018), e R$310.619 de atualização monetária classificado como receita financeira em 2019.

09. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

09.1 - Outros ativos circulantes e não circulantes

		Controladora			
		2019		2018	
	Nota	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Precatórios municipais	(a)	**-**	**88.477**	-	67.730
Prefeitura Manaus	(b)	**-**	**-**	-	12.686
Precatórios federais	(c)	**-**	**4.815**	-	1.177
Recuperação plano coletivo Brasilprev	(d)	**2.369**	**-**	3.255	-
Depósitos chamada de margem	(e)	**33.619**	**-**	287	-
Valores a receber de terceiros	(f)	**6.628**	**-**	-	-
Contas a receber partes relacionadas		**-**	**-**	3.147	-
Adiantamentos a funcionários		**2.512**	**-**	2.237	-
Valor a receber alienação Cibrafértil		**-**	**1.001**	-	1.001
Adiantamentos a fornecedores		**1.728**	**-**	217	-
Contas a receber de seguros		**-**	**-**	421	-
Desapropriação		**-**	**931**	-	-
Valores a receber venda de energia		**841**	**-**	-	-
Outras		**2**	**497**	1.694	1.359
Perda estimada do valor recuperável		**-**	**-**	(449)	-
		47.699	**95.721**	10.809	83.953

		Consolidado			
		2019		2018	
	Nota	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Precatórios municipais	(a)	**-**	**88.477**	-	67.730
Prefeitura Manaus	(b)	**-**	**-**	-	12.686
Precatórios federais	(c)	**-**	**4.815**	-	1.177
Recuperação plano coletivo Brasilprev	(d)	**2.398**	**-**	3.284	-
Depósitos chamada de margem	(e)	**33.619**	**-**	287	-
Valores a receber de terceiros	(f)	**6.628**	**-**	-	-
Adiantamentos a funcionários		**2.515**	**-**	2.239	-
Valor a receber alienação Cibrafértil		**-**	**1.001**	-	1.001
Adiantamentos a fornecedores		**1.997**	**-**	217	-
Contas a receber de seguros		**-**	**-**	421	-
Desapropriação		**-**	**931**	-	-
Valores a receber venda de energia		**841**	**-**	-	-
Outras		**2**	**497**	1.694	1.359
Perda estimada do valor recuperável		**-**	**-**	(449)	-
		48.000	**95.721**	7.693	83.953

a) Refere-se a diversos precatórios contra os Municípios de São Paulo, Santo André e Manaus, a serem recebidos a partir de 2020. Em setembro de 2019, a Companhia recebeu precatórios da prefeitura de Manaus conforme item "b" a seguir. A Companhia ofereceu em garantia de processo fiscal os precatórios municipais, que em 31 de dezembro de 2019 totalizava R$68.315 (R$67.730 em 31 de dezembro de 2018). Caso ocorra decisão desfavorável os valores serão pagos em moeda corrente. b) Valor referente à Ação Ordinária movida contra o Município de Manaus, visando o recebimento dos valores devidos em virtude da realização das Obras Complementares do Complexo Viário das Flores. A Companhia obteve decisão definitiva quanto ao recebimento dos valores devidos pelo município e foi convertido em precatório em setembro de 2019, reclassificado para a linha de Precatórios municipais item (a). c) Valor de precatórios federais a serem recebidos a partir de 2021. referente a ação ordinária de repetição de indébito. d) Refere-se à conta coletiva do plano de previdência privada, administrado pela BrasilPrev, cujo montante foi constituído com os valores não liberados pela Companhia, conforme critérios descritos na Nota 31. No contrato está definido que o valor acumulado na reserva coletiva poderá ser utilizado para ajustar ou melhorar os benefícios ou para quitar suas contribuições futuras. e) A linha "Depósitos chamada de margem" refere-se a valores que são depositados junto a Brokers de Metal para cobrir a exposição da Companhia assim que os limites estabelecidos são ultrapassados. A Companhia possui limite para operar junto a diversos Brokers e, em decorrência dos volumes contratados e das variações das commodities (cobre/zinco/estanho/chumbo) de acordo com o preço divulgado pela LME (*London Metal Exchange*), este limite pode ser ultrapassado; quando essa situação é verificada, ocorre a chamada de margem. f) Em 19 de julho de 2019, a Companhia pactuou a cessão do Precatório nº 20190300015878, da prefeitura de Goiás, conforme contrato de compromisso irrevogável e irretratável de Cessão de Direitos. A Companhia recebeu pela cessão o valor de R$8.800, pelo valor de face do precatório de R$ 30.168. De acordo com cláusula contratual, a Companhia tem direito de receber valor adicional de 30% caso os Cessionários recebam efetivamente o montante até 31 de dezembro de 2024. O valor foi recebido em 09 de janeiro de 2020. 09.2 Depósitos de demandas judiciais

	Controladora/Consolidado	
	2019	2018
Trabalhista	**6.845**	15.157
Tributário	**18.868**	11.698
Previdenciário	**572**	789
Precatórios	**-**	3.453
Cível	**827**	827
Outros	**386**	385
Ativo não circulante	**27.498**	32.309

Depósitos judiciais efetuados para garantia judicial em processos trabalhistas, tributários, previdenciários e cíveis, os quais permanecerão em conta à disposição do juízo. Caso haja alguma determinação pelo levantamento dos depósitos, como por exemplo, em razão da substituição da garantia, estes valores poderão ser levantados antes do término dos processos. Os depósitos judiciais relacionados aos riscos prováveis são apresentados como redutores das contingências provisionadas conforme Nota 19.1.

10. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Representado por imóveis disponíveis para venda no montante de R$111.987 em 31 de dezembro de 2019 (R$112.745 em 31 de dezembro de 2018), avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, os quais são inferiores aos valores esperados de realização que de acordo com laudo de avaliação, com data base de 31 de dezembro de 2018 o valor de liquidação forçada é de R$343.306. Este grupo de ativos inclui imóveis que não são mais utilizados nas operações da Companhia e imóveis oriundos de determinação judicial em função de pendências financeiras de seus clientes, e estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais. A Companhia continua buscando a monetização dos bens com uma equipe interna que estuda as possíveis alternativas, em conjunto com a consultoria contratada em agosto de 2018, para a venda dos ativos, demonstrando que a entidade continua comprometida com o seu plano de venda do ativo indicando que é improvável que possa haver alterações significativas ou abandono do plano. A consultoria vem auxiliando a Companhia na definição do valor de comercialização, e na definição de um plano de marketing a fim de comunicar de maneira eficaz todos os públicos alvo, utilizando material impresso, e-mail, marketing, placas, acompanhamento telefônico e sites. Em 11 de abril de 2016, a Companhia celebrou com a Plano Madeira Empreendimentos Imobiliários Ltda., subsidiária da Plano & Plano Construções e Empreendimentos Ltda., Compromissos de Venda e Compra com Cláusulas Resolutivas e Outras Avenças, cujos objetos são os terrenos nos quais está instalada a antiga planta de Capuava, desativada em fevereiro de 2015, localizados nos municípios de Santo André e Mauá, com área total de, aproximadamente, 150.000 m². Garantia: A Companhia ofereceu imóveis no valor total de R$78.845, em garantia de processo junto à instituição financeira à título de cessão fiduciária, dois imóveis no valor total de R$20.216 em garantia ao que trata da cobrança da CSLL e 5 imóveis em garantia de empréstimos no valor de R$7.560. Havendo comercialização dos imóveis, a Companhia deverá substituir os bens dados em garantia e caso ocorra decisão desfavorável nas operações, os valores serão pagos em moeda corrente.

11. INVESTIMENTOS, PARTES RELACIONADAS E OUTROS

11.1 Informações resumidas e movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2019

	Nota	CDPC - Centro de Distrib.Prods. Cobre Ltda.	Paranapanema Netherland B.V.	CINC - Caraiba International	Paraibuna Agropec. Ltda.	Total
Informações financeiras resumidas						
Ativo circulante		48.728	6	368	-	**49.102**
Ativo não circulante		11.845	-	-	598	**12.443**
Total do ativo		**60.573**	**6**	**368**	**598**	**61.545**
Passivo circulante		36.812	201	-	-	**37.013**
Passivo não circulante	09	104	-	-	-	**104**
Patrimônio liquido		23.657	(195)	368	598	**24.428**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**60.573**	**6**	**368**	**598**	**61.545**
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços		1.368.433	434.015	(14)	-	**1.802.434**
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos		(1.353.930)	(434.015)	-	-	**(1.787.945)**
Resultado Bruto		**14.503**	**-**	**(14)**	**-**	**14.489**
Despesas/Receitas Operacionais		(3.670)	192	4	-	**(3.474)**
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		**10.833**	**192**	**(10)**	**-**	**11.015**
Resultado Financeiro		(7.075)	(6)	(17)	-	**(7.098)**
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		**3.758**	**186**	**(27)**	**-**	**3.917**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro		(1.275)	-	-	-	**(1.275)**
Lucro/Prejuízo do Período		**2.483**	**186**	**(27)**	**-**	**2.642**
Saldo em 31 de dezembro de 2018		21.174	-	(2.746)	598	**19.026**
Provisão PL negativo		**-**	(186)	-	**-**	**(186)**
Constituição / aumento de capital		-	-	2.948	-	**2.948**
Variação cambial de investimento no exterior		-	(9)	193	-	**184**
Equivalência patrimonial		2.483	-	(27)	-	**2.456**
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**23.657**	**(195)**	**368**	**598**	**24.428**

11.2 Saldos e transações da empresa controladora com controladas e outras partes relacionadas - a) Controladas

	2019		2018
	CDPC - Centro de Distrib. Prods. Cobre Ltda.	Paranapanema Netherland B.V.	CDPC - Centro de Distrib. Prods. Cobre Ltda.
Ativo circulante			
Contas a receber de clientes	35.578	-	159.855
Outros ativos circulantes	-	-	3.147
	35.578	**-**	**163.002**
Passivo circulante			
Fornecedores	26	-	52.020
Adiantamentos de clientes	731	-	
	757	**-**	**-**
Resultado			
Vendas de mercadorias e serviços	1.315.132	429.719	1.420.272
Compras de mercadorias e serviços	(369.987)	-	(463.741)
	945.145	**429.719**	**956.531**

b) Partes relacionadas e outras

	2019		2018	
	Glencore International Investiments Ltd	Caixa Econômica Federal	Glencore International Investiments Ltd	Caixa Econômica Federal
Ativo circulante				
Contas a receber de clientes	3.538	-	274.238	-
Instrumentos financeiros derivativos	9.268	-	88.122	-
	12.806	**-**	**362.360**	**-**
Passivo circulante				
Fornecedores	70.905	-	911.443	-
Créditos de clientes	394	120.550		
Empréstimos e Financiamentos	-	49.475	-	2.868
	71.299	**49.475**	**1.031.993**	**2.868**
Passivo não circulante				
Empréstimos e Financiamentos	-	187.960	-	225.863
	-	**187.960**	**-**	**225.863**
Resultado				
Vendas de mercadorias e serviços	1.254.807	-	1.577.517	-
Compras de mercadorias e serviços	(1.766.272)	-	(2.783.433)	-
	(511.465)	**-**	**(1.205.916)**	**-**

11.3 Negócios com controladas, partes relacionadas e outros: A Diretoria Executiva ou o Conselho de Administração, no âmbito de suas respectivas alçadas em conformidade com a Política de Transações entre Partes Relacionadas e Conflito de Interesse da Companhia, autorizaram as operações, que são efetuadas a preços e condições normais de mercado, contendo valores, prazos e taxas usuais, normalmente aplicados em transações com partes não relacionadas. a) Caixa Econômica Federal: Linhas de crédito, no montante de até R$370.000, junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), acionista com participação equivalente a 16,18% do total das ações de emissão da Companhia. A contratação é condicionada aos termos e condições ofertados pela CEF, os quais devem ser iguais ou mais competitivos que outras linhas de crédito disponíveis à Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui empréstimos de adiantamentos de contratos de câmbio (ACC), com a Caixa Econômica Federal no montante de R$237.435 (US$58.906 mil a taxa de 4,0307), R$228.731 em 31 de dezembro de 2018 (US$59.030 mil a taxa de 3,8748). b) Glencore International AG ("Glencore"): A Companhia cumpriu os acordos com a Glencore, acionista com participação equivalente a 5,73% do total das ações de emissão da Companhia, para comprar 180 mil toneladas de concentrado de cobre durante o ano de 2018, e vender o volume equivalente em cobre refinado com as mesmas datas de liquidação financeira e, vender 100% da lama anódica produzida pela Companhia no ano de 2018. A Companhia possui acordos de venda de da lama anódica no período de 01 de março de 2019 até 28 de fevereiro de 2021, compra de 240kt de concentrado de cobre e venda de catodo de cobre, até dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía R$71.299 a pagar a Glencore, sendo reconhecidos na linha de fornecedores R$70.905 e na linha de adiantamentos de clientes R$394, e um saldo a receber de R$12.806, sendo reconhecidos na linha de duplicatas a receber R$3.538 e na linha de instrumentos financeiros R$9.268. c) CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda.: Em 02 de janeiro de 2015, foi assinado, entre a controladora e a controlada CDPC, o Contrato de Rateio de Custos e Despesas, que prevê a realização de rateio proporcional de todos os custos, gastos, despesas, encargos e tributos, exclusivamente relacionados às áreas corporativas, chamadas de Estrutura Compartilhada. Tendo em vista que o objetivo é tão somente o repasse dos custos comuns em decorrência do uso da Estrutura Compartilhada, não há lucros ou qualquer forma de remuneração entre as partes. 11.4 Honorários da Administração e do Conselho Fiscal A Companhia considerou como "Pessoal Chave da Administração", conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e IAS 24/CPC 05 (R1), os integrantes da sua Diretoria Estatutária, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A Companhia não possui acionista controlador e não há Acordo de Acionistas.

2019	Nota	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Salário ou pró-labore		**3.186**	**1.896**	**398**	**5.480**
Benefícios		**744**	**-**	**-**	**744**
Remuneração por participação em Comitês		**-**	**399**	**-**	**399**
Encargos sociais		**671**	**459**	**79**	**1.209**
Remuneração fixa		**4.601**	**2.754**	**477**	**7.832**
Benefício pós emprego		**44**	**-**	**-**	**44**
Outros		**355**	**-**	**-**	**355**
Outras Remunerações		**399**	**-**	**-**	**399**
Honorários da administração		**5.000**	**2.754**	**477**	**8.231**
Bônus (ICP)	32	**1.200**	**-**	**-**	**1.200**
Bônus (ILP)	32	**5**	**-**	**-**	**5**
Encargos sociais		**241**	**-**	**-**	**241**
Remuneração Variável	32	**1.446**	**-**	**-**	**1.446**
Valor Total da remuneração		**6.446**	**2.754**	**477**	**9.677**

2018	Nota	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Salário ou pró-labore		3.138	1.527	478	5143
Benefícios		672	-	-	672
Remuneração por participação em Comitês		-	632	-	632
Encargos sociais		627	432	95	1.154
Remuneração fixa		4.437	2.591	573	7.601
Honorários da administração		4.437	2.591	573	7.601
Bônus (ICP)	**32**	6.055	-	-	6.055
Bônus (ILP)	**32**	6	-	-	6
Encargos sociais		1.212	-	-	1.212
Remuneração Variável	**32**	7.273	-	-	7.273
Valor Total da remuneração		11.710	2.591	573	14.874

Os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração não são partes em contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, nem remuneração com base em ações.

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Controladora	Taxa média de depreciação	2018	Adições	Baixas	Transferências	Reversão de prov perdas	Depreciação Amortização	2019
IMOBILIZADO								
Terrenos		119.685	-	-	-	-	-	119.685
Aterro Industrial	25%	-	-	-	14.755	-	(1.649)	13.106
Benfeitorias	5%	11.307	-	-	(9.097)	-	(1.045)	1.165
Edificações	3%	197.509	-	124	18.936	-	(10.320)	206.249
Instalações	16%	78.430	-	-	(33.105)	-	(10.460)	34.865
Máquinas e equipamentos	9%	817.557	46	(14)	18.181	-	(123.368)	712.402
Movéis e Utensílios	8%	4.823	-	-	651	-	(1.354)	4.120
Veículos	20%	252	-	-	1	-	(91)	162
Imobilizado em andamento		30.584	168.457	-	(14.137)	-	-	184.904
Impairment / Prov. Perdas		(1.926)	-	-	-	1.926	-	-
Peças Sobressalentes		8.334	577	-	-	73	-	8.984
Total Imobilizado		1.266.555	**169.080**	**110**	**(3.815)**	**1.999**	**(148.287)**	**1.285.642**
INTANGÍVEL								
ERP/Softwares	20%	10.165	-	-	3.815	-	(3.917)	10.063
Total Intangível		10.165	**-**	**-**	**3.815**	**-**	**(3.917)**	**10.063**

Consolidado	Taxa média de depreciação	2018	Adições	Baixas	Transferências	Reversão de prov perdas	Depreciação Amortização	2019
IMOBILIZADO								
Terrenos		120.283	-	-	-	-	-	120.283
Aterro Industrial	25%	-	-	-	14.755	-	(1.649)	13.106
Benfeitorias	5%	11.610	-	-	(9.097)	-	(1.144)	1.369
Edificações	3%	197.509	-	124	18.936	-	(10.320)	206.249
Instalações	16%	78.430	-	-	(33.105)	-	(10.460)	34.865
Máquinas e equipamentos	9%	817.586	45	(14)	18.182	-	(123.377)	712.422
Móveis e Utensílios	8%	4.848	-	-	651	-	(1.368)	4.131
Veículos	20%	252	-	-	1	-	(91)	162
Imobilizado em andamento		30.584	168.458	-	(14.138)	-	-	184.904
Impairment / Prov. Perdas		(1.926)	-	-	-	1.926	-	-
Peças Sobressalentes		8.334	577	-	-	73	-	8.984
Total Imobilizado		1.267.510	**169.080**	**110**	**(3.815)**	**1.999**	**(148.409)**	**1.286.475**
INTANGÍVEL								
ERP/Softwares	20%	10.165	-	-	3.815	-	(3.917)	10.063
Total Intangível		10.165	**-**	**-**	**3.815**	**-**	**(3.917)**	**10.063**

O montante no consolidado de R$148.409 no imobilizado referente à depreciação e R$3.917 no intangível referente à amortização, totalizando R$152.326, refere-se a:

	Consolidado	
	2019	2018
Áreas Industriais	**143.888**	142.220
Áreas comerciais	**2.842**	2.319
Áreas gerais e administrativas	**5.596**	3.658
Total de depreciação e amortização	**152.326**	148.197

12.1. Imobilizado em andamento: Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta de imobilizações em andamento, apresentado na controladora e no consolidado, era de R$184.904 (R$30.584 em 31 de dezembro de 2018), e estava substancialmente representado por dispêndios nos projetos em execução e adiantamentos a fornecedores: 12.1.1. A unidade de Dias d'Ávila-BA possui saldo no montante de R$167.983 em 31 de dezembro de 2019 (R$27.651 em 31 de dezembro de 2018), referente a diversos projetos oriundos da necessidade de melhoria na produção, garantia operacional, segurança e meio ambiente, sendo o principal a nova torre de absorção Intermediária e a parada de manutenção preventiva de 2019. 12.1.2. A unidade de Santo André-SP possui saldo no montante de R$16.921 em 31 de dezembro de 2019 (R$2.933 em 31 de dezembro de 2018). Os principais projetos são destinados à manutenção, garantia das atividades operacionais, atualização tecnológica e segurança corporativa. 12.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado e intangível (*impairment*): Em atendimento às exigências do IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou inventario físico de seus ativos imobilizados com data base 31 de dezembro de 2018, no 3º trimestre de 2019 após conclusão do trabalho ficou evidenciado que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía provisão para perda de R$1.926, referente a máquinas e equipamentos sem uso. O valor foi revertido após a conclusão do inventario físico. 12.3. Imobilizado oferecido em garantia: A Companhia ofereceu bens do seu ativo imobilizado em garantia de processos fiscais, garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica das linhas de produção e garantia de empréstimos no processo de reperfilamento das dívidas, que em 31 de dezembro de 2019 totalizavam R$617.993, de valor residual do imobilizado, e R$1.248.045, de valor justo obtido através de laudo de avaliação de ativos conforme quadro abaixo:

Garantias de Processos	Modalidade	Valor Contábil	Valor Justo
Trabalhista	Processo Trabalhista	440	853
Penhor suspensivo - CSLL	Contrato de Alienção Fiduciária	47.355	50.349
Penhor suspensivo - HSBC	Contrato de Alienção Fiduciária	70.036	101.105
Total Geral		**117.831**	**152.307**
Garantia de Empréstimos	**Modalidade**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
FNE		196.401	255.969
Sub-total (anterior a reestruturação)		**196.401**	**255.969**
Hipoteca no closing	Hipoteca de primeiro grau	113.645	150.225
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Dias D'ávila		116.542	510.821
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Utinga		72.884	157.866
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Serra		689	20.856
Sub-total (Hipotecados/Penhorados reperfilamento)		**303.760**	**839.768**
Total Garantia de Empréstimos		**500.161**	**1.095.737**
Total Garantia		**617.992**	**1.248.044**

13. FORNECEDORES

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Nacionais					
Mercadorias		**86.514**	44.677	**86.547**	44.709
Fretes e transportes		**17.080**	10.738	**18.025**	12.424
Serviços		**21.910**	16.252	**21.986**	16.285
Energia elétrica/água e esgoto/gás		**9.457**	4.881	**9.457**	4.881
Seguros		**1.342**	1.749	**1.342**	1.749
Outros		**1.439**	3.045	**1.439**	3.045
Partes relacionadas	11.2	**26**	52.020	**-**	-
Ajuste a valor presente		**(247)**	(610)	**(247)**	(611)
		137.521	132.752	**138.549**	82.482
Exterior					
Mercadorias	(a)	**356.826**	1.175.505	**357.026**	1.175.505
		356.826	1.175.505	**357.026**	1.175.505
		494.347	1.308.257	**495.575**	1.257.987
Passivo circulante		**494.270**	1.308.257	**495.498**	1.257.987
Passivo não-circulante		**77**	-	**77**	-

a) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía R$70.905 (R$911.443 em 31 de dezembro de 2018) de compras de concentrado conforme acordo celebrado com a Glencore (Nota 11.3.b).

14. OPERAÇÕES COM *FORFAITING* E CARTAS DE CRÉDITO

Corresponde a contratos firmados de compra de concentrado de cobre com fornecedores que utilizam bancos para operações denominadas "*forfaiting*" e cartas de crédito. Nessas transações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. No entanto, a utilização das instituições financeiras permite aos fornecedores alongar prazos de pagamentos para seus clientes e, ao mesmo tempo, antecipar o recebimento de suas vendas a prazo, contribuindo para a melhoria de seus fluxos de caixa operacionais. Considerando as características de tais transações e cientes da forma como nossos fornecedores estão financiando suas operações, os montantes referentes a estas transações estão sendo apresentados em rubrica específica. Os prazos e condições estão apresentados abaixo:

			Controladora/Consolidado			
			2019		2018	
	Taxa de juros	Prazo	US$	R$	US$	R$
Carta de Crédito	VC + 4,0% a 4,4% a.a.	**até 360 dias**	-	-	8.220	31.852
Forfaiting - Fornecedores nacional	0,99% a 1,4% a.a.	**até 120 dias**	-	85.641	-	35.062
			-	**85.641**	**8.220**	**66.914**

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. O quadro abaixo demonstra a movimentação dos contratos de arrendamento no exercício:

Consolidado			Ativo não circulante				Passivo			
Contrato	Vigência até	Taxa Juros	Adoção Inicial	Adições/ Baixas	Amortização direito de uso	2019	'Adoção Inicial	Adições/ Baixas	Pgtos	2019
Locação de rádios de comunicação-BA	ago-23	0,92%	251	-	(251)	-	262	-	(262)	-
Locação de veículos da Diretoria	set-21	0,92%	585	(465)	(74)	46	680	(414)	(213)	53
Locação de Empilhadeiras-ES	ago-23	0,92%	118	-	(25)	93	151	-	(32)	119
Locação de Empilhadeiras-SP	dez-20	0,92%	131	-	(66)	65	146	-	(73)	73
Locação Caminhão Munck	jan-20	0,92%	502	-	(463)	39	535	-	(494)	41
Locação Aidaime + Montagem e Desmontagem	fev20	0,92%	1.763	-	(1.511)	252	1.887	-	(1.617)	270
Locação de Guindastes-BA	mar-20	0,92%	910	-	(728)	182	978	-	(782)	196
Locação Plataformas Elevatórias-BA	abr-20	0,92%	715	-	(536)	179	772	-	(579)	193
Locação de Empilhadeiras-SP	jul-23	0,92%	4.211	-	(918)	3.293	5.384	-	(1.175)	4.209
Locação Sala Comercial	mar-23	0,92%	1.177	-	(277)	900	1.480	-	(303)	1.177
Locação de Empilhadeiras-BA	jul-21	0,92%	2.965	-	(1.148)	1.817	3.421	-	(1.325)	2.096
Locação de Equiptos p/ movimentacao Interna	nov-21	0,92%	20.947	-	(7.184)	13.763	24.591	-	(8.431)	16.160
Locação de Empilhadeiras-RJ	jul-21	0,92%	435	-	(168)	267	502	-	(194)	308
Locação de Gerador	abr-21	0,92%	-	760	(253)	507	-	851	(283)	568
Locação Equipamento Movimentação Sucata	mai-21	0,92%	-	438	(127)	311	-	491	(144)	347
Locação Equipamentos de Informatica	set-22	0,92%	-	1.620	(134)	1.486	-	1.910	(212)	1.698
Locação Plataforma Elevatória	dez-21	0,92%	-	257	-	257	-	288	-	288
			34.710	**2.610**	**(13.863)**	**23.457**	**40.789**	**3.126**	**(16.119)**	**27.796**
						Ajuste a valor presente	**(6.079)**	**2.907**	**-**	**(3.172)**
						Saldo de Passivo de arrendamento	**34.710**	**6.033**	**(16.119)**	**24.624**
						Passivo circulante				**12.335**
						Passivo não-circulante				**12.289**

A taxa de juros aplicada é a taxa incremental de empréstimos, calculada sobre custo médio ponderado de capital que a Companhia teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. O quadro abaixo demonstra o vencimento das prestações:

	Consolidado
	2019
2020	13.774
2021	11.231
2022	1.994
2023	797
	27.796

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento:

Total	2019	2020	2021	2022	2023
Passivo de Arrendamento	27.796	14.022	2.791	797	-
Fluxo com projeção de inflação	28.071	14.294	2.891	842	-
Direito de Uso	23.457	11.682	2.203	622	-
Fluxo com projeção de inflação	23.689	11.908	2.282	657	-
Despesa Financeira	2.907	2.107	851	187	27
Fluxo com projeção de inflação	2.935	2.148	881	197	29
Despesa de Depreciação	11.299	11.730	9.478	1.581	622
Fluxo com projeção de inflação	11.411	11.957	9.819	1.670	672

O valor das isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses, contratos de arrendamento cujo objeto seja de pequeno valor ou contratados sob demanda, totalizam no período R$12.959 no consolidado, classificados como aluguéis conforme Nota 23.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais condições renegociadas no reperfilamento das dívidas em 2017, em uma base comum para todos os credores, são prazo total de até 7 anos para pagamento das dívidas, sendo os 2 primeiros anos período de carência para o início do pagamento do principal e pagamento de juros anuais. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao processo de reperfilamento das dívidas, envolvendo principalmente a contratação de assessores jurídicos e financeiros, auditoria externa, gastos com elaboração de prospectos e relatórios bem como, taxas, comissões e registros, estão contabilizados em conta redutora do passivo conforme quadro abaixo. Segue abaixo o saldo dos empréstimos líquidos dos custos de transação no final de cada período

	Controladora/Consolidado			
	2019		2018	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Contratados em Moeda USD				
Financiamentos de importação	**-**	**-**	12.932	-
Financiamentos comércio exterior-ACC	**205.168**	**560.244**	38.260	673.219
Pré-pagamento de exportação -PPE	**267.873**	**998.277**	20.389	1.199.582
Cedula de credito bancário	**17.422**	**65.009**	1.305	78.119
	490.463	**1.623.530**	72.886	1.950.920
Contratados em Moeda BRL				
Financiamento de Projetos	**348**	**-**	9.664	345
Banco do Nordeste do Brasil - FNE	**24.300**	**17.801**	24.472	41.802
Capital de giro	**27.177**	**17.889**	29.166	44.721
Nota de crédito de exportação - NCE	**30.080**	**-**	-	-
	81.905	**35.690**	63.302	86.868
Custos de transação - reperfilamento	**(4.359)**	**(16.344)**	(4.359)	(20.704)
	568.009	**1.642.876**	131.829	2.017.084

As parcelas de longo prazo têm os seguintes vencimentos:

	Controladora/Consolidado	
	2019	2018
2020	**-**	437.003
2021	**437.214**	421.516
2022	**681.646**	655.113
2023	**261.463**	251.181
2024	**262.553**	252.271
	1.642.876	2.017.084

Resumo da movimentação dos empréstimos no período

Controladora/Consolidado	2018	Entrada	Pgto Principal	Pgto Juros	Var Camb + Juros	2019
Financiamentos de importação	12.932	-	(13.274)	(430)	772	-
Financiamentos de comércio exterior -ACC-ACE	711.479	63.634	(36.578)	(33.129)	60.006	765.412
Pré-pagamento de exportação -PPE	1.219.970	-	-	(74.319)	120.499	1.266.150
Financiamento de Projetos	10.010	-	(9.667)	(395)	400	348
Banco do Nordeste do Brasil - FNE	66.274	-	(24.000)	(5.284)	5.111	42.101
NCE	-	60.000	(30.000)	(1.362)	1.442	30.080
Capital de Giro	73.887	-	(28.510)	(4.645)	4.334	45.066
Cédula de crédito bancário	79.423	-	-	(4.832)	7.840	82.431
Custos de transação - reperfilamento	(25.062)	-	-	-	4.359	(20.703)
Empréstimos e Financiamentos	**2.148.913**	**123.634**	**(142.029)**	**(124.396)**	**204.763**	**2.210.885**

continua

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abertura do endividamento por banco após o reperfilamento da dívida.

Modalidade	Banco	Pagamento	Vencimento Principal	Taxas	2019 Passivo circulante Principal	2019 Passivo circulante Juros	2019 Passivo não circulante Principal	Em US$ Passivo circulante Principal	Em US$ Passivo circulante Juros	Em US$ Passivo não circulante Principal
Contratados em Moeda BRL										
FINAME	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2020	9,50% a.a	7	-	-	-	-	-
BNDES AUT.	Banco Safra S.A.	Mensal	2018 a 2020	2,5% a 18,5% a.a	340	1	-	-	-	-
NCE	Banco Safra S.A.	Anual	2020	CDI + 3,70% a.a	30.000	80	-	-	-	-
FNE	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2023	10% a.a	24.000	300	17.801	-	-	-
GIRO	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mensal	2018 a 2021	CDI + 0,5% a.m	26.832	345	17.889	-	-	-
				Total contratados em moeda BRL	**81.179**	**726**	**35.690**	-	-	-
Contratados em Moeda USD										
ACC	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	22.572	1.194	90.287	5.600	296	22.400
ACC	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	22.572	1.194	90.288	5.600	296	22.400
ACC	Caixa Economica Federal	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	46.990	2.485	187.960	11.658	616	46.632
ACC	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	7.419	392	29.675	1.841	97	7.362
ACC	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	16.123	853	64.491	4.000	212	16.000
ACC	Scotiabank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 1,75% a.a	24.386	1.289	97.543	6.050	320	24.200
ACC	Banco Banrisul	Anual	2020	4,80% a 5,30% a.a	44.881	1.207	-	11.135	300	-
ACE	Banco Daycoval S.A.	Anual	2020	6,70% a.a	11.581	30	-	2.873	7	-
PPE	Banco Sumitomo Mitsui BR. S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	28.481	2.089	113.924	7.066	518	28.264
PPE	Scotiabank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	2.886	212	11.543	716	53	2.864
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	7.010	514	28.040	1.739	128	6.957
PPE	China Construction Bank	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	9.239	678	36.956	2.292	168	9.169
PPE	Cargill Incorporated	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	111.626	8.187	446.509	27.694	2.031	110.777
PPE	Banco Bradesco S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	46.243	3.392	184.972	11.473	841	45.891
PPE	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	21.886	1.605	87.544	5.430	398	21.719
PPE	Zion Capital S/A	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 12 + 3,25% a.a	22.197	1.628	88.789	5.507	404	22.028
CCB	Wilbury NPL Fundo de Invest.	Semestral	2020 a 2022	LIBOR 6 + 3,15% a.a	16.252	1.170	65.009	4.032	290	16.129
				Total contratados em moeda USD	**462.344**	**28.119**	**1.623.530**	**114.706**	**6.975**	**402.792**
Custos de transação - reperfilamento					(4.359)	-	(16.344)	-	-	-
				Total	**539.164**	**28.845**	**1.642.876**	**114.706**	**6.975**	**402.792**

Garantias: Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por bens do ativo imobilizado no valor de residual de R$725.240, conforme Nota 12.3. Covenants: Em relação aos covenants financeiros, conforme Acordo Global de reperfilamento das dívidas, a Companhia está obrigada ao cumprimento dos seguintes índices: a) Dívida Líquida / EBITDA: • igual ou inferior a -50,9 x em 31 de dezembro de 2017; • igual ou inferior a 63,1x em 30 de junho de 2018; • igual ou inferior a 16,6x em 31 de dezembro de 2018; • igual ou inferior a 14,6x em 30 de junho 2019; • igual ou inferior a 10,4x em 31 de dezembro de 2019; • igual ou inferior a 9,0x em 30 de junho de 2020; • igual ou inferior a 7,0x em 31 de dezembro de 2020; • igual ou inferior a 6,5x em 30 de junho de 2021; • igual ou inferior a 5,8x em 31 de dezembro de 2021; • igual ou inferior a 5,8x em 30 de junho de 2022; • igual ou inferior a 5,2x em 31 de dezembro de 2022; • igual ou inferior a 5,0x em 30 de junho de 2023; • igual ou inferior a 4,3x em 31 de dezembro de 2023; • igual ou inferior a 4,6x em 30 de junho de 2024; e • igual ou inferior a 3,9x em 31 de dezembro de 2024. b) Liquidez Corrente: A Companhia deve apresentar também o índice de liquidez corrente consubstanciado no quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante igual ou superior a 1,0x (uma vez), conforme medido em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, com base nas demonstrações financeiras divulgadas pela Companhia após a primeira publicação das Demonstrações Financeiras revisadas após a celebração deste Acordo. A Companhia apresentou conformidade nesse índice nos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro de 2019 e 2018. c) Limite mínimo de estoques e recebíveis: A partir do trimestre findo em 30 de setembro de 2017 (inclusive), entregar aos credores correspondência demonstrando o cálculo detalhado do limite mínimo de estoques e recebíveis para tal período fiscal correspondente com base nas informações financeiras divulgadas trimestralmente pela Companhia, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (i.e., Informações Financeiras Trimestrais - ITRs para os trimestres encerrados em março, junho e setembro, e Informações Financeiras Anuais para o trimestre encerrado em dezembro). Mediante expectativa de desempenho a Companhia mantem o cumprimento e o monitoramento tempestivo dos índices de *covenants*.

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Provisões de férias	**27.091**	27.057	**27.134**	27.110
Participação nos resultados	**14.541**	24.299	**14.592**	24.388
Previdência social	**6.972**	5.840	**6.982**	5.853
Fundo de garantia por tempo de serviço	**1.657**	1.537	**1.661**	1.541
Previdência privada	**440**	454	**440**	454
Outros	**72**	715	**72**	715
Passivo circulante	**50.773**	59.902	**50.881**	60.061

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Notas	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Contrib. para financ. da seguridade social - COFINS		**778**	-	**869**	-
Imposto circulação de mercadorias e serviços-ICMS		**5.095**	4.198	**5.111**	4.218
Programa de integração social - PIS		**113**	-	**131**	-
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		**185**	190	**185**	190
Imposto sobre produtos industrializados - IPI		**1.778**	1.861	**1.778**	1.861
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		**3.166**	2.505	**3.169**	2.509
Imposto de renda e contribuição social do exercício	26.2	-	-	**7**	1.424
PIS, COFINS, IR e CS retidos sobre serviços		**522**	470	**522**	470
Imposto sobre serviços - ISS		**654**	431	**655**	431
Outros		**28**	36	**28**	36
Passivo circulante		**12.319**	9.691	**12.455**	11.139

O sistema tributário brasileiro é de auto lançamento, portanto, as declarações de renda arquivadas permanecem abertas para revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos, contados da data de arquivamento.

19. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

19.1. Riscos provisionados: Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia e suas controladas, foram constituídas provisões no passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente. Segue saldos da provisão das contingências, com a demonstração do saldo líquido dos depósitos judiciais pela causa relacionada. Os depósitos judiciais são para garantias e serão levantados pelas partes contrárias no encerramento do processo, em caso de desfavorável, definitiva.

Controladora/Consolidado	2019 Total de Contingências	2019 Depósitos Judiciais	2019 Provisões	2018 Total de Contingências	2018 Depósitos Judiciais	2018 Provisões
Trabalhistas	**182.572**	**(8.076)**	**174.496**	164.562	(143)	164.419
Tributárias	**1.453**	-	**1.453**	2.204	-	2.204
Previdenciário	**8.238**	**(307)**	**7.931**	792	-	792
Cíveis	**17.978**	**(9.948)**	**8.030**	6.744	-	6.744
	210.241	**(18.331)**	**191.910**	174.302	(143)	174.159

A movimentação das provisões está demonstrada conforme a seguir:

Controladora/Consolidado	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Previdenciário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	179.350	1.875	4.980	-	186.205
Provisão / Reversão	30.369	1.894	896	792	33.951
Atualização Monetária	14.954	54	905	-	15.913
Baixas	(60.254)	(1.619)	(37)	-	(61.910)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	164.419	2.204	6.744	792	174.159
Provisão / Reversão	30.738	(1.795)	11.588	7.479	48.010
Atualização Monetária	11.241	1.088	2.268	-	14.597
Depósitos Judiciais	(8.076)	-	(9.948)	(307)	(18.331)
Baixas	(23.826)	(44)	(2.622)	(33)	(26.525)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**174.496**	**1.453**	**8.030**	**7.931**	**191.910**

As contingências trabalhistas tratam de processos em trâmite na Justiça do Trabalho que, individualmente, não são relevantes para os negócios da Companhia. A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias e relacionadas a discussões sobre divergências contratuais. 19.2. Riscos avaliados como possíveis: Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, com base na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, não foram registradas provisões.

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Trabalhistas	**36.213**	67.479	**36.213**	67.479
Tributárias	**792.134**	678.197	**795.522**	679.937
Previdenciárias	**33.709**	20.070	**33.709**	20.070
Cíveis	**435.602**	471.324	**435.602**	471.324
	1.297.658	1.237.070	**1.301.046**	1.238.810

Os processos de maior relevância, cujo risco é avaliado como possível, são de natureza tributária e estão comentados nos itens "a" e "b": a) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL: Por decisão judicial transitada em julgado, em 1994, a Companhia Caraíba Metais S.A., incorporada pela Paranapanema S.A. em 13 de novembro de 2009, obteve o direito de não recolher a Contribuição Social sobre o lucro instituída pela Lei nº 7.689/88. Com a decisão favorável à Caraíba Metais S.A., Companhia incorporada pela Paranapanema, foi questionada pela Fazenda Nacional, por meio de ação rescisória proposta em 1994, cujo objeto é o consequente restabelecimento da sujeição da Companhia (sucessora da Caraíba Metais S.A.) ao recolhimento da contribuição. A referida ação rescisória foi julgada procedente à União com o acolhimento do pedido e transitou em julgado em 29 de março de 2010. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a decisão que desconstituiu o direito de não recolher a CSLL não pode retroagir seus efeitos desde o ano do surgimento da Lei, motivo pelo qual a Companhia incorporada não registra provisão para esta contribuição desde o ano-calendário de 1994. Nos períodos anteriores a esta data, a Companhia não apurou base de cálculo positiva de CSLL. Sobre o assunto, a Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou cinco autos de infração relativos a fatos geradores entre 1994 e 2008, sendo que um destes autos foi segregado, mantendo parte da discussão na esfera administrativa e a outra encaminhada à esfera judicial. Atualmente, quatro destas autuações são alvos em Execuções Fiscais, devidamente garantidas, por meio de apólice judicial, as quais foram aceitas pelo juiz competente. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estima os valores envolvidos, não provisionados, em R$355.620, sendo R$317.881 avaliados como risco possível e R$37.739 como risco remoto (R$348.022 em 31 de dezembro de 2018, R$254.562 avaliados como risco possível e R$93.460 como risco remoto), de acordo com a opinião de seus assessores jurídicos. b) Multa isolada IPI e IRPJ: A Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para cobrança de multa isolada por suposta compensação indevida de débitos de IPI e IRPJ no período de 2004 a 2006, efetuada pela incorporada Caraíba Metais S.A., por ter sido realizada antes do trânsito em julgado de ação judicial que discutia os créditos utilizados na compensação. Em 24 de agosto de 2010, a incorporada Caraíba Metais S.A. obteve êxito parcial no julgamento do Recurso Voluntário apresentado, tendo sido reconhecido, por unanimidade, a inexistência de fundamento legal para imposição da multa isolada lançada até a edição da Lei nº 11.196/2005. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.164.452/MG, que tratou da exigência do trânsito em julgado de decisão judicial que reconheceu créditos para fins de compensação, somente é aplicável às ações ajuizadas após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 104/2001, que ocorreu em 11 de janeiro de 2001, ao passo que a ação judicial que fundamentou o crédito utilizado para compensação foi distribuída em 17 de agosto de 1998. Atualmente, o processo permanece em discussão na 1ª instância da esfera judicial, tendo a cobrança sido impugnada pela Companhia por meio dos Embargos à Execução Fiscal. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estima o valor, não provisionado e devidamente atualizado, em R$111.045 (R$107.788 em 31 de dezembro de 2018), com risco avaliado como possível. c) BTG Pactual S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.: Por conta de controvérsias envolvendo a Companhia com o BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander", e em conjunto com BTG Pactual, "Bancos"), que discutiam determinadas obrigações advindas de um Contrato de Abertura de Crédito firmado entre as partes, dentre elas, cobranças advindas de Contratos de Swap também firmados entre as partes, o Santander, em abril de 2010, iniciou procedimento arbitral perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC" e "1ª Arbitragem", respectivamente), cuja sentença, favorável ao Santander, havia determinado o pagamento de R$292.000, corrigidos, a partir das datas definidas na sentença, pelo IGPM + 1% ao mês. Referida sentença foi objeto de ação anulatória proposta pela Paranapanema na Justiça comum, a qual foi julgada procedente em primeira e segunda instância (TJSP), determinando a anulação da sentença proferida pelo Tribunal Arbitral. Após recursos especiais pela Paranapanema e pelo BTG Pactual, o Superior Tribunal de Justiça (o "STJ"), em 18 de setembro de 2018, manteve o acórdão do TJSP tal qual como proferido, ratificando a anulação da 1ª Arbitragem. A decisão do STJ transitou em julgado em novembro de 2018. No início de 2015, após o acórdão do TJSP mencionado acima, o Santander requereu a instauração de novo procedimento arbitral perante o CAM-CCBC. A nova arbitragem foi instituída, passando a tramitar sob o nº 02/2015/SEC1 (a "2ª Arbitragem"). Deste procedimento arbitral são partes Santander e BTG Pactual como requerentes, e a Companhia como requerida. Este novo procedimento buscava discutir a mesma matéria da 1ª Arbitragem. Em 10 de agosto de 2018, a Paranapanema tomou ciência da sentença arbitral proferida nesta 2ª Arbitragem e que decidiu pela nulidade de algumas obrigações previstas no Contrato de Abertura de Crédito, com repercussão sobre os Contratos de Swap. Por outro lado, a sentença arbitral parcial reconheceu, a existência de créditos contrapostos entre as partes e, por isso, determinou a realização no mesmo procedimento arbitral, de uma fase de ajuste pecuniário para apurar os valores devidos de parte a parte, segundo critérios ainda a serem definidos pelo tribunal arbitral, não sendo possível precisar, no momento, o que dela virá a resultar, tendo em vista que referida discussão encontra-se em andamento. Apoiada no Pronunciamento Técnico CPC 25, a administração da Paranapanema entende que as circunstâncias, riscos e incertezas do caso devem ser levadas em consideração para se alcançar a melhor estimativa de eventual contingenciamento, ativo ou passivo. Os contingenciamentos devem ser reavaliados em cada data de balanço e ajustados para refletir a melhor estimativa corrente. Assim, tendo em vista o quanto decidido pelo tribunal arbitral na 2ª Arbitragem e, ainda, tendo em conta que determinados critérios ainda são objeto de discussão pelas partes, restando pendente definição pelos árbitros, a administração da Paranapanema, apoiada em premissas, relatórios e análises de seus consultores externos, entende que não é praticável estimar razoavelmente o desfecho e nem o efeito financeiro envolvido na presente questão (itens 84 e seguintes do CPC 25). Em março de 2019, o BTG Pactual ajuizou Ação Anulatória em relação à 2ª Arbitragem, com pedido liminar para a suspensão da eficácia da sentença arbitral parcial proferida. A ação corre em segredo de justiça perante a 1ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem do Foro Central de São Paulo/SP. O pedido liminar foi indeferido, mantendo-se inalterado o curso da 2ª Arbitragem em primeiro grau.

20. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	Notas	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Dividendos a pagar	(a)	**172**	26.274	**172**	26.274
Passivos relacionados a contratos de clientes	(d)	**10.980**	192.515	**11.097**	193.122
Serviços e honorários advocatícios		**8.191**	9.661	**8.191**	9.661
Provisões diversas		**45.977**	26.662	**46.151**	26.843
Comissões sobre vendas		**8.615**	9.571	**8.739**	9.690
Provisão despesas meio-ambiente	(b)	**5.787**	6.681	**5.787**	6.681
Créditos de clientes	(c)	**1.001**	1.709	**345**	2.034
Outros		**1.348**	1.069	**1.348**	1.070
Passivo circulante		**82.071**	274.142	**81.830**	275.375
Dividendos a pagar		**172**	26.274	**172**	26.274
Passivos relacionados a contratos de clientes		**10.980**	192.515	**11.097**	193.122
Outros passivos circulantes		**70.919**	55.353	**70.561**	55.979
		82.071	274.142	**81.830**	275.375

(a) Dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício de 2015, ajustado pela constituição da reserva legal, contemplando a atualização monetária do montante com base no IGP-M, conforme Nota 21k. Parte substancial dos dividendos foram pagos em 30 de dezembro de 2019. b) Refere-se aos gastos previstos para cumprimento das obrigações assumidas no TAC-Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 04 de dezembro de 2015, entre o Ministério Público da Bahia, Paranapanema e outros, cujo objeto é a adoção de medidas mitigadoras, reparatórias e compensatórias dos impactos ambientais na área de influência da Ilha de Maré. c) Crédito de clientes refere-se a ajustes entre os parâmetros de preços, volumes e/ou teores metálicos cobrados no faturamento e os parâmetros finais da transação. d) Valor referente a adiantamentos efetuados por clientes (maioria provenientes de exportação) onde o preço de venda final é posteriormente ajustado pelo volume, teor metálico ou qualidade verificada pelo cliente.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019 é de R$2.069.566.247,56 (Dois bilhões, sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) dividido em 43.403.849 (quarenta e três milhões, quatrocentos e três mil, oitocentos e quarenta e nove) ações escriturais, e em 31 de dezembro de 2018 era de R$1.990.707.732,56 (Um bilhão, novecentos e noventa milhões, setecentos e sete mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos) dividido em 692.370.186 (seiscentos e noventa e dois milhões, trezentos e setenta mil, cento e oitenta e seis) ações, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A variação do capital social de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2019 no valor de R$78.858.515,00 refere-se a conversão de debentures em ações. Conforme fato relevante de 29 de março de 2019, a Companhia, em suas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas na mesma data, aprovou a proposta de grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, sem modificação do valor do capital social, nos termos do art. 12 da Lei nº 6.404/76. O grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, na proporção 17 (dezessete) ações ordinárias para 1 (uma) ação da mesma espécie, passaram a ser negociadas agrupadas a partir de 02 de maio de 2019. Segue abaixo a composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2019, e a composição em 31 de dezembro de 2018 divulgada e a situação após o grupamento:

	%	2019	%	31/12/2018 Grupamento	2018
Mineração Buritirama S.A.	27,73	**12.037.733**	9,20	3.748.864	63.730.682
Caixa Econômica Federal	16,18	**7.022.365**	17,32	7.054.165	119.920.814
João José Oliveira de Araujo	9,46	**4.107.300**	0,04	16.959	288.300
Cargill Financial Services International, Inc	8,75	**3.798.867**	16,70	2.729.712	46.405.116
Bonsucex Holding S.A.	6,91	**2.998.675**	6,27	2.555.128	43.437.178
Glencore International Investments Ltd	5,73	**2.488.687**	6,11	2.488.687	42.307.692
Fund. Petrobras de Seguridade Social - PETROS	-	-	5,10	2.078.307	35.331.221
Caixa de Previd. dos Func. do Banco do Brasil - PREVI	-	-	19,80	8.065.918	137.120.603
Ações em Tesouraria	0,00	**1.441**	0,00	1.441	24.509
Mercado	25,23	**10.948.781**	29,44	11.988.477	203.804.071
Quantidade de Ações		**43.403.849**		40.727.658	692.370.186

b) Debêntures conversíveis em ações: O Conselho de Administração aprovou, em 29 de agosto de 2017, o lançamento da oferta pública de debêntures, mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia. O lançamento da oferta pública com esforços restritos de colocação de debêntures, mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia, em duas séries, da espécie quirografária, sem garantia adicional, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, pelo Banco Modal S.A. Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Agente Escriturador Banco Bradesco S.A. Valor unitário R$1,00. Foram emitidas 334.216.991 debêntures da 1ª Série e 25.786.827 debêntures da 2ª Série. As debêntures da 1ª Série venceram em 01/09/2019 e as debêntures da 2ª série tem vencimento em 01/09/2021. A subscrição foi no montante de R$360.004 de debêntures conversíveis em 207.694.550 de ações. Em 22 de setembro de 2017, os investidores converteram as dívidas em debêntures. As debêntures da 1ª Série foram integralmente convertidas em ações, conforme prazo de vencimento. As debêntures da 2ª Série poderão ser convertidas em ações a qualquer momento, sendo que, ao final de seu prazo de vencimento a conversão ocorrerá de forma automática e obrigatória. Em 31 de dezembro de 2019 o total de debêntures convertidas em ações totalizaram R$334.217, e o saldo a ser convertido é R$25.787. c) Capital social autorizado: A Administração da Companhia está autorizada a aumentar o capital social da Paranapanema independentemente de decisão de assembleia, mediante deliberação do Conselho de Administração, no limite de até R$3.500.000 (três bilhões e quinhentos milhões de reais), cabendo também ao Conselho de Administração a fixação das condições de emissão e colocação dos títulos emitidos, entre as hipóteses previstas por lei. d) Direitos das ações: Aos titulares de ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da legislação societária brasileira, devendo ser pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados pela Assembleia Geral. Direito de voto todas as ações ordinárias que compõem a titularidade do capital social, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado. Conforme Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os detentores de ações ordinárias da Companhia têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço que as ações do bloco de controle tenham sido negociadas (tag along de 100%); e) Reserva legal: A Lei das Sociedades por Ações exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a 20% do valor do capital social. f) Ações em tesouraria: Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha 1.441 ações em tesouraria, equivalente as 24.509 ações de 31 de dezembro de 2018 após o grupamento na proporção de 17 por 1, sendo todas ações ordinárias. O valor de mercado da totalidade das ações em tesouraria calculado com base na cotação em bolsa em 31 de dezembro de 2019, é de R$42 (R$34 em 31 de dezembro de 2018). g) Reserva de incentivos fiscais: A Paranapanema é beneficiária até 2027, nos termos do Regulamento dos Incentivos Fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, conforme instituído pela Portaria Ministro de Estado da Integração Nacional - MIN nº 283 de 04/07/2013 ("Regulamento"), da redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, sobre o lucro da exploração. O Lucro da exploração é calculado com base no lucro líquido ajustado pelo expurgo de (i) os benefícios fiscais (ii) os resultados financeiros e (ii) os ganhos de capital. De acordo com o artigo 11 do Regulamento, "o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude dos benefícios fiscais de que trata este Regulamento não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social". Assim, se constitui uma obrigação da Companhia destinar à Reserva de Incentivo Fiscal o valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), o qual, por definição, não transita pelo resultado, por não se referir à entrega de bens ou serviços pela Companhia. h) Ajustes de avaliação patrimonial: A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui: • Parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos, usados como *hedge* de fluxo de caixa na pendência do reconhecimento futuro no resultado, junto com o efeito do item hedgeado quando ambos forem liquidados (veja Nota 28). • Ajustes acumulados de conversão, que incluem todas as diferenças de moeda estrangeira provenientes da conversão das Demonstrações Financeiras das empresas Controladas com operações no exterior. • O saldo da conta Reserva do Custo Atribuído refere-se a valores constituídos antes da vigência da Lei nº 11.638/07, e será mantido até sua efetiva realização. A realização da reserva é refletida na conta de lucros ou prejuízos acumulados. O mesmo tratamento é dado com referência à reversão dos impostos e contribuições diferidos, que foram registrados por ocasião da contabilização do custo atribuído.

Movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial

	Receita exportação ACC/PPE	NDF receita de vendas	Custo Metal x Futuro Bolsa	Outras Dívidas	Reserva de reavaliação	Var. camb. Invest. exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(433.145)	(147.526)	81	(424.584)	218.917	(102)	(786.359)
Movimentação	2.168	31.524	3.157	-	(12.479)	499	24.869
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(430.977)	(116.002)	3.238	(424.584)	206.438	397	(761.490)
Movimentação	(133)	46.796	(2.873)	-	(8.174)	184	35.800
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(431.110)**	**(69.206)**	**365**	**(424.584)**	**198.264**	**581**	**(725.690)**

i) Valor de mercado das ações da Companhia. O valor de mercado das ações da Companhia, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, correspondia em 31 de dezembro de 2019 a R$1.234.840 (R$934.700 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2019, um patrimônio líquido de R$621.396 (R$602.497 em 31 de dezembro de 2018), sendo o valor patrimonial das ações de R$14,32 (R$14,79 em 31 de dezembro de 2018). j) Lucro (Prejuízo) por ação: O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do (prejuízo) do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do (prejuízo), atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações ordinárias, utilizados no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação:

	2019	2018 Grupamento	2018
Lucro (Prejuízo) básico por ação - ordinária			
Prejuízo do exercício	(25.075)	(323.373)	(323.373)
Média ponderada da quantidade de ações para o prejuízo básico por ação (*)	40.703.950	40.537.919	689.144.631
Prejuízo básico por ação - ordinária	(0,61603)	(7,97705)	(0,46924)
Lucro (Prejuízo) diluído por ação - ordinária			
Prejuízo do exercício	(25.075)	(323.373)	(323.373)
Média ponderada da quantidade de ações para o prejuízo diluído por ação (*)	40.703.950	40.537.919	689.144.631
Debentures conversível	875.120	3.551.313	60.372.328
Média ponderada de ações ordinarias para o lucro (prejuízo) diluído por ação	41.579.070	44.089.233	749.516.959
Prejuízo diluído por ação - ordinária	(0,60307)	(7,33451)	(0,43144)

(*) A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações, exceto em tesouraria, durante o exercício.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas Demonstrações Financeiras.

k) Destinação do Lucro: O estatuto social prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. O lucro líquido do exercício de 2019 foi utilizado para compensar prejuízos anteriores.l) Pagamento dos Dividendos: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") de Acionistas da Companhia realizada em 28 de abril de 2017, aprovou, por unanimidade, a renovação da postergação do pagamento dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016 ("AGO 2016"). O pagamento de referidos dividendos foi efetuado em 30 de dezembro de 2019, contemplando a atualização monetária com base no IGP-M a partir de 24 de junho de 2016 até a efetiva quitação.

22. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

a) Abertura da receita líquida

		Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita bruta de vendas		**6.268.586**	5.682.248	**5.869.125**	5.249.357
Mercado interno		**3.125.574**	2.901.782	**2.726.104**	2.349.614
Mercado externo		**3.143.012**	2.780.466	**3.143.021**	2.899.743
Impostos e Deduções de Vendas		**(728.546)**	(589.918)	**(641.484)**	(483.580)
Imposto sobre produtos industrializados - IPI		**(23.981)**	(25.641)	**(23.981)**	(25.641)
Imposto circulação de mercad. e serviços-ICMS		**(340.437)**	(309.633)	**(294.775)**	(242.122)
Incentivo Fiscal ICMS - Desenvolve	(I)	**78.903**	90.884	**78.903**	90.884
Programa de integração social - PIS		**(42.077)**	(38.957)	**(35.895)**	(29.910)
Contrib. financ. da seguridade social - COFINS		**(193.779)**	(179.438)	**(165.305)**	(137.767)
Demais deduções sobre vendas		**(207.175)**	(127.133)	**(200.431)**	(139.024)
Receita líquida de vendas		**5.540.040**	5.092.330	**5.227.641**	4.765.777
Receita Liquida MI		**2.528.836**	2.366.677	**2.212.062**	1.925.750
Receita Liquida ME		**3.011.204**	2.725.653	**3.015.579**	2.840.027
		5.540.040	5.092.330	**5.227.641**	4.765.777

(I). A unidade industrial sede social localizada em Dias d'Ávila, no estado da Bahia, goza de incentivo fiscal de ICMS, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve. Em agosto de 2016, pelo Decreto nº 16.970 foi regulamentada a Lei n 13.564, estabelecendo que a fruição de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros que resultem em redução do valor do ICMS a ser pago fica condicionado ao pagamento, pelo respectivo beneficiário, do valor correspondente a 10% do benefício ou incentivo, destinado ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza. b) Informações geográficas - receita bruta de clientes no Exterior

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
América	**880.761**	906.904
Europa	**1.993.060**	1.744.995
Ásia	**268.090**	231.648
África	**1.110**	16.196
	3.143.021	2.899.743

As exportações realizadas para Europa e Ásia estão basicamente representadas pelas vendas às empresas na modalidade trading companies, onde o principal destino foi a China.

23. DESPESAS POR NATUREZA

		Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Custo do Metal		**(4.888.499)**	(4.312.908)	**(4.567.453)**	(3.970.263)
Pessoal e Benefícios	(b)	**(259.327)**	(248.693)	**(261.039)**	(250.455)
Depreciação		**(152.204)**	(148.080)	**(152.326)**	(148.197)
Amortização direito de uso de ativo		**(13.696)**	-	**(13.865)**	-
Energia Eletr/Agua/Gas/Comb. e Lubrif		**(178.643)**	(144.762)	**(178.690)**	(145.071)
Serviços de terceiros		**(93.426)**	(73.820)	**(95.214)**	(74.227)
Manutenção		**(81.648)**	(89.579)	**(81.659)**	(89.607)
Estoque de Insumos utilizados/absorvidos		**(55.669)**	(31.889)	**(48.739)**	(32.301)
Aluguéis		**(12.192)**	(21.238)	**(12.959)**	(22.000)
Assuntos instit. e legais		**(16.308)**	(16.270)	**(16.360)**	(16.328)
Informática/Telecomunicação		**(12.502)**	(13.052)	**(12.531)**	(13.119)
Outras despesas		**(11.925)**	(10.462)	**(11.965)**	(10.509)
Despesas de viagem		**(3.129)**	(3.640)	**(3.134)**	(3.644)
Vendas e marketing		**(123)**	(3.204)	**(141)**	(3.237)
Ociosidade	(a)	**175.445**	175.202	**175.445**	175.202
		(5.603.846)	(4.942.395)	**(5.280.630)**	(4.603.756)
Custo dos produtos vendidos		**(5.491.320)**	(4.837.369)	**(5.164.429)**	(4.495.172)
Despesas comerciais		**(27.536)**	(27.816)	**(29.620)**	(30.011)
Despesas gerais e administrativas		**(84.990)**	(77.210)	**(86.581)**	(78.573)
		(5.603.846)	(4.942.395)	**(5.280.630)**	(4.603.756)

a) A ociosidade decorre principalmente pelo menor volume de produção em função das interrupções não programadas por problemas operacionais no smelter e adicionalmente pela manutenção programada em seu complexo industrial de Dias d'Ávila, no estado da Bahia. b) Os valores referentes a pessoal e benefícios englobam salários, férias, 13ºsalários, previdência social e privada, assistência médica e odontológica, refeições e transportes.

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Notas	Controladora 2019	Controladora 2018 Reclassificado	Consolidado 2019	Consolidado 2018 Reclassificado
Recuperações de impostos		**3.051**	10.551	**3.051**	10.551
Exclusão ICMS base cálculo PIS/COFINS	08.f	**396.292**	17.582	**396.292**	17.582
Receita de venda de energia	a)	**12.318**	14.706	**12.318**	14.706
Reversão de outras perdas estimadas		**2.004**	7.897	**2.004**	7.897
Recuperações diversas		**774**	1.556	**821**	2.633
Vendas diversas		**2.082**	2.613	**2.082**	2.613
Reversão provisão penalidade contratos onerosos		**4.020**	-	**4.020**	-
Reversão de Provisão PL negativo de controlada	11	-	2.771	-	-
Recebimento de Precatório		**15.428**	-	**15.428**	-
Locação de imóveis e equiptos.		**300**	293	**300**	293
Lucros e Dividendos		**31**	18	**31**	18
Vendas de ativo imobilizado		-	35	-	35
Processo Pref Manaus		**19.957**	-	**19.957**	-
Outras receitas		**4.810**	867	**4.811**	958
Total de outras receitas		**461.067**	58.889	**461.115**	57.286
Ociosidade	23	**(175.445)**	(175.202)	**(175.445)**	(175.202)
Provisão para demandas judiciais	19	**(48.009)**	(33.951)	**(48.009)**	(33.951)
Indenizações trabalhistas		**(19.476)**	(4.897)	**(19.618)**	(4.924)
PIS e COFINS sobre outras receitas		**(6.125)**	(2.787)	**(6.125)**	(2.795)
Provisão perda Ativos mantidos para venda	10	-	(3.453)	-	(3.453)
Provisão penalidade contratos onerosos		-	(7.092)	-	(7.092)
PL negativo de controlada		**(186)**	(5.777)	-	-
Provisão de Honorários de Êxito		**(10.867)**	(1.442)	**(10.867)**	(1.442)
Custo ativo imobilizado baixado		**110**	(6)	**110**	(6)
Multas por auto de infração		**(1.806)**	(844)	**(1.831)**	(932)
Custo das vendas diversas		**(305)**	(321)	**(305)**	(321)
Outras perdas estimadas		**(4.068)**	(362)	**(4.068)**	(362)
Outras despesas		**(3.442)**	(1.275)	**(3.444)**	(1.335)
Total de outras despesas		**(269.619)**	(237.409)	**(269.602)**	(231.815)
Total de outras, líquidas		**191.448**	(178.520)	**191.513**	(174.529)

a) Receita de venda de energia elétrica excedente, não utilizada na produção.

25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018 Reclassificado	Consolidado 2019	Consolidado 2018 Reclassificado
Variação cambial passiva	a)	**(402.092)**	(520.576)	**(402.092)**	(520.576)
Instrumentos financeiros derivativos		**(28.353)**	(120.578)	**(28.353)**	(120.614)
Hedge de valor justo de estoques	b)	-	(342.144)	-	(352.973)
Despesa de juros		**(151.722)**	(152.363)	**(167.003)**	(161.162)
Ajuste a valor presente		**(41.888)**	(9.137)	**(56.624)**	(24.680)
Despesas bancárias/IOF		**(2.640)**	(3.190)	**(2.731)**	(3.352)
Variação monetária passiva		**(16.738)**	(18.090)	**(16.738)**	(18.090)
Outras despesas financeiras		**(30.652)**	(14.400)	**(33.204)**	(15.591)
Total das despesas financeiras		**(674.085)**	(1.180.478)	**(706.745)**	(1.217.038)
Variação cambial ativa	a)	**361.997**	308.989	**361.997**	308.989
Instrumentos financeiros derivativos		**13.420**	25.924	**13.420**	25.924
Hedge de valor justo de estoques	b)	-	403.635	-	411.381
Ajuste a valor presente		**29.113**	27.963	**41.972**	37.495
Receita de juros		**10.662**	13.650	**11.604**	14.459
Exclusão ICMS base calculo PIS/COFINS	08.f	**310.619**	-	**310.619**	-
Variação monetária ativa		**13.928**	3.151	**13.928**	3.180
Outras receitas financeiras		**5.573**	7.618	**17.345**	21.222
Total das receitas financeiras		**745.312**	790.930	**770.885**	822.650
Total resultado financeiro		**71.227**	(389.548)	**64.140**	(394.388)

a) Variação Cambial: Refere-se à atualização dos ativos e passivos expostos em moeda estrangeira, principalmente em US$, cuja apreciação frente ao Real durante o período gerou variação cambial considerável, tanto na ponta ativa quanto na passiva. O quadro abaixo demonstra o resultado líquido da variação cambial da Companhia: ***b)*** As despesas e receitas com o Hedge de valor justo nos estoques, que tem como objetivo proteger o valor do metal nos estoques e consequentemente permitindo que o custo do metal nas vendas seja similar ao preço do metal da receita passaram a ser classificados no custo dos produtos vendidos.

	Controladora/Consolidado 2019	Controladora/Consolidado 2018
Variação cambial passiva	**(402.092)**	**(520.576)**
Variação cambial ativa	**361.997**	**308.989**
	(40.095)	**(211.587)**

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS

26.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos: A controladora possui decisão judicial para o não recolhimento da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), incidindo sobre o lucro somente a alíquota de 25% do imposto de renda. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Nota	2019 Controladora	2019 Controlada CDPC	2019 Consolidado	2018 Controladora	2018 Controlada CDPC	2018 Consolidado
Aliquota		**25%**	**34%**		25%	34%	
Créditos sobre prejuízos fiscais		**1.278.711**	**31.571**	**1.310.282**	1.315.219	31.584	1.346.803
IR s/ Prejuizo Fiscal		**319.678**	**10.734**	**330.412**	328.805	10.739	339.544
Provisão de Baixa de créditos sobre prejuízos fiscais		**(206.834)**	-	**(206.834)**	-	-	-
IR s/ Prejuizo Fiscal	a)	**112.844**	**10.734**	**123.578**	328.805	10.739	339.544
Variações cambiais líquidas		**(638.120)**	-	**(638.120)**	(602.455)	-	(602.455)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		**53.948**	**1.163**	**55.111**	58.524	1.402	59.926
Patrimônio liquido negativo		**195**	-	**195**	2.746	-	2.746
Provisão para demandas judiciais		**191.910**	-	**191.910**	174.159	-	174.159
Perda estimada (reversão) valor recuperável dos estoques		**(15.735)**	-	**(15.735)**	(10.649)	-	(10.649)
Perdas estimadas diversas		**10.883**	-	**10.883**	33.257	-	33.257
Reversões (Provisões) instrumentos financeiros e outros		**22.860**	**915**	**23.775**	(46.178)	1.135	(45.043)
Participação de administradores e outros		**6.955**	**37**	**6.992**	8.319	76	8.395
Provisão ajuste valor presente		**(1.951)**	**(325)**	**(2.276)**	1.450	2.890	4.340
Total diferenças temporárias		**(369.055)**	**1.790**	**(367.265)**	(380.827)	5.503	(375.324)
IR s/ diferenças temporárias	b)	**(92.264)**	**609**	**(91.655)**	(95.207)	1.871	(93.336)
IR e CS diferidos		**20.580**	**11.343**	**31.923**	233.598	12.610	246.208
IR s/ Reserva de Custo Atribuido	c)	**(66.088)**	-	**(66.088)**	(68.813)	-	(68.813)
		(45.508)	**11.343**	**(34.165)**	164.785	12.610	177.395
Ativo não-circulante		-	**11.343**	**11.343**	164.785	12.610	177.395
Passivo não-circulante		**45.508**	-	**45.508**	-	-	-

a) A Companhia possui, no consolidado, prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R$1.310.282 (R$1.346.803 em 31 de dezembro de 2018), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros. Com base nos estudos técnicos relacionados aos lucros tributáveis futuros, a Companhia constituiu-se uma perda estimada no montante em R$206.834 sobre os ativos fiscais diferidos auferidos anteriormente. Tal ajuste decorre das projeções em 2019, considerando o novo cenário econômico e de mercado, como por exemplo o aumento na taxa de câmbio e nos preços de metal, dentre outros desenvolvimentos atuais. A Administração manterá o monitoramento tempestivo dos créditos e, a qualquer tempo mediante estimativas de realização de lucros tributáveis, os valores provisionados para perda serão revertidos a favor da Companhia. No Brasil, a compensação dos prejuízos fiscais não possui prazo prescricional, estando apenas limitadas a 30% dos lucros tributáveis anuais. b) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrados, na rubrica de "Imposto de renda diferido", valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto. c) A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva. Adicionalmente, com base no estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, foram consideradas diversas premissas financeiras e de negócios, tais como a otimização da capacidade instalada diluindo os custos fixos e otimizando a geração de caixa, aumento do volume de vendas principalmente através das exportações, gerenciamento tempestivo focando a redução do ciclo de conversão de caixa através de ações de alfandegamento, redução dos prazos de recebíveis, de forma a não aumentar a necessidade de capital de giro. A Companhia permanece com uma política conservadora de administração de caixa em complemento à estratégia de uma maior utilização dos ativos operacionais, bem como a racionalização de custos e despesas. A projeção de realização dos impostos diferidos, foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração e nas projeções de resultados aprovados pelos órgãos de governança corporativa da Companhia. Todavia, por envolverem diversas premissas que não estão sobre o controle da Companhia, como índices de inflação, volatilidade do câmbio, preços praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir materialmente daqueles considerados na preparação desta projeção. A Companhia e suas controladas estimam recuperar os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais no prazo de até 10 anos.

	Consolidado
2021	3.582
2022	2.002
2023	5.034
2024	6.468
2025 até 2029	106.492
	123.578

A Companhia tem isenção de 75% do imposto de renda e dos adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração decorrente da produção de cobre e seus subprodutos, até o período-base de 2027. Essa isenção é aplicada no saldo do imposto de renda a pagar após as compensações do prejuízo fiscal, conforme descrito no item a. Os benefícios de Imposto de Renda da Companhia estão condicionados à constituição de Reserva de Capital pelo montante equivalente ao imposto não recolhido. As Reservas de Incentivos Fiscais constituídas somente poderão ser utilizadas para aumentar o capital ou absorver prejuízos. 26.2 Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de Imposto de Renda na Controladora, e Imposto de Renda e Contribuição Social no Consolidado, registrada na demonstração do resultado, está demonstrada abaixo:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro(prejuízo)antes do imposto de renda e contrib. social	**185.218**	(447.877)	**186.494**	(443.964)
Alíquota fiscal nominal combinada	**25%**	25%	**25% e 34%**	25% e 34%
Imposto de renda sobre lucro	**46.305**	-	**47.583**	1.330
Adições permanentes	**(21.810)**	(10.277)	**(21.810)**	(10.263)
Realização de reserva de reavaliação (depreciação/baixa)	**3.002**	3.675	**3.002**	3.675
Provisão para credito de liquidação duvidosa	**(1.144)**	(4.702)	**(1.225)**	(6.085)
Provisão (Reversão) para demandas judiciais	**4.438**	(3.012)	**4.438**	(3.012)
Outras provisões dedutíveis	**9.203**	(3.665)	**8.021**	(4.151)
Variação cambial líquida (regime caixa)	**(8.916)**	45.256	**(8.916)**	45.256
Patrimônio liquido negativo	**(638)**	687	**(638)**	687
Compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores	**(9.132)**	-	**(9.136)**	-
Isenção de lucro da exploração	**(20.772)**	-	**(20.772)**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre		-		
Prejuizo fiscal e base negativa de contribuição social	**(213.554)**	90.611	**(214.841)**	87.223
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	**2.725**	5.931	**2.725**	5.931
Crédito de imposto de renda	**(210.293)**	124.504	**(211.569)**	120.591
Imposto de renda do período corrente	-	-	**(5)**	(1.041)
Contribuição social do período corrente	-	-	**(3)**	(383)
Impostos correntes	-	-	**(8)**	(1.424)
Imposto de renda diferido	**(213.018)**	118.573	**(213.951)**	116.743
Contribuição social diferida	-	-	**(335)**	(659)
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	**2.725**	5.931	**2.725**	5.931
Impostos Diferidos	**(210.293)**	124.504	**(211.561)**	122.015
Crédito de IR e CS	**(210.293)**	124.504	**(211.569)**	120.591
Taxa efetiva total	**(113,54%)**	(27,80%)	**(113,45%)**	(27,16%)
Taxa efetiva corrente	**0,00%**	0,00%	**0,00%**	0,32%

27. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua somente no segmento de cobre, que compreende a produção e comercialização de cobre eletrolítico, seus subprodutos e serviços correlatos, bem como semielaborados de cobre e suas ligas.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1 Política de gestão de riscos de mercado: A Companhia reconhece que certos riscos de mercado, como variação do preço de *commodities*, taxa de câmbio e taxas de juros, são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a política da Companhia é evitar riscos desnecessários e garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de serem controladas sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos e eficientes para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições. O Conselho de Administração conta com o Comitê de Finanças, Riscos e Contingências para assistir ao estabelecimento de políticas de gestão de risco de mercado e garantir que os procedimentos apropriados estejam em vigor, para que todas as exposições ao risco incorridas pela Companhia estejam identificadas e avaliadas. Além disso, o referido Comitê monitora para que essas exposições estejam dentro dos limites estabelecidos. Os riscos de negócio identificados incluem: · Risco de taxas de juros inerentes às dívidas da Companhia. · Risco cambial e risco de preços de *commodities* decorrentes das matérias primas e produtos vendidos, transações projetadas e compromissos firmes. · Risco cambial decorrente de ativos e passivos como: aplicações no exterior e empréstimos, estoques vinculados a *commodities* cujos preços são denominados em moeda estrangeira, entre outros. · Risco de base (*Basis Risk*) decorrentes de diferenças temporais, de volume, e de indexadores que porventura podem ocorrer entre a contratação e liquidação do instrumento e o objeto de *hedge*. A política de gestão de riscos de mercado permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos aprovados com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: Câmbio, *Commodities* e Taxas de Juros. Instrumentos derivativos são somente utilizados para fins de "*Hedge*" uma vez que limitam as exposições financeiras associadas aos riscos identificados em determinados passivos e ativos da Companhia. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio. A utilização é permitida somente após verificar que o derivativo escolhido possa delimitar os riscos identificados dentro dos níveis de tolerância estabelecidos pela política. A Companhia realiza operações de *hedge* com instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos e enquadra essas transações nas regras de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) tais como definidas pela Deliberação CVM nº 763 (CPC 48). Nem todas as operações de *hedge* com derivativos são contabilizadas em aplicação das regras de contabilidade de *hedge*. 28.2 Metodologias de valor justo: Os instrumentos financeiros de derivativos são avaliados a valor justo e devidamente reconhecidos contabilmente em contas patrimoniais. A metodologia de avaliação a valor justo envolve parâmetros verificáveis, extraídos dos mercados futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (Cupom Cambial e Pré), LME (cobre, zinco, estanho e chumbo) e LBMA (ouro e prata), *British Banker's Association* (*Libor*) e Bloomberg (dólar norte americano à

continua

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

vista - *Spot*). A apuração do valor de mercado dos derivativos de câmbio pela Companhia consiste em calcular o valor futuro de acordo com as condições contratuais e trazer a valor presente pelas curvas de mercado (Pré e cupom cambial) e preços divulgados na Bloomberg e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Os preços dos derivativos embutidos são feitos pela média dos preços futuros, baseados nas curvas divulgadas na LME e LBMA. 28.3 Derivativos embutidos: Cláusulas de ajuste dos preços de matérias primas, tais como o cobre, incluídas em contratos não canceláveis de compra de produtos, que são baseadas em preços de mercado para uma data subsequente à data de embarque ou entrega, são considerados derivativos embutidos, que requerem segregação e contabilização em separado. Isto se dá porque, de acordo com o CPC 48, ajustes dos fluxos de caixa de pagamentos indexados a preços de matérias primas (como o cobre, por exemplo) embutidos em passivos financeiros não estão intimamente relacionados com o instrumento principal, uma vez que os riscos inerentes ao contrato principal e ao derivativo embutido não são semelhantes. Um derivativo embutido, que é bifurcado do seu contrato hospedeiro e é contabilizado em separado ao valor justo por meio do resultado, como qualquer outro instrumento derivativo, pode ser designado como instrumento de *hedge* numa relação de contabilidade de *hedge*, tal como um *hedge* de valor justo de estoques de cobre. Contratos de compra de concentrado de cobre geralmente incluem um preço provisório na data do embarque, com o preço final baseado na média mensal do preço do cobre na LME para um período futuro determinado. Este período normalmente varia entre 30 e 120 dias após a data de embarque ou faturamento. Tal compra de concentrado com preço provisório contém um derivativo embutido, o qual é requerido que seja separado do contrato principal e contabilizado como derivativo por separado no resultado. 28.4 Classificação dos instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são classificados em duas categorias de mensuração: ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo ao custo amortizado. A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

Controladora	Notas	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Valor Contábil 2019	Valor Justo 2019
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	102.266	102.266	102.266
Aplicações financeiras	05	-	19.943	19.943	19.943
Contas a receber de clientes	06	-	215.758	215.758	215.758
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	4.756	-	4.756	4.756
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	11.914	-	11.914	11.914
Total dos ativos		16.670	337.967	354.637	354.637
Passivos financeiros					
Fornecedores	13	-	494.347	494.347	494.347
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	85.641	85.641	85.641
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	10.980	10.980	10.980
Créditos de Clientes	20	-	1.001	1.001	1.001
Empréstimos e financiamentos	16	-	2.210.885	2.210.885	2.210.885
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	18.448	-	18.448	18.448
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	30.933	-	30.933	30.933
Total dos passivos		49.381	2.802.854	2.852.235	2.852.235

Controladora	Notas	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Valor Contábil 2018	Valor Justo 2018
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	201.571	201.571	201.571
Aplicações financeiras	05	-	44.788	44.788	44.788
Contas a receber de clientes	06	-	771.710	771.710	771.710
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	25.793	-	25.793	25.793
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	103.520	-	103.520	103.520
Total dos ativos		129.313	1.018.069	1.147.382	1.147.382
Passivos financeiros					
Fornecedores	13	-	1.308.257	1.308.257	1.308.257
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	66.914	66.914	66.914
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	192.515	192.515	192.515
Créditos de Clientes	20	-	1.709	1.709	1.709
Empréstimos e financiamentos	16	-	2.148.913	2.148.913	2.148.913
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	10.367	-	10.367	10.367
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	16.082	-	16.082	16.082
Total dos passivos		26.449	3.718.308	3.744.757	3.744.757

Consolidado	Notas	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Valor Contábil 2019	Valor Justo 2019
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	118.036	118.036	118.036
Aplicações financeiras	05	-	25.029	25.029	25.029
Contas a receber de clientes	06	-	203.616	203.616	203.616
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	4.756	-	4.756	4.756
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	11.914	-	11.914	11.914
Total dos ativos		16.670	346.681	363.351	363.351
Passivos financeiros					
Fornecedores	13	-	495.575	495.575	495.575
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	85.641	85.641	85.641
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	11.097	11.097	11.097
Créditos de Clientes	20	-	345	345	345
Empréstimos e financiamentos	16	-	2.210.885	2.210.885	2.210.885
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	18.448	-	18.448	18.448
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	30.933	-	30.933	30.933
Total dos passivos		49.381	2.803.543	2.852.924	2.852.924

Consolidado	Notas	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Valor Contábil 2018	Valor Justo 2018
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	216.668	216.668	216.668
Aplicações financeiras	05	-	45.556	45.556	45.556
Contas a receber de clientes	06	-	666.685	666.685	666.685
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	25.793	-	25.793	25.793
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	103.520	-	103.520	103.520
Total dos ativos		129.313	928.909	1.058.222	1.058.222
Passivos financeiros					
Fornecedores	13	-	1.257.987	1.257.987	1.257.987
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	66.914	66.914	66.914
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	193.122	193.122	193.122
Créditos de Clientes	20	-	2.034	2.034	2.034
Empréstimos e financiamentos	16	-	2.148.913	2.148.913	2.148.913
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	10.367	-	10.367	10.367
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	16.082	-	16.082	16.082
Total dos passivos		26.449	3.668.970	3.695.419	3.695.419

Hierarquia ao valor justo: A Companhia divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas, e requer determinadas divulgações sobre o valor justo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: Nível 1- preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos na data de mensuração. Um preço cotado em um mercado ativo apresenta a evidência mais confiável do "valor justo" e deve ser usado sempre que disponível. Nível 2- preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos, preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados que não são ativos (mercados em que há poucas transações para os ativos ou passivos), dados que não sejam preços cotados observáveis para um ativo ou passivo e dados que sejam derivados ou corroborados principalmente por dados observáveis no mercado por correlação ou outros meios. Nível 3- são dados não observáveis para um ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o "valor justo" quando dados observáveis não estão disponíveis e devem refletir as expectativas da própria unidade de negócio sobre o que os participantes do mercado usariam como premissas para precificar um ativo ou passivo. Nenhum instrumento financeiro detido tem as características da categoria de Nível 3. Abaixo apresentamos ativos e passivos da controladora e do consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	Notas	Controladora Nível 1	Nível 2	2019	Consolidado Nível 1	Nível 2	2019
Ativos financeiros							
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	-	4.756	4.756	-	4.756	4.756
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	11.914	11.914	-	11.914	11.914
Total dos ativos		-	16.670	16.670	-	16.670	16.670
Passivos financeiros							
Fornecedores	13	-	494.347	494.347	-	495.575	495.575
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	85.641	85.641	-	85.641	85.641
Empréstimos e financiamentos	16	2.210.885		2.210.885	2.210.885		2.210.885
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	10.980	10.980	-	11.097	11.097
Créditos de Clientes	20	-	1.001	1.001	-	345	345
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	-	18.448	18.448	-	18.448	18.448
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	30.933	30.933	-	30.933	30.933
Total dos passivos		2.210.885	641.350	2.852.235	2.210.885	642.039	2.852.924

	Notas	Controladora Nível 1	Nível 2	2018	Consolidado Nível 1	Nível 2	2018
Ativos financeiros							
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	-	25.793	25.793	-	25.793	25.793
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	103.520	103.520	-	103.520	103.520
Total dos ativos		-	129.313	129.313	-	129.313	129.313
Passivos financeiros							
Fornecedores	13	-	1.308.257	1.308.257	-	1.257.987	1.257.987
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	66.914	66.914	-	66.914	66.914
Empréstimos e financiamentos	16	2.148.913		2.148.913	2.148.913		2.148.913
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	192.515	192.515	-	193.122	193.122
Créditos de Clientes	20	-	1.709	1.709	-	2.034	2.034
Instr Financeiros - Hedge Accounting	28	-	10.367	10.367	-	10.367	10.367
Instr Financeiros - Demais Derivativos	28	-	16.082	16.082	-	16.082	16.082
Total dos passivos		2.148.913	1.595.844	3.744.757	2.148.913	1.546.506	3.695.419

Resumo dos instrumentos financeiros derivativos consolidados

Instrumento	Posição	Indexador	Valor de Referência 2019	Valor de Referência 2018	Valor Justo 2019	Valor Justo 2018
Designados para *Hedge accounting*						
Risco de preços de commodities						
NDF	Comprado	Cobre	5.250 tons	6.853 tons	(4.290)	10.367
Compromisso firme de venda	Vendido	Cobre	(5.250) tons	(6.853) tons	4.290	(10.367)
NDF	Vendido	Cobre	(7.150) tons	(2.000) tons	(6.630)	3.127
NDF	Comprado	Prata	- Oz	(76.072) Oz	-	121
NDF	Vendido	Zinco/Estanho/ Chumbo	(865) tons	(1.775) tons	460	819
Derivativo embutido	Vendido	Cobre	(4.676) tons	(12.396) tons	(7.522)	8.932
Derivativo embutido	Vendido	Ouro	(180) Oz	(14.607) Oz	(6)	1.921
Derivativo embutido	Vendido	Prata	(22.076) Oz	(268.060) Oz	6	506
Total					**(13.692)**	**15.426**
Total derivativos designados para *hedge accounting*					**(13.692)**	**15.426**
Não designados para *Hedge accounting*						
Risco de preços de *commodities*						
Compromisso firme de venda	Comprado	Cobre	- tons	- tons	(97)	(1.744)
Fluxo de Caixa -Custo	Vendido	Cobre	(7.375) tons	4.196 tons	(3.854)	(1.259)
NDF	Comprado	Cobre	3.300 tons	(213) tons	6.568	(4.634)
NDF	Vendido	Ouro	(12.160) Oz	4.285 Oz	(3.491)	(510)
NDF	Vendido	Prata	(133.815) Oz	(207.816) Oz	(1.023)	(1.263)
NDF	Comprado	Zinco/Estanho/ Chumbo	- tons	- tons	(136)	(245)
Derivativo embutido	Comprado	Cobre/Ouro/Prata	- tons	- tons	(15.865)	99.498
Total					**(17.898)**	**89.843**
Hedge Econômico - Variação Cambial US$/BRL						
MTM Opções			- US$	- US$	-	(1.984)
MTM NDF	Vendido	USD/BRL	(18.000) US$	(39.000) US$	(1.121)	(682)
Futuros BM&F	Vendido	US$ Futuro	- US$	(10.750) US$	-	137
Total					**(1.121)**	**(2.529)**
Risco de taxa de Juros						
Swap	Comprado	LIBOR 3M/6M + VC	- US$	3.301 US$	-	12.768
Swap	Comprado	Pré + VC	- US$	(3.301) US$	-	(12.644)
Total			-	-	-	**124**
Total demais derivativos					**(19.019)**	**87.438**
Total					**(32.711)**	**102.864**
Ativo Circulante					**16.670**	**129.313**
Passivo Circulante					**(49.381)**	**(26.449)**

28.5 Riscos de mercado: 28.5.1 Risco cambial: A Companhia possui ativos e passivos, assim como operações futuras que envolverão receitas e custos todos denominados ou indexados em moeda estrangeira que não é a moeda funcional da Companhia. A Política estabelece que a gestão de riscos tenha como objetivo a proteção contra o risco cambial do fluxo projetado denominado em moeda estrangeira por meio do uso de operações de balcão (NDF - *Non Deliverable Forward*), futuros de bolsa, *zero cost collar* e instrumentos financeiros não derivativos (passivos indexados ao dólar). A exposição em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir:

Controladora/Consolidado	Posição	2019 US$	2018 US$
Objeto			
Receita Prêmio Projetada	Comprado	1.341.604	1.450.783
Estoques	Comprado	118.950	268.077
Instrumento financeiro designados para hedge accounting			
NDF - Receita	Vendido	(128.636)	(232.883)
Empréstimos e financiamentos	Vendido	(790.135)	(857.179)
Fornecedores	Vendido	(541.783)	(628.798)
Derivativos não designados para hedge accounting			
NDF (USD/BRL)	Vendido	(8.000)	(50.000)
Opção Call (USD/BRL)	Comprado	-	(15.000)
Opção Put (USD/BRL)	Comprado	-	15.000
Futuro (Pré x USD)	Comprado	-	11.000
Ativos/Passivos não designados para hedge accounting			
Empréstimos e financiamentos	Vendido	(398.548)	(337.297)
Exposição líquida total		**(406.548)**	**(376.297)**

28.5.2 Risco de taxas de juros: A Companhia possui exposições pós-fixadas a Libor, CDI, TJLP e Taxa de Juros Resolução 635/87 decorrentes de aplicações e empréstimos. O risco de Libor concentra-se nas operações de *Trade Finance, para as* quais foram feitas operações de Libor contra Taxa Fixa para a sua proteção. A exposição às taxas de juros está demonstrada no quadro a seguir:

Controladora/Consolidado		2019	2018
Designados para Hedge accounting			
Empréstimos e financiamentos	LIBOR	(1.196.187)	(1.284.096)
Derivativos - Swap	LIBOR	-	6.396
		(1.196.187)	**(1.277.700)**
Não designados para Hedge accounting			
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(1.211)	(6.798)
		(1.211)	**(6.798)**
Empréstimos e financiamentos	T.Juros Res.635/87	-	(2.939)
		-	**(2.939)**
Aplicações	PRÉ	24.045	94.897
Empréstimos e financiamentos	PRÉ	(44.721)	(73.231)
		(20.676)	**21.666**

28.5.3 Risco de *commodities:* A Paranapanema, em suas atividades de negócio, adquire matéria-prima e vende produtos, ambos referenciados às quantidades de metais neles contidos e às cotações desses metais nas bolsas internacionais (*London Metal Exchange e London Bullion Market Association*). A origem do risco de *commodities* é o descasamento entre os preços de venda e de compra dos metais contidos nos produtos e matérias primas. A Política estabelece que a exposição ao risco de *commodities* de cada metal seja dada pelo descasamento entre a quantidade desse metal já precificada para a compra e a quantidade desse metal já precificada para a venda, e estabelece limites de exposição ao risco. Por conta desta exposição, a Companhia tem por estratégia manter os custos em dólares dos metais em estoque flutuando com o preço do metal no mercado, e somente travá-los quando ocorrer a venda do metal e seu preço for conhecido.

Cobre (Controladora/Consolidado)	Posição	2019 Valor Referência	Exposição	2018 Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	40.602 tons	1.007.452	48.425 tons	1.119.252
Designados para Hedge accounting					
Derivativo embutido	Vendido	(23.376) tons	(580.040)	(37.393) tons	(853.364)
Compromissos Firmes	Vendido	(4.918) tons	(122.025)	(7.451) tons	(172.214)
NDF	Vendido	(5.975) tons	(148.258)	8.823 tons	203.923
Não designados para Hedge accounting					
Derivativo embutido	Comprado	- tons	-	(17) tons	(393)
Compromissos Firmes	Vendido	(8.472) tons	(210.203)	(17.033) tons	(393.685)
Exposição líquida total		**(2.139) tons**	**(53.074)**	**(4.646) tons**	**(96.481)**

Ouro (Controladora/Consolidado)	Posição	2019 Valor Referência	Exposição	2018 Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	2.246 Oz	13.790	35.511 Oz	176.172
Designados para Hedge accounting					
Derivativo embutido	Vendido	(180) Oz	(1.107)	(22.271) Oz	(110.485)
Não designados para Hedge accounting					
Derivativo embutido	Comprado	- Oz	-	5.671 Oz	28.136
Compromissos Firmes	Comprado	4.832 Oz	29.660	65 Oz	325
NDF	Vendido	(12.160) Oz	(74.647)	4.059 Oz	20.136
Exposição líquida total		**(5.262) Oz**	**(32.304)**	**23.035 Oz**	**114.284**

Prata (Controladora/Consolidado)	Posição	2019 Valor Referência	Exposição	2018 Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	114.173 Oz	8.304	509.333 Oz	30.521
Designados para Hedge accounting					
Derivativo embutido	Vendido	(22.076) Oz	(1.606)	(150.013) Oz	(8.989)
NDF	Comprado	- Oz	-	(76.072) Oz	(4.559)
Não designados para Hedge accounting					
Compromissos Firmes	Comprado	27.679 Oz	2.013	14.536 Oz	871
NDF	Vendido	(133.815) Oz	(9.733)	(209.473) Oz	(12.552)
Exposição líquida total		**(14.039) Oz**	**(1.022)**	**88.311 Oz**	**5.292**

Outros (Controladora/Consolidado)	Posição	2019 Valor Referência	Exposição	2018 Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	724 tons	7.939	1.496 tons	18.277
Designados para Hedge accounting					
NDF	Comprado	735 tons	5.386	(1.513) tons	(17.914)
Não designados para Hedge accounting					
Compromissos Firmes	Vendido	(78) tons	(771)	(78) tons	(813)
NDF	Vendido	(1.600) tons	(14.788)	(31) tons	(612)
Exposição líquida total		**(219) tons**	**(2.234)**	**(126) tons**	**(1.062)**

28.5.4 Análise de sensibilidades: De forma a medir o impacto no resultado e no patrimônio líquido decorrente de variações dos dados de mercado na Companhia, foram efetuados cenários de choque em relação às taxas vigentes em 31 de dezembro de 2019, quadro a seguir. Conforme previsão da Instrução CVM nº 475/08, a Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, de baixa e de alta de 25% e 50%.

Controladora/Consolidado	Nocional	Unidade	Fatores de Risco	Cenário Provável	Cenário Baixa 25%	Cenário Baixa 50%	Cenário Alta 25%	Cenário Alta 50%
					Impacto no resultado			
Risco Cambial								
Objeto de hedge								
Receita Prêmio Projetada	1.341.604	US$	US$	5.407.603	(1.351.901)	(2.703.802)	1.351.901	2.703.802
Estoques	118.950	US$	US$	479.452	(119.863)	(239.726)	119.863	239.726
Instrumento de hedge								
NDF - Hedge de fluxo de caixa	(128.636)	US$	US$	(69.206)	129.623	259.247	(129.623)	(259.247)
Fornecedores	(541.783)	US$	US$	(424.584)	545.941	1.091.882	(545.941)	(1.091.882)
Emprestimos	(790.135)	US$	US$	(399.105)	796.199	1.592.399	(796.199)	(1.592.399)
Demais instrumentos não derivativos								
Passivos	(398.548)	US$	US$	(1.606.427)	401.607	803.214	(401.607)	(803.214)
Demais derivativos								
NDF (US$/R$)	(8.000)	US$	US$	363	(7.666)	(15.695)	7.666	15.695
Total	**(406.548)**			**3.388.096**	**393.941**	**787.518**	**(393.941)**	**(787.518)**
Risco de taxa de juros								
Objeto de hedge								
Passivos	(296.772)	US$	LIBOR	(1.424.647)	7.502	20.557	(18.607)	(31.662)
Demais instrumentos não derivativos								
Passivos	(1.211)	R$	TJLP	(1.365)	9	18	(9)	(18)
Ativos	24.045	R$	PRÉ	24.045	(65)	(142)	88	165
Passivos	(44.721)	R$	PRÉ	(44.917)	(870)	(586)	(1.421)	(1.688)
Total	**(318.659)**			**(1.446.884)**	**6.576**	**19.847**	**(19.949)**	**(33.203)**
Risco de preço de commodities								
Instrumento de hedge								
NDF (Cobre) - Hedge de Valor Justo	(4.918)	tons	Cobre	(122.025)	30.506	61.013	(30.506)	(61.013)
NDF (Cobre) - Hedge de Valor Justo Estoque	(5.975)	tons	Cobre	(148.258)	37.065	74.129	(37.065)	(74.129)
Deriv. Embutido (Cobre) - Hedge de Valor Justo	(23.376)	tons	Cobre	(580.040)	145.010	290.020	(145.010)	(290.020)
Total	**(34.269)**			**(850.323)**	**212.581**	**425.162**	**(212.581)**	**(425.162)**
Não designados para hedge accounting								
NDF	(12.160)	Oz	Ouro	(74.647)	18.662	37.324	(18.662)	(37.324)
Instrumento de hedge								
Derivativo embutido	(180)	Oz	Ouro	(1.107)	277	554	(277)	(554)
Total	**(12.340)**			**(75.754)**	**18.939**	**37.878**	**(18.939)**	**(37.878)**
Não designados para hedge accounting								
NDF	(133.815)	Oz	Prata	(9.733)	2.433	4.867	(2.433)	(4.867)
Instrumento de hedge								
Derivativo embutido	(22.076)	Oz	Prata	(1.606)	402	803	(402)	(803)
Total	**(155.891)**			**(11.339)**	**2.835**	**5.670**	**(2.835)**	**(5.670)**
Instrumento de hedge								
NDF (Zinco, Chumbo e Estanho)	735	tons	Outros Metais	5.386	(1.347)	(2.693)	1.347	2.693
Não designados para hedge accounting								
NDF	(1.600)	tons	Outros Metais	(14.788)	3.697	7.394	(3.697)	(7.394)
Total	**(865)**			**(9.402)**	**2.350**	**4.701**	**(2.350)**	**(4.701)**
Premissas								
Taxa câmbio	Ptax - USD/BRL			4,0307	3,0230	2,0154	5,0384	6,0461
Preço Cobre	Official Price Cash LME			$6.156	$4.617	$3.078	$7.695	$9.234
Preço Ouro	Official Price Cash LBMA			$1.523	$1.142	$762	$1.904	$2.285
Preço Prata	Official Price Cash LBMA			$18	$14	$9	$23	$27
Preço Zinco	Official Price Cash LME			$2.293	$1.720	$1.147	$2.866	$3.440
Preço Estanho	Official Price Cash LME			$16.850	$12.638	$8.425	$21.063	$25.275
Preço Chumbo	Official Price Cash LME			$1.924	$1.443	$962	$2.404	$2.885

28.6 Contabilidade de *hedge:* A Paranapanema adotou os seguintes programas de *hedge accounting:* 28.6.1 *Hedge* de Fluxo de Caixa de Receitas em dólares norte-americanos: O objetivo do programa é garantir que um percentual da receita equivalente ao prêmio das vendas indexadas ao dólar não seja impactado com variação cambial. A combinação do derivativo e da receita irá resultar numa entrada de fluxo de caixa fixa/constante baseada na taxa do dólar norte-americano, garantida pelo instrumento financeiro derivativo. O objeto de *hedge* é um percentual das receitas, equivalente aos prêmios futuros altamente prováveis, indexadas ao dólar norte-americano. O instrumento de *hedge* contratado para este programa são contratos a termo de moeda (NDF - *Non Deliverable Forward*) de USD/BRL. Além de instrumentos derivativos, a Companhia também utiliza, conforme autorizado pela Deliberação CVM nº 604/09, as variações das taxas de câmbio de instrumentos financeiros não derivativos como Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), Pré-pagamento de Exportação (PPE) e contratos de dívidas em dólares para mitigar o risco cambial decorrente de suas vendas futuras altamente prováveis em moeda estrangeira. Este programa foi implementado a partir de novembro de 2013 para os instrumentos de ACC e PPE e a partir de dezembro de 2013 para as demais dívidas como instrumento de *hedge*. A variação cambial das dívidas é transferida para a conta de Ajuste de Valor Patrimonial e debitada da conta de Empréstimos e Financiamentos, quando o ajuste for favorável à Companhia. Caso contrário, é creditada na conta de Empréstimos e Financiamentos e debitada na conta de Ajuste de Valor Patrimonial. O saldo apurado na conta de Ajuste de Valor Patrimonial é transferido para o Resultado Operacional da Companhia somente no momento em que o objeto de *hedge* (neste caso o percentual da receita equivalente ao prêmio futuro) for realizado**.** Com base no CPC 48, os instrumentos de *hedge* poderão ser rolados até o mês esperado para realização das receitas que contenham o percentual relativo a prêmios. O mês de realização é definido no momento da designação da relação de *hedge*. 28.6.2 *Hedge* de Valor Justo de Compromissos Firmes de Venda: O objetivo do *hedge* de Compromisso Firme de Venda é proteger o valor justo, em dólares norte-americanos (USD), do preço do cobre fixado nas vendas contra movimentos desfavoráveis do preço do cobre cotado na London Metal Exchange (LME). O objeto de *hedge* são vendas futuras de cobre em dólares americanos (USD) com preço pré-fixado para clientes nos compromissos firmes de venda. Os instrumentos de *hedge* são derivativos de cobre com cotação na London Metal Exchange (LME). A marcação a mercado dos contratos de derivativos designados para o *hedge* é contabilizada no Resultado Operacional, assim como os compromissos firmes de venda. A conta de Derivativos a Receber é debitada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for favorável à Companhia e é creditada contra o resultado operacional quando o ajuste for desfavorável à Companhia. 28.6.3 *Hedge* de Valor Justo de Estoques: O objetivo do *hedge* de Valor Justo de Estoques visa proteger o seu componente de custo mais relevante que é a porção metal (cobre, zinco, chumbo, estanho, ouro e prata) dos estoques, mantendo-os a mercado (preço do metal em reais) até que a venda seja realizada. Os custos de transformação dos metais (mão de obra e insumos) não são representativos frente ao custo total do estoque e são denominados em reais, portanto, não são objetos de *hedge* de preço de metal ou de câmbio. Os instrumentos de *hedge* de preço de metal são derivativos embutidos nos contratos de fornecimento de concentrado de cobre, que foram bifurcados dos contratos. Este programa foi implementado a partir de dezembro de 2013. Em 1 de março de 2014 foi implementado o *hedge* de valor justo de estoques utilizando derivativos em bolsa como instrumento de *hedge,* que protege a variação dos preços médios mensais à vista. Em 1 de maio de 2014 foi implementada mesma estratégia com derivativos em bolsa para os metais zinco, chumbo e estanho. Em 01 de junho de 2014 foi implementada mesma estratégia com derivativos em bolsa para ouro e prata. Em 1 de Janeiro de 2016 foi iniciada a marcação a mercado dos preços dos metais em reais via designação de instrumentos financeiros como *hedge* de câmbio. Os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos derivativos de valor justo de estoque são objeto de teste de efetividade retrospectivo e prospectivo respeitando os limites de 80% - 125% de efetividade para manter a relação de *hedge*. Sendo a porção inefetiva é registada diretamente no resultado. A marcação a mercado dos contratos de derivativos embutidos, em bolsa e instrumentos financeiros, é contabilizada no estoque assim como o objeto de *hedge*, que é o Estoque de metal contido. A conta de Derivativos a Receber é debitada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for favorável à Companhia e é creditada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for desfavorável à Companhia. 28.6.4 *Hedge* de Fluxo de Caixa de custo de metais: O objetivo do *hedge* é proteger o custo de cobre dos produtos vendidos para um determinado mês de venda, ajustando o custo dos produtos vendidos, por referências de preços idênticas ou próximas às referências de preços de cobre em dólar norte-americano, às receitas com a venda de cobre. Este *hedge*, em conjunto com o programa de *hedge* de valor justo do estoque, permite que o custo do metal no CPV seja similar ao preço do metal da receita. O objeto de *hedge* é o custo de cobre nos produtos vendidos para um determinado mês de venda. Os instrumentos de *hedge* são contratos futuros de cobre que têm como objetivo trocar referências de preços médios de cobre. Este programa foi implementado a partir de abril de 2014. A marcação a mercado dos contratos de derivativos designados para *hedge* é contabilizada na conta de Ajuste de Valor Patrimonial e debitada da conta de Derivativos a Receber quando o ajuste for favorável à Companhia. Caso contrário, é creditada na conta de Derivativos a Pagar e debitada na conta de Ajuste de Valor Patrimonial. O saldo apurado na conta de Ajuste de Valor Patrimonial é transferido para o Resultado Operacional da Companhia somente no momento que o objeto de *hedge* for realizado. Em conformidade com os requerimentos de documentação que estão definidos no IFRS 09, a Companhia efetuou a designação formal de suas operações de *hedge* sujeitas à contabilidade *de hedge (hedge accounting*) documentando: i. O relacionamento do *hedge*; ii. O objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em fazer o *hedge*; iii. A identificação do instrumento de *hedge* (instrumento financeiro derivativo ou não derivativo); iv. O objeto de *hedge* ou posição protegida; v. A natureza do risco a ser coberto; vi. A descrição da relação de cobertura; vii. A demonstração da correlação entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge* quando aplicável; viii. A demonstração prospectiva e retrospectiva da efetividade do *hedge*. As transações para as quais a Paranapanema fez a designação como *hedges* de fluxo de caixa são altamente prováveis. O diferimento dos ganhos e perdas não realizados dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos designados para proteção de riscos cambiais e taxas de juros foram feitos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

Instrumento	Objeto	Indexador	Vencimentos	Referência	Controladora/Consolidado Valor de Mercado(*) 2019 Instrumento
Hedge de Fluxo de Caixa					
Derivativos - designados					
NDF - Encerrados	Receita em USD	USD	jan-19 a dez-19	(109.179) US$	**(47.140)**
NDF - Provisão	Receita em USD	USD	jan-20 a dez -21	(128.636) US$	**(82.036)**
NDF - Encerrados	Custo	Cobre	jan-19 a dez-19	22.957 tons	**-**
NDF - Provisão	Custo	Cobre	jan-20	3.567 tons	**321**
Não derivativos - designados					
ACC/PPE - Provisão	Receita em USD	USD	jan-20 a dez -30	(671.185) US$	**(436.335)**
Demais dívidas - Provisão	Receita em USD	USD	jan-20 a nov -36	(541.783) US$	**(424.584)**
Hedge de Valor Justo					
Derivativos					
NDF - Encerrados	Compromisso de venda	Cobre	jan-19 a dez-19	8.438 tons	**(9.197)**
NDF - Provisão	Compromisso de venda	Cobre	jan-20 a out-20	5.250 tons	**(4.290)**
Derivativos Embutidos	Estoques	Cobre	jan-19 a dez-19	112.187 tons	**(7.633)**
Derivativos Embutidos	Estoques	Cobre	jan-20 a mar-20	4.676 tons	**(7.522)**
Derivativos Embutidos	Estoques	Ouro	jan-19 a dez-19	48.977 Oz	**(7.061)**
Derivativos Embutidos	Estoques	Ouro	jan-20 a mar-20	180 Oz	**(6)**
Derivativos Embutidos	Estoques	Prata	jan-19 a dez-19	1.363.366 Oz	**(1.288)**
Derivativos Embutidos	Estoques	Prata	jan-20 a mar-20	22.076 Oz	**6**
NDF - Encerrados	Estoques	Cobre	jan-19 a dez-19	69.894 tons	**(3.683)**
NDF - Provisão	Estoques	Cobre	jan-20 a mar-20	7.150 tons	**(6.630)**
NDF - Encerrados	Estoques	Zinco	jan-19 a dez-19	8.250 tons	**446**
NDF - Provisão	Estoques	Zinco	jan-20 a mar-20	800 tons	**512**
NDF - Encerrados	Estoques	Chumbo	jan-19 a dez-19	290 tons	**9**
NDF - Provisão	Estoques	Chumbo	jan-20 a mar-20	40 tons	**21**
NDF - Encerrados	Estoques	Estanho	jan-19 a dez-19	450 tons	**(412)**
NDF - Provisão	Estoques	Estanho	jan-20 a mar-20	25 tons	**(73)**
NDF - Encerrados	Estoques	Ouro	jan-19 a dez-19	71.539 Oz	**(8.518)**
NDF - Encerrados	Estoques	Prata	jan-19 a dez-19	973.547 Oz	**(648)**

(*) Derivativos designados como *hedge accounting* de fluxo de caixa provisionados estão registrados no Patrimônio Líquido

Controladora/Consolidado - Patrimônio Líquido	2019	2018
Derivativos designados para hedge accounting		
Risco de commodities	**321**	3.238
Risco cambial	**(82.036)**	(116.002)
	(81.715)	(112.764)
Não derivativos designados para hedge accounting		
Risco cambial - Operações em aberto	**(860.919)**	(855.561)
	(860.919)	(855.561)

28.7 Risco de crédito: A política de venda dos produtos da Companhia está ligada ao nível de risco de crédito a que a Companhia está disposta a se sujeitar. O crédito é um importante instrumento de promoção de negócios entre a Companhia e seus clientes. Essa característica se deve ao fato de o crédito alavancar o poder de compra dos clientes. O risco é inerente às operações de crédito, devendo a Companhia efetuar uma minuciosa análise na concessão. Esse trabalho envolve avaliações de natureza quantitativa e qualitativa do cliente, não se dispensando a análise do setor em que ele atua. Essa análise leva em conta o passado do cliente, mas constitui-se, essencialmente, na elaboração de um prognóstico sobre a sua solidez econômica - financeira atual, incluindo a forma como o cliente faz a sua gestão de risco e suas perspectivas para o futuro. A diversificação da carteira de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos e do limite de crédito individual por cliente, são procedimentos adotados para minimizar os atrasos e a inadimplência do contas a receber. Além de procedimentos de verificação de capacidade de crédito, não há clientes que tenham saldos que individualmente representem mais do que 10% das receitas totais da Companhia. Desta forma, a Companhia não possui dependência em relação aos seus principais clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia sempre realiza aplicações em instituições avaliadas com baixo risco por agências independentes de *rating.*

Riscos de Crédito	Notas	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Ativos					
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	**102.266**	201.571	**118.036**	216.668
Aplicações Financeiras	05	**19.943**	44.788	**25.029**	45.556
Contas a receber de clientes	06	**215.758**	771.710	**203.616**	666.685
Outros Ativos	09	**143.420**	94.762	**143.721**	91.646
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	**16.670**	129.313	**16.670**	129.313
		498.057	1.242.144	**507.072**	1.149.868

28.8 Risco de liquidez: a) A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acesso a recursos imediatos. A Companhia possui aplicações com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a eventual necessidade para liquidação junto a fornecedores, empréstimos ou financiamentos. b) O risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas, vide Nota 1. O quadro abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida existente em 31 de dezembro de 2019. Os valores apresentados incluem principal e juros calculados, utilizando-se a taxa de dólares norte-americanos de conversão vigente em 31 de dezembro de 2019 (R$4,0307/US$1,0000) para as dívidas denominadas em dólares norte-americanos (PPE, ACC e Finimp), e as taxas de juros dos contratos vigentes.

Risco de liquidez (Consolidado)	Notas	Valor	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 4 anos	Mais que 4 anos
Ativos						
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	118.036	118.036	-	-	-
Aplicações Financeiras	05	25.029	11.717	13.312	-	-
Contas a receber de clientes	06	203.616	203.616	-	-	-
Outros Ativos	09	143.721	48.000	95.721		
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	16.670	16.670	-	-	-
		507.072	398.039	109.033	-	-
Passivos						
Empréstimos e Financiamentos	16	(2.210.885)	(568.009)	(437.214)	(943.109)	(262.553)
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	(11.097)	(11.097)	-	-	-
Créditos de Clientes	20	(345)	(345)	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	(49.381)	(49.381)	-	-	-
Fornecedores	13	(495.575)	(495.498)	(77)	-	-
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	(85.641)	(85.641)	-	-	-
		(2.852.924)	(1.209.971)	(437.291)	(943.109)	(262.553)
Posição Líquida		(2.345.852)	(811.932)	(328.258)	(943.109)	(262.553)

28.9 Valor contábil/valor justo: A Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil em operações de curto prazo, haja vista que, nessas operações, o valor contábil é uma aproximação razoável ao valor justo (CPC-40/item 29), exceto para as operações de Empréstimos e Financiamento, onde foram apurados os seus valores justos e estão demonstrados nos quadros da Nota 28.4- classificação de Instrumentos Financeiros. 28.10 Gestão do capital: O principal objetivo da gestão do capital da Paranapanema e suas Controladas é assegurar uma classificação de crédito forte (*rating*) perante as instituições e uma relação de capital adequada, a fim de embasar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia inclui, dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, instrumentos financeiros derivativos a pagar, menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos a receber.

	Notas	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Empréstimos e financiamentos	16	2.210.885	2.148.913	2.210.885	2.148.913
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	85.641	66.914	85.641	66.914
Instrumentos financeiros derivativos a pagar	28	25.988	35.346	25.988	35.381
(-) Caixa e equivalentes de caixa	05	(102.266)	(201.571)	(118.036)	(216.668)
(-) Aplicações financeiras	05	(19.943)	(44.788)	(25.029)	(45.556)
(-) Instrumentos financeiros derivativos a receber	28	(16.664)	(27.353)	(16.664)	(27.388)
(=) Dívida líquida		**2.183.641**	**1.910.547**	**2.162.785**	**1.894.682**
Inst. Fin. Derivativos Embutidos a pagar	28	23.393	(8.932)	23.393	(8.932)
(-) Inst. Fin. Derivativos Embutidos a receber	28	(6)	(101.925)	(6)	(101.925)
(=) Dívida líquida c/ Derivativos Embutidos		**2.207.028**	**1.799.690**	**2.186.172**	**1.783.825**
Patrimônio líquido	21	828.230	602.497	828.230	602.497
Ajuste de avaliação patrimonial	21.h	(725.690)	(761.490)	(725.690)	(761.490)
Total Capital Próprio		**1.553.920**	**1.363.987**	**1.553.920**	**1.363.987**
Quociente de alavancagem		58,42%	58,35%	58,19%	58,14%
Quociente de alavancagem c/ Deriv. Embutidos		58,68%	56,89%	58,45%	56,67%

29. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia tem compromisso contratual com fornecedor para os próximos anos referentes à administração, operação e manutenção da usina de gases localizada na planta industrial de Dias d'Ávila, com vencimentos até março de 2023, e não sujeita à Companhia a nenhuma restrição. A renovação e cláusulas de reajustamento estão descritas em contrato e seguem as práticas de mercado. As obrigações mínimas futuras a pagar desse contrato, caso não seja cancelado antes do vencimento, são as seguintes:

Controladora/Consolidado	2019	2018
Até 1 Ano	8.013	7.577
de 2 a 4 anos	16.026	15.154
acima de 4 anos	2.003	9.471
	26.042	32.202

30. SEGUROS

A Companhia possui cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2019, as importâncias seguradas e limite de cobertura contratados nos respectivos ramos de seguros eram compostos por:

Ramo	Valor em Risco Declarado	Limite Máximo Indenizável
Risco Operacional	R$ 2.902.789	R$ 200.000
Responsabilidade Civil Geral	R$ 11.000	R$ 22.000
Responsabilidade Civil Diretores e Administradores (D&O)		R$ 65.000
Transportes (território nacional)	R$ 15.000.000	R$ 15.000.000
Seguro de Crédito Exportação	USD 341.000	USD 16.000
Transportes (território internacional)	USD 2.200.000	USD 2.200.000
Ações Judiciais e Financeiras		Valor Estipulado para Causa defendida
Veículos		100% do valor do veículo (Base Tabela FIPE)
Vida em Grupo		30 x salário base

31. PREVIDÊNCIA PRIVADA

Os planos de previdência complementar instituídos pela Companhia e empresas controladas são um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL e um Plano de Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL, respectivamente, com administração contratada à BrasilPrev e viabilizada com as contribuições da Companhia, empresas controladas e dos empregados, cujas principais características são resumidas abaixo: PGBL/VGBL: Depois de atendidos os pré-requisitos cumulativos de 120 meses de contribuição e 60 anos de idade, os beneficiários terão direito de resgatar 100% da poupança formada por eles e pela Companhia e suas empresas controladas, da mesma forma no caso de ocorrência de falecimento ou invalidez permanente. Em caso de desligamento da Companhia antes de se tornar elegível, o beneficiário terá direito à retirada de, no máximo, 80% do valor depositado pela Companhia, respeitando a política a qual prevê direito de 1% por mês contribuído. Portanto, os planos não incluem benefícios de risco e, assim, não produzem passivos atuariais. No caso de opção do participante por renda vitalícia, a responsabilidade pela manutenção da reserva, conforme contrato, é da BrasilPrev. O valor das contribuições efetuadas aos planos pela Companhia e empresas controladas no exercício foi de R$2.252 (R$2.152 em 2018).

32. PLANO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

32.1 - Termos e condições gerais: a) Beneficiários: Os Executivos da Companhia, ocupantes das posições de Diretor, Gerente ou Chefe, são elegíveis ao Programa de Remuneração Variável. Composto por Incentivo de Curto Prazo (ICP) e de Longo Prazo (ILP). O ICP e ILP estão atrelados ao conceito de metas individuais e coletivas pré-definidas, sendo que no fechamento de cada exercício avalia-se o percentual de atingimento das metas. Até 2016, o ILP era baseado em ações, utilizando um conceito de *phantom shares*, de forma que, ao final de cada exercício, as metas atingidas no período de janeiro a dezembro eram convertidas em URVs, baseadas no desempenho, variação e valor das ações da Paranapanema (PMAM3), distribuídas em períodos denominados *vesting*. As obrigações referentes as URV's distribuídas até 2016, serão mantidas conforme as regras contidas neste parágrafo. A partir de 2017, foi aprovado pelo Conselho de Administração, que o ILP não está mais vinculado ao desempenho das ações (*phanton shares*), sendo calculado em múltiplos de salário e baseados em metas coletivas definidas pelo Conselho de Administração e metas individuais previamente acordadas. As condições e regras do Programa de Remuneração Variável podem ser alteradas a qualquer momento pela Companhia, as quais devem ser expressamente informadas ao elegível. b) Condições para exercício: O instrumento particular determina que terão direito à concessão e pagamento das remunerações variáveis os elegíveis que atingirem as metas previstas para o exercício, de acordo com as regras estabelecidas no instrumento. O elegível tem direito ao pagamento do ILP desde que seu contrato de trabalho esteja ativo. I. No caso de suspensão do contrato por invalidez, não haverá pagamento enquanto o contrato permanecer suspenso. II. No caso de falecimento, os herdeiros e/ou sucessores receberão os direitos aos quais o elegível faria jus até o falecimento, na proporção de 50%. c) Critérios para fixação do prazo de exercício: Salvo nas condições de não aquisição mencionadas acima, o ILP será diferido em 2 (duas) parcelas, com pagamentos anuais, ou seja, 50% dos múltiplos de salário base por ano, sendo que o primeiro pagamento somente ocorrerá 1 ano após a concessão do ILP. O montante concedido será o múltiplo de salários base vigente em 31 de dezembro do ano anterior ao pagamento. d) Forma de liquidação: A liquidação se dá em folha de pagamento em favor do elegível, quando satisfeitas todas as condições estabelecidas. 32.2 -*Phantom Shares* até o exercício de 2016: a) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício: Em cada ano de pagamento das *phantom shares*, a quantidade de direito (¼ por ano) será multiplicada pelo valor médio da ação da PMA (PMAM3) de janeiro a dezembro do ano anterior ao pagamento. b) Restrições à transferência das ações: O exercício das *phantom shares* não implica na concessão de ações da Companhia, sendo a remuneração a elas atrelada paga em espécie. Os direitos e obrigações decorrentes do instrumento individual não poderão ser em hipótese alguma, cedidos ou transferidos a terceiros, tampouco oferecidos como garantia de obrigações. c) Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente: A Companhia completou durante o primeiro trimestre de 2017 o segundo ciclo de avaliação referente ao exercício de 2016, onde foram concedidas as *phantom shares* que serão diferidas em 4 anos, aos elegíveis que estiveram dentro dos critérios estabelecidos no instrumento individual, e a aprovação ocorreu em 29 de abril de 2017 mediante a aprovação das Demonstrações Financeiras de 2016, na A.G.E.

continua

continuação

PARANAPANEMA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79 - NIRE 29.300.030.155

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

a) Transações das atividades de investimento e financiamento que não envolvem caixa:

	2019	2018
Atividades de investimento		
Valor residual de ativo permanente baixado	(110)	5
Depreciação e amortização	152.326	108.850
Encargos financeiros	(75)	(196)
Transferencia para estoque peças de reposição	-	56.253
Impairment/Prov. Perdas	(1.999)	-
Adições em imobilizado e intangível	150.142	164.912
Atividades de financiamento		
Amortização direito de uso do ativo	13.863	-
Encargos Financeiros	204.763	458.157
	218.626	458.157

b) Reconciliação da dívida liquida:

	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	**2.210.885**	2.148.913
Operações com forfaiting e cartas de crédito	**85.641**	66.914
Instrumentos financeiros derivativos	**32.711**	(102.864)
Endividamento	**2.329.237**	2.112.963
Caixa e equivalentes de caixa	**118.036**	216.668
Aplicações financeiras	**25.029**	45.556
Caixa Total	**143.065**	262.224
Dívida Líquida	**2.186.172**	1.850.739

	Empréstimos e Financiamentos	Operações com forfait e cartas de crédito	Instrumentos financeiros derivativos	Endividamento	Caixa Total	Dívida Líquida
Dívida liquida em 31 de dezembro de 2018	**2.148.913**	**66.914**	**(102.864)**	**2.112.963**	**262.224**	**1.850.739**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	**(142.791)**	**18.240**	**180.176**	**55.625**	**(119.159)**	**174.784**
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	**204.763**	**487**	**(44.601)**	**160.649**	**-**	**160.649**
Encargos financeiros e variações cambiais	204.763	487	(44.601)	160.649	-	160.649
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	**2.210.885**	**85.641**	**32.711**	**2.329.237**	**143.065**	**2.186.172**

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

O avanço do novo coronavírus ("COVID-19") pelo mundo tem provocado abalos nos mercados globais e elevado as preocupações de investidores, Companhias e governos sobre o impacto da pandemia nas cadeias globais de suprimentos, na atividade econômica, no mercado financeiro e afins, aumentando o risco de uma recessão global, sem mencionar também as preocupações envolvendo as questões básicas de saúde da população mundial. Os impactos de curto prazo são evidentes e já se traduzem na deterioração das bolsas globais e na queda no preço de algumas commodities, em especial o petróleo. O preço das ações da Companhia, negociadas na bolsa brasileira, caíram de R$28,45 em 31 de dezembro de 2019 para R$14,55 em 13 de março de 2020, uma expressiva desvalorização de 49%. Neste mesmo período, o Ibovespa registrou queda de 30%, o que demonstra ser algo sistêmico. Ainda não há como precisar de forma efetiva, os impactos a longo prazo da nova síndrome no cenário econômico e em especial nas operações da Companhia. Por outro lado, entendemos que, no curto e médio prazo, este cenário de grande incerteza (sanitária, financeira, logística, produtiva, de serviços etc.) global também representa um risco adicional a todo o processo de turnaround pelo o qual a Companhia vem passando desde 2019, em especial a partir do 3º trimestre, turnaround este com foco em aumento na ocupação dos nossos principais ativos com a respectiva geração operacional de caixa e redução dos ciclos operacionais. Neste contexto, podemos mencionar que a volatilidade no câmbio pode impactar o fluxo de caixa da Companhia, e que a oferta de matéria prima e a demanda pelos produtos da Companhia podem ser impactadas negativamente, tendo em vista que o principal produto da Companhia (o cobre) é uma commodity diretamente ligada ao crescimento econômico mundial, que, por sua vez, já está seriamente ameaçado, o que pode impactar o nível de atividade da Companhia (para maiores informações, vide o item "Fatores de Risco" do Formulário de Referência). Consequentemente, e tendo em vista a já observada diminuição da atividade econômica mundial, este cenário possivelmente impactará o nível de atividade da Companhia, de forma que a tarefa de equalizar o perfil da dívida da Companhia junto a seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017), se torna ainda mais primordial na atual conjuntura. Por outro lado, é possível que o atual cenário também apresente algumas oportunidades, tais como o aumento nos níveis de TC/RC (as chamadas taxas de tratamento e refino são descontos recebidos pela Companhia por seus fornecedores de matéria-prima). A Companhia está monitorando o atual cenário para mitigar os possíveis impactos nas suas atividades e já implementou um protocolo de saúde interno de modo a enfrentar essa situação da melhor forma possível e visando a colaborar na redução da transmissão do COVID-19. Este protocolo interno segue as orientações dos especialistas no assunto. Estamos acompanhando atentamente o desenvolvimento deste assunto, tendo como prioridade a segurança e o bem-estar dos integrantes dos nossos quadros e da nossa comunidade em geral, bem como tomaremos as medidas que estiverem ao nosso alcance para mitigar os eventuais riscos existentes.

DIRETORIA

Diretor Presidente - Luiz Carlos Siqueira Aguiar
Diretor de Operações - Sergio Arosti Maturana

Diretor Financeiro - Igor Gravina Taparelli
Diretor Jurídico e de Relações com Investidores - Paulo Rodrigo Chung

Wagner Roberto Mazetto - Contador
1SP219854/O "S"BA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Com base nos exames efetuados e tendo em vista o Relatório dos Auditores Independentes relativo às Demonstrações Financeiras acima referidas, elaborado pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

São Paulo, 16 de março 2020.

Marcelo Adilson Tavarone Torresi - Presidente do Conselho Fiscal

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Paranapanema S.A. ("Companhia"), órgão assessor não estatutário do Conselho de Administração, no exercício de suas atividades de revisão, monitoramento e avaliação dos controles internos e relatórios financeiros da Companhia, em especial às demonstrações financeiras do exercício de 2019, acompanhamento da efetividade da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e da auditoria interna, durante o exercício referido, considerando o disposto no artigo 9º, § 1º, III, da Instrução CVM nº 481/2009, emite o seguinte parecer: Considerando os trabalhos conduzidos pelo Comitê de Auditoria para o exercício de 2019, as reuniões realizadas com a presença de diversos membros da Diretoria Executiva, auditoria interna e auditores independentes, tudo consubstanciado no exame de documentos e nas respectivas atas produzidas, os quais ficam arquivados na sede da Companhia, além da análise das informações divulgadas ao Conselho de Administração e aos acionistas, bem como no exame do Relatório de Administração, acompanhado das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, suportado pelo relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, não tendo constatado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e a integridade das informações a serem divulgadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação e a publicação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2019.

São Paulo, 16 de março de 2020.

Endrigo de Pieri Perfetti **Jerônimo Antunes** **Karlis Mirra Novickis**

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos VI, da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia "controladora e consolidado", referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Dias d'Ávila, 16 de março de 2020.

Diretor Presidente - Luiz Carlos Siqueira Aguiar
Diretor Financeiro - Igor Gravina Taparelli

Diretor Jurídico e de Relações com Investidores - Paulo Rodrigo Chung
Diretor de Operações - Sergio Arosti Maturana

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V, da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório emitido em 16 de março de 2020 pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia e de suas Controladas, com relação às demonstrações financeiras da Companhia "controladora e consolidado", referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Dias d'Ávila, 16 de março de 2020.

Diretor Presidente - Luiz Carlos Siqueira Aguiar
Diretor Financeiro - Igor Gravina Taparelli

Diretor Jurídico e de Relações com Investidores - Paulo Rodrigo Chung
Diretor de Operações - Sergio Arosti Maturana

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Paranapanema S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Paranapanema S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Paranapanema S.A., e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranapanema S.A. e da Paranapanema S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentam modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, exceto pela inclusão do assunto de "Impostos a recuperar de ação judicial transitada em julgado", que mereceu maior foco em nossa auditoria e pela exclusão dos PAA's relacionado a "Operação Zelotes" e seus reflexos na Companhia, "ICMS a recuperar" e Contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"), pois julgamos que entre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança, esses não foram considerados como um dos mais significativos na auditoria do exercício corrente.

Assuntos
Porque é um PAA
Como o assunto foi conduzido

Porque é um PAA

Impostos a recuperar de ação judicial transitada em julgado (ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS)

Conforme Nota 8 às demonstrações financeiras, a Companhia registrou créditos fiscais no montante de R$ 724.493 mil, decorrentes de processos judiciais transitados em julgado em 2019, a favor da Companhia, relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos cobertos pelas ações.

Este assunto foi foco de nossa auditoria em razão da relevância dos valores envolvidos, do volume de operações que deram origem aos créditos e da existência de julgamento crítico da administração na determinação das estimativas relacionadas à mensuração e à realização do crédito tributário, amparada por opinião de assessores jurídicos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

• Com o apoio de nossos especialistas tributários, efetuamos leitura das decisões e discutimos os critérios adotados pela administração para mensuração e reconhecimento dos créditos fiscais.

Obtivemos os cálculos preparados pela Companhia, com auxílio de especialistas contratados pela administração, e testamos, por amostragem, a mensuração dos referidos créditos fiscais.

• Entendimento e avaliação da estimativa adotada pela administração da Companhia para determinação da segregação entre circulante e não circulante no balanço patrimonial.

• Confirmamos, em base de testes, a existência e procedência dos saldos de PIS e COFINS a recuperar com base em documentações suportes.

• Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

• Com base nas projeções de vendas elaboradas pela administração, efetuamos avaliação quanto a capacidade de realização do referido crédito tributário.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Porque é um PAA

Realização do imposto de renda diferido ativo

Conforme descrito na Nota 26.1 às demonstrações financeiras, em 2019, a administração da Companhia revisou as projeções de lucro tributável e efetuou baixa parcial do imposto de renda e contribuição social diferidos, ajustando o valor contábil de 31 de dezembro de 2019 para o novo montante provável de realização, limitado aos valores apurados nas projeções até o período de 10 anos.

Esse tema foi considerado como um principal assunto de auditoria pois a análise de realização desses ativos envolve julgamentos significativos da administração para determinar as bases tributárias futuras, advindas das projeções de resultado da Companhia, que levam em consideração diversas premissas, que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos apurados pela Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossas respostas de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

• Discussão com a administração e com os órgãos de governança sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.

• Com o auxílio dos nossos especialistas em projeções, efetuamos o entendimento do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções de resultado, bem como a avaliação da razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, comparando-as com previsões econômicas e setoriais disponíveis. Também comparamos as estimativas efetuadas pela administração em anos anteriores com os resultados efetivamente realizados de forma a analisar a assertividade da administração na preparação de projeções futuras.

• Efetuamos análise de sensibilidade das projeções elaboradas pela administração, considerando diferentes intervalos e cenários de crescimento e taxas de desconto, entre outros.

• Avaliamos se a projeções da Companhia indicavam lucros tributáveis suficientes para a utilização dos créditos fiscais diferidos.

• Testamos as bases de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, bem como das diferenças temporárias, analisando a razoabilidade de sua formação histórica e confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes.

• Efetuamos leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração para a determinação dos créditos tributários acima referidos são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA

Reestruturação de dívidas

Conforme notas 1 e 16 às demonstrações financeiras, em 2017 a Companhia realizou uma reestruturação de dívidas ao assinar o Contrato Global de dívida junto aos seus credores. Este contrato apresenta um fluxo de pagamento com valores relevantes de principal (R$ 539.164 mil) ao longo de 2020. Com o objetivo de preservar a contínua capacidade de investimento e geração de caixa operacional, bem como sua estrutura de liquidez, a Companhia está atualmente buscando junto com os principais financiadores uma nova equalização do perfil da sua dívida através da renegociação do fluxo e das condições gerais do referido Contrato Global.

Adicionalmente, o referido contrato possui cláusulas restritivas (*Covenants* financeiros e não financeiros), que deverão ser cumpridas pela Companhia durante sua vigência, sob pena de os credores exigirem a liquidação antecipada da dívida.

Dadas as circunstâncias acima descritas, consideramos esse assunto como significativo em nossos trabalhos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossas respostas de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

• Com o auxílio dos nossos especialistas em projeções, efetuamos o entendimento do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções de resultado, bem como a avaliação da razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, comparando-as com previsões econômicas e setoriais disponíveis. Também comparamos as estimativas efetuadas pela administração em anos anteriores com os resultados efetivamente realizados de forma a analisar a assertividade da administração na preparação de projeções futuras.

• Efetuamos análise de sensibilidade das projeções elaboradas pela administração, considerando diferentes intervalos e cenários de crescimento e taxas de desconto, entre outros.

• Efetuamos recálculo dos indices financeiros monitorados pela administração para acompanhamento do cumprimento dos *covenants*.

• Discussão com a administração e com os órgãos de governança das projeções para o negócio e entendimento do atual estágio das renegociações em andamento.

• Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Porque é um PAA

Processos judiciais e contingências

Conforme nota 19 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam provisões no montante de R$ 191.910 mil relacionadas a processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda foi classificada como provável.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem passivos contingentes relevantes divulgados com destaque para as ações sobre o não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e sobre o segundo procedimento arbitral em andamento advindo de Contrato de Abertura de Crédito com determinadas instituições financeiras.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requer que a administração exerça julgamentos relevantes para estimar os prognósticos de perda, valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia e suas controladas são partes envolvidas. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Além disso, e considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que influenciam a determinação do prognóstico de perda, podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Diante do exposto, esse tema foi considerado como principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

• Entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais e contingências. Com o apoio de especialistas na área tributária e cível, conforme apropriado, efetuamos leitura e discussão dos principais processos judiciais, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por assessores jurídicos internos e externos à Companhia.

• Obtivemos confirmação externa dos processos, valores e classificações de risco de perda, junto aos advogados que patrocinam os processos, bem como dados e informações históricas disponíveis.

• Para as posições tributárias relacionadas a tributos sobre o lucro, nos reunimos com a administração para discutir e avaliar suas conclusões sobre os impactos de adoção inicial da Interpretação ICPC 22 /IFRIC 23

• Para os processos de maior relevância, obtivemos opiniões de outros assessores jurídicos externos com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como avaliar os argumentos e jurisprudências adotados pelos assessores jurídicos da Companhia.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, incluindo a classificação desse tema como estimativa contábil crítica em virtude das incertezas envolvidas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia . Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.[4]

Barueri, 16 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0

CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Companhia Aberta - CNPJ nº 73.178.600/0001-18
Rua do Rocio nº 109 - 2º andar - Sala 01
CEP 04552-000 - Vila Olímpia - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Cyrela apresentou um quarto trimestre positivo em relação ao desempenho operacional. O relevante volume de lançamentos e a forte velocidade de vendas desses lançamentos, de 45% no mesmo trimestre, reforçam o compromisso da Companhia em oferecer produtos de forma assertiva, sempre focados na qualidade e em rentabilidade.

Do ponto de vista financeiro, encerramos 2019 com lucro líquido de R$ 416 milhões e tivemos o terceiro ano consecutivo de geração de caixa positiva da Cyrela, com R$ 669 milhões, o que mantém a Companhia com baixo endividamento líquido e forte posição de caixa. Esta performance nos dá segurança de que estamos caminhando na direção correta na busca pela maximização do retorno aos nossos acionistas.

Mais recentemente, a propagação do COVID-19 trouxe grandes turbulências aos mercados globais. A Companhia está monitorando de perto todas as evoluções e tomando medidas mitigatórias para garantir a segurança de todos os seus *stakeholders*. A Cyrela reforça sua sólida posição de Caixa e alavancagem, o que garante tranquilidade na condução dos negócios em um ambiente mais incerto. Reforçamos também a total confiança na nossa equipe, e temos certeza que superaremos os desafios apresentados.

CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes ("KPMG") foi contratada para a prestação dos seguintes serviços: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Notas**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	5.828	1.040	212.437	173.830
Títulos e valores mobiliários	4	537.382	728.252	1.152.619	1.230.961
Contas a receber	5	2.932	5.655	1.251.679	1.335.962
Imóveis a comercializar	6	97.206	84.808	2.637.665	3.093.608
Impostos e contribuições a compensar		-	-	17.539	15.146
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	20	-	-	435	1.358
Despesas com vendas a apropriar		-	-	12.608	7.555
Despesas Antecipadas		7.597	6.291	12.894	8.651
Demais contas		2.320	8.689	55.481	52.491
		653.266	**834.735**	**5.353.358**	**5.919.562**
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	5	6.065	5.663	817.795	612.854
Títulos e valores mobiliários	4	297.612	143.366	298.112	143.866
Contas a receber por desapropriação		-	-	-	-
Contas-correntes com parceiros nos empreendimentos	14	5.643	4.595	16.687	18.185
Créditos a receber com partes relacionadas	13	434.030	425.774	368.995	289.000
Impostos e contribuições a compensar		74.123	71.097	139.512	138.031
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	20	-	-	402	1.231
Imóveis a comercializar	6	-	-	1.996.082	1.623.314
Demais contas		9.010	53.830	61.734	110.854
		826.483	**704.325**	**3.699.318**	**2.937.335**
Investimentos em controladas e coligadas	7	5.670.814	5.375.789	815.090	876.395
Imobilizado	8	17.593	9.414	92.389	68.899
Intangível	9	45.773	31.084	27.622	27.077
		5.734.181	**5.416.287**	**935.102**	**972.371**
		6.560.663	**6.120.612**	**4.634.420**	**3.909.706**
Total do ativo		**7.213.929**	**6.955.347**	**9.987.778**	**9.829.268**

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Notas**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Circulante					
Fornecedores de bens e serviços		29.110	17.521	134.825	121.887
Empréstimos e financiamentos	10	114.462	207.287	179.896	262.686
Debêntures	11	153.860	3.800	155.105	4.492
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	12	178.249	18.691	217.706	32.308
Provisão para manutenção de imóveis	17	-	-	66.196	129.716
Impostos e contribuições a recolher		1.486	1.982	28.226	27.085
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	20	376	121	30.140	19.974
Salários, encargos sociais e participações		23.016	13.033	50.882	39.463
Contas a pagar por aquisição de imóveis	18	2.516	65.104	550.548	405.104
Dividendos a pagar		98.762	-	98.762	-
Obrigações a pagar com partes relacionadas	13	99.608	40.414	110.647	29.384
Contas-correntes com parceiros nos empreendimentos	14	-	-	46.299	46.053
Adiantamentos de clientes	16	-	-	345.380	303.968
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	19	4.281	2.888	83.544	91.394
Demais contas		193.889	157.598	91.887	166.421
		899.615	**528.439**	**2.190.042**	**1.679.935**
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Fornecedores de bens e serviços		-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	10	426.160	620.038	756.790	1.353.150
Debêntures	11	-	149.909	4.000	153.909
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	12	1.121.167	505.696	1.190.779	564.943
Provisão para manutenção de imóveis	17	-	-	39.604	47.016
Impostos e contribuições a recolher		-	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de imóveis	18	-	-	6.520	15.024
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	19	3.733	1.318	64.866	55.625
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	20	878	1.398	56.275	61.537
Adiantamentos de clientes	16	-	-	503.457	360.318
Demais contas		-	-	-	-
		1.551.937	**1.278.359**	**2.622.291**	**2.611.522**
Patrimônio líquido					
Capital social	21 (a)	3.395.744	3.395.744	3.395.744	3.395.744
Outras reservas		(103.967)	(103.967)	(103.967)	(103.967)
Reservas de capital:					
Reserva de outorga de opções de ações	24 (c)	32.131	38.592	32.131	38.592
Reservas de lucros:					
Reserva legal	21 (c)	311.896	291.104	311.896	291.104
Retenção de Lucros	21 (f)	1.319.777	1.723.490	1.319.777	1.723.490
Ações em tesouraria e outras reservas	21 (b)	(193.203)	(196.598)	(193.203)	(196.598)
Lucros/Prejuízos Acumulados		-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		(2)	183	(2)	183
Patrimônio líquido atribuído a participação dos:					
Acionistas da controladora		**4.762.377**	**5.148.548**	**4.762.377**	**5.148.548**
Acionistas não controladores		-	-	413.067	389.263
Total do patrimônio líquido		**4.762.377**	**5.148.548**	**5.175.444**	**5.537.811**
Total do passivo e patrimônio líquido		**7.213.929**	**6.955.347**	**9.987.778**	**9.829.268**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Receita líquida operacional	**24**	**15.381**	**5.550**	**3.930.822**	**3.146.157**
Custo das vendas e serviços realizados	**24**	**(11.596)**	**(2.304)**	**(2.715.109)**	**(2.311.230)**
Lucro bruto operacional		**3.785**	**3.246**	**1.215.713**	**834.927**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	25	(6.339)	(2.094)	(382.005)	(332.795)
Despesas gerais e administrativas	26	(113.669)	(100.062)	(388.305)	(364.737)
Despesas com honorários da administração	13 (c)	(5.050)	(5.261)	(5.050)	(5.261)
Resultado de participações societárias:					
Equivalência patrimonial	7 (a)	476.607	(23.342)	104.200	107.654
Outras Perdas em investimentos		(29.422)	(19.270)	(24.458)	(31.528)
Outros Ganhos em investimentos		85.921	11.106	110.587	48.008
Outras despesas		(9.827)	(15.311)	(46.506)	(231.657)
Outras receitas		1	18.126	5.721	27.830
Lucro bruto antes do resultado financeiro		**402.006**	**(132.862)**	**589.896**	**52.441**
Resultado Financeiro		**13.648**	**48.373**	**30.594**	**22.118**
Despesas financeiras	27	(113.715)	(96.971)	(149.929)	(150.888)
Receitas financeiras	27	127.363	145.344	180.522	173.006
Lucro antes dos impostos		**415.655**	**(84.489)**	**620.490**	**74.559**
Imposto de renda e contribuição social					
Diferido	20 (b)	187	126	(2.956)	(1.099)
Corrente	20 (d)	-	-	(83.217)	(67.433)
		187	**126**	**(86.173)**	**(68.532)**
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		**415.841**	**(84.363)**	**534.317**	**6.027**
Parcela do lucro atribuída aos acionistas não controladores		-	-	(118.475)	(90.391)
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	21 (e)	**415.841**	**(84.363)**	**415.841**	**(84.364)**
Lucro (prejuízo) básico por ação - em R$		**1,08172**	**(0,33091)**	**1,08172**	**(0,33091)**
Lucro (prejuízo) diluído por ação - em R$		**1,08150**	**(0,33012)**	**1,08150**	**(0,33012)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício das Operações Continuadas	**415.841**	**(84.363)**	**534.317**	**6.027**
Outros resultados abrangentes:				
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ajustes por conversão de investimentos	(185)	(1.421)	(185)	(1.421)
Resultado Abrangente Total do Exercício, Líquido de Impostos	**415.657**	**(85.784)**	**534.132**	**4.606**
Lucro (Prejuízo) Líquido Atribuível Aos:				
Acionistas controladores	415.657	(85.784)	415.657	(85.785)
Acionistas não controladores	-	-	118.475	90.391
	415.657	**(85.784)**	**534.132**	**4.606**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO) PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

			Reservas de capital			Reservas de lucros						
	Nota explicativa	**Capital social**	**Outras reservas**	**Reserva de outorga de opções de ações**	**Ações em tesouraria**	**Reserva legal**	**Retenção de lucros**	**Lucros (prejuízos) acumulados**	**Outros resultados abrangentes**	**Total Controladora**	**Participação de acionistas não controladores**	**Total Consolidado**
Em 31 de dezembro de 2017		3.395.744	(103.967)	61.216	(214.887)	291.104	2.551.443	-	(56.062)	5.924.591	440.907	6.365.498
Adoção inicial do IFRS 9 e IFRS 15		-	-	-	-	-	(255.924)	-	-	(255.924)	(16.643)	(272.567)
Transações de capital:												
Aumento (redução) de capital	21 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Mutações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.468)	(50.468)
Opções outorgadas reconhecidas/exercidas	23 (c)	-	-	(20.840)	20.840	-	-	-	-	-	-	-
Programa de pagamento em ações	23 (c)	-	-	(4.335)	-	-	-	-	-	(4.335)	-	(4.335)
Baixa de investimento no exterior	21 (f)	-	-	-	-	-	(57.666)	-	57.666	-	-	-
Resultados do período:												
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	-	(84.363)	(84.363)	-	(168.726)	90.391	(78.335)
Destinação do lucro												
Ajustes por conversão de investimento		-	-	-	-	-	-	-	(1.421)	(1.421)	-	(1.421)
Dividendos intermediários	21 (c)	-	-	-	-	-	(430.000)	-	-	(430.000)	(74.924)	(504.924)
Reserva de retenção de lucros	21 (d)	-	-	-	-	-	-	84.363	-	84.363	-	84.363
Em 31 de dezembro de 2018		3.395.744	(103.967)	36.041	(194.047)	291.104	1.723.490	-	183	5.148.548	389.263	5.537.811
Transações de capital:												
Outras Mutações	21 (g)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	374.439	374.439
Opções outorgadas reconhecidas/exercidas	23 (c)	-	-	(3.910)	844	-	-	-	-	(3.066)	-	(3.066)
Resultados do período:												
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	415.841	-	415.841	118.475	534.317
Destinação do lucro												
Reserva legal	21 (c)	-	-	-	-	20.792	-	(20.792)	-	-	-	-
Ajustes por conversão de investimento		-	-	-	-	-	-	-	(185)	(185)	-	(185)
Dividendos	21 (d)/21 (e)	-	-	-	-	-	(700.000)	(98.762)	-	(798.762)	(469.110)	(1.267.873)
Reserva de retenção de lucros	21 (d)	-	-	-	-	-	296.287	(296.287)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019		3.395.744	(103.967)	32.131	(193.203)	311.896	1.319.777	-	(2)	4.762.376	413.067	5.175.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	17.394	7.225	3.927.089	3.231.328
Outras receitas	1	9.979	5.723	15.622
	17.395	17.204	3.932.813	3.246.950
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custos de produtos, mercadorias e serviços vendidos	(11.596)	(2.304)	(2.609.481)	(2.311.230)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(51.352)	(52.304)	(502.013)	(468.386)
Outras despesas	(9.827)	(7.165)	(46.508)	(219.449)
	(72.775)	(61.773)	(3.158.002)	(2.999.065)
Valor Adicionado Bruto	**(55.380)**	**(44.569)**	**774.810**	**247.885**
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(9.492)	(16.079)	(33.203)	(33.877)
Amortização de mais valia de ativos	(19.291)	(701)	(10.989)	(701)
	(28.783)	(16.780)	(44.192)	(34.578)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	**(84.163)**	**(61.349)**	**730.618**	**213.307**
Valor Adicionado Recebido em Transferências				
Resultado de equivalência patrimonial	476.607	(23.342)	104.200	107.654
Outros Resultados em Investimentos	68.521	(7.462)	87.133	17.182
Receitas financeiras	127.363	145.344	180.522	173.007
Valor Total Adicionado Recebido em Transferências	**672.491**	**114.540**	**371.854**	**297.844**
Valor Adicionado Total a Distribuir	**588.328**	**53.191**	**1.102.472**	**511.151**
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal e encargos				
Salários e encargos	43.026	37.989	196.444	172.350
Comissões sobre venda	96	101	16.099	22.698
Honorários da administração	5.050	5.261	5.050	5.261
Participação de empregados nos lucros	8.773	(4.317)	12.565	223
	56.945	39.034	230.159	200.532
Impostos, taxas e contribuições	1.826	1.549	188.068	153.703
Juros	113.715	96.971	149.929	150.888
	172.486	137.554	568.155	505.123
Remuneração de Capitais Próprios				
Lucro líquido do exercício	415.841	(84.363)	415.841	(84.363)
Parcela do lucro atribuída aos acionistas não controladores	-	-	118.475	90.391
	415.841	(84.363)	534.317	6.028
Valor Adicionado Total Distribuído	**588.328**	**53.191**	**1.102.472**	**511.151**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social.	415.655	(84.489)	620.490	74.560
Ajustes por:				
Depreciação e amortização de bens do ativo imobilizado e intangível	16.761	16.724	74.678	61.369
Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	-	199	24.322	16.383
Amortização de mais valia de ativos	12.022	701	1.004	-
Equivalência patrimonial	(476.607)	23.342	(104.200)	(107.654)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos, debêntures e CRI não realizados	33.697	63.431	41.008	158.127
Impostos diferidos	(79)	(56)	3.700	(30.560)
Ajustes a valor presente	-	-	55.097	14.593
Provisões para garantia	-	13	79.868	80.603
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(77.011)	(74.425)	(114.419)	(101.263)
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	3.808	(11)	1.391	3.213
Ajustes por conversão de investimentos	(185)	(183)	(185)	(183)
Provisões para risco de crédito	-	(255.924)	(98.587)	(254.850)
Provisão Programa de pagamento em ações	(3.065)	4.335	(3.065)	4.335
	(75.005)	(306.342)	581.103	(81.327)
Variação nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	2.321	(1.199)	(77.168)	703.825
Imóveis a comercializar	(12.398)	(37.210)	83.174	32.833
Contas correntes com parceiros nos empreendimentos	(1.048)	1.377	1.744	4.833
De partes relacionadas	149.700	276.661	100.030	40.116
Impostos e contribuições a compensar	(3.026)	(18.033)	(3.874)	(10.466)
Despesas com vendas a apropriar	-	-	(5.053)	3.993
Despesas antecipadas	(1.306)	(566)	(4.243)	15.861
Demais contas ativo	51.188	9.782	46.130	(11.934)
Contas a pagar por aquisição de imóveis	(62.588)	(13.697)	136.939	186.757
Impostos e contribuições a recolher	(496)	173	1.065	(4.296)
Fornecedores de Bens e Serviços	11.589	14.661	12.938	6.645
Provisão para manutenção de imóveis	-	(13)	(150.800)	(86.154)
Salários, encargos sociais e participações	9.983	(918)	11.419	(2.809)
Adiantamento de clientes	-	-	184.551	190.605
Outros passivos	36.291	2.433	(74.534)	125.742
Caixa e equivalentes provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais:	105.205	(72.891)	843.422	1.114.224
Impostos e contribuições pagos	-	-	(83.141)	(68.640)
Juros pagos	(46.234)	(74.713)	(70.920)	(181.200)
Caixa e equivalentes líquidos provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais	58.971	(147.604)	689.361	864.384
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(24.940)	(3.460)	(122.491)	(71.052)
Recebimento de dividendos	993.660	474.623	54.751	52.665
Aumento (redução) de investimento	(812.078)	(498.926)	110.754	(24.087)
Aquisição de ativo intangível	(26.710)	(3.104)	(1.549)	(2.408)
Títulos e Valores Mobiliários	113.635	(130.809)	38.515	(106.433)
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (aplicados nas) atividades de investimento	243.566	(161.676)	79.981	(151.314)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Ingressos de novos empréstimos, financiamentos e CRI	812.364	1.223.013	1.149.149	1.805.318
Pagamento de empréstimos, financiamentos e CRI	(311.351)	(532.463)	(986.450)	(1.984.796)
Distribuição de Dividendos	(700.000)	(430.000)	(700.000)	(430.000)
Distribuição de dividendos para acionistas não controladores	-	-	(469.110)	(74.924)
Aumento/(Redução) na participação dos acionistas não controladores	-	-	374.439	(50.468)
Dividendos	(98.762)	-	(98.762)	-
Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de financiamento	(297.749)	260.550	(730.735)	(734.869)
(Redução) Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	**4.788**	**(48.731)**	**38.607**	**(21.799)**
Saldo inicial	1.040	49.772	173.830	195.630
Saldo final	5.828	1.040	212.437	173.830
(Redução) Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	**4.788**	**(48.732)**	**38.607**	**(21.800)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão - Novo Mercado - sob a sigla CYRE3.

A sede social da Companhia está localizada na Rua do Rocio, 109 - 2º andar, Sala 01, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante a incorporação e construção de imóveis residenciais, isoladamente ou em conjunto com outras entidades. As sociedades controladas, sob controle compartilhado e coligadas, compartilham com a controladora as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais da Companhia ou do parceiro, conforme cada situação.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis Adotadas

2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

i) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Os aspectos relacionados a transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da administração da companhia, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e foi elaborada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil NBC TG09 - Demonstração do Valor Adicionado. As normas em IFRS, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras às normas em IFRS, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

ii) Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis deste relatório.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não são consideradas em conformidade com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS), uma vez que consideram a capitalização de juros sobre os ativos qualificáveis das investidas nas demonstrações financeiras da controladora.

As demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Os aspectos relacionados a transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da administração da companhia, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15).

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional.

iii) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Cyrela, de suas controladas diretas e indiretas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e os efeitos de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e o exercício social dessas entidades coincide com o da Companhia.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas controladas ou controladas em conjunto são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

iv) Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais, representados pela Administração da Companhia, os quais são responsáveis pela alocação de recursos, avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada das decisões estratégicas.

2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos, transações com pagamentos baseados em ações, provisão para demandas judiciais, valor justo de instrumentos financeiros, mensuração do custo orçado de empreendimentos, impostos diferidos ativos, dentre outros.

i) Custos orçados dos empreendimentos

Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia.

ii) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações a ser liquidado com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cíveis, tributárias e trabalhistas.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas

2.3.1. Apuração do resultado de incorporação imobiliária, venda de imóveis e outras

i) A apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis é feita segundo os seguintes critérios:

a) Nas vendas de unidades concluídas, a receita é reconhecida no momento em que a venda é efetivada (transferência de riscos e benefícios), independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, e as receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos:

A Companhia, suas controladas e investidas, adotaram o CPC 47/IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes", a partir de 1º de janeiro de 2018, contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, de 12 de dezembro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. Não houve efeitos relevantes com a adoção do CPC 47 e referido ofício circular para o Grupo.

O Ofício circular afirma que a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) às transações de venda de unidades imobiliárias não concluídas, realizadas por entidades registradas na CVM do setor de incorporação imobiliária, têm questões centrais, como: (a) o foco no contrato (unidade de conta); (b) o monitoramento contínuo dos contratos; (c) uma estrutura de controles internos em padrão de qualidade considerado, no mínimo, aceitável para os propósitos aos quais se destina; (d) a realização de ajustamentos tempestivos; e (e) a qualidade da informação (valor preditivo e confirmatório das demonstrações contábeis).

Os contratos de venda firmados entre a Companhia dá-se no modelo no qual a incorporadora financia o promitente durante a fase de construção do projeto, através de recursos próprios e/ou obtenção de financiamento (SFH) junto a instituições financeiras. Em regra, projetos de construção de unidades imobiliárias voltadas a pessoas de média e alta renda. Com a assinatura do contrato, o mutuário se compromete a pagar durante a fase de construção até 30% do valor da unidade imobiliária diretamente à incorporadora, que suporta todo o risco de crédito durante a fase de construção. Findo fisicamente o projeto, o mutuário precisa quitar o saldo devedor com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) e/ou obter junto a uma instituição financeira - IF o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuência da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato).

Com isso, nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos:

- As receitas de vendas, os custos de terrenos e construção, e as comissões de vendas são apropriados ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos;
- O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque na rubrica "Imóveis a comercializar";
- Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber". Os montantes recebidos com relação à venda de unidades que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica "Adiantamentos de clientes";
- Os juros e a variação monetária, incidentes sobre o saldo de contas a receber, assim como o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, são apropriados ao resultado de incorporação e venda de imóveis quando incorridos, obedecendo ao regime de competência dos exercícios "pro rata temporis";
- Os encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e os diretamente associados ao financiamento da construção, são capitalizados e registrados aos estoques de imóveis a comercializar, e apropriados ao custo incorrido das unidades em construção até a sua conclusão e observando-se os mesmos critérios de apropriação do custo de incorporação imobiliária na proporção das unidades vendidas em construção;
- Os tributos incidentes e diferidos sobre a diferença entre a receita incorrida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita;
- As demais despesas, incluindo, de propaganda e publicidade são apropriadas ao resultado quando incorridas.

c) Nos distratos de contrato de compromisso de compra e venda de imóveis, a receita e o custo reconhecido no resultado são revertidos, conforme os critérios de apuração mencionados anteriormente. A reversão do custo aumenta os estoques. A Companhia também reconhece, por efeito do distrato, o passivo de devolução de adiantamentos de cliente e os efeitos de ganho ou perda são reconhecidos imediatamente ao resultado.

d) A Companhia efetua a provisão para distratos, quando em sua análise é identificada incertezas quanto à entrada dos fluxos de caixa futuros para a entidade. Estes ajustamentos vinculam-se ao fato de que o reconhecimento de receita está condicionado ao grau de confiabilidade quanto à entrada, para a entidade, dos fluxos de caixa gerados a partir da receita reconhecida.

ii) Prestação de serviços de construção

Receitas decorrentes da prestação de serviços imobiliários são reconhecidas na medida em que os serviços são prestados, e estão vinculadas com a atividade de administração de construção para terceiros e consultoria técnica.

iii) Operações de permuta

A permuta de terrenos tem por objeto o recebimento de terrenos de terceiros para liquidação por meio da entrega de unidades imobiliárias ou o repasse de parcelas provenientes das vendas das unidades imobiliárias dos empreendimentos. Os terrenos adquiridos pela Companhia e por suas controladas são registrados pelo seu valor justo, como um componente do estoque, em contrapartida a adiantamento de clientes no passivo. As receitas e os custos decorrentes de operações de permutas são apropriados ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos, conforme critérios descritos no item i) b) acima.

2.3.2. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e sociedades compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber e a pagar, financiamentos, empréstimos, debêntures e CRI, entre outros. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descritos a seguir:

i) Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

A Companhia não adota a prática contábil de *Hedge Accounting*.

ii) Ativos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

iii) Passivos financeiros

- Outros passivos financeiros ao custo amortizado

Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures, CRIs, fornecedores, e outras contas a pagar, são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas classificam nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias.

2.3.4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários incluem certificados de depósitos bancários, títulos públicos emitidos pelo Governo Federal, fundos de investimentos exclusivos que são integralmente consolidados.

2.3.5. Contas a receber

O saldo da rubrica "Contas a receber" é mensurado pelo montante original de venda contratual, atualizado com juros prefixados e apropriados ao resultado observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento.

Nas vendas a prazo de unidades não concluídas, os recebíveis com atualização monetária, inclusive a parcela das chaves, sem juros, devem ser descontados a valor presente, uma vez que os índices de atualização monetária contratados não incluem o componente de juros. A constituição do ajuste e sua reversão, quando realizados durante o exercício de construção, são lançadas em contrapartida a receitas de incorporação imobiliária.

2.3.6. Imóveis a comercializar

i) Formação do custo

Os imóveis prontos a comercializar, e os em construção, são demonstrados ao custo de formação, que não excede o seu valor líquido realizável.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado, deduzidos os custos para finalizar o empreendimento (se aplicável), as despesas de vendas e os tributos.

O custo de formação compreende o custo para aquisição do terreno (que inclui operações de permuta descrita na nota explicativa nº 2.3.1 iii)), gastos necessários para aprovação do empreendimento com as autoridades governamentais, gastos com incorporação, gastos de construção relacionados com materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, e compreende também o custo financeiro incorrido durante o exercício de construção, até a finalização da obra.

ii) Segregação entre circulante e não circulante

A classificação entre o circulante e o não circulante é realizada com base na expectativa do lançamento dos empreendimentos imobiliários, revisada periodicamente.

2.3.7. Despesas com vendas a apropriar

Os gastos de corretagem sobre vendas de imóveis são ativados como pagamentos antecipados e são apropriados ao resultado como parte das despesas comerciais, observando-se o mesmo critério adotado para reconhecimento das receitas e dos custos das unidades vendidas (nota explicativa nº 2.3.1 i)), exceto as comissões sobre vendas canceladas, que são lançadas ao resultado no caso de cancelamento ou quando for provável que não haverá pagamento dos valores contratados.

Os encargos relacionados com a comissão de venda pertencente ao adquirente do imóvel não constituem receita ou despesa da Companhia e de suas controladas.

continua...

CONTINUAÇÃO

CYRELA BRAZIL REALTY S.A.
EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

CYRELA

CYRE3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL | abrasca Companhia Associada | AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES | EMPRESA AMIGA DA CRIANÇA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.3.8. Despesas antecipadas
As despesas pagas antecipadamente são apropriadas ao resultado do exercício quando incorridas pelo regime de competência.
2.3.9. Investimentos em participações societárias
Os investimentos em participações societárias são registrados pelo método de equivalência patrimonial na controladora. No consolidado, as investidas classificadas como controladas em conjunto e coligadas, também são registradas pelo método de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações financeiras levantadas das respectivas investidas nas mesmas datas-bases e critérios contábeis utilizados pela Companhia.
Investimentos em sociedades localizadas no exterior
Brazil Realty Serviços e Investimentos Ltd.: Essa controlada está localizada em Bahamas e, na essência, é uma extensão das atividades financeiras da Companhia, sendo sua moeda funcional o dólar.
Cyrsa S.A.: Coligada que possui como objetivo incorporar e comercializar imóveis. Localizada na Argentina, possui gestão própria, bem como independência administrativa, financeira e operacional. Sua moeda funcional é o peso argentino.
Os ativos, passivos e resultados são convertidos para moeda de apresentação da Companhia pelo seguinte método: (i) ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) patrimônio líquido convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; e (iii) receitas e despesas convertidos pela taxa média. Os efeitos desta conversão para moeda de apresentação são registrados na rubrica "Ajustes acumulados de conversão", acumulados na rubrica de "Outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido. Ocorrendo a alienação ou baixa do investimento, os efeitos de conversão registrados em conta de "Outros resultados abrangentes" deverão ser contabilizados no resultado do exercício no mesmo período da alienação ou baixa desse investimento.
2.3.10. Imobilizado
Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens, conforme nota explicativa nº 8.
Os gastos incorridos com a construção dos estandes de vendas, apartamentos-modelo e respectivas mobílias passam a incorporar o ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas. Tais ativos passam a ser depreciados após o lançamento e a efetivação do empreendimento, sendo a despesa registrada no resultado na rubrica "Despesas com vendas", pela vida útil estimada.
2.3.11. Intangível
Os gastos relacionados com a aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software são registrados ao custo de aquisição, sendo amortizados linearmente, e estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment").
Os investimentos em participações societárias da Companhia incluem mais-valia (ágio) quando o custo de aquisição ultrapassa o valor de mercado dos ativos líquidos da empresa adquirida.
As mais-valias são amortizadas na proporção em que os ativos nessas investidas são realizados.
2.3.12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido
i) Imposto de renda e contribuição social correntes
O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro tributável do exercício.
O imposto de renda (25%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (9%) são calculados observando-se suas alíquotas nominais, que conjuntamente, totalizam 34%. O imposto de renda diferido é gerado por diferenças temporárias da data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.
Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro estimado apurado à razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas, respectivamente, sobre o qual se aplica as alíquotas nominais do respectivo imposto e contribuição.
Conforme facultado pela legislação, a incorporação de alguns empreendimentos estão submetidas ao regime da afetação, pelo qual o terreno e as acessões objeto de incorporação imobiliária, bem como os demais bens, direitos e obrigações a ela vinculados, estão apartados do patrimônio do incorporador e constituem patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes. Adicionalmente, certas controladas efetuaram a opção irrevogável pelo "Regime Especial de Tributação - RET", segundo o qual o imposto de renda e contribuição social são calculados à razão de 1,92% sobre as receitas brutas (4% também considerando PIS e COFINS sobre as receitas).
ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.
Quando aplicável, a Companhia reconhece o imposto diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social. Os prejuízos fiscais acumulados não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício. Sociedades que optam pelo regime de lucro presumido não podem compensar prejuízos fiscais de um período em anos subsequentes.
Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.
2.3.13. Contas a pagar na aquisição de imóveis e adiantamento de clientes referentes à permuta
As obrigações na aquisição de imóveis são reconhecidas pelos valores correspondentes às obrigações contratuais assumidas. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos ou deduzidos, quando aplicável, de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido e ajuste a valor presente até a data do balanço.
As operações de permutas de terrenos por unidades imobiliárias são registradas ao estoque em contrapartida à rubrica "Adiantamento de clientes". O registro da operação é efetuado somente quando os riscos e benefícios sobre o terreno fluem integralmente para Companhia e os valores são demonstrados ao seu valor justo de realização. O reconhecimento da receita ao resultado é realizado na rubrica "Receita com venda de unidades imobiliárias" pelos mesmos critérios da nota explicativa nº 2.3.1 i).
2.3.14. Demais ativos e passivos
Os demais ativos e passivos são apresentados ao valor de custo ou de realização (ativos), ou para valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e encargos financeiros incorridos.
2.3.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos
O ajuste a valor presente registrado na rubrica "Contas a receber" foi calculado considerando o prazo estimado até a entrega das chaves dos imóveis comercializados, utilizando a taxa média de captação praticada pela Companhia, sem inflação, para os financiamentos obtidos.
O ajuste a valor presente da rubrica "Contas a receber" é registrado no resultado na rubrica "Receita Líquida". A reversão do ajuste a valor presente é reconhecida na mesma rubrica.
2.3.16. Empréstimos, financiamentos, Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI, cédulas de crédito bancário e debêntures
Os recursos financeiros obtidos, sejam eles empréstimos, financiamentos, debêntures, Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI ou Cédula de Crédito Bancário - CCB, são reconhecidos inicialmente, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, e são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido até a data da informação apresentada.
2.3.17. Gastos na emissão de títulos e valores mobiliários
Os gastos com registro de distribuição pública de títulos e valores mobiliários são registrados em conta redutora da que originou os recursos recebidos. Assim, os gastos com distribuição pública de ações estão classificados na rubrica "Reserva de Capital" e os gastos com emissão dos CRIs estão classificados na rubrica "Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs", conforme divulgado na nota explicativa nº 12.
2.3.18. Programa de opção de compra de ações - "stock options"
A Companhia outorgou a empregados e administradores, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, plano de remuneração com base em ações ("stock options"), segundo o qual recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações outorgadas.
O valor justo das opções é estabelecido na data da outorga, sendo que o mesmo é reconhecido como despesa no resultado do exercício (em contrapartida ao patrimônio líquido), à medida que os serviços são prestados (*vesting period*) pelos empregados e administradores. Os custos de remuneração foram estimados com base no modelo de valorização de opções denominado Black & Scholes.
Em caso de cancelamento de um plano de opção de compra de ações, o mesmo é tratado como se tivesse sido outorgado na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do plano, é reconhecida imediatamente. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e o mesmo é designado um plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme mencionado anteriormente.
2.3.19. Outros benefícios a empregados
Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros), as remunerações variáveis, tais como as participações nos lucros, os bônus e os pagamentos baseados em opções. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas gerais e administrativas", à medida que são incorridos.
O sistema de bônus opera com metas corporativas e individuais, estruturados na eficiência dos objetivos corporativos, seguidos por objetivos de negócios e finalmente por objetivos individuais.
A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada e plano de aposentadoria.
2.3.20. Provisões
i) Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis
A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais cuja expectativa de perda é provável.
Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis e remotas são apenas divulgados em nota explicativa.
Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não há causas envolvendo ativos contingentes registradas nas demonstrações financeiras da Companhia.
ii) Provisões para créditos de liquidação duvidosa e distratos de clientes
A Companhia mensura a provisão para créditos de liquidação duvidosa e distratos baseado em premissas que consideram o histórico e perspectivas de perdas esperadas de suas operações correntes e suas estimativas. Exemplos: (a) atrasos no pagamento das parcelas; (b) condições econômicas locais ou nacionais desfavoráveis; entre outros. Caso existam tais evidências, a respectiva provisão é registrada, sendo que o modelo adotado pela Companhia é a abordagem simplificada. Tais premissas são revisadas anualmente para considerar eventuais alterações nas circunstâncias e históricos.
iii) Provisão para garantia
Constituída para cobrir gastos com reparos em empreendimentos no exercício de garantia, com base no histórico de gastos incorridos. A provisão é constituída em contrapartida ao resultado (custo), à medida que os custos de unidades vendidas incorrem. Eventual saldo remanescente não utilizado da provisão é revertido após o prazo de garantia oferecida, em geral cinco anos a partir da entrega do empreendimento.
iv) Provisão para redução do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")
A Companhia avalia eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos ativos com vida útil definida. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável ("Impairment"), ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As principais rubricas sujeitas à avaliação de recuperação são: "Imóveis a comercializar", "Investimentos", "Imobilizado", "Intangível" e "Títulos e valores mobiliários".
Para os ativos com vida útil indefinida, a Companhia avalia, no mínimo anualmente, independentemente da existência de quaisquer indícios, o valor recuperável. Caso o valor recuperável seja menor que o valor contabilizado, é constituída provisão para redução ao valor recuperável ("Impairment"), ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.
2.3.21. Impostos sobre vendas
Para as empresas no regime de tributação do lucro real, de incidência não cumulativa, as alíquotas da contribuição para o PIS e da COFINS são, respectivamente, de 1,65% e de 7,6%, calculadas sobre a receita operacional bruta e com desconto de alguns créditos apurados com base em custos e despesas incorridas. Para as empresas optantes do regime de tributação de lucro presumido, no regime de incidência cumulativa, as alíquotas da contribuição para o PIS e da COFINS são, respectivamente, de 0,65% e de 3% sobre a receita operacional bruta.
2.3.22. Ações em tesouraria
São instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, na venda, na emissão ou no cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em "Outras reservas de capital".
2.3.23. Dividendos
A proposta de distribuição de dividendos é efetuada pela Administração da Companhia, e a parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo circulante, na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.
2.3.24. Resultado básico e diluído por ação
O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento.
2.4. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas
Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e abaixo relacionadas:

IFRS	CPC	Tema	Vigência
IFRS 17	-	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2021

O Grupo não espera nenhum impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo no período de aplicação inicial
2.5. Normas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2019
Adoção inicial do IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda
A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade:
- Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo;
- Avalie se é provável que autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.

Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda.
Em caso negativo, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação de sua posição fiscal e contábil.
Em 31 de Dezembro de 2019, não houve impactos nas informações financeiras da Companhia.
CPC 06 R2 (IFRS 16)
O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatário reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes, e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores. Os valores contábeis dos ativos de direito de uso são os seguintes:

	Controladora		
Em milhares de Reais	**Imóveis**	**Total Imobilizado**	**Total Passivo**
Em 1º de janeiro de 2019	11.781	11.781	11.781
Em 31 de dezembro de 2019	9.681	9.681	10.475

	Consolidado		
Em milhares de Reais	**Imóveis**	**Total Imobilizado**	**Total Passivo**
Em 1º de janeiro de 2019	14.393	14.393	14.393
Em 31 de dezembro de 2019	11.364	11.364	12.366

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Caixas e Bancos	5.828	1.040	137.835	147.351
Certificado de Depósito Bancário e operações compromissadas (i)	-	-	74.602	26.479
	5.828	**1.040**	**212.437**	**173.830**

(i) Aplicações financeiras que possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um significante risco de mudança de valor e a Companhia possui direito de resgate imediato, têm rendimento médio de 80,27% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. Títulos e Valores Mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Aplicações Financeiras (i)	15.745	49.738	190.584	248.023
Fundos de investimento exclusivo (ii)	326.368	467.411	762.050	780.724
Letras Financeiras (iii)	39.544	22.333	39.544	22.333
Fundo de investimento diversos (iv)	65.843	79.856	71.059	79.856
Certificados de créditos imobiliários (v)	2.170	5.211	2.170	5.211
Outros créditos imobiliários (vi)	385.324	247.069	385.324	238.680
	834.994	**871.618**	**1.450.731**	**1.374.827**
Circulante	**537.382**	**728.252**	**1.152.619**	**1.230.961**
Não Circulante	**297.612**	**143.366**	**298.112**	**143.866**

(i) Aplicações financeiras remuneradas à taxa média de 91,37% do CDI e não possui liquidez imediata.
(ii) A Companhia possui aplicação nos fundos de investimentos exclusivos administrados pelo Banco Safra S.A. e Banco Santander S.A. e Caixa Econômica Federal respectivamente. A instituição financeira é responsável pela custódia dos ativos integrantes da carteira do fundo e pela liquidação financeira de suas operações. Os fundos são compostos por títulos de renda fixa e foram remunerados à taxa média de 95,76% do CDI.
(iii) Letras financeiras remuneradas à taxa média de 112,17% do CDI.
(iv) A Companhia possui aplicação em fundos de investimentos multimercados, administrados pelo banco Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A, XP Investimentos CCTVM S/A, Banco Safra S.A, Banco Santander S.A, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S.A e Banco BNY Mellon Banco S.A,. A instituição financeira é responsável pela custódia dos ativos integrantes da carteira do fundo e pela liquidação financeira de suas operações. Os Fundos são compostos por títulos com renda variável e foram remunerados à taxa média de 149,68% do CDI. Adicionalmente a Companhia possui fundos de investimento em participações multiestratégia e fundo de investimento imobiliário, administrados pelo banco da Caixa Econômica Federal e Banco Ourinvest S.A respectivamente.
(v) A Companhia possui aplicação em CRI seniores da Tecnisa S.A, estes títulos têm remuneração de 140% do CDI.
(vi) São representados, substancialmente, por cédulas de crédito imobiliário, estes títulos possuem remuneração média de 12% a.a.+ inflação.
A composição do fundo de investimento exclusivo, na proporção das cotas detidas pela Companhia, é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2019	**2018**
Títulos públicos federais (i)	341.517	359.732
Letras financeiras (ii)	267.906	191.001
Fundo de investimento e cotas (iii)	34.817	127.967
CDB/RDB	106.889	99.609
Operações compromissadas	10.921	2.415
	762.050	**780.724**

(i) Título Público Federal à taxa média de 100% do SELIC.
(ii) Letras financeiras remuneradas à taxa média de 106,35% do CDI.
(iii) Fundos de investimentos à taxa média de 95,76% do CDI.

5. Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Empreendimentos concluídos	**8.997**	**11.318**	**1.102.434**	**1.056.548**
Empreendimentos em construção				
Receita apropriada	-	-	4.246.586	3.040.599
Parcelas recebidas	-	-	(2.857.100)	(1.656.149)
	-	-	1.389.486	1.384.450
Ajuste a valor presente (AVP)	-	-	(43.006)	(44.297)
	-	-	1.346.480	1.340.153
Contas a receber de vendas apropriado	**8.997**	**11.318**	**2.448.914**	**2.396.701**
Provisão para risco de crédito (i)	-	-	(20.467)	(11.270)
Provisão para distrato (ii)	-	-	(362.504)	(444.329)
Prestação de serviços	-	-	3.531	7.714
Total do contas a receber	**8.997**	**11.318**	**2.069.474**	**1.948.815**
Circulante	**2.932**	**5.655**	**1.251.679**	**1.335.962**
Não Circulante	**6.065**	**5.663**	**817.795**	**612.854**

(i) Refere-se à provisão para risco de crédito, decorrente da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9, que incluiu a provisão para perda esperada.
(ii) Refere-se à provisão para distratos em linha com o Ofício CVM 02/2018, que considera ajustamentos preditivos ao reconhecimento da receita.
A movimentação da provisão para risco de crédito é reconhecida na rubrica de outras despesas e pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	2019	**2018**
Saldo Inicial	**11.270**	**13.346**
Adições	16.838	4.644
Baixas	(6.579)	(6.501)
Reversões	(1.062)	(219)
Saldo Final	**20.467**	**11.270**

A movimentação da provisão de distrato pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	2019	**2018**
Saldo Inicial	**444.329**	**697.104**
Adições	208.313	194.701
Reversões	(290.138)	(447.476)
Saldo Final	**362.504**	**444.329**

O saldo de contas a receber de venda de imóveis em construção é atualizado pela variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC até a entrega das chaves. Após a entrega das chaves, os recebíveis rendem juros de 12% ao ano mais correção monetária pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e para os contratos assinados a partir do terceiro trimestre de 2019 o índice passa a ser corrigido pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.
O ajuste a valor presente é calculado sobre os saldos de contas a receber de unidades não concluídas, considerando o prazo estimado até a entrega das chaves, utilizando a taxa média de captação praticada pela Companhia, sem inflação, para os financiamentos obtidos. A taxa média utilizada para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 3,38% ao ano (4,58% em 31 de dezembro de 2018). O ajuste a valor presente contabilizado ao resultado, na rubrica de "Receita líquida", totalizou no período findo em 31 de dezembro de 2019 R$3.119 (R$14.593 em 31 de dezembro de 2018).
O saldo das contas a receber de unidades vendidas e ainda não concluídas não está integralmente refletido nas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que o seu registro é limitado à parcela da receita reconhecida pela evolução das obras, líquida das parcelas já recebidas.
Como informação adicional, demonstramos a seguir os saldos integrais ainda não refletidos nas informações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
Incorporação e revenda de imóveis:	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Total no ativo circulante	2.932	5.655	1.533.836	1.693.436
Total no ativo não circulante	6.065	5.663	915.079	703.264
	8.997	11.318	2.448.915	2.396.700
Provisão para risco de crédito (i)	-	-	(20.468)	(11.268)
Provisão para distrato (ii)	-	-	(362.504)	(444.329)
Total de vendas contratadas a apropriar	-	-	2.965.999	1.741.082
Parcela classificada em adiantamento de clientes	-	-	(65.796)	(100.353)
	8.997	**11.318**	**4.966.146**	**3.581.832**
Circulante	**2.932**	**5.655**	**1.940.340**	**1.812.122**
Não Circulante	**6.065**	**5.663**	**3.025.806**	**1.769.709**

(i) Refere-se à provisão para risco de crédito, decorrente da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9, que incluiu a provisão para perda esperada.
(ii) Refere-se à provisão para distratos em linha com o Ofício CVM 02/2018, que considera ajustamentos preditivos ao reconhecimento da receita.
A classificação no ativo não circulante é determinada pelos montantes que se espera receber, conforme fluxo contratual, com vencimentos a partir do 12º mês.
Cronograma da carteira de recebíveis por incorporação e revenda de imóveis
A carteira a seguir é apresentada com base na expectativa de recebimentos, considerando a receita já reconhecida e a reconhecer, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
12 Meses	2.932	5.655	1.940.339	1.812.122
24 Meses	1.603	1.118	1.269.258	686.835
36 Meses	1.433	998	1.355.515	815.485
48 Meses	1.279	891	325.428	182.556
Acima de 48 Meses	1.750	2.656	75.605	84.833
Total	**8.997**	**11.318**	**4.966.145**	**3.581.831**

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de parcelas vencidas há mais de 360 dias em nossa carteira de recebíveis no consolidado era de R$48.546 (R$44.260 em 31 de dezembro de 2018).

6. Imóveis a Comercializar
Representados pelos custos das unidades imobiliárias disponíveis para venda (imóveis prontos e em construção), terrenos para futuras incorporações e adiantamentos para aquisição de terrenos, demonstrados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		2019	**2018**	**2019**	**2018**
Imóveis em construção		-	-	740.162	530.507
Imóveis concluídos		59.960	52.622	1.161.537	1.577.958
Terrenos para futuras incorporações	(a)	37.246	32.186	2.249.862	2.044.316
Adiantamento para aquisição de terrenos		-	-	113.141	98.652
Encargos capitalizados ao estoque	(b)	-	-	127.328	179.676
Provisão para distratos	(c)	-	-	241.718	285.813
		97.206	**84.808**	**4.633.748**	**4.716.922**
Circulante		**97.206**	**84.808**	**2.637.666**	**3.093.608**
Não Circulante		**-**	**-**	**1.996.082**	**1.623.314**

(a) A classificação dos terrenos para futuras incorporações entre o ativo circulante e o não circulante é realizada mediante a expectativa de prazo para o lançamento dos empreendimentos imobiliários, revisada periodicamente pela Administração. Os imóveis em construção e imóveis concluídos são classificados no ativo circulante, tendo em vista a sua disponibilidade para venda.
(b) O saldo dos encargos capitalizados no consolidado, representaram R$61.529 referentes a encargos do Sistema Financeiro de Habitação - SFH e R$65.799 referentes a encargos de outras dívidas, perfazendo um total de R$127.328 em 31 de dezembro de 2019, (encargos de SFH de R$101.623, encargos de outras dívidas de R$78.053, perfazendo total de R$179.676 em 31 de dezembro de 2018).
(b.1) A apropriação dos encargos capitalizados na demonstração de resultado consolidada, na rubrica "Custo de imóveis vendidos", totalizaram R$68.045 referentes a encargos do Sistema Financeiro de Habitação - SFH e R$13.349 referentes a encargos de outras dívidas, perfazendo um total de R$81.394 em 31 de dezembro de 2019, (encargos de SFH de R$92.518, encargos de outras dívidas de R$16.936, perfazendo um total de R$109.454 em 31 de dezembro de 2018), sendo apropriados ao resultado.
(c) Referente aos custos dos imóveis dos quais possuem provisão para distratos correspondentes. O efeito da provisão está de acordo com a instrução CVM 02/2018, que considera ajustamentos preditivos ao reconhecimento da receita.

7. Investimentos
a) As principais informações das participações societárias diretas estão resumidas a seguir:

		Direta		Patrimônio Líquido		Lucro (Prejuízo) Líquido do período		Investimento		Equivalência	
		2019	**2018**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Austria Incorporadora Ltda		50,00	50,00	27.245	39.554	15.074	9.434	13.623	19.777	7.537	4.717
Camargo Correa Cyrela Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		50,00	50,00	22.996	22.384	(99)	(52)	11.498	11.192	(50)	(26)
Canoa Quebrada Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	31.487	26.749	(66)	(2.246)	31.487	26.749	(66)	(2.246)
Carapa Empreendimentos Imobiliários S/A		60,00	60,00	31.852	31.667	189	(6.191)	19.111	19.000	114	(3.714)
Carlos Petit Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	29.534	16.524	9.388	(64)	22.150	12.393	7.041	(48)
Cbr 011 Empreendimentos Imobiliários Ltda		32,50	32,50	38.348	43.742	(5.394)	927	12.463	14.216	(1.753)	301
Cbr 021 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	81,06	100,00	18.516	956	3.532	(1)	15.010	956	2.863	(1)
Cbr 024 Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	193.103	171.031	(7.803)	(9.616)	96.551	85.516	(3.901)	(4.808)
Cbr 030 Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	166.895	144.785	(7.789)	(8.102)	83.448	72.393	(3.895)	(4.051)
Cbr 031 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	116.953	115.360	68.186	28.321	116.953	115.360	68.186	28.321
Cbr 040 Empreendimentos Imobiliários Ltda		99,99	99,99	62.734	98.201	10.838	58.738	62.734	98.191	10.838	58.732
Cbr 044 Empreendimentos Imobiliários Ltda.		100,00	100,00	11.666	11.009	2.756	(129)	11.666	11.009	2.756	(129)
Cbr 048 Empreendimentos Imobiliários Ltda		99,99	99,99	19.060	2.316	(1.948)	(181)	19.060	2.316	(1.948)	(181)
Cbr 051 Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	125.163	191.261	(4.098)	73.110	62.582	95.630	(2.049)	36.555
Cbr 052 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	60,00	99,99	27.100	3.466	12.776	(5)	16.260	3.466	7.666	(5)
Cbr 057 Empreendimentos Imobiliários Ltda		99,99	99,99	11.078	2	(15)	-	11.077	2	(15)	-
Cbr 060 Empreendimentos Imobiliários Ltda		99,99	99,99	56.130	2	(125)	-	56.130	2	(125)	-
Cbr 081 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(ii)	99,99	-	43.006	-	(1)	-	43.002	-	(1)	-
Ccisa31 Incorporadora Ltda		50,00	50,00	17.287	15.157	8.003	12.503	8.643	7.579	4.001	6.252
Cotia Empreendimentos Imobiliários Ltda		99,99	99,99	14.412	21.317	15.346	(294)	14.412	21.315	15.346	(294)
Country de Investimento Imobiliário Ltda		97,25	97,25	11.632	12.740	(2.019)	207	11.312	12.390	(1.963)	201
Cury Construtora e Incorporadora S/A	(i)	46,75	50,00	213.698	241.650	160.212	133.244	99.904	120.825	74.899	66.622
Cyrela Aconcagua Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	49.130	39.738	5.655	(9.717)	49.130	39.738	5.655	(9.717)
Cyrela Alasca Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	20.416	32.605	5.009	17.333	20.416	32.605	5.009	17.333
Cyrela Asteca Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	48.343	47.349	(54)	(48)	48.343	47.349	(54)	(48)
Cyrela Begonia Empreendimentos Imobiliários Ltda	(ii)	100,00	-	13.143	-	1.336	-	13.143	-	1.336	-
Cyrela Brazil Realty Rjz Empreendimentos Imobiliária Ltda		100,00	100,00	71.959	77.328	(626)	15.982	71.959	77.328	(626)	15.982
Cyrela Cristal Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	39.853	52.183	4.045	1.782	39.853	52.183	4.045	1.782
Cyrela Df 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	34.136	33.930	(76)	(431)	34.136	33.930	(76)	(431)
Cyrela Empreendimentos Imobiliários Comercial Importadora e Exportadora Ltda		100,00	100,00	15.935	15.538	(4.399)	(5.814)	15.935	15.538	(4.399)	(5.814)
Cyrela Europa Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	22.169	37.048	(21.291)	(3.695)	22.169	37.048	(21.291)	(3.695)
Cyrela Extrema Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	57.819	75.326	(12.246)	(19.028)	57.819	75.326	(12.246)	(19.028)
Cyrela Gerbera Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	25.373	22.104	6.078	11.646	20.298	17.683	4.863	9.317
Cyrela Grenwood de Investimento Imobiliário Ltda		75,00	75,00	48.473	47.379	7.092	(235)	36.355	35.535	5.319	(176)
Cyrela Imobiliária Ltda		100,00	100,00	22.880	25.712	(1.169)	(26.633)	22.880	25.712	(1.169)	(26.633)
Cyrela Índico Empreendimentos Imobiliários Ltda		72,00	72,00	16.571	23.329	842	2.909	11.931	16.797	606	2.095
Cyrela Indonesia Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	100,00	99,95	21.152	5.679	265	13.530	21.151	5.677	265	13.524
Cyrela Magiklz Campinas 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	32.829	21.952	15.067	(90)	26.263	17.562	12.053	(72)
Cyrela Magiklz Nazca Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	31.556	3.975	14.955	(52)	23.667	2.982	11.216	(39)
Cyrela Maguari Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	46.833	16.292	(3.090)	6.529	46.833	16.292	(3.090)	6.529
Cyrela Malasia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	12.350	13.221	(2.486)	(2.335)	12.350	13.221	(2.486)	(2.335)
Cyrela Montblanc Empreendimentos Imobiliários S.A		99,99	99,99	139.965	93.020	5.264	(98.029)	139.965	93.011	5.264	(98.019)
Cyrela Monza Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	161.266	169.804	1.478	(3.761)	161.266	169.804	1.478	(3.761)
Cyrela Nordeste Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	41.901	66.976	(11.877)	(17.864)	41.901	66.976	(11.877)	(17.864)
Cyrela Normandia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	43.994	24.195	12.824	(11)	43.994	24.195	12.824	(11)
Cyrela Pacifico Empreendimentos Imobiliários S/A		80,00	80,00	29.385	29.295	(10)	(31)	23.508	23.436	(8)	(24)
Cyrela Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	100.928	112.457	(2.358)	(14.928)	100.928	112.457	(2.358)	(14.928)
Cyrela Perola Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	25.537	8.734	10.287	(91)	25.537	8.734	10.287	(91)
Cyrela Piracema Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	28.286	28.242	(6)	1.416	28.286	28.242	(6)	1.416
Cyrela Portugal Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	75.626	34.471	46.661	17.342	75.626	34.471	46.661	17.342
Cyrela Recife Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	323.294	124.505	(17.825)	(34.629)	323.294	124.505	(17.825)	(34.629)
Cyrela Rjz Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda		84,17	84,17	79.670	76.106	(26.354)	(34.686)	67.057	64.058	(22.182)	(29.195)
Cyrela Rjz Empreendimentos Imobiliários Ltda		59,90	59,90	13.903	25.863	(7.640)	(49.091)	8.328	15.492	(4.577)	(29.405)
Cyrela Rjz Jcgontijo Empreendimentos Imobiliária Ltda		25,00	25,00	55.225	93.305	3.251	11.643	13.806	23.326	813	2.911
Cyrela Suecia Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	48.034	51.114	(2.986)	(6.613)	24.017	25.557	(1.493)	(3.306)
Cyrela Tolteca Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	15.280	8.187	6.135	9.949	15.280	8.187	6.135	9.949
Cyrela Trentino Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	37.902	26.514	(186)	(1)	37.902	26.514	(186)	(1)
Cyrela Vermont de Investimento Imobiliária Ltda		85,00	85,00	13.548	13.503	(23)	(15)	11.516	11.477	(20)	(12)
Cyrela Violeta Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	20.095	20.313	3.432	4.931	20.095	20.313	3.432	4.931
Dona Margarida Ii Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	49.837	22.143	9.488	6.503	49.837	22.143	9.488	6.503
Emporio Jardim Shoppings Centers S.A.		80,00	80,00	10.737	10.468	592	768	8.590	8.374	474	615
Fazenda São João Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		85,00	85,00	13.428	23.428	(10.004)	(10)	11.414	19.914	(8.504)	(9)
Flamingo Investimento Imobiliário Ltda		100,00	100,00	19.700	9.721	2.600	(5.077)	19.700	9.721	2.600	(5.077)
Forest Hill de Investimento Imobiliário Ltda		25,00	25,00	10.098	10.101	(3)	(1)	2.524	2.525	(1)	-
Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	608.854	665.077	45.391	20.129	608.854	665.077	45.391	20.129
Grc 03 Incorporações e Participações Ltda	(i)	100,00	50,00	11.254	10.274	2.533	(70)	11.254	5.137	2.533	(35)
Himalaia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	10.285	6.140	425	(662)	10.285	6.139	425	(662)
Iracema Incorporadora Ltda		50,00	50,00	58.743	57.967	(134)	(85)	29.371	28.983	(67)	(43)
Jacira Reis Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	14.898	23.837	(3.798)	(5.441)	7.449	11.919	(1.899)	(2.721)
Lavvi Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	45,00	50,00	106.738	61.942	33.407	33.919	48.032	30.971	15.033	16.960
Lavvi Madri Empreendimentos Imobiliários Ltda	(ii)	20,00	-	36.905	-	17.569	-	7.381	-	3.514	-
Lavvi Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda		30,00	30,00	13.080	28.987	(2.055)	19.312	3.924	8.696	(617)	5.794
Lb 2017 Empreendimentos e Participações Imobiliárias S.A	(i)	100,00	12,39	35.538	-	34.575	-	35.538	-	34.575	-
Living 001 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	27.536	10.614	4.085	2.050	27.536	10.614	4.085	2.050
Living 010 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	26.853	6.807	7.549	968	26.853	6.807	7.549	968
Living Botucatu Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	57.192	53.703	9.312	29.287	28.596	26.852	4.656	14.644
Living Cacoal Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	11.160	839	(319)	-	11.160	839	(319)	-
Living Cantagalo Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	14.914	12.867	3.204	(1.472)	14.914	12.867	3.204	(1.472)
Living Cedro Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	28.472	41.867	3.497	7.622	28.472	41.867	3.497	7.622
Living Cerejeira Empreendimentos Imobiliários Ltda		70,00	70,00	24.157	7.248	12.514	17	16.910	5.074	8.759	12
Living Empreendimentos Imobiliários S/A		100,00	100,00	625.910	745.323	72.230	(16.415)	625.910	745.323	72.230	(16.415)
Living Loreto Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	21.437	18.272	5.360	10.399	21.437	18.272	5.360	10.399
Living Salinas Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	14.120	2.925	(459)	(15)	14.120	2.925	(459)	(15)
Living Tallinn Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	21.725	8.315	5.208	10	21.725	8.315	5.208	10
Luanda Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	90.574	136.502	(1.472)	(1.861)	90.574	136.502	(1.472)	(1.861)
Lucio Brazil Real Estate S/A		50,00	50,00	16.480	36.746	(4.593)	2.483	8.240	18.373	(2.296)	1.241
Lyon Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	24.238	10.073	7.204	2.651	24.238	10.073	7.204	2.651
Mac Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	30.617	34.808	18.956	5.612	15.309	17.404	9.478	2.806
Magiklz Cyrela Asturias Empreendimentos Imobiliários Ltda.		80,00	80,00	10.174	7.218	6.526	6.831	8.139	5.774	5.221	5.465
Magnum Investimento Imobiliário Ltda		30,00	30,00	12.219	12.220	(2)	(1)	3.666	3.666	-	-
Marques de Itu Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	15.374	20.461	(737)	(1.940)	7.687	10.230	(369)	(970)
Moinho Velho Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		50,00	50,00	12.082	12.084	(2)	(4)	6.041	6.042	(1)	(2)
Pionner-4 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	20.500	18.586	(555)	(618)	20.500	18.586	(555)	(618)
Pitombeira Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	11.925	16.015	694	(974)	11.925	16.015	694	(974)
Plano & Plano Construções e Participações Ltda	(i)	86,40	97,90	169.984	243.145	7.609	(41)	146.874	238.039	6.575	(40)
Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário Ltda		50,00	50,00	87.969	66.602	95.816	43.079	43.985	33.301	47.908	21.539
Plano Amoreira Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		60,00	60,00	42.057	73.432	(904)	3.316	25.234	44.059	(542)	1.990
Plarcon Cyrela Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		50,00	50,00	12.727	14.916	(2.189)	1.881	6.364	7.458	(1.094)	941
Pre 72 Empreendimentos Imobiliários Spe		49,00	49,00	13.405	10.544	10.348	5.400	6.568	5.167	5.071	2.646
Queiroz Galvao Mac Cyrela Veneza Empreendimentos Imobiliários S/A		15,00	15,00	20.413	17.754	2.710	2.950	3.062	2.663	407	442
Ravenna Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	32.136	46.463	5.010	6.904	32.136	46.463	5.010	6.904
Reserva Casa Grande Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	28.493	31.324	(1.911)	7.250	14.247	15.662	(956)	3.625
Rua dos Alpes Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	74.227	49.941	20.548	9.150	74.227	49.941	20.548	9.150
Scp Veredas Buritis Fase II		6,00	6,00	19.308	18.579	1.102	1.622	1.158	1.115	66	97
Scp Vinson Praça Piratininga		2,92	2,92	13.106	36.139	3.447	5.757	383	1.055	101	168
Seattle Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	89.541	113.940	16.602	8.494	44.771	56.970	8.301	4.247
Sig 10 Empreendimentos	(ii)	50,00	-	65.778	-	(53)	-	32.889	-	(26)	-
Sk Realty Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	167.484	186.994	25.068	10.296	83.742	93.497	12.534	5.148
Snowbird Master Fundo de Investimento Imobiliários	(ii)	20,00	-	63.181	-	(86)	-	12.636	-	(17)	-
Spe 131 Brasil Incorporação Ltda		50,00	50,00	11.852	10.178	(313)	(14)	5.926	5.089	(157)	(7)
Spe Barbacena Empreendimentos Imobiliários S/A		50,00	50,00	51.824	49.187	(1.171)	3.200	25.912	24.594	(586)	1.600
Spe Brasil Incorporação 59 Ltda		50,00	50,00	11.082	8.852	2.686	145	5.541	4.426	1.343	72
Spe Brasil Incorporação 83 Ltda		50,00	50,00	53.366	55.242	(818)	(2.001)	26.683	27.621	(409)	(1.001)
Spe Chl Cv Incorporações Ltda		50,00	50,00	18.087	19.647	(1.560)	(1.204)	9.043	9.823	(780)	(602)
Tamoios Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		60,00	60,00	27.226	26.941	414	(983)	16.335	16.165	249	(590)
Toulon Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		100,00	100,00	21.300	21.300	-	(1)	21.300	21.300	-	(1)
Vinson Empreendimentos Imobiliários Ltda		74,51	74,51	134.216	128.170	11.958	6.556	100.005	95.500	8.910	4.885
Outras 320 SPEs com PL até 10MM		-	-	209.137	330.398	(49.000)	(113.501)	411.268	398.661	(82.654)	(130.655)
Sub-total								**5.634.412**	**5.334.123**	**481.192**	**(12.374)**
Capitalização de Juros (iii)								**36.402**	**41.667**	**(4.585)**	**(10.967)**
								5.670.814	**5.375.789**	**476.607**	**(23.342)**

(i) Alteração decorrente de aumento / (redução) na participação
(ii) Refere-se a constituição/ingresso nova empresa
(iii) Os investimentos da controladora possuem a capitalização dos juros dos empréstimos, financiamentos e debêntures, que são identificados diretamente aos empreendimentos imobiliários de suas investidas. No consolidado, esses valores são capitalizados aos estoques, conforme nota explicativa nº 6.
A movimentação dos investimentos na Companhia pode ser assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**5.384.713**	**836.822**
Subscrição / (Redução) de capital	485.880	(15.416)
Dividendos	(474.623)	(52.665)
Equivalência patrimonial	(23.342)	107.654
Capitalização dos Juros	3.161	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	**5.375.789**	**876.395**
Subscrição / (Redução) de capital	812.757	(110.754)
Dividendos	(993.660)	(54.751)
Equivalência patrimonial	476.607	104.200
Capitalização dos Juros	(679)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	**5.670.814**	**815.090**

continua...

CONTINUAÇÃO

CYRELA BRAZIL REALTY S.A.
EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

CYRELA

abrasca Companhia Associada

AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado das sociedades consolidadas e com controle compartilhado ou coligadas, de forma direta e indireta, considerados nas demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, podem ser assim demonstrados:

		% Participação		2019				2018			
		2019	2018	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (prejuízo) do período	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) Líquido do período
Ak 19 - Empreendimentos e Participações Ltda	(i)	22,47	25,45	36.827	16.572	20.255	(10.980)	95.180	44.023	51.157	5.863
Alphaville Nova Esplanada 3 Empreendimentos Ltda		25,00	25,00	21.087	6.743	14.344	(2.089)	30.647	8.235	22.412	(5.102)
Andorra Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	44.421	3.951	40.470	33.713	128.837	70.395	58.442	28.982
Api Spe 35 Planejamento e Desenvolvimento Ltda	(i)	48,25	50,00	11.235	190	11.045	2.556	12.616	2.820	9.796	2.108
Austria Incorporadora Ltda		50,00	50,00	30.148	2.903	27.245	15.074	44.194	4.640	39.554	9.434
Batel Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	12.274	1.198	11.075	4.458	23.524	1.407	22.117	3.904
Bello Villarinho Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	13.593	1.656	11.937	(388)	14.444	86	14.358	-
Camargo Correa Cyrela Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		50,00	50,00	23.086	89	22.996	(99)	22.436	52	22.384	(52)
Campos Sales Empreendimentos Imobiliários Ltda		95,00	95,00	29.717	3.455	26.262	1.358	38.666	3.276	35.390	1.007
Canoa Quebrada Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	31.634	146	31.487	(66)	26.750	1	26.749	(2.246)
Carapa Empreendimentos Imobiliários S/A		60,00	60,00	43.778	11.926	31.852	189	72.720	41.053	31.667	(6.191)
Carlos Petit Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	37.763	8.229	29.534	9.388	29.535	13.011	16.524	(64)
Cbr 008 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	52.910	2.628	50.282	(6.490)	81.466	3.132	78.334	(4.270)
Cbr 011 Empreendimentos Imobiliários Ltda		32,50	32,50	72.719	34.371	38.348	(5.394)	75.580	31.837	43.742	927
Cbr 021 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	28.605	10.089	18.516	3.532	958	2	956	(1)
Cbr 024 Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	265.245	72.143	193.103	(7.803)	263.047	92.016	171.031	(9.616)
Cbr 030 Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	242.243	75.348	166.895	(7.789)	240.010	95.225	144.785	(8.102)
Cbr 031 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	131.024	14.071	116.953	68.186	158.772	43.412	115.360	28.321
Cbr 040 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	104.859	42.125	62.734	10.838	146.945	48.744	98.201	58.738
Cbr 044 Empreendimentos Imobiliários Ltda.		100,00	100,00	12.316	650	11.666	2.756	23.436	12.427	11.009	(129)
Cbr 048 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	29.247	10.187	19.060	(1.948)	2.668	352	2.316	(181)
Cbr 051 Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	130.642	5.479	125.163	(4.098)	200.675	9.414	191.261	73.110
Cbr 052 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	78,00	100,00	39.006	11.906	27.100	12.776	3.469	3	3.466	(5)
Cbr 057 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	25.450	14.372	11.078	(15)	2	-	2	-
Cbr 060 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	56.258	128	56.130	(125)	2	-	2	-
Cbr 081 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(ii)	100,00	-	93.052	50.046	43.006	(1)	-	-	-	-
Ccisa 02 Incorporadora Ltda	(i)	48,20	49,95	16.444	617	15.827	1.952	20.356	2.202	18.154	(635)
Ccisa 03 Incorporadora Ltda	(i)	24,13	25,00	64.772	23.412	41.361	6.754	77.432	35.342	42.090	9.148
Ccisa 04 Incorporadora Ltda	(i)	48,20	49,95	20.115	945	19.170	1.239	31.892	1.435	30.457	470
Ccisa 05 Incorporadora Ltda	(i)	24,13	25,00	98.249	32.958	65.291	26.819	70.471	15.095	55.376	12.212
Ccisa 25 Incorporadora Ltda	(i)	48,20	49,95	27.738	14.863	12.875	16.278	62.483	38.886	23.596	29.853
Ccisa 31 Incorporadora Ltda	(i)	74,13	75,00	23.497	6.210	17.287	8.003	60.997	45.840	15.157	12.503
Ccisa 32 Incorporadora Ltda	(i)	48,20	49,95	13.548	610	12.938	10.700	20.096	13.777	6.319	25.014
Ccisa 46 Incorporadora Ltda	(i)	48,20	49,95	63.090	50.235	12.856	16.319	28.811	26.444	2.367	2.370
Ccisa 63 Incorporadora Ltda	(i)	48,20	49,95	30.899	18.820	12.079	12.043	37.041	31.650	5.390	5.389
Chillan Investimentos Imobiliários Ltda	(i)	24,13	25,00	28.010	451	27.559	1.056	31.188	665	30.522	694
Cotia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	20.242	5.830	14.412	15.346	25.945	4.627	21.317	(294)
Country de Investimento Imobiliário Ltda		97,25	97,25	14.894	3.262	11.632	(2.019)	15.573	2.833	12.740	207
Cury Construtora e Incorporadora S/A	(i)	48,25	50,00	899.278	685.580	213.698	160.212	883.052	641.402	241.650	133.244
Cyrela Aconcagua Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	50.673	1.542	49.130	5.655	49.448	9.710	39.738	(9.717)
Cyrela Alasca Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	51.467	31.051	20.416	5.009	67.154	34.548	32.605	17.333
Cyrela Asteca Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	48.347	4	48.343	(54)	47.375	27	47.349	(48)
Cyrela Begonia Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	100,00	80,00	25.100	11.956	13.143	1.336	12.457	13.161	(703)	707
Cyrela Brazil Realty Rjz Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	65.143	(6.816)	71.959	(626)	69.640	(7.688)	77.328	15.982
Cyrela Ccp Canela Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,78	50,78	31.918	5	31.914	2	31.814	11	31.802	(292)
Cyrela Cristal Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	42.181	2.328	39.853	4.045	63.609	11.426	52.183	1.782
Cyrela Df 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	34.468	331	34.136	(76)	34.148	218	33.930	(431)
Cyrela Diamante Empreendimentos Imobiliários Ltda		51,02	51,02	13.049	957	12.092	(976)	15.129	797	14.331	(32)
Cyrela Empreendimentos Imobiliários Comercial Importadora e Exportadora Ltda		100,00	100,00	20.709	4.773	15.935	(4.399)	24.436	8.897	15.538	(5.814)
Cyrela Europa Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	104.070	81.901	22.169	(21.291)	117.358	80.310	37.048	(3.695)
Cyrela Extrema Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	61.914	4.096	57.819	(12.246)	80.962	5.636	75.326	(19.028)
Cyrela Gerbera Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	44.451	19.079	25.373	6.078	36.056	13.952	22.104	11.646
Cyrela Grenwood de Investimento Imobiliário Ltda		95,75	95,75	49.188	715	48.473	7.092	47.567	187	47.379	(235)
Cyrela Imobiliária Ltda		100,00	100,00	31.024	8.144	22.880	(1.169)	36.758	11.046	25.712	(26.633)
Cyrela Indico Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	72,00	100,00	16.574	3	16.571	842	23.329	-	23.329	2.909
Cyrela Indonesia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	23.655	2.503	21.152	265	7.335	1.656	5.679	13.530
Cyrela Magiklz Campinas 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	56.486	23.657	32.829	15.067	22.401	449	21.952	(90)
Cyrela Magiklz Nazca Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	52.435	20.879	31.556	14.955	4.535	560	3.975	(52)
Cyrela Maguari Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	55.695	8.861	46.833	(3.090)	18.885	2.593	16.292	6.529
Cyrela Malasia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	15.292	2.942	12.350	(2.486)	15.587	2.367	13.221	(2.335)
Cyrela Montblanc Empreendimentos Imobiliários S.A		100,00	100,00	143.587	3.622	139.965	5.264	98.096	5.075	93.020	(98.029)
Cyrela Monza Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	178.350	17.084	161.266	1.478	188.357	18.553	169.804	(3.761)
Cyrela Nordeste Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	45.612	3.712	41.901	(11.877)	71.333	4.357	66.976	(17.864)
Cyrela Normandia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	49.833	5.839	43.994	12.824	27.226	3.031	24.195	(11)
Cyrela Pacifico Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	29.394	9	29.385	(10)	29.301	6	29.295	(31)
Cyrela Parana Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	38.875	4.202	34.673	(5.615)	54.160	5.628	48.532	(16.180)
Cyrela Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	114.515	13.588	100.928	(2.358)	205.649	93.191	112.457	(14.928)
Cyrela Perola Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	27.456	1.919	25.537	10.287	9.235	501	8.734	(91)
Cyrela Piracema Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	33.007	4.721	28.286	(6)	30.505	2.264	28.242	1.416
Cyrela Polinesia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	94.207	7.930	86.276	16.289	84.642	47.496	37.146	1.616
Cyrela Portugal Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	99.327	23.701	75.626	46.661	87.906	53.435	34.471	17.342
Cyrela Recife Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	449.181	125.887	323.294	(17.825)	471.010	346.505	124.505	(34.629)
Cyrela Rjz Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	109.739	30.068	79.670	(26.354)	105.927	29.821	76.106	(34.686)
Cyrela Rjz Empreendimentos Imobiliários Ltda		97,45	97,45	21.010	7.107	13.903	(7.640)	29.179	3.316	25.863	(49.091)
Cyrela Rjz Jcgontijo Empreendimentos Imobiliários Ltda		43,00	43,00	119.992	64.767	55.225	3.251	157.596	64.291	93.305	11.643
Cyrela Somerset de Investimentos Imobiliários Ltda		83,00	83,00	17.290	335	16.956	323	18.173	335	17.838	(7.242)
Cyrela Suecia Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	93,20	98,95	223.281	175.247	48.034	(2.986)	221.420	170.306	51.114	(6.613)
Cyrela Sul 001 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		92,50	92,50	58.629	3.332	55.297	3.504	66.616	4.342	62.273	(2.075)
Cyrela Sul 003 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		92,50	92,50	33.391	8.497	24.895	5.244	24.710	5.059	19.651	4.863
Cyrela Sul 004 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		92,50	92,50	23.532	1.040	22.492	(20)	26.402	1.213	25.189	4.826
Cyrela Sul 008 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		90,00	90,00	48.753	7.820	40.933	4.155	41.558	5.281	36.278	5.051
Cyrela Sul 009 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		80,00	80,00	52.220	22.231	29.988	12.952	9.517	1	9.516	(262)
Cyrela Sul 011 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		90,00	90,00	17.392	2.762	14.630	7.793	16.261	12.245	4.017	(2.666)
Cyrela Sul 013 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		92,50	92,50	32.113	2.922	29.191	4.878	39.284	7.120	32.164	8.893
Cyrela Sul 014 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		90,00	90,00	54.601	15.426	39.174	12.307	75.883	21.168	54.715	19.514
Cyrela Sul 016 Empreendimentos Imobiliários Ltda		90,00	90,00	12.694	271	12.423	(120)	1.803	62	1.741	(83)
Cyrela Sul 022 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		80,00	80,00	21.695	13	21.682	14	10	-	10	-
Cyrela Tolteca Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	34.109	18.829	15.280	6.135	25.963	17.776	8.187	9.949
Cyrela Trentino Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	46.242	8.340	37.902	(186)	29.588	3.074	26.514	(1)
Cyrela Tupiza Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	23.171	1.846	21.325	256	25.457	958	24.499	669
Cyrela Vermont de Investimento Imobiliário Ltda		97,90	97,90	13.556	8	13.548	(23)	13.506	3	13.503	(15)
Cyrela Violeta Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	21.403	1.308	20.095	3.432	21.141	829	20.313	4.931
Dgc João Gualberto Ltda		95,00	95,00	28.342	1.554	26.788	1.212	27.578	2.002	25.576	(1.063)
Dgc Map Parana Empreendimentos Imobiliários Ltda		88,25	88,25	27.469	2.088	25.381	9.006	36.469	5.175	31.294	14.134
Dona Margarida II Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	51.997	2.160	49.837	9.488	42.656	20.513	22.143	6.503
Emmerin Incorporações Ltda	(i)	48,20	49,95	49.194	19.824	29.370	16.373	57.244	35.048	22.196	19.493
Emporio Jardim Shoppings Centers S.A.		80,00	80,00	13.834	3.097	10.737	592	12.395	1.927	10.468	768
Fazenda São João Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		85,00	85,00	13.428	-	13.428	(10.004)	23.428	-	23.428	(10)
Flamingo Investimento Imobiliário Ltda		100,00	100,00	58.620	38.920	19.700	2.600	14.796	5.075	9.721	(5.077)
Forest Hill de Investimento Imobiliário Ltda		49,45	49,45	10.098	-	10.098	(3)	10.101	-	10.101	(1)
Galeria Boulevard Negocios Imobiliários S/A		48,62	48,62	14.199	2.378	11.821	8	14.199	2.386	11.813	(8)
Gcln Incorporações e Empreendimentos Ltda		100,00	100,00	14.547	1.766	12.781	(1.590)	40.569	1.406	39.163	(2.464)
Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	630.518	21.664	608.854	45.391	686.059	20.982	665.077	20.129
Grc 03 Incorporações e Participações Ltda	(i)	100,00	50,00	13.623	2.369	11.254	2.533	10.297	22	10.274	(70)
Himalaia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	41.069	30.784	10.285	425	6.780	641	6.140	(662)
Iracema Incorporadora Ltda		50,00	50,00	59.206	463	58.743	(134)	57.970	3	57.967	(85)
Jacira Reis Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	24.006	9.108	14.898	(3.798)	37.360	13.523	23.837	(5.441)
Jardim Leao Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	14.956	412	14.544	(670)	15.503	660	14.843	(509)
Jardim Loureiro da Silva Empreendimentos Imobiliários Ltda		65,00	65,00	35.301	4.190	31.111	3.598	34.848	7.335	27.513	(11.535)
Joaquina Ramalho Empreendimento Imobiliário	(i)	38,60	40,00	50.454	25.835	24.619	12.537	27.946	7.172	20.773	4.745
Lamballe Incorporadora Ltda	(i)	68,95	70,00	21.428	890	20.538	6.562	34.548	1.058	33.490	2.176
Lavvi Carrão Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	42,30	50,00	67.211	37.090	30.121	24.206	10.982	6.641	4.341	(221)
Lavvi Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	45,00	50,00	158.493	51.754	106.738	33.407	62.008	67	61.942	33.919
Lavvi Lisboa Empreendimentos Imobiliários	(i)	45,00	50,00	31.797	14.956	16.841	(614)	10	-	10	-
Lavvi Londres Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	36,00	40,00	49.727	30.295	19.432	(6.106)	56.841	27.059	29.782	30.800
Lavvi Madri Emp. Imob. Ltda	(i)	56,00	50,00	57.750	20.845	36.905	17.569	453	4	449	(2)
Lavvi Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	61,50	65,00	23.688	10.608	13.080	(2.055)	37.455	8.468	28.987	19.312
Lb 2017 Empreendimentos e Participações Imobiliárias S.A	**(i)**	100,00	12,39	51.471	15.933	35.538	34.575	-	-	-	-
Living 001 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	29.259	1.723	27.536	4.085	13.810	3.196	10.614	2.050
Living 010 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	31.199	4.347	26.853	7.549	13.386	6.579	6.807	968
Living Amoreira Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	59.159	31.514	27.644	(1.356)	37.843	21.179	16.664	(72)
Living Amparo Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	44.652	2.321	42.331	(5.911)	73.084	1.704	71.381	(8.870)
Living Apiai Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	119.818	11.168	108.650	15.657	131.620	43.497	88.123	18.499
Living Batatais Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	30.029	2.859	27.170	3.844	44.412	10.146	34.266	12.973
Living Botucatu Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	74,13	75,00	87.730	30.537	57.192	9.312	107.501	53.798	53.703	29.287
Living Cacoal Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	28.112	16.951	11.160	(319)	860	20	839	-
Living Cantagalo Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	17.998	3.084	14.914	3.204	19.608	6.741	12.867	(1.472)
Living Carita Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	77.761	18.058	59.703	19.454	40.320	4.543	35.776	7.300
Living Cedro Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	31.888	3.417	28.472	3.497	51.678	9.811	41.867	7.622
Living Cerejeira Empreendimentos Imobiliários Ltda		70,00	70,00	43.708	19.551	24.157	12.514	7.478	230	7.248	17
Living Empreendimentos Imobiliários S/A		100,00	100,00	639.874	13.963	625.910	72.230	794.529	49.206	745.323	(16.415)
Living Jacaranda Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	21.159	10.399	10.759	8.753	12.234	4.122	8.112	1.330
Living Loreto Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	44.923	23.486	21.437	5.360	42.610	24.338	18.272	10.399
Living Panama Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	67.490	17.505	49.985	(2.961)	89.255	43.167	46.088	(22.119)
Living Pirassununga Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	12.531	804	11.727	3.286	12.678	1.204	11.474	2.183
Living Provance Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	81.657	16.933	64.724	3.544	90.914	8.422	82.491	(8.571)
Living Sabara Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	25.812	12.434	13.378	2.725	30.751	9.227	21.524	1.881
Living Salinas Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	30.796	16.677	14.120	(459)	4.968	2.043	2.925	(15)
Living Sul Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	52.203	1.675	50.528	(1.812)	56.097	3.758	52.339	(10.904)
Living Tallinn Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	24.842	3.117	21.725	5.208	14.202	5.887	8.315	10
Luanda Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	93.436	2.863	90.574	(1.472)	140.039	3.537	136.502	(1.861)
Lucio Brazil Real Estate S/A		50,00	50,00	19.432	2.952	16.480	(4.593)	39.689	2.943	36.746	2.483
Luminarias Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	(ii)	50,00	-	20.785	3.139	17.646	(37)	-	-	-	-
Lyon Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	37.102	12.865	24.238	7.204	24.015	13.942	10.073	2.651
Mac Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	49.070	18.453	30.617	18.956	86.049	51.241	34.808	5.612
Magiklz Cyrela Asturias Empreendimentos Imobiliários Ltda.		80,00	80,00	21.417	11.243	10.174	6.526	53.050	45.832	7.218	6.831
Magnum Investimento Imobiliário Ltda		30,00	30,00	12.220	1	12.219	(2)	12.474	254	12.220	(1)
Marques de Itu Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	16.218	844	15.374	(737)	36.036	15.576	20.461	(1.940)
Mnr6 Empreendimentos Imobiliários S/A	(i)	33,78	35,00	24.425	369	24.056	2.381	28.280	1.162	27.117	(1.748)
Moinho Velho Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		50,00	50,00	12.154	72	12.082	(2)	12.119	35	12.084	(4)
Nova Carlos Gomes Empreendimentos Imobiliários Spe S/A	(i)	90,00	42,50	62.315	41.896	20.419	(258)	51.603	44.574	7.030	4.403
Oaxaca Incorporadora Ltda		100,00	100,00	30.407	7.637	22.770	(5.720)	36.961	26.767	10.194	(82.904)
Pionner-4 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	22.509	2.008	20.500	(555)	20.640	2.054	18.586	(618)
Pitombeira Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	36.081	24.156	11.925	694	36.353	20.338	16.015	(974)
Plano & Plano Construções e Participações Ltda	(i)	86,40	97,90	189.755	19.770	169.984	7.609	287.290	44.145	243.145	(41)
Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário Ltda		50,00	50,00	161.564	73.595	87.969	95.816	201.476	134.322	67.153	43.079
Plano Amoreira Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	(i)	94,56	99,16	42.517	460	42.057	(904)	82.868	9.436	73.432	3.316
Plano Cambara Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	50,00	97,90	11.818	1.182	10.636	(906)	7.988	126	7.862	(3)
Plano Carvalho Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	59.496	32.389	27.107	(402)	8.457	381	8.076	(286)
Plano Cedro Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	86,41	97,90	10.363	273	10.091	1.588	17.314	787	16.528	1.110
Plano Iguaçu Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	17.790	6.084	11.706	3.167	2.902	71	2.831	(252)
Plano Jacaranda Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	86,41	97,90	40.665	24.524	16.141	(540)	20.631	226	20.406	632
Plano Macieira Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	86,41	97,90	40.589	583	40.006	(387)	35.826	287	35.539	(1.521)
Plano Pitangueiras Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	86,41	97,90	34.261	18.126	16.135	(1.003)	34.854	17.922	16.932	913
Plano Pitangui Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	(i)	93,20	98,95	14.015	1.037	12.978	3.268	40.516	21.908	18.608	(2.162)
Plano Videira Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	27.421	14.789	12.632	22.140	27.780	36.461	(8.681)	(781)
Plarcon Cyrela Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		50,00	50,00	17.094	4.367	12.727	(2.189)	17.546	2.630	14.916	1.881
Pre 72 Empreendimentos Imobiliários Spe		49,00	49,00	19.296	5.891	13.405	10.348	12.543	1.999	10.544	5.400
Queiroz Galvao Mac Cyrela Veneza Empreendimentos Imobiliários S/A		30,00	30,00	52.505	32.092	20.413	2.710	52.022	34.268	17.754	2.950
R023 Ouvires Empreendimentos Participações Ltda	(i)	24,13	25,00	57.660	33.561	24.099	6.077	72.540	53.341	19.198	18.046
R033 Vila Ema 3000 Empreendimentos Participações Ltda	(i)	24,13	25,00	51.462	25.776	25.686	16.856	43.416	33.750	9.665	8.730
Ravenna Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	35.742	3.607	32.136	5.010	49.025	2.562	46.463	6.904
Reserva Casa Grande Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	40.674	12.181	28.493	(1.911)	38.593	7.268	31.324	7.250
Rua Dos Alpes Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	78.641	4.414	74.227	20.548	59.025	9.085	49.941	9.150
SCP CCISA19 Incorporadora Ltda	(ii)	38,60	-	29.996	12.601	17.396	3.845	-	-	-	-
Scp Mac Apolo 11 Empreendimento Imobiliário Ltda	(i)	44,32	49,25	20.274	8.318	11.956	9.440	8.522	2.471	6.051	2.617
Scp Veredas Buritis Fase II		60,00	60,00	20.179	871	19.308	1.102	19.480	901	18.579	1.622
Scp Vinson Praça Piratininga		74,51	74,51	14.998	1.892	13.106	3.447	51.465	15.326	36.139	5.757
Seattle Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	128.098	38.557	89.541	16.602	118.323	4.384	113.940	8.494
Sig 10 Empreendimentos	(ii)	50,00	-	66.096	318	65.778	(53)	-	-	-	-
Sk Ipojuca Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	18.988	2.393	16.596	(2.901)	15.927	1.678	14.248	(174)
Sk Joaquim Ferreira Lobo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		50,00	50,00	17.023	2.463	14.560	(1.466)	18.115	2.583	15.531	(1.349)
Sk Mourato Coelho Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		50,00	50,00	18.811	7.643	11.168	(611)	14.938	1.110	13.828	252
Sk Realty Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	213.718	46.233	167.484	25.068	188.775	1.781	186.994	10.296
Sk Xxiii Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	10.929	581	10.348	(211)	4.488	34	4.454	(9)
Sk Xxiv Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	68.284	43.181	25.103	20.995	30.271	16.752	13.519	(83)
Sk Xxv Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	18.672	5.173	13.500	(314)	17.918	4.976	12.942	(39)
Sk Xxvii Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	21.152	9.527	11.625	(508)	17.571	11.038	6.533	(32)
Snowbird Master Fundo de Investimento Imobiliários	(ii)	20,00	-	63.590	409	63.181	(86)	-	-	-	-
Snowbird Parallel Fundo de Investimento Imobiliários	(ii)	10,00	-	65.661	10.548	55.113	(107)	-	-	-	-
Spe 131 Brasil Incorporação Ltda		50,00	50,00	11.880	27	11.852	(313)	10.280	102	10.178	(14)
Spe Barbacena Empreendimentos Imobiliários S/A		50,00	50,00	55.726	3.902	51.824	(1.171)	80.644	31.457	49.187	3.200
Spe Brasil Incorporação 59 Ltda		50,00	50,00	48.385	37.303	11.082	2.686	27.342	18.490	8.852	145
Spe Brasil Incorporação 83 Ltda		50,00	50,00	53.462	96	53.366	(818)	55.777	535	55.242	(2.001)
Spe Chl Cv Incorporações Ltda		50,00	50,00	19.863	1.776	18.087	(1.560)	21.885	2.238	19.647	(1.204)
Tamoios Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		60,00	60,00	27.510	284	27.226	414	27.251	309	26.941	(983)
Teresopolis Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	24.162	12.419	11.742	(92)	24.193	12.359	11.835	(226)
Topazio Brasil Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		49,90	49,90	17.533	2.016	15.517	(3.929)	36.959	1.117	35.841	3.114
Torres Vedras Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	100,00	80,00	33.559	8.104	25.455	6.489	60.077	12.002	48.074	3.654
Toulon Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		100,00	100,00	21.300	-	21.300	-	21.300	1	21.300	(1)
Vinson Empreendimentos Imobiliários Ltda		74,51	74,51	171.339	37.122	134.216	11.958	163.928	35.758	128.170	6.556
Vmss Empreendimentos Imobiliários Spe S/A		84,95	84,95	17.408	2.078	15.331	2.334	25.518	7.320	18.198	739
Outras 665 SPEs com PL até 10MM				3.098.743	2.492.163	606.581	133.816	3.154.291	2.266.089	888.202	(55.699)

(i) Alteração decorrente de amento / (redução) na participação
(ii) Refere-se à constituição de nova empresa
(iii) Movimentação liquida de resultado foi reconhecida na rubrica de outras em investimentos no montante aproximado de R$ 47.138

c) Investimentos no exterior:
As informações financeiras da sociedade controlada sob controle comum Cyrsa S.A. (sediada na Argentina), cuja moeda funcional corresponde ao peso argentino, foram convertidas para reais utilizando-se a taxa de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2019 R$0,0673 (31 de dezembro de 2018: R$0,1029). Os efeitos de conversão do balanço para a moeda de apresentação da Companhia estão refletidos em "Outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido, representado por R$(185) em 31 de dezembro de 2019.
Investimentos em sociedades localizadas no exterior
Brazil Realty Serviços e Investimentos Ltda.: Essa controlada está localizada em Bahamas e, na essência, é uma extensão das atividades financeiras da Companhia, sendo sua moeda funcional o dólar. Não possui ativos e passivos relevantes em 31 de dezembro de 2019.

d) Composição dos investimentos apresentados no consolidado:

		Direta		Patrimônio Liquido		Lucro (Prejuízo) Líquido do período		Investimento		Equivalência	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ak 19 - Empreendimentos e Participações Ltda	(ii)	26,00	26,00	20.255	51.157	(10.980)	5.863	5.266	13.301	(2.855)	1.524
Austria Incorporadora Ltda		50,00	50,00	27.245	39.554	15.074	9.434	13.623	19.777	7.537	4.717
Bello Villarinho Empreendimentos Imobiliários Ltda	(ii)	50,00	50,00	11.937	14.358	(388)	-	5.968	7.179	(194)	-
Camargo Correa Cyrela Empr Im SPE Ltda		50,00	50,00	22.996	22.384	(99)	(52)	11.498	11.192	(50)	(26)
Carapa Empreendimentos Imobiliários S/A		60,00	60,00	31.852	31.667	189	(6.191)	19.111	19.000	114	(3.714)
CBR 011 Empreendimentos Imobiliários Ltda		32,50	32,50	38.348	43.742	(5.394)	927	12.463	14.216	(1.753)	301
Cbr 051 Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	125.163	191.261	(4.098)	73.110	62.582	95.630	(2.049)	36.555
Ccisa 31 Incorporadora Ltda	(i)	50,00	50,00	17.287	15.157	8.003	12.503	8.643	7.579	4.001	6.252
Cury Construtora e Incorporadora S/A	(iii)	48,25	50,00	213.698	241.650	160.212	133.244	103.109	120.825	77.302	66.622
Forest Hill de Investimento Imobiliária Ltda		50,00	50,00	10.098	10.101	(3)	(1)	5.049	5.051	(2)	(1)
Galeria Boulevard Negocios Imobiliários S/A	(ii)	50,00	50,00	11.821	11.813	8	(8)	5.911	5.907	4	(4)
Iracema Incorporadora Ltda		50,00	50,00	58.743	57.967	(134)	(85)	29.371	28.983	(67)	(43)
Jacira Reis Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	14.898	23.837	(3.798)	(5.441)	7.449	11.919	(1.899)	(2.721)
Jardim Loureiro da Silva Empreendimentos Imobiliários Ltda		65,00	65,00	31.111	27.513	3.598	(11.535)	20.222	17.883	2.339	(7.498)
Lamballe Incorporadora Ltda	(i) / (ii)	40,00	40,00	20.538	33.490	6.562	2.176	8.215	13.396	2.625	870
Living Botucatu Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	50,00	50,00	57.192	53.703	9.312	29.287	28.596	26.852	4.656	14.644
Living Cerejeira Empreendimentos Imobiliários Ltda		70,00	70,00	24.157	7.248	12.514	17	16.910	5.074	8.759	12
Lucio Brazil Real Estate S/A		50,00	50,00	16.480	36.746	(4.593)	2.483	8.240	18.373	(2.296)	1.241
Mac Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	30.617	34.808	18.956	5.612	15.309	17.404	9.478	2.806
Magnum Investimento Imobiliária Ltda		30,00	30,00	12.219	12.220	(2)	(1)	3.666	3.666	-	-
Marques de Itu SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	15.374	20.461	(737)	(1.940)	7.687	10.230	(369)	(970)
Moinho Velho Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda		50,00	50,00	12.082	12.084	(2)	(4)	6.041	6.042	(1)	(2)
Plarcon Cyrela Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda		50,00	50,00	12.727	14.916	(2.189)	1.881	6.364	7.458	(1.094)	941
Pre 72 Empreendimentos Imobiliários Spe		49,00	49,00	13.405	10.544	10.348	5.400	6.568	5.167	5.071	2.646
Queiroz Galvao Mac Cyrela Veneza Empreendimentos Imobiliários S/A		15,00	15,00	20.413	17.754	2.710	2.950	3.062	2.663	407	442
Reserva Casa Grande Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	28.493	31.324	(1.911)	7.250	14.247	15.662	(956)	3.625
SCP Veredas Buritis Fase II		6,00	6,00	19.308	18.579	1.102	1.622	1.158	1.115	66	97
Seattle Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	89.541	113.940	16.602	8.494	44.771	56.970	8.301	4.247
Sig 10 Empreendimentos	(iv)	50,00	-	65.778	-	(53)	-	32.889	-	(26)	-
Snowbird Master Fundo de Investimento Imobiliários	(iv)	20,00	-	63.181	-	(86)	-	12.636	-	(17)	-
Snowbird Parallel Fundo de Investimento Imobiliários	(iv)	20,00	-	55.113	-	(107)	-	11.023	-	(21)	-
SPE 131 Brasil Incorporção Ltda		50,00	50,00	11.852	10.178	(313)	(14)	5.926	5.089	(157)	(7)
SPE Barbacena Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	51.824	49.187	(1.171)	3.200	25.912	24.594	(586)	1.600
SPE Brasil Incorporação 59 Ltda		50,00	50,00	11.082	8.852	2.686	145	5.541	4.426	1.343	72
SPE Brasil Incorporação 83 Ltda		50,00	50,00	53.366	55.242	(818)	(2.001)	26.683	27.621	(409)	(1.001)
SPE CHL Cv Incorporações Ltda		50,00	50,00	18.087	19.647	(1.560)	(1.204)	9.043	9.823	(780)	(602)
Tamoios Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda		60,00	60,00	27.226	26.941	414	(983)	16.335	16.165	249	(590)
Teresopolis Empreendimentos Imobiliários Ltda	(ii)	80,00	80,00	11.742	11.835	(92)	(226)	9.394	9.468	(74)	(181)
Outras 155 SPEs com PL até 10MM				168.589	521.983	375	(54.929)	178.608	210.696	(12.396)	(24.202)
								815.090	**876.395**	**104.200**	**107.654**

(i) Empresa controlada pela Cury Construtora e Incorporadora S/A.
(ii) Corresponde a participação da subsidiária que compõe os investimentos consolidados.
(iii) Alteração decorrente de aumento / (redução) na participação.
(iv) Refere-se a constituição/ingresso de nova empresa.

e) Investimento registrado ao valor justo
A participação societária da Companhia na Cyrela Commercial Properties S/A Empreendimentos e Participações e Tecnisa S/A foi reconhecida como investimento ao valor justo, em linha com o CPC 48 (IFRS 09) -Instrumentos Financeiros, dado que não há influência significativa sobre as decisões relevantes da Investida. O investimento da Cyrela Commercial Properties S/A Empreendimentos e Participações em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$46.080 (R$16.389 em 31 de dezembro de 2018), considerando 1.813.472 ações detidas pela Companhia e avaliados pelo valor de mercado por ação de R$25,41, consequentemente, a movimentação líquida de resultado foi reconhecida na rubrica de outras em investimentos no montante aproximado de R$ 30.218 e o investimento da Tecnisa S/A em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$43.868 (R$36.888 em 31 de dezembro de 2018), considerando 23.971.400 ações detidas pela Companhia e avaliados pelo valor de mercado por ação de R$1,83, consequentemente, a movimentação líquida de resultado foi reconhecida na rubrica de outras em investimentos no montante aproximado de R$ 9.102 conforme último fechamento em 31 de dezembro de 2019.

8. Imobilizado
As movimentações estão demonstradas a seguir:

Controladora								
Custo:	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Instalações	Veículos	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros (i)	Direito de Uso (iii)	Total
Saldo em 31.12.2017	**1.517**	**5.921**	**11.277**	**374**	**92**	**25.947**	**-**	**45.128**
Adições	4	-	18	-	-	3.438	-	3.460
Baixas	(160)	-	-	-	-	(28)	-	(188)
Saldo em 31.12.2018	**1.361**	**5.921**	**11.295**	**374**	**92**	**29.357**	**-**	**48.400**
Adições	561	-	-	-	-	1.109	14.177	15.847
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	**1.922**	**5.921**	**11.295**	**374**	**92**	**30.466**	**14.177**	**64.247**

Controladora								
Depreciação:	10% a.a. - Máquinas e equipamentos	10% a.a - Móveis e utensílios	20% a.a. - Computadores	10% a.a. - Instalações	20% a.a. - Veículos	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros (i)	Direito de Uso (iii)	Total
Saldo em 31.12.2017	**(1.268)**	**(4.936)**	**(10.666)**	**(294)**	**(92)**	**(18.503)**	**-**	**(35.759)**
Adições	(62)	(377)	(337)	(47)	-	(2.503)	-	(3.326)
Baixas	99	-	-	-	-	-	-	99
Saldo em 31.12.2018	**(1.231)**	**(5.313)**	**(11.003)**	**(341)**	**(92)**	**(21.006)**	**-**	**(38.986)**
Adições	(82)	(324)	(140)	(27)	-	(2.598)	(4.496)	(7.668)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	**(1.313)**	**(5.637)**	**(11.143)**	**(368)**	**(92)**	**(23.604)**	**(4.496)**	**(46.654)**
Saldo residual em 31.12.2017	**249**	**985**	**611**	**80**	**-**	**7.444**	**-**	**9.369**
Saldo residual em 31.12.2018	**130**	**608**	**293**	**33**	**-**	**8.351**	**-**	**9.414**
Saldo residual em 31.12.2019	**609**	**284**	**152**	**6**	**-**	**6.862**	**9.681**	**17.593**

Consolidado									
Custo:	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Instalações	Veículos	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros (i)	Direito de Uso (iii)	Estande de Vendas (ii)	Total
Saldo em 31.12.2017	**5.559**	**18.012**	**17.036**	**1.083**	**162**	**41.423**	**-**	**578.394**	**661.669**
Adições	290	1.466	18	-	-	4.405	-	64.873	71.052
Baixas	(159)	(6.366)	-	-	-	(29)	-	(9.817)	(16.371)
Itens 100% Depreciados	-	-	-	-	-	-	-	(408.188)	(408.188)
Saldo em 31.12.2018	**5.690**	**13.112**	**17.054**	**1.083**	**162**	**45.800**	**-**	**225.262**	**308.163**
Adições	1.291	1.720	-	-	-	1.525	17.024	102.453	124.013
Baixas	-	(3.139)	-	-	-	-	-	(57.760)	(60.899)
Itens 100% Depreciados	-	-	-	-	-	-	-	(59.638)	(59.638)
Saldo em 31.12.2019	**6.981**	**11.693**	**17.054**	**1.083**	**162**	**47.325**	**17.024**	**210.317**	**311.639**

Consolidado									
Descrição:	10% a.a. Máquinas e equipamentos	10% a.a. Móveis e utensílios	20% a.a. Computadores	10% a.a. Instalações	20% a.a. Veículos	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros (i)	Direito de Uso (iii)	Estande de Vendas (ii)	Total
Saldo em 31.12.2017	**(4.445)**	**(10.529)**	**(15.883)**	**(876)**	**(160)**	**(27.882)**	**-**	**(540.735)**	**(600.510)**
Adições	(364)	(3.408)	(571)	(123)	(1)	(3.582)	-	(49.661)	(57.711)
Baixas	99	1.349	-	-	-	-	-	9.321	10.769
Itens 100% Depreciados	-	-	-	-	-	-	-	408.188	408.188
Saldo em 31.12.2018	**(4.710)**	**(12.588)**	**(16.454)**	**(999)**	**(161)**	**(31.464)**	**-**	**(172.887)**	**(239.263)**
Adições	(418)	(637)	(325)	(53)	(1)	(5.147)	(5.659)	(51.707)	(63.947)
Baixas	-	2.465	-	0	-	-	-	21.857	24.322
Itens 100% Depreciados	-	-	-	-	-	-	-	59.638	59.638
Saldo em 31.12.2019	**(5.128)**	**(10.760)**	**(16.779)**	**(1.052)**	**(162)**	**(36.611)**	**(5.659)**	**(143.099)**	**(219.250)**
Saldo residual em 31.12.2017	**1.114**	**7.483**	**1.153**	**207**	**2**	**13.541**	**-**	**37.659**	**61.159**
Saldo residual em 31.12.2018	**980**	**524**	**600**	**84**	**1**	**14.335**	**-**	**52.375**	**68.899**
Saldo residual em 31.12.2019	**1.853**	**933**	**275**	**31**	**(0)**	**10.714**	**11.364**	**67.219**	**92.389**

(i) Os gastos são apropriados ao resultado conforme prazo de locação dos imóveis que variam de três até cinco anos.
(ii) A depreciação é efetuada conforme a vida útil dos ativos, com prazo médio de 24 meses, utilizados durante o exercício de comercialização dos empreendimentos e apropriada no resultado na rubrica "Despesas com vendas".
(iii) Adição referente à adoção inicial do IFRS 16 - Arrendamentos, na qual a Companhia é locadora de alguns ativos.
Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não foram identificados ativos com necessidade de provisão para *"Impairment"*.

9. Intangível
As movimentações estão demonstradas a seguir:

Controladora						
Custo:	Marcas, patentes e Direitos	Gastos com implantações	Direito de uso de software	Sub-total	Mais Valia	Total
Saldo em 31.12.2017	**37**	**72.789**	**25.379**	**98.205**	**139.624**	**237.829**
Adições	9	1	1	11	3.093	3.104
Baixas	(9)	(2)	-	(11)	-	(11)
Saldo em 31.12.2018	**37**	**72.788**	**25.380**	**98.205**	**142.717**	**240.922**
Adições	11.966	-	-	11.966	23.875	35.841
Baixas	(37)	-	-	(37)	-	(37)
Saldo em 31.12.2019	**11.966**	**72.788**	**25.380**	**110.134**	**166.592**	**276.726**

Controladora						
Amortização:	Marcas, patentes e Direitos	14% a.a. - Gastos com implantações	20% a.a. - Direito de uso de software	Sub-total	Mais Valia	Total
Saldo em 31.12.2017	**-**	**(45.500)**	**(19.070)**	**(64.570)**	**(131.068)**	**(195.638)**
Amortizações	-	(10.827)	(2.671)	(13.498)	(701)	(14.199)
Saldo em 31.12.2018	**-**	**(56.327)**	**(21.741)**	**(78.068)**	**(131.769)**	**(209.837)**
Amortizações	-	(7.269)	(1.824)	(9.093)	(12.022)	(21.115)
Saldo em 31.12.2019	**-**	**(63.596)**	**(23.565)**	**(87.161)**	**(143.791)**	**(230.952)**
Saldo residual em 31.12.2017	**37**	**27.289**	**6.309**	**33.635**	**8.556**	**42.191**
Saldo residual em 31.12.2018	**37**	**16.461**	**3.639**	**20.137**	**10.947**	**31.084**
Saldo residual em 31.12.2019	**11.966**	**9.192**	**1.815**	**22.972**	**22.801**	**45.773**

Consolidado						
Custo:	Marcas, patentes e Direitos	Gastos com implantações	Direito de uso de software	Sub-total	Mais Valia	Total
Saldo em 31.12.2017	**72**	**89.719**	**38.665**	**128.455**	**131.612**	**260.068**
Adições	11	-	49	60	2.348	2.408
Baixas	(9)	(3)	-	(12)	-	(12)
Saldo em 31.12.2018	**74**	**89.716**	**38.714**	**128.503**	**133.960**	**262.464**
Adições	11.966	-	385	12.351	-	12.351
Baixas	(72)	-	-	(72)	-	(72)
Saldo em 31.12.2019	**11.968**	**89.716**	**39.099**	**140.782**	**133.960**	**274.744**

Consolidado						
Amortização:	Marcas, patentes e Direitos	14% a.a. - Gastos com implantações	20% a.a. - Direito de uso de software	Sub-total	Mais Valia	Total
Saldo em 31.12.2017	**-**	**(59.331)**	**(32.090)**	**(91.421)**	**(128.836)**	**(220.257)**
Amortizações	-	(12.091)	(2.336)	(14.427)	(702)	(15.129)
Saldo em 31.12.2018	**-**	**(71.423)**	**(34.425)**	**(105.848)**	**(129.538)**	**(235.386)**
Amortizações	-	(8.616)	(2.115)	(10.731)	(1.004)	(11.735)
Saldo em 31.12.2019	**-**	**(80.039)**	**(36.540)**	**(116.579)**	**(130.542)**	**(247.121)**
Saldo residual em 31.12.2017	**72**	**30.388**	**6.575**	**37.034**	**2.775**	**39.809**
Saldo residual em 31.12.2018	**74**	**18.293**	**4.288**	**22.655**	**4.421**	**27.077**
Saldo residual em 31.12.2019	**11.968**	**9.677**	**2.559**	**24.204**	**3.418**	**27.622**

Os saldos de mais-valia de ativos têm vida útil definida de acordo com a construção dos empreendimentos, e são alocados nas rubricas de imóveis a comercializar nas demonstrações financeiras consolidadas, e na controladora ficam no grupo de intangível.
Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não foram identificados ativos com necessidade de provisão para "*Impairment*".
Para os demais intangíveis, a Administração efetua revisão periódica da vida útil dos intangíveis da Companhia.
A movimentação analítica dos saldos de mais-valia de ativos com vida útil definida está demonstrada a seguir:

Controladora	2018	Mais Valia	Amortização	2019
Mais-valia na Companhia				
Spe Mg 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda	**4.410**	**-**	-	**4.410**
Spe Mg 03 Empreendimentos Imobiliários Ltda	**3.289**	**-**	-	**3.289**
Spe Barbacena Empreendimentos Imobiliários S/A	**568**	**-**	(69)	**499**
Cyma Desenvolvimento Imobiliário S/A	**1.606**	**-**	-	**1.606**
Trimmo Emp e Participações S/A	**1.074**	-	(935)	**139**
LB 2017 Empreendimentos e Participações Imobiliárias S/A	**-**	23.875	(11.018)	**12.857**
Total	**10.947**	**23.875**	**(12.022)**	**22.801**

Consolidado	2018	Mais Valia	Amortização	2019
Mais-valia na Companhia				
Cyma Desenvolvimento Imobiliário S/A	**1.606**	-	-	**1.606**
Living Sul Empreendimentos imobiliários Ltda	**1.174**	**-**	-	**1.174**
Spe Barbacena Empreendimentos Imobiliários S/A	**568**	**-**	(69)	**499**
Trimmo Emp e Participações S/A	**1.074**	**-**	(935)	**139**
Total	**4.421**	**-**	**(1.003)**	**3.418**

(i) Mais-valia das Investidas

10. Empréstimos E Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos - principal	550.000	758.401	620.695	848.808
Empréstimos - juros a pagar	7.156	16.899	8.596	18.742
Empréstimos - custos de transação	(939)	(1.556)	(939)	(1.556)
Financiamentos - principal	12.244	70.979	335.035	765.105
Financiamentos - juros a pagar	68	387	1.206	2.521
Juros a pagar/receber - operação Swap	(27.907)	(17.784)	(27.907)	(17.784)
Total	**540.622**	**827.325**	**936.686**	**1.615.836**
Circulante	**114.462**	**207.287**	**179.896**	**262.686**
Não Circulante	**426.160**	**620.038**	**756.790**	**1.353.150**

Em 31 de dezembro de 2019, os financiamentos de R$335.035 (R$765.105 em 31 de dezembro de 2018) correspondem a contratos de operações de crédito imobiliário, sujeitos a juros entre 5,7% e 9,3% ao ano, acrescidos de TR. Possuem cláusulas de vencimento antecipado no caso do não cumprimento dos compromissos neles assumidos, como a aplicação dos recursos no objeto do contrato, registro de hipoteca do empreendimento, cumprimento de cronograma das obras e outros. As garantias dos financiamentos são compostas por caução de recebíveis, representando de 120% a 130% dos valores dos empréstimos, hipoteca do terreno e das futuras unidades, e também o aval da Companhia.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

As operações de "Swap pré x DI" são apresentados por:

Valor original em R$ mil	Contratação	Vencimento	Ponta ativa (Cyrela)	Ponta Passiva (BTG Pactual)	2019	2018
200.000	junho-16	maio-19	10,52% a.a.	85,03% CDI	-	3.705
145.439	fevereiro/16	fevereiro/19	10,59% a.a.	71,86% CDI	-	4.358
164.013	dezembro/17	fevereiro/22	8,30% a.a	88,70% CDI	7.244	4.098
65.000	junho/18	novembro/19	8,90% a.a.	107,00% CDI	-	1.128
3.800	junho/18	abril/20	8,50% a.a	102,26% CDI	-	86
20.498	junho/18	novembro/19	9,20% a.a	105,05% CDI	44	337
14.000	junho/18	maio/20	8,70% a.a	102,24% CDI	150	321
93.500	outubro/18	julho/22	8,25% a.a	79,30% CDI	7.386	3.750
332.949	fevereiro/19	setembro/23	8,26% a.a	105,56% CDI	13.083	-
					27.907	**17.784**

Os empréstimos em moeda nacional são representados por:

Emissão	2019	2018	Taxa
dezembr-13	70.567	90.069	TJLP + 3,78%
maio-15	-	208.401	TR + 9,72%
junho-15	8	98	6,0% a.a.
dezembro-15	120	240	9,5% a.a.
junho-18	300.000	300.000	110% CDI
agosto-18	100.000	100.000	104% CDI
setembro-18	150.000	150.000	110% CDI
Total	**620.695**	**848.808**	

Os juros de empréstimos dos contratos de operações de crédito imobiliário, elegíveis à capitalização aos estoques, líquido de rendimentos de aplicações financeiras, totalizaram, no período findo em 31 de dezembro de 2019, R$29.046 (R$74.875 em 31 de dezembro de 2018).

Os montantes no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
Ano	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
2020	-	131.895	-	394.896
2021	244.611	292.901	281.854	501.320
2022	181.549	195.242	237.151	304.035
2023	-	-	95.375	110.336
2024	-	-	115.839	42.564
2025 a 2027	-	-	26.570	-
Total	**426.160**	**620.038**	**756.790**	**1.353.150**

As movimentações dos saldos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Saldo Inicial	**827.325**	**446.630**	**1.615.836**	**2.113.444**
Adições	22.286	603.778	414.918	1.165.098
Pagamento do principal	(267.136)	(215.744)	(1.079.504)	(1.643.117)
Pagamento de juros	(50.546)	(37.299)	(96.087)	(141.882)
Juros e encargos	8.693	29.960	81.522	122.293
Total	**540.622**	**827.325**	**936.686**	**1.615.836**

Cláusulas contratuais restritivas

Alguns contratos de empréstimos citados acima possuem cláusulas restritivas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer, que devem ser cumpridas trimestralmente. A seguir, demonstramos os índices requeridos:

	Índice requerido contratualmente
Dívida líquida (adicionada de imóveis a pagar e deduzidas de dívida SFH) / Patrimônio Líquido	Igual ou inferior a 0,7
Recebíveis (adicionado de imóveis a comercializar) / dívida líquida (adicionado de imóveis a pagar e custos e despesas a apropriar)	Igual ou superior a 1,5 ou menor que 0

Todas as cláusulas contratuais foram cumpridas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

11. Debêntures (Controladora e Consolidado)

a) O resumo das características e dos saldos das debêntures é como segue:

	Cyma 01	CYRE10
Série Emitida	Primeira	Primeira
Tipo de Emissão	Simples	Simples
Natureza Emissão	Privada	Pública
Data da Emissão	31/10/2017	31/07/2018
Data de Vencimento	31/10/2022	17/07/2020
Espécie da Debêntures	Quirografária	Quirografária
Condição de Remuneração	0,3% da Receita Líquida da venda das unidades autônomas doempreendimento Klabin Cyma	102% CDI
Valor Nominal (unitário)	500	1.000
Títulos Emitidos (unidade)	8	150.000
Títulos em Circulação (unidade)	8	150.000
Títulos Resgatados (unidade)	-	-
Forma de Pagamento dos Juros	6 meses após o vencimento	Semestral
Parcelas de Amortização	1	1

	Consolidado	
	CYMA 01	**CYRE 10**
Debêntures a Pagar	4.000	150.000
Juros sobre Debêntures a Pagar	1.245	3.951
Gastos	-	(91)
Total	**5.245**	**153.860**
Circulante	**1.245**	**153.860**
Não Circulante	**4.000**	-

As debêntures podem ser resgatadas antecipadamente a exclusivo critério da Companhia. A Companhia também pode adquirir debêntures em circulação no mercado, observando a legislação vigente.

Os saldos do passivo não circulante têm a seguinte composição:

	Controladora	
Ano	**2019**	**2018**
36 meses	4.000	153.909
Total	**4.000**	**153.909**

As movimentações do saldo da rubrica "Debêntures" são demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Saldo Inicial	**153.710**	**44.450**	**158.401**	**48.555**
Adições	-	150.000	-	150.000
Pagamento do principal	-	(42.630)	-	(42.631)
Pagamento de juros	(6.762)	(3.385)	(6.762)	(3.385)
Juros e encargos	6.912	5.275	7.466	5.862
Total	**153.860**	**153.710**	**159.105**	**158.401**

b) Cláusulas contratuais

O instrumento particular de escritura da emissão de debêntures CYMA 01, possui cláusulas que determinam o vencimento antecipado em caso de pedidos de falência ou recuperação judicial da Emissora.

Em 17 de julho de 2018, a Companhia concluiu a 10ª emissão de debêntures simples CYRE 10, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, de espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no valor total de R$ 150.000. As debêntures terão prazo de vencimento de 731 (setecentos e trinta e um) dias contados da data de emissão, vencendo em 17 de julho de 2020, sendo sua amortização integral na data de vencimento. As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios correspondentes a 102% (cento e dois por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, pago semestralmente, nos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 17 de janeiro de 2019 e o último pagamento na data de vencimento.

O instrumento particular de escritura da emissão de debêntures possui cláusulas restritivas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e custos a incorrer.

Essas cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

12. Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI (Controladora e Consolidado)

a) Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários S/A ("Securitizadora")

Em 14 de dezembro de 2011, a Securitizadora realizou sua 1ª série da 1ª emissão das operações de CRI, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2011. Em 21 de dezembro de 2016 a Securitizadora realizou a 7ª emissão de CRI aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2016. Em 09 de maio de 2018 a Securitizadora realizou a 8ª emissão de CRI aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de maio de 2018.

A colocação dos CRIs no mercado da 1ª série da 1ª emissão ocorreu por meio da oferta pública de 900 CRI nominativos e escriturais com valor unitário de R$300, perfazendo R$270.000, a 7ª emissão com a quantidade de 30.000 CRI nominativos e escriturais com o valor unitário de R$1, perfazendo R$30.000 e a 8ª emissão com a quantidade de 390.000 CRI nominativos e escriturais com o valor unitário de R$1, perfazendo R$390.000. Conforme definido nos Termos de Securitização de Créditos Imobiliários os CRIs da 1ª emissão contam com garantia representada pela cessão fiduciária de:

- Direitos creditórios oriundos da comercialização de unidades imobiliárias de empreendimentos de titularidade das cedentes fiduciantes (investidas da Controladora) e da Companhia, direitos e valores depositados pelos compradores das unidades imobiliárias, pelas cedentes fiduciantes ou pela Controladora, em contas bancárias designadas especificamente para o recebimento de tais valores, nos termos do contrato de cessão fiduciária.

Os CRIs da 1ª emissão têm como lastro créditos imobiliários decorrentes de CCBs de emissão da Companhia, os CRIs da 8ª emissão têm como lastro créditos imobiliários decorrentes de Debêntures de emissão da Companhia e, os CRIs da 7ª emissão têm como lastro créditos imobiliários decorrentes de uma CCB emitida pela Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário Ltda, todos os créditos imobiliários são representadas por uma Cédula de Crédito Imobiliário - CCI que foram adquiridas pela Securitizadora em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários") por meio de um instrumento particular de contrato de cessão de créditos imobiliários. A Securitizadora instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da controlada e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e, no Sistema Bovespafix da B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão - Novo Mercado, respectivamente.

As principais características das 1ª, 7 ª e 8ª emissões, são:

Características	1ª série da 1ª emissão (i)	1º série da 7ª emissão (i)	1ª série da 8ª emissão (i / ii)
Data de emissão	14/06/2011	21/12/2016	09/05/2018
Data de amortização	Juros semestrais e valor principal em 1ª de junho de 2023	14 de dezembro de 2020	09 de junho de 2020, 09 de junho de 2021 e 09 de junho de 2022
Valor nominal unitário na emissão	300	1	1
Quantidade de certificados emitidos	900	30.000	390.000
Remuneração	Não haverá atualização monetária e haverá juros incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário, desde a data de emissão, correspondente á taxa de 107% da taxa DI, calculada e divulgada pela CETIP	Juros remuneratórios correspondentes a 104% (cento e quatro por cento) da Taxa DI calculada e divulgada pela CETIP	Juros remuneratórios correspondentes a 102% (cento e dois por cento) da Taxa DI calculada e divulgada pela Cetip
Retrocessão	Não houve	Não houve	Não houve
Pagamento da parcela principal e juros no semestre	Houve pagamento de juros em 02/12/2013 e pagamento do principal no montante de R$226.800 em 30/05/2014		Não houve
Cláusulas contratuais restritivas	O cálculo do índice de cobertura mínimo é realizado pela divisão entre: (a) o saldo das contas vinculadas multiplicado por fator de ponderação de 1,1, acrescido do montante de equivalente ao saldo devedor dos direitos creditórios imobiliários multiplicado por fator de ponderação equivalente a 1, e (b) o saldo devedor das obrigações garantidas na data do cálculo. O resultado da referida divisão deverá ser igual ou superior a 110%	O não cumprimento de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem calculados trimestralmente pela Avalista com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e verificados pela Securitizadora até 5 (cinco) dias após o recebimento do cálculo enviado pela Avalista: a. a razão entre: (A) a soma de Dívida Líquida e Imóveis a Pagar; e (B) Patrimônio Líquido; deverá ser sempre igual ou inferior a 0,80 (oitenta centésimos); e b. a razão entre: (A) a soma de Total de Recebíveis e Imóveis a Comercializar; e (B) a soma de Dívida Líquida, Imóveis a Pagar e Custos e Despesas a Apropriar; deverá ser sempre igual ou maior que 1,5 (um e meio) ou menor que 0 (zero)	O não cumprimento de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem calculados trimestralmente pela Emissora com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e verificados pela Securitizadora até 5 (cinco) dias após o recebimento do cálculo enviado pela Emissora ("Índices Financeiros"): (i) a razão entre (A) a soma de Dívida Líquida e Imóveis a Pagar; e (B) Patrimônio Líquido; deverá ser sempre igual ou inferior a 0,80 (oitenta centésimos); e (ii) a razão entre (A) a soma de Total de Recebíveis e Imóveis a Comercializar; e (B) a soma de Dívida Líquida, Imóveis a Pagar e Custos e Despesas a Apropriar; deverá ser sempre igual ou maior que 1,5 (um e meio) ou menor que 0 (zero)

(i) A inadimplência de recebíveis vinculados à emissão do CRI não possui impacto para operação, pois os recebíveis são apenas garantia do futuro pagamento.

(ii) Classificação de risco: em 18 de abril de 2019, a Companhia obteve, através de agência de "rating", relatório contemplando a avaliação de risco de Ba2 (escala global) e de Aa3.br (escala nacional). A Companhia acompanha os relatórios de "rating" (avaliação de risco) das operações de securitização periodicamente, para atualização das operações de valor nominal unitário igual ou superior a R$300.

b) Gaia Securitizadora S/A ("Gaia")

Os CRIs da 4ª emissão da Gaia, da 102ª e 103ª séries têm como lastro uma carteira de recebíveis adquirida pela Gaia, que por sua vez emitiu 256 por Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários"). A Gaia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Gaia e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da B3.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública de 792 CRIs Seniores (102ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$100, perfazendo R$79.210 e 210 CRIs Subordinados (103ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$100, perfazendo R$21.056 adquiridos integralmente pela Companhia. Os CRIs Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRIs subordinados. Dessa forma, os CRIs Subordinados não poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRIs Seniores.

Os CRIs da 4ª emissão da Gaia, da 109ª e 110ª séries têm como lastro uma carteira de recebíveis adquirida pela Gaia, que por sua vez emitiu 147 Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários"). A Gaia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Gaia e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da B3.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública com esforços restritos de 802 CRIs Seniores (109ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$126, perfazendo R$101.234 e 213 CRIs Subordinados (110ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$126, perfazendo R$26.910 adquiridos integralmente pela Companhia. Os CRIs Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRIs subordinados. Dessa forma, os CRIs Subordinados não poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRIs Seniores.

Características	102ª série da 4º emissão	103ª série da 4º emissão	109ª série da 4º emissão	110ª série da 4º emissão
Data de emissão	06/07/2017	06/07/2017	20/06/2018	20/06/2018
Data de amortização	Mensalmente conforme Anexo II ao Termo de Securitização		Mensalmente conforme Anexo II ao Termo de Securitização	
Valor nominal unitário na emissão	100.013,04	100.266,24	126.227,55	126.340,07
Remuneração	Juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de spread de 1,2% (um inteiro e doisdécimos por cento) ao ano.	Juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de spread de 5% (cinco por cento) ao ano.	Juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de spread de 1,2% (um inteiro e doisdécimos por cento) ao ano.	Juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de spread de 5% (cinco por cento) ao ano.
Retrocessão	Não houve		Não houve	
Cláusulas contratuais restritivas	Pagamento dos CRI Seniores: Os recursos dos pagamentos e pré-pagamentos dos Créditos Imobiliários Totais serão utilizados, em sua totalidade e de acordo com a Cascata de Pagamentos, para o pagamento exclusivo dos CRI Seniores ("Pagamento dos CRI Seniores"), sempre que, mensalmente, a razão entre (i) o valor do pagamento devido aos CRI Seniores no período, e (ii) a somatória dos valores totais recebidos no período, for superior ou igual a 80% (oitenta por cento) ("Evento de Pagamento dos CRI Seniores"). Pagamento dos CRI Subordinados: Observada a Cascata de Pagamentos, os recursos dos pagamentos e pré-pagamentos dos Créditos Imobiliários Totais devidos aos CRI Subordinados serão retidos na Conta Centralizadora caso seja verificado, mensalmente, que a razão entre a (i) o valor do pagamento devido aos CRI Seniores no período, e (ii) a somatória dos valores totais recebidos no período, for inferior a 80% (oitenta por cento) e superior ou igual a 77,50% (setenta e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento), durante o respectivo mês, conforme verificado pela Emissora ("Evento de Pagamento dos CRI Subordinados"). Os recursos retidos na Conta Centralizadora, conforme previsto no item 8.5., acima, serão utilizados para pagamento dos CRI Subordinados ("Pagamento dos CRI Subordinados") sempre que: (i) a razão entre (i) o valor do pagamento devido aos CRI Seniores no período, e (ii) a somatória dos valores totais recebidos no período, for inferior a 77,50% (setenta e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento), durante o respectivo mês, conforme verificado pela Emissora; e (ii) houver o cumprimento da seguinte equação, respeitando as datas de pagamento previstas na Tabela Vigente: VPLCRI Senior/VPL CRI Total ≤ 80%		Pagamento dos CRI Seniores: Os recursos dos pagamentos e pré-pagamentos dos Créditos Imobiliários Totais e dos Créditos Imobiliários Cyrela CCI Emitidas serão utilizados, em sua totalidade e de acordo com a Cascata de Pagamentos, para o pagamento exclusivo dos CRI Seniores ("Pagamento dos CRI Seniores"), sempre que, mensalmente, a razão entre (i) o valor do pagamento devido aos CRI Seniores no período, e (ii) a somatória dos valores totais recebidos no período, for superior ou igual a 80% (oitenta por cento) ("Evento de Pagamento dos CRI Seniores"). Pagamento dos CRI Subordinados: Observada a Cascata de Pagamentos, os recursos dos pagamentos e pré-pagamentos dos Créditos Imobiliários Totais e dos Créditos Imobiliários Cyrela CCI Emitidas devidos aos CRI Subordinados serão retidos na Conta Centralizadora caso seja verificado, mensalmente, que a razão entre a (i) o valor do pagamento devido aos CRI Seniores no período, e (ii) a somatória dos valores totais recebidos no período, for inferior a 80% (oitenta por cento) e superior ou igual a 77,50% (setenta e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento), durante o respectivo mês, conforme verificado pela Emissora ("Evento de Pagamento dos CRI Subordinados"). Os recursos retidos na Conta Centralizadora serão utilizados para pagamento dos CRI Subordinados ("Pagamento dos CRI Subordinados") sempre que: (i) a razão entre (i) o valor do pagamento devido aos CRI Seniores no período, e (ii) a somatória dos valores totais recebidos no período, for inferior a 77,50% (setenta e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento), durante o respectivo mês, conforme verificado pela Emissora; e (ii) houver o cumprimento da seguinte equação, respeitando as datas de pagamento previstas na Tabela Vigente: Saldo CRI Senior/VPL CRI Total ≤ 80%	

Os CRIs da 4ª emissão da Gaia, da 131ª à 134ª séries têm como lastro uma carteira de recebíveis adquirida pela Gaia, que por sua vez emitiu 160 Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários"). A Gaia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Gaia e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da B3.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública com esforços restritos de 74.072 unidades de CRIs Seniores (131ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$1, perfazendo R$ 74.072; 10.581 unidades de CRIs Mezaninos 1 (132ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$1, perfazendo R$ 10.852; 3.174 unidades de CRIs Mezaninos 2 (133ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$ 1. perfazendo R$ 3.174. e 17.088 Unidades de CRIs Subordinados (134ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$ 1, perfazendo R$ 17.989 adquiridos integralmente pela Companhia. Os CRIs Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRIs subordinados. Dessa forma, os CRIs Subordinados não poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRIs Seniores.

Características	131ª série da 4ª emissão	132ª série da 4ª emisssão	133ª série da 4ª emissão	134ª série da 4ª emissão
Data de emissão	13/12/2019	13/12/2019	13/12/2019	13/12/2019
Data de amortização	Mensal			
Remuneração	Juros Remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de um Spread de 1%	Juros Remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de um Spread de 3,4%	Juros Remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de um Spread de 6%	Juros Remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de um Spread de 7%
Retrocessão	Não Há			
Cláusulas contratuais restritivas	4ª Emissão de CRI da GAIA Securitizadora, Séries 131, 132, 133 e 134. A Ordem de pagamentos deve seguir o grau de senioridade de cada série, em sequência da seguinte forma: Série Sênior (nº 131), Série Mezanino 1 (nº 132), Série Mezanino 2 (nº 133), Série Subordinada (nº 134) e todos os pagamentos de remuneração aos titulares dos CRI somente serão pagos após os pagamentos dos devidos custos do patrimônio separado da emissão. A Série Subordinada somente será paga após os pagamentos das séries com grau de senioridade mais elevadas; a Série Subordinada ainda contará com distribuição de prêmio por performance de forma não sequencial/mensal. Os recursos retidos na Conta Centralizadora, conforme previsto no item 7.2. do Termo de Securitização, serão utilizados para pagamento dos CRI Juniores sempre que houver o cumprimento da seguinte equação, respeitando as datas de pagamento previstas na Tabela Vigente: (Saldo CRI Sênior, CRI Mezanino 1 e CRI Mezanino 2 / VPL CRITotal) ≤ Índice de Senioridade. A Presente emissão observa as seguintes instruções da CVM (iCVM): Instrução CVM 414; Instrução CVM 476; Instrução CVM 539; Instrução CVM 583. O Processo de emissão se deu por Emissão Pública mediante esforços restritos de distribuição, em observância a iCVM 476. Esta emissão é Aderente as seguintes leis: Lei das Sociedades por Ações" ou "Lei nº 6.404; Lei nº 8.981; Lei nº 9.307; Lei nº 9.514; Lei nº 10.931; Lei nº 12.846 e desde que aplicável, a U.S Foreign Corrupt Practice Act of 1977 e o UK Bribery Act 2000.			

c) RB Capital Companhia de Securitização S/A ("RB Capital")

Em 05 de abril de 2019 a RB Capital emitiu a 211ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública de 100.000 CRI nominativos e escriturais com o valor unitário de R$1, perfazendo R$100.000.

Em 15 de julho de 2019 a RB Capital emitiu a 212ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública de 601.809 CRIs nominativos e escriturais com o valor unitário de R$1, perfazendo R$601.809.

Em 18 de novembro de 2019 a RB Capital emitiu a 236ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública de 50.000 CRIs nominativos e escriturais com o valor unitário de R$1, perfazendo R$50.000.

Os CRIs da RB Capital têm como lastro créditos imobiliários decorrentes de Debêntures de emissão da Companhia.

Características	211ª série da 1ª emissão (i)	212ª série da 1ª emissão (i)	236ª série da 1ª emissão (i)
Data de emissão	05/04/2019	15/07/2019	18/11/2019
Data de amortização	Juros trimestrais e valor principal em 09 de abril de 2023, 09 de outubro de 2023 e 09 de abril de 2024	Juros semestrais e valor principal em 15 de janeiro de 2023, 15 de julho de 2023, 15 de janeiro de 2024 e 15 de julho de 2024	Juros semestrais e valor principal no vencimento em 18 de novembro de 2022
Valor nominal unitário na emissão	1	1	1
Quantidade de certificados emitidos	100.000	601.809	50.000
Remuneração	Não haverá atualização monetária e haverá juros incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário, desde a data de emissão, correspondente á taxa de 100% da taxa DI, calculada e divulgada pela CETIP.	Não haverá atualização monetária e haverá juros incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário, desde a data de emissão, correspondente à taxa de 100% da taxa DI, calculada e divulgada pela CETIP.	Não haverá atualização monetária e haverá juros incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário, desde a data de emissão, correspondente à taxa de 108% da taxa DI, calculada e divulgada pela CETIP.
Retrocessão	Não houve	Não houve	Não houve
Cláusulas contratuais restritivas	O não cumprimento de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem calculados trimestralmente pela Emissora com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e verificados pela Securitizadora até 5 (cinco) dias após o recebimento do cálculo enviado pela Emissora ("Índices Financeiros"): (i) a razão entre (A) a soma de Dívida Líquida e Imóveis a Pagar; e (B) Patrimônio Líquido; deverá ser sempre igual ou inferior a 0,80 (oitenta centésimos); e (ii) a razão entre (A) a soma de Total de Recebíveis e Imóveis a Comercializar; e (B) a soma de Dívida Líquida, Imóveis a Pagar e Custos e Despesas a Apropriar; deverá ser sempre igual ou maior que 1,5 (um e meio) ou menor que 0 (zero).	O não cumprimento de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem calculados trimestralmente pela Emissora com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e verificados pela Securitizadora até 5 (cinco) dias após o recebimento do cálculo enviado pela Emissora ("Índices Financeiros"): (i) a razão entre (A) a soma de Dívida Líquida e Imóveis a Pagar; e (B) Patrimônio Líquido; deverá ser sempre igual ou inferior a 0,80 (oitenta centésimos); e (ii) a razão entre (A) a soma de Total de Recebíveis e Imóveis a Comercializar; e (B) a soma de Dívida Líquida, Imóveis a Pagar e Custos e Despesas a Apropriar; deverá ser sempre igual ou maior que 1,5 (um e meio) ou menor que 0 (zero).	O não cumprimento de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem calculados trimestralmente pela Emissora com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e verificados pela Securitizadora até 5 (cinco) dias após o recebimento do cálculo enviado pela Emissora ("Índices Financeiros"): (i) a razão entre (A) a soma de Dívida Líquida e Imóveis a Pagar; e (B) Patrimônio Líquido; deverá ser sempre igual ou inferior a 0,80 (oitenta centésimos); e (ii) a razão entre (A) a soma de Total de Recebíveis e Imóveis a Comercializar; e (B) a soma de Dívida Líquida, Imóveis a Pagar e Custos e Despesas a Apropriar; deverá ser sempre igual ou maior que 1,5 (um e meio) ou menor que 0 (zero).

d) Saldos, vencimentos e movimentações dos CRIs

O saldo consolidado no passivo, apresentado nas demonstrações financeiras, pode ser assim demonstrado:

	Controladora					
	2019			2018		
Emissão	**Saldo**	**Juros a pagar**	**Total**	**Saldo**	**Juros a pagar**	**Total**
1ª série da 1ª emissão - código 12E0019753	43.200	174	**43.374**	43.200	228	**43.428**
menos:						
Despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	-	-	**-**
1ª série da 8ª emissão - código 18E0907339	390.000	1.210	**391.210**	390.000	1.472	**391.472**
menos:						
despesas com emissão de CRI	(4.253)	-	**(4.253)**	(6.005)	-	**(6.005)**
102ª série da 4ª emissão - código 17G0848381	14.048	40	**14.088**	22.017	82	**22.099**
menos:						
despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	-	-	**-**
103ª série da 4ª emissão - código 17G0848382	58.830	94	**58.924**	73.232	161	**73.393**
menos:						
despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	-	-	**-**
134ª série da 4ª emissão - código 19K1139657	87.828	441	**88.269**	-	-	**-**
menos:						
despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	-	-	**-**
211ª série da 1ª emissão - código 19D0618118	100.000	1.260	**101.260**	-	-	**-**
menos:						
despesas com emissão de CRI	(1.197)	-	**(1.197)**	-	-	**-**
212ª série da 1ª emissão - código 19G0000001	601.809	15.651	**617.460**	-	-	**-**
menos:						
despesas com emissão de CRI	(9.719)	-	**(9.719)**	-	-	**-**
	1.280.546	**18.870**	**1.299.416**	**522.444**	**1.943**	**524.387**
Circulante	**159.379**	**18.870**	**178.249**	**16.748**	**1.943**	**18.691**
Não circulante	**1.121.167**	**-**	**1.121.167**	**505.696**	**-**	**505.696**

	Consolidado					
	2019			2018		
Emissão	**Saldo**	**Juros a pagar**	**Total**	**Saldo**	**Juros a pagar**	**Total**
1ª série da 1ª emissão - código 12E0019753	43.200	174	**43.374**	43.200	228	**43.428**
menos:						
Despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	-	-	**-**
1ª série da 7ª emissão - código 16L0195217	30.000	59	**30.059**	30.000	85	**30.085**
menos:						
despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	-	-	**-**
1ª série da 8ª emissão - código 18E0907339	390.000	1.210	**391.210**	390.000	1.472	**391.472**
menos:						
despesas com emissão de CRI	(4.253)	-	**(4.253)**	(6.005)	-	**(6.005)**
102ª série da 4ª emissão - código 17G0848381	30.206	40	**30.246**	46.503	82	**46.585**
menos:						
despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	-	-	**-**
103ª série da 4ª emissão - código 17G0848382	71.608	94	**71.702**	91.524	161	**91.685**
menos:						
despesas com emissão de CRI	-	-	**-**	-	-	**-**
134ª série da 4ª emissão - código 19K1139657	87.828	441	**88.269**	-	-	**-**
menos:						
despesas com emissão de CRI	**-**	-	**-**	-	-	**-**
211ª série da 1ª emissão - código 19D0618118	100.000	1.260	**101.260**	-	-	**-**
menos:						
despesas com emissão de CRI	(1.197)	-	**(1.197)**	-	-	**-**
212ª série da 1ª emissão - código 19G0000001	601.809	15.651	**617.460**	-	-	**-**
menos:						
despesas com emissão de CRI	(9.719)	-	**(9.719)**	-	-	**-**
236ª Série da 1ª emissão - código 19K1036630	50.000	233	**50.233**	-	-	**-**
menos:						
despesas com emissão de CRI	(160)	-	**(160)**	**-**	**-**	**-**
	1.389.322	**19.162**	**1.408.484**	**595.222**	**2.028**	**597.250**
Circulante	**198.544**	**19.162**	**217.706**	**30.280**	**2.028**	**32.308**
Não circulante	**1.190.779**	**-**	**1.190.779**	**564.942**	**-**	**564.942**

Os Montantes no passivo circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
Ano	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
2020	-	144.868	-	184.234
2021	153.858	141.811	160.627	148.285
2022	147.039	140.392	201.441	144.443
2023	427.784	51.490	430.348	54.062
2024	371.676	27.135	373.666	33.918
2025 a 2027	20.809	-	24.697	-
Total	**1.121.167**	**505.696**	**1.190.779**	**564.942**

As movimentações dos saldos são demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Saldo Inicial	**524.387**	**335.073**	**597.250**	**412.041**
Adições	790.078	469.235	840.078	490.219
Pagamento do principal	(21.929)	(274.089)	(19.196)	(299.048)
Pagamento de juros	(29.410)	(34.029)	(52.698)	(35.933)
Juros e encargos	36.290	28.197	43.050	29.971
Total	**1.299.416**	**524.387**	**1.408.484**	**597.250**

13. Créditos a Receber e Obrigações a Pagar com Partes Relacionadas

a) Operações de mútuo com partes relacionadas para financiamentos de obras

Os saldos das operações de mútuo mantidas com partes relacionadas não possuem vencimento predeterminado e não estão sujeitos a encargos financeiros, exceto aqueles firmados com as "joint ventures", quando indicado.

Os saldos nas demonstrações financeiras da controladora e do consolidado são assim apresentados:

	Controladora				Consolidado			
	Créditos a receber com partes relacionadas		Obrigações a pagar com partes relacionadas		Créditos a receber com partes relacionadas		Obrigações a pagar com partes relacionadas	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Angra dos Reis Empreendimentos Imobiliários Ltda	5.966	7	8.850	1.863	-	-	1.168	1.168
Arizona Investimentos Imobiliários Ltda	-	-	5.724	-	-	-	5.724	-
Batel Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	-	-	706	-	-
BR Corp Empreendimentos Ltda	3.277	-	-	-	3.277	-	-	-
Calafete Investimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	650	-	-	-	-
Carlos Petit Empreendimentos Imobiliários Ltda	3	-	-	-	1.011	-	-	-
Cbr 011 Empreendimentos Imobiliários Ltda	990	3.271	-	-	990	3.271	-	-
Cbr 037 Empreendimentos Imobiliários Ltda	753	6	306	-	1	-	-	-
Cbr 040 Empreendimentos Imobiliários Ltda	169	684	-	-	1	-	-	-
Cbr 044 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	60	1	-	1.808	-	-	-	-
Cbr 051 Empreendimentos Imobiliários Ltda	967	-	-	-	967	-	-	-
CDB Consultoria e Assessoria Ltda	691	-	-	-	691	-	-	-
Cipasa Santa Maria Empreendimentos Imobiliários S/A	3.517	4.112	-	-	3.517	4.112	-	-
Construtora Santa Izabel Ltda	1.164	1.114	-	-	1.164	1.114	-	-
Corcovado Empreendimentos Imobiliários Part.Ltda	-	-	16.797	-	-	-	16.797	-
Crua Empreendimentos S/A	-	5.523	-	-	-	5.523	-	-
Cury Construtora e Incorporadora S/A	81.947	67.382	-	1	81.947	67.382	-	1
Cybra de Investimento Imobiliário Ltda	34	28	-	-	5.359	3	-	-
Cyma 03 Empreendimentos Imobiliários Ltda	577	1	-	-	577	-	-	-
Cyrela Anis Empreendimentos Imobiliários Ltda	1	111	1.191	1.191	-	-	-	-
Cyrela Braga Empreendimentos Imobiliários Ltda	105	4.607	-	-	-	-	-	-
Cyrela Comercial Imobiliária Ltda	2.224	2.297	-	-	106	113	916	925
Cyrela Cristal Empreendimentos Imobiliários Ltda	156	8.731	685	685	5	1	685	685
Cyrela Empreendimentos Imobiliários Comercial Importadora e Exportadora Ltda	4.294	4.296	3.512	3.512	15	15	-	-
Cyrela Europa Empreendimentos Imobiliários Ltda	2.035	2.354	-	-	-	-	-	-
Cyrela Iberia Empreendimentos Imobiliários Ltda	1.434	1.506	-	-	-	-	-	-
Cyrela Imobiliária Ltda	23	7	469	1.646	-	-	-	-
Cyrela Indonesia Empreendimentos Imobiliários Ltda	1.273	4	-	-	3	3	-	-
Cyrela Investimentos e Participações Ltda	-	1	-	-	394	388	2.564	2.564
Cyrela Jcpm Empreendimento Imobiliário Spe S A	3	30	-	-	248	263	1.904	-
Cyrela Magik Monaco Empreendimentos Imobiliários Ltda	1.768	22	440	440	115	112	434	-
Cyrela Maguari Empreendimentos Imobiliários Ltda	104	1.047	-	-	-	-	-	-
Cyrela Malasia Empreendimentos Imobiliários Ltda	1.049	539	-	-	-	-	-	-
Cyrela Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda	4.631	4.632	-	-	1.475	1.475	-	-
Cyrela Minas Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	563	-	-	-	563	-	-	-
Cyrela Montblanc Empreendimentos Imobiliários S.A	2.699	2.699	-	-	-	-	-	-
Cyrela Nordeste Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	1	-	-	259	386	114	971
Cyrela Pamplona Empreendimentos Imobiliários Ltda	2.763	4.958	-	-	-	-	-	-
Cyrela Perola Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	1.459	-	-	-	-
Cyrela Piemonte Empreendimentos Imobiliários Ltda	2.026	1.111	-	-	2.026	1.111	-	-
Cyrela Piracema Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	537	6	-	-	3	5
Cyrela Pompeia Empreendimentos Imobiliários Ltda	630	603	-	-	-	-	-	-
Cyrela Puglia Empreendimentos Imobiliários Ltda	140	1.051	30	30	9	15	-	6
Cyrela Recife Empreendimentos Imobiliários Ltda	7	100.792	-	-	-	-	-	-
Cyrela Rjz Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda	5.582	43	23	22	66.150	58.033	17	-
Cyrela Rjz Empreendimentos Imobiliários Ltda	3	5	1.132	-	562	504	39	39
Cyrela Rjz Jc Gontijo Empreendimentos Imobiliários Ltda	1.804	7	-	-	-	-	-	-
Cyrela Sul 003 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	5.472	201	-	-	-	-	-	-
Cyrela Sul 008 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	5.716	4.096	-	-	-	-	-	-
Cyrela Urbanismo 5 - Empreendimentos Imobiliários Ltda	2	3	179	594	-	-	-	-
Cyrela White River Investimento Imobiliário Spe Ltda	409	464	580	580	-	-	-	-
Cytec Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	-	1.375	1.470	-	-
Emporio Jardim Shoppings Centers S.A.	1.224	965	-	-	-	-	306	241

continua...

CONTINUAÇÃO

**CYRELA BRAZIL REALTY S.A.
EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES**

CYRELA

CYRE3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL · abrasca Companhia Associada · AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES · EMPRESA AMIGA DA CRIANÇA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

....continuação

	Controladora				Consolidado			
	Créditos a receber com partes relacionadas		Obrigações a pagar com partes relacionadas		Créditos a receber com partes relacionadas		Obrigações a pagar com partes relacionadas	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Forest Hill de Investimentos Imobiliários Ltda	-	-	2.545	-	-	-	2.545	-
Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda	142	39	3	-	41.193	35.164	3	-
GRC 03 Incorporações e Participações Ltda	-	-	939	-	-	-	-	-
Jacira Reis Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	1	2.781	-	-	1	2.781	-
Joe Horn	8.985	8.830	-	-	8.985	8.830	-	-
Jose Celso Gontijo Engenharia S/A	1.679	16.863	1.237	1.237	1.679	16.863	1.237	1.237
Kalahari Empreendimentos Imobiliários Ltda	587	56	-	-	-	-	-	-
Lavvi Empreendimentos Imobiliários Ltda	1.222	-	-	-	-	10	-	-
Lb 2017 Empreendimentos e Participações Imobiliárias Ltda	200	6.137	-	-	-	6.137	-	-
Little Hat Paticipações Ltda	-	-	12.647	-	-	-	12.647	-
Living Cedro Empreendimentos Imobiliários Ltda	2	6.355	26	-	140	16	-	-
Living Empreendimentos Imobiliários S/A	1	35.000	519	3.277	161	2.935	7.354	1.989
Living Pessego Empreendimentos Imobiliários Ltda	1	4	1.178	-	-	-	-	-
Living Sabino Empreendimentos Imobiliários Ltda	7	1	-	657	9	-	-	-
Living Sul Empreendimentos Imobiliários Ltda	8	34	-	-	6.221	5.756	-	-
Living Talara Empreendimentos Imobiliários Ltda	3.028	3.428	-	-	3.028	3.428	-	-
Living Tallinn Empreendimentos Imobiliários Ltda	63	-	1.125	-	-	-	-	-
Lombok Incorporadora Ltda	23	514	-	-	-	1	-	-
Mac Empreendimentos Imobiliários Ltda	8.366	15.155	258	100	8.366	15.155	258	100
Mac Veneza Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	1.010	1.010	-	-	1.010	1.010
Magnum Investimento Imobiliário Ltda	-	-	3.188	-	-	-	3.188	-
Moshe Mordenai Horn	2.348	-	-	-	2.348	-	-	-
Nova Carlos Gomes Empreendimentos Imobiliários SPE S/A	-	-	-	-	-	-	37	1.068
Nova Zelandia Empreendimentos Imobiliários Ltda	400	411	1.246	-	-	-	-	-
Option de Investimentos Imobiliários Ltda	-	-	644	903	-	-	24	-
Plano & Plano Construções e Participações Ltda	-	-	-	-	22	755	30	-
Plano Pitangui Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	44	16.075	-	-	10	6	-	733
Plarcon Cyrela Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	620	620	-	-	620	620	-	-
Precon Engenharia S.A	74.019	7.154	-	-	74.019	7.154	-	-
Presence Consultoria e Negócios Ltda	948	-	-	-	948	-	-	-
Queiroz Galvao Desenvolvimento Imobiliário Ltda	-	2.378	-	-	-	2.378	-	-
Ravenna Empreendimentos Imobiliários Ltda	1.975	727	-	-	720	721	-	-
Reserva Casa Grande Empreendimentos Imobiliários Ltda	10.311	4.762	-	-	10.311	4.762	-	-
Rogerio Chor	1.300	-	-	-	1.300	-	-	-
Scp Isla	2.598	2.598	150	150	2.598	2.598	150	150
Seller Consultoria Imobiliária e Representações Ltda	1.951	550	-	-	17.049	15.660	-	-
Sevilha Empreendimentos Imobiliários Ltda	499	1.189	-	-	-	-	-	-
SIG Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	12.647	-	-	-	12.647	-
Sk Realty Empreendimentos Imobiliários Ltda	20.000	-	-	-	-	-	20.000	-
Spe Brasil Incorporação 28 Ltda	-	487	129	2.560	-	487	129	2.560
Spe Brasil Incorporação 59 Ltda	-	-	1.550	2.000	-	-	1.550	2.000
Spe Chl Cv Incorporações Ltda	-	-	925	-	-	-	925	-
Spe Faicalville Incorporação 1 Ltda	6.165	2.245	7.881	7.881	6.165	2.245	7.881	7.881
Trimmo Empreendimentos e Participações S/A	-	-	788	2.486	-	-	788	2.486
Vix One Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	129.773	53.360	-	-	2.246	2.246	3	3
Vmss Empreendimentos Imobiliários Spe S/A	-	1	-	-	932	932	733	16
Outras 490 SPE´s com saldos até R$500	8.511	11.493	5.738	3.667	7.121	8.142	4.059	1.548
Total	**434.030**	**425.775**	**99.608**	**40.414**	**368.995**	**289.001**	**110.647**	**29.384**

Em 31 de dezembro de 2019, na Cyrela Rjz Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda, há um saldo de R$61.451 (R$57.991 em 31 de dezembro de 2018), que corresponde a adiantamentos concedidos à empresa da qual foi adquirido terreno, como estabelecido contratualmente. Os adiantamentos estão sujeitos à atualização com base na variação do CDI. Os juros vencem mensalmente, e o principal será amortizado por meio de recebimentos correspondentes à sua participação no empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui dividendos a receber com a investida Cury Construtora e Incorporadora S/A que totalizam R$81.750.

b) Operações

As operações mantidas com partes relacionadas representam, principalmente, serviços que envolvem a responsabilidade técnica de projetos e o controle de todos os empreiteiros que fornecem mão de obra especializada de construção, aplicada no desenvolvimento dos empreendimentos da Companhia e de suas investidas.

Essas operações são classificadas como custos incorridos das unidades em construção e alocados ao resultado conforme o estágio de comercialização das unidades do empreendimento.

c) Remunerações a administradores

i) Remuneração global

A remuneração global aos administradores da Companhia, para o exercício de 2019, foi fixada em até R$12.398, conforme Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2019 (no exercício de 2018, a remuneração global paga foi de R$11.697).

ii) Remuneração fixa

As remunerações fixas registradas no resultado da Companhia estão na rubrica "Despesas com honorários da Administração" e podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado		Total de membros	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Conselho	1.583	1.583	1.583	1.583	7	8
Conselho fiscal	145	97	145	97	3	3
Diretoria	2.480	2.705	2.480	2.705	5	6
Encargos	842	876	842	876	-	-
	5.050	**5.261**	**5.050**	**5.261**	**15**	**17**
Benefícios Conselho	3.178	3.178	3.178	3.178		
Benefícios Diretoria	392	322	392	322		
	3.570	**3.500**	**3.570**	**3.500**		
Total	**8.620**	**8.761**	**8.620**	**8.761**		
Conselho - maior	269	293	269	293		
Conselho - menor	181	197	181	197		
Diretoria - maior	665	725	665	725		
Diretoria - menor	165	205	165	205		
Conselho fiscal - maior	48	32	48	32		
Conselho fiscal - menor	48	32	48	32		

iii) Remuneração variável

De acordo com o artigo 41 do Estatuto Social da Companhia, parágrafo 1º, a atribuição e participação nos lucros aos administradores e empregados, somente poderá ocorrer nos exercícios sociais em que for assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, previsto no inciso IV do Artigo 38 do Estatuto Social.

A Companhia não possui planos de opção de compra de ações ("stock options") vigentes para novas ourtogas. As perdas / ganhos relacionadas a contratos ainda em andamento (em período de vesting) são registradas em rubrica específica de "Despesas gerais e administrativas".

A Companhia não efetuou pagamentos de valores a título de: (1) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (2) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (3) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

14. Contas-Correntes com Parceiros nos Empreendimentos

Os saldos em ativos e passivos líquidos podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Abc Realty de Investimento Imobiliária Ltda	-	-	1.125	1.076
Cbr 014 Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(1.837)	(1.934)
CBR 016 Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	1.517
CBR 048 Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(2.945)	-
Consórcio de Urbanização Jundiai	5.643	4.595	5.643	4.595
Corsega Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	287	(726)
Country de Investimentos Imobiliários Ltda	-	-	1.793	1.545
Cybra de Investimentos Imobiliários Ltda	-	-	(584)	(503)
Cyrela Bahia Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(130)	-
Cyrela Begonia Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(1.306)	(776)
Cyrela Brazil Realty Rjz Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	2.898	2.642
Cyrela Construtora Ltda	-	-	370	371
Cyrela Europa Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(4.533)	(3.563)
Cyrela Iberia Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	612	612
Cyrela Imobiliária Ltda	-	-	-	444
Cyrela Jasmim Ltda	-	-	784	915
Cyrela Lambari Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(1.246)	(1.246)
Cyrela Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(270)	(270)
Cyrela Polinesia Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	487	488
Cyrela Rjz Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(2.699)	(2.662)
Cyrela Roraima Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(2.369)	(2.257)
Cyrela Suecia Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(12.579)	(12.989)
Cyrela Urbanismo 5 - Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(3.570)	(3.341)
Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	244	244
Kalahari Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	183	(1.750)
Living Sabara Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	459	270
Living Sabino Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	587	515
Lorena Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	-	-	-	(594)
Maiastra 1 Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	177	-
Maiastra 2 Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(192)	-
Pitombeira Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(242)	(248)
Plano Amazonas Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(4.085)	-
Plano Aroeira Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	1.100	1.100
Plano Cambara Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	(106)
Plano Cambui Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	270
Plano Guapira Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	(525)
Plano Limeira Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(244)	(244)
Plano Pinheiro Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(2.810)	(5.059)
Plano Xingu Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(2.435)	(3.579)
Tal Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(383)	-
Vero Santa Isabel Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	-	-	(1.966)	(1.953)
Outras 10 SPE's com saldos de até R$ 100	-	-	64	(149)
	5.643	**4.595**	**(29.613)**	**(27.869)**
Ativo não Circulante	**5.643**	**4.595**	**16.687**	**18.185**
Passivo Circulante	**-**	**-**	**(46.299)**	**(46.053)**

15. Obras em Andamento

Em decorrência do procedimento determinado pela Deliberação CVM nº 561/08, alterada pela Deliberação nº 624/10, os saldos de receitas de vendas e correspondentes custos orçados, referentes às unidades vendidas e com os custos ainda não incorridos, não estão refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Os principais saldos a serem refletidos à medida que os custos incorrem podem ser apresentados conforme segue:

a) Operações imobiliárias contratadas a apropriar das obras em andamento acumulado.

		Consolidado	
		2019	2018
(+) Receita bruta total de vendas		8.994.816	6.724.799
(-) Receita bruta total apropriada		(6.028.817)	(4.983.717)
(=) Saldo de receita a apropriar	(i)	**2.965.999**	**1.741.081**
(+) Custo total dos imóveis vendidos		5.325.896	3.995.416
(-) Custo total apropriado		(3.491.406)	(2.958.170)
(=) Saldo de custo a apropriar	(ii)	**1.834.490**	**1.037.246**
Resultado a apropriar		**1.131.510**	**703.835**

(i) Não inclui os impostos sobre as receitas

(ii) Não inclui os gastos com garantias a apropriar

b) Compromissos com custos orçados e ainda não ocorridos, referente a unidades vendidas

	Consolidado	
	2019	2018
Valores não refletidos nas demonstrações financeiras		
Circulante	709.602	518.396
Não Circulante	1.124.888	518.850
	1.834.490	**1.037.246**

16. Adiantamentos de Clientes

	Consolidado	
	2019	2018
Por recebimento da venda de imóveis		
Valores recebidos por venda de empreendimentos:		
Demais antecipações	82.569	34.194
	82.569	**34.194**
Unidades vendidas de empreendimentos efetivados		
Receitas apropriadas	(1.782.231)	(1.943.117)
Receitas recebidas	1.848.028	2.043.470
	148.366	**134.547**
Por permuta física na compra de imóveis		
Valores por permuta com terrenos	700.471	529.739
Total de Adiantamento de Clientes	**848.837**	**664.286**
Circulante	**345.380**	**303.968**
Não Circulante	**503.457**	**360.318**

17. Provisão para Manuntenção de Imóveis

	Consolidado	
	2019	2018
Provisão para garantia de obra (i)	104.649	119.024
Demais provisões(ii)	5.475	63.216
Provisão para distrato	(4.324)	(5.508)
Total	**105.800**	**176.732**
Circulante	**66.196**	**129.716**
Não Circulante	**39.604**	**47.016**

(i) A Companhia e suas controladas oferecem garantia para seus clientes na venda de seus imóveis. Essas garantias possuem características específicas de acordo com determinados itens e são prestadas por exercícios que variam até cinco anos após a conclusão da obra e são parcialmente compartilhados com os fornecedores de bens e serviços.

(ii) Saldos de fornecedores das operações em andamento, também inclui a provisão de custos de obra necessários a reforma do empreendimento Grand Parc Residencial Resort de Vitória - ES e na região Nordeste.

18. Contas a Pagar por Aquisição de Imóveis

Referem-se a terrenos adquiridos, objetivando o lançamento de novos empreendimentos, de forma isolada ou com a participação de terceiros, com o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
Ano	2019	2018	2019	2018
2020	-	-	-	10.933
2021	-	-	5.328	3.237
2022	-	-	654	342
2023	-	-	538	513
Não Circulante	**-**	**-**	**6.520**	**15.024**
Circulante	**2.516**	**65.104**	**550.548**	**405.104**
Total	**2.516**	**65.104**	**557.068**	**420.128**

São atualizadas pela variação do INCC, pela variação do IGP-M ou pela variação do índice do Sistema Especial de Liquidação e Custodia - SELIC.

Os juros e atualizações monetárias elegíveis à capitalização aos estoques, referentes ao saldo a pagar de terrenos, totalizaram R$4.511 no período findo de 31 de dezembro de 2019 (Reversão de R$3.618 em 31 de dezembro de 2018).

19. Provisões para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis

As provisões para riscos de perdas prováveis estão resumidas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Ano	2019	2018	2019	2018
Processos Civeis	4.946	2.866	69.756	92.464
Processos Tributários	600	28	4.153	2.192
Processos Trabalhistas	2.468	1.312	74.502	52.363
Total	**8.014**	**4.206**	**148.410**	**147.019**
Circulante	**4.281**	**2.888**	**83.544**	**91.394**
Não Circulante	**3.733**	**1.318**	**64.866**	**55.625**

O montante total envolvendo processos classificados como perda possível e remota no consolidado, é assim apresentado:

	2019		
	Possível	Remota	Total
Cível	75.979	640	76.620
Trabalhista	27.642	458	28.100
Tributário	81.365	90.049	171.414
	184.986	**91.148**	**276.134**

	2018		
	Possível	Remota	Total
Cível	119.101	47.074	166.174
Trabalhista	51.945	1.289	53.234
Tributário	167.373	122.522	289.895
	338.419	**170.884**	**509.303**

Os principais processos classificados como perda possível estão descritos a seguir:

- A Companhia e suas investidas possuem processos administrativos tributários, provenientes de despacho decisório da Receita Federal do Brasil, referente à não homologação de impostos pagos por compensação de créditos. Os valores destes créditos são em sua maioria provenientes de utilização de saldo de impostos retidos na fonte apurados em declaração de ajuste anual. Tais processos possuem defesa na esfera administrativa, porém ainda não foram analisadas pela autoridade fiscal. Em 31 de dezembro de 2019, o valor desses processos totalizou R$13.132 (R$12.747 em 31 de dezembro de 2018).
- Algumas controladas da Companhia são parte em processo administrativo proveniente de auto de infração, referente à cobrança de contribuições previdenciárias, sobre a distribuição dos valores de Participação nos Lucros e Resultados - PLR do ano-calendário 2008 e sobre contribuições de Autônomos. As Companhias entraram com contestação e aguardam posição das autoridades fiscais. Em 31 de dezembro de 2019, esse processo montava a R$6.590 (R$7.134 em 31 de dezembro de 2018).
- A Queiroz Galvão MAC Cyrela Veneza, empresa na qual a Companhia detém 30% de participação, é parte em uma ação civil pública que discute a validade do Alvará de Construção referente ao empreendimento Domínio Marajoara.

A movimentação dos saldos provisionados pode ser assim apresentada:

	Controladora			
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31.12.2017	**3.010**	**16**	**1.170**	**4.196**
Adições	3.950	5	1.513	5.468
Pagamento	(312)	-	(1.462)	(1.775)
Reversão	(3.826)	-	(257)	(4.083)
Atualizações	44	7	350	400
Saldo em 31.12.2018	**2.866**	**28**	**1.314**	**4.207**
Adições	1.969	547	2.708	5.224
Pagamento	(3.584)	-	(459)	(4.043)
Reversão	-	(396)	-	(396)
Atualizações	3.695	421	(1.095)	3.021
Saldo em 31.12.2019	**4.946**	**600**	**2.468**	**8.014**

	Consolidado				
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Distratos de clientes (i)	Total
Saldo em 31.12.2017	**88.551**	**953**	**37.687**	**16.616**	**143.807**
Adições	67.382	1.506	41.610	-	110.499
Pagamento	(59.250)	-	(28.482)	-	(87.732)
Reversão (ii)	(15.233)	(279)	(2.845)	(16.616)	(34.973)
Atualizações	11.014	11	4.394	-	15.420
Saldo em 31.12.2018	**92.465**	**2.191**	**52.364**	**-**	**147.020**
Adições	48.180	4.453	42.039	-	94.672
Pagamento	(67.661)	-	(27.266)	-	(94.928)
Reversão	(16.116)	(3.238)	(4.076)	-	(23.431)
Atualizações	12.888	748	11.441	-	25.077
Saldo em 31.12.2019	**69.756**	**4.154**	**74.502**	**-**	**148.411**

(i) Refere-se à baixa de provisão para distratos para adequação a provisão de risco de crédito, decorrente da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9, que incluiu a provisão para perda esperada.

(ii) Inclui a reclassificação de R$6.592, referente a alteração de controle em investidas.

Durante o ano de 2019, foram realizados pagamentos pontuais, de acordos administrativos de aproximadamente R$ 20.708 reconhecidos na rubrica de outras despesas.

A segregação entre circulante e não circulante pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Cíveis	2.226	1.994	30.844	55.209
Tributárias	402	14	2.784	1.101
Trabalhistas	1.654	880	49.915	35.084
	4.281	**2.888**	**83.544**	**91.394**
Não Circulante				
Cíveis	2.720	871	38.911	37.255
Tributárias	198	14	1.369	1.090
Trabalhistas	814	433	24.586	17.281
	3.733	**1.318**	**64.866**	**55.626**
Total	**8.014**	**4.206**	**148.410**	**147.020**

20. Impostos e Contribuições de Recolhimento Diferidos

a) Composição de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS de recolhimentos diferidos

São registrados para refletir os efeitos fiscais decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal, que determina o momento do recolhimento, conforme o recebimento das vendas de imóveis (Instrução Normativa SRF nº 84/79), e a efetiva apropriação do lucro imobiliário, em conformidade com a Resolução CFC nº 1.266/09 e Deliberação CVM nº 561/08, alterada pela Deliberação CVM n° 624/10 (OCPC 01(R1)).

A seguir estão apresentados os saldos dos impostos e das contribuições de recolhimentos diferidos:

	Consolidado	
	2019	2018
No Ativo		
IRPJ	264	807
CSLL	138	424
Subtotal	**402**	**1.231**
PIS	77	319
COFINS	358	1.039
Subtotal	**435**	**1.358**
Total	**837**	**2.589**
Circulante	**435**	**1.358**
Não Circulante	**402**	**1.231**

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
No Passivo				
IRPJ	645	782	31.906	31.760
CSLL	232	282	16.478	16.479
Provisão para distratos	-	-	(6.370)	(8.398)
Subtotal	**878**	**1.064**	**42.015**	**39.841**
PIS	67	81	9.127	9.033
COFINS	309	374	42.174	41.735
Provisão para distratos	-	-	(6.901)	(9.098)
Subtotal	**376**	**455**	**44.400**	**41.670**
Total	**1.253**	**1.519**	**86.415**	**81.511**
Circulante	**376**	**121**	**30.140**	**19.974**
Não Circulante	**878**	**1.398**	**56.275**	**61.537**

O recolhimento efetivo desses tributos ocorre em prazo equivalente ao do recebimento das parcelas de vendas.

Em decorrência dos créditos e das obrigações tributários anteriormente mencionados, foram contabilizados os correspondentes efeitos tributários (imposto de renda e contribuição social diferidos), como a seguir indicados:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
No ativo circulante e não circulante				
Diferença de lucro nas atividades imobiliárias - lucro presumido	-	-	1	241
Diferença de lucro nas atividades imobiliárias - RET	-	-	401	990
	-	**-**	**402**	**1.231**
No passivo circulante e não circulante				
Diferença de lucro nas atividades imobiliárias - lucro real	(878)	(1.064)	(2.261)	(2.736)
Diferença de lucro nas atividades imobiliárias - lucro presumido	-	-	(9.034)	(8.785)
Diferença de lucro nas atividades imobiliárias - RET	-	-	(30.719)	(28.320)
	(878)	**(1.064)**	**(42.014)**	**(39.841)**

b) Bases de cálculo das diferenças tributárias de resultados futuros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui ativos fiscais diferidos que não foram reconhecidos no montante do consolidado de R$ 3.054.333 (Em 31 de dezembro de 2018, o montante era de R$ 2.774.580), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar seus benefícios.

c) Saldo de PIS e COFINS

O PIS e a COFINS diferidos calculados sobre a diferença entre a receita tributada pelo regime de caixa e as receitas reconhecidas pelo regime de competência estão registrados na rubrica "Impostos e contribuições de recolhimento diferidos", no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Corrente	-	789	1.591	2.973
Recolhimento diferido	376	456	51.301	50.768
Provisão para distratos	-	-	(6.901)	(9.098)
	376	**1.245**	**45.991**	**44.643**

d) Despesa com imposto de renda e contribuição social do período

As despesas de imposto de renda e contribuição social, referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, podem ser assim conciliadas com o resultado antes dos impostos:

		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**415.655**	**(84.489)**	**620.489**	**74.559**
(x) alíquota nominal de:		**-34%**	**-34%**	**-34%**	**-34%**
(=) Expectativa de créditos (da despesa) de IRPJ e CSLL		**(141.323)**	**28.726**	**(210.966)**	**(25.350)**
(+/-) **Efeito da alíquota nominal sobre:**					
Resultado de Equivalncia Patrimonial		162.046	(7.936)	35.428	36.602
Adições e exclusões permanentes e outros		(189.390)	(47.326)	(75.375)	120.405
Créditos fiscais não constituídos	(i)	168.853	26.662	(65.853)	(67.000)
Lucro presumido ou RET	(ii)	-	-	230.593	(133.189)
(=) Despesa de imposto de renda e contribuição social		**187**	**126**	**(86.173)**	**(68.532)**
Impostos de Recolhimento Diferido		187	126	(2.956)	(1.099)
Impostos Correntes		-	-	(83.217)	(67.433)
		187	**126**	**(86.173)**	**(68.532)**

(i) Refere-se a saldo de prejuízos fiscais e base negativa não contabilizados.

(ii) Refere-se a saldos de prejuízos fiscais não contabilizados.

21. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$3.395.744 em 31 de dezembro de 2019 (R$3.395.744 em 31 de dezembro de 2018), representado por 399.742.799 ações ordinárias nominativas.

O Conselho de Administração da Companhia está autorizado a aumentar o capital social, independentemente de Assembleia Geral ou reforma estatutária, até o limite de 750.000.000 de ações ordinárias nominativas, para distribuição no País e/ou exterior, sob a forma pública ou privada.

b) Ações em tesouraria

A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações para permanência em tesouraria e, posteriormente, cancelamento ou alienação.

Tendo em vista o disposto no artigo 8º da Instrução CVM nº 10/80, especificou-se o seguinte:

(i) O objetivo da Companhia é adquirir suas ações para mantê-las em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à aplicação de recursos disponíveis para investimentos, a fim de maximizar valor para os acionistas.

(ii) A quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado é de 281.238.496 ações ordinárias, conforme informado pela instituição depositária em 31 de dezembro de 2019 (261.332.470 em 31 de dezembro de 2018).

Programa de recompra de ações / cancelamento de ações

A cotação das referidas ações, em 31 de dezembro de 2019, era de R$29,69, valor de mercado expresso em reais (R$15,47- valor expresso em reais, em 31 de dezembro de 2018) por ação. O valor de mercado é obtido usando como referência a cotação das ações da Companhia na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão - Novo Mercado.

O saldo, em 31 de dezembro de 2019, pode ser assim demonstrado:

Posição	Quantidade	Valor da aquisição	Valor médio na aquisição	Valor de mercado
Saldo em 31/12/2018	**15.585.694**	**196.598**	**12,61**	**241.111**
Plano 2013 - 5 anos	(202.293)	(2.552)	-	(3.128)
Plano 2014 - 5 anos	(66.906)	(844)	-	(1.435)
Saldo em 31/12/2019	**15.316.495**	**193.202**	**12,61**	**454.747**

c) Outras reservas

São representadas por gastos com emissão de ações e movimentações em transações de capital. As reservas de capital são majoritariamente explicadas pela aquisição de participações minoritárias em sociedades que já eram consolidadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

d) Dividendos intermediários

Em 4 de julho de 2019 foi aprovado por unanimidade de votos dos membros presentes na reunião do Conselho de Administração, nos termos do artigo 27 alíneas "n" do estatuto social da Companhia, a distribuição de dividendos intermediários à título de reservas de lucro no montante total de R$300.000. O pagamento ocorreu em 31 de julho de 2019 aos titulares de ações da Companhia em 10 de julho de 2019.

Em 05 de dezembro de 2019 foi aprovado por unanimidade de votos dos membros presentes na reunião do Conselho de Administração, nos termos do artigo 27 alíneas "n" do estatuto social da Companhia, a distribuição de dividendos intermediários à título de reservas de lucro no montante total de R$400.000. Programados e disponibilizados em 20 de dezembro de 2019 aos titulares de ações da Companhia.

e) Destinação do lucro líquido do exercício

O Lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatútaria, terá a seguinte:

- 5% para a reseva legal, até o limite de 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação para a reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

	2019	2018
Lucro Líquido Atribuído aos acionistas da controladora	**415.841**	**(84.364)**
Constituição da reserva legal - %	5%	5%
(-) Reserva Legal	**20.792**	**-**
(=) Base de cálculo sobre o Lucro Líquido	**395.049**	**(84.364)**
Dividendo mínimo estatutário - %	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório sobre Lucro Líquido	**98.762**	**-**
Total de Dividendos a Pagar	**98.762**	**-**
Total destinado à reserva de lucros	**296.287**	**(84.364)**

f) Reserva de Lucros (Expansão)

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após constituição de reserva legal e da preposição de dividendos, no montante de R$ 296.287, foi transferido para a rubrica "Reserva para expansão", conforme artigo 40 do Estatuto Social, a reserva para expansão será utilizada para investimento na própria Companhia, afim de financiar as suas atividades, cumprindo o plano de negócios de crescimento previsto pela adminsitração para o exercício de 2020.

g) Outras Mutações

O saldo nessa rubrica é substancialmente representado pelas movimentações de aumentos e ou reduções na participação de acionistas não controladores.

22. Benefícios a Diretores e Empregados

Os benefícios aos empregados e administradores são todos na forma de remuneração paga, a pagar, ou proporcionada pela Companhia, ou em nome dela, em troca de serviços que lhes são prestados.

a) Benefícios pós-aposentadoria

A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada para seus empregados, porém efetuam contribuições mensais com base na folha de pagamento de previdência social, as quais são lançadas em despesas pelo regime de competência.

b) Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PLR

A Companhia e demais empresas do Grupo possuem programa de participação de empregados nos resultados, conforme acordo coletivo com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Cons-

continua...

CONTINUAÇÃO

**CYRELA BRAZIL REALTY S.A.
EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES**

abrasca Companhia Associada — AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES — EMPRESA AMIGA DA CRIANÇA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

trução Civil de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2019, a provisão é de R$18.000 (R$9.000 em 31 de dezembro de 2018), registrada no resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas" e no passivo "Salários, encargos sociais e participações", com base nos indicadores e parâmetros definidos no acordo firmado e projeções de resultados.

c) Programa de opção de compra de ações - "stock options"

A Companhia possui contratos de ourtoga de opção de compras de ações em período de vesting.

A apuração dos valores e o registro contábil das opções de ações ("stock options") estão de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 650/10 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 (R1)).

As quantidades de opções de ações outorgadas, prazos de carência e exercício, aprovados em Assembleia de Acionistas da Companhia, estão comentados a seguir:

Quantidades, valores e prazos dos planos

	Planos outorgados em:						
	2007	**2008**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	
Data das outorgas	17/05/2007 08/10/2007 01/10/2009 01/12/2010 01/02/2011 01/08/2012 02/09/2013	29/04/2008	28/03/2013 02/05/2013 01/10/2013 12/12/2013	02/05/2014	10/08/2015	01/10/2016	
Prazo de carência para exercício	05 (cinco) anos	05 (cinco) anos	5 (cinco) anos 3 (três) anos 2 (dois) anos	05 (cinco) anos 03 (três) anos	05 (cinco) anos	05 (cinco) anos	
Vencimento para exercício	17/05/2012 08/10/2012 01/10/2014 01/12/2015 01/02/2016 01/08/2017 02/09/2018	28/04/2013	30/05/2015 30/04/2016 30/03/2018 12/12/2018	02/05/2017 02/05/2019	10/08/2020	01/10/2021	
Preço médio de exercício	R$ 0,01	R$ 0,01	R$ 0,01	R$ 0,01	R$ 0,01	R$ 0,01	
Quantidade em 31/12/2017	**66.269**	**417**	**1.929.609**	**207.959**	**77.600**	**200.000**	**2.481.854**
Reativadas	-	-	-	-	-	-	**-**
Ações exercídas	(66.269)	-	(1.306.026)	(77.600)	-	-	**(1.449.895)**
Ações canceladas	-	(417)	(421.290)	-	-	-	**(421.707)**
Quantidade em 31/12/2018	**-**	**-**	**202.293**	**130.359**	**77.600**	**200.000**	**610.252**
Reativadas	-	-	-	-	-	-	**-**
Ações exercídas	-	-	(202.293)	(66.906)	-	-	**(269.199)**
Ações canceladas	-	-	-	(63.453)	-	(200.000)	**(263.453)**
Quantidade em 31/12/2019	**-**	**-**	**-**	**-**	**77.600**	**-**	**77.600**

O valor de mercado de cada opção de ação é estimado na data da outorga, usando o modelo "Black-Scholes" de precificação de ações, o qual usa como premissas básicas o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco.

Os montantes das amortizações registradas como despesa, nas demonstrações financeiras, em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia, desde a data da outorga até 31 de dezembro de 2019, estão descritos a seguir:

Plano	Preço Médio de Exercício	Data da Outorga	Despesa Acumulada até 2019	Despesa Acumulada até 2018
2006	14,60	04/05/2006	2.744	2.744
2007	0,01	17/05/2007 08/10/2007 01/10/2009 01/12/2010 01/02/2011 01/08/2012 02/09/2013	78.492	78.492
2008	0,01	29/04/2008	22.457	22.457
2011	0,01	11/08/2011	3.794	3.794
2012	0,01	02/05/2012	5.029	5.029
2013	0,01	28/03/2013 02/05/2013 01/10/2013 12/12/2013	32.880	32.880
2014	0,01	02/05/2017 02/05/2019	5.694	5.592
2015	0,01	10/08/2015	442	340
2016	0,01	01/09/2016	780	780
Total			**152.313**	**152.108**

23. Instrumentos Financeiros

a) Resumo dos principais instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de moeda e de taxa de câmbio e de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

	Controladora		Consolidado		
	2019	**2018**	**2019**	**2018**	**Classificação**
Ativos Financeiros	**1.289.492**	**1.314.345**	**4.118.323**	**3.804.658**	
Caixa e equivalentes de caixa	5.828	1.040	212.437	173.830	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	832.824	871.618	1.448.061	1.374.827	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	2.170	-	2.670	-	Custo amortizado
Contas a receber	8.997	11.318	2.069.474	1.948.816	Custo amortizado
Créditos a receber com partes relacionadas	434.030	425.774	368.995	289.000	Custo amortizado
Contas-correntes com parceiros nos empreendimentos	5.643	4.595	16.687	18.185	Custo amortizado
Passivos Financeiros	**2.125.132**	**1.628.460**	**3.353.113**	**2.988.940**	
Empréstimos e financiamentos	540.622	827.325	936.686	1.615.836	Custo amortizado
Debêntures	153.860	153.709	159.105	158.401	Custo amortizado
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	1.299.416	524.387	1.408.484	597.251	Custo amortizado
Contas a pagar por aquisição de imóveis	2.516	65.104	557.067	420.128	Custo amortizado
Fornecedores de bens e serviços	29.110	17.521	134.825	121.887	Custo amortizado
Obrigações a pagar com partes relacionadas	99.608	40.414	110.647	29.384	Custo amortizado
Contas-correntes com parceiros nos empreendimentos	-	-	46.299	46.053	Custo amortizado

b) Análise de sensibilidade para os ativos e passivos financeiros

Ativos Financeiros

A partir do cenário provável para o CDI acumulado para os próximos 12 meses, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50%, para os ativos financeiros. Definiu-se a taxa provável para o CDI acumulado para os próximos 12 meses de 4,15% ao ano com base nas taxas referenciais de "swap" pré x DI de um ano divulgadas pela BM&FBOVESPA e cenários alternativos considerando o CDI de 3,11% ao ano e 2,08% ao ano. Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade dos títulos e valores mobiliários aos cenários para as remunerações médias mensais, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2019. Para os casos em que o fator de risco é a variação da taxa do dólar norte-americano, a partir do cenário para os próximos 12 meses, de R$4,00, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50%, considerando o dólar norte-americano a R$3,00 e R$2,00, respectivamente.

A partir do cenário provável para o IGPM acumulado para os próximos 12 meses, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50%, para a carteira performada do contas a receber. Definiu-se a taxa provável para o IGPM acumulado para os próximos 12 meses de 4,36% ao ano com base no relatório divulgado pelo Santander e cenários alternativos considerando o IGPM de 3,27% ao ano e 2,18% ao ano. As carteiras performadas possuem juros contratuais de 12% ao ano.

A partir do cenário provável para o INCC acumulado para os próximos 12 meses, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50%, para a carteira não performada do contas a receber. Definiu-se a taxa provável para o INCC acumulado para os próximos 12 meses de 4,25% ao ano com base no relatório divulgado pelo Santander e cenários alternativos considerando o INCC de 3,19% ao ano e 2,12% ao ano.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas de fonte externa.

Operações Financeiras	Posição 2019	Fator de Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
Fundos de investimentos exclusivos	762.050	CDI	4,20%	3,15%	2,10%
Receita projetada			32.001	24.001	16.001
Fundo de investimentos diversos	71.059	CDI	7,73%	5,79%	3,86%
Receita projetada			5.490	4.118	2.745
Certificado de depósito bancário	265.186	CDI	3,11%	2,33%	1,56%
Receita projetada			8.256	6.192	4.128
Letras Financeiras	39.544	CDI	4,66%	3,49%	2,33%
Receita projetada			1.841	1.381	920
Certificados de Créditos Imobiliários - Sêniores	2.170	CDI	5,81%	4,36%	2,91%
Receita projetada			126	95	63
Outros	385.323	IGPM	4,36%	3,27%	2,18%
Receita projetada			16.800	12.600	8.400
	1.525.332		**64.515**	**48.386**	**32.257**

Contas a Receber	Posição 2019	Fator de Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
Carteira performada (i)	1.102.434	IGPM	4,36%	3,27%	2,18%
Receita projetada			48.110	36.082	24.055
Carteira não performada (i)	1.346.480	INCC	4,25%	3,19%	2,12%
Receita projetada			57.187	42.890	28.594
	2.448.914		**105.297**	**78.973**	**52.648**

(i) Saldo antes da provisão para risco de crédito e prestação de serviço.

Passivos Financeiros

A Companhia possui valores mobiliários (debêntures e CRIs) em valor total de R$1.567.590, bruto dos gastos de emissão, que são remuneradas com as taxas de juros de 100% a 108% do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do endividamento atrelado ao CDI, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição passiva na data-base 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes. Definiu-se a taxa provável para o CDI acumulado para os próximos 12 meses de 4,15% ao ano, com base nas taxas referenciais de "swap" pré x DI de um ano divulgadas pela BM&FBOVESPA, o que equivale aos cenários possíveis listados a seguir. A partir da taxa provável para o CDI, foram definidos cenários com deteriorações com a taxa média de 5,19% ao ano e 6,23% ao ano para os próximos 12 meses. Calculou-se a sensibilidade das despesas financeiras aos cenários para o risco de variação do CDI, a partir dos saldos existentes em 31 de dezembro de 2019, bruto dos gastos com emissão, conforme destacado a seguir:

Operações Financeiras	Posição 2019	Fator de Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures CYMA 01	5.245	IPCA	3,39%	4,23%	5,08%
Despesa projetada			178	222	266
Debêntures CYRE 10	153.951	CDI	4,23%	5,29%	6,35%
Despesa projetada			6.512	8.140	9.768
CRI - 1ª Emissão	43.374	CDI	4,45%	5,56%	6,68%
Despesa projetada			1.930	2.413	2.895
CRI - 7ª Emissão	30.059	CDI	4,32%	5,40%	6,48%
Despesa projetada			1.299	1.623	1.948
CRI - 8ª Emissão	391.210	CDI	4,23%	5,29%	6,35%
Despesa projetada			16.548	20.685	24.822
CRI - 4ª Emissão - 102ª série	30.246	CDI	5,40%	6,75%	8,10%
Despesa projetada			1.633	2.042	2.450
CRI - 4ª Emissão - 103ª série	71.702	CDI	9,36%	11,70%	14,04%
Despesa projetada			6.711	8.389	10.067
CRI - 1ª Emissão - 134ª série	88.269	CDI	9,36%	11,70%	14,04%
Despesa projetada			8.262	10.327	12.393
CRI- 1ª Emissão - 211ª série	101.260	CDI	4,15%	5,19%	6,23%
Despesa projetada			4.202	5.253	6.303
CRI- 1ª Emissão - 212ª série	617.460	CDI	4,15%	5,19%	6,23%
Despesa projetada			25.625	32.031	38.437
CRI - 1ª Emissão - 236ª série	50.233	CDI	4,15%	5,19%	6,23%
Despesa projetada			2.085	2.606	3.127
	1.583.009		**74.985**	**93.731**	**112.477**

A dívida assumida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES possui remuneração de 3,78% ao ano, acrescida à TJLP. Com o intuito de verificar a sensibilidade do endividamento atrelada à TJLP, fatores de risco de taxas de juros às quais a Companhia possuía exposição passiva na data-base 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes, tendo sido utilizada a TJLP de 4,11% ao ano para o cenário provável. A partir dele, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50% e recalculou-se a taxa anual aplicada a esses financiamentos.

A Companhia possui empréstimos em moeda nacional que são remunerados com as taxas de juros de 104% a 110% do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do endividamento atrelado ao CDI, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição passiva na data-base 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes. Definiu-se a taxa provável para o CDI acumulado para os próximos 12 meses de 4,15% ao ano, com base nas taxas referenciais de "swap" pré x DI de um ano divulgadas pela BM&FBOVESPA. A partir da taxa provável para o CDI, foram definidos cenários com deteriorações com a taxa média de 5,19% ao ano e 6,23% ao ano para os próximos 12 meses. Calculou-se a sensibilidade das despesas financeiras aos cenários para o risco de variação do CDI, a partir dos saldos existentes em 31 de dezembro de 2019, o que equivale aos cenários possíveis listados.

Os financiamentos para a construção de imóveis estão sujeitos a juros de 7,97% ao ano em média, indexados pela TR. A TR futura (12 meses) com base na projeção para a TR de um ano, o que equivale ao cenário provável de TR de 0,00% ao ano. Tendo em vista que a projeção para TR é nula, não há análise de sensibilidade a ser feita.

Abaixo estão as análises da dívida do BNDES, empréstimos nacionais e de financiamento.

Operações Financeiras	Posição 2019	Fator de Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
BNDES	71.997	TJLP	8,05%	9,11%	10,18%
Despesa projetada			5.796	6.559	7.329
Empréstimo nacionais	557.294	CDI	4,53%	5,67%	6,80%
Despesa projetada			25.245	31.599	37.896
Financiamento de obra	336.242	TR	8,12%	8,12%	8,12%
Despesa projetada			27.303	27.303	27.303
	965.533		**58.344**	**65.461**	**72.528**

c) Operação com instrumento financeiro derivativo

De acordo com a Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica informações sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pela Companhia como forma de gerenciamento dos riscos de mercado relacionados à taxa de juros, principalmente para os empréstimos de modalidade CCB que são prefixados.

(i) Swap de fluxo de caixa

Essa modalidade de "swap" proporciona o pagamento de diferencial de juros durante a vigência do contrato, em intervalos periódicos (fluxo constante).

A Companhia possui operações de swap abaixo, no qual tem a posição ativa em taxas pré-fixadas e como contrapartida passiva os percentuais do CDI, sendo a amortização do valor principal de acordo com os vencimentos da dívida à qual os contratos estão atrelados.

Operações Financeiras	Valor Original	Contratação	Vencimento	Ponta Ativa	Ponta Passiva	2019	2018
Swap de fluxo de caixa vinculado a captação	200.000	junho/16	maio/19	10,52% a.a.	85,03% CDI	-	3.705
Swap de fluxo de caixa vinculado a captação	145.439	fevereiro/16	fevereiro/19	10,59% a.a.	71,86% CDI	-	4.358
Swap de fluxo de caixa vinculado a captação	164.013	dezembro/17	fevereiro/22	8,30% a.a	88,70% CDI	7.244	4.098
Swap de fluxo de caixa vinculado a captação	65.000	junho/18	novembro/19	8,90% a.a.	107,00% CDI	-	1.128
Swap de fluxo de caixa vinculado a captação	3.800	junho/18	abril/20	8,50% a.a	102,26% CDI	-	86
Swap de fluxo de caixa vinculado a captação	20.498	junho/18	novembro/19	9,20% a.a	105,05% CDI	44	337
Swap de fluxo de caixa vinculado a captação	14.000	junho/18	maio/20	8,70% a.a	102,24% CDI	150	321
Swap de fluxo de caixa vinculado a captação	93.500	outubro/18	julho/22	8,25% a.a	79,30% CDI	7.386	3.750
Swap de fluxo de caixa vinculado a captação	332.949	fevereiro/19	setembro/23	8,26% a.a	105,56% CDI	13.083	-
						27.907	**17.784**

d) Considerações sobre riscos e gestão de capital

Os principais riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

(i) Risco de mercado

O risco de mercado está atrelado as flutuações no valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro num mercado ativo. Os preços de mercado são afetados, principalmente, pela variação na taxa de juros (inflação) e pela flutuação da moeda estrangeira. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem títulos e valores mobiliários, contas a receber, contas a pagar, empréstimos a pagar, instrumentos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos

- Risco de taxa de juros: os resultados da Companhia e de suas controladas estão sujeitos a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e dívidas, e contas a receber de clientes.
- Risco de distratos de clientes: A Companhia aplica com eficiência suas políticas de análise de crédito visando a garantia do crédito ao final da obra e repasse definitivo do cliente ao banco. Apesar disso, há clientes que procuram a Companhia buscando distratar seus respectivos contratos de promessa de compra e venda.
- Risco de moeda: a Companhia mantém operações em moedas estrangeiras que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações dessas moedas. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia não apresentava saldo de empréstimos em moeda estrangeira. Os títulos e valores mobiliários em moeda estrangeira apresentavam saldo de R$6.665 em 31 de dezembro de 2019 (R$7.662 em 31 de dezembro de 2018), sendo essa exposição protegida por recebíveis futuros, em dólares norte-americanos, de empreendimento imobiliário já entregue realizado na Argentina.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em instrumentos financeiros e contratos de compra e venda de imóveis, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente.

Adicionalmente, a Administração realiza análises periódicas, a fim de identificar se existem evidências objetivas que indiquem que os benefícios econômicos associados à receita apropriada poderão não fluir para a entidade. Exemplos: (i) atrasos no pagamento das parcelas; (ii) condições econômicas locais ou nacionais desfavoráveis; entre outros. Caso existam tais evidências, a respectiva provisão para perda com créditos duvidosos é registrada. O montante a ser registrado nesta provisão considera que o imóvel será recuperado pela Companhia, que eventuais montantes poderão ser retidos quando do pagamento das indenizações aos respectivos promitentes compradores, entre outros.

(iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude das diferentes moedas e dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
(+) Dívida atualizada (principal): (i)	2.007.959	1.507.829	2.514.381	2.369.141
(-) Caixa e equivalentes de caixa, e títulos e valores mobiliários:	(840.822)	(872.658)	(1.663.167)	(1.548.658)
	1.167.137	**635.171**	**851.214**	**820.483**

(i) Composta por empréstimos e financiamentos, debêntures e CRIs, bruto dos gastos com emissão.

(iv) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um "rating" de crédito adequado perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada essa estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos e emissões de debêntures.

24. Lucro (Prejuízo) Bruto

Apresentamos a seguir a composição da receita líquida e dos custos relacionados às receitas, apresentada na demonstração do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Receita bruta				
Incorporação e revenda de imóveis	11.018	1.879	3.867.086	3.156.039
Loteamento	305	1.450	34.904	51.958
Locação de imóveis	-	-	-	-
Provisão para Distrato	-	-	105.628	-
Prestação de serviços e outras	6.071	3.896	25.100	23.331
	17.394	**7.225**	**4.032.717**	**3.231.328**
Deduções da receita bruta	(2.013)	(1.676)	(101.895)	(85.171)
Receita líquida	**15.381**	**5.550**	**3.930.822**	**3.146.157**
Custo das vendas e serviços realizados				
Dos imóveis vendidos	(11.744)	(2.764)	(2.612.140)	(2.271.891)
Loteamento	148	-	(20.365)	(21.620)
Provisão para Distrato	-	-	(67.551)	-
Da prestação de serviços	-	461	(15.054)	(17.719)
	(11.596)	**(2.304)**	**(2.715.109)**	**(2.311.230)**
	3.785	**3.246**	**1.215.713**	**834.927**

25. Despesas com Vendas

Os principais gastos incorridos nos períodos podem ser apresentados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Estande de vendas	-	(25)	(97.338)	(81.452)
Propaganda e publicidade (mídia)	(138)	(527)	(93.481)	(65.123)
Serviços profissionais	(5.380)	(1.478)	(77.605)	(73.979)
Manutenção de estoque pronto	(691)	(34)	(57.857)	(68.344)
Outras despesas comerciais (i)	(130)	(30)	(55.724)	(43.897)
	(6.339)	**(2.094)**	**(382.005)**	**(332.795)**

(i) Refere-se à despesas apropriadas de comissão de vendas, salários e outras despesas das empresas de venda do Grupo.

26. Despesas Gerais E Administrativas

Os principais gastos incorridos nos exercícios podem ser assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Salários e Encargos	(39.723)	(38.190)	(113.939)	(106.417)
Participação de empregados e administradores (PLR)	(11.839)	(29)	(15.631)	(6.569)
Despesa com opções em ações (stock options)	3.066	4.346	3.066	4.346
Serviços de Terceiros	(29.210)	(26.784)	(89.763)	(90.847)
Aluguel, utilidades e viagens	(12.367)	(12.646)	(25.773)	(27.948)
Indenizações para riscos diversos (i)	(4.043)	(1.775)	(94.928)	(87.732)
Outras despesas administrativas	(19.552)	(24.984)	(51.337)	(49.570)
	(113.669)	**(100.062)**	**(388.305)**	**(364.737)**

(i) Conforme nota explicativa 19.

27. Resultado Financeiro

Os principais gastos e receitas incorridas nos períodos podem ser apresentados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Despesas financeiras:				
Juros do sistema financeiro da habitação (SFH)	(4.474)	-	(27.706)	(78.301)
Juros de empréstimos nacionais e estrangeiros	(99.067)	(85.954)	(109.490)	(97.576)
Capitalização de juros	4.474	3.161	13.161	49.467
Variações monetárias	(630)	(280)	(1.273)	(1.743)
Despesas bancárias	(2.529)	(6.115)	(9.352)	(11.695)
Descontos Concedidos	(1)	-	(45)	(6)
Outras despesas financeiras	(11.488)	(7.783)	(15.223)	(11.034)
	(113.715)	**(96.971)**	**(149.929)**	**(150.888)**
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicação financeira	77.011	74.425	114.419	101.263
Variações monetárias	4.280	2.423	13.952	18.368
Descontos Obtidos	-	343	496	704
Juros Ativos Diversos	23.278	41.172	26.469	24.171
Outras receitas financeiras	28.819	33.803	32.187	36.304
Cofins/Pis sobre Receitas Financeiras	(6.026)	(6.822)	(7.001)	(7.804)
	127.363	**145.344**	**180.522**	**173.006**
Resultado Financeiro	**13.648**	**48.373**	**30.594**	**22.118**

28. Lucro (Prejuízos) por Ação

Os lucros (prejuízos) básicos e diluídos por ação estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2019	**2018**
Lucro (Prejuízo) diliuído por ação:		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	415.841	(84.364)
Número total de ações (-) tesouraria (ações em milhares)	384.426	254.943
Lucro (prejuízo) básico por ação - em R$	1,08172	(0,33091)
Lucro (prejuízo) diluído por ação:		
Lucro (prejuízo) líquido do período	415.841	(84.364)
Média ponderada de ações em circulação (ações em milhares)	384.426	254.943
Efeito das opções de compra de ações outorgadas (ações em milhares)	78	610
Média ponderada de ações em circulação - diluído	384.504	255.553
Lucro (prejuízo) diluído por ação - em R$	1,08150	(0,33012)

29. Informações por Segmento

a) Critério de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia definiu a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia o negócio. Os segmentos operacionais apresentados nas demonstrações financeiras são demonstrados a seguir:

(i) Atividade de incorporação.

(ii) Atividade de prestação de serviços.

O segmento de incorporação contempla a venda e revenda de imóveis e também a atividade de loteamentos e está subdividida, conforme apresentado a seguir:

(i) Cyrela: estão classificados os empreendimentos definidos pelo Comitê de Lançamentos como alto padrão e luxo, tanto da controladora como das "joint ventures".

(ii) Living : estão classificados os empreendimentos definidos pelo Comitê de Lançamentos como Living, tanto da controladora como das "joint ventures".

(iii) MCMV : estão classificados os empreendimentos definidos pelo Comitê de Lançamento como "Minha Casa, Minha Vida", tanto da controladora como das "Joint ventures". Até 2018, segmento era consolidado na Living. Devido a representatividade passamos a apresentar segregado.

As informações sobre as atividades de loteamento e prestação de serviços estão sendo apresentadas nesta nota explicativa com o termo "Demais".

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado 2019					
	Cyrela	**Living**	**MCMV**	**Demais**	**Corporativo**	**Total**
Receita líquida	1.844.617	1.257.304	811.625	17.274	-	3.930.822
Custo das vendas e serviços	(1.289.587)	(866.336)	(545.301)	(13.885)	-	(2.715.109)
Lucro bruto	**555.030**	**390.969**	**266.324**	**3.389**	**-**	**1.215.712**
-						
Despesas operacionais	(299.131)	(135.068)	(148.359)	(48.416)	5.158	(625.816)
Lucro/(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**255.899**	**255.900**	**117.966**	**(45.027)**	**5.158**	**589.896**
Ativo Total	**4.151.644**	**1.988.058**	**856.905**	**91.588**	**2.899.582**	**9.987.778**
Passivo Total	**1.149.702**	**490.537**	**392.044**	**172.702**	**2.607.349**	**4.812.334**
Patrimônio Líquido	**3.001.942**	**1.497.521**	**464.861**	**(81.114)**	**292.233**	**5.175.444**

	Consolidado 2018				
	Cyrela	**Living+MCMV**	**Demais**	**Corporativo**	**Total**
Receita líquida	1.645.612	1.352.552	147.993	-	3.146.157
Custo das vendas e serviços	(1.243.661)	(974.779)	(92.790)	-	(2.311.230)
Lucro bruto	**401.950**	**377.773**	**55.203**	**-**	**834.927**
Despesas operacionais	(250.130)	(204.740)	(63.863)	(263.752)	(782.486)
Lucro/(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**151.820**	**173.033**	**(8.660)**	**(263.752)**	**52.442**
Ativo Total	**3.982.314**	**2.773.873**	**90.555**	**2.982.526**	**9.829.268**
Passivo Total	**1.451.214**	**904.079**	**146.648**	**1.789.518**	**4.291.459**
Patrimônio Líquido	**2.531.100**	**1.869.794**	**(56.093)**	**1.193.008**	**5.537.809**

Os valores apresentados como corporativo envolvem, substancialmente, despesas da unidade corporativa não alocadas aos demais segmentos.

c) Informações sobre principais clientes

A Companhia e suas investidas não possuem clientes que concentrem participação relevante (acima de 10%) em seus empreendimentos e que afetem os resultados operacionais.

30. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros, como indicados a seguir, para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

a) Risco de engenharia:

(i) Básica - R$3.251: acidentes (causa súbita e imprevista) no canteiro de obra tais como: danos da natureza ou de força maior, ventos, tempestades, raios, alagamento, terremoto etc., danos inerentes a construção, emprego de material defeituoso ou inadequado, falhas na construção e desmoronamento de estruturas.

(ii) Projetos - R$3.251: cobre danos indiretos causados por possíveis erros de projeto.

(iii) Outras - R$3.015: referem-se a despesas extraordinárias, desentulho, tumultos, greves e cruzadas com fundações, entre outros.

b) "Stand" de vendas: incêndio - R$32, roubo - R$1 e outros riscos - R$8.

c) Garantias contratuais: R$1.684.

d) Riscos de danos físicos aos imóveis hipotecados: R$56.

e) Riscos de construção: responsabilidade civil - R$364.

f) Responsabilidade Civil sobre ações de Diretores e Gestores - R$181.

31. Eventos Subsquentes

Em fevereiro de 2020, a Companhia apresentou Fato Relevante informando o envio, pela Cury Construtora e Incorporadora S.A., do pedido de registro como emissora de valores mobiliários, categoria "A", de oferta pública inicial de distribuição primária e secundária das ações de sua emissão à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado e à B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão – B3, pedido de listagem de suas ações para adesão ao segmento especial de governança corporativa, denominado Novo Mercado. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o coronavirus (COVID-19) como pandemia, com o vírus se alastrando rapidamente e deixando infectados ao redor do mundo. A Companhia está monitorando de perto todas as evoluções e tomando medidas mitigatórias para garantir a segurança de todos os seus stakeholders.

32. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração em 12 de março de 2020.

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria da Companhia declarou que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2019.

Declaração para fins do Artigo 25, §1°, inciso V, da Instrução CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua do Rócio, nº 109, 2º andar, sala 1, parte, CEP 04552-000, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.178.600/0001-18 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia (KPMG Auditores Independentes) referentes às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 12 de março de 2020.

A Diretoria

Declaração para fins do Artigo 25, §1°, inciso VI, da Instrução CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua do Rócio, nº 109, 2º andar, sala 1, parte, CEP 04552-000, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.178.600/0001-18 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 12 de março de 2020.

A Diretoria

Declaração para fins do Artigo 25, §1°, inciso III, da Instrução CVM nº 480/09

O Conselho Fiscal da CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES ("Companhia"), no exercício da competência prevista no artigo 163 da Lei 6.404/76, em reunião realizada nesta data, após o exame do (i) Relatório Anual da administração do exercício de 31.12.2019, (ii) das Demonstrações Financeiras de 31.12.2019; e (iii) da Proposta de Distribuição de Dividendos, conclui, com base nos exames efetuados e considerando ainda o Parecer dos Auditores Independentes, o qual não contém ressalvas, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e que estão em condições de serem apresentadas ao Conselho de Administração.

São Paulo, 12 de março de 2020.

Conselheiros Fiscais

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO — **A DIRETORIA** — **Juliano Natali** - Contador - CRC 1SP 279451/O-7

continua...

CONTINUAÇÃO

CYRELA BRAZIL REALTY S.A.
EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

CYRELA

CYRE3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL · abrasca Companhia Associada · AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES · EMPRESA AMIGA DA CRIANÇA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações - *São Paulo - SP*

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1(i), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento da administração da Companhia quanto a aplicação do CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15), alinhado com aquele manifestado pela CVM no Ofício circular CVM/SNC/SEP n.º 02/2018. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita - estimativa dos custos de construção e percentual de conclusão da obra ("POC")

Notas explicativas 2.1(i), 2.3.1(i) e 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

A Companhia e suas controladas efetuam o reconhecimento de suas receitas oriundas de vendas de unidades imobiliárias em construção com base no Porcentual de Conclusão ("POC" – "Percentage of completion") dos respectivos empreendimentos e unidades imobiliárias comercializadas. A determinação do estágio de conclusão das unidades imobiliárias e seus respectivos custos a incorrer, os quais são utilizados na determinação do montante de receitas a serem reconhecidas, requer da Companhia e suas controladas um alto grau de julgamento. Devido ao volume de transações, os julgamentos envolvidos nas estimativas dos custos a incorrer, estágio de conclusão das unidades imobiliárias e o potencial impacto desses assuntos sobre o reconhecimento de receita nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos esse como principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e os controles chaves implementados pela Companhia e suas controladas no processo de determinação do estágio de conclusão das respectivas unidades imobiliárias e da determinação das estimativas de custos. Por meio de amostragem, inspecionamos as formalizações das aprovações dos orçamentos das obras em andamento com as respectivas aprovações internas. Confrontamos, também, por amostragem, o valor dos custos incorridos com a respectiva documentação comprobatória. Apuramos as variações ocorridas no custo orçado durante o exercício, dentro de um determinado parâmetro, e obtivemos as explicações sobre asas variações. Adicionalmente, confrontamos os índices utilizados pela Companhia no cálculo da atualização das estimativas de custos a incorrer, com os respectivos índices de mercado. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas pela Companhia nas suas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a receita reconhecida e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos ativos ("impairment") – estoques imobiliários e contas a receber

Notas explicativas 2.3.5, 2.3.6 (i), 5 e 6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

A Companhia e suas controladas possuem um volume significativo de unidades imobiliárias em diversas fases de desenvolvimento e contas a receber por venda de unidades imobiliárias, controlados diretamente pela Companhia ou por meio de sociedades coligadas.

Qualquer mudança nas condições de mercado pode impactar o valor dos estoques imobiliários, o valor do contas a receber, provisão para distratos e os investimentos registrados pelo método da equivalência patrimonial das demonstrações financeiras. Como consequência, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Para os estoques concluídos e em construção, com base em amostragem, analisamos a documentação e as premissas que suportam a avaliação da Companhia e suas controladas quanto ao valor realizável líquido desses ativos, incluindo a comparação do valor de realização de ativos semelhantes.

Também com base em uma amostragem, avaliamos a consistência dos dados e premissas, utilizados nos demonstrativos de cálculo do valor recuperável dos terrenos elaborados pela Companhia e suas controladas, bem como, os planos de negócios e as devidas aprovações internas e comparamos o valor recuperável com o valor contábil dos terrenos.

Para o contas a receber, avaliamos os critérios e premissas utilizadas pela Companhia para o cálculo da recuperabilidade destes ativos. Em base de amostragem, inspecionamos os documentos que suportam estas avaliações.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas suas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos de estoques imobiliários e contas a receber, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7

BRAZIL REALTY - COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS

C.N.P.J.: 07.119.838/0001-48 - Companhia Aberta
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600 - 12º Andar - Parte - CEP 04538-132 - Itaim Bibi - São Paulo - Telefone: (011) 4502.3153

Relatório da Administração

Estratégia Operacional: Em 14 de setembro de 2004, a Brazil Realty – Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários ("Companhia") foi constituída com o objetivo de operar integralmente no mercado imobiliário, tendo como atividades a aquisição e securitização de créditos decorrentes de operações de financiamento imobiliário e a emissão e colocação de Certificados de Recebíveis Imobiliários com lastro em tais créditos, podendo emitir outros títulos de crédito, realizar negócios e prestar serviços compatíveis com as suas atividades. A Companhia obteve seu registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM no mês de maio de 2005, condição básica para o desenvolvimento dos negócios. Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") emitidos pela Companhia: (i) Em 14 de junho de 2011 emitiu a 1ª série da 1ª emissão no montante de R$ 270.000.000; (ii) Em 18 de maio de 2012 emitiu a 1ª série da 2ª emissão no montante de R$ 300.000.000; (iii) Em 07 de outubro de 2013 emitiu a 1ª série da 3ª emissão no montante de R$ 130.000.000; (iv) Em 24 de junho de 2014 emitiu a 1ª série da 4ª emissão no montante de R$ 50.000.000; (v) Em 30 de setembro de 2016 emitiu a 1ª série da 5ª emissão no montante de R$ 150.000.000; (vi) Em 06 de dezembro de 2016 emitiu as 1ª e 2ª séries da 6ª emissão no montante de R$ 200.000.000; (vii) Em 21 de dezembro de 2016 emitiu a 1ª série da 7ª emissão no montante de R$ 30.000.000; (viii) Em 09 de maio de 2018 emitiu a 1ª série da 8ª emissão no montante de R$ 390.000.000; (ix) Em 14 de agosto de 2018 emitiu as 1ª e 2ª séries da 9ª emissão no montante de R$ 110.000.000; (x) Em 07 de outubro de 2019 emitiu a 1ª série da 10ª emissão no montante de R$ 18.000.000. Resgates antecipados efetuados pela Companhia: (i) Em 2 de junho de 2014 efetuou o resgate parcial da 1ª série da 1ª emissão no montante de R$ 226.800.000; (ii) Em 10 de março de 2015 efetuou o resgate antecipado total da 1ª série da 3ª emissão no montante de R$ 130.000.000. Conforme eventos extraordinários relacionados acima e cronograma de pagamentos das operações, em 31 de dezembro de 2019 os CRI da Companhia totalizavam R$ 591.200.000. **Resultados e Patrimônio Líquido:** A Companhia encerrou o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019 com patrimônio líquido de R$ 9.561 (Nove Mil, quinhentos e sessenta e um reais), tendo sido destacado R$ 306.354 (Trezentos e seis mil e trezentos e cinquenta e quatro reais) de prejuízo. Em decorrência da estrutura operacional da Companhia, as despesas operacionais, estão sendo e serão custeadas pela acionista majoritária e controladora Cyrela, através de aportes de caixa, por meio de adiantamento para futuro aumento de capital. Dessa forma, garantindo a liquidez financeira e continuidade em suas atividades. **Perspectivas Operacionais:** A Companhia pretende manter o seu papel de suporte em operações de securitização da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações ("Cyrela"). Por pertencer ao mesmo grupo econômico da Cyrela, a Companhia poderá ter acesso a volumes significativos de créditos imobiliários que sejam originados por tais empresas e, observadas condições equitativas e de mercado nas operações a serem realizadas, a Companhia terá oportunidade de desenvolver um importante diferencial competitivo no segmento de incorporação. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que os auditores independentes da Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes, não prestaram à Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, outros serviços que não os de auditoria externa. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

São Paulo, 12 de março de 2020
A administração.

Balanço Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2019 (Em reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.072	14.190
Títulos e Valores Mobiliários	4	508.559	-
Contas a receber	5	-	15.194
Impostos e contribuições a compensar		-	-
Outros Ativos		-	77
Total do ativo circulante		518.631	29.461
Não Circulante			
Impostos e contribuições a compensar	6	3.954	2.185
Total do ativo não circulante		3.954	2.185
Total do Ativo		**522.585**	**31.646**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO/(PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota explicativa	2019	2018
Circulante			
Fornecedores	7	3.193	4.219
Impostos e contribuições a recolher		2.489	1.612
Outras Obrigações	17	492.992	-
Total do passivo circulante		498.674	5.831
Não Circulante			
Adiantamentos para futuro aumento de capital	8	14.350	223.500
Total do passivo não circulante		14.350	223.500
Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)			
Capital social	10.a)	614.879	101.279
(-) Capital a Integralizar		-	-
Lucro/(Prejuízos) acumulados		(605.318)	(298.964)
Total do patrimônio líquido/(Passivo a Descoberto)		9.561	(197.685)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)		**522.585**	**31.646**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados do Exercício para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em reais - R$)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita Bruta Operacional			
Prestação de Serviços		68.987	85.177
		68.987	85.177
Deduções da Receita Bruta		(9.830)	(12.138)
Receita Líquida Operacional		59.157	73.039
Lucro Bruto Operacional	12	59.157	73.039
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(85.949)	(83.061)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(3.009)	(78.415)
Lucro/(Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro		(29.801)	(88.437)
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	14	(278.285)	(210.855)
Receitas financeiras	14	1.732	328
		(276.553)	(210.527)
Lucro/(Prejuízo) do Exercício		(306.354)	(298.964)
Lucro/(Prejuízo) por Ação (Básico e Diluído)		(1,27650)	(0,72035)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Consumido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em reais R$)

	2019	2018
Receitas		
Venda de mercadorias, produtos e serviços	68.987	73.039
Outras Receitas	-	-
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(85.949)	(83.061)
Outros	(3.009)	(78.415)
	(88.958)	(161.476)
Valor Consumido Líquido pela Companhia	(19.971)	(88.437)
Valor Consumido em Transferências		
Despesas Financeiras	(278.285)	(210.855)
Receitas Financeiras	1.732	328
Valor Total Consumido em Transferências	(276.553)	(210.527)
Valor Consumido Total a Distribuir	(296.524)	(298.964)
Impostos, taxas e contribuições	9.830	-
Prejuízo do exercício	(306.354)	(298.964)
Valor Total Consumido	(296.524)	(298.964)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto) para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		1.042.522	(1.150.650)	(108.128)
Aumento de capital	9.a)	209.407	-	209.407
Redução de capital	9.a)	(1.150.650)	1.150.650	-
Lucro/(Prejuízo) do período		-	(298.964)	(298.964)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		101.279	(298.964)	(197.685)
Aumento de capital	9.a)	513.600	-	753.600
Redução de capital	9.a)	-	-	(240.000)
Lucro/(Prejuízo) do período		-	(306.354)	(306.354)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		614.879	(605.318)	9.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em reais - R$)

	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do exercício	(306.354)	(298.964)
Apropriação de despesas antecipadas	-	-
Demais Impostos e Contribuições	-	73.338
	(306.354)	(225.626)
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Títulos e Valores Mobiliários	(508.559)	-
Contas a Receber	15.194	(15.194)
Impostos e contribuições a compensar	(1.769)	-
Fornecedores	(1.026)	1.256
Impostos e contribuições a recolher	877	817
Outros Ativos e Passivos	493.069	(77)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(308.568)	(238.824)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	304.450	250.500
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	304.450	250.500
Aumento/(Redução) de Caixa e Caixa Equivalentes	(4.118)	11.676
Saldo inicial	14.190	2.514
Saldo final	10.072	14.190
Aumento/(Redução) de Caixa e Caixa Equivalentes	(4.118)	11.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em reais - R$)

	2019	2018
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	(306.354)	(298.964)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	(306.354)	(298.964)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019

(Em reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma).

1. Contexto Operacional: A Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários (Companhia) constituída em 14 de dezembro de 2004, por meio de Assembleia Geral de Constituição, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com o nº 01972-0, tem por atividade a aquisição e securitização de créditos decorrentes de operações de financiamento imobiliário, podendo emitir outros títulos de crédito, realizar negócios e prestar serviços compatíveis com suas atividades. A Companhia tem como principal atividade a aquisição de cédulas de créditos imobiliários e/ou cédulas de créditos bancários, e sua securitização através da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) para a Cyrela "Holding", suas coligadas e controladas. **1.1. Estratégia Operacional:** A Companhia possui operações com emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) ocorridas em: • 14 de junho de 2011: a colocação dos CRIs no mercado ocorreu pela oferta pública de 900 CRIs nominativos e escriturais, da 1ª série da 1ª emissão, com valor unitário de R$300.000, totalizando R$270.000.000. Em 2 de junho de 2014, a Companhia efetuou o resgate no montante de R$ 226.800.000 e R$43.200.000 permanecem com vencimento em 01 de junho de 2023, restando 144 CRIs nominativos e escriturais; • 21 de dezembro de 2016: a colocação dos CRIs no mercado ocorreu pela oferta pública de 30.000 CRIs nominativos e escriturais, da 1ª série da 7ª emissão, com valor unitário de R$ 1.000, totalizando R$ 30.000.000 com vencimento em 14 de dezembro de 2020; • 09 de maio de 2018: a colocação dos CRIs no mercado ocorreu pela oferta pública de 300.000 CRIs nominativos e escriturais, da 1ª série da 8ª emissão, com valor unitário de R$ 1.000. Em 31 de dezembro de 2019, já haviam sido integralizadas 390.000 CRIs, totalizando R$ 390.000.000 com vencimento em 09 de junho de 2022; • 14 de agosto de 2018: a colocação dos CRIs no mercado ocorreu pela oferta pública de 110.000 CRIs nominativos e escriturais, da 1ª e 2ª série da 9ª emissão, com valor unitário de R$ 1.000, totalizando R$ 110.000.000 com vencimento em 16 de agosto de 2022; • 07 de outubro de 2019: a colocação dos CRIs no mercado ocorreu pela oferta pública de 50.000.000 CRIs nominativos e escriturais, da 1ª série da 10ª emissão, com valor unitário de R$ 1.000. Em 31 de dezembro de 2019, já haviam sido integralizadas 18.000.000 CRIs, totalizando R$ 18.000.000 com vencimento em 12 de outubro de 2022. Conforme definido no Termo de Securitização, os CRIs da 1ª série da 1ª emissão contarão com garantia representada pela cessão fiduciária referente aos direitos creditórios oriundos da comercialização de unidades imobiliárias de empreendimentos de titularidade das cedentes fiduciantes, ou seja, da controladora Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações ("Cyrela") ou das investidas da Cyrela, e direitos e valores depositados pelos compradores das unidades imobiliárias, pelas cedentes fiduciantes ou pela Cyrela, em contas bancárias designadas especificamente para o recebimento de tais valores, nos termos do contrato de cessão fiduciária. O cálculo do índice de cobertura mínimo é realizado pela divisão entre: (a) o saldo das contas vinculadas multiplicado por fator de ponderação de 1,1, acrescido do montante de equivalente ao saldo devedor dos direitos creditórios imobiliários multiplicado por fator de ponderação equivalente a 1, e (b) o saldo devedor das obrigações garantidas na data do cálculo. O resultado da referida divisão deverá ser igual ou superior a 110%. Os CRIs da 1ª emissão têm como lastro os créditos imobiliários decorrentes de cédulas de crédito bancário ("CCB"), os CRI da 5ª e 6ª emissões têm como lastro os créditos imobiliários decorrentes de Debêntures de emissão da Cyrela e, os CRI da 7ª emissão têm como lastro os créditos imobiliários decorrentes de CCB de emissão da Plano & Plano, os CRI da 8ª emissão têm como lastro os créditos imobiliários decorrentes de Debêntures de emissão da Cyrela, os CRI da 9ª emissão têm como lastro os créditos imobiliários decorrentes de CCB de emissão da Cury Construtora e Incorporadora S/A e os CRI da 10ª emissão têm como lastro os créditos imobiliários decorrentes de CCB de emissão da Atrium Empreendimentos Imobiliários S.A. A Companhia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário. Os créditos imobiliários e a garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Companhia, e passarão a constituir patrimônio destinado exclusivamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs são admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), e no sistema bovespafix da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Em 31 de dezembro de 2019, os créditos vinculados à 1ª série da 1ª, 7ª, 8ª ,9ª e 10ª emissões, assim como da 2ª série da 9ª emissão de CRI permaneceram adimplentes. As despesas operacionais da Companhia estão sendo e serão custeadas pela acionista majoritária e controladora Cyrela. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis Adotadas: 2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras. i) Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil. A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão sendo evidenciadas, e somente ela, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **ii) Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis. Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão expressos em reais (R$), exceto quando indicado de outro modo. **iii) Informações por segmento:** A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de recebíveis imobiliários, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento. **2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. **2.3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas: 2.3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia classifica nessa categoria os saldos de caixa e de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujo vencimento seja inferior a 90 dias. **2.3.2. Títulos e Valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários podem incluir aplicações em certificados de depósitos bancários, títulos públicos emitidos pelo Governo Federal e fundos de investimentos. **2.3.3. Apuração do resultado:** Os custos e despesas são apurados e reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. **2.3.4. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** O imposto de renda e a contribuição social serão calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida de adicional de 10%), e a contribuição social pela alíquota de 9%, quando da existência de lucros tributáveis. A Companhia está sujeita a tributação de lucro real. **2.3.5. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem o caixa e equivalentes de caixa (classificados como ativo ao valor justo por meio do resultado), contas a receber e demais ativos (classificados como custo amortizado e anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis) e fornecedores (classificados como custo amortizado). A Companhia realizou operações de cessão de crédito de recebíveis imobiliários, para a emissão de CRIs, emitidos conforme o pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, não constituem obrigação contra a Companhia, estando registrados no passivo da controladora. **2.3.6. Resultado básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento. **2.4. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia não adotou as IFRSs novas e abaixo relacionadas:

IFRS	CPC	Tema	Vigência
IFRS 17	-	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2021

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não espera nenhum impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo no período de aplicação inicial. **3. Caixa e Equivalentes de Caixa:** A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa relativos a saldos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo era de R$ 10.072 (Em 31 de dezembro de 2018, o saldo era de R$ 14.190). **4. Títulos e Valores Mobiliários:** A companhia possui aplicações em fundo de investimento exclusivos administrados pelo Banco Safra e foram remunerados a uma taxa média de 103,35% do CDI. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo era de R$ 508.559. **5. Contas a Receber:** Refere-se integralmente à saldos com prestação de serviços, decorrente de operações financeiras, como emissão e transações de títulos securitizados no mercado e que serão recebidos futuramente (Em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R$ 15.194). **6. Impostos e Contribuições a Compensar:** Em 31 de dezembro de 2019, o saldo era de R$ 3.954 e refere-se substancialmente, a créditos a compensar de períodos anteriores, o prazo para repetição de indébito relativo a saldos negativos de IRPJ ou CSLL, é de cinco anos contados da data final no período de apuração a que se refere o crédito (Em 31 de dezembro de 2018, o saldo era de R$ 2.185). **7. Fornecedores:** Em 31 de dezembro de 2019, o saldo era de R$ 3.193 e refere-se, substancialmente, a gastos com serviços de custódia de títulos (Em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R$ 4.219). **8. Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital:** Representam adiantamentos para futuro aumento de capital, e tem perspectiva de ocorrerem na primeira alteração contratual, após o recebimento dos aportes ou no prazo mínimo de 120 dias, a partir do encerramento do exercício em que a sociedade tenha recebido tais recursos. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo era de R$ 14.350 (Em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R$ 223.500). **9. Remuneração dos Administradores:** Conforme determinado pela Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2019, que elegeu os administradores, não houve determinação de remuneração específica aos mesmos. A Companhia não incorreu em despesas de remuneração com administradores até o momento. **10. Patrimônio Líquido: a)** Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da companhia estava representado por 101.279 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal, equivalentes a R$101.279. Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 25 de junho de 2019, foi deliberado a emissão de 513.600 ações nominativas a R$1,00 cada totalizando um aumento de R$513.600, deste montante R$273.600 (duzentos e setenta e três mil e seiscentos reais) foram integralizados mediante a capitalização de créditos estruturados a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), do valor residual de R$240.000 (duzentos e quarenta mil reais) já foram integralizados o montante total de R$240.000 (duzentos e quarenta mil reais). O capital social da companhia é representado por 614.879 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal, equivalentes a R$ 614.879 (seiscentos e quatorze mil oitocentos e setenta e nove reais).
b) Prejuízo básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

Ano	Quantidade média ponderada de ações em circulação	Prejuízo do período em R$	Prejuízo por ação básico em R$	Prejuízo por ação diluído em R$
2019	239.995	(306.354)	(1,27650)	(1,27650)
2018	415.026	(298.964)	(0,72035)	(0,72035)

11. Instrumentos Financeiros: Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, representados por saldos bancários, contas a receber, representado pela venda de prestação de serviços referente as emissões dos CRIs, Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, representados por adiantamentos para futuro aumento de capital e fornecedores, representados substancialmente por gastos referente a serviços de custódia de títulos. A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos efetuando seus depósitos de conta corrente em instituições financeiras de primeira linha. A Companhia não operou com derivativos no período findo em 31 de dezembro de 2019. Seguem as considerações sobre riscos de instrumentos financeiros: **Risco de estrutura de capital:** Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora os níveis de endividamento de acordo com os critérios definidos pela Administração. **Informação sobre o valor justo dos instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros apresentados estão mensurados pelo custo amortizado e não apresentam diferenças significativas em relação ao valor justo. **Ativo:** Os recebíveis imobiliários, lastros das operações de securitização sem cláusula de coobrigação, foram objeto de baixa quando da emissão de seus respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs. Tais ativos estão registrados na controladora. **Passivo:** A obrigação referente ao CRI está registrada na controladora, pois a Companhia não é responsável pela liquidação do passivo perante os investidores. A Companhia não enxerga impacto econômico-financeiro potencial advindo da epidemia de COVID-19 na continuidade dos negócios e operações da Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários, não tendo portanto impacto monetário futuro. **12. Lucro Bruto:** O lucro bruto da Companhia é representado pela prestação de serviços, decorrente das subscrições e integralizações dos CRIs da 1ª série da 7ª e 9ª emissão, tendo como devedoras Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário Ltda. e Cury Construtora e Incorporadora S.A. respectivamente.

	2019	2018
Receita Bruta	68.987	85.177
(-) Impostos sobre a Receita	(9.830)	(12.138)
(=) Receita Líquida	59.157	73.039

13. Despesas Gerais e Administrativas: As despesas gerais e administrativas da Companhia podem ser assim demonstradas:

	2019	2018
Legais e Cartoriais	-	(176)
Serviços Profissionais e Contratados	(76.095)	(74.050)
Utilidades e Serviços	(9.854)	(8.835)
	(85.949)	(83.061)

14. Resultado Financeiro: As despesas financeiras líquidas da Companhia podem ser assim demonstradas:

	2019	2018
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(114.442)	(128.723)
Outras despesas financeiras	(163.844)	(82.132)
	(278.286)	(210.855)
Receitas Financeiras:		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.817	343
Cofins/ Pis sobre Receitas Financeiras	(84)	(15)
	1.733	328
Resultado Financeiro	(276.553)	(210.527)

15. Cobertura de Seguros: A Companhia não possui seguros contratados em 31 de dezembro de 2019. **16. Adoção da Instituição CVM n° 600 Regime dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Recebíveis Imobiliários.** Em 1º de agosto de 2018 foi emitida a instrução normativa CMV n° 600, que dispõe sobre a regulamentação do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), apresentando mudanças significativas relativas as operações que compõe o patrimônio separado, que atribui a elaboração das demonstrações financeiras individuais de cada patrimônio separado, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às companhias abertas e auditadas por auditores independentes. Devido as modificações dessa instrução, a Companhia deixou de apresentar nestas demonstrações financeiras a informação suplementar das demonstrações financeiras fiduciárias, que vinham sendo apresentadas nas notas explicativas desde as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e ITR de 30 de setembro de 2018, que por sua vez serão apresentadas de forma individualizada e entregue à CVM na data em que forem colocadas à disposição do público, o que não deve ultrapassar 03 meses (90 dias) do encerramento do exercício social de cada patrimônio separado, acompanhadas de parecer do auditor independente Conforme estabelecido pela Instrução CVM n° 600, a data do encerramento do exercício de cada patrimônio separado, para fins de elaboração das demonstrações individuais, deve ser 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro ou 31 de dezembro de cada ano, dessa forma, a Companhia determinou as seguintes datas de encerramento do exercício de cada patrimônio separado da securitizadora:

Série/Emissão	CRI	Data de encerramento do exercício
1/1	CRI	30/06/2019
1/7	CRI	30/06/2019
1/8	CRI	30/06/2019
1/9	CRI	30/06/2019
1/10	CRI	30/06/2020

17. Eventos Subsequentes: Em 03 de dezembro de 2019, a Companhia recebeu um depósito bancário no valor de R$ 492.990 e foi identificado que foi depositado indevidamente em sua conta. Esse recurso foi alocado, na rubrica de demais contas do passivo e consequentemente, foi transferido em 17 de fevereiro de 2020. **18. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2020. Em observância às disposições da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 480/09, a diretoria da Companhia declarou que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações financeiras e com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, § 1°, inciso VI, DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600, 12º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.119.838/0001-48 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 12 de março de 2020.
A Diretoria

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, § 1°, inciso V, DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600, 12º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.119.838/0001-48 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações financeiras dos auditores independentes da Companhia (Grant Thornton Auditores Independentes) referentes às informações financeiras da Companhia findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 12 de março de 2020.
A Diretoria

A DIRETORIA

Juliano Natali - Contador - CRC 1SP 279451/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos acionistas e administradores da **Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários -** São Paulo – SP
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Receitas de serviços prestados - Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:** Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a principal atividade da Companhia é a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), lastreados em créditos imobiliários de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico do qual a Companhia é parte. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação de operações de securitização, atrelando os recebíveis imobiliários aos correspondentes CRIs. Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos dos CRIs em conexão às suas obrigações junto aos agentes fiduciários, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores. Devido a relevância desta transação para a Companhia, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria. Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser o processo de reconhecimento de receitas, além de área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros; (i) verificação dos lastros por amostragem; (ii) recálculo dos ativos por amostragem de acordo com as premissas especificadas em cada Termo de Securitização (iii) recálculo dos valores a receber oriundos da securitização de recebíveis (iv) inspeção da liquidação financeira tanto das baixas dos recebíveis. Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro das receitas operacionais estão adequados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, datado de 21 de março de 2019. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2020

Grant Thornton
Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
CT CRC 1SP-260.164/O-4

SIDERURGIA | MINERAÇÃO | CIMENTO | LOGÍSTICA | ENERGIA

CSN Companhia Siderúrgica Nacional
CNPJ: 33.042.730/0001-04 | NIRE: 35.300.396090

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 teve início com boas expectativas para a economia, com a perspectiva da retomada do crescimento, dos índices de emprego e do consumo. Ao longo dos meses, alguns acontecimentos frearam o otimismo, como as crises políticas e a demora na aprovação da Reforma da Previdência, que diminuíram a confiança de empresários e consumidores. No cenário externo, a guerra comercial entre Estados Unidos e China também contribuiu para tornar o panorama ainda mais complexo. Apesar de todos os desafios, a CSN conseguiu apresentar resultados expressivos no período, sendo uma das empresas que mais se destacaram na Bolsa (Ibovespa). Investimentos maciços na modernização e segurança das suas operações também marcaram o ano da companhia, proporcionando maior eficiência operacional e ambiental aos negócios. Na Siderurgia, investimentos de aproximadamente R$ 250 milhões na reforma do Alto-Forno 3, na usina Presidente Vargas, ampliaram sua capacidade de produção de aço em 500 mil toneladas por ano. Além do aumento da eficiência, o reparo também reduziu os custos das placas. Outros importantes investimentos de revitalização foram destinados às áreas de Aciaria, Sinterização e Centrais Termoelétricas 1 e 2, entre outras áreas. No que diz respeito à Mineração, alcançamos a marca recorde de mais de 38,5 milhões de toneladas em vendas faturadas, superando a marca anterior de 36,9 milhões de toneladas, registrada em 2016. A companhia também reforçou seu compromisso em eliminar as barragens de seu processo produtivo, em um movimento que se iniciou em 2018 e que, hoje, já conta com 90% dos rejeitos filtrados a seco. A nova tecnologia, que reduz os impactos ambientais, garante mais segurança ao processo e reaproveita grande quantidade de água presente no rejeito. Em 2020, a CSN continua fortemente empenhada no aumento da produtividade, eficiência e segurança em todas as áreas, investindo em novas tecnologias e processos para seguir na vanguarda de nossos negócios, o que nos permitirá contribuir cada vez mais com o crescimento do País.

Benjamin Steinbruch - Presidente do Conselho de Administração

2 - A EMPRESA

Com negócios em siderurgia, mineração, cimento, logística e energia, a CSN atua de forma integrada em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro e calcário, até a produção e comercialização de uma diversificada linha de produtos siderúrgicos de alto valor agregado. O sistema integrado de produção, aliado à qualidade de gestão, faz com que a CSN tenha um dos mais baixos custos de produção nos negócios em que atua. A CSN possui capacidade instalada de 6,7 milhões de toneladas de aço, sendo 5,2 milhões de aços planos e 1,5 milhões de aços longos (0,4 milhão UPV e 1,1 milhões SWT) e o volume comercializado em 2019 atingiu 4,5 milhões de toneladas. Desse total, 70% foi vendido no mercado interno e 30% exportado ou vendido por meio de suas subsidiárias no exterior. No segmento de mineração houve incremento de 11% nas vendas em 2019, comparado com o ano anterior. Do lado da produção total, a empresa encerrou o ano com 38,5 milhões de toneladas. A CSN é um dos maiores consumidores industriais de energia elétrica do país, dispondo de ativos de geração de energia elétrica por meio de participação em consórcios de usinas hidrelétricas, além de geração termelétrica integrada ao seu processo produtivo. Esta atividade de autoprodução de energia elétrica permite a CSN obter custos de energia bem competitivos.

3 - PERSPECTIVAS, ESTRATÉGIAS E INVESTIMENTOS

Nos cinco segmentos em que atua, a CSN vem investindo para ampliar as vantagens competitivas de suas unidades e na revisão do portfólio de negócios e projetos, buscando maximizar o retorno aos seus acionistas.
3.1 - Siderurgia: A Usina Presidente Vargas em Volta Redonda é a principal unidade de produção siderúrgica da CSN, com uma capacidade instalada de produção de 5,6 milhões de toneladas de aço bruto, sendo 5,2 milhões de aços planos e 0,4 milhão de aços longos, enquanto a produção de laminados atingiu 3,4 milhões de toneladas. Além das unidades no Brasil, a Companhia possui duas subsidiárias no exterior: a Lusosider, situada em Portugal, e a SWT- Stahlwerk Thuringen - na Alemanha. **3.2 - Mineração:** Em 2019 a CSN comercializou cerca de 38,5 milhões de toneladas de minério de ferro, sendo que 3,6 milhões de toneladas tiveram como destino a Usina Presidente Vargas. O Tecar, terminal portuário operado pela CSN Mineração S.A., localizado no Porto de Itaguaí, por sua vez, embarcou cerca de 31,4 milhões de toneladas de minério de ferro em 2019. A CSN Mineração também exportou 3,2 milhões de toneladas de minério de ferro pelos portos da Vale e Porto Sudeste. **3.3 - Logística: Portos:** O Tecon, porto administrado pela Sepetiba Tecon S.A., controlada da CSN, está posicionado como o maior terminal em movimentação de contêineres do Estado do Rio de Janeiro e um dos maiores do Brasil nesse segmento. O Tecon possui capacidade atual de 660.000 TEUs (*Twenty-Foot Equivalent Unit*) anuais. **Ferrovias:** A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. **MRS Logística S.A. (MRS):** A CSN possui, direta e indiretamente, 34,94% do capital da MRS, que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro - São Paulo - Belo Horizonte. O principal segmento de atuação da MRS é o de clientes chamados heavy haul (cargas de minério, carvão e coque), tendo transportado cerca de 87,5 milhões de toneladas em 2019, equivalente a 59,6% do total transportado pela Companhia. No setor de contêineres a MRS manteve sua posição entre os maiores transportadores do setor ferroviário nacional, transportando 2,40 milhões de toneladas de cargas em contêineres em 2019, ante o volume transportado de 1,98 milhão de toneladas de cargas em contêineres em 2018 e de 1,84 milhão de toneladas de cargas em contêineres em 2017. Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias-primas e escoamento de produtos finais. A totalidade do minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN. **Transnordestina Logística S.A. (TLSA):** A TLSA é titular da concessão para a construção e operação da ferrovia Nova Transnordestina, com extensão de 1.753 km, que interligará o terminal ferroviário em Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando por diversas cidades nos Estados do Piauí, Pernambuco e Ceará. A capacidade de operação projetada da ferrovia será de 30 milhões de toneladas/ano, devendo exercer importante papel no desenvolvimento da região Nordeste, criando uma opção logística para os setores de óleo e derivados, agricultura e mineração, entre outros. **FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL):** A FTL titular da concessão da antiga malha nordeste da RFFSA, que percorre sete estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, com extensão total de 4.534 km e capacidade atual de transporte de cerca de dois milhões de toneladas/ano, com destaque para o transporte de combustível, cimento e celulose, entre outros. Atualmente a FTL possui malha ferroviária operacional que conecta os estados do Maranhão, Piauí e Ceará ao longo de 1.191 km. Os demais trechos ferroviários estão com tráfego suspenso, em processo de negociação para sua devolução junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

4 - EVENTOS SOCIETÁRIOS RELEVANTES

Em 2019 não ocorreu nenhum evento ou operação societária relevante, nos termos da legislação em vigor.

5 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

Relações com Investidores: A CSN continua ampliando seus canais de comunicação, visando aumentar a transparência e exposição da Companhia por meio de novas coberturas de instituições financeiras e participações em eventos e conferências. **Capital Social:** O capital social da CSN é dividido em 1.387.524.047 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal, sendo que cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. Controlada pela Vicunha Aços S.A. e Rio Iaco Participações S.A. que detêm respectivamente 48,97% e 4,19% do capital total da CSN, a administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

CSN - Composição do Capital Social em 31/12/2019 (%)

	%
VICUNHA AÇOS S.A. *	48,97%
RIO IACO PARTICIPAÇÕES S.A. *	4,19%
AÇÕES EM TESOURARIA	0,53%
OUTROS	46,30%

* GRUPO CONTROLADOR

Assembleia Geral de Acionistas: Uma vez por ano, conforme estabelece a legislação, os acionistas reúnem-se em Assembleia Geral para deliberar sobre as contas apresentadas pelos administradores, as demonstrações financeiras, a destinação do resultado do exercício, eventual distribuição de dividendos, sendo que a cada dois anos, também deliberam sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração. A Assembleia Geral também ocorre extraordinariamente, sempre que necessário, para deliberar sobre matérias que não são de sua competência ordinária. **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração é composto por até onze membros, que se reúnem ordinariamente nas datas previstas em calendário anual, pelo menos uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. O mandato dos Conselheiros é de dois anos, permitida a reeleição. Atualmente o Conselho de Administração é composto por cinco membros. O Conselho de Administração, dentre outras atribuições, define e acompanha as políticas e estratégias da Companhia, acompanha os atos da Diretoria Executiva e decide sobre assuntos relevantes envolvendo os negócios e operações da CSN. É responsável pela eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva, podendo também, se necessário, criar comitês especiais para seu assessoramento. **Diretoria Executiva:** Atualmente composta por cinco Diretores Executivos, sendo um deles o Diretor Presidente, a Diretoria Executiva, observadas as diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, possui os poderes de administração e gestão dos negócios sociais da Companhia. Os membros da Diretoria Executiva se reúnem sempre que convocados pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores Executivos, ficando a cargo de cada Diretor Executivo a condução das operações pertinentes à sua área de atuação. O mandato dos Diretores Executivos é de dois anos, permitida a reeleição. **Conselho Fiscal:** Atualmente, a Companhia possui um Conselho Fiscal instalado, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2020, tendo como principal função fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. Além disto, o Conselho Fiscal também é responsável por examinar as informações trimestrais e as demonstrações contábeis elaboradas pela Companhia, opinar sobre o relatório anual da administração e as propostas dos órgãos da administração a serem submetidos à Assembleia Geral. O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e três membros suplentes, sendo um membro efetivo e um membro suplente indicados por acionistas minoritários da Companhia. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é composto por três membros independentes, eleitos pelos Conselho de Administração dentre seus membros, com prazo de gestão de 2 anos. O Comitê de Auditoria se reúne ordinariamente pelo menos uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. O Comitê de Auditoria tem autonomia para exercer atribuições no que se refere às disposições da Lei Sarbanes-Oxley - Seções 301 e 407. Algumas de suas atribuições principais são: rever as demonstrações financeiras e demais informações públicas sobre o desempenho operacional e a situação financeira da Companhia e recomendar ao Conselho de Administração a indicação, remuneração e contratação de auditor externo, bem como acompanhar a atuação das auditorias interna e externa. **Auditoria Interna:** A CSN dispõe de uma Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, com atuação independente dentro da organização, vinculada ao conselho de administração da Companhia, conforme Art.19, VIII do estatuto social. A equipe da auditoria interna possui metodologia e ferramentas próprias para exercer suas atividades, essas alinhadas às melhores práticas de mercado e adota uma abordagem sistemática e disciplinada, atuando de forma objetiva e independente na condução de seus trabalhos, para avaliação da efetividade dos controles e consequente melhoria dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança, bem como de prevenção a fraudes, reportando o seu resultado ao conselho de administração, por meio do Comitê de Auditoria. **Auditores independentes:** Os auditores independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, que em 2019 prestaram serviços à CSN e suas controladas, foram contratados para emitir conclusão sobre as demonstrações financeiras trimestrais e opinião sobre as demonstrações financeiras anuais da Companhia e serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras. É entendimento tanto da Companhia quanto de seus auditores independentes que tais serviços não afetam a independência dos auditores.

Valores referentes aos serviços prestados pelos auditores	(R$ mil)
Honorários relacionados à auditoria externa	4.703
Honorários relacionados a outros serviços de asseguração	1.535
Total	6.238

Os serviços prestados pelos auditores externos, adicionalmente ao exame das demonstrações financeiras, são previamente apresentados ao Comitê de Auditoria para que se conclua, de acordo com a legislação pertinente, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes. Nos termos da Instrução CVM 480/09, o Conselho de Administração declarou em 04/03/2020 que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. **Lei Sarbanes-Oxley:** A Companhia possui em sua estrutura de governança corporativa a Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, que tem como uma de suas atribuições, a avaliação dos riscos que possam impactar nas demonstrações financeiras e definição de controles internos para mitigá-los, em conjunto com os gestores responsáveis pelos processos de negócios. A Companhia avalia a efetividade da sua estrutura de controles internos, conforme princípios estabelecidos no COSO 2013 e em atendimento à Lei Sarbanes-Oxley, sendo que o resultado desta avaliação é reportado à alta administração e ao Comitê de Auditoria. Em avaliação aos controles internos pela administração, em conjunto ao auditor externo, a Companhia não identificou fraqueza material em 31 de dezembro de 2018. A Companhia está na fase final da avaliação dos controles internos para o exercício 2019, em atendimento à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley. **Código de Ética:** A Companhia possui um código de ética aprovado pelo Conselho de Administração contemplando princípios aplicados no cumprimento da Lei Anticorrupção (12.846/13). O código é aplicável a todos funcionários, diretores e conselheiros e estabelece ainda princípios éticos e responsabilidades para terceiros, considerando fornecedores, prestadores de serviços e eventuais agentes intermediários e associados. O código é disponibilizado a todos os colaboradores e parceiros de negócios e é utilizado como declaração compromissos assumidos de conduta. Suas diretrizes são públicas e podem ser encontradas no website da CSN, no endereço eletrônico (www.csn.com.br). A Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance é responsável pelo Programa de Integridade, que visa garantir o cumprimento dos padrões de conduta éticos no exercício das atividades e transparência nos negócios. Faz parte deste processo o treinamento contínuo de colaboradores e também o monitoramento quanto ao cumprimento de leis, regulamentações, políticas e normas internas. A Companhia conta ainda com canais de denúncia para relatos de desvios de conduta ou suspeitas. O reporte das denúncias, por parte de colaboradores, terceiros e público externo pode se dar de maneira anônima ou identificada, mantendo-se o sigilo, confidencialidade e a garantia de não retaliação. As denúncias são tratadas pela Gerência de Auditoria, subordinada à Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance e reportadas ao Comitê de Auditoria. **Divulgação de Atos e Fatos Relevantes:** A CSN tem uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários segundo a qual toda divulgação deve ser feita com dados fidedignos, adequados e transparentes, nos prazos previstos e com homogeneidade, conforme estabelecido na Instrução CVM 358/2002 e na seção 409 - Divulgação em Tempo Real, da Lei Sarbanes-Oxley. Referida política estabelece que os Atos e Fatos Relevantes da Companhia devem ser veiculados por meio do Portal de Notícias da Folha de São Paulo, em conjunto com a divulgação nos websites de relações com investidores da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

6 - INOVAÇÃO

A Companhia tem mais de 60 anos de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, tendo sido a 1ª siderúrgica nacional a produzir aços revestidos e pré-pintados. A inovação é parte da nossa essência como empresa pioneira em soluções de processos, produtos e comerciais, sempre comprometida com a qualidade e a busca por novas iniciativas que entreguem maior valor agregado aos nossos clientes e *stakeholders*. A CSN busca uma atuação inovadora em todas as suas áreas de negócio e conta ainda com estruturas totalmente dedicadas à inovação, como a CSN Inova e o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento. Criada em 2018, a CSN Inova é o braço de inovação da CSN, que tem como objetivo posicionar a Companhia estrategicamente e ativamente no ecossistema de inovação. Embora existam iniciativas inovadoras disseminadas por toda a empresa, a CSN Inova é responsável por sistematizar e liderar o processo de inovação de forma organizada e ampla, a fim de possibilitar a geração contínua de inovação por grupos de pessoas com diferentes habilidades e de diferentes áreas de atuação. A essência da CSN - "Fazer bem, fazer mais e fazer para sempre" - direciona os pilares de inovação da CSN Inova: (i) Otimização de Processos e Eficiência Operacional, (ii) Novas Fontes de Receita e (iii) Cultura e Sustentabilidade. Além de sistematizar e liderar o processo de inovação aberta (contratação de startups, conexão com universidades, hubs de inovação e demais agentes do ecossistema) a CSN Inova - sempre em conjunto com as áreas de negócio - conduz projetos que introduzem novas metodologias para solucionar os desafios da empresa, que auxiliam a Companhia na transformação digital, potencializam os ativos da CSN, geram oportunidades de desenvolvimento de novos negócios para a Companhia, dentre outros. Em seu primeiro ciclo de atuação, a CSN Inova, em conjunto com equipes multidisciplinares de colaboradores, conduziu projetos relacionados à digitalização e otimização de processos. Tais projetos envolveram a identificação de desafios da Companhia e implementação de soluções apresentadas por startups nas seguintes áreas: Jurídico, RH e operacional da UPV. A partir dos bons resultados obtidos neste primeiro momento, a CSN Inova passou por um processo de expansão, aumentando o seu escopo de atuação e estendendo-o para outras áreas da empresa, com o intuito de conferir escala à sua metodologia e aos impactos positivos para a Companhia. Por sua vez, no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da CSN localizado em Volta Redonda, atua a Gerência Geral de Desenvolvimento de Produtos, que tem como principal missão o desenvolvimento de novos produtos para aumento da competitividade da empresa. Para tanto, a área visa o enobrecimento do Mix e a expansão do portfólio, visando ganho de *Market-Share* nos diversos segmentos de mercado, além de contribuir com a implantação de novas tecnologias no processo de produção. A estrutura laboratorial do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento é composta por 15 laboratórios que realizam análises relacionadas às características físicas, químicas, mecânicas e metalográficas dos aços CSN e outras ligas, com equipamentos de ponta como microscopia ótica e eletrônica de varredura (MEV). A Companhia também dispõe de um laboratório de Meio Ambiente para monitoramento ambiental credenciado pelo órgão responsável - INEA. O Centro de Pesquisas e Desenvolvimento também contém laboratórios de simulação física e computacional, com equipamentos de última geração como a GLEEBLE 3500 que, dentre outros módulos, dispõe de "*Large Sample Annealing*" (primeiro da América Latina), o qual permite simulações de processos termomecânicos para otimização dos processos industriais. Ainda, o laboratório de simulação computacional da CSN conta com diversos softwares, como o de simulação de conformação e estampagem, que permite avaliar de forma antecipada o desempenho do produto CSN em suas diversas aplicações para seus clientes. Destacam-se, no ano de 2019, alguns projetos do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento. Para o mercado automotivo e de auto peças estão sendo desenvolvidos produtos de alta resistência classes 420 e 500MPa para atender às necessidades de aplicação estrutural em veículos das principais montadoras do Brasil. Além disso, a CSN tem trabalhado no desenvolvimento dos aços avançados (AHSS - *Advanced High Strength Steels*), nas categorias *Dual Phase* (bi-fásicos), aços *Complex Phase* (CP) e do aço para estampagem à quente (*Press Hardening Steel* -PHS) ou "*Hot Forming*", o qual representa uma forte tendência de aumento de aplicação nas carrocerias de automóveis, por possibilitar a conformação de geometrias complexas e com requisito de elevada resistência mecânica na peça final. A família de aços polifásicos (AHSS) é a resposta da siderurgia mundial à demanda de materiais produzidos com os métodos de produção atuais, oferecendo produtos de alta resistência mecânica e boa conformabilidade, atendendo plenamente os requisitos fabris das montadoras, segurança veicular, redução de massa e de consumo de combustível e em consequência menor geração de gases poluentes, minimizando assim os impactos ambientais. No segmento de aços planos laminados a quente o foco foi o atendimento às necessidades do mercado, mantendo a tradicional qualidade dos produtos da CSN, associada com a contínua busca de redução do custo do aço e a sustentabilidade. Tem-se como exemplos o desenvolvimento de família de aço de alta resistência mecânica para aplicação em estruturas para painéis fotovoltaicos e desenvolvimento de aço de alta resistência para redução de peso de rodas de caminhão. No segmento de aços planos laminados a frio, pode-se destacar o aumento da oferta de produtos extrafinos com características de superfície brilhante. Para o mercado de linha branca, destaca-se o esforço na redução de espessura de nossos aços, cada vez mais requerida pelos clientes deste setor. Vale ainda mencionar os projetos de desenvolvimento de aços de alta resistência para o segmento da construção civil. Por fim, no segmento de aços pré-pintados, tem havido aumento na diversificação de aplicações, acompanhando as tendências de mercado no que se refere à estética e durabilidade. Com relação ao efeito estético, foram homologados no mercado novos produtos com tintas perolizadas e tintas com textura que vão de encontro à esta nova tendência. A utilização do aço pré-pintado tem permitido à CSN proporcionar uma otimização na cadeia de utilização do aço, reduzindo etapas de fabricação em seus clientes com consequente redução de impactos ambientais. O interesse cada vez maior dos clientes por esses produtos tem estimulado o desenvolvimento nos segmentos da construção civil, linha branca e automotivo. Com um corpo técnico capacitado e o uso de tecnologias de Engenharia de Aplicação para apoio aos clientes, a CSN busca excelência em ensaios e simulações de novos materiais, permitindo aumentar a assertividade nas respostas às demandas dos diferentes setores em que atua: automotivo, linha branca, construção civil, embalagens metálicas e indústria e distribuição. Em todos eles, promovemos a utilização de aços inovadores e a inovação nos processos de fabricação, proporcionando aos clientes redução de custo e aumento de competitividade.

7 - PESSOAS

O modelo de Gestão de Pessoas da CSN resulta da convicção de que o capital humano é seu diferencial competitivo e é a melhor garantia para se destacar no mercado em que atua. Transformamos conhecimento em uma trajetória de sucesso, baseada na paixão, dedicação e competência que geram oportunidades, conquistas e reconhecimentos. A gestão integrada e eficiente de pessoas se fundamenta em cinco pilares: Atrair; Alinhar e Engajar; Avaliar; Desenvolver; Reconhecer e Recompensar. A CSN investe nos projetos de desenvolvimento e qualificação profissional, de forma a contribuir para o crescimento das pessoas e da organização. Diante de um ano desafiador, reforçamos nossa Essência de Fazer bem, Fazer mais e Fazer para sempre, tornando-a viva em todos os processos, programas e projetos de Gestão de Pessoas. Para manter uma equipe de alta performance e qualificada, a cada ano são aprimorados os programas para a captação, desenvolvimento e retenção de talentos em diferentes níveis, e estes são alinhados às nossas diretrizes estratégicas. Nossas políticas de Recrutamento & Seleção buscam a garantia de não discriminação nos nossos processos seletivos, deixando claro que a empresa será intolerante com qualquer prática contrária aos nossos valores éticos. Realizamos diversas ações visando a disseminação e o desenvolvimento da Essência CSN, tais como: **CSN Flix,** onde os colaboradores têm a oportunidade de assistir vídeos curtos e trocar experiências para fortalecer o entendimento das competências e sua prática nas nossas rotinas de trabalho; **Roda de Conversa** entre Líderes e Liderados, para maior alinhamento à cultura CSN; **Capacitação de Padrinhos e Orientadores de Estágio** para receber os novos colaboradores e estagiários, respectivamente; **Salto Corporativo,** abrindo espaço para discussões com nossas colaboradoras sobre o empoderamento da mulher no mundo dos negócios. A organização mantém diversas estratégias para garantir a valorização e o incentivo ao desenvolvimento do seu público interno. Uma das iniciativas é o Programa de Avaliação de Performance - Sistema de Avaliação de Performance para todos os colaboradores do Grupo CSN. Os resultados obtidos orientam o Plano de Desenvolvimento Individual, permitem a identificação de potenciais sucessores para posições de liderança e suportam o processo de reconhecimento e recompensa. Com base nestes resultados, realizamos anualmente o **Programa Carreira e Sucessão**, que tem como objetivo identificar, junto aos nossos gestores e executivos, colaboradores com potencial para a sucessão das posições de liderança do grupo CSN. Os profissionais mapeados têm seu desenvolvimento acelerado por meio de experiências práticas e reais de aprendizagem, tais como: Workshops de construção de conhecimento (Autoconhecimento; Liderando Pessoas; Comunicação e Influência; e Planejamento e Execução), Talk Show com Alta Liderança, Grupos de Aprendizagem e apresentação de Business Cases reais da CSN pelos nossos executivos. Assim garantimos a perenidade da nossa empresa, com segurança na continuidade do nosso modelo de Liderança e Negócio, além do olhar cuidadoso para a carreira de nossos talentos. Em 2019, investimos 33.9812,20 horas em treinamento, com o objetivo de gerar e compartilhar conhecimento, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias para o alcance das metas corporativas e perpetuidade do negócio. O modelo 70/20/10 de aprendizagem foi o direcionador para traçar todas as ações de desenvolvimento da companhia, o que garante sua efetividade e eficácia. Uma das nossas principais frentes de ação em Desenvolvimento acontece com os Estagiários. O programa é praticado em todas Unidades de Negócios e é focado na preparação dos jovens. Nesse ano ministramos os seguintes módulos: Autoconhecimento; Carreira; Relacionamento e Comunicação; Mercado: Eficiência, Eficácia e Criatividade. Nosso modelo visa acelerar o aprendizado, formando talentos que tenham potencial para ocupar cargos efetivos no médio e longo prazo, em consonância com os interesses de carreira e desenvolvimento do estagiário e as necessidades organizacionais, além de contribuir para o desenvolvimento do país, por meio da educação e profissionalização. Ainda pensando na evolução de nosso negócio e dos nossos gestores, demos sequência à Escola de Líderes, que foi implementada em 2011, com os seguintes módulos: • ***Desafios da 1ª Gestão - aprofundamento*** **e** ***Delegação e Feedback*** para Supervisores e Coordenadores; • ***Design Thinking na Gestão de Pessoas e Desenvolvendo equipes de alta performance para o futuro*** para Gerentes; • ***Habilidades para o futuro e Negócios Exponenciais*** para a Alta Gerência. Ainda em 2019 realizamos um módulo especial com nossos Diretores sobre Pensamento Exponencial. Vemos na formação e desenvolvimento contínuos dos nossos líderes uma importante oportunidade para impactarmos positivamente todos nossos colaboradores, construindo um ambiente colaborativo, focado no desenvolvimento das equipes e no atingimento de resultados excelentes. O grande marco para 2019 foi alavancar o Programa de Trainee Interno, cujo objetivo é desenvolver e empoderar os estagiários do Grupo CSN para gerar impacto positivo na organização e potencializar a retenção de talentos. A seleção ocorreu com base no grupo de estagiários com formação em Dez/2018. Os oito jovens selecionados passaram por um período de formação que incluiu visitas técnicas as unidades de produção do Grupo, job rotation pelas áreas corporativas, módulos de desenvolvimento internos e externos. Hoje o grupo está alocado em áreas estratégicas para a empresa, desenvolvendo projetos e aprendendo novas funções. Firmamos parcerias com diversas instituições de ensino para cursos de extensão universitária e idiomas, que oferecem preços especiais aos nossos colaboradores, fomentando o desenvolvimento dos mesmos. Mais uma vez reafirmamos que atuamos como donos, escolhendo as melhores estratégias para superar os obstáculos enfrentados em 2019. Mostramos que estamos juntos trabalhando pela sustentabilidade do negócio. A CSN encerrou 2019 com 24.869 colaboradores diretos e 13.435 indiretos, indicando uma taxa de rotatividade de 13,42%, uma das mais baixas no setor industrial.

8 - RESPONSABILIDADE SOCIAL

Os projetos de responsabilidade social da CSN têm o objetivo de valorizar o potencial das pessoas e das regiões onde a Companhia atua, buscando parceria com o poder público e com a sociedade civil. Essas ações são executadas pela Fundação CSN e tem o compromisso de promover a transformação de comunidades por meio do desenvolvimento social, educacional e cultural. A Fundação realiza projetos de execução direta nas principais cidades em que a CSN tem unidades de negócio e também dá suporte com a curadoria, seleção e acompanhamento técnico de projetos de entidades terceiras que recebem patrocínio do grupo através de leis de incentivo fiscal, ampliando assim sua atuação social. Entre 2006 e 2019, o valor investido pela CSN em iniciativas sociais ultrapassa R$ 237 milhões. Somente no último ano, foram aportados R$30,7 milhões em 72 iniciativas nas áreas da cultura, educação, esporte, saúde, criança, adolescente e idoso, por meio de leis de incentivo fiscal, contemplando projetos de ação direta da Fundação CSN e projetos desenvolvidos por instituições parceiras em 28 cidades e 11 estados. Com projetos de execução direta em educação, a Fundação CSN contribui para a democratização do acesso à educação, apoia a capacitação profissional e a inserção do jovem no mercado de trabalho. Oferece programas de bolsas de estudos nas duas escolas que administra: o **Centro de Educação Tecnológica**, em Congonhas (MG), com 260 alunos bolsistas, 43% do total de alunos, e a **Escola Técnica Pandiá Calógeras**, em Volta Redonda (RJ), com 94 bolsistas, 31,6% dos matriculados. Do total de 894 alunos, 354 foram beneficiados com bolsas integrais e parciais para Ensino Fundamental, Médio e Cursos Técnicos. O programa **Ganhar o Mundo** oferece bolsas de estudos de graduação no exterior para jovens mulheres. Dando continuidade à primeira edição, Julia Shimizu foi a segunda bolsista aprovada para graduação em Barnard, nos EUA, onde está cursando Ciências Sociais com bolsa de estudo integral da CSN. A jovem se juntou a Jéssica Oliveira, que é bolsista de Educação e Economia na universidade desde 2018. Outras cinco jovens do Ganhar o Mundo conquistaram bolsas integrais e parciais em universidades norte-americanas, totalizando sete alunas estudando no exterior. Com o **Programa Jovem Aprendiz,** a Fundação CSN contribui para inserção de jovens no mercado de trabalho. Em 2019, atendeu 942 jovens aprendizes em 131 empresas parceiras. Com a abertura de dois novos polos, em São Paulo (SP) e Duque de Caxias (RJ), o programa totalizou oito unidades, estando presente também em Belo Horizonte, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Ouro Branco e Volta Redonda. Desenvolvido em parceria com a prefeitura de Contagem (MG), o **Capacitar para Crescer**, programa preparatório que antecede o Jovem Aprendiz, capacitou 385 jovens. O **Capacitar Hotelaria e Serviços**, projeto social realizado no Hotel-escola Bela Vista, em Volta Redonda (RJ), qualifica profissionalmente, em diversas áreas da hotelaria, jovens de oito municípios do Sul Fluminense: Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí, Pinheiral, Porto Real, Piraí, Quatis e Resende. Tem parceria com os CRAS das prefeituras e com o DEGASE - Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro, com a reserva de 25% das vagas. Em 2019, foram 120 jovens capacitados, totalizando 1.324 formados desde o início do projeto. Na área de educação ambiental, a Fundação CSN executa o **Programa de Educação Ambiental - PEA** da CSN Mineração, oferecendo treinamentos, cursos, palestras, jogos e oficinas. Em 2019, foram 17.875 pessoas impactadas em seis municípios: Arcos, Pains, Congonhas, Belo Vale, Rio Acima e Ouro Preto, em Minas Gerais. Oito escolas públicas em Arcos e Pains contempladas pelo programa. A Fundação CSN acredita na potência da cultura para a transformação da sociedade. Com projetos de execução direta, potencializa manifestações artísticas de diversos gêneros e linguagens e integra o calendário cultural dos municípios. O **Projeto Garoto Cidadão** completou 20 anos e essa trajetória foi celebrada durante todo o ano. O projeto oferece oficinas socioculturais de música, dança, teatro, arte, comunicação e expressão e habilidades e competências para 2.330 crianças e adolescentes no contraturno escolar. Em 2019, ganhou uma nova unidade na comunidade de Heliópolis, em São Paulo, cidade sede da CSN. Atua também em outros cinco municípios em que a Companhia conta com unidades de negócio: Volta Redonda e Itaguaí (RJ), Araucária (PR), Congonhas e Arcos (MG). Os educandos realizaram 112 apresentações culturais para público de 113 mil pessoas. O **Circula Brasil**, caminhão-palco do Garoto Cidadão, seguiu estrada a fora nas cidades em que atua o projeto e apoiando a realização de apresentações culturais de produtores locais. Em 2019, 13 cidades foram visitadas, com 117 apresentações, ocupações e formações realizadas para público de mais de 63 mil pessoas. O **Centro Cultural Fundação CSN,** espaço com programação gratuita, voltado para a formação, difusão e fortalecimento de arte, educação e cultura, em Volta Redonda (RJ), recebeu mais de 51 mil visitantes em 2019. No total, foram realizadas 121 atividades culturais, além das 880 ocupações feitas por artistas, coletivos e grupos culturais locais apoiados a partir da oferta de espaços estruturados para realização das atividades. A Fundação CSN entende a importância da articulação política na busca de uma relação harmoniosa entre poder público, empresários locais, instituições e CSN nas comunidades em que atua. Participa de conselhos e órgãos locais, capacita conselheiros tutelares, servidores e educadores, além de organizar e integrar eventos, ao lado de agentes locais. Com o objetivo de fortalecer a economia de Volta Redonda (RJ) através da gastronomia e turismo, a Fundação CSN fomentou a criação do **Polo Gastronômico VR** ao lado de instituições locais. Em 2019, três eventos foram inclusos no calendário municipal, com público total de 47.682 pessoas. O **Espaço Comunidade CSN** foi criado em Congonhas (MG) com o propósito de desenvolver o relacionamento da CSN Mineração com a comunidade, criar vínculos, estabelecer diálogos e identificar possíveis oportunidades. Em 2019, foram 2.231 pessoas atendidas. Essa estratégia estabelece um importante canal direto de informações para a população, acolhendo os moradores para a solução de dúvidas sobre mineração, novos empreendimentos e projeções da CSN. Utilizando também o esporte como ferramenta de transformação social, a Companhia patrocina as categorias de base e projetos sociais de **futebol**, com acompanhamento pedagógico realizado pela Fundação CSN. Em 2019, foram atendidos 300 jovens das categorias de base dos times Osasco Audax (SP) e Volta Redonda Futebol Clube (RJ), e outros 420 participaram de formação nos projetos sociais da Associação Esporte e Vida (DF) e UNAS (SP), novo parceiro da Fundação CSN. Com as ações de responsabilidade social, a CSN contribui para transformar vidas, famílias, cidades e, consequentemente, o País. Nos 23 municípios em que a Fundação tem atuação direta, em 2019, foram 356 alunos bolsistas, 4.117 jovens impactados por seus projetos e 350 ações culturais realizadas. No total, mais de 248 mil pessoas foram impactadas pelas iniciativas da instituição. Essas ações demonstram o compromisso social da Companhia com as comunidades em que está inserida. Ao lado de entidades parceiras seguimos mobilizados por um Brasil com mais inclusão social e oportunidades, fazendo bem, fazendo mais e fazendo para sempre.

9 - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A CSN mantém diversos instrumentos de Gestão Socioambiental e Sustentabilidade visando atuar de forma propositiva e atendendo aos diversos *stakeholders* envolvidos nas comunidades e negócios em que atua. A política Ambiental da Companhia têm como principais pilares a criação de valores sustentáveis e gestão dos riscos socioambientais; a conformidade, a otimização e eficiência no uso de recursos naturais e controle dos potenciais impactos. A Companhia possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), implantado conforme os requisitos da norma internacional ISO 14001: 2015 e certificado por organismo internacional independente e devidamente acreditado junto ao INMETRO, em grande parte das suas unidades. A CSN também busca aumentar a eficiência do uso da água em seus processos produtivos, com destaque para o índice de reuso superior a 93% na Usina Presidente Vargas (UPV), em Volta Redonda - RJ. Para alcançar esse índice, a empresa implantou em 2017 o sistema de recirculação e resfriamento de água da unidade do Carboquímico da UPV. Reduziu a captação de 3.000 m^3/h de água do Rio Paraíba do Sul. O projeto, além de elevar o índice de recirculação de água, também eliminou a possibilidade de vazamento de óleo da Unidade do Carboquímico para o Rio Paraíba do Sul. Com a elaboração do Inventário de Águas em suas principais unidades, foi possível a criação de planos e medidas para melhoria da sua eficiência e redução dos potenciais impactos. Na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, está previsto o investimento de mais de R$ 300 milhões, até 2024. O investimento, com mais de 30 ações de melhorias, representa o compromisso da empresa com a sustentabilidade das suas atividades e com a comunidade. Como medida de compensação ambiental do TAC, assinado pela Companhia com o Estado do Rio de Janeiro - por meio da Secretaria de Estado do Ambiente ("SEA"), o Instituto Estadual do Ambiente ("INEA") e a Comissão Estadual de Controle Ambiental ("CECA") em 2018, foi aprovado pelo INEA projeto desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Volta Redonda, que prevê a implantação de diversas ações ambientais no Município de Volta Redonda - RJ, com valor acima de R$3 milhões. O projeto, "Volta Redonda Verde" prevê as seguintes ações: ✓ Fortalecimento do Refúgio da Vida Silvestre Vale dos Puris, que consiste na aquisição da Fazenda Santa Tereza para fins de regularização fundiária da unidade de conservação, elaboração de plano de manejo e a sinalização do entorno; ✓ Investimentos no Parque Natural Municipal Fazenda Santa Cecília do Ingá, com a revitalização do viveiro, produção de mudas e reforma do Centro de Visitantes do Parque; ✓ Programa de arborização urbana que englobará o plantio e a manutenção de mais de 4 mil mudas de árvores nativas da Mata Atlântica na cidade. Desde 2010, a Companhia vem realizando o inventário das emissões de gases de efeito estufa, seguindo as diretrizes do GHG Protocol visando subsidiar sua gestão de carbono, mitigação de riscos e adaptação às mudanças climáticas. A companhia recebeu, pelo quarto ano consecutivo, o selo Ouro do GHG Protocol por ter reportado as emissões de todas as suas unidades e submetido à verificação externa. Atendendo também à solicitação de investidores, a Companhia relata anualmente ao Carbon Disclosure Project (CDP) as diretrizes seguidas com relação à mudança climática, cadeia de suprimentos e recursos hídricos. As diretrizes ambientais da Companhia também compreendem o monitoramento das barragens, utilizadas para conter rejeitos do processo de beneficiamento das atividades da CSN Mineração. De acordo com a classificação da barragem (Portaria 70.389/2017 do DNPM), todas as barragens são auditadas por empresas independentes e especializadas no assunto, objetivando atestar a estabilidade ou não das barragens e identificar ações preventivas para a garantia dessa estabilidade. O Plano de Segurança de Barragem e o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM) da CSN Mineração encontra-se finalizado com todos os volumes necessários consolidados em atendimento à portaria do DNPM. A empresa, também, está na vanguarda do tratamento de rejeitos, tendo investido cerca de R$ 400 milhões em suas barragens e operações, para mudança de empilhamento úmido para empilhamento a seco, tornando nossos processos independentes do uso da barragem de rejeitos, muito em breve. A CSN sempre atua de maneira a minimizar os impactos de suas operações, além de investir em iniciativas de preservação e educação ambiental, atestando seu compromisso com a qualidade de vida das futuras gerações. A CSN possui uma frente social importante que é o Programa de Educação Ambiental (PEA), iniciativa da Companhia gerida pela Fundação CSN, com destaque para as unidades de Arcos (MG) e de Congonhas (MG), visando reafirmar seu compromisso com a transformação de valores e atitudes por meio de novos hábitos e conhecimentos. O projeto de educação ambiental com ênfase nas questões relacionadas aos patrimônios histórico e natural, em locais de atuação e relacionados a suas atividades, utiliza a arte como instrumento de diálogo entre alunos da rede pública, professores e colaboradores da empresa. Finalmente, a CSN vem desenvolvendo um mapeamento constante de *stakeholders* e, desde 2012, utiliza critérios de mapeamento dos impactos ambientais, sociais e econômicos de acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI) e adota a metodologia do Relato Integrado (IR) para composição de seus indicadores para todas as suas operações. Os dados e indicadores obtidos neste processo permitem acompanhar o desempenho e avaliar sua exposição a riscos socioambientais e oportunidades futuras. O resultado deste trabalho pode ser encontrado nos Relatórios publicados no site http://ri.csn.com.br/.

10 - DECLARAÇÕES SOBRE PROJEÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Este documento contém afirmações sobre o futuro que expressam ou sugerem expectativas de resultados, desempenho ou eventos. Os resultados, desempenho e eventos reais podem diferir significativamente daqueles expressos ou sugeridos pelas afirmações sobre o futuro em função de vários fatores, tais como: condições gerais e econômicas do Brasil e de outros países, taxas de juros e câmbio, renegociações futuras e pagamento antecipado de obrigações ou créditos em moeda estrangeira, medidas protecionistas no Brasil, EUA e outros países, mudanças em leis e regulamentos e fatores competitivos em geral, em escala regional, nacional ou global. As informações financeiras da CSN aqui apresentadas estão de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	Nota Explicativa	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.088.955	2.248.004	392.107	539.853
Aplicações financeiras	4	2.633.173	895.713	2.596.424	882.997
Contas a receber	5	2.047.931	2.078.182	1.691.643	1.965.817
Estoques	6	5.282.750	5.039.560	3.736.716	3.662.466
Outros ativos circulantes	7	1.672.996	1.753.024	1.302.976	1.617.555
Total do ativo circulante		**12.725.805**	**12.014.483**	**9.719.866**	**8.668.688**
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	4	95.719	7.772	95.719	-
Tributos diferidos	14	2.473.304	89.394	2.435.551	-
Outros ativos não circulantes	7	5.057.554	4.285.223	4.843.062	4.002.570
		7.626.577	**4.382.389**	**7.374.332**	**4.002.570**
Investimentos	8	**3.584.169**	**5.630.613**	**17.402.191**	**20.232.005**
Imobilizado	9	**19.700.944**	**18.046.864**	**10.266.084**	**9.562.973**
Intangível	10	**7.231.781**	**7.253.175**	**52.138**	**49.613**
Total do ativo não circulante		**38.143.471**	**35.313.041**	**35.094.745**	**33.847.161**
TOTAL DO ATIVO		**50.869.276**	**47.327.524**	**44.814.611**	**42.515.849**

	Nota Explicativa	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Obrigações sociais e trabalhistas		317.510	248.185	170.792	135.255
Fornecedores		3.012.654	3.408.056	2.506.244	2.655.091
Obrigações fiscais		541.027	251.746	78.911	116.336
Empréstimos e financiamentos	11	5.125.843	5.653.439	4.396.840	6.474.388
Outras obrigações	13	2.526.444	1.770.623	2.019.788	1.745.304
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	15	96.479	106.503	52.016	64.856
Total do passivo circulante		**11.619.957**	**11.438.552**	**9.224.591**	**11.191.230**
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	22.841.193	23.173.635	19.702.620	17.687.208
Outras obrigações	13	2.493.702	227.328	356.942	24.024
Tributos diferidos	14	589.539	601.731	-	17.434
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	15	526.768	685.953	370.703	538.077
Plano de pensão e saúde	26	912.184	905.119	912.184	905.119
Provisões para passivos ambientais e desativação	17	524.001	281.766	164.464	191.884
Provisão para perdas em investimentos	8	-	-	3.908.563	3.258.138
Total do passivo não circulante		**27.887.387**	**25.875.532**	**25.415.476**	**22.621.884**
Patrimônio líquido	19				
Capital social integralizado		4.540.000	4.540.000	4.540.000	4.540.000
Reservas de capital		32.720	32.720	32.720	32.720
Reservas de lucros		4.431.200	3.064.827	4.431.200	3.064.827
Outros resultados abrangentes		1.170.624	1.065.188	1.170.624	1.065.188
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		**10.174.544**	**8.702.735**	**10.174.544**	**8.702.735**
Participação acionistas não controladores		1.187.388	1.310.705	-	-
Total do patrimônio líquido		**11.361.932**	**10.013.440**	**10.174.544**	**8.702.735**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**50.869.276**	**47.327.524**	**44.814.611**	**42.515.849**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018
Lucro do exercício	**2.244.511**	**5.200.583**	**1.789.067**	**5.074.136**
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
(Perdas)/Ganhos atuariais de plano de benefício definido reflexo de investimentos em subsidiárias, líquidos de impostos	424	903	(1.663)	(997)
(Perdas)/Ganhos atuariais de plano de benefício definido	(113.518)	413	(111.532)	2.313
	(113.094)	**1.316**	**(113.195)**	**1.316**
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ajustes acumulados de conversão do período	32.922	(87.101)	32.922	(87.101)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	(1.559.680)	-	(1.559.680)
(Perda)/Ganho na variação percentual de investimentos	(2.288)	(105)	(2.288)	(105)
(Perda)/Ganho hedge de fluxo de caixa	(604.828)	(1.415.962)	(604.828)	(1.415.962)
Realização de hedge de fluxo de caixa reclassificado para resultado	790.353	370.191	790.353	370.191
(Perda)/Ganho *hedge* de investimentos reflexo de investimentos em controladas	-	-	2.472	(21.852)
(Perda)/Ganho *hedge* de investimento líquido no exterior	2.472	(21.852)	-	-
(Perda)/Ganho combinação de negócios	-	(651)	-	(651)
	218.631	**(2.715.160)**	**218.631**	**(2.715.160)**
	105.537	**(2.713.844)**	**105.436**	**(2.713.844)**
Resultado abrangente total do exercício	**2.350.048**	**2.486.739**	**1.894.503**	**2.360.292**
Atribuível a:				
Participação dos acionistas controladores	1.894.503	2.360.292	1.894.503	2.360.292
Participação dos acionistas não controladores	455.545	126.447	-	-
	2.350.048	**2.486.739**	**1.894.503**	**2.360.292**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota Explicativa	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018
Receita líquida	**21**	**25.436.417**	**22.968.885**	**11.601.406**	**12.802.755**
Custo dos produtos e serviços vendidos	22	(17.263.264)	(16.105.657)	(11.285.668)	(10.320.367)
Lucro bruto		**8.173.153**	**6.863.228**	**315.738**	**2.482.388**
Receitas (despesas) operacionais		**(4.631.236)**	**83.332**	**363.304**	**3.190.822**
Despesas com vendas	22	(2.342.805)	(2.263.688)	(542.393)	(645.928)
Despesas gerais e administrativas	22	(511.065)	(494.023)	(257.113)	(241.887)
Resultado da equivalência patrimonial	8.b	125.715	135.706	2.720.437	816.632
Outras (despesas)/Receitas operacionais, líquidas	23	(1.903.081)	2.705.337	(1.557.627)	3.262.005
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**3.541.917**	**6.946.560**	**679.042**	**5.673.210**
Resultado financeiro líquido	24	(2.131.184)	(1.495.643)	(1.367.202)	(897.645)
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**1.410.733**	**5.450.917**	**(688.160)**	**4.775.565**
Imposto de renda e contribuição social	14	**833.778**	**(250.334)**	**2.477.227**	**298.571**
Lucro líquido do exercício		**2.244.511**	**5.200.583**	**1.789.067**	**5.074.136**
Atribuível a:					
Participação dos acionistas controladores		1.789.067	5.074.136	1.789.067	5.074.136
Participação dos acionistas não controladores		455.444	126.447	-	-
Lucro básico e diluído por ação (em R$)	**19**	**1,29632**	**3,69498**	**1,29632**	**3,69498**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	Nota Explicativa	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018
Receitas		**28.701.852**	**29.144.363**	**14.597.894**	**18.845.223**
Vendas mercadorias, produtos e serviços		28.557.923	26.335.609	14.496.929	15.914.458
Outras receitas/(Despesas)		151.625	2.853.361	91.357	2.967.228
(Provisão)/Reversão créditos liquidação duvidosa		(7.696)	(44.607)	9.608	(36.463)
Insumos adquiridos de terceiros		**(20.043.617)**	**(17.620.827)**	**(13.783.622)**	**(11.455.064)**
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos		(15.273.523)	(14.829.430)	(11.755.635)	(11.078.146)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.631.026)	(2.655.691)	(1.985.476)	(315.864)
(Perda)/Recuperação de valores ativos		(139.068)	(135.706)	(42.511)	(61.054)
Valor adicionado bruto		**8.658.235**	**11.523.536**	**814.272**	**7.390.159**
Retenções					
Depreciação, amortização e exaustão	22	(1.519.331)	(1.273.021)	(717.403)	(586.198)
Valor adicionado líquido produzido		**7.138.904**	**10.250.515**	**96.869**	**6.803.961**
Valor adicionado recebido em transferência		**700.453**	**1.600.820**	**3.126.070**	**2.265.551**
Resultado de equivalência patrimonial	8.b	125.715	135.706	2.720.437	816.632
Receitas financeiras	24	379.042	1.310.514	264.529	1.354.316
Outros e variações cambiais ativas		195.696	154.600	141.104	94.603
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		**7.839.357**	**11.851.335**	**3.222.939**	**9.069.512**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal e encargos		2.659.536	2.297.125	1.367.278	1.240.649
Impostos, taxas e contribuições		211.914	1.383.850	(1.712.568)	418.372
Despesas financeiras, variações cambiais passivas e aluguéis		2.723.396	2.969.777	1.779.162	2.336.355
Dividendos		424.903	898.332	424.903	898.332
Lucro do exercício/Lucros retidos		1.364.164	4.175.804	1.364.164	4.175.804
Participação dos não controladores		455.444	126.447	-	-
Valor adicionado distribuído		**7.839.357**	**11.851.335**	**3.222.939**	**9.069.512**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	Nota Explicativa	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores		1.789.067	5.074.136	1.789.067	5.074.136
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores		455.444	126.447	-	-
Encargos sobre empréstimos e financiamentos captados	24	1.879.116	1.938.077	1.348.901	1.524.956
Encargos sobre empréstimos e financiamentos concedidos		(58.728)	(50.239)	(56.253)	(43.963)
Encargos sobre passivo de arrendamento	13.a	52.607	-	4.785	-
Depreciação, exaustão e amortização	22	1.519.331	1.273.021	717.403	586.198
Resultado de equivalência patrimonial	8.b	(125.715)	(135.706)	(2.720.437)	(816.632)
Tributos diferidos	14	(2.398.400)	(576.895)	(2.452.985)	(509.458)
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais		(164.223)	(34.279)	(180.214)	(27.112)
Variações monetárias e cambiais líquidas		853.449	1.002.137	764.983	865.646
Atualização ações - VJR	23	118.780	(1.655.813)	118.780	(1.655.813)
Baixas de imobilizado e intangível		114.603	38.245	90.001	19.280
Provisão passivo atuarial		(20.194)	(20.984)	(19.052)	(13.513)
Provisão (reversão) para consumo e serviços		(130.339)	55.726	(128.680)	81.354
Provisões passivos ambientais e desativação		17.110	(55.247)	(27.420)	(57.034)
Crédito de PIS e COFINS		(160.609)	(2.208.462)	(116.379)	(2.208.462)
Remissão de dívida intragrupo	23				(1.310.886)
Ganho líquido na alienação de subsidiária no exterior		-	(1.164.294)	-	-
Acordo contratual	23	(131.817)	-	(131.817)	-
Outras provisões		104.869	(21.877)	35.511	23.622
		3.714.351	**3.583.993**	**(963.806)**	**1.532.319**
Redução (aumento) dos ativos					
Contas a receber - terceiros		49.338	99.223	293.733	21.874
Contas a receber - partes relacionadas		(77.271)	22.071	(36.758)	(74.872)
Estoques		(218.242)	(800.050)	(74.250)	(711.114)
Créditos - partes relacionadas/Dividendos		99.276	113.800	4.306.373	6.350.877
Tributos a compensar		14.051	238.181	36.652	16.790
Depósitos judiciais		19.312	(7.496)	31.295	4.168
Outros ativos		(273.499)	(75.251)	(224.082)	22.540
		(387.035)	**(409.522)**	**4.332.963**	**5.630.263**
Aumento (redução) dos passivos					
Fornecedores		(354.288)	925.176	(148.847)	886.725
Fornecedores - risco sacado		1.055.546	65.766	1.055.546	65.766
Salários e encargos sociais		36.271	(1.100)	35.537	1.481
Tributos/Refis		280.413	(23.806)	(37.623)	31.354
Contas a pagar - partes relacionadas		1.956	129.031	51.811	28.475
Adiantamento de clientes		2.524.826	-	-	-
Adiantamento - partes relacionadas		-	-	402.176	-
Juros pagos	11.b	(2.039.112)	(2.141.710)	(1.400.496)	(1.670.988)
Juros recebidos		-	-	-	1.522
Outros passivos		38.951	80.277	60.107	87.814
		1.544.563	**(966.366)**	**18.211**	**(567.851)**
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**4.871.879**	**2.208.105**	**3.387.368**	**6.594.731**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Investimentos/AFAC/Aquisições ações		(209.832)	(218.840)	(246.402)	(244.498)
Aquisição ativo imobilizado	9 e 29	(2.214.456)	(1.317.102)	(1.347.892)	(630.485)
Recebimento/(Pagamento) em operações de derivativos		(230)	(372)	-	-
Aquisição de ativo intangível	10	(1.427)	(2.200)	-	-
Empréstimos concedidos - partes relacionadas		(101.913)	(101.908)	(216.047)	(106.291)
Recebimento de empréstimos - partes relacionadas		23.623	-	-	8.429
Aplicação financeira, líquido de resgate		289.213	(167.773)	305.473	(166.536)
Caixa recebido pela alienação de ações Usiminas		-	39.377	-	39.377
Caixa líquido da aquisição da CBSI		(21.345)	-	(24.000)	-
Caixa líquido recebido com a alienação de subsidiária no exterior		-	1.670.359	-	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(2.236.367)**	**(98.459)**	**(1.528.868)**	**(1.100.004)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações empréstimos e financiamentos	11.b e 29	10.068.627	2.143.679	3.448.534	600.364
Captações empréstimos e financiamentos - partes relacionadas		-	-	3.350.149	-
Custo de captação de empréstimos		(67.362)	(92.287)	(38.377)	(63.935)
Amortização empréstimos - principal	11.b	(11.775.093)	(5.019.978)	(6.127.733)	(2.675.163)
Amortização empréstimos principal - partes relacionadas	11.b	-	-	(1.303.443)	(3.423.046)
Amortização de arrendamento		(94.727)	-	(25.393)	--
Alienação ações em tesouraria		-	213.402	-	213.402
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(1.920.309)	(502.002)	(1.309.983)	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(3.788.864)**	**(3.257.186)**	**(2.006.246)**	**(5.348.378)**
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES		**(5.697)**	**(16.028)**	-	-
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(1.159.049)**	**(1.163.568)**	**(147.746)**	**146.349**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.248.004	3.411.572	539.853	393.504
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**1.088.955**	**2.248.004**	**392.107**	**539.853**
Informações adicionais aos fluxos de caixa:					
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.167.419)	336.962	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CNPJ: 33.042.730/0001-04 | NIRE: 35.300.396090

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 *(Em milhares de reais, exceto os dividendos por lote de mil ações)*

	Reserva de capital		Reservas de lucros					Resultados Abrangente										
	Capital social	Lucro na alienação de ações	Legal	Estatutária	Ações em tesouraria	Total	Lucros Acumulados	Ajustes acumulados de conversão	(Perdas)/Ganhos atuariais de plano de benefício definido	(Perda)/Ganho na variação percentual de investimentos	(Perda)/Ganho Hedge de Fluxo de Caixa	(Perda)/Ganho Hedge de Investimentos	Combinação Negócios	Total	Total do Patrimônio Líquido	Participação acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**4.540.000**	**30**	**-**	**238.976**	**(238.976)**	**-**	**(1.291.689)**	**98.474**	**(394.619)**	**(67.661)**	**(395.524)**	**17.911**	**2.960.771**	**3.779.032**	**7.027.373**	**1.260.856**	**8.288.229**
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	5.074.136	-	-	-	-	-	-	-	5.074.136	126.447	5.200.583
Resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	(87.101)	1.316	(105)	(1.045.771)	(21.852)	(651)	(2.713.844)	(2.713.844)	-	(2.713.844)
Resultado abrangente do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.074.136**	**(87.101)**	**1.316**	**(105)**	**(1.045.771)**	**(21.852)**	**(651)**	**(2.713.844)**	**2.360.292**	**126.447**	**2.486.739**
Lucro na alienação de ações	-	32.690	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.690	-	32.690
Venda de ações em tesouraria	-	-	-	-	180.712	180.712	-	-	-	-	-	-	-	-	180.712	-	180.712
Destinações:																	
Dividendos (R$654,16 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(898.332)	-	-	-	-	-	-	-	(898.332)	-	(898.332)
Constituição de reserva legal	-	-	189.122	-	-	189.122	(189.122)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva estatutária de capital de giro	-	-	-	2.694.993	-	2.694.993	(2.694.993)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(76.598)	(76.598)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**4.540.000**	**32.720**	**189.122**	**2.933.969**	**(58.264)**	**3.064.827**	**-**	**11.373**	**(393.303)**	**(67.766)**	**(1.441.295)**	**(3.941)**	**2.960.120**	**1.065.188**	**8.702.735**	**1.310.705**	**10.013.440**
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	1.789.067	-	-	-	-	-	-	-	1.789.067	455.444	2.244.511
Resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	32.922	(113.195)	(2.288)	185.525	2.472	-	105.436	105.436	101	105.537
Resultado abrangente do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.789.067**	**32.922**	**(113.195)**	**(2.288)**	**185.525**	**2.472**	**-**	**105.436**	**1.894.503**	**455.545**	**2.350.048**
Destinações:																	
Dividendos declarados em 18 de setembro de 2019 (R$299,00339 por lote de mil ações) e dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	(424.903)	-	-	-	-	-	-	-	(424.903)	(513.842)	(938.745)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(65.020)	(65.020)
Constituição de reserva legal	-	-	89.454	-	-	89.454	(89.454)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva estatutária de capital de giro	-	-	-	1.276.919	-	1.276.919	(1.276.919)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão por prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	2.209	-	-	-	-	-	-	-	2.209	-	2.209
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**4.540.000**	**32.720**	**278.576**	**4.210.888**	**(58.264)**	**4.431.200**	**-**	**44.295**	**(506.498)**	**(70.054)**	**(1.255.770)**	**(1.469)**	**2.960.120**	**1.170.624**	**10.174.544**	**1.187.388**	**11.361.932**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 *(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN"), também denominada "Companhia" ou "Controladora", é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas sendo denominados, em conjunto, "Grupo"). A sede social da Companhia está localizada em São Paulo. A CSN possui ações listadas na bolsa de valores de São Paulo, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na *Securities and Exchange Commission* (SEC). As principais atividades operacionais do Grupo estão divididas em 5 segmentos: • **Siderurgia:** Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas ("UPV"), localizada no Município de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui atividades comerciais nos Estados Unidos e operações em Portugal e Alemanha com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística. • **Mineração:** A produção de minério de ferro é desenvolvida nos municípios de Congonhas, Ouro Preto e Belo Vale, no Estado de Minas Gerais, pela controlada CSN Mineração S.A. ("CSN Mineração"). O minério de ferro é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e estão sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle da Companhia. O escoamento do minério é feito pelo Terminal de Carvão e Minérios do Porto de Itaguaí ("TECAR"), terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Estado do Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são também feitas por meio desse terminal por intermédio de prestação de serviços pela CSN Mineração à CSN. As atividades de mineração englobam ainda a exploração de estanho no Estado de Rondônia, a fim de suprir as necessidades da UPV. O excedente dessa matéria-prima é comercializado com controladas e terceiros. As atividades de mineração da Companhia utilizam barragens de rejeitos para as quais são regularmente adotadas todas as medidas cabíveis para mitigar os riscos inerentes à manipulação e descarte dos rejeitos e cumprir a legislação ambiental vigente. É importante reiterar que operar sem a dependência dessas barragens é uma prioridade em nossas atividades minerárias, tendo sido investidos cerca de R$250 milhões em duas plantas de filtragem de rejeitos, as quais já se encontram em fase de *ramp up* operacional adequando seu funcionamento, identificando e implementando diversas otimizações de processo. Com isso a CSN Mineração passará a processar integralmente os rejeitos em processo a seco, descartando a utilização de barragens em suas atividades de minério de ferro. Como consequência dessas medidas, o descomissionamento das barragens é o caminho natural do processamento de rejeito a seco. A totalidade das nossas barragens de mineração estão devidamente adequadas à legislação ambiental em vigor. • **Cimentos:** A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta atividade e seus negócios já existentes. Ao lado das instalações da UPV, em Volta Redonda/RJ, a Companhia instalou uma nova unidade de negócios, que produz cimento do tipo CP-III utilizando a escória produzida pelos altos-fornos da própria UPV. Explora ainda calcário e dolomito na unidade de Arcos, no Estado de Minas Gerais, para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimento. Adicionalmente em Arcos/MG, localiza-se a operação de produção de clínquer. Com isso a Companhia é autossuficiente na produção de cimento, com capacidade instalada de 4,7 milhões de toneladas anuais. • **Logística:** *Ferrovias:* A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S.A., que gerencia a Malha Sudeste da antiga Rede Ferroviária Federal S.A. ("RFFSA"), a Transnordestina Logística S.A. ("TLSA") e a FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL"), sendo que essas duas últimas detêm a concessão para operar a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, sendo de responsabilidade da TLSA os trechos de Eliseu Martins-Trindade, Trindade-Salgueiro, Salgueiro-Porto Suape, Salgueiro - Missão Velha e Missão Velha - Pecém (Malha II), em fase de construção, e a FTL responsável pelos trechos de São Luís a Altos, Altos a Fortaleza, Fortaleza a Sousa, Sousa a Recife/Jorge Lins, Recife/Jorge Lins a Salgueiro, Jorge Lins a Propriá, Paula Cavalcante a Cabedelo, Itabaiana a Macau (Malha I). *Portos:* A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon S.A., o Terminal de Contêineres ("TECON"), e, por meio de sua controlada CSN Mineração, o TECAR, ambos no Porto de Itaguaí. Localizados na baía de Sepetiba, possuem privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo. No TECON são realizadas movimentação e estocagem de contêineres, veículos, produtos siderúrgicos, carga geral entre outros produtos e no TECAR as atividades operacionais de carga e descarga e embarque de navios de granéis sólidos, armazenamento e distribuição (rodoviário e ferroviário) de carvão, coque, coque de petróleo, clínquer, concentrado de zinco, enxofre, minério de ferro entre outros granéis destinado ao mercado transoceânico, para consumo próprio ou para clientes diversos. • **Energia:** Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia possui ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. A nota 25 - "Informações por Segmento de Negócios" apresenta o detalhamento das informações financeiras por segmento de negócios da CSN. • **Continuidade Operacional:** Em 2019 a Companhia amortizou, entre principal e juros, cerca de R$13,8 bilhões de seus empréstimos e financiamentos. Em 2020 são esperados pagamentos de empréstimos, que, incluindo os juros a serem incorridos no próximo exercício, montam aproximadamente R$6,5 bilhões. A alavancagem financeira pode afetar adversamente os negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, sendo os seguintes principais impactos considerados pela Administração: • Dedicação de parte substancial do caixa gerado das operações para pagamento de empréstimos e financiamentos; • Exposição (i) a flutuações das taxas de juros, pela repactuação de dívidas e eventuais novas captações de empréstimos e financiamentos; e (ii) ao câmbio, uma vez que parte importante dos empréstimos e financiamentos é denominada em moeda estrangeira; • Aumento de vulnerabilidade econômico-financeira pelas eventuais condições adversas da indústria e segmento, pela limitação de recursos disponíveis no curto prazo, considerando a alta alavancagem financeira e os desembolsos de caixa previstos; • Limitação da habilidade da Companhia na realização de novos negócios (aquisições) até que a alavancagem financeira seja reduzida; • Limitação da habilidade da Companhia em obter novas linhas de crédito em condições mais favoráveis de juros em função dos riscos relacionados à alavancagem financeira atual. A habilidade da Companhia em continuar operando em base de continuidade depende, portanto, do atingimento de metas operacionais determinadas pela administração, além de refinanciamento das dívidas contratadas, e/ou ações relacionadas à desalavancagem financeira. Além do foco contínuo em melhorias do resultado operacional, a administração tem diversas iniciativas em curso para aumentar a liquidez da Companhia por meio de alongamento de prazos de pagamento de empréstimos e financiamentos. Este plano foi iniciado em 2015, com a repactuação de R$2,5 bilhões com a Caixa Econômica Federal e de R$ 2,2 bilhões com o Banco do Brasil S.A., deslocando os vencimentos de 2016 e 2017 para 2018 a 2022. Em 2016, a Companhia prorrogou parcelas de determinados contratos de NCE no montante de R$100 milhões e US$66 milhões de Pré-pagamento junto ao Bradesco, deslocando o vencimento de 2016 para 2019, que foram liquidados durante o referido exercício. Sempre engajada no plano de alongamento do prazo do seu endividamento, principalmente de curto prazo, a administração da Companhia concluiu, em fevereiro de 2018, a rolagem de R$ 4,98 bilhões da dívida com o Banco do Brasil, deslocando os vencimentos ao longo de 2018 a 2022 para vencimentos até 2024. Ainda em fevereiro de 2018 a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo ("Notes"), no valor de USD 350 milhões por meio da sua controlada CSN Resources S.A., com vencimento em 2023 e promoveu oferta de recompra ("Tender Offer") dos Notes emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp e CSN Resources S.A., tendo sido recomprados USD350 milhões em títulos cujo vencimentos eram previstos para 2019 e 2020. Em abril de 2019, a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo ("Notes"), no valor de USD 1 bilhão por meio de sua controlada CSN Resources S.A., sendo: USD400 milhões com vencimento em 2023 e USD600 milhões com vencimento em 2026. Promoveu oferta de recompra ("Tender Offer") dos Notes emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp e CSN Resources S.A., e foram recomprados USD1 bilhão em títulos, cujos vencimentos eram previstos para setembro de 2019 e julho de 2020, respectivamente. Em julho de 2019, a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo ("Notes"), no valor de USD 175 milhões por meio da sua controlada CSN Resources S.A., com vencimento em 2023 e promoveu o pagamento final da dívida em mercado externo ("Notes") emitida pela empresa CSN Islands XI Corp em setembro de 2019, no valor de USD142 milhões. Adicionalmente, a Administração estuda alternativas de desalavancagem financeira a partir da alienação de ativos não estratégicos. Entretanto, não é possível afirmar que estas vendas ocorrerão dentro de um período de 12 meses. Assim, a Companhia não segregou e não reclassificou quaisquer ativos nas demonstrações financeiras como operações descontinuadas de acordo com o CPC 31 (IFRS 5). Com base nas projeções de fluxos de caixa da administração que abrangem o período operacional até fevereiro de 2021, as quais dependem de fatores como atingimento das metas de produção, volumes e preços de venda, bem como das renegociações dos empréstimos e financiamentos, a administração entende que a Companhia possui os recursos adequados para dar continuidade às suas operações. Desta forma, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.a) Base de preparação e declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pela CVM, além das próprias normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS e normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 5 - Reconhecimento da provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber de clientes; • Nota explicativa 14 - Imposto de renda e contribuição social diferido: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; • Nota explicativa 10.a - Teste de redução ao valor recuperável de ágio (*impairment*); • Nota explicativa 12 - Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge ("*hedge accounting*"). • Nota explicativa 16 - Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e depósitos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Nota explicativa 26 - Benefício de aposentadoria; As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 04 de março de 2020. **2.b) Base de apresentação:** As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos, conforme demonstrado a seguir:

• Empresas

Empresas	Quantidade de ações detidas pela CSN (em unidades)	Participação no capital social (%) 31/12/2019	31/12/2018	Atividades principais
Participação direta em controladas: consolidação integral				
CSN Islands VII Corp.	20.001.000	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XI Corp.	50.000	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XII Corp.	1.540	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Steel S.L.U.	22.042.688	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
TdBB S.A. (*)		100,00	100,00	Participações societárias
Sepetiba Tecon S.A.	254.015.052	99,99	99,99	Serviços portuários
Minérios Nacional S.A.	141.719.295	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
Companhia Florestal do Brasil	42.551.519	99,99	99,99	Reflorestamento
Estanho de Rondônia S.A.	195.454.162	99,99	99,99	Mineração de Estanho
Companhia Metalúrgica Prada	445.921.292	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
CSN Gestão de Recursos Financeiros Ltda. (1)			99,99	Gestão de recursos e a administração de carteiras de títulos e valores mobiliários
CSN Mineração S.A.	158.419.480	87,52	87,52	Mineração e participações societárias
CSN Energia S.A.	43.149	99,99	99,99	Comercialização de energia elétrica
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	486.592.830	92,38	91,69	Logística ferroviária
Nordeste Logística S.A.	99.999	99,99	99,99	Serviços portuários
Aceros México CSN (2)			0,08	Representação comercial, venda de aço e atividades correlatas
CSN Inova Ltd.		100,00	100,00	Assessoria e implementação de novos projetos de desenvolvimento
CSN Equipamentos S.A. (3)	999	99,99		Aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura (4)	3.752.292	100,00		Prestação de Serviços
Participação indireta em controladas: consolidação integral				
Lusosider Projetos Siderúrgicos S.A.		100,00	100,00	Participações societárias e comercialização de produtos
Lusosider Aços Planos, S.A.		99,99	99,99	Siderurgia e participações societárias
CSN Resources S.A.		100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
Companhia Brasileira de Latas		99,99	99,99	Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA		99,67	99,67	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM		99,67	99,67	Produção e comercialização de latas e atividades afins
CSN Steel Holdings 1, S.L.U.		100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Productos Siderúrgicos S.L.		100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Stalhwerk Thüringen GmbH		100,00	100,00	Produção e comercialização de aços longos e atividades afins
CSN Steel Sections UK Limited (*)		100,00	100,00	Comercialização de aços longos
CSN Steel Sections Polska Sp.Z.o.o		100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Asia Limited (5)			100,00	Representação Comercial
CSN Mining Holding, S.L		87,52	87,52	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Mining GmbH		87,52	87,52	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Mining Asia Limited		87,52	87,52	Representação comercial
Aceros México CSN (2)			99,92	Representação comercial, venda de aço e atividades correlatas
Lusosider Ibérica S.A.		100,00	100,00	Siderurgia, atividades comerciais e industriais, e participações societárias.
CSN Mining Portugal, Unipessoal Lda.		87,52	87,52	Comercialização e representação de produtos.
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC		100,00	100,00	Importação e distribuição/revenda dos produtos
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como *joint-operation*: consolidação proporcional				
Itá Energética S.A.	253.606.846	48,75	48,75	Geração de energia elétrica
Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava		17,92	17,92	Consórcio de energia elétrica
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como *joint-venture*: equivalência patrimonial				
MRS Logística S.A. (6)	63.377.198	18,64	18,64	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A.		31,82	31,82	Companhia dormente
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura (4)			50,00	Prestação de Serviços
Transnordestina Logística S.A. (7)	24.670.093	47,26	46,30	Logística ferroviária
Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como *joint-venture*: equivalência patrimonial				
MRS Logística S.A.		16,30	16,30	Transporte ferroviário
Participação direta em coligadas: equivalência patrimonial				
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	46.994.971	20,00	20,00	Metalurgia e participações societárias

(*) Companhias dormentes, portanto não apresentadas na nota 8.a, onde são divulgadas informações de empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e valor justo por meio do resultado e resultados abrangentes. 1. A CSN Gestão de Recursos Financeiros foi liquidada em 13 de junho de 2019. 2. Em 01 de fevereiro de 2019 foi cancelado o Registro Federal de Contribuinte e, portanto, finalizado o processo de liquidação da empresa Aceros Mexico CSN, contudo, perante terceiros e para efeitos de direito mercantil, a liquidação retroage à 18 de setembro de 2018; 3. Empresa constituída em 22 de Agosto de 2019; 4. Em 29 de novembro de 2019 foi celebrado contrato de compra e venda de ações, por meio do qual a Companhia Siderúrgica Nacional adquiriu a totalidade da participação que a CKTR Brasil Serviços Ltda detinha na CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura. Com isso, a partir da data mencionada, a CSN passou a deter 100% do capital social da CBSI; 5. Em 06 de agosto de 2019 a CSN Asia Limited foi liquidada; 6. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia possuía diretamente 26.611.282 ações ordinárias, 2.673.312 ações preferenciais Classe A e 34.092.604 ações preferenciais Classe B, totalizando 36.765.916 ações preferenciais da empresa MRS Logística S.A.; 7. Em 10 de maio de 2019, houve a transferência de 501.789 ações do acionista FINOR, todas preferenciais da classe B, para a acionista CSN. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía 24.168.304 ações ordinárias, 501.789 ações preferenciais Classe B (em 31 de dezembro de 2018 possuía 24.168.304 ações ordinárias e não possuía ações preferenciais).

• Fundos Exclusivos

Fundos Exclusivos	Participação no capital social (%) 31/12/2019	31/12/2018	Atividades principais
Participação direta: consolidação integral			
Diplic II - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Caixa Vértice - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento
VR1 - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram adotados os seguintes procedimentos de consolidação: • **Transações entre controladas, coligadas, *joint-ventures* e *joint-operations*:** Os ganhos não realizados em transações com controladas, controladas em conjunto e coligadas são eliminados na medida da participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, onde são reclassificados parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social. A data base das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. **Controladas:** Controladas são todas as entidades, cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. **Controladas em Conjunto:** Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado contratualmente convencionado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais das partes envolvidas. As operações em conjunto (*joint operations*) são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados. A Companhia reclassifica o efeito no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, e desta forma é reclassificada parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos, receita de vendas e imposto de renda e contribuição social. **Coligadas:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a controladora tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. • **Transações e participações de não controladores:** A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido. Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado. **2.c) Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, são apresentados os investimentos em controladas e coligadas contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são feitos, em ambas as demonstrações financeiras, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs. **2.d) Moedas estrangeiras: i. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico na qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo. **ii. Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior. Em consonância com o CPC 02 e a ICPC 21 - Transação em moeda estrangeira e adiantamento, as operações onde a Companhia reconhece um ativo não monetário ou passivo não monetário, que envolvam pagamentos ou recebimentos antecipados em moeda estrangeira, são registradas pela taxa de câmbio da data que a entidade reconheceu inicialmente (data de transação) o ativo não monetário ou passivo não monetário. Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2019, US$1 equivale a R$4,0307 (R$3,8748 em 31 de dezembro de 2018) e €$ 1 equivale a R$4,5305 (R$4,4390 em 31 de dezembro de 2018), conforme taxas extraídas do site do Banco Central do Brasil. Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **iii. Empresas do Grupo:** Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos na moeda de apresentação, como segue: • Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; • As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações); • Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado em outros resultados abrangentes e; • Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida. **2.e) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito bancário e os títulos públicos que não atendem aos critérios acima não são considerados equivalentes de caixa e estão classificados como aplicações financeiras, conforme nota 4. **2.f) Contas a receber de clientes:** Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. Com a adoção do novo CPC 48/IFRS 09 - Instrumentos financeiros, a Companhia passou a aplicar o novo modelo de perdas esperadas para a vida inteira, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis. Essas perdas de crédito esperadas são estimadas conforme matriz de taxa de perda por faixa de vencimento adotada pela Companhia, desde o momento inicial (reconhecimento) do ativo. A Companhia considera o histórico dos clientes, índice de inadimplência, situação financeira e a posição de seus assessores jurídicos para estimar as perdas de crédito esperadas. **2.g) Estoques:** São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias-primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias. As pilhas de minério são contabilizadas como estoque quando são removidas da mina. O custo de produtos acabados compreende todos os custos diretos necessários para transformar os estoques em produtos acabados. **2.h) Investimentos:** Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita ou (despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. No caso de variação cambial de investimento no exterior que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas nas contas de ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira, no patrimônio líquido da Companhia bem como ajustes de plano de pensão que impactam o patrimônio líquido das subsidiárias e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo, ou valor justo. Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia. **2.i) Propriedade para investimento:** As propriedades para investimento da Companhia consistem-se de terrenos e edificações mantidos para auferir rendas de aluguel e valorização do capital. O método de mensuração utilizado é o do custo de aquisição ou construção reduzido da depreciação acumulada e redução ao seu valor recuperável, quando aplicável. A depreciação acumulada é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada das propriedades sujeitas à depreciação conforme Nota 8.g. Os terrenos não são depreciados por terem vida útil indefinida. **2.j) Combinação de negócios:** O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. **2.k) Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor conforme nota 9. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos. Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado. Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/outras despesas operacionais". Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem: • Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área; • Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos; • Determinação do volume e a qualidade do bem mineral; • Exame e teste dos processos e métodos de extração; • Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infraestrutura; • Estudos de mercado e estudos financeiros. Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério. A fase de desenvolvimento inclui: • Perfurações para definir o corpo do minério; • Planos de acessos e drenagem; • Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril. Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas. Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério e são amortizados ao longo da vida útil da jazida. A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques. **2.l) Arrendamento mercantil:** Na celebração de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O arrendamento é caracterizado por um aluguel ou transmissão de direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais. O ativo arrendado deve ser claramente especificado. A Companhia determina no reconhecimento inicial, o prazo do arrendamento ou prazo não cancelável, que será utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pela Companhia quando ocorrer um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável. A Companhia adota isenção de reconhecimento, conforme previsto na norma, para o arrendatário de contratos com prazos inferiores a 12 (doze) meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor. Na data de início, a Companhia reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente. O ativo de direito de uso deve ser mensurado ao custo. O custo inclui o passivo de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. Já o passivo de arrendamento é mensurado na data de início pela Companhia ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que são efetuados nessa data. Os pagamentos são descontados a taxa de juro implícita no arrendamento, ou caso a taxa não possa ser determinada, será utiliza taxa incremental sobre o empréstimo da Companhia. Para os contratos que a Companhia determina a taxa de negócio, entende-se que essa taxa é a taxa implícita em termos nominais e a qual é aplicada no desconto do fluxo de pagamentos futuros. Nos contratos sem definição de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimo, obtendo a mesma através de consultas em bancos onde tem relacionamento, ajustadas a inflação prevista para os próximos anos. Para a mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 - Ativo Imobilizado. No entanto, para efeito de depreciação, a Companhia determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor. Os efeitos de PIS e COFINS a recuperar gerados após o efetivo pagamento das obrigações serão registrados como redutor das despesas de depreciação do direito de uso e das despesas financeiras reconhecidas mensalmente. Também será aplicado o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos a fim de determinar se o ativo de direito de uso apresenta problemas de redução ao valor recuperável e contabilizar qualquer perda por redução ao valor recuperável identificada. **2.m) Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios. Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos estimados de exploração ou recuperação. Direitos de exploração mineral são classificados como direitos e licenças no grupo de intangível. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados. • **Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições em combinação de negócio é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) ou a qualquer tempo quando as circunstâncias indicarem uma possível perda. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida. O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional. • **Software:** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada em até 10 anos. **2.n) *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados e propriedades para investimento, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente a cada exercício para a análise de uma possível reversão do *impairment*. **2.o) Benefícios a empregados: i. Benefícios a Empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. **Planos de benefício definido:** Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado pelo método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. O valor presente dos benefícios econômicos é calculado levando-se em consideração as exigências de custeio aplicáveis aos planos da Companhia. Um benefício econômico está disponível para a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano ou na liquidação dos passivos do plano. A controladora e algumas subsidiárias ofereciam benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Quando os benefícios se tornam direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado. **ii. Participação nos lucros e bônus:** A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocados ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas. **2.p) Provisões** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Os honorários de êxito são provisionados à medida em que torna provável a ocorrência de desembolsos. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.q) Capital Social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou vendidas. Quando essas ações são subsequentemente vendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.r) Reconhecimento de receita:** A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 47/ IFRS 15 foi adotado pela Companhia, todos os ativos estão registrados conforme a respectiva prática. A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação que a entidade espera receber em troca da entrega do bem ou serviço prometido ao cliente. O reconhecimento da receita se dá quando ou à medida que a entidade satisfizer uma obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço ao cliente, sendo que por obrigação de performance entende-se como uma promessa executória em um contrato com um cliente para a transferência de um bem/ serviço ou uma série de bens ou serviços. A transferência é considerada efetuada quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. Os serviços de frete exportação nas modalidades CFR (*Cost and Freight*) e CIF(*Cost, Insurance and Freight*), onde a Companhia é responsável pelo serviço de frete, são considerados serviços distintos e, portanto, uma obrigação separada, tendo sua alocação à parte do preço da transação e com reconhecimento no resultado conforme a efetiva prestação do serviço ao longo do tempo. Tal receita alocada ao frete não afeta de forma significativa o resultado do exercício da Companhia e, portanto, a mesma não é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Para os demais serviços prestados, a receita é reconhecida em função de sua realização. **2.s) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, receita de dividendos de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, dividendos sobre ações preferenciais, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos financeiros derivativos que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **2.t) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, as taxas decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis editadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Anualmente é realizada uma revisão para verificar a existência de lucros futuros tributáveis e é reconhecida uma provisão para perda quando a realização desses créditos não seja provável. **2.u) Lucro/(Prejuízo) por ação:** O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico. **2.v) Custos ambientais e restauração de áreas:** A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação. As despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção. As obrigações com desativação de ativos A.R.O (Asset retirement obligation) consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. **2.w) Pesquisa e desenvolvimento:** Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado. **2.y) Instrumentos financeiros:** A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 48 / IFRS 9 foi adotado pela Companhia, sendo assim, todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática. **i) Ativos financeiros:** Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro. • **Reconhecimento e Mensuração:** A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias; i) ativos mensurados ao custo de amortização, ii) valor justo por meio do resultado, iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **i. Custo de amortização:** Os ativos mensurados ao custo de amortização devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia reconhece suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment diretamente no resultado. **ii. Valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **iii. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo o objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida: os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes". No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado, ii) instrumento de patrimônio: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e nunca são reclassificados para o resultado. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. • **Desreconhecimento Ativos Financeiros:** Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a empresa deter substancialmente todos os

SIDERURGIA MINERAÇÃO CIMENTO LOGÍSTICA ENERGIA

CNPJ: 33.042.730/0001-04 | NIRE: 35.300.396090

riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro. **ii) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. • **Passivo financeiro ao custo amortizado:** A companhia deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificado ao valor justo por meio do resultado e contratos de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambias são reconhecidos no resultado. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento, dividendo, arrendamento, forfait, debêntures e fornecedores. • **Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado:** Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado. • **Desreconhecimento Passivos Financeiros:** Os passivos financeiros são baixados apenas quando, forem extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também extingue um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou quando a realização do ativo e liquidação do passivo ocorrerem simultaneamente. **iv) Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*: • Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado na rubrica Resultado Financeiro na demonstração do resultado. • ***Hedge* de fluxo de caixa:** A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos passivos financeiros como instrumento de *hedge* em um risco cambial associado aos fluxos de caixa provenientes das exportações previstas e altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa). A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos (exportações previstas), assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início da *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica "*Hedge Accounting*". Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte não efetiva são reconhecidos em outras despesas/receitas operacionais, quando aplicável. Os valores acumulados no patrimônio são realizados no resultado operacional nos períodos em que as exportações previstas afetam o resultado. Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é liquidado antecipadamente, ou a relação de *hedge* não mais atende aos critérios de contabilização de *Hedge Accounting* ou ainda quando a Administração decide descontinuar a contabilização de *Hedge Accounting*, todo ganho ou perda acumulada existente no patrimônio naquele momento permanece registrado no patrimônio líquido e, a partir desse momento, as variações cambiais são registradas no resultado financeiro. Quando a transação prevista é realizada, o ganho ou perda é reclassificado para o resultado operacional. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado na rubrica "Outras Operacionais". As movimentações dos valores de *hedge* denominados como *hedge* de fluxo de caixa de exportação estão demonstradas na nota 12 - Instrumentos Financeiros. • ***Hedge* de investimento líquido:** A Companhia designa para o *hedge* de investimento líquido uma parte de seus passivos financeiros como instrumento de *hedge* de seus investimentos no exterior com moeda funcional diferente da moeda do Grupo de acordo com o CPC38/IAS39. Essa relação ocorre, pois, passivos financeiros estão relacionados aos investimentos nos montantes necessários para a relação efetiva. A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os objetos protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações dos itens protegidos por *hedge*. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de investimento líquido é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica *Hedge Accounting*. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte não efetiva são reconhecidos em Outras Operacionais, quando aplicável. Em algum momento da relação de *hedge* o saldo da dívida for superior ao saldo do investimento, a variação cambial sobre o excesso da dívida será reclassificada para a demonstração do resultado nas outras receitas/despesas operacionais (inefetividade do *hedge*). Os valores acumulados no patrimônio serão realizados no resultado na alienação ou baixa da operação no exterior. As movimentações dos valores de *hedge* de investimento líquido estão demonstradas na nota 12 - Instrumentos Financeiros. **2.z) Informações por segmento:** Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis. **2.a.a) Subvenções governamentais:** As subvenções governamentais são reconhecidas quando houver segurança de que: - a Companhia irá atender as condições relacionadas à subvenção; - a subvenção será recebida. A subvenção deverá ser reconhecida como receita à medida que a Companhia reconhecer os custos objetos de compensação da subvenção. A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Sul, Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes. **2.a.b) Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas:** Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil for recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não pelo uso contínuo. Os critérios de classificação de ativos mantidos para venda são considerados como atendidos somente quando a alienação for altamente provável e o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações. O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment*. **2.a.c) Demonstração do valor adicionado:** Conforme lei 11.638/07 a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional. A demonstração do valor adicionado deve evidenciar a riqueza criada pela Companhia e demonstrar sua distribuição. **2.a.d) Nova norma e interpretação ainda não adotada:** A seguinte norma e interpretação foi emitida e será obrigatória para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2020 e 2021 e não teve sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019:

Norma	Principais pontos introduzidos pela norma	Vigência
Estrutura Conceitual para relatórios financeiros	Revisão da Estrutura Conceitual estabelecendo um conjunto abrangente de conceitos visando a orientação sobre relatórios de desempenho financeiro; melhores definições e orientações, destacando a definição de um passivo; e esclarecimento em áreas relevantes.	1º de janeiro de 2020

- CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro: A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (*Conceptual Framework for Financial Reporting*) define os conceitos fundamentais para relatórios financeiros que orientam os órgãos normatizadores no desenvolvimento das suas normas contábeis.

As alterações propostas visam trazer aos preparadores e usuários das informações contábeis uma melhor compreensão do alcance da aplicação da norma. A Companhia estima que não terá impactos relevantes trazidos pela revisão do CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, uma vez que já aplica de forma assídua os conceitos estabelecidos pela norma.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018
Circulante				
Disponibilidades				
Caixa e Bancos	496.769	1.124.714	99.835	37.323
Aplicações Financeiras				
No País:				
Títulos públicos	69.093	10.247	735	477
Títulos privados	462.831	609.480	291.537	410.036
	531.924	**619.727**	**292.272**	**410.513**
No Exterior:				
Títulos privados	60.262	503.563	-	92.017
Total das Aplicações Financeiras	**592.186**	**1.123.290**	**292.272**	**502.530**
Caixa e equivalentes de caixa	**1.088.955**	**2.248.004**	**392.107**	**539.853**

Os recursos financeiros disponíveis no país são aplicados basicamente em operações compromissadas e certificados de depósitos bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), e os títulos públicos são basicamente operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional. A Companhia aplica parte dos recursos através dos fundos de investimentos exclusivos, cujas demonstrações financeiras foram consolidadas na Companhia. Os fundos são administrados pelo BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. e pela Caixa Econômica Federal (CEF). Os recursos financeiros disponíveis no exterior são aplicados em títulos privados, em bancos considerados pela Administração como de primeira linha e é remunerada a taxas pré-fixadas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado Circulante 31/12/2019	Consolidado Circulante 31/12/2018	Consolidado Não Circulante 31/12/2019	Consolidado Não Circulante 31/12/2018	Controladora Circulante 31/12/2019	Controladora Circulante 31/12/2018	Controladora Não Circulante 31/12/2019
CDB - Certificado de depósito bancário [1]	481.409	882.376	-	-	481.409	882.376	-
Títulos públicos [2]	37.144	13.337	-	-	395	621	-
Time Deposit [3]	-	-	-	7.772	-	-	-
Ações Usiminas [4]	2.114.620	-	-	-	2.114.620	-	-
Bonds [5]	-	-	95.719	-	-	-	95.719
	2.633.173	**895.713**	**95.719**	**7.772**	**2.596.424**	**882.997**	**95.719**

(1) Aplicação financeira com modalidade restrito e vinculada em Certificado de Depósito Bancário para garantia de carta fiança junto a instituições financeiras. (2) Aplicação financeira em títulos Públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por seus fundos exclusivos. (3) Em 31 de dezembro de 2019 foi resgatada integralmente a aplicação financeira em Time Deposit em custódia para cobertura de despesas adicionais da alienação da CSN LLC. (4) Em dezembro de 2019 a Companhia optou por reclassificar o investimento da Usiminas para o ativo circulante (vide nota 8.f e 12.II), sendo que parte das ações garante uma parcela da dívida da Companhia. (5) Bonds junto ao banco Fibra com vencimento em fevereiro de 2028.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018
Clientes				
Terceiros				
Mercado interno	1.118.632	1.369.396	852.434	1.094.323
Mercado externo	1.003.905	852.821	62.833	141.484
	2.122.537	**2.222.217**	**915.267**	**1.235.807**
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(245.194)	(237.352)	(167.247)	(176.855)
	1.877.343	**1.984.865**	**748.020**	**1.058.952**
Partes Relacionadas (nota 18 b)	170.588	93.317	943.623	906.865
	2.047.931	**2.078.182**	**1.691.643**	**1.965.817**

A Companhia realiza operações de cessão de crédito sem coobrigação, em que após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos provenientes do fechamento de cada operação, a CSN liquida as contas a receber e se desobriga integralmente do risco de crédito da operação. Em 31 de dezembro de 2019 essa operação no Consolidado totaliza um montante de R$ 51.161 (R$46.210 em 31 de dezembro de 2018) e na Controladora R$ 47.994 (R$40.849 em 31 de dezembro de 2018). A composição do saldo bruto das contas a receber de clientes terceiros é demonstrada da seguinte forma:

	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018
A vencer	1.739.746	1.514.847	731.377	758.433
Vencidos até 30 dias	132.845	177.287	9.089	48.705
Vencidos até 180 dias	23.877	47.684	6.684	8.361
Vencidos acima de 180 dias	226.069	482.399	168.117	420.308
	2.122.537	**2.222.217**	**915.267**	**1.235.807**

As movimentações nas perdas de crédito de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018
Saldo inicial	**(237.352)**	**(191.979)**	**(176.855)**	**(140.392)**
Perdas de crédito esperadas	(43.313)	(53.706)	(18.540)	(39.042)
Recuperação de créditos	35.471	8.333	28.148	2.579
Saldo final	**(245.194)**	**(237.352)**	**(167.247)**	**(176.855)**

6. ESTOQUES

	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018
Produtos acabados	1.691.842	1.501.969	1.141.385	951.529
Produtos em elaboração	1.294.369	1.217.611	1.081.050	959.414
Matérias-primas	1.493.129	1.584.140	1.021.350	1.273.029
Almoxarifado	902.135	857.402	502.591	495.385
Adiantamento a fornecedores	35.828	36.192	31.541	28.185
(-) Perdas estimadas	(134.553)	(157.754)	(41.201)	(45.076)
	5.282.750	**5.039.560**	**3.736.716**	**3.662.466**

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018
Saldo inicial	**(157.754)**	**(135.840)**	**(45.076)**	**(51.968)**
(Perdas estimadas)/Reversão de estoques de baixa rotatividade e obsolescência	23.201	(21.914)	3.875	6.892
Saldo final	**(134.553)**	**(157.754)**	**(41.201)**	**(45.076)**

7. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os grupos de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

	Consolidado Circulante 31/12/2019	Consolidado Circulante 31/12/2018	Consolidado Não Circulante 31/12/2019	Consolidado Não Circulante 31/12/2018	Controladora Circulante 31/12/2019	Controladora Circulante 31/12/2018	Controladora Não Circulante 31/12/2019	Controladora Não Circulante 31/12/2018
Depósitos judiciais (nota 16)	-	-	328.371	347.950	-	-	224.300	255.595
Créditos junto a PGFN [1]	-	-	46.774	46.774	-	-	46.774	46.774
Tributos a recuperar [2]	1.282.415	1.412.335	2.119.940	1.822.388	1.129.584	1.265.003	1.907.420	1.692.274
Despesas antecipadas	107.428	49.830	126.213	49.808	82.664	25.716	110.099	34.450
Despesa com frete [3]	96.305	117.156	-	-	-	2.357	-	-
Ativo atuarial - partes relacionadas (nota 18 b)	-	-	13.714	99.894	-	-	-	85.415
Instrumentos financeiros derivativos (nota 12 I)	1.364	351	4.203	-	-	-	4.203	-
Títulos para negociação (nota 12 I)	4.034	4.503	-	-	3.875	4.352	-	-
Estoque minério de ferro [4]	-	-	144.499	144.499	-	-	-	-
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR	-	-	199	26.598	-	-	199	26.598
Empréstimos com partes relacionadas (nota 18 b e 12 I)	-	2.675	846.300	706.605	-	22.807	883.394	588.285
Outros créditos com partes relacionadas (nota 18 b)	1.830	3.649	428.672	218.840	14.770	15.395	674.800	458.177
Outros títulos a receber (nota 12 I)	-	-	7.059	7.451	-	-	1.109	1.213
Empréstimo compulsório da Eletrobrás (nota 12 I) [5]	-	-	845.284	813.428	-	-	844.438	812.803
Dividendos a receber (nota 18 b)	44.554	46.171	-	-	33.447	259.186	-	-
Débitos de empregados	33.045	31.645	-	-	20.657	19.684	-	-
Outros	102.021	84.709	146.326	988	17.979	3.055	146.326	986
	1.672.996	**1.753.024**	**5.057.554**	**4.285.223**	**1.302.976**	**1.617.555**	**4.843.062**	**4.002.570**

1. Refere-se ao excesso de depósito judicial originado pelo programa do REFIS de 2009.
2. Refere-se principalmente a PIS/COFINS, ICMS a recuperar e imposto de renda e contribuição social a compensar. Em 20 de setembro de 2018 transitou em julgado o Mandado de Segurança e Recurso Especial impetrado em 2006, no qual são partes CSN e União Federal, relacionado à discussão acerca da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, tendo sido confirmado o direito da CSN de compensar os valores indevidamente recolhidos em decorrência da base de PIS e COFINS estar majorada pela inclusão do ICMS no período de 2001 a 2014. 3. Refere-se a pagamento de despesas com frete e seguro marítimo sobre receitas de vendas não reconhecidas. 4. Estoques de longo prazo de minério de ferro que serão utilizados quando da implementação da Planta de Beneficiamento, gerando como produto final o *Pellet Feed* com expectativa de início de realização prevista a partir do 2º semestre de 2021. 5. Trata-se principalmente de valor líquido, certo e exigível, oriundo do trânsito em julgado de decisão judicial favorável à Companhia, a qual é irretratável e irrevogável, no sentido de aplicar o posicionamento consolidado do STJ sobre o tema, que culminou na condenação da Eletrobrás ao pagamento dos corretos juros e correção monetária do Empréstimo Compulsório. O referido trânsito em julgado, bem como a certeza e segurança sobre valores envolvidos na liquidação de sentença (procedimento judicial para requerer a satisfação do direito), permitiram a conclusão de que a entrada desse valor é certa. Além deste valor já contabilizado, a Companhia continua buscando alternativas para a recuperação de créditos adicionais cuja estimativa pode atingir um valor superior a R$350 milhões.

8. INVESTIMENTOS

• **Plano de desalavancagem:** Com o objetivo primário de reduzir a alavancagem financeira da Companhia, a Administração está empenhada com um plano de alienação de um conjunto de ativos, entretanto, não é possível confirmar que a venda, dentro de um período de 12 meses, seja altamente provável para nenhum dos ativos contemplados no plano. A Companhia considera diversos cenários de venda que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais. Nesse contexto, a Companhia não segregou e não reclassificou tais ativos nas demonstrações financeiras como operações descontinuadas de acordo com o CPC 31 (IFRS 5).

8.a) Participações diretas em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

Empresas	31/12/2019 Ativo	31/12/2019 Passivo	31/12/2019 Patrimônio líquido	31/12/2019 *Fair Value*	31/12/2019 Participação no Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	31/12/2018 Ativo	31/12/2018 Passivo	31/12/2018 Patrimônio líquido	31/12/2018 *Fair Value*	31/12/2018 Participação no Lucro líquido/(prejuízo) do exercício
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial										
Controladas										
CSN Islands VII Corp.	361.540	2.208.748	(1.847.208)	-	(198.112)	338.645	1.987.741	(1.649.096)	-	(1.470.943)
CSN Islands XI Corp.	3.997.823	4.232.102	(234.279)	-	(102.641)	2.178.010	2.309.647	(131.637)	-	(89.133)
CSN Islands XII Corp.	2.219.057	4.036.189	(1.817.132)	-	(339.727)	2.402.671	3.880.076	(1.477.405)	-	(331.582)
CSN Steel S.L.U.	3.642.029	135.672	3.506.357	-	(49.406)	3.763.095	242.722	3.520.373	-	1.793.490
Sepetiba Tecon S.A.	719.750	406.738	313.012	-	(4.422)	480.459	163.026	317.433	-	23.853
Minérios Nacional S.A.	141.442	52.275	89.167	-	17.495	110.446	38.774	71.672	-	(13.819)
Valor Justo - Minérios Nacional	-	-	2.123.507	-	-	-	-	2.123.507	-	-
Estanho de Rondônia S.A.	49.860	59.804	(9.944)	-	(14.685)	48.181	45.207	2.974	-	(1.998)
Companhia Metalúrgica Prada	735.887	589.658	146.229	-	60.662	644.954	559.386	85.568	-	(84.265)
CSN Mineração S.A.	13.888.599	5.698.541	8.190.058	-	3.207.097	13.235.705	4.190.564	9.045.141	-	929.358
CSN Energia S.A.	98.866	37.306	61.560	-	12.854	138.644	45.778	92.866	-	54.596
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	500.984	247.780	253.204	-	(54.576)	403.623	123.220	280.403	-	(33.626)
Companhia Florestal do Brasil	52.939	19.586	33.353	-	(533)	34.990	1.604	33.386	-	(556)
Nordeste Logística	82	60	22	-	(7)	85	56	29	-	4
CSN Equipamentos S.A.	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	82.332	70.942	11.390	-	7.422	-	-	-	-	-
Ágio - CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	-	-	15.225	-	-	-	-	-	-	-
	26.491.191	**17.795.401**	**10.834.522**	**-**	**2.541.421**	**23.779.508**	**13.587.801**	**12.315.214**	**-**	**775.379**
Joint-venture* e *Joint-operation										
Itá Energética S.A.	259.777	16.255	243.522	-	5.995	258.835	16.288	242.547	-	9.188
MRS Logística S.A.	2.073.125	1.308.439	764.686	-	93.822	1.563.350	846.813	716.537	-	97.226
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	-	-	-	-	-	25.941	19.997	5.944	-	4.501
Transnordestina Logística S.A. (*)	4.398.434	3.209.378	1.189.056	271.116	(17.100)	4.065.604	2.883.851	1.181.753	271.116	(20.429)
	6.731.336	**4.534.072**	**2.197.264**	**271.116**	**82.717**	**5.913.730**	**3.766.949**	**2.146.781**	**271.116**	**90.486**
Coligada										
Arvedi Metalfer do Brasil	44.435	31.712	12.723	-	(1.682)	40.712	26.308	14.404	-	(5.087)
	44.435	**31.712**	**12.723**	**-**	**(1.682)**	**40.712**	**26.308**	**14.404**	**-**	**(5.087)**
Classificados como valor justo através do resultado (nota 12 I)										
Usiminas	-	-	-	-	-	-	-	2.250.623	-	-
Panatlântica	-	-	47.300	-	-	-	-	28.566	-	-
	-	**-**	**47.300**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.279.189**	**-**	**-**
Outros Investimentos										
Lucros nos estoques de controladas	-	-	(18.563)	-	97.811	-	-	(116.375)	-	(43.903)
Outros	-	-	63.538	-	170	-	-	63.538	-	(243)
			44.975	**-**	**97.981**	**-**	**-**	**(52.837)**	**-**	**(44.146)**
Total dos investimentos			**13.407.900**	**-**	**2.720.437**	**-**	**-**	**16.973.867**	**-**	**816.632**
Classificação dos investimentos no balanço patrimonial										
Investimentos no ativo	-	-	17.316.463	-	-	-	-	20.232.005	-	-
Investimentos com passivo a descoberto	-	-	(3.908.563)	-	-	-	-	(3.258.138)	-	-
			13.407.900	**-**	**-**	**-**	**-**	**16.973.867**	**-**	**-**

(*) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Fair Value gerado na perda do controle da Transnordestina Logística S.A. é de R$659.105 e impairment de R$387.989. As quantidades de ações, os saldos do ativo e passivo, patrimônio líquido e os valores de lucro/(prejuízo) do exercício referem-se à participação detida pela CSN nessas empresas.

8.b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018
Saldo inicial dos investimentos	**5.630.613**	**5.499.995**	**20.232.005**	**22.894.885**
Saldo inicial de provisão para perdas	**-**	**-**	**(3.258.138)**	**(1.366.480)**
Aumento de capital/Aquisições de ações	27.909	-	66.621	81.594
Dividendos [1]	(94.603)	(87.846)	(4.166.291)	(5.529.277)
Resultados abrangentes [2]	(2.592)	272	31.441	15.186
Resultado equivalência patrimonial [3]	175.524	173.145	2.720.437	816.632
Venda ações Usiminas	-	(39.377)	-	(39.377)
Atualização de ações VJR (nota 12 II)	(118.780)	96.133	(118.780)	96.133
Reclassificação ações Usiminas	(2.114.620)	-	(2.114.620)	-
Ágio Aquisição 50% CBSI (nota 8 d)	-	-	15.225	-
Consolidação CBSI (nota 8 d)	(8.775)	-	-	-
Amortização valor justo - Investimento MRS	(11.747)	(11.746)	-	-
Outros	45	37	-	4.571
Saldo dos investimentos	**3.482.974**	**5.630.613**	**17.316.463**	**20.232.005**
Saldo de provisão para investimentos com passivo a descoberto	**-**	**-**	**(3.908.563)**	**(3.258.138)**
Total	**3.482.974**	**5.630.613**	**13.407.900**	**16.973.867**

1. Em 2019 refere-se à destinação de dividendos da Itá Energética, CSN Energia, CSN Mineração, Sepetiba Tecon, CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura e da *joint-venture* MRS Logística. 2. Refere-se a conversão para moeda de apresentação dos investimentos no exterior cuja moeda funcional não é o Real, ganho/perda atuarial reflexo e ganho/perda de *hedge* de investimentos reflexo de investimentos avaliados por equivalência patrimonial. 3. A conciliação do resultado de equivalência das empresas com controle compartilhado classificadas como *joint-venture* e coligadas e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da CSN com essas empresas:

Resultado equivalência de coligada e *joint-venture*	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
MRS Logística S.A.	187.597	194.403
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura [1]	6.695	4.501
Transnordestina Logística S.A.	(17.100)	(20.429)
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	(1.682)	(5.087)
Outros	14	(243)
	175.524	**173.145**
Eliminações		
Para Custo Produtos Vendidos	(57.908)	(42.806)
Para Impostos	19.689	14.554
Outros		
Amortização Valor Justo - Investimento MRS	(11.747)	(11.746)
Outros	157	2.559
Resultado de equivalência ajustado	**125.715**	**135.706**

(1) Refere-se ao resultado de equivalência até 30 de novembro de 2019.

8.c) Informações adicionais sobre empresas controladas operacionais

• SEPETIBA TECON S.A. ("Tecon"): Tem como objetivo a exploração do Terminal de Contêineres nº 1 do Porto de Itaguaí, localizado em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O terminal é ligado à UPV pela malha ferroviária Sudeste, que está concedida à MRS Logística S. A. Os serviços prestados são de operação de movimentação e estocagem de contêineres, produtos siderúrgicos e cargas em geral, entre outros produtos e serviços de lavagem, manutenção e higienização de contêineres. A Tecon foi vencedora do procedimento licitatório, tendo celebrado o contrato de arrendamento em 23 de outubro de 1998 para a exploração do terminal portuário pelo prazo de 25 anos, prorrogáveis por igual período. Na extinção do contrato de arrendamento, retornarão à União todos os direitos e benefícios transferidos à Tecon, junto com os bens de propriedade da Tecon e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da Tecon depois de deduzidas as depreciações. • ESTANHO DE RONDÔNIA S.A. ("ERSA"): Sediada no Estado de Rondônia, a controlada opera duas unidades, sendo uma na cidade de Itapuã do Oeste/RO e outra em Ariquemes/RO. Em Itapuã do Oeste está sediada a mineração onde se extrai a cassiterita (minério de estanho) e em Ariquemes a fundição onde se obtém o estanho metálico, que é matéria-prima utilizada na UPV para fabricação de folhas metálicas. • COMPANHIA METALÚRGICA PRADA ("Prada"): A Prada atua em dois segmentos: embalagens metálicas de aço e processamento e distribuição de aços planos. *Embalagens:* No segmento de embalagens metálicas de aço, a Prada produz o que há de melhor e mais seguro em latas, baldes e aerossóis. Atende aos segmentos químico e alimentício, fornecendo embalagens e serviços de litografia para as principais empresas do mercado. *Distribuição:* A Prada atua também na área de processamento e distribuição de aços planos, com uma diversificada linha de produtos. Fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, *blanks*, folhas metálicas, perfis, tubos e telhas, entre outros produtos, para os mais diferentes segmentos da indústria - do automotivo à construção civil. É também especializada na prestação de serviço de processamento de aço, atendendo a demanda de empresas de todo o país. • CSN ENERGIA S.A.: Tem como objetivo principal a distribuição e comercialização do excedente de energia elétrica gerada pela CSN e por sociedades, consórcios ou outros empreendimentos nos quais a Companhia detenha participação. • FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("FTL"): Sociedade criada com a finalidade de incorporar a parcela cindida da Transnordestina Logística S.A. Explora serviços públicos de transporte ferroviário de cargas da malha nordeste do Brasil, nos trechos entre as cidades de São Luís e Altos, Altos e Fortaleza, Fortaleza e Sousa, Sousa e Recife/Jorge Lins, Recife/Jorge Lins e Salgueiro, Jorge Lins e Propriá, Paula Cavalcante e Cabedelo (Ramal de Cabedelo) e Itabaiana e Macau (Ramal de Macau) ("Malha I"). Em 13 de novembro de 2019, a CSN subscreveu ações da FTL mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R$ 27.670, passando sua participação no capital social da FTL de 91,69% para 92,38%. Em decorrência das operações descritas acima que ocasionaram variação na participação dos acionistas, a Companhia registrou uma perda no montante de R$293, registrada no patrimônio líquido em "Outros resultados abrangentes". • CSN MINERAÇÃO S.A. ("CSN Mineração"): Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a CSN Mineração tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. A partir de 30 de novembro de 2015, a CSN Mineração passou a centralizar as operações de mineração da CSN, incluindo os estabelecimentos da mina de Casa de Pedra, do porto TECAR e participação de 18,63% na MRS. A participação da CSN nessa controlada é de 87,52%. • MINÉRIOS NACIONAL S.A. ("Minérios Nacional"): Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a Minérios Nacional tem por objetivo principal a produção e a venda de minério de ferro. A controlada concentra os ativos de direitos minerários relativos às minas de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas, todas em Minas Gerais transferidos para essa controlada na operação de combinação de negócios ocorrido em 2015. **8.d) Investimentos em empresas controladas em conjunto (*joint ventures*) e em operações em conjunto (*joint operations*):** Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas cujo controle é compartilhado estão demonstrados a seguir e referem-se a 100% dos resultados das empresas:

	31/12/2019 *Joint-Venture* MRS Logística	31/12/2019 *Joint-Venture* Transnordestina Logística	31/12/2019 *Joint-Operation* Itá Energética	31/12/2018 *Joint-Venture* MRS Logística	31/12/2018 *Joint-Venture* CBSI	31/12/2018 *Joint-Venture* Transnordestina Logística	31/12/2018 *Joint-Operation* Itá Energética
Participação (%)	34,94%	47,26%	48,75%	34,94%	50,00%	46,30%	48,75%
Balanço Patrimonial							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	670.296	17.166	65.793	345.962	2.091	19.234	29.870
Adiantamento a fornecedores	20.100	3.240	363	17.750	73	1.734	937
Outros ativos circulantes	1.326.281	59.405	15.955	736.768	41.284	108.851	16.718
Total ativo circulante	**2.016.677**	**79.811**	**82.111**	**1.100.480**	**43.448**	**129.819**	**47.525**
Ativo não circulante							
Outros ativos não circulantes	789.562	258.391	24.361	804.570	2.111	222.630	25.840
Investimentos, Imobilizado e Intangível	8.316.033	8.968.447	426.403	6.482.292	6.324	8.428.567	457.578
Total ativo não circulante	**9.105.595**	**9.226.838**	**450.764**	**7.286.862**	**8.435**	**8.651.197**	**483.418**
Total do Ativo	**11.122.272**	**9.306.649**	**532.875**	**8.387.342**	**51.883**	**8.781.016**	**530.943**
Passivo circulante							
Empréstimos e financiamentos	653.784	103.877	-	422.793	4.350	75.906	-
Arrendamento mercantil	256.034	-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	1.561.684	171.821	16.793	1.368.290	33.844	179.816	18.298
Total passivo circulante	**2.471.502**	**275.698**	**16.793**	**1.791.083**	**38.194**	**255.722**	**18.298**
Passivo não circulante							
Empréstimos e Financiamentos	2.369.615	6.084.424	-	2.111.518	1.262	5.754.073	-
Arrendamento mercantil	1.650.758	-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	527.871	430.603	16.550	640.535	539	218.839	15.113
Total passivo não circulante	**4.548.244**	**6.515.027**	**16.550**	**2.752.053**	**1.801**	**5.972.912**	**15.113**
Patrimônio líquido	**4.102.526**	**2.515.924**	**499.532**	**3.844.206**	**11.888**	**2.552.382**	**497.532**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**11.122.272**	**9.306.649**	**532.875**	**8.387.342**	**51.883**	**8.781.016**	**530.943**

	01/01/2019 a 30/11/2019 CBSI	01/01/2019 a 31/12/2019 *Joint-Venture* MRS Logística	01/01/2019 a 31/12/2019 *Joint-Venture* Transnordestina Logística	01/01/2019 a 31/12/2019 *Joint-Operation* Itá Energética	01/01/2018 a 31/12/2018 *Joint-Venture* MRS Logística	01/01/2018 a 31/12/2018 *Joint-Venture* CBSI	01/01/2018 a 31/12/2018 *Joint-Venture* Transnordestina Logística	01/01/2018 a 31/12/2018 *Joint-Operation* Itá Energética
Participação (%)	50,00%	34,94%	47,26%	48,75%	34,94%	50,00%	46,30%	48,75%
Demonstrações de Resultados								
Receita Líquida	267.436	3.200.809	-	163.048	3.726.448	166.080	-	166.358
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(233.830)	(2.382.828)	-	(83.129)	(2.476.628)	(142.254)	-	(77.829)
Lucro Bruto	33.606	817.981	-	79.919	1.249.820	23.826	-	88.529
(Despesas) e Receitas Operacionais	(12.328)	207.840	(18.077)	(62.660)	(313.606)	(10.884)	(18.020)	(60.104)
Resultado Financeiro Líquido	(1.460)	(268.089)	(18.386)	1.183	(151.839)	(179)	(26.103)	(126)
Lucro antes do IR/CSL	19.818	757.732	(36.463)	18.442	784.375	12.763	(44.123)	28.299
IR/CSL correntes e diferidos	(6.428)	(254.378)	-	(6.147)	(262.760)	(3.761)	-	(9.452)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	**13.390**	**503.354**	**(36.463)**	**12.295**	**521.615**	**9.002**	**(44.123)**	**18.847**

• ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ("ITASA"): A ITASA é uma sociedade anônima constituída em julho de 1996, que tem por objetivo explorar, em regime de concessão, a Usina Hidrelétrica de Itá - UHE Itá ("UHE Itá"), com 1.450 MW de potência instalada, localizada no rio Uruguai, na fronteira dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A concessão da UHE Itá é compartilhada com a ENGIE Brasil Energia S.A., sendo a participação da CSN de 48,75%. • MRS LOGÍSTICA S.A. ("MRS"): Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A concessão tem prazo de duração de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da concedente. A MRS pode explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos. Para a prestação dos serviços, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato. A Companhia detém diretamente participação de 18,64% no capital social da MRS e indiretamente, por meio de sua controlada CSN Mineração, participação de 18,63% no capital social da MRS, totalizando uma participação de 34,94%. • CONSÓRCIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE IGARAPAVA: A Usina Hidrelétrica de Igarapava está localizada em Rio Grande, na cidade de Conquista - MG e possui capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo. A CSN detém 17,92% do investimento no consórcio, cujo objeto é a distribuição de energia elétrica, sendo que esta é distribuída de acordo com o percentual de participação de cada empresa. O saldo do imobilizado, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2019 é de R$22.441 (R$23.596 em 31 de dezembro de 2018) e o valor da despesa em 2019 foi de R$6.497 (R$5.827 em 2018). • CBSI - COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA ("CBSI"): O investimento é resultado de uma *joint venture* constituída entre a CSN e a CKTR Brasil Serviços Ltda. em 2011 a qual detinha 50% de participação. Situada na cidade de Araucária-PR, a CBSI tem como principal objetivo a prestação de serviços para controladas, coligadas, controladora e outras empresas terceiras, podendo explorar atividades relacionadas à recuperação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, manutenção civil, limpeza industrial, preparação logística de produtos, entre outros. **- Combinação de Negócios: Aquisição do controle da empresa CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura ("CBSI"):** Em 29 de novembro de 2019 a Companhia adquiriu 50% do capital da empresa CBSI, da qual já detinha outros 50%, se tornando o titular de 100% das ações. O valor da transação foi de R$ 24.000 (vinte e quatro milhões de reais) por 1.875.146 (um milhão oitocentos e setenta e cinco mil e cento e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As partes envolvidas reconhecem que o preço foi estabelecido levando em conta os passivos, contingências, ativos e resultados, passados e futuros, da CBSI, e que não caberá pedido de indenização suplementar a qualquer das partes a qualquer tempo em relação ao valor da transação. Os valores de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos não divergem dos valores contábeis na data da aquisição. Determinação do preço de compra:

Descrição	R$	Referência
Valor justo da participação detida pelo adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação	8.775	(i)
Montante pago na aquisição da CBSI	24.000	(ii)
Preço de compra considerado para a combinação de negócios	**32.775**	-

i. 50% da participação detida anteriormente à aquisição; ii. Valor total pago por mais 50% da empresa CBSI. De acordo com o CPC 15 - Combinação de Negócios, a participação detida pela Companhia faz parte da contraprestação transferida. Abaixo são apresentados os valores resultantes da combinação de negócios:

Premissas	R$
Contraprestação paga para aquisição de outros 50% da CBSI	24.000
Valor justo da participação detida anteriormente pela CSN	8.775
Contraprestação total paga pela aquisição da CBSI	**32.775**
Valor justo do patrimônio líquido da CBSI na data de aquisição	(17.550)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	**15.225**

O goodwill é um ativo que representa benefícios econômicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, os quais não são individualmente identificados e separadamente reconhecidos. O mesmo encontra-se alocado em conta separada nas demonstrações financeiras individuais no grupo de investimentos e no grupo de intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. A seguir é apresentado o Balanço Patrimonial dos ativos adquiridos e passivos assumidos em 29 de novembro de 2019:

ATIVO	
Caixa e equivalentes de caixa	2.656
Contas a receber	67.340
Impostos diferidos	476
Outros ativos	11.301
Estoques	16.939
Imobilizado	9.123
Intangível	348
Total dos ativos adquiridos	**108.183**
PASSIVO	
Empréstimos e financiamentos	19.781
Fornecedores	15.564
Obrigações sociais e trabalhistas	32.855
Obrigações fiscais	1.950
Provisões	5.369
Outras obrigações	15.114
Total dos passivos assumidos	**90.633**
Patrimonio líquido adquirido	**17.550**

• TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("TLSA"): Tem como objetivo principal a exploração e o desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha nordeste do Brasil, compreendendo os trechos de Eliseu Martins-Trindade, Trindade-Salgueiro, Salgueiro-Porto Suape, Salgueiro - Missão Velha e Missão Velha - Pecém (Malha II). Encontra-se em fase pré-operacional, devendo assim permanecer até a conclusão da Malha II. O cronograma aprovado, que previa o término da obra para janeiro de 2017, está atualmente em discussão junto aos órgãos responsáveis, conforme descrito no item 27.b. Sua Administração entende que novos prazos para a conclusão do projeto não implicarão negativamente de forma substancial no retorno esperado do investimento. No decorrer do ano de 2017, os demais acionistas da TLSA subscreveram 2.912.997 ações no montante de R$153.253, diluindo a participação da CSN no capital social da TLSA para 46,30%. Em decorrência das operações descritas acima e da variação na participação dos sócios no capital social da TLSA em 2017, a Companhia registrou um ganho no montante de R$2.814 registrado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Em maio de 2019 o Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR transferiu para a CSN, BNDES e BNDESPAR, 1.677.816 (um milhão seiscentas e setenta e sete mil e oitocentas e dezesseis) ações preferencias nominativas classe "B", das quais 501.789 (quinhentas e uma mil, setecentas e oitenta e nove) ações foram transferidas especificamente para a CSN. Em 31/12/2019, a participação da Companhia no capital da TLSA é de 47,26% do capital total e de 92,60% do capital votante. A Administração conta com recursos de seus acionistas e de terceiros para conclusão da obra, conforme descrito no item 27.b, os quais espera que estejam disponíveis, com base em acordos anteriormente celebrados e nas discussões recentes entre as partes envolvidas. Após avaliação deste assunto, a Administração concluiu como adequado o uso da base contábil de continuidade operacional do projeto na elaboração das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Neste sentido, a TLSA realizou um teste de recuperabilidade de seus ativos próprios de longa duração utilizando-se do método do fluxo de caixa descontado. Para a realização do teste, a TLSA adotou as seguintes principais premissas:

Mensuração do Valor Recuperável:

Projeção do fluxo de caixa	Até 2057
Margem bruta	Estimada com base em estudo de mercado para captura de cargas e custos operacionais conforme estudos de tendências de mercado
Estimativa de custos	Custos baseados em estudo e tendências de mercado
Taxa de crescimento na perpetuidade	Não foi considerada taxa de crescimento em decorrência do modelo projetar até o final da concessão.
Taxa de desconto	Varia de 5,09% a 6,98% em termos reais

CNPJ: 33.042.730/0001-04 | NIRE: 35.300.396090

Adicionalmente, a CSN, como investidora, realizou o seu teste de recuperabilidade da sua participação na TLSA através da capacidade de distribuição de dividendos pela TLSA, metodologia conhecida como Dividend Discount Model, ou DDM, para remunerar o capital investido por seus acionistas. Para a realização desse teste, alguns fatores foram levados em consideração, tais como: • O fluxo de dividendos foi extraído do fluxo de caixa nominal da TLSA; • O fluxo de dividendos foi calculado considerando-se os percentuais de participação anuais, considerando-se as diluições da participação da CSN decorrentes da amortização de dívidas; • Esse fluxo de dividendos foi então descontado a valor presente usando-se o custo do capital próprio (Ke) embutido na taxa WACC da TLSA; e • Esse Ke extraído foi aquele calculado na "*rolling WACC*" da TLSA. Em virtude do compartilhamento dos riscos dos investidores e pelo fato do ativo que está sendo testado representar a própria unidade geradora de caixa, que por sua vez iguala-se à entidade legal, o risco determinado pela administração da CSN é o mesmo aplicado pela TLSA quando da avaliação do investimento dos seus próprios ativos, não cabendo fator de risco adicional ao modelo. Como resultado do teste efetuado, não foi necessário o registro de perdas por *impairment* desse investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **8.e) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior:** • STAHLWERK THÜRINGEN GMBH ("SWT"): A SWT foi constituída a partir do extinto complexo industrial de aço Maxhütte, na cidade de Unterwellenborn na Alemanha. A SWT produz perfil de aço usado para a construção civil de acordo com as normas internacionais de qualidade. Sua principal matéria-prima é a sucata de aço, e sua capacidade instalada de produção é de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano. A SWT é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Steel S.L.U., subsidiária da CSN. • COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - LLC ("CSN LLC"): Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., a CSN LLC, planta industrial em Terre Haute, Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização, sua capacidade instalada de produção é de 800 mil toneladas/ano. A CSN LLC é controlada integral e indiretamente por meio da CSN Steel S.L.U. após fusão, anteriormente CSN Americas S.L.U., subsidiária da CSN. Em 05 de junho de 2018 a CSN LLC teve sua razão social alterada para "Heartland Steel Processing, LLC". Na mesma data, foi constituída nova sociedade, sob a denominação de "Companhia Siderúrgica Nacional, LLC", subsidiária integral da Heartland Steel Processing, LLC . Em 28 de junho de 2018 a Companhia Siderúrgica Nacional, LLC., passou a ser subsidiária integral da CSN Steel, em 29 de junho de 2018, a Heartland Steel Processing, LLC., foi vendida para a Steel Dynamics, Inc. ("SDI") pelo preço base de transação de US$ 400 milhões. A nova "Companhia Siderúrgica Nacional, LLC" é uma importadora e comercializadora de produtos de aço e mantém suas atividades nos Estados Unidos. • LUSOSIDER AÇOS PLANOS, S.A. ("Lusosider"): Constituída em 1996, em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano, a Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos relaminados a frio, com revestimento anti-corrosão. A Lusosider dispõe de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e chapa oleada. Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos. **8.f) Outros investimentos:** • PANATLÂNTICA S.A. ("Panatlântica"): Sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Esse investimento é classificado a valor justo através do resultado. A Companhia detém atualmente 11,31% (11,33% em 31 de dezembro de 2018) do capital social total da Panatlântica. • USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS ("USIMINAS"): A USIMINAS possui sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A USIMINAS produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga/MG e Cubatão/SP respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação. Também possui e explora minas de minério de ferro localizadas na cidade de Itaúna/MG, que visa atender às estratégias de verticalização e de otimização dos custos de produção. A USIMINAS mantém centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do país, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção. Em 09 de abril de 2014, o CADE proferiu decisão a respeito das ações da Usiminas detidas pela CSN, tendo a CSN firmado um Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD"), com o CADE a respeito. Nos termos da decisão do CADE e do TCD, a CSN deve reduzir sua participação na USIMINAS, dentro de um prazo especificado. O prazo e o percentual de redução são confidenciais. Além disso, os direitos políticos na Usiminas continuarão suspensos até que a Companhia alcance os limites estabelecidos no TCD. Em fevereiro de 2018 houve venda de 3.136.100 ações preferenciais (USIM5) detidas pelo fundo exclusivo "VR1 - Fundo de investimento multimercado crédito privado", totalizando R$39.377. Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro 2018 a participação da Companhia no capital da USIMINAS era de 15,19% nas ações ordinárias e 20,29% nas ações preferenciais. Em dezembro de 2019 a Companhia optou por reclassificar o investimento mensurado a valor justo através do resultado para o ativo circulante mediante nova decisão da administração em relação a manutenção das ações alinhada à sua estratégia de venda de ativos. A USIMINAS é listada na bolsa de valores de São Paulo ("B3 S.A.": USIM3 e USIM5). • ARVEDI METALFER DO BRASIL S.A. ("Arvedi"): Empresa com foco na produção de tubos, com sede em Salto-SP. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a CSN possuía 20,00% de participação no capital social da Arvedi. **8.g) Propriedades para investimento:** A Companhia mantém diversas propriedades com a finalidade de utilizá-las em suas operações, seja para expansões industriais, seja para benefícios aos seus funcionários e às comunidades adjacentes às suas plantas industriais. Durante o exercício de 2019 a Companhia iniciou estudos técnicos para a exploração de atividades imobiliárias visando a auferição de renda e valorização de capital. Já visando a implantação dessas atividades, durante o exercício de 2019 alguns terrenos e edificações que estavam classificados como imobilizado foram reclassificados para propriedades para investimento conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado			Controladora		
	Terrenos	Edificações	Total	Terrenos	Edificações	Total
Custo	68.877	53.816	122.693	65.698	41.528	107.226
Depreciação acumulada	-	(21.498)	(21.498)	-	(21.498)	(21.498)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**68.877**	**32.318**	**101.195**	**65.698**	**20.030**	**85.728**

Em 31 de dezembro de 2019 a administração da Companhia estimou o valor justo das propriedades para investimentos em R$ 1,7 Bilhão.

9. IMOBILIZADO

Consolidado

	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento (ii)	Direito de Uso (i)	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**287.854**	**2.678.638**	**11.687.271**	**30.530**	**3.282.436**	**-**	**80.135**	**18.046.864**
Custo	287.854	3.751.429	22.426.782	165.331	3.282.436	-	355.768	30.269.600
Depreciação acumulada	-	(1.072.791)	(10.739.511)	(134.801)	-	-	(275.633)	(12.222.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**287.854**	**2.678.638**	**11.687.271**	**30.530**	**3.282.436**	**-**	**80.135**	**18.046.864**
Efeito de ajuste de conversão	1.499	2.978	8.033	106	2.464	-	56	15.136
Aquisições	6.125	16.116	459.460	1.763	1.924.520	43.111	41.574	2.492.669
Juros capitalizados (notas 24 e 29)	-	13	-	-	117.176	-	-	117.189
Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão (nota 23)	(2.143)	(130)	(80.426)	(1)	(30.400)	(1.354)	(149)	(114.603)
Depreciação (nota 22)	-	(135.313)	(1.241.026)	(5.999)	-	(58.843)	(25.038)	(1.466.219)
Transferência entre categorias de ativos	790	294.872	1.766.047	2.629	(2.053.290)	-	(11.048)	-
Transferências para intangível	-	(31)	-	-	(11.865)	-	-	(11.896)
Direito de Uso - Reconhecimento Inicial	-	-	-	-	-	640.989	-	640.989
Remensuração do Direito de Uso	-	-	-	-	-	(151.558)	-	(151.558)
Atualização ARO	-	225.125	-	-	-	-	-	225.125
Transferência Imobilizado para PPI	(67.176)	(20.030)	-	-	(13.989)	-	-	(101.195)
Consolidação CBSI	-	-	4.940	(573)	-	-	4.756	9.123
Outros	-	-	(680)	-	-	-	-	(680)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**226.949**	**3.062.238**	**12.603.619**	**28.455**	**3.217.052**	**472.345**	**90.286**	**19.700.944**
Custo	226.949	4.250.471	24.372.514	170.229	3.217.052	531.044	386.144	33.154.403
Depreciação acumulada	-	(1.188.233)	(11.768.895)	(141.774)	-	(58.699)	(295.858)	(13.453.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**226.949**	**3.062.238**	**12.603.619**	**28.455**	**3.217.052**	**472.345**	**90.286**	**19.700.944**

Controladora

	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Direito de Uso (i)	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**95.107**	**1.047.334**	**7.093.263**	**12.372**	**1.294.908**	**-**	**19.989**	**9.562.973**
Custo	95.107	1.323.762	13.411.258	97.642	1.294.908	-	123.104	16.345.781
Depreciação acumulada	-	(276.428)	(6.317.995)	(85.270)	-	-	(103.115)	(6.782.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**95.107**	**1.047.334**	**7.093.263**	**12.372**	**1.294.908**	**-**	**19.989**	**9.562.973**
Aquisições	2.165	10.873	252.218	489	1.234.123	20.461	5.028	1.525.357
Juros capitalizados (notas 24 e 29)	-	-	-	-	27.961	-	-	27.961
Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão (nota 23)	(1.954)	-	(71.686)	(3)	(15.020)	(1.338)	-	(90.001)
Depreciação (nota 22)	-	(35.732)	(647.336)	(2.379)	-	(22.396)	(3.966)	(711.809)
Transferências entre categorias de ativos	788	21.009	969.835	(6)	(995.276)	-	3.650	-
Transferência para intangível	-	-	-	-	(10.115)	-	-	(10.115)
Direito de Uso - Reconhecimento Inicial	-	-	-	-	-	61.072	-	61.072
Remensuração do Direito de Uso	-	-	-	-	-	(13.626)	-	(13.626)
Transferência Imobilizado para PPI	(65.698)	(20.030)	-	-	-	-	-	(85.728)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**30.408**	**1.023.454**	**7.596.294**	**10.473**	**1.536.581**	**44.173**	**24.701**	**10.266.084**
Custo	30.408	1.309.542	14.333.445	98.103	1.536.581	66.435	131.753	17.506.267
Depreciação acumulada	-	(286.088)	(6.737.151)	(87.630)	-	(22.262)	(107.052)	(7.240.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**30.408**	**1.023.454**	**7.596.294**	**10.473**	**1.536.581**	**44.173**	**24.701**	**10.266.084**

(*) Referem-se substancialmente no consolidado ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos, minas e dormentes e no grupo benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares.

(i) Direito de uso: Abaixo as movimentações do direito de uso reconhecidos em 31 de dezembro de 2019:

Consolidado

	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros	Total
Reconhecimento Inicial - Direito de Uso	**556.133**	**54.513**	**9.783**	**20.560**	**640.989**
Adição	-	6.719	34.197	2.195	43.111
Remensuração	(152.915)	12.112	(4.525)	(6.230)	(151.558)
Depreciação	(21.314)	(9.190)	(15.311)	(13.028)	(58.843)
Baixa	(1.338)	-	-	(16)	(1.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**380.566**	**64.154**	**24.144**	**3.481**	**472.345**
Custo	401.746	73.344	39.455	16.499	531.044
Depreciação acumulada	(21.180)	(9.190)	(15.311)	(13.018)	(58.699)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**380.566**	**64.154**	**24.144**	**3.481**	**472.345**

Controladora

	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros	Total
Reconhecimento Inicial - Direito de Uso	**37.864**	**9.784**	**13.424**	**61.072**
Adição	-	20.461	-	20.461
Remensuração do Direito de Uso	1.326	(4.526)	(10.426)	(13.626)
Depreciação	(7.707)	(12.139)	(2.550)	(22.396)
Baixa	(1.338)	-	-	(1.338)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**30.145**	**13.580**	**448**	**44.173**
Custo	37.719	25.719	2.997	66.435
Depreciação acumulada	(7.574)	(12.139)	(2.549)	(22.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**30.145**	**13.580**	**448**	**44.173**

(ii) Obras em andamento: A abertura dos projetos que compõem as obras em andamento é a seguinte:

Consolidado

	Descrição do projeto	Data de início	Data de previsão de conclusão	31/12/2019	31/12/2018
Logística	Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.			81.944	89.595
				81.944	**89.595**
	Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra.	2007	2020 (1)	883.742	844.194
Mineração	Expansão da capacidade de exportação do TECAR.	2009	2022 (2)	303.965	289.298
	Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.			389.510	725.616
				1.577.217	**1.859.108**
Siderurgia	Fornecimento de 16 carros torpedos para operação na Siderurgia.	2008	2020	75.582	94.920
	Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.		(3)	811.049	558.922
				886.631	**653.842**
Cimentos	Construção das fábricas de cimento.	2011	2023 (4)	577.712	585.163
	Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.			93.548	94.728
				671.260	**679.891**
Total Obras em andamento				**3.217.052**	**3.282.436**

(1) Data prevista para conclusão da Planta Central Etapa 1; (2) Data prevista para conclusão da fase 60 Mtpa; (3) Refere-se substancialmente a modernização tecnológica das máquinas de corrida contínua, aumento de eficiência nas linhas de zincagem e acordo contratual firmado para fornecimento de novos equipamentos; (4) Refere-se substancialmente aquisições de novas Plantas Integradas de Cimento. As médias de vidas úteis estimadas para os exercícios são as seguintes (em anos):

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Edificações	38	38	41	41
Máquinas, equipamentos e instalações	21	22	22	24
Móveis e utensílios	12	11	12	11
Outros	14	15	14	13

9.a) Juros Capitalizados: Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R$ 117.189 no consolidado e R$ 27.961 na controladora em 31 de dezembro de 2019 (em 31 de dezembro de 2018, R$71.611 no consolidado e R$16.683 na controladora). Esses custos são apurados, basicamente, para os projetos da Mineração que referem substancialmente a: (i) expansão da Casa de Pedra (MG) e TECAR (RJ), vide notas 24 e 29. As taxas dos projetos não específicos em exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é 6,58% (6,31% em 31 de dezembro de 2018).

10. INTANGÍVEL

	Consolidado							Controladora		
	Ágio	Relações com Clientes	Software	Marcas e patentes	Direitos e Licenças (*)	Outros	Total	Software	Direitos e Licenças	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**3.590.931**	**288.773**	**54.972**	**150.009**	**3.166.999**	**1.491**	**7.253.175**	**49.613**	**-**	**49.613**
Custo	3.831.338	573.614	161.067	150.009	3.185.701	1.491	7.903.220	125.768	-	125.768
Amortização acumulada	(131.077)	(284.841)	(106.095)	-	(18.702)	-	(540.715)	(76.155)	-	(76.155)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)	-	-	-	-	-	(109.330)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**3.590.931**	**288.773**	**54.972**	**150.009**	**3.166.999**	**1.491**	**7.253.175**	**49.613**	**-**	**49.613**
Efeito de ajuste de conversão	-	4.711	3	3.092	-	33	7.839	-	-	-
Aquisições e gastos	-	-	1.387	-	-	40	1.427	-	-	-
Transferência do imobilizado	-	-	7.808	-	4.088	-	11.896	6.027	4.088	10.115
Amortização (nota 22)	-	(47.345)	(10.657)	-	(127)	-	(58.129)	(7.588)	(2)	(7.590)
Ágio Aquisição 50% CBSI (nota 8 d)	15.225	-	-	-	-	-	15.225	-	-	-
Consolidação CBSI em 30 de novembro	-	-	346	2	-	-	348	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**3.606.156**	**246.139**	**53.859**	**153.103**	**3.170.960**	**1.564**	**7.231.781**	**48.052**	**4.086**	**52.138**
Custo	3.846.563	585.407	171.152	153.103	3.189.789	1.564	7.947.578	131.795	4.088	135.883
Amortização acumulada	(131.077)	(339.268)	(117.293)	-	(18.829)	-	(606.467)	(83.743)	(2)	(83.745)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)	-	-	-	-	-	(109.330)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**3.606.156**	**246.139**	**53.859**	**153.103**	**3.170.960**	**1.564**	**7.231.781**	**48.052**	**4.086**	**52.138**

(*) Composto principalmente por direitos minerários. A amortização é pelo volume de produção. Os prazos de vida útil médios por natureza são os seguintes (em anos):

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Software	9	7	9	8
Relações com clientes	13	13	-	-

10.a) Teste para verificação de *impairment*: Os ágios oriundos de expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas e os ativos intangíveis com vida útil indefinida (marcas) foram alocados às divisões operacionais (UGCs) da CSN as quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos do Grupo. De acordo com o CPC 01(R1)/IAS36, quando uma UGC possui um ativo intangível sem vida útil definida alocado, a Companhia deve realizar um teste de impairment. As UGCs com ativos intangíveis nessa situação estão apresentadas a seguir:

Consolidado

		Ágio		Marcas		Total	
Unidade Geradora de Caixa	Segmento	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Embalagens (1)	Siderurgia	158.748	158.748	-	-	158.748	158.748
Aços longos (2)	Siderurgia	235.595	235.595	153.103	150.009	388.698	385.604
Mineração (3)	Mineração	3.196.588	3.196.588	-	-	3.196.588	3.196.588
Outros Siderurgia (4)	Siderurgia	15.225	-	-	-	15.225	-
		3.606.156	**3.590.931**	**153.103**	**150.009**	**3.759.259**	**3.740.940**

(1) O ágio da Unidade Geradora de Caixa Embalagens está apresentado líquido da perda por redução ao valor recuperável (impairment) no montante de R$109.330, reconhecido em 2011. (2) O ágio e a marca registrada no ativo intangível no segmento de aços longos deriva da combinação de negócios da Stahlwerk Thuringen GmbH ("SWT") e Gallardo Sections pela CSN e é considerado ativo com vida útil indefinida, pois se espera que contribua indefinidamente para os fluxos de caixa da Companhia. (3) Refere-se ao ágio por expectativa de rentabilidade futura, decorrente da aquisição da Namisa pela CSN Mineração concluída em dezembro de 2015, testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade. (4) Em 29 de novembro de 2019, a CSN adquiriu a totalidade da participação detida pela CKTR Brasil Serviços Ltda., correspondente a 50% das ações da CBSI, passando a deter 100% do capital social da CBSI. O teste de impairment do ágio e da marca inclui os ativos imobilizados dessas unidades geradoras de caixa além do saldo do ativo intangível. O teste é baseado na comparação do saldo contábil com o valor em uso dessas unidades, sendo determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e baseados nos orçamentos aprovados pela administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados à taxa de crescimento, custos e despesas, taxa de desconto, capital de giro e investimento ("Capex") futuro, bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2019 são as que seguem:

	Embalagem	Mineração	Outros Siderurgia	Aços Planos (*)	Logística (**)
Mensuração do valor recuperável	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado
Projeção do Fluxo de Caixa	Até 2029 + perpetuidade	Até 2054	Até 2029 + perpetuidade	Até 2029 + perpetuidade	Até 2027
Margem bruta	Atualização da margem bruta baseada em dados históricos, incorporação dos impactos da reestruturação do negócio e tendências de mercado.	Reflete projeção de custos em função do avanço do plano de lavra assim como startup e ramp up de projetos. Preços e câmbio projetados conforme relatórios setoriais.	Atualização da margem bruta baseada em dados históricos e tendências de mercado.	Atualização da margem bruta baseada em dados históricos e tendências de mercado.	Estimada com base em estudo de mercado para captura de cargas e custos operacionais conforme estudos de tendências de mercado
Atualização dos custos	Atualização dos custos baseados em dados históricos de cada produto e incorporação dos impactos da reestruturação do negócio.	Atualização dos custos baseados em dados históricos, avanço do plano de lavra assim como startup e ramp up de projetos	Atualização dos custos baseados em dados históricos e tendências de mercado.	Atualização dos custos baseados em dados históricos e tendências de mercado.	Custos baseados em estudo e tendências de mercado
Taxa de crescimento na perpetuidade	Sem crescimento.	Sem perpetuidade.	Sem crescimento.	Crescimento de 1,4% a.a. em termos reais atualizada pela inflação de longo prazo de 1,7% a.a. da zona do Euro.	Sem perpetuidade.
Taxa de Desconto	Para embalagem, o fluxo de caixa foi descontado utilizando uma taxa de desconto em torno de 8% a.a. em termos reais. Para mineração, aços planos e outros siderurgia (CBSI), os fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto entre 10% a 12% a.a. em termos nominais. Para logística, o fluxo de caixa foi descontado utilizando uma taxa de desconto entre 5,09% até 5,41% a.a. em termos reais. A taxa de desconto foi baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC") que reflete o risco especifico de cada segmento.				

(*) referem-se aos ativos da controlada Lusosider, localizados em Portugal. A taxa de desconto foi aplicada sobre o fluxo de caixa descontado elaborado em Euros, moeda funcional desta subsidiária. (**) referem-se aos ativos da controlada FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. Para a controlada SWT - aços longos, a mensuração do valor recuperável foi baseada no valor justo e classificada como Nível 3, com base nos imputs não observáveis que refletem as premissas que os participantes de mercado utilizariam para precificação, incluindo premissas de risco e taxa de desconto. Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi necessário o registro de perdas por impairment dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures que se encontram registrados ao custo amortizado são conforme abaixo:

		Consolidado				Controladora			
		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contratos de dívida no mercado internacional									
Juros variáveis em US$									
Pré-Pagamento		1.769.975	1.016.737	2.563.928	3.830.240	1.769.055	1.016.737	2.362.393	3.830.240
Juros fixos em US$									
Bonds, Bonds Perpétuos e ACC	(1)	2.047.032	2.490.178	10.177.517	8.613.491	52.986	478.463	-	-
Intercompany		-	-	-	-	1.549.329	3.053.435	7.344.014	3.612.811
Juros fixos em EUR									
Intercompany		-	-	-	-	655	16.988	1.241.360	997.809
Outros		223.204	181.056	147.241	106.535	-	-	-	-
		4.040.211	**3.687.971**	**12.888.686**	**12.550.266**	**3.372.025**	**4.565.623**	**10.947.767**	**8.440.860**
Contratos de dívida no Brasil									
Títulos com juros variáveis em R$									
BNDES/FINAME, Debêntures, NCE e CCB	(2)	1.086.985	1.890.451	10.049.783	10.710.678	1.026.230	1.827.769	8.799.642	9.314.315
Títulos com juros fixos em R$									
Intercompany		25.038	-	-	-	25.038	-	27.507	-
Pré-Pagamento		-	103.375	-	-	-	103.375	-	-
		1.112.023	**1.993.826**	**10.049.783**	**10.710.678**	**1.051.268**	**1.931.144**	**8.827.149**	**9.314.315**
Total de Empréstimos e Financiamentos		**5.152.234**	**5.681.797**	**22.938.469**	**23.260.944**	**4.423.293**	**6.496.767**	**19.774.916**	**17.755.175**
Custos de Transação e Prêmios de Emissão		(26.391)	(28.358)	(97.276)	(87.309)	(26.453)	(22.379)	(72.296)	(67.967)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação		**5.125.843**	**5.653.439**	**22.841.193**	**23.173.635**	**4.396.840**	**6.474.388**	**19.702.620**	**17.687.208**

(1) Em abril de 2019 a Companhia emitiu por meio de sua controlada CSN Resources títulos representativos de dívida no mercado externo ("*Bonds*"), no valor de USD 1 bilhão, sendo USD400 milhões com vencimento em fevereiro de 2023 e USD600 milhões com vencimento em abril de 2026, ambos com juros de 7,625% a.a. Entre abril e maio de 2019 a Companhia promoveu oferta de recompra ("*Tender Offer*") dos Notes emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp e CSN Resources S.A., tendo sido recomprados USD 1 bilhão em títulos cujos vencimentos eram previstos para 2019 e 2020. Em julho de 2019 a Companhia emitiu por meio de sua controlada CSN Resources títulos representativos de dívida no mercado externo ("*Bonds*"), no valor de US$ 175 milhões, com vencimento em fevereiro de 2023 e juros de 7,625% a.a. e efetuou o pagamento final da dívida em mercado externo ("Notes"), emitidos pela empresa CSN Islands XI Corp em setembro de 2019 no valor de US$ 142 milhões. (2) Em janeiro de 2019 a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado interno ("Debêntures"), no valor de R$1.950 milhões, com vencimento em 2023 e juros de 126,8% do CDI. Na tabela a seguir demonstra a taxa média de juros:

	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019		31/12/2019
	Taxa de juros média (i)	Dívida Total	Taxa de juros média (i)	Dívida Total
US$	6,66%	16.558.452	6,70%	13.077.777
R$	5,71%	11.161.806	5,67%	9.878.417
EUR	2,20%	370.445	2,20%	1.242.015
		28.090.703		**24.198.209**

(i) Para determinar a taxa média de juros dos contratos de dívida com taxas flutuantes, a Companhia utilizou as taxas aplicadas em 31 de dezembro de 2019. Na Controladora considera a taxa de juros dos contratos *intercompany*.

11.a) Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante: Em 31 de dezembro de 2019 , o principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

				Consolidado	Controladora
				31/12/2019	31/12/2019
				Principal	Principal
	Empréstimos Bancários	Mercado de Capitais	Agência de Desenvolvimento	Total	Total
2021	2.884.003	636.667	55.636	3.576.306	2.956.113
2022	2.700.341	556.666	54.836	3.311.843	6.440.194
2023	2.945.897	4.378.398	53.957	7.378.252	3.247.287
2024	1.575.437	-	64.746	1.640.183	5.220.555
2025	-	-	68.595	68.595	456.969
Após 2025	-	2.418.420	514.170	2.932.590	1.453.798
Bonds Perpétuos	-	4.030.700	-	4.030.700	-
	10.105.678	**12.020.851**	**811.940**	**22.938.469**	**19.774.916**

11.b) Captações dos empréstimos e amortizações, financiamentos e debêntures

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	**28.827.074**	**29.510.844**	**24.161.596**	**29.033.017**
Captações (1)	10.149.381	2.154.471	6.798.683	602.110
Amortização principal	(11.775.093)	(5.019.978)	(7.431.176)	(6.098.209)
Pagamentos de encargos	(2.039.112)	(2.141.710)	(1.400.496)	(1.670.988)
Provisão de encargos (nota 24)	1.996.305	2.009.688	1.376.862	1.541.639
Consolidação CBSI em 30 de novembro	19.722	-	-	-
Baixa - alienação LLC	-	(10.544)	-	-
Outros (2)	788.759	2.324.303	593.991	754.027
Saldo final	**27.967.036**	**28.827.074**	**24.099.460**	**24.161.596**

1. Das captações ocorridas no Consolidado em 2019 R$ 100.661(R$10.792 em 31 de dezembro de 2018) se referem a captação para aquisição de imobilizado - vide nota 29. 2. Inclusas variações cambiais e monetárias não realizadas. Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo captou e amortizou empréstimos conforme demonstrado abaixo:

• Captações e Amortizações

			Consolidado
			31/12/2019
Natureza de captação	Captações	Amortizações de principal	Amortizações de encargos
Pré - Pagamento	805.288	(1.596.711)	(319.257)
Bonds, Bonds Perpétuos, ACC e Facility	6.616.544	(5.959.029)	(882.007)
BNDES/FINAME, Debêntures, NCE e CCB	2.727.549	(4.219.353)	(837.848)
	10.149.381	**(11.775.093)**	**(2.039.112)**

• Covenants: Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores financeiros, além da divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou ainda pagamento de comissão por assunção de risco caso determinados indicadores financeiros atinja os patamares previstos em referidos contratos. A Companhia encontra-se adimplente em relação às obrigações financeiras e não financeiras (covenants) de seus contratos vigentes. No exercício de 2019 a Companhia possui provisionado no Consolidado e na Controladora R$10.531 (em 31 de dezembro de 2018 no Consolidado R$38.134 e na Controladora R$14.031) de comissão por assunção de riscos.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia pode operar com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também pode operar com instrumentos financeiros derivativos, como operações de *swap* cambial, *swap* de juros e *swap* de *commodity*. Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadoria e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria de curto prazo. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

• Classificação de instrumentos financeiros

		31/12/2019			Consolidado 31/12/2018		
Consolidado	Notas	Valor Justo por meio do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos	Valor Justo por meio do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	3	-	1.088.955	1.088.955	-	2.248.004	2.248.004
Aplicações financeiras	4	-	2.633.173	2.633.173	-	895.713	895.713
Contas a Receber	5	-	2.047.931	2.047.931	-	2.078.182	2.078.182
Dividendos a receber	7	-	44.554	44.554	-	46.171	46.171
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.364	-	1.364	351	-	351
Títulos para negociação	7	4.034	-	4.034	4.503	-	4.503
Empréstimos - partes relacionadas	7	-	-	-	-	2.675	2.675
Total		**5.398**	**5.814.613**	**5.820.011**	**4.854**	**5.270.745**	**5.275.599**
Não Circulante							
Aplicações Financeiras	4	-	95.719	95.719	-	7.772	7.772
Outros títulos a receber	7	-	7.059	7.059	-	7.451	7.451
Empréstimo compulsório da Eletrobrás	7	-	845.284	845.284	-	813.428	813.428
Empréstimos - partes relacionadas	7	-	846.300	846.300	-	706.605	706.605
Investimentos	8	47.300	-	47.300	2.279.189	-	2.279.189
Instrumentos financeiros derivativos	7	4.203	-	4.203	-	-	-
Total		**51.503**	**1.794.362**	**1.845.865**	**2.279.189**	**1.535.256**	**3.814.445**
Total Ativo		**56.901**	**7.608.975**	**7.665.876**	**2.284.043**	**6.806.001**	**9.090.044**
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	11	-	5.152.234	5.152.234	-	5.681.797	5.681.797
Arrendamento	13.a	-	35.040	35.040	-	-	-
Fornecedores		-	3.012.654	3.012.654	-	3.408.056	3.408.056
Fornecedores - Risco Sacado	13	-	1.121.312	1.121.312	-	65.766	65.766
Dividendos e JCP	13	-	13.252	13.252	-	932.005	932.005
Total		**-**	**9.334.492**	**9.334.492**	**-**	**10.087.624**	**10.087.624**
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	11	-	22.938.469	22.938.469	-	23.260.944	23.260.944
Arrendamento	13.a	-	439.350	439.350	-	-	-
Total		**-**	**23.377.819**	**23.377.819**	**-**	**23.260.944**	**23.260.944**
Total Passivo		**-**	**32.712.311**	**32.712.311**	**-**	**33.348.568**	**33.348.568**

		31/12/2019			Controladora 31/12/2018		
Controladora	Notas	Valor Justo por meio do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos	Valor Justo por meio do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	3	-	392.107	392.107	-	539.853	539.853
Aplicações financeiras	4	-	2.596.424	2.596.424	-	882.997	882.997
Contas a Receber	5	-	1.691.643	1.691.643	-	1.965.817	1.965.817
Dividendos a receber	7	-	33.447	33.447	-	259.186	259.186
Títulos para negociação	7	3.875	-	3.875	4.352	-	4.352
Empréstimos - partes relacionadas	7	-	-	-	-	22.807	22.807
Total		**3.875**	**4.713.621**	**4.717.496**	**4.352**	**3.670.660**	**3.675.012**
Não Circulante							
Aplicações Financeiras	4	-	95.719	95.719	-	-	-
Outros títulos a receber	7	-	1.109	1.109	-	1.213	1.213
Empréstimo compulsório da Eletrobrás	7	-	844.438	844.438	-	812.803	812.803
Empréstimos - partes relacionadas	7	-	883.394	883.394	-	588.285	588.285
Investimentos	8	47.300		47.300	2.279.189	-	2.279.189
Instrumentos financeiros derivativos	7	4.203	-	4.203	-	-	-
Total		**51.503**	**1.824.660**	**1.876.163**	**2.279.189**	**1.402.301**	**3.681.490**
Total Ativo		**55.378**	**6.538.281**	**6.593.659**	**2.283.541**	**5.072.961**	**7.356.502**
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	11	-	4.423.293	4.423.293	-	6.496.767	6.496.767
Arrendamento	13.a	-	17.269	17.269	-	-	-
Fornecedores		-	2.506.244	2.506.244	-	2.655.091	2.655.091
Fornecedores - Risco Sacado	13	-	1.121.312	1.121.312	-	65.766	65.766
Dividendos e JCP	13	-	13.252	13.252	-	900.541	900.541
Total		**-**	**8.081.370**	**8.081.370**	**-**	**10.118.165**	**10.118.165**
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	11	-	19.774.916	19.774.916	-	17.755.175	17.755.175
Arrendamento	13.a	-	28.671	28.671	-	-	-
Total		**-**	**19.803.587**	**19.803.587**	**-**	**17.755.175**	**17.755.175**
Total Passivo		**-**	**27.884.957**	**27.884.957**	**-**	**27.873.340**	**27.873.340**

• Mensuração do valor justo: O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado classificando-os de acordo com a hierarquia de valor justo:

	31/12/2019			31/12/2018		
Consolidado	Nível 1	Nível 2	Saldos	Nível 1	Nível 2	Saldos
Ativo						
Circulante						
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.364	1.364	-	351	351
Títulos para negociação	4.034	-	4.034	4.503	-	4.503
Não Circulante						
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Investimentos	47.300	-	47.300	2.279.189	-	2.279.189
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.203	4.203	-	-	-
Total Ativo	**51.334**	**5.567**	**56.901**	**2.283.692**	**351**	**2.284.043**

Nível 1 - Os dados são de preços cotados em mercado ativo para itens idênticos aos ativos e passivos que estão sendo mensurados.
Nível 2 - Considera inputs observáveis no mercado, tais como taxas de juros, câmbio etc., mas não são preços negociados em mercados ativos. Não há ativos ou passivos classificados no nível 3.

II - Investimentos em títulos avaliados pelo valor justo por meio do resultado:
A Companhia possui ações ordinárias (USIM3), preferenciais (USIM5) da Usiminas ("Ações Usiminas") e ações da Panatlântica S.A. (PATI3) que são designadas como valor justo por meio do resultado. As ações da Usiminas estão classificadas como ativo circulante em aplicações financeiras e as ações da Panatlântica em ativo não circulante sob a rubrica de investimento. Estão registradas ao valor justo (*fair value*), baseado na cotação de preço de mercado na B3. De acordo com a política da Companhia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados diretamente na demonstração do resultado na rubrica de Outras Receitas e Despesas Operacionais.

	31/12/2019				31/12/2018				31/12/2019
Classe das Ações	Quantidade	Participação (%)	Cotação	Saldo Contábil	Quantidade	Participação (%)	Cotação	Saldo Contábil	Valor Justo por meio do resultado (nota 23)
USIM3	107.156.651	15,19%	9,87	1.057.636	107.156.651	15,19%	11,44	1.225.872	(168.236)
USIM5	111.144.456	29,29%	9,51	1.056.984	111.144.456	29,29%	9,22	1.024.751	32.232
				2.114.620				**2.250.623**	**(136.004)**
PATI3	2.065.529	11,31%	22,90	47.300	1.997.642	11,33%	14,30	28.566	17.224
				2.161.920				**2.279.189**	**(118.780)**

• Riscos de preço de mercado de ações: A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos avaliados pelo valor justo por meio do resultado que possuem suas cotações baseado no preço de mercado na B3. **III - Gestão de riscos financeiros:** A Companhia segue estratégias de gerenciamento de riscos, com orientações em relação aos riscos incorridos pela empresa. A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes. Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Companhia pode administrar alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, não associados a qualquer negociação especulativa ou venda a descoberto. **12.a) Risco de taxa de câmbio e de taxa de juros: • Risco de taxa de câmbio:** A exposição decorre da existência de ativos e passivos denominados em Dólar ou Euro, uma vez que a moeda funcional da Companhia é substancialmente o Real e é denominada exposição cambial natural. A exposição líquida é o resultado da compensação da exposição cambial natural pelos instrumentos de *hedge* adotados pela CSN. A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

SIDERURGIA | MINERAÇÃO | CIMENTO | LOGÍSTICA | ENERGIA

CSN Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04 | NIRE: 35.300.396090

Exposição Cambial	31/12/2019 (Valores em US$ mil)	31/12/2019 (Valores em €$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	105.485	10.937
Contas a receber	346.264	1.179
Outros Ativos	3.516	5.815
Total Ativo	**455.265**	**17.931**
Empréstimos e financiamentos	(4.096.899)	(24.395)
Fornecedores	(69.284)	(10.488)
Outros Passivos	(2.680)	(963)
Total Passivo	**(4.168.863)**	**(35.846)**
Exposição bruta	**(3.713.598)**	**(17.915)**
Hedge accounting de fluxo de caixa	2.530.713	-
Swap CDI x Dólar	67.000	-
Hedge de investimento líquido no exterior	-	24.000
Exposição cambial líquida	**(1.115.885)**	**6.085**
Bonds Perpétuos	1.000.000	-
Exposição cambial líquida excluindo Bonds perpétuos	**(115.885)**	**6.085**

A CSN utiliza como estratégia o *Hedge Accounting*, bem como instrumentos financeiros derivativos para proteção dos fluxos de caixa futuros da CSN. • **Risco de taxa de juros:** Esse risco decorre de passivos de curto e longo prazo com taxas de juros pré ou pós fixadas e índices de inflação. No item 12.b), demonstramos os derivativos e estratégias de *hedge* para a proteção dos riscos de câmbio. **12.b) *Instrumentos de proteção: Derivativos e hedge accounting de fluxo de caixa e hedge de investimento líquido no exterior:*** A CSN utiliza instrumentos para a proteção do risco cambial e do risco de taxa de juros, conforme demonstrado nos tópicos a seguir: • **Posição da carteira de instrumentos financeiros derivativos: *Swap* cambial Dólar x Euro:** A controlada Lusosider tem operações com derivativos para proteger sua exposição do dólar contra o euro. ***Swap* cambial CDI x Dólar:** A Companhia tem operações com derivativos junto ao Banco Bradesco para proteger sua dívida em NCE captada em setembro de 2019 com vencimento em outubro de 2023 no montante de US$ 67 milhões (equivalente a R$ 278 milhões) com custo compatível com o usualmente praticado pela Companhia.

				Consolidado 31/12/2019			
				Valorização (R$)		Valor Justo (mercado)	Efeito no resultado
Contrapartes	Vencimento da operação	Moeda *Notional*	*Notional*	Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber/(Pagar)	financeiro em 2019
BCP	07/02/20	Dólar	12.875	51.923	(50.559)	1.364	783
Total swap cambial dólar x euro			**12.875**	**51.923**	**(50.559)**	**1.364**	**783**
Bradesco	02/10/23	Dólar	67.000	298.385	(294.182)	4.203	4.203
Total *swap* CDI x dólar			**67.000**	**298.385**	**(294.182)**	**4.203**	**4.203**
				350.308	**(344.741)**	**5.567**	**4.986**

• **Classificação dos derivativos no balanço patrimonial e resultado**

	31/12/2019			
	Ativo			
Instrumentos	Circulante	Não Circulante	Total	Resultado financeiro líquido (nota 24)
Swap dólar x euro	1.364	-	1.364	783
Swap CDI x dólar	-	4.203	4.203	4.203
	1.364	**4.203**	**5.567**	**4.986**

• ***Hedge accounting de fluxo de caixa:*** A Companhia designa formalmente relações de *hedge* de fluxos de caixa para a proteção de fluxos futuros altamente prováveis expostos ao dólar referente a vendas realizadas em dólar. Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* cambial no resultado da Companhia, a CSN designou parte dos seus passivos em dólar como instrumento de *hedge* de suas futuras exportações. Com isso, a variação cambial decorrente dos passivos designados será registrada transitoriamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas exportações, permitindo assim que o reconhecimento das flutuações do dólar sobre o passivo e sobre as exportações possam ser registrados no mesmo momento. Ressalta-se que a adoção dessa contabilidade de *hedge* não implica na contratação de qualquer instrumento financeiro. Em 31 de dezembro de 2019, estão designados US$2.530.713 em exportações a serem realizadas entre outubro de 2019 até abril de 2026. Para suportar as designações supracitadas, a Companhia elaborou documentação formal indicando como a designação do *hedge* está alinhada ao objetivo e à estratégia de gestão de riscos da CSN, identificando os instrumentos de proteção utilizados, o objeto de *hedge*, a natureza do risco a ser protegido e demonstrando a expectativa de alta efetividade das relações designadas. Foram designados instrumentos de dívida em montantes equivalentes à parcela das exportações futuras. A Companhia realiza contínuas avaliações da efetividade prospectiva e retrospectiva, comparando os montantes designados com os valores esperados e aprovados nos orçamentos da Administração, bem como os montantes efetivamente exportados. Por meio do *Hedge Accounting*, os ganhos e perdas com variações cambiais dos instrumentos financeiros de dívida não afetarão imediatamente o resultado da Companhia, mas apenas na medida em que as exportações forem realizadas. O quadro abaixo apresenta o resumo das relações de *hedge* em 31 de dezembro de 2019:

Data de Designação	Instrumento de *Hedge*	Objeto de *hedge*	Tipo de risco protegido	Período de proteção	Câmbio de Designação	Montantes designados (US$ mil)	Parceladas amortizadas (US$ mil)	Efeito no Resultado (*) (R$ mil)	31/12/2019 Saldo registrado no patrimônio líquido (R$ mil)
03/11/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Outubro de 2016 a Setembro de 2019	2,4442	500.000	(500.000)	(384.346)	-
01/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Outubro de 2015 a Fevereiro de 2019	2,5601	175.000	(175.000)	(23.184)	-
18/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Maio de 2020	2,6805	30.000	-	-	(40.506)
18/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Maio de 2020	2,678	35.000	-	-	(47.345)
18/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Maio de 2020	2,6760	35.000	-	-	(47.409)
21/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Julho de 2019 a Março 2021	3,1813	60.000	(15.000)	(11.254)	(38.223)
23/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Julho de 2019 a Março 2021	3,2850	100.000	(25.000)	(14.676)	(55.928)
23/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,2850	30.000	(12.000)	(4.315)	(13.423)
24/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3254	100.000	(40.000)	(13.574)	(42.318)
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	25.000	(10.000)	(3.242)	(10.125)
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	70.000	(28.000)	(9.077)	(28.350)
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	30.000	(12.000)	(3.890)	(12.150)
28/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3815	30.000	(12.000)	(4.004)	(11.686)
03/08/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Julho de 2018 a Outubro de 2022	3,3940	355.000	(84.091)	(12.990)	(172.488)
02/04/2018	Bonds	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Julho de 2018 a Fevereiro de 2023	3,3104	1.170.045	(644.000)	(305.801)	(378.915)
31/07/2019	Bonds e Pré-Pagamentos de Exportação em US$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R$ x US$	Janeiro de 2020 a Abril de 2026	3,7649	1.342.759	-	-	(356.904)
Total						**4.087.804**	**(1.557.091)**	**(790.353)**	**(1.255.770)**

(*) Em 2019 foi registrado em Outras Operacionais o montante de (R$790.353). Em 31 de dezembro de 2018, (R$370.191). Nas relações de *hedge* descritas acima, os valores dos instrumentos de dívida foram integralmente designados para parcelas de exportações de minério de ferro equivalentes. A movimentação dos valores relativos ao *hedge accounting* registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 é demonstrada como segue:

	31/12/2018	Movimento	Realização	31/12/2019
Hedge accounting de fluxo de caixa	1.441.295	604.828	(790.353)	1.255.770
Valor justo do *hedge* de fluxo de caixa, líquido dos impostos	**1.441.295**	**604.828**	**(790.353)**	**1.255.770**

Em 31 de dezembro de 2019 as relações de *hedge* estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos e retrospectivos realizados. Desta forma, nenhuma reversão por inefetividade do *hedge accounting* foi registrada. • ***Hedge de investimento líquido no exterior:*** A CSN possui exposição cambial natural em Euro decorrente substancialmente de empréstimo realizado por controlada no exterior com moeda funcional em Reais para a aquisição de investimentos no exterior, cuja moeda funcional é o Euro. A referida exposição decorre da conversão dos balanços dessas controladas para a consolidação na CSN, sendo que a variação cambial dos empréstimos afetava a demonstração do resultado, na rubrica de resultado financeiro e a variação cambial dos ativos líquidos do exterior afetava diretamente o patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. A partir de 1º de setembro de 2015 a CSN passou a adotar o *hedge* de investimento líquido com a finalidade de eliminar essa exposição e cobrir futuras oscilações do Euro sobre esses empréstimos. Foram designados passivos financeiros não derivativos, representados por contratos de empréstimos com instituições financeiras no montante de €120 milhões. Os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2019 relativo à designação são os seguintes:

Data de Designação	Instrumento de *Hedge*	Objeto de *hedge*	Tipo de risco protegido	Câmbio de Designação	Montantes designados (EUR mil)	Parcelas amortizadas (US$ mil)	31/12/2019 Impacto sobre o patrimônio líquido
30/09/2015	Passivo financeiro não derivativo em EUR - Contrato de Dívida	Investimentos em coligadas cujo a moeda funcional é EUR	Cambial - taxa spot R$ x EUR	4,0825	120.000	(96.000)	1.469
Total	-	-	-	-	**120.000**	**(96.000)**	**1.469**

A movimentação dos valores relativos ao *hedge* de investimento líquido registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 é demonstrada como segue:

	31/12/2018	Movimento	31/12/2019
Hedge de investimento líquido no exterior	3.941	(2.472)	1.469
Valor justo do *hedge* de investimento líquido	**3.941**	**(2.472)**	**1.469**

Em 31 de dezembro de 2019 as relações de *hedge* estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos realizados. Desta forma, nenhuma reversão por inefetividade do *hedge* foi registrada. **12.c) Análise de sensibilidade:** Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos cambiais e de taxa de juros. • **Análise de sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos e Exposição Cambial Consolidada:** A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de deterioração para volatilidade da moeda, utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2019. As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Moeda	Taxa de câmbio	Cenário Provável	Cenário 1	31/12/2019 Cenário 2
USD	4,0307	4,4946	5,0384	6,0461
EUR	4,5305	5,0038	5,6631	6,7958
USD x EUR	1,1234	1,1122	1,4043	1,6851

Juros	Taxa de juros	Cenário 1	31/12/2019 Cenário 2
CDI	4,40%	5,50%	6,60%
TJLP	5,57%	6,96%	8,36%
LIBOR	1,91%	2,39%	2,87%

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demostrados a seguir:

Instrumentos	Valor de Referência	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário 1	31/12/2019 Cenário 2
Hedge accounting de exportação	2.530.713	Dólar	1.173.998	2.550.136	5.100.272
Swap CDI x Dólar	67.000	Dólar	31.081	67.514	135.028
Posição cambial natural (não incluindo derivativos cambiais acima)	(3.713.598)	Dólar	(1.722.738)	(3.742.100)	(7.484.200)
Posição cambial consolidada em US$ (incluindo derivativos cambiais acima)	**(1.115.885)**	**Dólar**	**(517.659)**	**(1.124.450)**	**(2.248.900)**
Hedge de investimento líquido no exterior	24.000	Euro	11.359	27.183	54.366
Posição cambial natural	(17.915)	Euro	(8.479)	(20.291)	(40.582)
Posição cambial consolidada em €$ (incluindo derivativos cambiais acima)	**6.085**	**Euro**	**2.880**	**6.892**	**13.784**
Swap cambial dólar x euro	12.875	Dólar	(1.887)	9.021	15.944

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar - desvalorização do Real em 11,51% / Real x Euro - desvalorização do Real em 10,45%. Euro x Dólar - valorização do Euro em 1,0%. Fonte: cotações Banco Central do Brasil e Banco Central Europeu em 02/03/2020. • **Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros:** A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de evolução para volatilidade dos juros em 31 de dezembro de 2019.

				Consolidado Impacto no resultado		
Variações nas taxas de juros	% a.a	Ativo	Passivo	Cenário Provável (*)	Cenário 1	Cenário 2
TJLP	5,57	-	(870.637)	(2.481)	(12.124)	(24.248)
Libor	1,91	-	(4.275.363)	(57.620)	(20.438)	(40.876)
CDI	4,40	462.831	(10.148.220)	(28.594)	(106.539)	(213.078)

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2019 registrados no ativo e passivo da companhia. **12.d) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados na nota 11. A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros e passivos de arrendamento, incluindo juros.

Em 31 de dezembro de 2019	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Consolidado Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures (nota 11)	5.152.234	6.888.149	9.087.030	6.963.290	28.090.703
Arrendamento (nota 13 a)	35.040	44.873	44.872	349.605	474.390
Fornecedores (nota 12 I)	3.012.654	-	-	-	3.012.654
Fornecedores - Risco Sacado (nota 12 I)	1.121.312	-	-	-	1.121.312
Dividendos e JCP (nota 13)	13.252	-	-	-	13.252

IV - Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente. Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo. O valor justo estimado para determinados empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidado foram calculados a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, conforme abaixo:

	31/12/2019 Valor Contábil	31/12/2019 Valor Mercado	31/12/2018 Valor Contábil	31/12/2018 Valor Mercado
Bônus Perpétuos	4.036.186	3.706.553	3.880.074	2.850.615
Fixed Rate Notes	8.090.297	8.345.471	6.745.132	7.595.765

(*) Fonte: Bloomberg. • **Riscos de Crédito:** A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e fornecedores, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente de seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Uma vez que parte dos recursos é investido em operações compromissadas que são lastreadas em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado brasileiro. Quanto à exposição a risco de crédito em contas a receber e outros recebíveis, a Companhia possui um comitê de risco de crédito, na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira, antes da concessão do limite de crédito e termos de pagamento e revisado periodicamente, de acordo com os procedimentos de periodicidade de cada área de negócio. • **Gestão de Capital:** A Companhia busca a otimização da sua estrutura de capital com a finalidade de reduzir seus custos financeiros e maximizar o retorno aos seus acionistas. O quadro a seguir demonstra a evolução da estrutura consolidada de capital da Companhia, com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros:

Valores em milhares	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio (capital próprio)	11.361.932	10.013.440
Empréstimos e financiamentos (capital terceiros)	27.967.036	28.827.074
Dívida Bruta/Patrimônio Líquido	2,46	2,88

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

As outras obrigações classificadas no passivo circulante e não circulante possuem a seguinte composição:

	Consolidado Circulante 31/12/2019	Consolidado Circulante 31/12/2018	Consolidado Não Circulante 31/12/2019	Consolidado Não Circulante 31/12/2018	Controladora Circulante 31/12/2019	Controladora Circulante 31/12/2018	Controladora Não Circulante 31/12/2019	Controladora Não Circulante 31/12/2018
Passivos com partes relacionadas (nota 18 b)	46.063	35.499	88.021	96.629	457.577	308.056	318.967	14.501
Dividendos e JCP a pagar (nota 12 I)	13.252	932.005	-	-	13.252	900.541	-	-
Adiantamento de clientes [1]	787.604	137.418	1.845.248	-	72.404	64.416	-	-
Tributos parcelados	19.498	20.179	67.727	73.934	9.777	9.756	1.985	2.378
Participação sobre lucro - empregados	162.866	113.219	-	-	111.171	72.555	-	-
Obrigações fiscais	-	-	8.805	8.631	-	-	7.319	7.145
Provisão para consumo e serviços	204.299	334.638	-	-	132.262	260.942	-	-
Materiais terceiros em nosso poder	78.820	45.915	-	-	61.976	45.721	-	-
Fornecedores - Risco Sacado [2]	1.121.312	65.766	-	-	1.121.312	65.766	-	-
Passivos de Arrendamento (nota 13 a)	35.040	-	439.350	-	17.269	-	28.671	-
Outras obrigações	57.690	85.984	44.551	48.134	22.788	17.551	-	-
	2.526.444	**1.770.623**	**2.493.702**	**227.328**	**2.019.788**	**1.745.304**	**356.942**	**24.024**

1. Adiantamento Glencore: Em 29 de Março de 2019 a controlada da Companhia, CSN Mineração, recebeu antecipadamente o montante de aproximadamente US$ 496 milhões (R$1.951 bilhão) referente a um contrato de fornecimento de aproximadamente 22 milhões de toneladas de minério de ferro firmado com a *trader* Suíça Glencore International AG ("Glencore"), a ser executado num prazo de 5 anos. Em 11 de Julho de 2019 a CSN Mineração celebrou um aditivo ao contrato com a Glencore, e recebeu antecipadamente em 05 de Agosto de 2019 o montante de US$ 250 milhões (R$956 milhões) para o fornecimento adicional de aproximadamente 11 milhões de toneladas de minério de ferro. 2. Fornecedores - Risco Sacado: A Companhia negociou convênios junto a instituições financeiras, possibilitando aos seus fornecedores a antecipação dos recebíveis decorrentes de vendas de mercadorias, com o objetivo de alongar os prazos das suas próprias obrigações. A efetiva antecipação dos recebíveis depende do aceite por parte de seus fornecedores, tendo em vista que a participação dos mesmos não é obrigatória. A Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial e nem alterações nas condições comerciais existentes entre a Companhia e seus fornecedores. **13.a) Passivos de arrendamento:** Os passivos de arrendamento são apresentados na demonstração financeira:

	Consolidado 31/12/2019	Consolidado Adoção inicial	Controladora 31/12/2019	Controladora Adoção inicial
Arrendamentos	1.501.960	1.533.556	53.279	71.114
AVP - Arrendamentos	(1.027.570)	(892.567)	(7.339)	(10.042)
	474.390	**640.989**	**45.940**	**61.072**
Classificado:				
Circulante	35.040	39.243	17.269	21.390
Não Circulante	439.350	601.746	28.671	39.682
	474.390	**640.989**	**45.940**	**61.072**

A Companhia adotou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada que não requer apresentação de saldos comparativos. Como resultado a adoção IFRS 16/CPC 06 (R2), a Companhia alterou a política contábil para os contratos de arrendamento. A Companhia possui contratos de arrendamento de terminais portuários em Itaguaí, o Terminal de Carga - TECAR, utilizado para o embarque e desembarque de minérios de ferro e o Terminal de Contêineres - TECON, os contratos tem prazo remanescente de 28 e 32 anos respectivamente e contrato de arrendamento para operação ferroviária utilizando a malha do Nordeste com prazo remanescente de 8 anos. Adicionalmente, a Companhia possui contratos de arrendamento de propriedades, utilizadas como instalações operacionais e escritórios administrativos e vendas, em diversas localidades onde a Companhia opera, com prazos remanescentes de 2, 5 e 16 anos. A CSN também possui contratos de arrendamentos para equipamentos operacionais, utilizados nas operações de mineração e na siderurgia, com prazos de 2 a 5 anos. O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando a taxa implícita observadas nos contratos, para os contratos que não dispunham de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimos - IBR, ambas em termos nominais. A taxa incremental de empréstimos - IBR foi adquirida por meio de consulta a bancos de relacionamentos da Companhia de acordo com o prazo médio dos contratos, conforme orientações do Oficio-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019. As taxas médias utilizadas para a mensuração do passivo de arrendamento e direito de uso:

	31/12/2019 Incremental - IBR (a.a)		Implícita (a.a)
Prazo do contrato (em anos)	BRL	EURO	BRL
1	7,78%	0,52%	
2	8,16%		
3	8,53%		
4	8,90%	1,11%	
5	9,27%		
6		1,24%	
9			6,75%
16	12,25%		
29			8,30%
32			15,22%

A movimentação dos passivos de arrendamentos, no período findo em 31 de dezembro de 2019, está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2019 Consolidado	31/12/2019 Controladora
Saldo inicial líquido	**640.989**	**61.072**
Novos arrendamentos (nota 9)	106.584	12.979
AVP Novos arrendamentos (nota 9)	(54.080)	(838)
Revisão de contratos	(175.609)	(5.308)
Baixa	(1.374)	(1.357)
Pagamento	(94.727)	(25.393)
Juros apropriados	52.607	4.785
Saldo inicial líquido	**474.390**	**45.940**

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento contemplam pagamentos variáveis, fixos em essência quando baseados em desempenho mínimo e tarifas fixadas contratualmente. Em 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Consolidado Total
Arrendamentos	86.062	319.162	1.096.736	1.501.960
AVP - arrendamentos	(51.022)	(229.417)	(747.131)	(1.027.570)
	35.040	**89.745**	**349.605**	**474.390**

• **PIS e COFINS a recuperar:** Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor das contraprestações com os fornecedores, ou seja, sem considerar os créditos tributários incidentes após o pagamento. Demonstramos abaixo o direito potencial de PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento.

	31/12/2019 Consolidado	31/12/2019 Controladora
Arrendamentos	1.489.789	50.899
AVP - Arrendamentos	(1.026.919)	(6.963)
Potencial crédito PIS e COFINS	137.805	4.708
AVP - Potencial crédito de PIS e COFINS	(96.461)	(800)

• **Pagamentos de arrendamentos não reconhecidos como passivo:** A Companhia optou por não reconhecer os passivos de arrendamento em contratos com prazo inferior a 12 meses e para ativos de baixo valor. Os pagamentos realizados para estes contratos são reconhecidos como despesas quando incorridos. A Companhia possui contratos de direito de uso de portos (TECAR) e ferrovia (FTL) que, ainda que estabeleçam desempenhos mínimos, não é possível determinar o seu fluxo de caixa uma vez que esses pagamentos são integralmente variáveis e somente serão conhecidos quando ocorrerem. Nesses casos, os pagamentos serão reconhecidos como despesas quando incorridas. As despesas relativas aos pagamentos não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento durante o exercício são:

	Consolidado 31/12/2019	Controladora 31/12/2019
Contratos inferiores a 12 meses	10.819	-
Ativos de menor valor	3.853	7.464
Pagamentos variáveis de arrendamentos	177.460	21.211
	192.132	**28.675**

De acordo com as orientações do CPC 06(R2) / IFRS 16, a Companhia utiliza na mensuração e na remensuração dos passivos de arrendamento e direito de uso, a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Considerando o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia divulga a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, direito de uso, despesa financeira e despesas de depreciação com a utilização de taxas em termos reais para desconto a valor presente de fluxos também em termos reais.

	31/12/2019 Consolidado Taxa em termos nominais e fluxo real	Consolidado Taxa e fluxo em termos nominais	Controladora Taxa em termos nominais e fluxo real	Controladora Taxa e fluxo em termos nominais
Passivo de leasing	474.390	579.390	45.940	48.515
Direito de uso líquido	472.345	567.905	44.173	45.795
Despesa Financeira	(49.118)	(57.556)	(4.521)	(4.881)
Despesa de Depreciação	(53.826)	(57.356)	(20.400)	(20.992)

Para mensurar os saldos utilizando taxa em termos reais foi utilizada a projeção para a inflação (IPCA) divulgada pelo Banco Central do Brasil.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado: O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018
(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(1.564.622)	(827.229)	24.242	(210.887)
Diferido	2.398.400	576.895	2.452.985	509.458
	833.778	**(250.334)**	**2.477.227**	**298.571**

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018
Lucro/(prejuízo) antes do IR e da CSLL	**1.410.733**	**5.450.917**	**(688.160)**	**4.775.565**
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada	**(479.649)**	**(1.853.312)**	**233.974**	**(1.623.692)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência Patrimonial	46.737	50.134	924.949	277.655
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	(236.404)	(46.006)		
Ajuste *Transfer Price*	(18.494)	(74.836)	(11.938)	(53.780)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(21.095)	(27.683)		
Limite de endividamento	(20.393)	(38.486)	(20.393)	(38.486)
IR/CS Diferidos sobre diferenças temporárias não constituídos	(2.835)	(11.964)		
(Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	1.530.185	1.807.909	1.530.185	1.807.909
IR/CS sobre lucros no exterior	(14.424)	(30.219)	(14.424)	(28.847)
Incentivos fiscais	39.042	36.710		9.203
IR/CS Diferido sobre variação cambial no patrimônio líquido		(43.667)		(43.667)
IR/CS sobre Juros capital próprio	22.107		(155.083)	
Outras exclusões (adições) permanentes	(10.999)	(18.914)	(10.043)	(7.724)
IR/CSLL no resultado do exercício	**833.778**	**(250.334)**	**2.477.227**	**298.571**
Alíquota efetiva	**-59%**	**5%**	**360%**	**-6%**

14.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos podem ser demonstrados como segue:

Diferido	Saldo Inicial 31/12/2018	Movimentação Patrimônio Líquido	Movimentação Resultado	Movimentação Outros	Consolidado Saldo Final 31/12/2019
Prejuízos fiscais	959.240	-	651.561	-	1.610.801
Bases negativas	367.358	-	242.688	-	610.046
Diferenças temporárias	**(1.838.935)**	**(2.357)**	**1.504.151**	**59**	**(337.082)**
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	334.380	-	(70.367)	-	264.013
Perdas estimadas em ativos	181.516	-	915	-	182.431
(Ganhos)/Perdas em ativos financeiros	359.776	-	54.719	-	414.495
Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	276.032	38.569	-	-	314.601
Provisão para consumos e serviços	95.644	-	36.767	-	132.411
Variações cambiais não realizadas [1]	1.010.532	-	170.969	-	1.181.501
(Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(92.180)	-	-	-	(92.180)
Hedge Accounting de fluxo de caixa	490.041	(63.080)	-	-	426.961
Aquisição Fair Value SWT/CBL	(172.114)	(52.071)	39.672	-	(184.513)
IR/CS diferidos não constituídos	(252.940)	-	(39.021)	-	(300.819)
(Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	(3.086.572)	25.159	1.435.415	-	(1.625.998)
Combinação de negócios	(1.030.812)	-	7.471	-	(1.023.341)
Consolidadação CBSI	-	-	(12)	62	50
Outras	47.762	49.066	(132.377)	(3)	(35.552)
Total	**(512.337)**	**(2.357)**	**2.398.400**	**59**	**1.883.765**
Total Diferido Ativo	89.394	-	-	-	2.473.304
Total Diferido Passivo	(601.731)	-	-	-	(589.539)
Total Diferido	**(512.337)**	-	-	-	**1.883.765**

(1) A Companhia tributa as variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

Diferido Ativo	Saldo Inicial 31/12/2018	Movimentação Patrimônio Líquido	Movimentação Resultado	Controladora Saldo Final 31/12/2019
Prejuízos fiscais	834.141	-	629.840	1.463.981
Bases negativas	322.283	-	226.743	549.026
Diferenças temporárias	**(1.173.858)**	-	**1.596.402**	**422.544**
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	275.288	-	(82.043)	193.245
Perdas estimadas em ativos	118.335	-	1.310	119.645
(Ganhos)/Perdas em ativos financeiros	359.776	-	54.719	414.495
Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	279.132	37.921	-	317.053
Provisão para consumos e serviços	84.509	-	37.171	121.680
Variações cambiais não realizadas [1]	1.014.309	-	168.744	1.183.053
(Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(92.180)	-	-	(92.180)
Hedge Accounting de fluxo de caixa	490.041	(63.080)	-	426.961
(Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	(3.086.572)	25.159	1.435.415	(1.625.998)
Combinação de negócios	(721.992)	-	-	(721.992)
Outras	105.496	-	(18.914)	86.582
Total	**(17.434)**	-	**2.452.985**	**2.435.551**
Total Diferido Ativo				3.258.542
Total Diferido Passivo	(17.434)	-	-	(822.991)
Total Diferido	**(17.434)**	-	-	**2.435.551**

(1) A Companhia tributa as variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia tem em sua estrutura societária subsidiárias no exterior, cujos lucros são tributados pelo imposto de renda nos respectivos países em que foram constituídas por alíquotas inferiores às vigentes no Brasil. No período compreendido entre 2014 e 2019 foram gerados por essas subsidiárias lucros no montante de R$1.406.562. Caso as autoridades fiscais brasileiras entendam que estes lucros estão sujeitos à tributação adicional no Brasil pelo imposto de renda e pela contribuição social, estes, se devidos fossem, somariam aproximadamente R$453.927. A Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos, avaliou apenas como possível a probabilidade de perda em caso de eventual questionamento fiscal e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras. Ainda, a administração avaliou os preceitos do IFRIC 23 - "Uncertainties Over Income Tax Treatments" e considera que não há razões para que as autoridades fiscais divirjam dos posicionamentos fiscais adotados pela Companhia. Desta forma, não foram reconhecidas quaisquer provisões adicionais de imposto de renda e contribuição social em decorrência da avaliação de aplicação do IFRIC 23 nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019. Foi realizada uma análise de sensibilidade de consumo dos créditos tributários considerando uma variação das premissas macroeconômicas, do desempenho operacional e dos eventos de liquidez. Dessa forma, considerando os resultados do estudo realizado, o qual indica que é provável a existência de lucro tributável para utilização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos. A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL são apresentados pelo líquido quando se referem a uma única jurisdição conforme o quadro abaixo:

Em Milhões de Reais	Consolidado	Controladora
2020	230	230
2021	713	713
2022	938	938
2023	985	985
2024	431	393
Ativo diferido	**3.297**	**3.259**
Diferido passivo Controladora	(823)	(823)
Ativo diferido contabilizado líquido	**2.474**	**2.436**
Diferido passivo das subsidiárias contabilizado	(590)	-
Ativo diferido líquido	**1.884**	**2.436**

14.c) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no patrimônio líquido: O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente no patrimônio líquido estão demonstrados abaixo:

	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social				
Ganhos atuariais de plano de benefício definido	215.306	176.700	217.969	180.048
Perdas estimadas para créditos de IR e CS diferidos - ganhos atuariais	(217.969)	(180.048)	(217.969)	(180.048)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(325.350)	(325.350)	(325.350)	(325.350)
Hedge Accounting de fluxo de caixa	426.961	490.041	426.961	490.041
Perdas estimadas para créditos de IR e CS diferidos - *hedge* fluxo caixa	(426.961)	(490.041)	(426.961)	(490.041)
	(328.013)	**(328.698)**	**(325.350)**	**(325.350)**

Teste de recuperação do IR/CS Diferido Ativo: A administração da Companhia avalia constantemente a capacidade de utilização de seus créditos fiscais. Neste sentido, periodicamente a CSN atualiza o estudo técnico de projeção dos resultados tributáveis futuros para suportar a realização dos créditos fiscais e, consequentemente, embasar o reconhecimento contábil dos créditos, a manutenção no balanço ou a constituição de provisão para perda na realização desses créditos. Esse estudo é preparado no nível da Entidade conforme a legislação tributária brasileira e é realizado considerando as projeções da Controladora, que é a Entidade que gera um montante significativo de créditos fiscais, especialmente de diferenças temporárias. A Controladora abrange os seguintes negócios: • Aços Brasil (Siderurgia); e • Cimentos. O IR/CS diferido ativo sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias refere-se, principalmente, aos itens a seguir:

	Natureza	Breve descrição
	Prejuízos Fiscais	A Companhia incorre em prejuízos fiscais na Controladora em decorrência das despesas financeiras sobre seu endividamento, já que detém substancialmente todos os empréstimos e financiamentos do Grupo CSN. Entretanto, a Controladora apresentou lucro tributável em 2018.
Diferenças Temporárias	Despesas com variação cambial	Desde 2012, a Companhia opta pela tributação da variação cambial por regime de caixa. Como resultado, os impostos são devidos e as despesas são dedutíveis quando da liquidação do ativo ou passivo subjacente.
	Perda no investimento em ações da Usiminas	As movimentações no investimento em ações da Usiminas são reconhecidas por meio do regime de competência; no entanto, o evento que gera a tributação ou dedutibilidade ocorrerá somente no momento da alienação do investimento.
	Outras provisões	Outras provisões são reconhecidas pelo regime de competência e a sua tributação ocorre somente no momento de sua realização, tais como: provisão para contingências, perda por *impairment*, provisão para passivos ambientais, etc.

O estudo é preparado com base no plano de negócios de longo prazo da Companhia projetado para um período razoavelmente estimável pela Administração e considera diversos cenários que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais. O modelo de projeção do lucro tributável considera dois principais indicadores: • Lucro antes dos impostos, refletindo o EBITDA

CSN
Companhia Siderúrgica Nacional
CNPJ: 33.042.730/0001-04 | NIRE: 35.300.396090

SIDERURGIA MINERAÇÃO CIMENTO LOGÍSTICA ENERGIA

projetado mais a depreciação, outras receitas e despesas e o resultado financeiro, e; • Lucro tributável, que compõe o lucro antes dos impostos mais (menos) os itens de receita e despesa que são tributáveis fora do período de competência (diferenças temporárias). Adicionalmente, é realizada uma análise de sensibilidade de consumo dos créditos tributários considerando uma variação das premissas macroeconômicas, do desempenho operacional e dos eventos de liquidez. A deterioração do ambiente político e macroeconômico brasileiro ocorrida em anos recentes gerou prejuízos fiscais na CSN, bem como o crescimento da sua alavancagem financeira. Esses dois aspectos combinados culminaram em um desbalanceamento entre o resultado financeiro e operacional na Controladora. Diante desse contexto, a Companhia trabalha com um plano de negócios que visa o rebalanceamento entre o resultado financeiro e operacional da Controladora, cujas principais medidas são: • Continuidade dos esforços de desinvestimento; • Redução da alavancagem financeira; • Melhoria nos resultados operacionais decorrente de aumento de volume de vendas, melhoria dos preços de seus produtos e maior eficácia no controle dos custos de produção; e • Reperfilamento do endividamento da Controladora, com negociações para extensão de prazos de amortização e descentralização do endividamento por meio de redirecionamento de contratos para subsidiárias de acordo com a natureza e aplicação dos recursos. Com a continuidade da execução das medidas acima, a administração da Companhia estima retomar com sustentabilidade altos índices de rentabilidade. Consequentemente, a administração considera que o reconhecimento contábil gradativo de créditos fiscais, utilizando em um primeiro momento um período de projeções inferior a 10 anos, reflete mais adequadamente a expectativa de utilização dos créditos mantidos nos livros fiscais da Companhia. Como resultado do estudo, a Companhia reverteu no exercício de 2019 o montante de R$2.361.362 de perdas estimadas contabilizadas em anos anteriores totalizando um saldo no ativo fiscal diferido na Controladora de R$3.258.542 em 31 de dezembro de 2019. O estoque de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias mantidos nos livros fiscais da Companhia para utilização futura montam, respectivamente, R$ 1.465.808 e R$ 549.683 (R$ 834.141 e R$ 322.283 em 31 de dezembro de 2018).

15. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do Refis e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, conforme nota 13, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Refis Federal Lei nº 11.941/09	12.172	12.100	17.436	18.895	9.173	9.173	-	-
Refis Federal Lei 12.865/13	6.481	6.240	48.306	52.661	-	-	-	-
Demais Parcelamentos	845	1.839	1.985	2.378	604	583	1.985	2.378
	19.498	**20.179**	**67.727**	**73.934**	**9.777**	**9.756**	**1.985**	**2.378**

16. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Passivo Provisionado		Depósitos Judiciais		Passivo Provisionado		Depósitos Judiciais	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fiscais	128.411	118.490	31.060	46.321	56.343	48.789	15.227	27.493
Previdenciárias	7.039	70.084		50.898	6.447	67.978	-	50.898
Trabalhistas	305.309	362.228	227.213	214.625	217.907	277.590	164.580	162.870
Cíveis	138.990	210.264	53.771	22.024	105.464	180.546	42.252	11.871
Ambientais	43.498	31.390	3.731	1.900	36.558	28.030	2.241	1.900
Depósitos Caucionados	-	-	12.596	12.182	-	-	-	563
	623.247	**792.456**	**328.371**	**347.950**	**422.719**	**602.933**	**224.300**	**255.595**
Classificado:								
Circulante	96.479	106.503	-	-	52.016	64.856	-	-
Não Circulante	526.768	685.953	328.371	347.950	370.703	538.077	224.300	255.595
	623.247	**792.456**	**328.371**	**347.950**	**422.719**	**602.933**	**224.300**	**255.595**

A movimentação das provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais no período findo em 31 de dezembro de 2019 pode ser assim demonstrada:

				Consolidado	
					Circulante + Não Circulante
Natureza	31/12/2018	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2019
Fiscais	118.490	25.019	4.188	(19.286)	128.411
Previdenciárias	70.084	4.386	91	(67.522)	7.039
Trabalhistas	362.228	36.133	59.502	(152.554)	305.309
Cíveis	210.264	65.817	12.465	(149.556)	138.990
Ambientais	31.390	9.629	4.091	(1.612)	43.498
	792.456	**140.984**	**80.337**	**(390.530)**	**623.247**

				Controladora	
					Circulante + Não Circulante
Natureza	31/12/2018	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2019
Fiscais	48.789	22.859	1.361	(16.666)	56.343
Previdenciárias	67.978	3.794	91	(65.416)	6.447
Trabalhistas	277.590	22.119	36.215	(118.017)	217.907
Cíveis	180.546	64.296	3.578	(142.956)	105.464
Ambientais	28.030	6.802	3.315	(1.589)	36.558
	602.933	**119.870**	**44.560**	**(344.644)**	**422.719**

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, são incluídos nessas provisões os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia, acrescidos de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). **Processos Tributários:** Os principais processos que são considerados pelos consultores jurídicos externos como probabilidade de perda provável, que figuram como parte a CSN ou suas controladas, de natureza tributária são (i) alguns autos de infração de ISS; (ii) divergências entre ICMS apurado e recolhido; (iii) Ação Consignatória de Pagamento de contribuições previdenciárias; (iv) Pedidos de compensação não homologados por inexistência do direito creditório. **Processos trabalhistas:** O Grupo figura como réu, em 31 de dezembro de 2019, em 7.590 reclamações trabalhistas. Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho, intervalo intrajornada e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2000 a 2003. Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve movimentação de adições e baixas de processos trabalhistas decorrentes de encerramento definitivo, além da constante revisão das estimativas contábeis da Companhia em relação às provisões e contingências, que consideram as diferentes naturezas das reclamações envolvidas, conforme estabelecido nas políticas contábeis da Companhia. **Processos cíveis:** Dentre os processos judiciais cíveis em que figura como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, discussões contratuais, relacionadas às atividades industriais do Grupo, ações imobiliárias, plano de saúde. **Processos ambientais:** Dentre os processos administrativos/judiciais ambientais em que a Companhia figura como ré, encontram-se, procedimentos administrativos visando a constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e regularização de licenças ambientais; no âmbito judicial, há ações de execução de multas impostas em decorrência de tais supostas irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização cumulada com indenizações, que consistem em recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos impactos ao meio-ambiente relacionados às atividades industriais da Companhia. Os processos de natureza ambiental apresentam alta complexidade para a estimativa do valor em risco, pois devem ser levados em consideração, entre vários aspectos, a evolução processual, a extensão dos eventuais danos e a projeção dos custos de reparação. Há outros processos de natureza ambiental para os quais ainda não é possível aferir o risco e o valor de contingência em razão da citada complexidade de estimativa, das peculiaridades das matérias que os envolvem e das fases processuais em que se encontram. Os principais procedimentos judiciais e administrativos de natureza ambiental encontram-se abaixo listados: • Em 2018, a Companhia celebrou o TAC 07/2018, que tem por objeto a adoção de melhorias ambientais no âmbito da UPV. As obrigações do TAC 07/2018 estão vinculadas à Autorização Ambiental de Funcionamento ("AAF") nº IN 002019, com validade até outubro de 2024, que tem por objeto autorizar o regular funcionamento da UPV durante o cumprimento do TAC 07/2018. • Em julho de 2012, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPE/RJ) e o Ministério Público Federal (MPF) ingressaram com ações civis públicas distintas na Justiça Estadual e Federal alegando existência de suposta área contaminada no Condomínio Volta Grande IV. Em face do conflito de competência para julgar as ações, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) declarou a competência da Justiça Federal para processar e julgar tais ações. Em breve síntese, o MPF sustenta que a Companhia deverá (i) remover todos os resíduos descartados na área utilizada como aterro industrial na cidade de Volta Redonda e (ii) transferir 750 residências localizadas no condomínio Volta Grande IV, também na cidade de Volta Redonda. Referidos pedidos foram negados pelo Tribunal, tendo sido determinado que fosse apresentado um cronograma para investigar a área e, se necessário, para remediar as questões potenciais levantadas pelo MPF. O referido cronograma foi apresentado, apontando a conclusão de todos os estudos relacionados às fases de investigação, incluindo o plano de avaliação e intervenção de risco, que foram concluídos em 30 de abril de 2014. Além disso, há ações de indenizações em trâmite movidas pelos proprietários de casas do condomínio Volta Grande IV, com pedido de ressarcimento pelos supostos danos morais e materiais suportados, ainda não julgadas. • Em janeiro de 2014 foi distribuída Ação Anulatória com o objetivo de declarar a nulidade de Auto de Infração lavrado pelo INEA pela suposta contaminação do solo e águas subterrâneas no Condomínio Volta Grande IV. A sanção aplicada foi de multa simples, no valor originário de R$ 35 milhões. O pedido de suspensão liminar da exigibilidade do débito não foi apreciado, razão pela qual o INEA ajuizou Ação de Execução Fiscal. Por último, por questões prejudiciais externas ao processo de Execução, foi protocolado pedido de suspensão do processo até conclusão da perícia na ACP Volta Grande IV. • No que diz respeito a outras áreas supostamente contaminadas na cidade de Volta Redonda, o Ministério Público ajuizou outras três ações civis públicas destinadas à remediação ambiental e indenização das áreas denominadas Marcia I, II, III e IV, Wandir I e II e Reciclam. Em relação a área denominada Marcia I, foi encerrada a fase de produção de provas e encontra-se em análise para sentença. As demais encontram-se no estágio inicial e a CSN atualmente está realizando estudos ambientais que determinarão a extensão dos possíveis danos ambientais causados pela contaminação do solo, bem como a implementação de ações para cumprir as leis aplicáveis. Uma vez concluídos os estudos, estes serão apresentados e anexados aos respectivos processos. • Em 2015, o Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública contra a CSN requerendo a adequação e regularização da emissão de particulados da Usina Presidente Vargas, com a consequente paralisação de suas atividades. De acordo com a Resolução CONAMA nº 436/2011, as empresas teriam até dezembro de 2018 para ajustar a emissão de particulados aos novos padrões legais exigíveis. Este foi compatibilizado junto ao INEA com o cronograma de ações e medidas previstas no TAC 07/2018. • Em 2016, a CSN foi citada em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em razão de suposto depósito irregular de resíduos na área denominada "Aterro Panco". Na referida ação, há pedidos para recuperação de áreas degradadas, reparação dos danos à flora e fauna, e à saúde humana, bem como indenização por danos materiais e morais causados ao meio ambiente. • Em 1988, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a CSN por suposta contaminação ambiental e poluição do Rio Paraíba do Sul, causada supostamente pela atividade industrial na área. Em 1995, o juízo determinou a reunião dos processos nº 15.497; nº 17.563; nº 7.304; e nº 7.624, face à conexão caracterizada e determinou o apensamento das 4 ações. O Tribunal Regional Federal da Segunda Região manteve a condenação de primeira instância, reiterando a obrigação de a Companhia compensar os eventuais danos ambientais causados ao ecossistema. A Companhia recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que acolheu o recurso e anulou as decisões anteriores, determinando o retorno dos autos à 1ª Instância para retomada do processo. • Em 2010 foi instaurado um inquérito civil para verificar (i) os requisitos ambientais para o projeto da CSN na cidade de Arcos (fábrica de cimento); (ii) monitoramento e mitigação dos impactos ambientais das atividades produtivas; (iii) conformidade da empresa com as condições de suas respectivas licenças ambientais, incluindo a criação de um museu dentro da estação ecológica de Corumbá e a criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN); e (iv) ações para a preservação do patrimônio cultural e adoção de medidas compensatórias. Em 2 de fevereiro de 2011, foi assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), para efetivar o cumprimento das obrigações levantadas pelo Ministério Público. Em dezembro de 2019 foi homologado pelo Conselho do Ministério Público o arquivamento definitivo do TAC e quitação das obrigações, sem o pagamento de multas pela CSN. • Em 2009 e 2010, foram assinados Termos de Acordos Judicias (TAJ's) com o Ministério Público Federal buscando a recuperação de passivos ambientais causados pela mineração de carvão na Região Sudeste de Santa Catarina até a década de 1990. Os passivos ambientais abrangidos pelos acordos incluem a restauração de certas áreas degradadas. Em março de 2018, as partes renegociaram um novo acordo, com a extensão do cronograma de obras até 2030, o qual foi homologado judicialmente em 06/06/2018. Atualmente a Companhia negocia junto ao MPF a suspensão dos prazos do TAJ para negociação e ajuste das obrigações e medidas compensatórias previstas. • Em julho de 2018, a Companhia e a empresa Harsco Metals ("Harsco"), empresa prestadora de serviços para CSN, foram citadas em nova ação civil pública proposta conjuntamente pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em razão de suposto depósito irregular de resíduo (escória de aciaria) na área denominada "Pátio de Beneficiamento de Escória". Foi proferida decisão liminar que estabeleceu certa limitação no envio mensal da escória ao referido pátio, redução da altura das pilhas e retirada do excesso do material armazenado, o que por último teve seus efeitos suspensos por decisão liminar. A Companhia e Harsco vêm buscando alternativas factíveis de solução desse fato e trabalham na elaboração de um plano de ação com cronograma factível, em virtude da preocupação com os impactos que podem ser gerados pela remoção abrupta do material do pátio no prazo estabelecido na decisão liminar. • Em janeiro de 1995 foi ajuizada ACP, pelo Município de Volta Redonda/RJ ("MVR"), pleiteando a condenação da CSN no cumprimento de 26 itens de Programas Ambientais Compensatórios. Após a contestação, as partes celebraram instrumento de Transação (1995), fixando as efetivas obrigações da CSN, bem como a compensação ambiental, homologada em Juízo por sentença. O Município de Volta Redonda discordou sobre o cumprimento do acordo homologado e em 2015 foi iniciado o processo de liquidação das obrigações não cumpridas. Em 27/12/2018, foi assinado um novo acordo entre a CSN e o MVR para pôr fim à disputa judicial, mediante concessões recíprocas das partes, cabendo ao MVR a renúncia expressa ao direito sobre o qual se funda a ação e à CSN o investimento adicional no valor de R$21 milhões, devendo 30% desse valor ser destinado a serviços de interesse ambiental, obras de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente de Volta Redonda. Em 2019 foi homologado o acordo firmado entre a CSN e o MVR com o desembolso efetivo pela CSN de R$25MM, tendo na sequência o Ministério Público recorrido, o qual aguarda-se julgamento. • Em agosto de 2017 foi iniciada, pela CSN, ação anulatória contra o auto de infração que impôs multa à CSN (R$ 25 milhões - atualizado até dezembro/2019), por suposta poluição da água do Rio Paraíba do Sul, com lançamento de efluentes da ETE do Alto Forno #2, devido acidente ocorrido em 27/11/2010. A exigibilidade da multa encontra-se suspensa por força de liminar concedida em Mandado de Segurança, até decisão final da fase recursal que discute a garantia oferecida ao Juízo (caução idônea) para a concessão da tutela. • Em dezembro de 2019 foi iniciada Ação Civil Pública em face de Sepetiba TECON e do INEA visando a suspensão dos processos de licenciamento ambiental do terminal de contêineres Sepetiba TECON até que seja realizado o estudo da capacidade de suporte ambiental da Baía de Sepetiba, devendo o INEA abster-se de licenciar novos empreendimentos ou atividades potencialmente poluidoras no local, que venham a prejudicar o equilíbrio socioambiental da Baía e a preservação da fauna marinha. Sepetiba TECON tomou conhecimento da ação por notícia veiculada no site do MPF. Em 19/12/2019, foi indeferido pelo juízo o pedido de tutela de urgência requerido pelo MPF, bem como determinada a oitiva da União Federal e do IBAMA. Aguarda-se citação. • Em junho de 2019 foi proposta pela CSN ação judicial contra a Notificação INEA que determinou a suspensão das operações de movimentação de granéis sólidos no TECON por suposta ausência de previsão da atividade no objeto da Licença de Operação respectiva. Concedida decisão liminar para suspender os efeitos da Notificação e permitir a continuidade da operação de movimentação de granéis sólidos até o julgamento final da ação. Decisão confirmada em sede de recurso. • Em relação às questões de mineração, com a ocorrência do acidente envolvendo uma empresa brasileira em novembro de 2015, o Estado de Minas Gerais instaurou diversos inquéritos civis visando investigar as empresas do segmento de mineração, com base no Inventário da Barragem do Estado divulgado em 2014. Esses procedimentos têm o escopo de averiguar as estruturas que não possuem estabilidade técnica garantida por um auditor externo, ou cuja estabilidade não foi atestada devido à falta de documentos ou dados técnicos. Em agosto de 2016, a Companhia foi citada em ação civil pública similar, em relação à estrutura de Barragem do Dique do Engenho. Foram apresentados documentos às autoridades estaduais que comprovam a estabilidade e a segurança da referida barragem. Espera-se que esse processo também seja arquivado, pelas mesmas razões que o anterior. • Processos Administrativos e Judiciais Possíveis: A tabela a seguir demonstra um resumo do saldo das principais matérias classificadas como risco possível comparadas com o saldo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Ganho de capital por suposta venda de participação societária da controlada NAMISA	12.412.964	11.812.071
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM)- IRPJ/CSLL- Glosa das deduções do ágio gerado na incorporação reversa da Big Jump pela NAMISA	3.867.663	3.722.888
Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIM)- IRPJ/CSLL- Glosa dos juros de pré-pagamento decorrente dos contratos de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários	2.249.708	2.165.088
Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Lucros auferidos no exterior anos 2008, 2010, 2011, 2014 (1)	2.946.288	1.891.149
Execuções Fiscais - ICMS - Crédito de energia elétrica	1.022.371	974.479
Compensações não homologadas - IRPJ/CSLL, PIS/COFINS e IPI	1.100.564	1.481.382
Glosa de créditos - ICMS - Transferência de minério	567.534	529.607
ICMS - transferência de matéria prima importada por valor inferior ao documento de importação	310.349	294.527
Glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa decorrente de ajustes no SAPLI	538.268	516.583
Auto de Infração- IRRF- Ganho de capital dos vendedores da empresa CFM situados no exterior	254.850	243.007
CFEM - Divergência sobre o entendimento da CSN e DNPM sobre a base de cálculo (2)	1.020.266	311.582
Auto de Infração - ICMS - Questionamento sobre vendas para Zona Incentivada	1.015.812	976.438
Outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais)	4.478.014	3.625.167
Processos previdenciários	325.492	287.823
Ação de Execução proposta pelo CADE	93.212	101.683
Outros processos cíveis	1.721.753	922.171
Processos trabalhistas e previdenciários trabalhistas	1.565.237	1.537.078
Execução Fiscal Multa Volta Grande IV (3)	84.599	75.530
Ourtros processos ambientais	215.691	144.235
	35.790.635	**31.612.488**

(1) Em 15 de outubro de 2019, a CSN recebeu um novo auto de infração exigindo o pagamento de IRPJ/CSLL referente a lucros auferidos por controlada no exterior, no valor total de R$1 Bilhão; (2) Em 23 de dezembro de 2019, a CSN Mineração recebeu 03 (três) novas Notificações de Lançamentos exigindo o pagamento de diferenças de recolhimento de CFEM, no valor total de R$ 689 milhões; (3) Em 8 de abril de 2013, o INEA aplicou à CSN multa no valor original de R$ 35 milhões em relação aos aspectos envolvendo o condomínio Volta Grande IV, determinando que fossem realizadas as ações já ponderadas e discutidas na ação civil pública ajuizada em julho de 2012. Em relação à aplicação desta multa, foi ajuizada ação anulatória, distribuída, em janeiro de 2014, à 10ª Vara Cível da Comarca do Estado do Rio de Janeiro, visando a anulação da multa e de seus efeitos. Em paralelo, o INEA ajuizou ação de execução fiscal com o objetivo de executar o montante da multa imposta. A ação de Execução Fiscal mencionada foi distribuída em maio de 2014 ao 4º Cartório da Dívida Ativa de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, a referida ação de execução está suspensa até o julgamento da ação anulatória, visando evitar decisões conflitantes. As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

17. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivos ambientais	192.270	198.386	163.659	191.216
Desativação de ativos	331.731	83.380	805	668
	524.001	**281.766**	**164.464**	**191.884**

17.a) Passivos Ambientais: Em 31 de dezembro de 2019 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no CPC 25. **17.b) Desativação de Ativos:** Em 2019 a Companhia decidiu antecipar a descontinuidade das barragens utilizadas em suas atividades de mineração e, consequentemente, o fluxo de gastos para desativação das barragens foram antecipados em relação ao planejamento inicial considerando o último estudo. Com isso, o saldo de provisão para desativação de ativos montou a R$331.731 em 31 de dezembro de 2019 (R$83.380 em 31 de dezembro de 2018).

18. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

18.a) Transações com Controladores: A Vicunha Aços S.A. é a principal acionista da Companhia detendo 49,24% de participação no capital votante. Também integrando o controle da Companhia está a Rio Iaco Participações S.A. que detêm participação no capital votante da CSN de 4,22%. A estrutura societária da Vicunha Aços S.A. é a seguinte: Vicunha Steel S.A. - detém participação de 67,93% na Vicunha Aços S.A. CFL Participações S.A. - detém participação de 12,82% na Vicunha Aços S.A. e de 40% na Vicunha Steel S.A. Rio Purus Participações S.A. - detém participação de 19,25% na Vicunha Aços S.A. e de 60% na Vicunha Steel S.A. • **Passivo:** Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 26 de abril de 2019, foi aprovada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2018. A Vicunha Aços S.A. e a Rio Iaco Participações S.A. receberam, respectivamente, R$ 442.308 e R$37.879. Em 31 de dezembro de 2019 foi proposta a distribuição, a título de dividendos mínimos obrigatórios, do montante de R$204.574 para a acionista Vicunha Aços S.A. e de R$17.519 para a Rio Iaco Participações S.A. Tendo em vista que em reunião do conselho de administração realizada em 18/09/2019 foi aprovada, a título de antecipação do dividendo mínimo obrigatório, a distribuição de dividendos intercalares à conta de lucros apurados em balanço levantado em 30 de junho de 2019, ocasião em que a Vicunha Aços S.A. e a Rio Iaco Participações S.A. receberam, respectivamente, R$203.179 e R$17.400, o saldo remanescente dos dividendos propostos de R$1.394 para a Vicunha Aços S.A. e de R$119 para a Rio Iaco Participações S.A. será deliberado na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2020. **18.b) Transações com controladas, controladas em conjunto, coligadas, fundos exclusivos e outras partes relacionadas:**

• Por operação

	Consolidado					
	Circulante		Não Circulante		Total	
Ativo	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber (nota 5)	170.588	93.317	-	-	170.588	93.317
Dividendos a receber (nota 7)	44.554	46.171	-	-	44.554	46.171
Ativo Atuarial (nota 7)	-	-	13.714	99.894	13.714	99.894
Aplicações financeiras	2.116.560	92.332	95.719	-	2.212.279	92.332
Empréstimos (nota 7)	-	2.675	846.300	706.605	846.300	709.280
Outros Créditos (nota 7)	1.830	3.649	428.672	218.840	430.502	222.489
	2.333.532	**238.144**	**1.384.405**	**1.025.339**	**3.717.937**	**1.263.483**
Passivo						
Empréstimos e financiamentos						
Empréstimos Intercompany (nota 11)	25.038	-	-	-	25.038	-
Outras obrigações (nota 13)						
Contas a pagar	23.566	29.286	88.021	96.629	111.587	125.915
Provisão para consumo e serviços	22.497	6.213	-	-	22.497	6.213
Fornecedores	240.984	135.801	-	-	240.984	135.801
Passivo Atuarial	-	-	19.788	7.982	19.788	7.982
	312.085	**171.300**	**107.809**	**104.611**	**419.894**	**275.911**

Resultado	31/12/2019	31/12/2018
Receitas		
Vendas	1.122.834	1.278.751
Juros (nota 24)	79.228	64.888
Despesas		
Compras	(1.958.958)	(1.418.282)
Juros (nota 24)	-	(16.092)
Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	3.586	13.611
Outras Despesas	(150.943)	-
	(904.253)	**(77.124)**

• Por empresa

	Consolidado										
	Ativo			Passivo			Resultado				
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Vendas	Compras	Receitas e Despesas Financeiras Líquidas	Variações Cambiais líquidas/Outras	Total
Joint-venture* e *Joint-operation											
Itá Energética S.A.	-	-	-	2.231	-	2.231	-	(57.285)	-	-	(57.285)
MRS Logística S.A.	44.554	-	44.554	142.310	88.021	230.331	-	(1.068.563)	-	(14.939)	(1.083.502)
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	(231.141)	-	-	(231.141)
Transnordestina Logística S.A. (1)	797	1.273.098	1.273.895	19	-	19	-	(7.294)	58.250	-	50.956
	45.351	**1.273.098**	**1.318.449**	**144.560**	**88.021**	**232.581**		**(1.364.283)**	**58.250**	**(14.939)**	**(1.320.972)**
Outras Partes Relacionadas											
CBS Previdência	-	13.714	13.714	-	19.788	19.788	-	-	-	-	-
Banco Fibra (2)	1.940	95.719	97.659	25.038	-	25.038	-	-	20.499	3.586	24.085
Usiminas	2.116.063	-	2.116.063	129.824	-	129.824	-	(479.868)	-	(136.004)	(615.872)
Panatlântica (3)	128.573	-	128.573	11.621	-	11.621	1.043.382	(100.482)	-	-	942.900
Vicunha Aços S.A.	230	-	230	-	-	-	202	(321)	-	-	(119)
Outras partes relacionadas	1.940	-	1.940	1.042	-	1.042	3.620	(14.004)	-	-	(10.384)
	2.248.746	**109.433**	**2.358.179**	**167.525**	**19.788**	**187.313**	**1.047.204**	**(594.675)**	**20.499**	**(132.418)**	**340.610**
Coligadas											
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	39.435	1.874	41.309	-	-	-	75.630	-	479	-	76.109
Total em 31/12/2019	**2.333.532**	**1.384.405**	**3.717.937**	**312.085**	**107.809**	**419.894**	**1.122.834**	**(1.958.958)**	**79.228**	**(147.357)**	**(904.253)**
Total em 31/12/2018	**238.144**	**1.025.339**	**1.263.483**	**171.300**	**104.611**	**275.911**	**1.278.751**	**(1.418.282)**	**48.796**	**13.611**	**(77.124)**

1. Transnordestina Logística S.A.: Ativo: Refere-se principalmente a contratos de mútuos em R$: Juros taxa média de 125,0% a 130% do CDI. Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos totalizam R$844.426 (R$706.605 em 31 de dezembro de 2018). 2. Banco Fibra S.A.: Ativo: Refere-se principalmente a Eurobond do Banco Fibra com vencimento em fevereiro de 2028. 3. Panatlântica: Contas a receber decorrentes da venda de produtos siderúrgicos.

	Controladora					
	Circulante		Não Circulante		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo						
Contas a receber (1) (nota 5)	943.623	906.865	-	-	943.623	906.865
Dividendos a receber (nota 7)	33.447	259.186	-	-	33.447	259.186
Ativo Atuarial (nota 7)	-	-	-	85.415	-	85.415
Empréstimos (nota 7)	-	22.807	883.394	588.285	883.394	611.092
Aplicações financeiras (2)	2.124.626	99.109	95.719	103.640	2.220.345	202.749
Outros Créditos (3) (nota 7)	14.770	15.395	674.800	458.177	689.570	473.572
	3.116.466	**1.303.362**	**1.653.913**	**1.235.517**	**4.770.379**	**2.538.879**
Passivo						
Empréstimos e financiamentos						
Pré-pagamento (nota 11)	73.334	1.363.140	6.162.673	4.250.264	6.236.007	5.613.404
Intercompany Bonds (nota 11)	2.491	2.395	374.855	360.356	377.346	362.751
Empréstimos Intercompany (nota 11)	1.499.197	1.704.888	2.075.353	-	3.574.550	1.704.888
	1.575.022	**3.070.423**	**8.612.881**	**4.610.620**	**10.187.903**	**7.681.043**
Outras obrigações (nota 14)						
Contas a pagar	92.352	8.060	318.967	14.501	411.319	22.561
Provisão para consumo e serviços	365.225	299.996	-	-	365.225	299.996
Fornecedores	910.929	344.076	-	-	910.929	344.076
Passivo Atuarial	-	-	19.788	7.982	19.788	7.982
	1.368.506	**652.132**	**338.755**	**22.483**	**1.707.261**	**674.615**

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado		
Receitas		
Vendas/Outras	2.836.219	3.387.251
Juros (nota 24)	-	57.688
Fundos Exclusivos (nota 24)	1.322	715
Despesas		
Compras	(2.658.628)	(2.130.252)
Juros (nota 24)	(248.234)	(386.399)
Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	(417.082)	(1.190.754)
Outras Despesas	(136.004)	-
	(622.407)	**(261.751)**

1. As contas a receber são decorrentes de operações de vendas de produtos e serviços entre a controladora, controladas e controladas em conjunto. 2. Ativo: As aplicações financeiras, classificadas no circulante, são aplicações em Fundos Exclusivos e no Banco Fibra e ações da Usiminas. 3. Não Circulante: Refere-se principalmente a adiantamento para futuro aumento de capital, dividendos a receber e contas a receber referente à aquisição de debêntures.

• Por empresa

	Controladora										
	Ativo			Passivo			Resultado				
Controladas	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Vendas/Outras	Compras	Receitas e Despesas Financeiras Líquidas	Variações Cambiais líquidas/Outras	Total
Companhia Metalúrgica Prada (1)	278.739	121.336	400.075	8.027	-	8.027	696.965	(58.072)	-	-	638.893
Estanho de Rondônia S.A.	1.626	37.067	38.693	796	-	796	-	(38.160)	2.009	-	(36.151)
Sepetiba Tecon S.A.	12.295	106.796	119.091	29.171	-	29.171	-	(58.103)	149	-	(57.954)
Minérios Nacional S.A.	8	-	8	-	27.506	27.506	71	(1.185)	(220)	-	(1.334)
CSN Mineração S.A. (2)	12.183	-	12.183	673.300	318.967	992.267	99.751	(1.086.804)	-	-	(987.053)
CSN Energia S.A.	3.214	-	3.214	83.868	-	83.868	-	(223.481)	-	-	(223.481)
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	19	101.109	101.128	-	-	-	1.327	(345)	2.220	(73)	3.129
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC (3)	345.470	-	345.470	348.060	-	348.060	662.835	(35.804)	-	23.270	650.301
CSN Resources S.A. (4)	-	-	-	75.218	5.410.662	5.485.880	-	-	(278.882)	(223.007)	(501.889)
CSN Steel Corp	-	-	-	503	959.110	959.613	-	-	(35.842)	(14.761)	(50.603)
Lusosider Aços Planos, S.A.	148.287	-	148.287	-	-	-	328.024	-	-	-	328.024
CSN Islands XI Corp. (5)	-	-	-	25.867	1.761.699	1.787.566	-	-	-	(55.529)	(55.529)
CSN Islands XII Corp. (6)	-	-	-	1.448.243	171.653	1.619.896	-	-	-	(139.503)	(139.503)
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA	-	-	-	17	-	17	-	-	-	-	-
Companhia Florestal do Brasil	1.103	18.466	19.569	-	-	-	-	-	-	-	-
CSN Steel Holdings 1, S.L.U.	-	-	-	38	70.563	70.601	-	-	(2.177)	(2.738)	(4.915)
CSN Productos Sider. S.L.	-	-	-	114	211.688	211.802	-	-	(6.530)	(8.327)	(14.857)
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura	6.899	-	6.899	24.651	-	24.651	41	(19.727)	-	-	(19.686)
	809.843	**384.774**	**1.194.617**	**2.717.873**	**8.931.848**	**11.649.721**	**1.789.014**	**(1.521.681)**	**(319.273)**	**(420.668)**	**(472.608)**
Joint-venture* e *Joint-operation											
MRS Logística S.A.	22.283	-	22.283	58.898	-	58.898	-	(318.405)	-	-	(318.405)
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	(231.140)	-	-	(231.140)
Transnordestina Logística S.A. (7)	1	1.171.546	1.171.547	-	-	-	-	(247)	51.395	-	51.148
	22.284	**1.171.546**	**1.193.830**	**58.898**	**-**	**58.898**	**-**	**(549.792)**	**51.395**	**-**	**(498.397)**
Outras Partes Relacionadas											
CBS Previdência	-	-	-	-	19.788	19.788	-	-	-	-	-
Banco Fibra	1.705	95.719	97.424	25.038	-	25.038	-	-	19.164	3.586	22.750
Usiminas	2.030.634	-	2.030.634	129.824	-	129.824	-	(479.868)	-	(127.117)	(606.985)
Panatlântica (8)	128.573	-	128.573	11.621	-	11.621	1.043.382	(100.482)	-	-	942.900
Vicunha Aços S.A.	-	-	-	-	-	-	202	(321)	-	-	(119)
Fundação CSN	1.829	-	1.829	274	-	274	-	(817)	-	-	(817)
Outras partes relacionadas	108	-	108	-	-	-	3.621	(5.667)	-	-	(2.046)
	2.162.849	**95.719**	**2.258.568**	**166.757**	**19.788**	**186.545**	**1.047.205**	**(587.155)**	**19.164**	**(123.531)**	**355.683**
Coligadas											
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	29.018	1.874	30.892	-	-	-	-	-	480	-	480
Fundos Exlusivos											
Diplic, Caixa Vertice, VR1, BB Steel (9)	92.472	-	92.472	-	-	-	-	-	1.322	(8.887)	(7.565)
Total em 31/12/2019	**3.116.466**	**1.653.913**	**4.770.379**	**2.943.528**	**8.951.636**	**11.895.164**	**2.836.219**	**(2.658.628)**	**(246.912)**	**(553.086)**	**(622.407)**
Total em 31/12/2018	**1.303.362**	**1.235.517**	**2.538.879**	**3.722.555**	**4.633.103**	**8.355.658**	**3.387.251**	**(2.130.252)**	**(327.996)**	**(1.190.754)**	**(261.751)**

1. Companhia Metalúrgica Prada: Refere-se principalmente ao valor de contas a receber no montante de R$278.739 (254.464 em 31 de dezembro de 2018) e o montante de R$121.336 (R$121.336 em 31 de dezembro de 2018) de debêntures da controlada indireta CBL. 2. CSN Mineração: Passivo: Contas a pagar referente à compra de minério de ferro e de serviços portuários no valor de R$992.267 (119.952 em 31 de dezembro de 2018). 3. Companhia Siderúrgica Nacional, LLC: Contas a receber no valor de R$345.470 (R$357.257 em 31 de dezembro de 2018), referente a operações de vendas de aços para revenda. No passivo circulante refere-se a despesas com comissão e logística nas operações de vendas de aços para revenda no valor de R$ R$348.060 (R$ 298.866 em 31 de dezembro de 2018). 4. CSN Resources S.A.: Contratos em dólar de Pré-Pagamento e Fixed Rate Notes. Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos totalizam R$5.485.880 (R$4.961.357 em 31 de dezembro de 2018). 5. CSN Islands XI Corp: Contratos *Intercompany* em dólar. Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos totalizam R$1.787.566 (R$179.677 em 31 de dezembro de 2018). 6. CSN Islands XII Corp: Contratos Intercompany, em dólar. Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos totalizam R$1.619.896 (R$1.525.211 em 31 de dezembro de 2018). 7. Transnordestina Logística S.A.: Ativo não circulante: refere-se substancialmente a contratos de mútuo de R$742.875 (R$588.285 em 31 de dezembro de 2018) e adiantamento para futuro aumento de capital de R$428.672 (R$218.840 em 31 de dezembro de 2018). 8. Panatlântica S.A.: No ativo circulante refere-se a contas a receber pelo fornecimento de aços planos no valor de R$128.573 (R$53.027 em 31 de dezembro de 2018). 9. Fundos Exclusivos: Ativo: refere-se a aplicações em títulos públicos e CDBs no montante de R$8.301 (R$6.989 em 31 de dezembro de 2018) e ações da Usiminas no montante de R$84.171 (R$103.640 em 31 de dezembro de 2018). Os fundos VR1 e Diplic II são geridos pela Taquari Asset. **18.c) Outras partes relacionadas não consolidadas: • CBS Previdência:** A Companhia é a sua principal patrocinadora sendo esta uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos. **• Banco Fibra:** O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Aços S.A., controladora direta da Companhia, e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa. **• Fundação CSN:** A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN, da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua. **• Partifib Projetos Imobiliários Ltda., Vicunha Imóveis Ltda., Vicunha Serviços Ltda., Jockey Club de São Paulo, Ibis Participações e Serviços Ltda. e Ibis Agrária Ltda.:** São empresas e entidade sem fins lucrativos sob o controle de membro da administração que mantiveram transações com a Companhia. **18.d) Pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo seguem as informações sobre a remuneração e os saldos existentes em 31 de dezembro de 2019.

	31/12/2019	31/12/2018
		Resultado
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	37.452	32.848
Benefícios pós-emprego	109	105
	37.561	**32.953**

18.e) Avais e Fianças: A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

	Moeda	Vencimentos	Empréstimos		Execução fiscal		Outros		Total	
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Transnordestina Logísitca	R$	Até 19/09/2056 e Indeterminado	2.428.194	2.108.917	37.406	35.336	8.702	8.231	2.474.302	2.152.484
FTL - Ferrovia Transnordestina	R$	Até 01/04/2021	43.118	62.407	-	-	-	-	43.118	62.407
Cia Metalúrgica Prada	R$	Indeterminado	-	-	457	333	235	11.942	692	12.275
CSN Energia	R$	Até 26/11/2023 e Indeterminado	-	-	3.141	2.829	1.920	1.920	5.061	4.749
CSN Mineração	R$	Até 21/12/2024	1.184.048	1.407.363	-	-	-	-	1.184.048	1.407.363
Estanho de Rondônia	R$	15/07/2022	1.902	3.153	-	-	-	-	1.902	3.153
Minérios Nacional S.A.	R$	Até 10/09/2021	4.544	7.305	-	-	-	-	4.544	7.305
Total em R$			**3.661.806**	**3.589.145**	**41.004**	**38.498**	**10.857**	**22.093**	**3.713.667**	**3.649.736**
CSN Islands XI	US$	21/09/2019	-	547.094	-	-	-	-	-	547.094
CSN Islands XII	US$	Perpétuo	1.000.000	1.000.000	-	-	-	-	1.000.000	1.000.000
CSN Resources	US$	Até 17/04/2026	1.958.603	1.402.906	-	-	-	-	1.958.603	1.402.906
Total em US$			**2.958.603**	**2.950.000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.958.603**	**2.950.000**
CSN Steel S.L.	EUR	31/01/2020	24.000	48.000	-	-	-	-	24.000	48.000
Lusosider Aços Planos	EUR	Indeterminado	-	75.000	-	-	-	-	-	75.000
Total em EUR			**24.000**	**123.000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**24.000**	**123.000**
Total em R$			**12.033.973**	**11.976.657**	**-**	**-**	**-**	**-**	**12.429.826**	**11.976.657**
			15.695.779	**15.565.802**	**41.004**	**38.498**	**10.857**	**22.093**	**16.143.493**	**15.626.393**

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.a) Capital social integralizado: O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R$4.540.000 dividido em 1.387.524.047 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **19.b) Capital social autorizado:** O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2019 define que o capital social pode ser elevado a até 2.400.000.000 ações, por decisão do Conselho de Administração. **19.c) Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social. **19.d) Composição acionária:** Em 31 de dezembro de 2019, a composição acionária era a seguinte:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante
Vicunha Aços S.A. (*)	679.522.254	48,97%	49,24%	679.522.254	48,97%	49,24%
Rio Iaco Participações S.A. (*)	58.193.503	4,19%	4,22%	58.193.503	4,19%	4,22%
NYSE (ADRs)	262.206.103	18,90%	19,00%	284.152.319	20,48%	20,59%
Outros acionistas	380.192.687	27,40%	27,55%	358.246.471	25,83%	25,95%
Total de ações em circulação	**1.380.114.547**	**99,47%**	**100,00%**	**1.380.114.547**	**99,47%**	**100,00%**
Ações em tesouraria	7.409.500	0,53%		7.409.500	0,53%	
Total de ações	**1.387.524.047**	**100,00%**		**1.387.524.047**	**100,00%**	

(*) Empresas do grupo controlador. **19.e) Ações em tesouraria:** O Conselho de Administração autorizou em abril de 2018 a alienação de até 30.391.000 ações ordinárias de sua própria emissão mantidas em tesouraria e, até o fim do programa, foram vendidas 22.981.500 ações pelo valor de R$213.494. A Companhia reconheceu o montante de R$32.690 referente ao lucro na alienação das ações, reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

Programa	Autorização do Conselho	Quantidade autorizada	Prazo do programa	Custo médio de aquisição	Custo mínimo e custo máximo de aquisição	Quantidade adquirida	Cancelamento das ações	Alienação das ações	Saldo em tesouraria
9º (*)	31/03/2015	32.770.055	De 01/04/2015 a 30/06/2015	-	-	-	-	-	30.391.000
	20/04/2018	30.391.000	De 20/04/2018 a 30/04/2018	Não aplicável	Não aplicável	-	-	22.981.500	7.409.500

(*) Não houve recompra de ações neste programa. Em 31 de dezembro de 2019 a posição das ações em tesouraria era a seguinte:

		Custo das ações			
Quantidade adquirida (em unidades)	Valor total pago pelas ações	Mínimo	Máximo	Médio	Valor de mercado das ações em 31/12/2019 (*)
7.409.500	R$ 58.264	R$ 4,48	R$ 10,07	R$ 7,86	R$ 104.548

(*) Utilizada a cotação média das ações em 31 de dezembro de 2019 no valor de R$14,11 por ação.

19.f) Política de investimentos e pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos

A Companhia adota uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na destinação de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia. **19.g) Lucro líquido/(Prejuízo) por ação (LPA):** O lucro/(prejuízo) por ação básico foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas controladores da CSN dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria, e foi calculado como segue:

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
		Ações ordinárias
Lucro do exercício	**1.789.067**	**5.074.136**
Média ponderada da quantidade de ações	1.380.114.547	1.373.250.595
LPA Básico e Diluído	**1,29632**	**3,69498**

A Companhia não detém ações ordinárias potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

SIDERURGIA MINERAÇÃO CIMENTO LOGÍSTICA ENERGIA

CSN
Companhia Siderúrgica Nacional
CNPJ: 33.042.730/0001-04 | NIRE: 35.300.396090

20. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Apresentamos a seguir a destinação do lucro para 2019:

		31/12/2019
Lucro do exercício		1.789.067
Dividendo e JCP prescritos		2.209
Lucro para destinação		**1.791.276**
Destinação proposta:		
Reserva legal	5%	(89.454)
Dividendo mínimo obrigatório:	25%	(424.903)
- Dividendos intercalares aprovados em RCA em 18 de setembro de 2019		(412.659)
- Dividendos propostos		(12.244)
Destinado para reserva estatutária de capital de giro		(1.276.919)
		(1.791.276)
Média ponderada da quantidade de ações		1.380.114.547
Dividendos por ação		0,307875
No passivo circulante		
Saldo dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2018		900.541
Dividendos intercalares aprovados em 18/09/2019		412.659
Dividendos propostos		12.244
Dividendo e JCP prescritos		(2.209)
Dividendos pagos no exercício		(1.309.983)
Saldo dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2019		**13.252**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 26 de abril de 2019, foi aprovado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2018, do montante de R$898.332, correspondendo a R$ 0,650910577222 por ação. Os dividendos foram pagos a partir de 29 de maio de 2019, sem atualização monetária, conforme Aviso aos Acionistas divulgado em 27 de maio de 2019. Na reunião do conselho de administração (RCA), realizada em 18 de setembro de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares à conta de lucros acumulados no balanço levantado em 30 de junho de 2019 no montante de R$412.659, correspondendo R$0,299003394462 por ação. Os dividendos foram pagos a partir de 30 de setembro de 2019, sem atualização monetária, conforme Aviso aos Acionistas divulgado na data da aprovação. Conforme previsto no Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reverteu, para a conta de lucros acumulados, os montantes de R$1.874 e de R$ 335, relativos a dividendos e juros sobre capital próprio prescritos, respectivamente, que serão submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária. No exercício de 2019 foram apuradas as distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Dividendo	1.310.991	1.856.297
Juros sobre capital próprio	-	65.020
	1.310.991	**1.921.317**

No exercício de 2019 foram pagos dividendos e juros sobre capital próprio conforme abaixo:

	Dividendo	JCP	Total
Aos acionistas controladores	1.309.983	-	1.309.983
Aos acionistas não controladores (*)	545.306	65.020	610.326
	1.855.289	**65.020**	**1.920.309**

(*) Refere-se a dividendo e JCP distribuído aos acionistas minoritários da CSN Mineração.

21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita Bruta				
Mercado interno	14.220.420	14.752.901	13.621.367	14.060.360
Mercado externo	14.663.297	11.817.559	1.187.744	2.061.291
	28.883.717	**26.570.460**	**14.809.111**	**16.121.651**
Deduções				
Vendas canceladas, descontos e abatimentos	(325.794)	(234.851)	(312.182)	(207.193)
Impostos incidentes sobre vendas	(3.121.506)	(3.366.724)	(2.895.523)	(3.111.703)
	(3.447.300)	**(3.601.575)**	**(3.207.705)**	**(3.318.896)**
Receita Líquida	**25.436.417**	**22.968.885**	**11.601.406**	**12.802.755**

22. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Matérias-primas e insumos	(7.287.933)	(6.759.275)	(6.733.006)	(5.856.495)
Mão de obra	(2.807.280)	(2.743.460)	(1.345.202)	(1.320.954)
Suprimentos	(1.981.547)	(1.782.576)	(1.446.707)	(1.301.237)
Manutenção (serviços e materiais)	(1.340.135)	(1.326.894)	(629.786)	(701.436)
Serviços de terceiros	(2.392.626)	(2.368.387)	(693.704)	(1.102.347)
Fretes	(334.509)	(109.756)	(246.957)	(5.958)
Fretes distribuição	(1.787.979)	(1.692.785)	(254.408)	(309.895)
Depreciação, amortização e exaustão	(1.421.704)	(1.175.107)	(701.370)	(582.277)
Outros	(763.421)	(905.128)	(34.034)	(27.583)
	(20.117.134)	**(18.863.368)**	**(12.085.174)**	**(11.208.182)**
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos	(17.263.264)	(16.105.657)	(11.285.668)	(10.320.367)
Despesas com vendas	(2.342.805)	(2.263.688)	(542.393)	(645.928)
Despesas gerais e administrativas	(511.065)	(494.023)	(257.113)	(241.887)
	(20.117.134)	**(18.863.368)**	**(12.085.174)**	**(11.208.182)**

As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custo de Produção [1]	1.385.306	1.145.793	677.454	564.920
Despesa Vendas	11.539	5.850	10.052	4.625
Despesa Gerais e Administrativas	24.859	23.464	13.864	12.732
	1.421.704	**1.175.107**	**701.370**	**582.277**
Outras operacionais [2]	97.627	97.914	16.033	3.921
	1.519.331	**1.273.021**	**717.403**	**586.198**

(1) No Custo de Produção, estão incluídas as depreciações referentes aos créditos de PIS e COFINS sobre os contratos de Arrendamento, em linha com as diretrizes dispostas no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 02/2019;
(2) Refere-se principalmente à depreciação e amortização de ativos paralisados, vide nota 23.

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outras receitas operacionais				
Indenizações	56.180	46.256	15.568	22.935
Aluguéis e arrendamentos	9.462	5.430	9.044	5.040
Dividendos recebidos	32.747	9.188	32.102	8.617
PIS e COFINS a compensar[1]	123.677	1.102.365	123.677	1.102.365
Multas Contratuais	4.486	3.965	3.403	2.143
Plano de pensão atuarial	47.151	20.983	40.239	13.512
Atualização ações - VJR (nota 12 II)	-	1.655.813	-	1.655.813
Acordo contratual [2]	131.817	-	131.817	-
Ganho na alienação LLC	-	1.164.294	-	-
Remissão de dívida intragrupo	-	-	-	1.310.886
Outras receitas	98.250	27.749	70.749	5.595
	503.770	**4.036.043**	**426.599**	**4.126.906**
Outras despesas operacionais				
Impostos e taxas	(95.873)	(26.197)	(65.079)	(10.399)
Despesas com passivo ambiental líquidas	(82.669)	(60.311)	(1.300)	(47.620)
Despesas/Reversão com processos judiciais líquidas	(19.685)	(113.549)	14.714	(90.561)
Multas contratuais	(106.926)	(104.086)	(106.894)	-
Depreciação de equipamentos paralisados e amortização de ativos intangíveis (nota 22)	(97.627)	(97.914)	(16.033)	(3.921)
Baixas de imobilizado e intangível (nota 9)	(114.603)	(27.260)	(90.001)	(19.280)
(Perdas)/Reversão estimadas em estoques	(136.827)	(149.704)	(42.496)	(56.253)
Ociosidade nos estoques e equipamentos paralisados[3]	(546.968)	-	(540.700)	-
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(26.171)	(33.738)	(23.517)	(22.522)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(1.741)	(2.688)	(1.741)	(2.688)
Despesa com assessoria e consultoria	-	(508)	-	(387)
Despesa plano de saúde	(119.560)	(108.369)	(119.025)	(108.191)
Reversão/(Provisão) reestruturação industrial	-	(17.490)	-	-
Hedge fluxo de caixa realizado (nota 12 b)	(790.353)	(370.191)	(790.353)	(370.191)
Atualização ações - VJR (nota 12 II)	(118.780)	-	(118.780)	-
Outras despesas	(149.068)	(218.701)	(83.021)	(132.888)
	(2.406.851)	**(1.330.706)**	**(1.984.226)**	**(864.901)**
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	**(1.903.081)**	**2.705.337**	**(1.557.627)**	**3.262.005**

(1) Trata-se da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS; (2) Referente ao acordo contratual firmado para fornecimento de novos equipamentos; (3) Ociosidade nos estoques: É capacidade não utilizada em função de volume de produção inferior ao normal devido à programação para reformas no Alto Forno 3.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
Partes relacionadas (nota 18 b)	79.228	64.888	76.739	58.403
Rendimentos sobre aplicações financeiras	93.471	111.235	56.210	74.779
Outros rendimentos [1]	206.343	1.134.391	131.580	1.221.134
	379.042	**1.310.514**	**264.529**	**1.354.316**
Despesas financeiras				
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(1.128.520)	(988.821)	(286.348)	(262.391)
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(867.785)	(1.020.867)	(766.863)	(892.849)
Partes relacionadas	-	(16.092)	(323.651)	(386.399)
Passivos de arrendamento	(49.118)	-	(4.521)	-
Juros Capitalizados (notas 9 e 29)	117.189	71.611	27.961	16.683
Juros, multas e moras fiscais	(104.357)	(71.100)	(96.698)	(6.167)
Comissões, fianças e despesas bancárias	(217.784)	(182.179)	(224.219)	(164.147)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(25.176)	(84.404)	(15.341)	(66.870)
Seguro garantia	(29.191)	-	(24.557)	-
Outras despesas financeiras	(258.049)	19.614	(21.738)	70.673
	(2.562.791)	**(2.272.238)**	**(1.735.975)**	**(1.691.467)**
Variações monetárias e cambiais líquidas				
Variações monetárias líquidas	85.451	(1.035)	98.019	(2.018)
Variações cambiais líquidas	(37.872)	(532.883)	2.022	(558.476)
Variações cambiais com derivativos	4.986	(1)	4.203	-
	52.565	**(533.919)**	**104.244**	**(560.494)**
Resultado financeiro líquido	**(2.131.184)**	**(1.495.643)**	**(1.367.202)**	**(897.645)**
(*) Demonstração dos resultados das operações com derivativos				
Swap dólar x euro	783	(1)	-	-
Swap CDI x Dólar (nota 12)	4.203	-	4.203	-
	4.986	**(1)**	**4.203**	**-**

(1) Refere-se principalmente à atualização monetária do reconhecimento da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R$160.609 em 31 de dezembro de 2019 (1.106.097 em 31 de dezembro de 2018).

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura do Grupo, os negócios estão distribuídos e gerenciados em cinco segmentos operacionais conforme a seguir: • **Siderurgia:** O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos, Portugal e Alemanha. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do país, linha branca (eletrodomésticos), automobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da Companhia produzem aços laminados a quente, laminados a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens. No exterior, a Lusosider, em Portugal, produz laminados a frio e aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, importação e comercialização de produtos de aços. A Stahlwerk Thüringen (SWT), localizada na Alemanha produz aços longo é especializada na produção de perfis usados na construção civil. Em janeiro de 2014 iniciou-se a operação de longos no Brasil, que consolida o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço. • **Mineração:** Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho. As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, que, além de produzirem também comercializam minério de ferro adquirido de terceiros. Ao final do ano de 2015, a CSN e o Consórcio Asiático formalizaram um acordo de acionistas para a combinação dos ativos ligados às operações de minério de ferro e logística correlata, formando uma nova empresa, que concentrou as atividades de mineração do Grupo a partir de dezembro de 2015. Neste contexto, a nova empresa, atualmente denominada CSN Mineração S.A., passou a deter o arrendamento do TECAR, bem como a mina de Casa de Pedra e a totalidade das ações da Namisa, que foi incorporada em 31 de dezembro de 2015. A CSN ainda detém 100% da Minérios Nacional que reúne as minas de Fernandinho (operacional), Cayman e Pedras Pretas (recursos minerais), todas localizadas em Minas Gerais. Além disso, a CSN controla a Estanho de Rondônia S.A., empresa com unidades de mineração e fundição de estanho no Estado de Rondônia. • **Logística: i. Ferroviária:** A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S.A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., as quais detém a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. **a) MRS:** Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação. O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais, na região Sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, da Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e da Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de sua mina de Casa de Pedra, em Minas Gerais, e coque e carvão do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, para Volta Redonda/RJ e os produtos destinados à exportação para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro. **b) TLSA e FTL:** A TLSA e a FTL detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária dividido em dois trechos: i) a Malha I, que integra os trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Recife, Itabaiana - Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau - e Propriá - Jorge Lins (Malha I); e ii) a Malha II, que integra os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém. Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida. **ii. Portuária:** O segmento de logística portuária consolida a operação do terminal de Sepetiba construído após a lei de modernização dos portos (Lei 8.630/1993) que permitiu a transferência da realização das atividades portuárias para a iniciativa privada. O terminal de Sepetiba conta com infraestrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais. O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país. • **Energia:** A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 29,5%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,9% do capital; e Central de cogeração termoelétrica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999, que utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica. • **Cimento:** O segmento de Cimentos consolida a operação de produção, comercialização e distribuição de cimento utilizando escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda/RJ. A Companhia produz clínquer em Arcos/MG, utilizando calcário de mina própria e também duas moagens de cimentos em adição às moagens que já operam em Volta Redonda/RJ. As informações apresentadas à Administração com relação ao desempenho de cada segmento são geralmente derivadas diretamente de registros contábeis combinados com algumas alocações intercompanhias. • **Vendas por área geográfica:** As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior. • **Resultado por segmento:** A partir do exercício de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente as empresas controladas em conjunto MRS e CBSI. Para fins de elaboração e apresentação das informações por segmento de negócios, a Administração decidiu manter a consolidação proporcional das empresas controladas em conjunto, conforme historicamente apresentado. Para fins de conciliação do resultado consolidado, os valores dessas empresas são eliminados na coluna “Despesas corporativas/eliminação”.

31/12/2019

			Logística					
Resultado	Siderurgia	Mineração	Portuária	Ferroviária	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/Eliminação	Consolidado
Toneladas (mil) (*)	4.524.805	38.545.067	-	-	-	-	(3.258.923)	-
Receitas líquidas								
Mercado interno	10.027.999	926.836	240.451	1.321.355	325.343	570.805	(2.462.088)	10.950.701
Mercado externo	3.921.033	9.100.813	-	-	-	-	1.463.870	14.485.716
Total receita líquida (nota 21)	**13.949.032**	**10.027.649**	**240.451**	**1.321.355**	**325.343**	**570.805**	**(998.218)**	**25.436.417**
Custo produtos e serviços vendidos	(12.962.861)	(4.396.247)	(173.344)	(1.030.210)	(266.754)	(607.719)	2.173.871	(17.263.264)
Lucro Bruto	**986.171**	**5.631.402**	**67.107**	**291.145**	**58.589**	**(36.914)**	**1.175.653**	**8.173.153**
Despesas vendas e administrativas	(834.977)	(186.189)	(34.560)	(109.770)	(29.034)	(91.466)	(1.567.874)	(2.853.870)
Depreciação (nota 22)	700.074	476.374	30.568	387.565	17.471	139.667	(330.015)	1.421.704
EBITDA proporcional de controladas em conjunto	-	-	--	-	-	-	510.072	510.072
EBITDA ajustado	**851.268**	**5.921.587**	**63.115**	**568.940**	**47.026**	**11.287**	**(212.164)**	**7.251.059**

31/12/2019

			Logística					
Resultado	Siderurgia	Mineração	Portuária	Ferroviária	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/Eliminação	Consolidado
Vendas por área geográfica								
Ásia	2.980	6.742.946	-	-	-	-	1.463.870	8.209.796
América do Norte	767.977	-	-	-	-	-	-	767.977
América Latina	169.036	-	-	-	-	-	-	169.036
Europa	2.978.994	2.357.867	-	-	-	-	-	5.336.861
Outras	2.046	-	-	-	-	-	-	2.046
Mercado externo	**3.921.033**	**9.100.813**	-	-	-	-	**1.463.870**	**14.485.716**
Mercado interno	**10.027.999**	**926.836**	**240.451**	**1.321.355**	**325.343**	**570.805**	**(2.462.088)**	**10.950.701**
TOTAL	**13.949.032**	**10.027.649**	**240.451**	**1.321.355**	**325.343**	**570.805**	**(998.218)**	**25.436.417**

31/12/2018

			Logística					
Resultado	Siderurgia	Mineração	Portuária	Ferroviária	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/Eliminação	Consolidado
Toneladas (mil) (*)	5.068.758	34.780.756	-	-	-	-	(4.961.345)	-
Receitas líquidas								
Mercado interno	10.328.372	972.360	266.378	1.506.114	410.606	588.230	(2.718.623)	11.353.437
Mercado externo	5.305.771	5.012.421	-	-	-	-	1.297.256	11.615.448
Total receita líquida (nota 21)	**15.634.143**	**5.984.781**	**266.378**	**1.506.114**	**410.606**	**588.230**	**(1.421.367)**	**22.968.885**
Custo produtos e serviços vendidos	(12.613.216)	(3.585.691)	(189.999)	(1.049.071)	(286.734)	(544.266)	2.163.320	(16.105.657)
Lucro Bruto	**3.020.927**	**2.399.090**	**76.379**	**457.043**	**123.872**	**43.964**	**741.953**	**6.863.228**
Despesas vendas e administrativas	(984.980)	(144.754)	(35.423)	(106.412)	(27.948)	(95.893)	(1.362.301)	(2.757.711)
Depreciação (nota 22)	609.274	366.547	20.368	258.985	17.285	115.411	(212.763)	1.175.107
EBITDA proporcional de controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-	568.045	568.045
EBITDA ajustado	**2.645.221**	**2.620.883**	**61.324**	**609.616**	**113.209**	**63.482**	**(265.066)**	**5.848.669**
Vendas por área geográfica								
Ásia	40.681	4.422.377	-	-	-	-	1.297.256	5.760.314
América do Norte	1.506.041	-	-	-	-	-	-	1.506.041
América Latina	369.830	-	-	-	-	-	-	369.830
Europa	3.330.991	590.044	-	-	-	-	-	3.921.035
Outras	58.228	-	-	-	-	-	-	58.228
Mercado externo	**5.305.771**	**5.012.421**	-	-	-	-	**1.297.256**	**11.615.448**
Mercado interno	**10.328.372**	**972.360**	**266.378**	**1.506.114**	**410.606**	**588.230**	**(2.718.623)**	**11.353.437**
TOTAL	**15.634.143**	**5.984.781**	**266.378**	**1.506.114**	**410.606**	**588.230**	**(1.421.367)**	**22.968.885**

(*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto. • **EBITDA Ajustado:** O EBITDA Ajustado é a principal medição pela qual o gestor das operações da entidade avalia o desempenho dos segmentos e a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, consistindo no lucro líquido eliminando-se o resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, resultado de participação em investimentos, resultado de operações descontinuadas e o resultado de outras receitas (despesas) operacionais acrescido do EBITDA proporcional das controladas em conjunto. Apesar de ser um indicador utilizado na mensuração dos segmentos, esta não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possuindo uma definição padrão e podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Como requerido pelo IFRS 8, segue abaixo a conciliação da medida utilizada pelo gestor das operações com o resultado apurado de acordo com as práticas contábeis:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	2.244.511	5.200.583
Depreciação/amortização/exaustão (nota 22)	1.421.704	1.175.107
Imposto de renda e contribuição social (nota 14)	(833.778)	250.334
Receitas e (despesas) financeiras (nota 24)	2.131.184	1.495.643
EBITDA	**4.963.621**	**8.121.667**
Outras (receitas) e despesas operacionais (nota 23)	1.903.081	(2.705.337)
Resultado equivalência patrimonial (nota 8.b)	(125.715)	(135.706)
EBITDA proporcional de controladas em conjunto	510.072	568.045
EBITDA ajustado (*)	**7.251.059**	**5.848.669**

(*) A Companhia divulga seu EBITDA ajustado excluindo a participação em investimentos e outras receitas (despesas) operacionais por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os planos de pensão concedidos pela Companhia cobrem substancialmente todos os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN (“CBS”), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas subsidiárias que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, composto pelo presidente e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN e quatro deles eleitos pelos participantes. Até dezembro de 1995, a CBS Previdência administrava dois planos de benefício definido baseados em anos de serviço, salário e benefícios de seguridade social. Em 27 de dezembro de 1995, a então Secretaria de Previdência Complementar (“SPC”) aprovou a implementação de um novo plano de benefício, vigente a partir da referida data, denominado Plano Misto de Benefício Suplementar (“Plano Misto”), estruturado sob a forma de plano de contribuição variável, que está fechado para novas adesões desde setembro de 2013. A partir dessa data, todos os novos funcionários devem aderir ao Plano CBSPrev, estruturado na modalidade de contribuição definida, criado também em setembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2019 a CBS tinha 35.547 participantes (34.985 em 31 de dezembro de 2018), dos quais 22.091 eram contribuintes ativos (20.872 em 31 de dezembro de 2018), 13.139 eram funcionários aposentados (13.454 em 31 de dezembro de 2018) e 317 eram beneficiários vinculados (659 em 31 de dezembro de 2018). Do total de participantes em 31 de dezembro de 2019, 10.616 (em 31 de dezembro 2018 11.063) estão vinculados aos planos de Benefício Definido, 11.111 (em 31 de dezembro de 2018 11.845) ao plano Misto, 841 (em 31 de dezembro 2018 1028) ao plano CBSPrev Namisa e 12.979 (em 31 de dezembro 2018 11.049) ao plano CBSPrev. Os recursos garantidores da CBS estão investidos, principalmente, em operações compromissadas (com lastro em títulos públicos federais), títulos públicos federais indexados à inflação, ações, empréstimos e imóveis. Em 31 de dezembro de 2019 a CBS detinha 1.870.652 ações ordinárias da CSN (37.084.031 em 31 de dezembro de 2018). Os recursos garantidores totais da entidade totalizaram R$5,5 bilhões em 31 de dezembro de 2019 (R$5,3 bilhões em 31 de dezembro de 2018). Os administradores de fundos da CBS procuram combinar os ativos do plano com as obrigações de benefício a pagar no longo prazo. Os fundos de pensão no Brasil estão sujeitos a certas restrições relacionadas à sua capacidade de investimento em ativos estrangeiros e, consequentemente, os fundos investem principalmente em títulos no Brasil. São considerados Recursos Garantidores, os ativos disponíveis e de investimentos dos Planos de Benefícios, não computados os valores de dívidas contratadas com patrocinadores. Para os planos de benefício definido, denominados “35% da Média Salarial” e “Plano de Suplementação da Média Salarial”, a Companhia mantém garantia financeira com a CBS Previdência, entidade que administra os mencionados planos, com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro e atuarial, caso venha a ocorrer qualquer situação futura de perda atuarial ou ganho atuarial. Atendendo ao previsto em legislação vigente, específica para o mercado de fundos de pensão, para os últimos 4 exercícios findos (2016, 2017, 2018 e 2019), não houve necessidade de pagamento das parcelas por parte da CSN, visto que os planos de benefício definidos apresentaram ganhos atuariais no período. **26.a) Descrição dos planos de pensão:** **Plano de 35% da média salarial:** Este plano teve início em 01 de fevereiro de 1966 e é um plano de benefício definido, cujo objetivo é pagar aposentadorias (tempo de serviço, especial, invalidez ou velhice) de forma vitalícia, equivalente a 35% da média corrigida dos 12 últimos salários do participante. O plano também garante o pagamento de auxílio doença ao participante licenciado pela Previdência Oficial e garante, ainda, o pagamento de pecúlio, auxílio morte e auxílio pecuniário. Este plano foi desativado em 31 de outubro de 1977, quando entrou em vigor o plano de suplementação da média salarial. **Plano de suplementação da média salarial:** Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício suplementar. **Plano misto de benefício suplementar:** Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido, caso o participante tenha optado pelo recebimento do seu benefício sob a forma de renda mensal vitalícia. Este plano foi desativado em 16 de setembro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev. **Plano CBS Prev:** Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBSPrev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano, o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício. Com a criação do plano CBSPrev, o Plano misto de benefício suplementar foi desativado para entrada de novos participantes a partir de 16 de setembro de 2013. **Plano CBSPREV Namisa:** É um plano de Contribuição Definida com benefícios de riscos durante a atividade (projeção dos saldos em caso de invalidez ou morte e auxílio-doença/auxílio-acidente). Está em funcionamento desde 06 de janeiro de 2012, quando foi criado para atender exclusivamente aos colaboradores da Nacional Minérios S/A. Após a reorganização societária, ocorrida em 2016, outras Patrocinadoras aderiram a esse Plano, entre elas, a CSN Mineração. Nesse plano, todos os benefícios oferecidos são calculados com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, e são pagos através de um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício. O Plano CBSPREV Namisa está fechado para entrada de novos participantes, desde julho de 2017 e em processo de extinção devido à retirada total de patrocínio. **26.b) Política de investimento:** A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (*Asset Liability Management*), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano. O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC n. 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução 4.661/2018, publicada pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”). **26.c) Benefícios a empregados:** Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados e IAS 19 - *Employee Benefits*.

				Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
		Ativo Atuarial		Passivo Atuarial
Benefícios de planos de pensão	(13.714)	(99.894)	19.788	7.982
Benefícios de saúde pós-emprego	-	-	892.396	897.137
	(13.714)	**(99.894)**	**912.184**	**905.119**

				Controladora
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
		Ativo Atuarial		Passivo Atuarial
Benefícios de planos de pensão	-	(85.415)	6.054	7.982
Benefícios de saúde pós-emprego	-	-	892.396	897.137
	-	**(85.415)**	**898.450**	**905.119**

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Valor presente da obrigação de benefício definido	3.581.460	3.087.433
Valor justo dos ativos do plano	(3.894.488)	(3.403.906)
Déficit/(Superávit)	**(313.028)**	**(316.473)**
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	319.102	224.561
Passivo/(Ativo) Líquido	**6.074**	**(91.912)**
Passivos	19.788	7.982
Ativos	(13.714)	(99.894)
Passivo/(Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	**6.074**	**(91.912)**

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido durante o exercício de 2019 é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Valor presente das obrigações no início do exercício	**3.087.433**	**3.077.849**
Custo do serviço	1.093	1.169
Custo dos juros	283.487	304.132
Contribuições de participante realizadas no período	2.126	
Benefícios pagos	(269.995)	(280.493)
Perda/(ganho) atuarial	477.316	(15.224)
Valor presente das obrigações no final do exercício	**3.581.460**	**3.087.433**

A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício de 2019 é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**(3.403.906)**	**(3.305.356)**
Receita com juros	(314.102)	(327.830)
Benefícios pagos	269.995	280.493
Contribuições de participante realizadas no período	(2.127)	-
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	(444.348)	(51.213)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**(3.894.488)**	**(3.403.906)**

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2019 é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Custos de serviços correntes	1.093	1.169
Custos de juros	283.487	304.132
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(314.102)	(327.830)
Juros sobre o efeito do limite de ativo	21.502	16.340
Total dos custos (receitas), líquidos	**(8.020)**	**(6.189)**

O (custo)/receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.
A movimentação dos ganhos e perdas atuariais está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
(Ganhos) e perdas atuariais	**477.316**	**(15.224)**
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	(444.348)	(51.213)
Mudança no limite de ativo (excluindo receita com juros)	73.039	50.058
Custo total de (ganhos) e perdas atuariais	**106.007**	**(16.379)**

A abertura dos ganhos e perdas atuariais em 2019 está demonstrada a seguir:

	Consolidado
	31/12/2019
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses financeiras	472.715
(Ganho)/perda decorrente de ajustes da experiência	4.601
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	(444.348)
Mudança no limite de ativo (excluindo receita com juros)	73.039
(Ganhos) e perdas atuariais	**106.007**

(Ganho)/Perda atuarial é decorrente de flutuação nos investimentos que compõe a carteira de ativos da CBS.
As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R$)	Real (R$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Taxa de desconto nominal	Plano Milênio: 6,98% Plano 35%: 6,75% Suplementação: 6,81%	Plano Milênio: 9,69% Plano 35%: 9,60% Suplementação: 9,59%
Taxa de inflação	3,61%	4,75%
Taxa de aumento nominal do salário	4,65%	5,80%
Taxa de aumento nominal do benefício	3,61%	4,75%
Taxa de retorno dos investimentos	Plano Milênio: 6,98% Plano 35%: 6,75% e Suplementação: 6,81%	Plano Milênio: 9,69% Plano 35%: 9,60% e Suplementação: 9,59%
Tábua de mortalidade geral	Plano Milênio:AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo. Planos 35%: AT-2000 Masculina agravada em 15%. Suplementação: AT-2000 agravada em 10% segregada por sexo.	Plano Milênio: AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo. Planos 35%: AT-2000 Masculina agravada em 15%. Suplementação : AT-2000 agravada em 10% segregada por sexo.
Tábua de entrada em invalidez	Plano 35% e Suplementação: Light Média Plano Milênio: Prudential (Ferroviários Aposentados)	Plano 35% e Suplementação: Light Média Plano Milênio: Prudential (Ferroviários Aposentados)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos 35% e Suplementação.	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos 35% e Suplementação.
Idade de aposentadoria	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
Composição familiar dos participantes em atividade	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido

As premissas referentes à tábua de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos do empregado que se aposenta aos 65 anos e 40 anos:

	Plano de 35% da Média Salarial		Plano de Suplementação da Média Salarial		Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Masculino	18,38	18,00	18,75	18,74	20,45	21,00
Feminino	18,38	18,00	21,41	22,23	23,02	23,00
Longevidade na idade de 40 anos para os participantes atuais						
Masculino	40,15	40,00	40,60	40,60	42,70	43,00
Feminino	40,15	40,00	44,41	45,37	46,28	47,00

Alocação dos ativos do plano:

	31/12/2019		31/12/2018	
Renda Variável	25.236	0,65%	141.705	4,16%
Renda Fixa	3.607.398	92,63%	3.050.099	89,61%
Imóveis	183.098	4,70%	52.091	1,53%
Outros	78.756	2,02%	160.011	4,70%
Total	**3.894.488**	**100,00%**	**3.403.906**	**100,00%**

CSN Companhia Siderúrgica Nacional
CNPJ: 33.042.730/0001-04 | NIRE: 35.300.396090
SIDERURGIA MINERAÇÃO CIMENTO LOGÍSTICA ENERGIA

Os ativos aplicados em renda variável estão investidos, principalmente, em ações da CSN. Ativos em renda fixa são compostos principalmente de debêntures, Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") e Notas do Tesouro Nacional ("NTN-B"). Os bens imóveis referem-se a edifícios avaliados por uma empresa especializada de avaliação de ativos. Não existem ativos em uso pela CSN e suas subsidiárias. Para o plano de pensão, a despesa em 2019 foi de R$40.644 (R$40.199 em 31 de dezembro de 2018). **26.d) Contribuições esperadas:** Não há contribuições esperadas que serão pagas para os planos de benefícios definidos em 2020. Para o plano misto de benefício suplementar, as contribuições esperadas no valor de R$ 24.000 serão pagas em 2020 para a parcela de contribuição definida e R$ 1.965 para a parcela de benefício definido (benefícios de risco). **26.e) Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para os planos de pensão em 31 de dezembro de 2019 é demonstrada abaixo:

31/12/2019	Plano de 35% da Média Salarial		Plano de Suplementação da Média Salarial		Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
Hipótese: Taxa de Desconto						
Nível de sensibilidade	**0,5%**	**-0,5%**	**0,5%**	**-0,5%**	**0,5%**	**-0,5%**
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	986	(918)	3.847	(3.773)	897	(1.126)
Efeito no valor presente das obrigações	(16.683)	18.012	(83.364)	98.252	(66.416)	73.565
Hipótese: Crescimento Salarial						
Nível de sensibilidade	**0,5%**	**-0,5%**	**0,5%**	**-0,5%**	**0,5%**	**-0,5%**
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	-	-	-	-	212	(200)
Efeito no valor presente das obrigações	-	-	-	-	1.122	(1.063)
Hipótese: Reajuste de Benefícios						
Nível de sensibilidade	**0,5%**	**-0,5%**	**0,5%**	**-0,5%**	**0,5%**	**-0,5%**
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	142	(125)	927	(405)	387	(387)
Efeito no valor presente das obrigações	2.100	(1.846)	13.609	(5.945)	5.543	(5.543)
Hipótese: Tábua de Mortalidade						
Nível de sensibilidade	**+1 ano**	**- 1 ano**	**+1 ano**	**- 1 ano**	**+1 ano**	**- 1 ano**
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	1.561	(649)	4.715	(4.180)	1.543	(1.532)
Efeito no valor presente das obrigações	13.515	(9.603)	69.216	(61.372)	22.116	(22.214)

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefícios definidos:

Pagamentos	**2019**
Ano 1	267.764
Ano 2	261.355
Ano 3	255.518
Ano 4	249.398
Ano 5	243.000
Próximos 5 anos	1.109.647
Total de pagamentos esperados	**2.386.682**

26.f) Plano de saúde - pós-emprego: Refere-se ao plano de saúde criado em 01 de dezembro de 1996 exclusivamente para contemplar ex-empregados aposentados, pensionistas, anistiados, ex-combatentes, viúvas de acidentados do trabalho e aposentados até 20 de março de 1997 e seus respectivos dependentes legais. Desde então, o plano de saúde não permite a inclusão de novos beneficiários. O Plano é patrocinado pela CSN. Os valores reconhecidos no balanço patrimonial foram determinados como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Valor presente das obrigações	892.396	897.137
Passivo	**892.396**	**897.137**

A conciliação dos passivos dos benefícios de saúde é apresentada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo atuarial no início do período	897.137	866.784
Despesa reconhecida no resultado do período	69.907	85.748
Contribuições patrimoniais vertidas no exercício anterior	(82.081)	(71.632)
Reconhecimento do (ganho)/perda atuarial	7.433	16.237
Passivo atuarial no final do período	**892.396**	**897.137**

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
(Ganho)/Perda atuarial na obrigação	7.433	16.237
(Ganhos)/Perda reconhecida no patrimônio líquido	**7.433**	**16.237**

Segue a expectativa de vida média ponderada com base na tábua de mortalidade utilizada para determinação das obrigações atuariais:

	31/12/2019	31/12/2018
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais		
Masculino	20,24	19,55
Feminino	20,24	22,17
Longevidade na idade de 40 anos para os participantes atuais		
Masculino	42,74	41,59
Feminino	42,74	45,30

As premissas atuariais usadas para o cálculo dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	31/12/2019	31/12/2018
Biométricas e Demográficas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 agravada em 20%	AT 2000 segregada por sexo
Financeiras		
Taxa nominal de desconto atuarial	6,78%	9,62%
Inflação	3,61%	4,75%
Aumento real dos custos médicos em função da idade (Aging Factor)	0,5% - 3,00% real a.a.	0,5% - 3,00% real a.a.
Taxa de crescimento nominal dos custos dos serviços médicos (HCCTR)	6,98%	8,15%
Custo médico médio (Claim cost)	1.319,36	1.054,65

26.g) Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para o benefício de saúde pós-emprego em 31 de dezembro de 2019 é demonstrada abaixo:

31/12/2019	Plano de Assistência Médica	
	Hipótese: Taxa de Desconto	
Nível de sensibilidade	**0,5%**	**-0,5%**
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	1.824	(2.006)
Efeito no valor presente das obrigações	(35.490)	38.444
	Hipótese: Inflação Médica	
Nível de sensibilidade	**1,0%**	**-1,0%**
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	5.646	(4.900)
Efeito no valor presente das obrigações	83.270	(72.264)
	Hipótese: Tábua de Mortalidade	
Nível de sensibilidade	**+1 ano**	**- 1 ano**
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	4.093	(3.851)
Efeito no valor presente das obrigações	60.367	(56.802)

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefício de saúde pós-emprego:

Pagamento de benefícios esperados	**2019**
Ano 1	83.290
Ano 2	80.574
Ano 3	77.649
Ano 4	74.529
Ano 5	71.218
Próximos 5 anos	301.853
Total de pagamentos esperados	**689.113**

27. COMPROMISSOS

27.a) Contratos "*take-or-pay*": Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía contratos de "*take-or-pay*", conforme demonstrados no quadro abaixo:

	Pagamentos no período						
Natureza do serviço	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Após 2022**	**Total**
Transporte de minério de ferro, carvão, coque, produtos siderúrgicos, cimento e produtos de mineração.	406.920	1.555.398	1.184.627	1.106.047	1.136.469	4.441.842	7.868.985
Fornecimento de energia, gás natural, oxigênio, nitrogênio, argônio e produtos de mineração de ferro, carvão, clínquer.	658.166	966.405	391.750	33.317	24.940	200.121	650.128
Beneficiamento de lama de alto forno e escória resultante do processo de produção de gusa e aço.	9.467	56.024	21.164	11.571	11.571	3.599	47.905
Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento.	21.533	5.930	1.896	-	-	-	1.896
	1.096.086	**2.583.757**	**1.599.437**	**1.150.935**	**1.172.980**	**4.645.562**	**8.568.914**

27.b) Projetos e outros compromissos: • Projeto Transnordestina: O Projeto Transnordestina, que corresponde à Malha II da Malha Ferroviária Nordeste, inclui 1.753 km de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. O projeto apresenta-se com evolução de 52% e estava previsto para ser concluído em 2017, prazo atualmente em discussão junto aos órgãos responsáveis. A Companhia espera que os investimentos permitam que a Transnordestina Logística S.A. ("TLSA"), concessionária detentora do Projeto Transnordestina, realize o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. O prazo da concessão se encerra em 2057, podendo ser encerrado antes desse prazo caso o concessionário atinja o retorno mínimo acordado com o Governo. A TLSA obteve as autorizações ambientais exigidas para os trechos em obra e a implementação está avançada em certas regiões. As fontes de financiamento do projeto são: (i) financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste/FNE e BNDES, (ii) debêntures de emissão do FDNE, (iii) contratos de uso da Via Permanente e (iv) aporte de capital pela CSN e acionistas públicos. O investimento aprovado para a obra é de R$7.542.000, sendo que o saldo de recursos a desembolsar será atualizado pelo IPCA a partir da data base abril de 2012. Caso sejam necessários recursos adicionais, serão viabilizados pela CSN e/ou terceiros por intermédio da celebração de Contratos de Uso da Via Permanente. O valor do orçamento aprovado é composto da seguinte forma: Missão Velha - Salgueiro montante de R$0,4 bilhão, Salgueiro - Trindade montante de R$ 0,7 bilhão, Trindade - Eliseu Martins montante de R$ 2,4 bilhões, Missão Velha - Porto de Pecém montante de R$ 3 bilhões, Salgueiro - Porto de Suape montante de R$ 4,7 bilhões, totalizando R$ 11,2 bilhões. Atualmente o projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária cujo orçamento proposto é na ordem de R$ 13,2 bilhões. A Companhia garante 100% dos financiamentos obtidos pela TLSA junto ao Banco do Nordeste/FNE e ao BNDES, bem como 50,97% das debêntures de emissão do FDNE (considera 48,47% de garantia corporativa, 1,25% de carta fiança para o BNB e 1,25% de garantia corporativa para o BNB). Nos termos do regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto Federal nº 6.952/2009, bem como do Acordo de Investimentos firmado com os acionistas/financiadores públicos, até 50% das debêntures podem ser convertidas em ações da TLSA. O Tribunal de Contas da União - TCU, por meio de decisão cautelar emitida em maio de 2016, referente ao processo TC 012.179/2016, suspendeu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e BNDES Participações S.A. - BNDESPar. Após a apresentação de recurso contra a decisão cautelar e fornecidas as devidas explicações, em junho de 2016 a decisão liminar proferida pelo TCU foi revogada por unanimidade dos membros deste tribunal, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados. Por meio da nova decisão cautelar emitida em janeiro de 2017, referente ao processo TC 012.179/2016, o Tribunal de Contas da União - TCU suspendeu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e BNDES Participações S.A. - BNDESPar. A Companhia vem prestando os esclarecimentos necessários ao TCU e atuando com firmeza para que a cautelar seja revogada em breve e o fluxo de aportes programados seja restabelecido. A Companhia concluiu em dezembro/2019, conforme cronograma previsto, as entregas de engenharia referentes à revisão dos projetos dos trechos a serem executados, assim como o levantamento dos serviços já executados nos trechos em andamento e concluídos ("*as built*"), de forma a permitir a validação do orçamento regulatório e a preparação do cronograma revisitado. A Companhia aguarda as análises a serem efetuadas por parte da agência reguladora, cuja expectativa da administração é que a mesma seja realizada no decorrer do primeiro semestre de 2020. Existe um procedimento administrativo perante a ANTT que avalia o cumprimento regular das obrigações do Contrato de Concessão correspondente à Malha II pela Concessionária TLSA. A área técnica da ANTT, em opinião unilateral, entendeu que houve descumprimento de obrigações contratuais pela Concessionária. A opinião da área técnica está sob avaliação e, caso comprovada a irregularidade, a ANTT poderá aplicar as penalidades cabíveis ou recomendar à Presidência da República a declaração de caducidade, estando o procedimento na fase de instrução, não havendo até o momento, decisão definitiva sobre o mérito. **• FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (Malha operacional):** Em relação à Malha I, operada pela FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL"), existe um procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes ("ANTT") que avalia o cumprimento regular das obrigações do Contrato de Concessão pela Concessionária FTL. Em função de uma avaliação unilateral, a ANTT informou que a FTL teria descumprido o TAC assinado em 2013 em decorrência do descumprimento da meta de produção de 2013. Neste contexto, a agência propôs à União a declaração da caducidade do Contrato de Concessão da FTL e a instauração de processo administrativo no âmbito da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER. A Companhia continua recorrendo do posicionamento da ANTT.

28. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contratam vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Nomeados, Crédito à Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário. Em 2019, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 31 de março de 2019 a 31 de março de 2020. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US$600 milhões e a franquia é de US$ 385 milhões para danos materiais e 45 dias para lucros cessantes, combinado as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, CSN Mineração e Sepetiba Tecon. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Imposto de renda e contribuição social pagos [1]	1.167.419	336.962	-	-
Adição ao imobilizado com capitalização de juros (nota 9 e 24)	117.189	71.611	27.961	16.683
Adição inicial CPC 06 - Direito de uso (nota 9.a)	640.989	-	61.072	-
Remensuração do Direito de Uso (nota 9 a)	(151.558)	-	(13.626)	-
Aquisição de imobilizado por meio de empréstimo líquido de impostos [2]	78.098	10.792	-	1.746
Aquisição de imobilizado sem efeito caixa	200.115	-	177.465	-
Capitalização em controlada sem efeito caixa	-	-	57.846	81.594
	2.052.252	**419.365**	**310.718**	**100.023**

(1) Para o ano-calendário de 2019, a Companhia optou pela tributação com base no Lucro Real Trimestral, com base no artigo 1º da Lei 9.430/96, sendo o imposto de renda e contribuição social devidos pago em quota única, até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento de cada trimestre; (2) Em 2019 ocorreu aquisição de imobilizado por meio de empréstimo no montante de R$100.661, líquido de impostos a recuperar de R$22.563.

30. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Lucro do exercício	**2.244.511**	**5.200.583**	**1.789.067**	**5.074.136**
Outros Resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido reflexo de investimentos em subsidiárias, líquidos de impostos	424	903	(1.663)	(997)
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido	(113.518)	413	(111.532)	2.313
	(113.094)	**1.316**	**(113.195)**	**1.316**
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ajustes acumulados de conversão do período	32.922	(87.101)	32.922	(87.101)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	(1.559.680)	-	(1.559.680)
(Perda)/ganho na variação percentual de investimentos	(2.288)	(105)	(2.288)	(105)
(Perda)/ganho *hedge* de fluxo de caixa	(604.828)	(1.415.962)	(604.828)	(1.415.962)
Realização de *hedge* de fluxo de caixa reclassificado para resultado	790.353	370.191	790.353	370.191
(Perda)/ganho *hedge* de investimentos reflexo de investimentos em controladas	-	-	2.472	(21.852)
(Perda)/ganho *hedge* de investimento líquido no exterior	2.472	(21.852)	-	-
(Perda)/ganho Combinação de Negócios	-	(651)	-	(651)
	218.631	**(2.715.160)**	**218.631**	**(2.715.160)**
	105.537	**(2.713.844)**	**105.436**	**(2.713.844)**
Resultado Abrangente Total do Exercício	**2.350.048**	**2.486.739**	**1.894.503**	**2.360.292**
Atribuível a:				
Participação dos acionistas controladores	1.894.503	2.360.292	1.894.503	2.360.292
Participação dos acionistas não controladores	455.545	126.447	-	-
	2.350.048	**2.486.739**	**1.894.503**	**2.360.292**

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

• Em janeiro de 2020 a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo ("Notes"), por meio de sua controlada CSN Islands XI Corp, no valor de US$1 bilhão, com vencimento em 2028 e taxa de juros de 6,75% ao ano. Parte dos recursos captados, no valor de US$263 milhões, foram utilizados na oferta de recompra ("Tender Offer") dos Notes emitidos pela CSN Resources S.A. com o vencimento em 2020, conforme comunicado ao mercado no dia 17 de janeiro de 2020. As Notes são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia. • As ações USIMINAS classificadas em aplicações financeiras (vide nota 4) estão expostas a mudanças no preço das ações em razão dos títulos serem avaliados pelo valor justo através do resultado conforme cotações em Bolsa de Valores. Em 04 de março de 2020 as ações ordinárias e preferenciais tiveram desvalorização no montante global de R$ 69.989 desde a data do balanço.

DIRETORIA

BENJAMIN STEINBRUCH
Diretor-Presidente

DAVID MOISE SALAMA - Diretor Executivo
MARCELO CUNHA RIBEIRO - Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores
PEDRO GUTEMBERG QUARIGUASI NETTO - Diretor Executivo
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ - Diretor Executivo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BENJAMIN STEINBRUCH
Presidente

Conselheiros
ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA
FABIAM FRANKLIN
YOSHIAKI NAKANO
MIGUEL ETHEL SOBRINHO

COMITÊ DE AUDITORIA

ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA
YOSHIAKI NAKANO
MIGUEL ETHEL SOBRINHO

CONTADORES

CAIO MARCIO MARTINS DE ARAUJO
Gerente Geral de Controladoria
Contador CRC RJ-087.085/O-S-SP

HUGOMAR SPELTA MARTINS
Gerente de Contabilidade Geral
Contador - CRC/ES 008017/O-S-SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Siderúrgica Nacional, em cumprimento às disposições legais do artigo 163 da Lei 6.404/76 e no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, se reuniram e examinaram (i) o Relatório da Administração; (ii) as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2019; e (iii) a Destinação dos Resultados de 2019 e, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia e pelos auditores independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinaram, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 04 de março de 2020.

Tufi Daher Filho - Presidente **Patricia Valente Stierli** - Conselheira **André Coji** - Conselheiro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria reuniu-se para revisão das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O Comitê de Auditoria recebeu os representantes da Grant Thornton Auditores Independentes, que reportaram sobre o processo de finalização da auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Após rever e discutir as demonstrações financeiras auditadas e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Comitê de Auditoria concluiu que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, podendo ser encaminhados ao Conselho de Administração, para posteriormente serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 04 de março de 2020.

Antonio Bernardo Vieira Maia **Yoshiaki Nakano** **Miguel Ethel Sobrinho**

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES EXECUTIVOS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na qualidade de Diretores Executivos da Companhia Siderúrgica Nacional, declaramos, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, item VI, da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 04 de março de 2020.

Benjamin Steinbruch - Diretor-Presidente
Luis Fernando Barbosa Martinez - Diretor Executivo **Pedro Gutemberg Quariguasi Netto** - Diretor Executivo
David Moise Salama - Diretor Executivo **Marcelo Cunha Ribeiro** - Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES EXECUTIVOS SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Na qualidade de Diretores Executivos da Companhia Siderúrgica Nacional, declaramos, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, item V, da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 04 de março de 2020.

Benjamin Steinbruch - Diretor-Presidente
Luis Fernando Barbosa Martinez - Diretor Executivo **Pedro Gutemberg Quariguasi Netto** - Diretor Executivo
David Moise Salama - Diretor Executivo **Marcelo Cunha Ribeiro** - Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da **Companhia Siderúrgica Nacional** - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Siderúrgica Nacional ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Siderúrgica Nacional em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Continuidade operacional da controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A.:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 8.d) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve o estágio de conclusão da nova malha ferroviária da controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A. ("TLSA"), atualmente em fase de construção, e cujo prazo para conclusão da obra, previsto inicialmente para janeiro de 2017, está atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos governamentais responsáveis. A conclusão das obras do projeto (e o consequente início das operações) dependem da contínua disponibilização de recursos de seus acionistas e de terceiros. Estes eventos e condições, em conjunto com outros assuntos descritos na referida nota explicativa indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da TLSA. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Os Principais Assuntos de Auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Além do assunto descrito na seção "Continuidade operacional da controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A.", determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **1. Alavancagem financeira e risco de liquidez e continuidade (Notas Explicativas nº 1 e nº 11): Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:** Parte substancial dos recursos e investimentos necessários para desenvolvimento das atividades da Companhia são oriundos de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2019, o valor dos empréstimos, financiamentos e debêntures com terceiros, reconhecidos no passivo circulante e não circulante, era de R$ 24.198 milhões (controladora) e R$ 28.091 milhões (consolidado). Como o principal item da alta alavancagem financeira, os instrumentos financeiros passivos representados por empréstimos, financiamentos e debêntures, há intenção, por parte da Administração (conforme Nota Explicativa nº 1) de reestruturação das dívidas e desalavancagem financeira através da alienação de ativos não estratégicos. Este tema foi, novamente no exercício corrente, considerado como uma área crítica e de risco em nossa abordagem de auditoria devido sua relevância para a continuidade das operações da Companhia e representatividade das dívidas em relação as demonstrações financeiras como um todo. Adicionalmente, os empréstimos, financiamentos e as debêntures requerem, em alguns casos, cumprimento de cláusulas contratuais, como *covenants* ou outras cláusulas restritivas, cujos eventuais descumprimentos podem trazer distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Entendimento das políticas e medidas adotadas pela Administração para gerenciamento e elaboração do fluxo de caixa; • Discussão com a Administração sobre o plano de negócios e medidas tomadas para renegociação das dívidas; • Avaliação do desenho da estrutura dos controles internos implementados pela Administração para controle e reconhecimento dos passivos oriundos de empréstimos, financiamentos e debêntures; • Testes na movimentação de novas capitalizações e amortizações, recálculos dos encargos financeiros e avaliação da classificação entre passivo circulante e não circulante; • Confirmação dos saldos junto aos credores e agentes fiduciários (circularização); • Análise e testes de aderência com referência às cláusulas contratuais de *covenants* e restritivas, de forma a confirmar que a Companhia estava adimplente (e que, em caso de inadimplência, os efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tivessem sido adequadamente registrados); • Observamos se os critérios para atendimento de normativos contábeis sobre operações descontinuadas e ativos para venda foram observados pela Administração da Companhia; • Análise sobre as divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento de empréstimos, financiamentos e debêntures e sua avaliação sobre a continuidade operacional foram apropriadamente tratados e divulgados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **2. Valor recuperável do investimento em controlada em conjunto (Nota Explicativa nº 8): Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:** A Companhia possui saldo de investimento na controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A. ("TLSA") em 31 de dezembro de 2019, incluindo ganho na perda de controle, no montante de R$ 1.460 milhões, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R-1) - Redução ao valor recuperável de ativos. Conforme mencionado na referida nota explicativa, a controlada em conjunto realiza teste de *impairment*, o qual envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da Administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, considerando-se diversas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico entre outros. A Companhia, como investidora, também efetua sua avaliação, através do método que leva em consideração a capacidade da investida em distribuir dividendos, denominado de *Dividend Discount Model*, modelo segundo o qual é levado em consideração o fluxo de dividendos descontados a valor presente utilizando-se o custo de capital próprio, além de outras métricas e fatores de risco que incrementam a taxa de desconto utilizada. Sendo assim, este assunto foi novamente considerado na auditoria do exercício corrente como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros e fluxos de dividendos descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto, que podem alterar significativamente a expectativa de realização do ativo. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação do desenho da estrutura de controles internos implementados pela Administração relacionados com a análise do valor recuperável; • Exame da análise preparada pela Administração, com o auxílio de nossos especialistas internos, a fim de verificar a razoabilidade do modelo utilizado na avaliação da Administração; • Contínuo desafio das premissas utilizadas pela Administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que devessem ser revisadas; • Atualização e indagações à Administração da Companhia e aos executivos da TLSA sobre o andamento das tratativas para liberação de recursos financeiros pelos acionistas controladores para a retomada das obras e da liberação dos recursos previstos junto aos órgãos e empresas relacionadas ao Governo Federal; • Análise sobre as divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; • Avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da Administração. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **3. Realização de tributos diferidos ativos (Notas explicativas nº 2.1, nº 14.b e nº 14.c): Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:** A Companhia e suas controladas possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, substancialmente referentes a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias decorrentes de provisões temporárias constituídas. Esses saldos de tributos diferidos foram reconhecidos com base em estudos que contêm projeções de lucro tributável futuro. Em 31 de dezembro de 2019, o valor dos tributos diferidos ativos reconhecidos no ativo não circulante era de R$ 3.259 milhões (controladora) e R$ 3.297 milhões (consolidado). Como a avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve, entre outras particularidades, o uso de julgamentos críticos, nem sempre objetivos, que trazem subjetividade em relação às projeções de resultados (como lucros tributáveis, projeções dos fluxos de caixa e eventos econômicos futuros, além das projeções incluírem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, levando-se em conta, volume e preço de venda e alíquotas de tributos, entre outros), podendo apresentar variações em relação aos dados e valores reais realizados. Sendo assim, a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro adicional de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras. Em função desses aspectos, esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Entre outros, realizamos os seguintes procedimentos de auditoria: • Avaliação do desenho da estrutura de controles internos implementados pela Administração relacionados com a análise do valor recuperável dos tributos diferidos ativos; • Exame da análise preparada pela Administração, com o auxílio de nossos especialistas internos, a fim de avaliar a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como testar a consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de lucros tributáveis futuros e de fluxos de caixa, mediante a comparação com orçamentos aprovados pela Diretoria Executiva e premissas e dados de mercado; • Discussão com a Administração sobre o plano de negócios e medidas tomadas para renegociação das dívidas; • Contínuo desafio das premissas utilizadas pela Administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que devessem ser revisadas; • Exame, com o apoio de nossos especialistas em tributos, das bases de cálculo dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, bem como das diferenças temporárias, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes; • Análise sobre as divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável dos tributos diferidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicional (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas à procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas;** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de março de 2020.

Nelson Fernandes Barreto Filho - CT CRC 1SP-151.079/O-0
Grant Thornton Auditores Independentes - CRC 2SP-025.583/O-1

www.csn.com.br

guia
FOLHA ★★★
O melhor roteiro de São Paulo
20 a 26 de março de 2020

Parte integrante da Folha de S.Paulo de 20 de março de 2020. Ano 23. Nº 1.201. Não pode ser vendido separadamente. Foto Gabriel Cabral/Folhapress

Fique em casa!

Roteiro testa 19 lugares que entregam a refeição em domicílio **pág. 6**

Embalagens de delivery dos restaurantes

O COMPADRE
RESTAURANTE

DESDE 1992

Gabriel Cabral/Folhapress

a semana

Sexta
Ofertas de delivery aumentam com o coronavírus e bares também oferecem bebidas em casa **11**

Sábado
A Cervejaria Nacional envia suas próprias criações inspiradas no folclore brasieliro **11**

Domingo
O Dionysos oferece consultoria do sommelier da casa e tábua de queijo e embutidos **11**

Segunda
Home office de novo? Conheça opções de restaurantes para pedir na hora do almoço **7**

Terça
As casas da chef Renata Vanzetto passam a funcionar apenas com entrega; veja crítica **9**

Quarta
A casa Nanica, famosa pela torta banoffee, oferece generosas fatias da receita inglesa **8**

Quinta
Os hambúrgueres começam em R$ 8 e casas oferecem combinados a preços amigáveis **10**

FOLHA DE S.PAULO
Um jornal a serviço do Brasil

Presidente
Luiz Frias

Diretor de Redação
Sérgio Dávila

Superintendentes
Antonio Manuel Teixeira Mendes
Judith Brito

Editor do Núcleo de Cultura
Silas Martí

Editor do Guia da Folha
Marcelo Quaz (interino)

ROTEIROS
Cinema e passeios
isabella.menon@grupofolha.com.br

Shows, concertos e bares
laura.lewer@grupofolha.com.br

Teatro e dança
manoella.smith@grupofolha.com.br

Restaurantes e guloseimas
marina.consiglio@grupofolha.com.br

Online e criança
isabel.teles@grupofolha.com.br

Colaborador
Otávio Nadaleto

CHECAGEM
gabriel.cruz@grupofolha.com.br e
sidney.triumpho@grupofolha.com.br

CLUBEFOLHA
Gerente do ClubeFolha
Marcio Miqui tel. 11 3224-3090

Serviço de Atendimento ao Assinante
Tel. 11 3224-3090 / Fax 11 3224-4273
saa@folha.com.br

Atendimento a conveniados:
clubefolha@grupofolha.com.br

Impressão
CTG-F (Centro Tecnológico Gráfico-Folha)

PUBLICIDADE DO GUIA
Diretor-executivo comercial
Marcelo Benez

Gerentes gerais
Hiram Baroli (operações comerciais) e João Gabriel Junqueira (relações com o mercado)

Gerente de publicidade e inovação
Manuela Nunes

Gerente de negócios digitais
Artur Siviero

PARA ANUNCIAR NO GUIA
Teatro, dança, concertos e shows
Rodrigo Pires tel. 11 3224-7779
rodrigo.pires@grupofolha.com.br

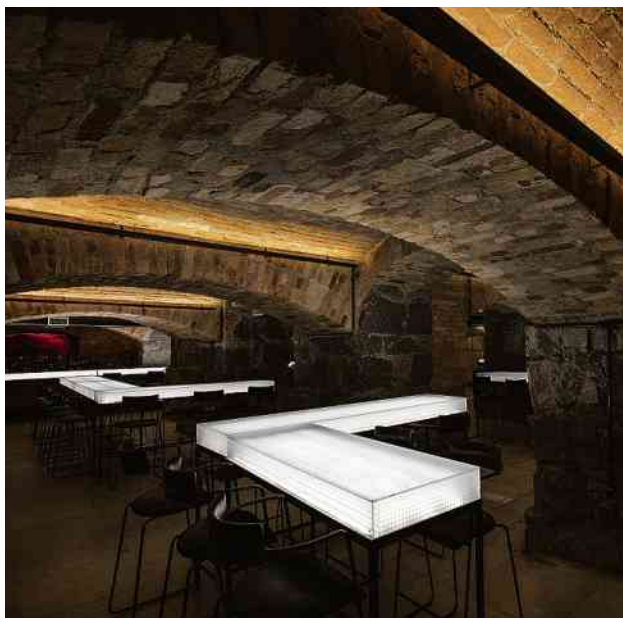
Cinema, restaurantes, bares, guloseimas, noite, passeios e exposições
Patricia Salles tel. 11 3224-3982
patricia.salles@grupofolha.com.br

Alexandre Schneider-26.mar.2017/UOL

instagram.com/guiafolha
facebook.com/guiafolha

como usar

As informações dos roteiros foram checadas entre **21 de outubro de 2019 a 18 de março** e podem sofrer alterações. Mudanças na programação são de responsabilidade dos locais

Mariana Agunzi
mariana.agunzi@grupofolha.com.br

Bar dos Arcos, que restringiu o número de clientes Eduardo Knapp/Folhapress

Bares e restaurantes estão se prevenindo contra coronavírus?

A pandemia do novo coronavírus está mudando a rotina de todos os brasileiros. Para evitar aglomerações que possam propagar o vírus, diversos eventos estão sendo cancelados. Em São Paulo, não seria diferente.

Bares e restaurantes tentam se adaptar espaçando mesas, limitando a quantidade de clientes e estimulando, nas redes sociais, que quem não está se sentindo bem fique em casa. Você notou alguma diferença?

Há álcool em gel e local para lavar as mãos? Áreas ao ar livre, em vez de vazias, estão lotadas? A casa oferece alternativas, como delivery, para quem não quer sair?

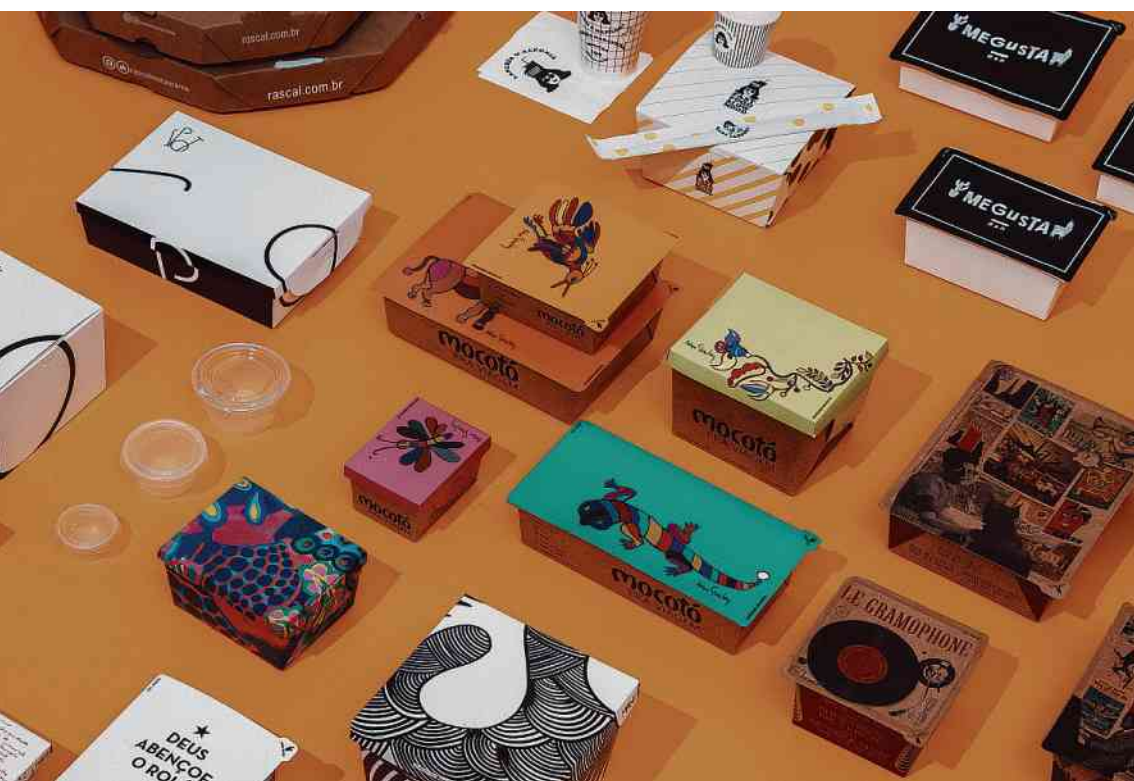
Mande seu relato para o **Pitaco Cultural** publicar. Com as suas dicas, podemos ter novas ideias para tornar o período de quarentena mais seguro —e talvez até divertido.

Lollapalooza
O festival foi adiado para os dias 4, 5 e 6 de dezembro (pag. 15). Os headlines — Guns N' Roses, The Strokes (foto) e Travis Scott— estão confirmados. A partir de R$ 900 em ticketsforfun.com.br

Avaliações
Cinema, teatro e exposições por críticos da Ilustrada; de restaurantes e teatro infantil por críticos do Guia

★☆☆☆☆ ruim
★★☆☆☆ regular
★★★☆☆ bom
★★★★☆ muito bom
★★★★★ ótimo

Cotações de preços
Referem-se à refeição com couvert, prato de custo médio, sobremesa, água e taxa de serviço

$ até R$ 75
$$ R$ 75,01 a R$ 95
$$$ R$ 95,01 a R$ 115
$$$$ R$ 115,01 a R$ 155
$$$$$ acima de R$ 155

Embalagens usadas no delivery de restaurantes paulistanos Gabriel Cabral/Folhapress

MELHOR PEDIDA

Roteiro sugere restaurantes, lanchonetes e bares que entregam comida e bebida em casa via aplicativos ou telefone

Desde sua estreia, há 23 anos, o Guia tem a proposta de oferecer um roteiro cultural com o melhor do que acontece em São Paulo. E não costuma ser pouca coisa: afinal, estamos na maior cidade da América do Sul.

Mas este é um Guia diferente. Com a pandemia do novo coronavírus, a rotina mudou. Cinemas, teatros, casas de shows —praticamente tudo está temporariamente cancelado.

Com a adoção de medidas de prevenção, como disponibilizar álcool em gel, reduzir a capacidade de mesas e evitar o contato físico com os clientes, um setor que resiste é o gastronômico. Nos últimos dias, enquanto as casas estudam como funcionar no período —algumas fecharam, outras anunciaram mudanças, como a opção de fazer a retirada do pedido no local—, uma alternativa para quem quer comer bem sem sair de casa é o delivery.

Pensando nisso, o Guia selecionou alguns estabelecimentos que oferecem comida para entrega e os testou —em especial, as hamburguerias com combos a menos de R$ 30.

Nas próximas semanas, as novas casas que aderiram ao sistema (e, claro, as que já dispunham dele) continuarão a aparecer nestas páginas. Já as que fecharam as portas, podem ser conferidas em **folha.com/nkc3uq8d.**

COMIDA

Aguzzo

Rafael Azrak, filho do fundador, está no comando deste endereço italiano que ocupa uma casa de esquina em Pinheiros —e que se destaca nos aplicativos de delivery, com promoções e até uma versão fit da casa. O menu traz clássicos como o nhoque de batata preparado na manteiga e sálvia acompanhado de filé à parmigiana (que foram entregues em embalagens separadas). O pedido foi realizado no horário do almoço do último sábado (14), durante uma promoção no aplicativo Rappi: custaria R$ 41, em vez de R$ 69. Contudo, foi cobrado o valor cheio da reportagem. A reclamação foi feita via aplicativo e a resposta, rápida: por telefone, o suporte da empresa afirmou que poderia estornar o dinheiro ou devolvê-lo em créditos (que não caíram até o final desta edição).

R. Simão Álvares, 325, Pinheiros, região oeste, tel. 3083-7363. Seg. a qui.: 12h às 16h e 19h às 24h. Sex.: 12h às 16h e 19h à 1h. Sáb.: 12h à 1h. Dom.: 12h às 23h. Disponível no iFood, Rappi, Uber Eats e telefone.

Bio

Integrante da grife Alex Atala (o renomado chef do D.O.M. desenvolveu o conceito da casa), o restaurante tem como proposta fazer o aproveitamento integral dos alimentos que são, em sua maioria, orgânicos e de produtores locais. São várias as opções do cardápio disponíveis no aplicativo, incluindo um menu executivo para o almoço. No delivery, por R$ 59, come-se uma salada de folhas e tomate (com azeite a parte) e uma porção generosa de estrogonofe de carne, que acompanha arroz e batata palha crocante —esta, em quantidade bem menor. Além do refresco de caju geladinho, o pedido, que chegou no tempo previsto, é arrematado pelo sorvete de chocolate, que naturalmente chega um pouco derretido.

Av. Horácio Lafer, 36, Itaim Bibi, região sul, tel. 3071-1968. 140 lugares. Seg. a dom.: 11h30 às 23h. Disponível no iFood.

Bráz Elettrica

Irmã mais nova da tradicional Bráz, a Elettrica aposta no serviço rápido e nas pizzas individuais --pelo menos nas lojas físicas. Isso porque o pedido, feito no sábado (14), por volta das 12h30, via Rappi, demorou mais de 40 minutos para sair do estabelecimento. O lacre da embalagem explica a melhor forma de aquecer o produto, mas não foi preciso seguir as dicas. As pizzas —marguerita, com búfala, mozarela e grana padano (R$ 28,90) e El Dorado, que mistura queijo fontina, búfala, grana padano e alho (R$ 32)— chegaram na temperatura adequada. Para beber, sugere três cervejas próprias (ipa, larger blonde e witbier) que custam R$ 11 ou R$ 14. Fizeram falta os drinques engarrafados (negroni e gim-tônica), servidos na casa, mas não disponíveis no serviço de ebtrega.

R. Antônio Carlos, 328, Consolação, região central, tel.: 3171-0799. 90 lugares. Seg. a qui.: 12h às 24h. Sex. e sáb.: 12h às 2h. Dom.: 12h à 0h. Disponível no iFood, Rappi e Uber Eats.

Cortés Asador

Especializada em carnes, a casa da chef Daniela França Pino oferece cortes grelhados na parrilla e hambúrgueres também delivery, por meio do iFood. No cardápio (reduzido, para preservar os alimentos), há sanduíches como o Cortés, que leva disco de 220g, queijo cheddar, tomate ralado e cebola caramelizada no pão de brioche (R$ 38, mais barato que no restaurante, a R$ 45). Para acompanhar, há opções como a farofa crocante (R$ 18), feita com farinha de biju, manteiga e ervas.

Shopping VillaLobos - Av. das Nações Unidas, 4.777, Alto de Pinheiros, região oeste, tel. 3024-4301. Seg. a dom.: 12h às 15h15 e 18h30 às 20h. Disponível no iFood.

Hi Pokee

Localizado na vilinha gastronômica da rua Augusta, o restaurante é especializado em poke, prato típico do Havaí. Na versão delivery, há sugestões de pratos prontos ou para montar de acordo com o gosto do cliente —as opções variam de R$ 49 a R$ 53. Porém, no domingo (15), quando foi realizado o pedido, às 21h, as sugestões prontas já estavam esgotadas. É possível escolher até três proteínas entre salmão, atum, polvo, peito de frango, barriga de porco, shiitake e shimeji. Depois, é a vez dos acompanhamentos (mais três), com opções como avocado, cenoura, kani e pepino. Por fim, são escolhidos os complementos (outros três), que podem ser, coco crocante, wakame, gari e até pururuca. A entrega foi eficiente: tudo chegou em menos de 40 minutos e em perfeito estado, isso porque os complementos, acompanhamentos e proteínas vêm em embalagens separadas.

R. Antônio Carlos, 328, Consolação, região central, tel.: 3171-0799. Seg. a qui.: 12h às 24h. Sex. e sáb.: 12h às 2h. Dom.: 12h às 24h. Disponível no Uber Eats.

Kebab Salonu

Conhecidas pela oferta de comida boa e barata, as três casas de influência turca e árabe do chef Fred Caffarena estão disponíveis em aplicativos de entrega: o Kebab e a Esfiharia Salonu aparecem no iFood, Rappi e Ubereats; e o Firin Salonu, no Rappi. Entre os itens disponíveis no Kebab, além dos famosos sanduíches enrolados no pão pita, aparecem petiscos como as fritas no zaatar (R$ 17). Entre os lanches, o bem-servido Shish Tavuk,recheado com cafta de frango, salada de folhas, coentro, tomate e pepino, cebolas, azeite e sumac, tomate grelhado, iogurte e batatas fritas no pão-folha (R$ 43), chega embrulhado em um papel que imita um jornal.

R. Heitor Penteado, 699, Loja 6, Sumarezinho, tel. 2373-9258. Ter. a qui. e dom.: 12h às 23h. Sex. e sáb.: 12h às 24h. Disponível no iFood, Rappi e Uber Eats.

Le Jazz

Com menu que lista clássicos franceses, o bistrô é um hit na cidade —são quatro unidades, todas fechadas no momento. Mas o delivery, oferecido via iFood, continua em funcionamento. O menu reduzido, pois nem tudo viaja bem. Há opções de prato do dia, como o confit de pato com batatas salteadas (R$ 60), sugestão das quartas. Outra pode ser o farfalle ao pesto com brócolis, rúcula, queijo de cabra e amêndoas (R$ 56). Atenção: há um acréscimo de 5% em relação ao preço das lojas físicas. A unidade da rua Melo Alves também oferece o serviço de retirada —basta ligar na casa ou escrever para o WhatsApp (95311-5884).

R. Dr. Melo Alves, 734, Cerqueira César, região oeste, tel. 3062-9797. Seg. a qui. e dom.: 12h às 24h. Sex. e sáb.: 12h à 1h. Disponível no iFood.

Mocotó

Não é preciso enfrentar as filas que se acumulam na casa para conhecer a famosa comida nordestina preparada pelo chef Rodrigo Oliveira: o Mocotó também tem delivery. O local está no aplicativo do iFood, com entrega para os bairros da zona norte e alguns da região central (os pedidos deste saem do Mocotó Café, no shopping D). O menu é reduzido, mas traz os clássicos da casa: dadinhos de tapioca (R$ 26,90 com 12 unidades), baião de dois (a partir de R$ 29,90), pudim de tapioca (R$ 16,90), entre outros, além de pães de fermentação natural (na unidade da Vila Medeiros). A versão completa do baião de dois (R$ 35,90 a individual) dá direito a dois acompanhamentos, que podem ser carne de sol na nata e cuscuz de milho com folhas, por exemplo.

Av. Nossa Sra. do Lorêto, 1.100, Vila Medeiros, região norte, tel. 2951-3056. Seg. a sex.: 12h às 23h. Sáb.: 11h30 ás 23h. Dom.: 11h às 17h. Disponível no iFood.

Nanica

Se hoje é comum encontrarmos a torta banoffee nas casas paulistanas, saiba que a moda foi impulsionada por esta portinha, instalada na mesma vila gastronômica do Hi Pokee (pág. 8). Conhecida no sul do país, a receita inglesa (feita ali com banana, doce de leite e chantili; mas o local também oferece outras versões) é a estrela da casa, e conquistou o Instagram e o público que usa aplicativos de delivery para pedir um lanchinho. As generosas fatias (R$ 14,90 cada uma) vêm embrulhadas individualmente. Oferece entrega nas regiões da rua Augusta, Mooca e Brooklin. Em breve, ganha unidade física na rua dos Pinheiros.

R. Augusta, 2.052, Cerqueira César, região oeste, tel. 97592-0997. Seg. a dom.: 12h às 22h. Disponível no Rappi.

Nou

Um dos pioneiros no Baixo Pinheiros, o restaurante atualmente conta com três unidades comandadas pela dupla Paulo Sousa e Amilcar Azevedo, o chef. Para os dias de home office, uma boa pedida para o bolso é o almoço (R$ 47,90, de segunda a sexta); com opções como o carbonara com azeite trufado. Os pratos chegam em uma embalagem hermeticamente fechada para caso o cliente queira esquentar novamente. Alguns pratos, porém, só podem ser degustados na própria casa, já que nem todos os preparos dão conta do transporte. O valor via delivery pode aumentar em até 10% em relação à loja física.

R. Ferreira de Araújo, 419, Pinheiros, região oeste, tel. 2609-6939. Seg. a sex.: 12h às 15h e 19h às 24h. Sáb.: 12h às 24h. Dom.: 12h às 23h. Disponível no iFood ou nos telefones (3812-1848, em Pinheiros, ou 3562-8003, Higienópolis).

Puro Organic Co.

Foi-se o tempo em que os deliveries se resumiam a pizzas e sanduíches —ainda bem. Esta cafeteria, que opera dentro de um empório na região dos Jardins, é uma opção para quem busca algo comer algo mais saudável. Com ingredientes orgânicos e receitas funcionais, o local entrega por meio de aplicativos. O cardápio inclui quitutes como o brownie low carb (feito com farinhas de amêndoas e de linhaça, manteiga do tipo ghee e adoçado com xilitol; R$ 9,90 na promoção) e a coxinha assada com massa de batata-doce, recheio de cogumelos e empanada com flocos de quinoa vermelha (R$ 14). Entre os principais, o nhoque de beterraba vem com molho de gorgonzola e pistache —foi a escolha da reportagem: R$ 26, na promoção (normalmente, custa R$ 61).

Al. Santos, 1.091, Jardim Paulista, região oeste, tel. 98797-2501. Seg. a sex.: 8h às 20h30. Sáb. e dom.: 10h às 17h30. Disponível em iFood, Rappi e Uber Eats.

Ráscal

Se nos endereços físicos uma das atrações é o bufê, o cardápio do delivery dá atenção aos pratos do menu à la carte, com destaque para as pizzas, massas, carnes e saladas. Faz sucesso o ravióli da casa, com massa de espinafre e recheio de mozarela de búfala. Dá para escolher o molho e, caso queira, o polpettone de acompanhamento (R$ 58). Os itens chegam em embalagens separadas, de plástico, e na temperatura adequada.

Al. Santos, 870, Jardins, região oeste, tel. 3141-0692. Seg. a sex.: 12h às 15h15 e 19h às 23h15. Sáb.: 12h às 17h15 e 19h às 23h15. Dom.:12h às 17h15 e 19h às 22h15. Disponível no iFood e no Rappi.

Spot

A agitada unidade da região da avenida Paulista está fechada, mas ainda dá para degustar o menu do restaurante em casa ou no trabalho —o espaço oferece delivery (3284-7500 ou via iFood, com acréscimo de 5% no valor). A única coisa que não é entregue é o suflê de doce de leite, mas clássicos como o steak au poivre (R$ 59) e o penne melão e presunto cru (a partir de R$ 62) estão na lista. Atenção às embalagens, que acabaram de ser redesenhadas.

Al. Ministro Rocha Azevedo, 72, Bela Vista, tel. 3283-0946. Seg a qua.: 11h45 às 15h e 19h30 às 24h. Qui. e sex.: 11h45 às 15h e 19h30 à 1h. Sáb.: 12h às 17h e 19h30 à 1h. Dom.: 12h às 17h e 19h30h às 24h. Disponível no iFood e telefone.

Thai E-San

A vibrante culinária tailandesa é a atração deste restaurante de salão simples e preços camaradas, um achado na Liberdade. Com entrega pelos aplicativos Uber Eats e iFood, oferece receitas típicas, como o pad thai (feito com macarrão de arroz). A versão enriquecida com camarão (R$ 39,90 a bem-servida porção individual), também tem broto de feijão, nabo, açúcar de palma, molho de peixe, amendoim, água de tamarindo e omelete. A pimenta, ultrapicante, vem à parte.

R. Br. de Iguape, 446, Liberdade, região central, tel. 96465-1344. Seg. e qua. a dom.: 11h às 16h e 18h às 21h30. Disponível no Uber Eats.

Z Deli

Dá para petiscar em casa as famosas (e deliciosas) Pastrami Fries da lanchonete, que levam batatas fritas com casca, pastrami desfiado, queijo fundido, sour cream e cebolinha (R$ 36). No delivery, inclusive, as fritas vêm cortadas fininhas, para garantir a crocância. Elas podem escoltar o beef tongue, sanduíche preparado com língua bovina curada e fatiada fina com molho tártaro (R$ 35), outro sucesso de pedidos. As unidades da hamburgueria na República e em Pinheiros passam a operar o delivery por aplicativo iFood —com preços 8% maiores, por conta de embalagens e taxa de serviço—, com entregas durante o horário de funcionamento das lojas, em um raio de 7 km para o almoço e o jantar. Uma promoção no almoço inclui uma lata de Coca-Cola Zero na compra de um lanche.

R. Francisco Leitão, 16, Pinheiros, região oeste, tel. 2305-2200. Dom. a qui.: 12h às 0h. Sex. e sáb.: 12h à 1h. Disponível no iFood.

Mocotó 7
O badalado restaurante de comida nordestina entrega comida pelo aplicativo iFood Divulgação

Embalagens do delivery do restaurante Muquifo Luiza Fecarotta/Folhapress

Muquifo tem entrega impecável, embora pratos sofram com calor

Muquifo Delivery

★★★☆☆

R. Consolação, 2.910, Cerqueira César, região oeste, tel. 98232-7677. Ter. a sex.: 12h às 15h e 19h às 23h. Sáb.: 13h às 16h e 19h30 às 23h30. Dom.: 13h às 17h. Disponível no iFood.

Luiza Fecarotta

Nesta última semana, São Paulo assistiu a uma movimentação inédita na gastronomia. Chefs e donos de restaurantes fecharam suas portas para conter a pandemia do novo coronavírus, com o risco de ruir. Estão a se movimentar, emergencialmente, para colocar em prática um novo modus operandi que os sustente —e que nos sustente.

Não se trata de mera necessidade biológica. Aqui, nos cabe enxergar a comida como objeto de desejo, capaz de saciar o homem hedonista. E, nestes tempos sombrios, em que estamos privados do convívio social, é preciso preservar prazeres como os da mesa.

Para dar início a essa série de testes de delivery, fiz um pedido no Muquifo, de Renata Vanzetto —talvez para evocar o conforto de suas receitas familiares. À frente também do EMA, MeGusta, Matilda e Mé, a chef anunciou que, no momento, as casas operam apenas com delivery via aplicativos.

O serviço foi impecável: aplicativo funcional, tempo de espera curto e dentro do planejado, embalagens de papel. As sardinhas provocantemente avinagradas, com leve picância, enriquecidas com cebola cortada em plumas, salsinha, pimenta e azeite (R$ 24) foram as que melhor viajaram.

Vibrou pouco a pimenta-calabresa do rigatoni à matriciana (R$ 89), mas a massa chegou al dente, envolta no molho de tomate com guanciale. Na versão de Vanzetto, em que os italianos e os caiçaras se encontram, essa receita recebe lulas à dorê. Ainda que tenham sido cuidadosamente transportadas separadamente, perderam crocância pelo caminho.

O milanesa de filé-mignon, por sua vez, chega como servido no restaurante, altinho e rosado com a crosta preservada, escoltado por folhinhas de rúcula —estas, também enviadas à parte, sofreram um pouco com o calor.

Em sua companhia, as batatas da vó Cida, laminadas e deliciosamente melecadas em creme de leite e manteiga antes de ir ao forno —mas o preço do combo espanta, R$ 100.

Na sobremesa, é difícil desviar do bolo de cenoura, que virou fetiche. A fatia, bem gorducha, foi entregue nos trinques com uma camada espessa de brigadeiro (R$ 25).

Patties
Casa especializada em hambúrgueres ultraprensados é uma das campeãs do delivery, com combos entre R$ 27 e R$ 30: são, pelo menos, 60 mil sanduíches por mês Laís Santos/Divulgação

Deliveries de hamburguerias oferecem combos por até R$ 30

Hambúrgueres por R$ 8? Não é pegadinha: no universo dos aplicativos de entrega, são várias as opções de lanchonetes que entregam sanduíches e combos a preços bem atraentes. Testamos algumas casas que oferecem combos por até R$ 30 —sem as entregas, cujos valores sofrem contantes alterações. Confira.

Burger Ocho

Como o nome sugere, oito é um número importante para a casa, que cobra R$ 8 por cada uma das sete opções de sanduíches disponíveis para entrega pelo Rappi. As fritas têm versão crinckle —aquela cortada em zigue-zague (R$ 8) ou rústica (R$ 5). Para acompanhar, há a maionese da casa (R$ 2), que tem temperada. Na hora de pedir, cuidado com o ponto da casa, que chegou mais para o bem-passado e deixou o lanche um tanto seco. O aplicativo oferece descontos nos combos, que podem custar entre R$ 13,60 (um hambúrguer, uma porção de fritas e um refrigerante) ou R$ 40 (quatro hambúrgueres, duas porções de batata e dois refrigerantes). Simples, as embalagens conseguem manter a temperatura do alimento, mas não garantiram a crocância das batatas fritas.

R. Ribeirão Claro, 309, Vila Olímpia, s/ tel. Seg. a dom.: 11h às 22h45.

Burger X

Para um esfomeado, parece sinopse de filme de terror: feito em uma sexta-feira 13, o pedido demorou longos 90 minutos para ser entregue. "Nossa, nunca vi aquele lugar tão cheio de motoboy", desculpou-se o entregador. "Parece que lançaram um monte de promoção hoje". Fez sentido no bolso, já que por R$ 23,60 (mais a entrega), foram entregues sanduíche, fritas e refrigerante, no combo X. Por ser alto, o disco de carne angus, que tem 100g, não ocupa todo o diâmetro do pão. As fritas têm jeitão de serem congeladas — tudo bem, chegaram crocantes. Exclusiva do Rappi, a lanchonete tem três cozinhas e atende bairros das zonas leste, oeste, sul e central.

R. Manuel da Nóbrega, 40, Paraíso, região sul, s/tel. Seg. a sáb.: 11h30 às 23h. Dom.: 11h30 às 19h.

Patties

Os hambúrgueres ultraprensados —como os de antigamente— e o atendimento camarada desta portinha na região do Brooklin fisgou o público paulistano. Tanto, que com menos de um ano de vida, o local ganhou segunda unidade (no Itaim Bibi) e uma intensa operação no delivery (está disponível apenas no Rappi). Pudera: por R$ 28, come-se um combo com o gostoso sanduíche Original (com ketchup, mostarda, cebola e picles), fritas (que, por serem finíssimas, mantém-se crocantes) e um refrigerante. Atualmente, atende na região das avenidas Rebouças e Bandeirantes, mas nos próximos meses chega à Mooca, Barra Funda e Vila Mariana.

R. Flórida, 1.420, Cidade Monções, região sul, tel. 5505-3485. Seg. a sáb.: 11h50 às 16h e 17h às 22h.

Bares

Ambar

A versão digital do bar de Pinheiros dá acesso a oito tipos de cerveja, divididas entre latas, garrafas e seu famoso growler de um litro. Por três aplicativos diferentes, é possível experimentar as criações da casa, como a douple ipa, a witbier e a amber ale (os litros variam entre R$ 48,40 e R$ 70,40), e até as versões sem glúten e álcool da Dádiva, que saem por R$ 18,50 a lata com 310 ml. Para acompanhar, porção de quadradinhos de tapioca (R$ 27,50) com geléia de pimenta.

Disponível no Ifood, Uber Eats e Rappi

Cervejaria Nacional

A cervejaria aposta em suas próprias criações —feitas no mesmo espaço onde funciona o bar— inspiradas no folclore brasileiro e batizadas com nomes como Mula, Kurupira e Y-îara. Pelos apps, é possível ir dos latões de 473 ml, que custam entre R$ 23 e R$ 26, aos growlers de um litro (de R$ 32 a R$ 44), com tipos como american pale ale e stout. Para os que quiserem incrementar o pedido com um hambúrguer, há três opções de combo com uma cerveja de 500 ml que saem por R$ 49. No Ifood, há entrega grátis até o fim do mês.

Disponível no Ifood e Rappi

Dionysos

O espaço multifacetado começou como loja, virou bar e também está presente em três apps de delivery, além do Whatsapp —este ainda dá direito a uma consultoria do sommelier da casa, que ajuda na difícil escolha entre os cerca de 60 rótulos de vinho disponíveis, entre brancos, laranjas, tintos e rosés (o mais barato custa R$ 62 e, o mais caro, R$ 699). Para acompanhar, é possível montar do zero uma tábua com queijos e embutidos.

Disponível no Ifood, Uber Eats, Rappi e Whatsapp (wa.me/5511989649582)

Goose Island Brewhouse

São 11 tipos de cervejas, entre autorais e de outras marcas, na versão online da brewhouse —na física são 14 torneiras. É possível experimentar garrafa de 355 ml de Midway e a Goose Ipa, que saem por R$ 133 e R$22, e mais caras, como a Gillian e a Lolita (R$ 80). Para acompanhar, o delivery tem sanduíches como o Choripan Beer (R$ 40), que leva linguiça artesanal, cebola na cerveja, queijo meia cura e molhos de tomate e mostarda e é acompanhado por batata frita.

Disponível no Rappi

Perro Libre

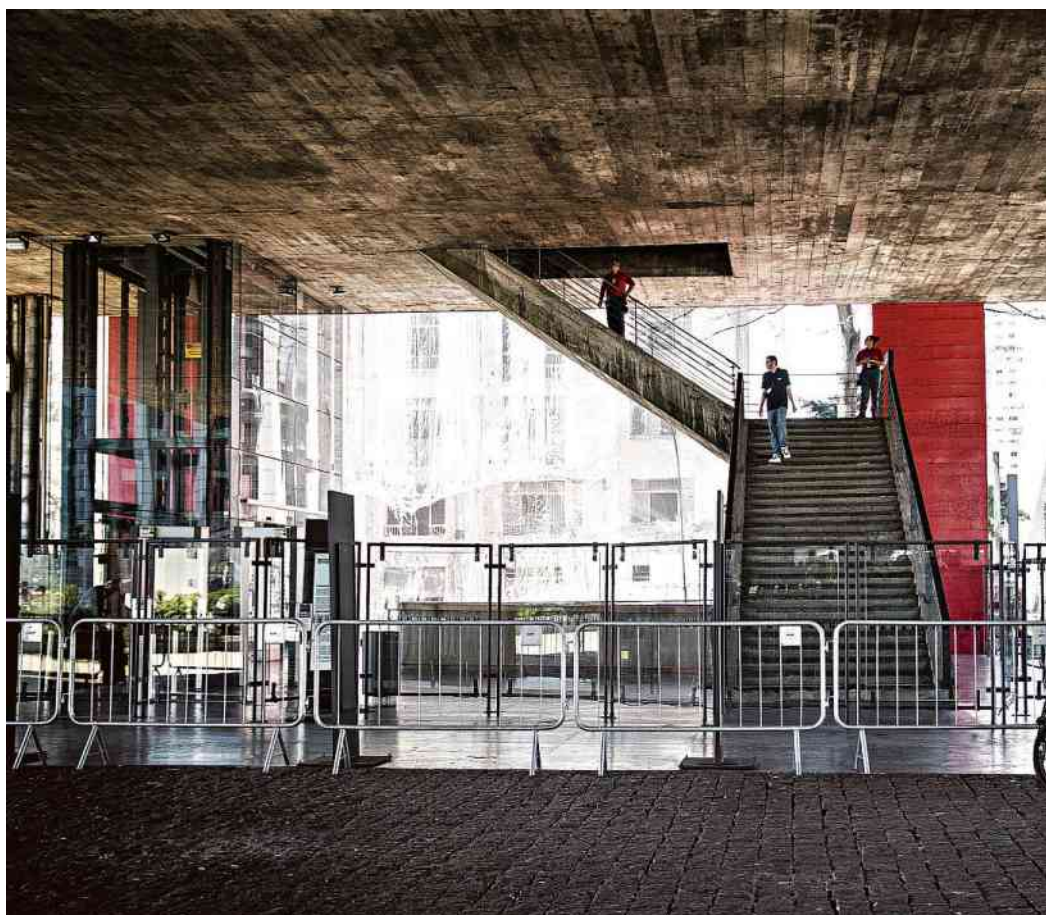
A unidade paulistana da marca de origem gaúcha aposta no autosserviço na loja física, com cada cliente se servindo nas 15 torneiras disponíveis —meio caminho andado para os que forem desbravar o modo online. Entre os growlers de criação própria, destaca-se a Indian Pale Ale (R$ 85), de um litro, ganhadora do South Beer Club. Há também versões em latas de 473 ml, que saem entre R$ 39 e R$ 50. Entre os comes, faz sucesso a porção com seis coxinhas de costela por R$ 35.

Disponível no Rappi

The Black Crow Pub

O pub com influência inglesa oferece 21 opções de cerveja em seu delivery —das mais populares, como as Colorado appia e indica (R$ 31,71) às diferentonas, como a tupiniquim session ipa Refrescadô de Safadeza (R$ 22,90), com aroma de frutas tropicais.O cardápio ainda tem opções de hambúrgueres, saladas, sobremesas e finger foods, como a porção de quesadillas (R$ 30,58), famosa receita mexicana que leva queijo e carne moída.

Disponível no Ifood, Uber Eats.

Cervejaria Nacional (11)
A cervejaria de Pinheiros envia suas criações inspiradas no folclore brasileiro em latões e growlers de um litro; para acompanhar, oferece três tipos de hambúrgueres no cardápio Divulgação

O Masp fechou as portas desde a última terça-feira (17) por tempo indeterminado Zanone Fraissat - 17.mar.20/Folhapress

AGENDA DE QUARENTENA

Desde a semana passada, quando a OMS (Organização Mundial da Saúde) elevou a classificação do surto de coronavírus para pandemia, praticamente toda a agenda cultural paulistana está suspensa. Shows, peças, festas e várias outras atrações vêm sendo canceladas ou adiadas.

Por determinação do governador de São Paulo, João Doria (PSDB), museus, teatros, bibliotecas e centros culturais operados pelo Estado ficarão fechados por 30 dias, a contar da terça (17).

No domingo (15), o governador já havia recomendado a todos os teatros e cinemas que interrompessem suas atividades. Na quatra (18), fez o mesmo para os shoppings.

O prefeito Bruno Covas (PSDB) também determinou por tempo indeterminado o fechamento dos espaços municipais de cultura e todos os eventos culturais promovidos pela prefeitura.

Na quarta (18), a Abrasce (Associação Brasileira de Shopping Centers) recomendou que os shoppings funcionem em horário reduzido, das 12h às 20h. Até o fechamento desta edição, não havia decretos obrigando espaços culturais e estabelecimentos privados a fecharem as portas. Bares, restaurantes e cinemas, por exemplo, estão avaliando diariamente se vão funcionar, de que maneira e até quando.

A seguir, confira as principais alterações emergenciais com o que não fazer em SP.

Para manter-se informado sobre o abre e fecha, acompanhe o site do Guia.

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

ESTADO DE SÃO PAULO

O governador João Doria (PSDB-SP) anunciou o fechamento de equipamentos culturais do governo por pelo menos 30 dias, a partir da última terça-feira (17). Entram na lista casas como:

Pinacoteca

Estava com uma mostra dedicada ao Hudinilson e previa a abertura de uma exposição de OsGemeos na próxima semana.

MIS

Inaugurou, há uma semana, uma exposição com fotografias de John Lennon feitas por Bob Gruen.

+ FECHAMENTOS

- **Museu do Futebol**
- **Museu Afro Brasil**
- **Museu da Imigração**
- **Teatro Procópio Ferreira**
- **Teatro Sérgio Cardoso**

PREFEITURA DE SÃO PAULO

Todos os eventos promovidos pelo poder público municipal em equipamentos da prefeitura foram cancelados. A Secretaria Especial de Comunicação disse que a suspensão é por tempo indeterminado. Entram na lista casas como:

- **Centro Cultural São Paulo**
- **Biblioteca Mário de Andrade**
- **Centro Cultural da Diversidade**
- **Teatro Cacilda Becker**
- **Teatro Arthur Azevedo**

ESPAÇOS PRIVADOS

CCBB

O Centro Cultural Banco do Brasil está fechado desde sábado (14). A exposição Egito Antigo: do Cotidiano à Eternidade, que já teve 150 mil visitantes, era uma das principais atrações do local.

IMS Paulista

O local fechou as portas por tempo indeterminado; estavam previstas para esta semana a abertura da exposição da fotógrafa Paz Errázuriz e sessões de cinema.

Instituto Tomie Ohtake

O espaço fechou temporariamente. Por ali, estava em cartaz com a mostra Tomie Ohtake - A Poesia se Medita, que explora as obras de Tomie com Haroldo de Campos.

Itaú Cultural

O Itaú Cultural também fechou por tempo indeterminado. Por ali, estava em cartaz a mostra dedicada à carreira da artista plástica Sandra Cinto e outra dedicada ao arquiteto contemporâneo Rino Levi.

Fiesp

O Centro Cultural Fiesp suspendeu todas as suas atividades desde a última sexta (13). O espaço não informou data para o retorno de suas atividades.

Masp

O museu fechou suas portas a partir desta terça-feira (17) por tempo indeterminado. As aberturas previstas para esta semana, de Hélio Oiticica, Trisha Brown e Babette Mangolte serão adiadas até o retorno das atividades.

Sescs

Todas as 43 unidades do Sesc do estado de São Paulo estão fechadas desde terça (17) até o dia 31 de março.

CRIANÇAS

Estabelecimentos voltados para o público infantil suspenderam as atividades a fim de evitar aglomerações de pais, avós, e outros familiares e responsáveis por cuidar das crianças.

- **Teatro Viradalata**
  Fechado por tempo indeterminado
- **Parque da Mônica**
  Fechado até 18 de abril
- **Museu Catavento**
  Fechado até 17 de abril
- **Sítio de Picapau Amarelo**
  Fechado por tempo indeterminado
- **Museu da Imaginação**
  Fechado até 31 de março

TEATROS

PEÇAS

Sejam pequenos, grandes ou alternativos, todos os teatros da cidade suspenderam a programação. Na maioria dos casos, as atividades foram paralisadas até abril ou maio, mas os prazos podem ser prorrogados. Entre em contato com os estabelecimentos ou canais de compra para reembolso ou mudança de datas, quando houver.

- **Teatro Oficina**
  Suspendeu suas reestreias de "Roda Viva" e "Bailado do Deus Morto".
- **TUCA**
  Adiou sua programação, que incluía "Baixa Terapia", com Antonio Fagundes, e a peça infantojuvenil "Carmen, a Grande Pequena Notável".

coronavírus

+ FECHAMENTOS
- **Teatro Bradesco**
- **Teatro Opus**
- **Teatro Renaissance**
- **Teatro Itália**
- **Teatro Alfa**
- **Espaço Parlapatões**
- **Teatro Eva Herz**
- **Teatro Folha**
- **Teatro das Artes**
- **Teatro Porto Seguro**

MUSICAIS

Sempre com casa cheia na capital, os bem-sucedidos musicais também suspenderam suas apresentações.

DEVEM VOLTAR EM ABRIL

- **"Silvio Santos Vem Aí"**
Teatro Bradesco
- **"Quando A Gente Ama - Um Musical com Sambas de Arlindo Cruz"**
Teatro Porto Seguro
- **"Donna Summer Musical"**
Teatro Santander

REMARCADAS

- **"Charlie e a Fantástica Fábrica de Chocolate"**
Teatro Alfa - Com estreia programada para a quinta (19/3), a megaprodução foi adiada para, a princípio, 23 de abril

SEM PREVISÃO

- **"Um Dia na Broadway"**
Teatro Bradesco

SHOWS

Casas suspenderam suas programações e algumas já reagendaram os shows, mas a maioria ainda não divulgou datas. Todas devem oferecer políticas de reembolso dos ingressos.

- **Audio**
Adiou eventos de março e os marcados até 17 de abril
- **Auditório Ibirapuera**
Programação suspensa a partir desta sexta (20)
- **Bourbon Street Music**
Eventos adiados por tempo indeterminado
- **Blue Note**
Shows suspensos pelos próximos 30 dias
- **Casa de Francisca**
Cancelou as apresentações de março, além dos almoços
- **Cine Joia**
Fechado por quatro semanas a partir de 16 de março
- **Casa Natura Musical**
Adiou toda a programação de março. Por ora, a agenda de abril está mantida
- **Espaço das Américas**
Adiou 12 shows marcados desde quinta (19)
- **JazzNosFundos e JazzB**
Agenda cancelada por tempo indeterminado
- **Tom Brasil**
Adiou seis shows, o primeiro aconteceria em 16 de maio
- **Villa Country**
Eventos de março e abril cancelados por tempo indeterminado

ATRAÇÕES INTERNACIONAIS

- **Backstreet Boys**
Com ingressos esgotados para último domingo (15), o show foi adiado quando a banda já estava no Brasil, mas a nova data ainda não foi divulgada
- **Dire Straits Legacy**
Aconteceria nesta semana (18/3), mas não tem nova data
- **McFly**
Apresentação estava agendada para março e foi adiada para 24 de setembro
- **Offspring**
Aconteceria nesta semana (22/3) e foi adiada sem previsão de nova data

OUTROS

Diversas apresentações também serão remarcadas:
- **Bonnie Tyler**
- **Converge**
- **Wu-Tang Clan**
- **Il Divo**
- **Renaissence**
- **Tokio Hotel**
- **Young the Giant**

O rapper americano Travis Scott no Grammy 2019; ele se apresentaria no Lollapalooza Robyn Beck - fev.2019/AFP

LOLLAPALOOZA

Maior evento musical marcado em São Paulo até o fim de 2020, que aconteceria entre os dias 3 e 5 de abril, foi cancelado para o segundo semestre. Apesar de ainda não divulgar quanto do lineup original será mantido, o festival garantiu a presença de seus três headliners —Guns N' Roses, The Strokes e Travis Scott (foto na página ao lado). Quem não puder ir na nova data (4, 5 e 6 de dezembro), poderá solicitar reembolso. As Lolla Parties, shows paralelos de artistas marcadas próxima à data do festival no Cine Joia também foram canceladas.

CONCERTOS

As temporadas sinfônicas que haviam acabado de começar oficialmente também foram interrompidas. Entram na lista casas e instituições como:

- **Sala São Paulo**
A Fundação Osesp, gerida pelo governo, decidiu suspender as atividades previstas a partir de 14 de março, que incluem concertos da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, da série Matinais e encontros com a Jazz Sinfônica.

- **Cultura Artística**
Instituição privada, também interrompeu todas as apresentações, como as do Trio Wanderer, que se apresentaria nos dias 24 e 25 de março na Sala São Paulo.

- **Theatro Municipal de São Paulo**
Cancelou todos os concertos e eventos na Praça das Artes por tempo indeterminado. a ópera Aída, que abriria a temporada lírica no próximo dia 28, foi suspensa.

- **Theatro São Pedro**
Da organização social Santa Marcelina Cultura, também suspendeu sua agenda.

+ EVENTOS

Casacor
A mostra de arquitetura, decoração e paisagismo exibe ambientes decorados e projetados por arquitetos também foi adiada, mas a nova data ainda não foi informada. O evento estava previsto para o início de junho.

Fellini
O espaço do Banco do Brasil, na avenida Paulista, receberia a mostra "O Centenário - Fellini no Mundo", mas o evento foi adiado por tempo indetemrinado

SPFW
A São Paulo Fashion Week cancelou os desfiles previstos de 24 a 28 de abril. A temporada SPFW N50, que celebra os 25 anos da semana de moda, está mantida entre os dias 16 e 20 de outubro.

SP Arte
A 16º edição do evento, que aconteceria de 1º a 5 de abril, no Pavilhão da Bienal, foi suspensa por tempo indeterminado.

Virada Cultural
O evento que, no ano passado, reuniu cinco milhões de pessoas, aconteceria em maio. Agora, a Secretaria Municipal da Cultura adiou a programação para setembro.

+CINEMA

FESTIVAL É TUDO VERDADE
O festival, que completa 25 anos em 2020, foi adiado para setembro. O evento estava previsto para começar nesta quinta-feira (26) reuniria 83 médias e curtas metragens. No entanto, a organização do evento oferece uma parte digital a partir desta quinta (leia mais na pág. 18).

SALAS DE CINEMA
Fechadas por tempo indeterminado.

- **Espaço Itaú de Cinemas**
Augusta / Frei Caneca / Shopping Bourbon

- **Cinesala**
Pinheiros

Petra Belas Artes
Consolação

- **Moviecom**
Penha / BoaVista / Guarulhos / Páteo Itaquá

- **Kinoplex**
Super Shoping Osasco / Parque da Cidade / Itaim / Vila Olímpia

- **Reserva Cultural**
Paulista

- **Multimovie**
Itaim

- **Multiplex**
Mauá, Taboão da Serra, Campo Limpo

CINESESC

O Cinesesc permanece fechado assim como todas as unidades do Sesc de São Paulo. Por ali, aconteceria a partir desta quinta-feira (26), a Mostra Tiradentes, que reuniria longas vencedores da edição mineira de 2020. Ainda não foi comunicada uma nova data.

SALAS ESPECIAIS

- **Centro Universitário Maria Antônia**
- **Cine Olido**
- **Cinusp Paulo Emílio**
- **Cine Segall**

CINEMAS FECHADOS NOS SHOPPINGS

- **Villa-Lobos**
- **Eldorado**
- **Bourbon**
- **Frei Caneca**
- **SP Market**

TODOS OS CINEMAS DE RUA ESTÃO FECHADOS

SHOPPINGS FECHADOS (A PARTIR DE 19/3)

- **Santana Parque Shopping**
- **MorumbiShopping**
- **Shopping Anália Franco**
- **ParkShoppingSãoCaetano**
- **Shopping Vila Olímpia**

Entre as estreias canceladas da semana, estaria o longa 'Honeyland', indicado ao Oscar Divulgação

Pela primeira vez no Brasil, cinemas não têm estreia devido ao novo coronavírus

Em meio à pandemia do coronavírus, as distribuidoras de filmes decidiram adiar todas as estreias desta semana. De acordo com o diretor do site especializado Filme B, Paulo Sérgio Almeida, este é um feito inédito no Brasil.

Entre os longas que entrariam no circuito desta semana, estavam previstas o documentário "Honeyland", o terror "Um Lugar Silencioso - Parte 2", o nacional "Três Verões", além dos infantis "É Doce!" e "Meu Querido Elfo".

Em São Paulo, todos os cinemas de rua anunciaram a suspensão com prazo indeterminado das atividades, como Espaço Itaú de Cinema (as três unidades), Petra Belas Artes, Cinesala e Cinesesc. Todas as mostras também foram canceladas.

O governador João Doria recomendou o fechamento dos shoppings entre segunda (23) e 30/4. Até a conclusão desta edição, os shoppings não haviam declarado um posicionamento oficial.

De acordo com informação da Cinemark nesta quarta (18), nos shoppings que decidirem fechar, os cinemas fecham. Nos que ficarem abertos, a Cinemark funciona com horário ajustado, das 12h às 20h.

A programação a seguir, todas em shoppings, é a posição oficial dos cinemas. Se os shoppings fecharem, a agenda dos filmes está também suspensa. Confirme a programação antes de sair de casa e siga as novidades em todos os roteiros culturais em folha.com/guia.

Atenção

As informações sobre as atrações sugeridas nesta semana foram checadas até 18 de março. Em decorrência da pandemia do coronavírus, elas podem sofrer alterações. Confira com os organizadores antes de sair de casa.

Em Cartaz

1917

★★☆☆☆

Idem. EUA/Reino Unido, 2019. Direção: Sam Mendes. Com: Dean-Charles Chapman, George MacKay, Daniel Mays, Colin Firth e Benedict Cumberbatch. 119 min. 14 anos.

Durante a Primeira Guerra Mundial, dois soldados recebem a missão de atravessar uma área do território inimigo para chegar a outro batalhão que está prestes a cair em uma armadilha que põe em risco a vida de 1.600 combatentes. Vencedor do Oscar de melhor fotografia, mixagem de som e efeitos visuais.

Cidade Jardim Cinemark 6: D-Box, leg., sex. a qua.: 15h10. **Pátio Higienópolis Cinemark 3**, leg., sex. a qua.: 15h10.

Aprendiz de Espiã

★★★☆☆

My Spy. EUA, 2020. Direção: Peter Segal. Com: Dave Bautista, Chloe Coleman e Parisa Fitz-Henley. 101 min. 12 anos.

Após sucessivos erros, um espião é rebaixado de categoria e enviado para uma missão de menos prestígio, na qual precisa investigar uma família. Ele, porém, é descoberto por uma menina de 9 anos. Para evitar que ela o exponha e arruine sua carreira, ele aceita ensiná-la sobre como ser um agente secreto.

Anália Franco UCI 3, dub., sex. a qua.: 18h10. **Aricanduva Cinemark 8**, dub., sex. a qua.: 15h10. **Atrium Shopping Cinemark 5**, dub., sex. a qua.: 18h. **Central Plaza Cinemark 4**, dub., sex. a qua.: 15h20. **Cidade São Paulo Cinemark 6**, dub., sex. a qua.: 16h05. **Cineflix The Square Granja Vianna 4**, dub., sex. a qua.: 16h05. **Cineflix The Square Granja Vianna 5**, dub., sex. a qua.: 18h35. **Cinesystem Morumbi Town 2**, dub., sex., sáb. e seg. a qua.: 18h50. Dom.: 17h50. **Circuito Guarulhos 1**, dub., sex. a qua.: 16h30. **Grand Plaza Cinemark 2**, dub., sex. a qua.: 15h35. **Granja Vianna Cinemark 4**, dub., sex. a qua.: 16h. **Interlagos Cinemark 7**, dub., sex. a qua.: 15h25. **Internacional Guarulhos Cinemark 3**, dub., sex. a qua.: 16h10. **Jardim Sul UCI 3**, dub., sex. a qua.: 16h05. **Market Place Cinemark 5**, dub., sex. a qua.: 15h10. **Metrô Santa Cruz Cinemark 5**, dub., sex. a qua.: 15h25. **Metrô Tatuapé Cinemark 5**, dub., sex. a qua.: 15h20. **Raposo Shopping Cinemark 2**, dub., sex. a qua.: 18h. **Shopping D Cinemark 7**, dub., sex. a qua.: 15h10. **Tamboré Cinemark 5**, dub., sex. a qua.: 16h.

Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa

★★☆☆☆

Birds of Prey: And the Fantabulous Emancipation of One Harley Quinn. EUA, 2020. Direção: Cathy Yan. Com: Margot Robbie, Mary Elizabeth Winstead, Jurnee Smollett-Bell, Rosie Perez, Ella Jay Basco e Ewan McGregor. 108 min. 16 anos.

Após se separar de seu namorado, o Coringa, Arlequina se une a outras quatro mulheres para formar um esquadrão de justiceiras que, sem se definir entre bem e mal, sai em resgate de uma jovem que é caçada por outro bandido de Gotham City: o Máscara Negra.

Aricanduva Cinemark 4, dub., sex. a qua.: 15h20, 17h45 e 20h05. **Atrium Shopping Cinemark 6**, dub., sex. a qua.: 20h05. **Center Norte Cinemark 2**, dub., sex. e seg. a qua.: 19h30. **Central Plaza Cinemark 4**, dub., sex. a qua.: 17h40 e 20h. **Cidade São Paulo Cinemark 1**, leg., sex. a qua.: 15h05, 17h25 e 19h50. **Cineflix The Square Granja Vianna 1: Imax**, leg., sex. a qua.: 18h40 e 21h10. **Circuito Guarulhos 3**, dub., sex. a qua.: 20h50. **Extra Anchieta Cinemark 9**, dub., sex. a qua.: 17h50. **Grand Plaza Cinemark 9**, dub., sex. a qua.: 15h25, 17h45 e 20h05. **Interlagos Cinemark 3**, dub., sex. a qua.: 15h20, 17h40 e 20h. **Internacional Guarulhos Cinemark 13**, dub., sex. a qua.: 17h30 e 20h. **Market Place Cinemark 4**, leg., sex. a qua.: 19h45. **Metrópole Playarte 9**, dub., sex. a qua.: 19h30. **Metrô Santa Cruz Cinemark 1**, leg., sex. a qua.: 20h. **Metrô Tatuapé Cinemark 1**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h20 e 19h40. **Metrô Tucuruvi Cinemark 4**, dub., sex. a qua.: 19h40. **Mogi das Cruzes Cinemark 3**, dub., sex. a qua.: 19h. **Praça da Moça Playarte 6**, dub., sex. a qua.: 15h20. **Pátio Paulista Cinemark 6**, leg., sex. a qua.: 20h. **Raposo Shopping Cinemark 7**, dub., sex. a qua.: 20h. **Shopping ABC Playarte 3**, dub., sex. a qua.: 19h50. **Shopping D Cinemark 1**, dub., sex. a qua.: 16h. **Tamboré Cinemark 5**, dub., sex., dom. e ter.: 18h10.

Bad Boys para Sempre

★★☆☆☆

Bad Boys For Life. EUA/México, 2020. Direção: Adil El Arbi e Bilall Fallah. Com: Will Smith, Martin Lawrence, Vanessa Hudgens e Alexander Ludwig. 124 min. 16 anos.

Após anos de coleguismo, uma dupla policial do departamento de narcóticos de Miami está prestes a se separar, pois um dos dois decide se aposentar. Porém, eles se unem em uma última missão quando o novo líder de um cartel comete um atentado contra um deles. Continuação de "Bad Boys 2" (2003).

Aricanduva Cinemark 3, dub., sex. a qua.: 17h05 e 19h45. **Extra Anchieta Cinemark 7**, dub., sex. a qua.: 19h45. **Internacional Guarulhos Cinemark 1**, dub., sex. a qua.: 17h05 e 19h45. **Metrópole Playarte 9**, dub., sex. a qua.: 16h50. **Shopping D Cinemark 6**, dub., sex. a qua.: 16h55 e 19h30.

Bloodshot

★★★★☆

Idem. EUA/China, 2020. Direção: Dave Wilson. Com: Vin Diesel, Sam Heughan e Eiza González. 110 min. 14 anos.

Um soldado que morreu e foi trazido de volta à vida tem sua memória apagada e suas habilidades aperfeiçoadas, transformando-se em um assassino perfeito. Porém, quando descobre sobre seu passado, ele passa a perseguir aqueles que o utilizaram como cobaia em um experimento.

Anália Franco UCI 6, dub., sex. a qua.: 15h35, 18h15 e 20h55. **Aricanduva Cinemark 9**, dub., sex. a qua.: 15h20, 17h40 e 20h. **Atrium Shopping Cinemark 1: XD**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h20 e 19h40. **Boulevard Tatuapé Cinemark 3: D-Box**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h30 e 19h50. **Center Norte Cinemark 1**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h30 e 19h55. **Centerplex Itapevi Center 1**, dub., sex. a qua.: 19h40. **Central Plaza Cinemark 10: XD**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h30 e 19h50. **Cidade São Paulo Cinemark 4**, leg., sex. a qua.: 15h10, 17h30 e 20h. **Cineflix Cantareira Norte Shopping 3**, dub., sex. a qua.: 14h45, 17h15 e 19h45. **Cineflix The Square Granja Vianna 2**, dub., sex. a qua.: 18h30 e 21h., leg., sex. a qua.: 16h. **Cinesercla Osasco Plaza 3**, dub., sex. a qua.: 16h20, 18h30 e 20h40. **Cinesystem Morumbi Town 9: VIP**, leg., sex. e seg. a qua.: 18h45 e 21h15. Sáb.: 16h, 18h45 e 21h15. Dom.: 15h, 17h45 e 20h15. **Cinépolis Iguatemi Alphaville 1**, leg., sáb. e dom.: 20h30. **Cinépolis Itaquá Garden Shopping 3**, dub., sex. a qua.: 17h e 21h. **Cinépolis JK Iguatemi 3: Santander VIP**, leg., sex. a qua.: 15h10, 17h50 e 20h40. **Cinépolis JK Iguatemi 4: 4DX**, leg., sex. a qua.: 21h30. **Cinépolis Jardim Pamplona 2**, leg., sex. a qua.: 17h20 e 20h. **Cinépolis Mais Shopping 8**, dub., sex. a qua.: 15h45, 18h15 e 21h. **Cinépolis Metrô Itaquera 3**, dub., sex. a qua.: 15h15, 17h45 e 20h15. **Cinépolis Parque Barueri 7**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h20 e 19h40. **Cinépolis Parque Shopping Maia 11: VIP**, leg., sex. a qua.: 18h15. **Cinépolis Parque Shopping Maia 5: 4DX**, dub., sex. a qua.: 17h45 e 20h20. **Cinépolis Plaza Shopping Carapicuíba 4**, dub., sex. a qua.: 19h25 e 21h45. **Cinépolis São Bernardo Plaza 2: 4DX**, dub., sex. a qua.: 18h e 20h30. **Cinépolis São Bernardo Plaza 4**, dub., sex. a qua.: 16h30. **Circuito Guarulhos 4**, dub., sex. a qua.: 16h40, 19h e 21h20. **Diadema Centerplex 2**, dub., sex. a qua.: 17h e 19h20. **Extra Anchieta Cinemark 4**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h30 e 20h. **Golden Square Cinemark 1: XD**, leg., sex. a qua.: 15h10, 17h35 e 20h. **Grand Plaza Cinemark 5**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h30 e 20h. **Granja Vianna Cinemark 3**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h35 e 20h. **Interlagos Cinemark 2**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h20 e 19h40. **Internacional Guarulhos Cinemark 14**, dub., sex. a qua.: 16h20 e 18h45. **Internacional Guarulhos Cinemark 4: D-Box/XD**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h30 e 20h. **Jardim Sul UCI 10**, dub., sex. a qua.: 15h35, 18h15 e 20h55. **Lapa Centerplex 1**, dub., sex. a qua.: 19h30. **Lar Center Cinemark 1: XD**, leg., sex. e seg. a qua.: 17h30 e 20h. Sáb. e dom.: 15h05, 17h30 e 20h. **Market Place Cinemark 3**, leg., sex. a qua.: 15h20, 17h40 e 20h. **Metrô Santa Cruz Cinemark 10: D-Box**, leg., sex. a qua.: 15h05, 17h30 e 19h55. **Metrô Tatuapé Cinemark 8**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h35 e 20h. **Metrô Tucuruvi Cinemark 6: XD**, dub., sex., dom. e ter.: 15h e 17h30. Sáb., seg. e qua.: 15h10, 17h40 e 20h., leg., sex., dom. e ter.: 20h. **Mogi das Cruzes Cinemark 5**, dub., sex. a qua.: 15h20, 17h40 e 20h. **Pátio Paulista Cinemark 2**, leg., sex. a qua.: 15h10, 17h30 e 19h55. **Raposo Shopping Cinemark 5**, dub., sex. a qua.: 15h20, 17h40 e 20h. **Shopping D Cinemark 4: XD**, dub., sex. a qua.: 15h15, 17h35 e 19h55. **Suzano Centerplex 4**, dub., sex. a qua.: 19h30. **Suzano Centerplex 5**, dub., sex. a qua.: 17h30. **Tamboré Cinemark 3: XD**, dub., sex. a qua.: 15h20, 17h40 e 20h05. **West Plaza Cinemark 5**, dub., sex. a qua.: 16h55 e 19h15. **West Plaza Cinemark 7: D-Box/XD**, leg., sex. a qua.: 19h55.

Parte do É Tudo Verdade será exibido online

Por conta do coronavírus, o É Tudo Verdade in loco foi adiado para setembro (ver pág. 15).

Considerado o principal festival de documentários no país, parte dos 83 títulos selecionados para o evento, entre médios e curtas metragens, serão exibidos online no site do Itaú Cultural e na plataforma de streaming da Spcine, a Spcine Play.

Entre os que terão versão digital, a partir desta quinta (26), estão "O Segundo Encontro", de Veronique Ballot, sobre seu pai, o fotógrafo Henri Ballot, autor de uma das imagens que ilustram o cartaz desta 25ª edição do festival.

Outro confirmado é "Carmen Miranda - Banana Is My Business", (1995) de Helena Solberg, que explora a vida da cantora depois de conquistar o Rio de Janeiro e começar a conquista a Broadway no final dos anos 1930.

Para mais informações, acesse o site etudoverdade.com.br

Cena do filme 'Carmen Miranda - Banana Is My Business' (1995), de Helena Solberg Divulgação

Doce Entardecer na Toscana

★★★★☆

Dolce Fine Giornata. Polônia, 2019. Direção: Jacek Borcuch. Com: Krystyna Janda, Kasia Smutniak e Antonio Catania. 96 min. 16 anos.

Uma escritora polonesa que mora na Toscana (Itália) se relaciona em segredo com um jovem egípcio. Pouco após um ataque terrorista na região matar dezenas de pessoas e despertar sentimentos xenófobos, ela faz um discurso público que desagrada muitas pessoas. Exibido no Festival do Rio.

Cinépolis Iguatemi Alphaville 1, leg., sex. e seg. a qua.: 20h30. Sáb. e dom.: 15h30. **Pátio Higienópolis Cinemark 2**, leg., sex. a qua.: 18h e 20h10.

Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica

★★★☆☆

Onward. EUA, 2020. Direção: Dan Scanlon. 106 min. Livre.

Nesta animação da Pixar, dois elfos adolescentes vivem em uma terra de criaturas fantásticas na qual a magia desapareceu para dar lugar a um estilo de vida urbano. Eles saem em uma jornada para trazer o pai de volta à vida e recuperar o encanto do mundo.

Aricanduva Cinemark 13, dub., sex. a qua.: 15h, 17h20 e 19h40. **Atrium Shopping Cinemark 2**, dub., sex. a qua.: 15h20, 17h35 e 19h50. **Boulevard Tatuapé Cinemark 5**, dub., sex. a qua.: 15h e 17h20. **Center Norte Cinemark 3**, dub., sex. a qua.: 15h45 e 18h. **Centerplex Itapevi Center 1**, dub., sex. a qua.: 15h30. **Central Plaza Cinemark 2**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h25 e 19h40. **Cidade Jardim Cinemark 7: D-Box**, dub., sex. a qua.: 17h35. **Cidade São Paulo Cinemark 2**, dub., sex. a qua.: 15h30, 17h45 e 20h05. **Cineflix Cantareira Norte Shopping 2: 4K**, dub., sex. a qua.: 15h30, 17h45 e 20h. **Cineflix Cantareira Norte Shopping 4**, dub., sex. a qua.: 17h40. **Cineflix The Square Granja Vianna 1: Imax**, dub., sex. a qua.: 16h20. **Cineflix The Square Granja Vianna 4**, dub., sex. a qua.: 18h15 e 20h25. **Cinesercla Osasco Plaza 2**, dub., sex. a qua.: 14h50. **Cinesystem Morumbi Town 7**, leg., sex. e seg. a qua.: 18h35 e 20h45. Sáb.: 16h15, 18h35 e 20h45. Dom.: 15h15, 17h35 e 19h45. **Cinépolis Iguatemi Alphaville 1**, dub., sex. a qua.: 18h. **Cinépolis JK Iguatemi 1: Imax**, dub., sex. a qua.: 15h e 18h. **Cinépolis JK Iguatemi 4: 4DX**, 3D dub., sex. a qua.: 16h e 19h. **Cinépolis Jardim Pamplona 2**, dub., sex. a qua.: 15h. **Cinépolis Metrô Itaquera 8**, dub., sex. a qua.: 15h10 e 17h30. **Cinépolis Parque Barueri 9**, dub., sex. a qua.: 17h40. **Cinépolis Parque Shopping Maia 5: 4DX**, 3D dub., sex. a qua.: 15h20. **Cinépolis Plaza Shopping Carapicuíba 4**, 3D dub., sex. a qua.: 17h10. **Cinépolis São Bernardo Plaza 2: 4DX**, 3D dub., sex. a qua.: 15h30. **Circuito Guarulhos 3**, dub., sex. a qua.: 16h10 e 18h30. **Diadema Centerplex 1**, dub., sex. a qua.: 15h30. **Extra Anchieta Cinemark 3**, dub., sex. a qua.: 15h35, 17h50 e 20h05. **Golden Square Cinemark 5**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h20 e 19h40. **Grand Plaza Cinemark 7**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h20 e 19h40. **Granja Vianna Cinemark 2**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h30 e 19h50. **Iguatemi Cinemark 3**, dub., sex. a ter.: 15h05 e 17h20. Qua.: 14h20. **Interlagos Cinemark 1**, dub., sex. a qua.: 15h30, 17h45 e 20h. **Internacional Guarulhos Cinemark 7**, dub., sex. a qua.: 15h30, 17h45 e 20h. **Jardim Sul UCI 7**, dub., sex. a qua.: 15h30, 18h10 e 20h50. **Lapa Centerplex 1**, dub., sex. a qua.: 17h10. **Lar Center Cinemark 2: Prime**, dub., sáb. e dom.: 15h e 17h20. **Market Place Cinemark 6**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h15 e 19h30. **Metrópole Playarte 1: Extreme**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h10 e 19h20. **Metrô Santa Cruz Cinemark 6**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h15 e 19h30. **Metrô Tatuapé Cinemark 3**, dub., sex. a qua.: 15h e 17h20. **Metrô Tucuruvi Cinemark 4**, dub., sex. a qua.: 15h e 17h20. **Mogi das Cruzes Cinemark 6**, dub., sex. a qua.: 15h30, 17h45 e 20h. **Playarte Center 3 3**, dub., sex. a qua.: 15h20. **Playarte Ibirapuera 1**, dub., sex. a qua.: 15h20 e 17h30. **Playarte Splendor Paulista 2**, dub., sex. a qua.: 17h10. **Plaza Sul Playarte 2**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h10 e 19h20. **Praça da Moça Playarte 7**, dub., sex. a qua.: 15h e 17h10. **Pátio Higienópolis Cinemark 1**, dub., sex. a qua.: 15h e 17h15. **Pátio Paulista Cinemark 4**, dub., sex. a qua.: 15h15, 17h45 e 20h05. **Raposo Shopping Cinemark 6**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h15 e 19h30. **Shopping ABC Playarte 1**, dub., sex. a qua.: 15h e 17h10. **Shopping D Cinemark 3**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h15 e 19h40. **Suzano Centerplex 5**, dub., sex. a qua.: 15h15. **Tamboré Cinemark 9**, dub., sex. a qua.: 15h30, 17h45 e 20h. **West Plaza Cinemark 1: Prime**, dub., sex. e seg. a qua.: 15h15, 17h40 e 20h. Sáb. e dom.: 15h25, 17h40 e 19h55.

Dolittle

★★★☆☆

Idem. EUA, 2020. Direção: Stephen Gaghan. Com: Robert Downey Jr., Antonio Banderas e Michael Sheen. 102 min. 10 anos.

Recluso após a morte de sua mulher, um médico que consegue falar com animais é convocado para tentar salvar a rainha da Inglaterra, que foi envenenada. Para curá-la, ele embarca em uma perigosa jornada junto a um jovem aprendiz e a um grupo de animais.

Aricanduva Cinemark 2, dub., sex. a qua.: 16h. **Center Norte Cinemark 4**, dub., sáb. e dom.: 15h10. **Central Plaza Cinemark 3**, dub., sex. a qua.: 15h25. **Cidade Jardim Cinemark 7: D-Box**, leg., sex. a qua.: 15h15. **Grand Plaza Cinemark 2**, dub., sex. a qua.: 17h50 e 20h10. **Internacional Guarulhos Cinemark 13**, dub., sex. a qua.: 15h10. **Market Place Cinemark 1**, dub., sex. a qua.: 15h50. **Metrópole Playarte 5**, dub., sex. a qua.: 15h10. **Playarte Ibirapuera 3**, dub., sex. a qua.: 15h. **Plaza Sul Playarte 5**, dub., sex. a qua.: 17h30. **Raposo Shopping Cinemark 2**, dub., sex. a qua.: 15h40. **West Plaza Cinemark 4**, dub., sex. a qua.: 15h30.

O Homem Invisível

★★★★☆

The Invisible Man. Austrália/EUA, 2020. Direção: Leigh Whannell. Com: Elisabeth Moss, Oliver Jackson-Cohen e Aldis Hodge. 124 min. 14 anos.

Uma mulher descobre que seu ex-

namorado um cientista brilhante, porém abusivo cometeu suicídio e lhe deixou uma fortuna como herança, mas ela não acredita que ele de fato morreu. Quando eventos estranhos começam a acontecer, ela suspeita que ele na verdade descobriu uma forma de ficar invisível. Refilmagem do filme de 1933, inspirado em obra de H.G. Wells.

Aricanduva Cinemark 12, dub., sex. a qua.: 16h e 18h40. **Atrium Shopping Cinemark 4**, leg., sex. a qua.: 17h05 e 19h45. **Boulevard Tatuapé Cinemark 5**, dub., sáb., seg. e qua.: 19h40., leg., sex., dom. e ter.: 19h40. **Center Norte Cinemark 5**, dub., sex. a qua.: 17h05 e 19h45. **Central Plaza Cinemark 7**, dub., sex. a qua.: 17h15 e 19h50. **Cidade Jardim Cinemark 2: Bradesco Prime**, leg., sex. a qua.: 19h20. **Cidade São Paulo Cinemark 3**, leg., sex. a qua.: 17h05 e 19h40. **Cineflix Cantareira Norte Shopping 1**, dub., sex. a qua.: 19h50. **Cineflix The Square Granja Vianna 6**, dub., sex. a qua.: 20h50. **Cinesercla Osasco Plaza 2**, dub., sex. a qua.: 20h50. **Cinesystem Morumbi Town 8: VIP**, leg., sex. e seg. a qua.: 19h e 21h30. Sáb.: 16h30, 19h e 21h30. Dom.: 15h30, 18h e 20h30. **Cinépolis JK Iguatemi 1: Imax**, leg., sex. a qua.: 20h30. **Cinépolis Parque Shopping Maia 11: VIP**, leg., sex. a qua.: 15h10 e 20h50. **Cinépolis São Bernardo Plaza 4**, dub., sex. a qua.: 19h. **Extra Anchieta Cinemark 6**, dub., sex. a qua.: 16h55 e 19h30. **Golden Square Cinemark 3**, leg., sex. a qua.: 17h05 e 19h40. **Grand Plaza Cinemark 6**, dub., sex. a qua.: 17h10 e 19h50. **Granja Vianna Cinemark 1**, dub., sex. a qua.: 19h40. **Iguatemi Cinemark 3**, leg., sex. a ter.: 19h35. **Internacional Guarulhos Cinemark 2**, dub., sex. a qua.: 16h30 e 19h15. **Jardim Sul UCI 8**, dub., sex. a qua.: 16h35 e 19h30. **Lar Center Cinemark 3: Prime**, leg., sex. a qua.: 16h40 e 19h20. **Market Place Cinemark 2: XD**, leg., sex. a qua.: 16h25 e 19h. **Metrópole Playarte 6**, dub., sex. a qua.: 16h20 e 19h. **Metrô Santa Cruz Cinemark 7**, leg., sex. a qua.: 16h20 e 19h05. **Metrô Tatuapé Cinemark 2**, dub., sex. a qua.: 16h40 e 19h15. **Mogi das Cruzes Cinemark 7: VIP**, leg., sex. a qua.: 17h15 e 19h50. **Playarte Center 3 1: Extreme**, leg., sex. a qua.: 16h50 e 19h30. **Playarte Ibirapuera 2**, leg., sex. a qua.: 16h20. **Playarte Splendor Paulista 2**, leg., sex. a qua.: 19h20. **Plaza Sul Playarte 6**, dub., sex. a qua.: 19h. **Praça da Moça Playarte 5**, dub., sex. a qua.: 18h20. **Pátio Higienópolis Cinemark 5**, leg., sex. a qua.: 17h e 19h40. **Pátio Paulista Cinemark 1**, leg., sex. a qua.: 16h20 e 19h. **Raposo Shopping Cinemark 1**, dub., sex. a qua.: 17h05 e 19h40. **Shopping ABC Playarte 1**, dub., sex. a qua.: 19h20. **Shopping D Cinemark 5**, dub., sex. a qua.: 17h05 e 19h50. **Tamboré Cinemark 4: Premier**, leg., sex. a qua.: 17h05 e 19h40. **West Plaza Cinemark 2: Prime**, dub., sex. a qua.: 15h15., leg., sex. a qua.: 19h45.

A Hora da Sua Morte

★★☆☆☆

Countdown. EUA, 2019. Direção: Justin Dec. Com: Elizabeth Lail, Jordan Calloway e Talitha Eliana Bateman. 91 min. 14 anos.

Um novo aplicativo promete prever o momento em que seus usuários morrerão. Após utilizá-lo, uma jovem descobre que possui apenas mais três dias de vida e passa a correr contra o relógio para mudar seu destino.

Metrô Tatuapé Cinemark 3, dub., sex. a qua.: 19h45. **Metrô Tucuruvi Cinemark 3**, dub., sex. e seg. a qua.: 15h40.

Jojo Rabbit

★★★☆☆

Idem. República Tcheca/Nova Zelândia/EUA, 2019. Direção: Taika Waititi. Com: Roman Griffin Davis, Thomasin McKenzie, Taika Waititi e Scarlett Johansson. 104 min. 14 anos.

Jojo tem dez anos e é um dedicado integrante da juventude nazista. Quando descobre que sua mãe esconde em casa uma jovem judia, ele confronta suas profundas crenças no nacionalismo com ajuda de seu amigo imaginário: Adolf Hitler. Vencedor do Oscar de melhor roteiro adaptado.

Iguatemi Cinemark 6: Bradesco Prime, leg., sex. a ter.: 15h30. **Metrô Santa Cruz Cinemark 5**, leg., sex. a qua.: 19h45.

Jumanji: Próxima Fase

★★★★☆

Jumanji: The Next Level. EUA, 2019. Direção: Jake Kasdan. Com: Dwayne Johnson, Jack Black, Kevin Hart e Karen Gillan. 123 min. 12 anos.

No segundo filme da franquia inspirada no clássico de 1995, quatro amigos entram em um videogame que se passa em um perigoso deserto, do qual tentam escapar. Mas, desta vez, o game está bugado.

Aricanduva Cinemark 1, dub., sex. a qua.: 17h10 e 19h45. **Central Plaza Cinemark 9**, dub., sex. a qua.: 17h40. **Cineflix Cantareira Norte Shopping 5**, dub., sex. a qua.: 19h55. **Extra Anchieta Cinemark 1**, dub., sex. a qua.: 15h. **Grand Plaza Cinemark 8**, dub., sex. a qua.: 15h40. **Interlagos Cinemark 5**, dub., sex. a qua.: 17h40. **Internacional Guarulhos Cinemark 6**, dub., sex. a qua.: 15h30. **Metrô Santa Cruz Cinemark 3: D-Box**, dub., sex. a qua.: 15h10. **Metrô Tatuapé Cinemark 6**, dub., sex. a qua.: 15h45. **Mogi das Cruzes Cinemark 3**, dub., sex. a qua.: 16h. **Raposo Shopping Cinemark 3**, dub., sex. a qua.: 16h. **Shopping D Cinemark 8**, dub., sex. a qua.: 15h40. **Tamboré Cinemark 6**, dub., sex. a qua.: 15h25. **West Plaza Cinemark 4**, dub., sex. a qua.: 17h45.

Um Lindo Dia na Vizinhança

★★★★☆

A Beautiful Day in the Neighborhood. China/ EUA, 2019. Direção: Marielle Heller. Com: Tom Hanks, Matthew Rhys e Chris Cooper. 109 min. 12 anos.

O filme acompanha a história real de Tom Junod, jornalista que é designado para escrever uma reportagem para a revista Esquire sobre Fred Rogers, apresentador de um popular programa infantil dos Estados Unidos, publicada em 1998. Da mesma diretora de "Poderia Me Perdoar?" (2018).

Pátio Paulista Cinemark 6, leg., sex. a qua.: 17h35.

Luta por Justiça

★★★☆☆

Just Mercy. EUA, 2019. Direção: Destin Daniel Cretton. Com: Michael B. Jordan, Brie Larson e Jamie Foxx. 137 min. 14 anos.

Em 1987, um negro é acusado de matar uma jovem branca no Estado do Alabama (EUA). Sem esperanças de escapar da pena de morte, ele passa a ser defendido por um jovem advogado também negro formado em Harvard. Inspirado em uma história real, contada no livro "Compaixão: Uma História de Justiça e Redenção", de Bryan Stevenson.

Cidade Jardim Cinemark 3: Bradesco Prime, leg., sex. a qua.: 16h30 e 19h40. **Cinépolis Iguatemi Alphaville 8: VIP**, leg., sex. a qua.: 21h30. **Iguatemi Cinemark 1**, leg., sex. a ter.: 16h10 e 19h. Qua.: 14h. **Pátio Higienópolis Cinemark 1**, leg., sex. a qua.: 19h30.

A Maldição do Espelho

★☆☆☆☆

Pikovaya Dama. Zazerkale. Rússia, 2019. Direção: Aleksandr Domogarov. Com: Angelina Strechina, Daniil Izotov e Yan Alabushev. 83 min. 16 anos.

O fantasma da Rainha de Espadas, uma mulher que quando viva matou 19 crianças, vive dentro de um espelho. Quando sua antiga casa se torna um internato, os alunos do local invocam sua presença pedindo que realize desejos, mas o preço cobrado por ela é alto. Continuação de "A Dama do Espelho: O Ritual das Trevas" (2015).

Aricanduva Cinemark 11, dub., sex. a qua.: 16h20, 18h20 e 20h20. **Atrium Shopping Cinemark 5**, dub., sex. a qua.: 16h e 20h20. **Boulevard Tatuapé Cinemark 2**, dub., sex. e seg. a qua.: 16h, 18h05 e 20h10. Sáb. e dom.: 16h, 18h05 e 20h15. **Center Norte Cinemark 3**, dub., sex. a qua.: 20h25. **Centerplex Itapevi Center 1**, dub., sex. a qua.: 17h45. **Central Plaza Cinemark 8**, dub., sex. a qua.: 16h05, 18h e 19h55. **Cidade São Paulo Cinemark 6**, leg., sex. a qua.: 18h15 e 20h10. **Cineflix Cantareira Norte Shopping 5**, dub., sex. a qua.: 15h55 e 17h55. **Cineflix The Square Granja Vianna 5**, dub., sex. a qua.: 16h35 e 20h45. **Cinesystem Morumbi Town 2**, leg., sex., sáb. e seg. a qua.: 21h. Dom.: 20h. **Cinépolis Itaquá Garden Shopping 3**, dub., sex. a qua.: 19h15. **Cinépolis Metrô Itaquera 8**, dub., sex. a qua.: 22h. **Cinépolis Parque Barueri 9**, dub., sex. a qua.: 22h15. **Cinépolis Parque Shopping Maia 4**, dub., sex. a qua.: 21h45. **Cinépolis São Bernardo Plaza 4**, dub., sex. a qua.: 21h45. **Circuito Guarulhos 5**, dub., sex. a qua.: 17h30, 19h30 e 21h40. **Diadema Centerplex 1**, dub., sex. a qua.: 17h45. **Extra Anchieta Cinemark 9**, dub., sex. a qua.: 15h50 e 20h10. **Golden Square Cinemark 4**, leg., sex. a qua.: 16h e 20h20. **Grand Plaza Cinemark 3**, dub., sex. a qua.: 16h, 18h e 19h55. **Granja Vianna Cinemark 4**, dub., sex. a qua.: 18h20 e 20h20. **Interlagos Cinemark 4**, dub., sex. a qua.: 16h05, 18h e 20h. **Internacional Guarulhos Cinemark 3**, dub., sex. a qua.: 18h30 e 20h30. **Jardim Sul UCI 5**, dub., sex. a qua.: 21h. **Market Place Cinemark 1**, leg., sex. a qua.: 18h10 e 20h10. **Market Place Cinemark 4**, dub., sex. a qua.: 15h20. **Metrópole Playarte 5**, dub., sex. a qua.: 17h40. **Metrô Santa Cruz Cinemark 4**, leg., sex. a qua.: 15h05 e 19h40. **Metrô Tatuapé Cinemark 7**, dub., sex. a qua.: 16h10, 18h10 e 20h20. **Metrô Tucuruvi Cinemark 1**, dub., sex. a qua.: 18h20 e 20h20. **Mogi das Cruzes Cinemark 2**, dub., sex. a qua.: 20h30. **Playarte Center 3 3**, leg., sex. a qua.: 19h50. **Playarte Ibirapuera 1**, dub., sex. a qua.: 19h40. **Plaza Sul Playarte 5**, dub., sex. a qua.: 19h50. **Praça da Moça Playarte 5**, dub., sex. a qua.: 16h20. **Praça da Moça Playarte 6**, dub., sex. a qua.: 19h40. **Pátio Paulista Cinemark 3**, leg., sex. a qua.: 17h45 e 19h45. **Pátio Paulista Cinemark 6**, dub., sex. a qua.: 15h35. **Raposo Shopping Cinemark 3**, dub., sex. a qua.: 18h35 e 20h30. **Shopping ABC Playarte 2**, dub., sex. a qua.: 19h. **Shopping D Cinemark 1**, dub., sex. a qua.: 18h20 e 20h25. **Shopping D Cinemark 6**, dub., sex. a qua.: 15h. **Suzano Centerplex 5**, dub., sex. a qua.: 19h45. **Tamboré Cinemark 5**, dub., sex., dom. e ter.: 20h30. Sáb., seg. e qua.: 18h10 e 20h10.

West Plaza Cinemark 3, dub., sex. a qua.: 16h35, 18h30 e 20h25.

Maria e João: O Conto das Bruxas

★★★★☆

Gretel & Hansel. Canadá/Irlanda/EUA/África do Sul, 2020. Direção: Rob Hayes. Com: Sophia Lillis, Samuel Leakey, Charles Babalola e Alice Krige. 88 min. 14 anos.

Nesta adaptação da tradicional fábula infantil alemã, os irmãos Maria e João são abandonados pela mãe, que não consegue alimentá-los em meio às doenças e à escassez de comida que atinge a região. Até que eles encontram uma casa na floresta cheia de comida, habitada por uma mulher misteriosa.

Aricanduva Cinemark 2, dub., sex. a qua.: 18h15 e 20h20. **Aricanduva Cinemark 3**, dub., sex. a qua.: 15h. **Atrium Shopping Cinemark 4**, dub., sex. a qua.: 15h05. **Boulevard Tatuapé Cinemark 4**, dub., sex. a qua.: 18h15 e 20h20. **Center Norte Cinemark 5**, dub., sex. a qua.: 15h. **Central Plaza Cinemark 9**, dub., sex. a qua.: 15h10 e 20h20. **Cidade São Paulo Cinemark 5**, leg., sex. a qua.: 15h. **Cinépolis Metrô Itaquera 8**, dub., sex. a qua.: 19h45. **Cinépolis Parque Barueri 7**, dub., sex. a qua.: 22h. **Cinépolis Parque Shopping Maia 4**, dub., sex. a qua.: 19h40. **Circuito Guarulhos 2**, dub., sex. a qua.: 21h30. **Extra Anchieta Cinemark 7**, dub., sex. a qua.: 15h30 e 17h40. **Grand Plaza Cinemark 8**, dub., sex. a qua.: 18h15 e 20h15. **Interlagos Cinemark 5**, dub., sex. a qua.: 20h20. **Internacional Guarulhos Cinemark 12**, dub., sex. a qua.: 15h20. **Internacional Guarulhos Cinemark 6**, dub., sex. a qua.: 18h10 e 20h20. **Jardim Sul UCI 2**, dub., sex. a qua.: 18h. **Jardim Sul UCI 3**, dub., sex. a qua.: 18h35. **Market Place Cinemark 5**, leg., sex. a qua.: 17h25. **Metrópole Playarte 5**, dub., sex. a qua.: 19h50. **Metrô Santa Cruz Cinemark 5**, leg., sex. a qua.: 17h40. **Metrô Tucuruvi Cinemark 2**, dub., sex. a qua.: 15h30, 17h45 e 19h50. **Mogi das Cruzes Cinemark 1**, dub., sex. a qua.: 19h30. **Praça da Moça Playarte 6**, dub., sex. a qua.: 17h40. **Shopping D Cinemark 8**, dub., sex. a qua.: 18h15 e 20h20. **Tamboré Cinemark 6**, dub., sex. a qua.: 20h25. **West Plaza Cinemark 4**, dub., sex. a qua.: 20h20.

O Melhor Está por Vir

★★★☆☆

Le Meilleur Reste à Venir. França/Bélgica, 2019. Direção: Alexandre de La Patellière e Matthieu Delaporte. Com: Fabrice Luchini, Patrick Bruel e Zineb Triki. 118 min. 12 anos.

Um homem precisa informar seu melhor amigo que, diagnosticado com um câncer, o colega possui apenas mais três meses de vida. Porém, uma confusão leva o homem doente a entender a situação da forma inversa, como se seu colega saudável estivesse doente, e não ele. Sem coragem para corrigi-lo, a mentira é sustentada enquanto eles tentam se divertir antes de que seja tarde demais.

Cidade Jardim Cinemark 7: D-Box, leg., sex. a qua.: 19h50. **Cinépolis JK Iguatemi 7: Santander VIP**, leg., sex. a qua.: 15h20. **Iguatemi Cinemark 6: Bradesco Prime**, leg., sex. a ter.: 19h50. **Playarte Ibirapuera 3**, leg., sex. a qua.: 19h30. **Playarte Splendor Paulista 1**, leg., sex. a qua.: 16h30.

O Melhor Verão das Nossas Vidas

Brasil, 2020. Direção: Adolpho Knauth. Com: Giulia Nassa, Bia Torres, Laura Castro e Maurício Meirelles. 98 min. Livre.

Três amigas adolescentes são aprovadas para a final de um festival de música, mas correm o risco de perder o evento porque estão de recuperação na escola.

Internacional Guarulhos Cinemark 9, sex. a qua.: 19h30.

Minha Mãe É uma Peça 3

★★★☆☆

Brasil, 2018. Direção: Susana Garcia. Com: Paulo Gustavo, Rodrigo Pandolfo e Mariana Xavier. 111 min. 12 anos.

No terceiro filme da série (o último foi lançado em 2015), uma mãe precisa encontrar um novo papel na família ao descobrir que sua filha está grávida e seu filho vai se casar. Ao mesmo tempo, seu ex-marido tenta uma reaproximação ao se mudar para o apartamento vizinho ao dela.

Aricanduva Cinemark 5, sex. a qua.: 19h. **Atrium Shopping Cinemark 7**, sex. a qua.: 20h. **Boulevard Tatuapé Cinemark 1: D-Box**, sex. e seg. a qua.: 20h. **Boulevard Tatuapé Cinemark 4**, sex. a qua.: 15h50. **Center Norte Cinemark 4**, sex. e seg. a qua.: 15h10, 17h35 e 20h. Sáb. e dom.: 17h30 e 20h. **Central Plaza Cinemark 5**, sex. a qua.: 20h. **Cidade Jardim Cinemark 5**, sex. a qua.: 18h30. **Cidade São Paulo Cinemark 5**, sex. a qua.: 19h45. **Cinépolis JK Iguatemi 5: Samsung Onyx 4K**, sex. a qua.: 15h40, 18h30 e 21h. **Cinépolis Mais Shopping 2**, sex. a qua.: 15h15, 17h45 e 20h15. **Cinépolis Metrô Itaquera 7**, sex. a qua.: 16h15, 18h45 e 21h15. **Cinépolis Parque Barueri 8**, sex. a qua.: 16h30, 18h50 e 21h15. **Cinépolis Parque Shopping Maia 1**, sex. a qua.: 16h, 18h30 e 21h. **Cinépolis Plaza Shopping Carapicuíba 5**, sex. a qua.: 15h10, 17h30, 19h50 e 22h15. **Cinépolis São Bernardo Plaza 5**, sex. a qua.: 16h, 18h30 e 21h. **Circuito Guarulhos 1**, sex. a qua.: 18h45 e 21h15. **Diadema Centerplex 1**, sex. a qua.: 19h40. **Extra Anchieta Cinemark 2**, sex. a qua.: 16h. **Golden Square Cinemark 2**, sex. a qua.: 18h30. **Grand Plaza Cinemark 1**, sex. a qua.: 18h30. **Granja Vianna Cinemark 5**, sex. a qua.: 18h40. **Iguatemi Cinemark 4**, sex. a ter.: 18h30. Qua.: 14h30. **Interlagos Cinemark 8**, sex. a qua.: 18h50. **Internacional Guarulhos Cinemark 8**, sex. a qua.: 15h10, 17h35 e 20h. **Lar Center Cinemark 1: XD**, sex. e seg. a qua.: 15h05. **Market Place Cinemark 7**, sex. a qua.: 18h30. **Metrô Santa Cruz Cinemark 4**, sex. a qua.: 17h10. **Metrô Tatuapé Cinemark 5**, sex. a qua.: 17h30 e 20h. **Metrô Tucuruvi Cinemark 1**, sex. a qua.: 15h50. **Mogi das Cruzes Cinemark 2**, sex. a qua.: 15h30 e 17h55. **Mogi das Cruzes Cinemark 4**, sex. a qua.: 19h15. **Pátio Higienópolis Cinemark 4**, sex. a qua.: 18h30. **Pátio Paulista Cinemark 7**, sex. a qua.: 18h30. **Raposo Shopping Cinemark 4**, sex. a qua.: 19h50. **Shopping D Cinemark 10**, sex. a qua.: 18h40. **Tamboré Cinemark 8**, sex. a qua.: 18h40. **West Plaza Cinemark 6: D-Box**, sex. a qua.: 19h.

O Oficial e o Espião

★★★★★

J'Accuse. França/Itália, 2019. Direção: Roman Polanski. Com: Jean Dujardin, Louis Garrel e Emmanuelle Seigner. 132 min. 14 anos.

O longa é inspirado em fatos reais e conta a história de Alfred Dreyfus, judeu e capitão do exército francês. Em 1884, ele foi sentenciado ao exílio, acusado de traição por supostamente ter divulgar segredos militares à Alemanha, com a qual seu país estava em guerra. Vencedor do grande prêmio do júri no Festival de Veneza e do Cesar de melhor diretor (Polanski), figurino e adaptação. Do mesmo diretor de "O Pianista" (2003), o filme é baseado em livro homônimo do escritor Robert Harris.

Cidade Jardim Cinemark 1: Bradesco Prime, leg., sex. a qua.: 16h10 e 19h. **Cinépolis Iguatemi Alphaville 8: VIP**, leg., sex. a qua.: 18h30. **Cinépolis JK Iguatemi 7: Santander VIP**, leg., sex. a qua.: 18h10 e 21h40. **Cinépolis Jardim Pamplona 1**, leg., sex. a qua.: 15h20, 18h20 e 21h20. **Iguatemi Cinemark 5: Bradesco Prime**, leg., sex. a ter.: 15h50 e 18h50. Qua.: 14h10. **Playarte Center 3 2**, leg., sex. a qua.: 16h e 18h50. **Playarte Splendor Paulista 1**, leg., sex. a qua.: 19h. **Pátio Higienópolis Cinemark 6**, leg., sex. a qua.: 16h e 19h.

Parasita

★★★★★

Gisaengchung. Coreia do Sul, 2019. Direção: Bong Joon-ho. Com: Song Kang-ho, Choi Woo-shik e Cho Yeo-jong. 131 min. 16 anos.

A vida de uma família pobre muda drasticamente quando o filho consegue um emprego como o tutor de uma adolescente rica. Vencedor do Oscar de melhor filme, diretor (Joon-ho), roteiro original e filme internacional.

Cidade Jardim Cinemark 4: Bradesco Prime, leg., sex. a qua.: 16h40 e 19h30. **Cinépolis Iguatemi Alphaville 8: VIP**, leg., sex. a qua.: 15h30. **Iguatemi Cinemark 2**, leg., sex. a ter.: 16h55 e 19h40. **Lar Center Cinemark 2: Prime**, leg., sex. e seg. a qua.: 15h50 e 18h40. Sáb. e dom.: 19h45. **Market Place Cinemark 5**, leg., sex. a qua.: 19h30. **Metrópole Playarte 8**, leg., sex. a qua.: 15h40. **Metrô Santa Cruz Cinemark 2**, leg., sex. a qua.: 19h30. **Playarte Ibirapuera 2**, leg., sex. a qua.: 19h. **Pátio Higienópolis Cinemark 3**, leg., sex. a qua.: 19h35. **Pátio Paulista Cinemark 5**, leg., sex. a qua.: 19h20. **Shopping ABC Playarte 2**, leg., sex. a qua.: 16h10. **Tamboré Cinemark 2**, leg., sex. e seg. a qua.: 19h30.

Os Parças 2

★★☆☆☆

Brasil, 2019. Direção: Cris d'Amato. Com: Tom Cavalcante, Whindersson Nunes e Tirullipa. 97 min. 12 anos.

Tentando juntar dinheiro para mandar um amigo que corre perigo para fora do país, três malandros passam a reformar e gerenciar uma decadente colônia de férias. Quando parecem estar no caminho certo, eles são descobertos pelo mafioso que os ameaça.

Aricanduva Cinemark 7, sex. a qua.: 19h15. **Interlagos Cinemark 9**, sex. a qua.: 18h30. **Internacional Guarulhos Cinemark 10**, sex. a qua.: 19h15.

Solteira Quase Surtando

Brasil, 2018. Direção: Caco Souza. Com: Mina Nercessian, Leandro Lima e Letícia Birkheuer. 86 min. 14 anos.

Uma mulher viciada em trabalho descobre que está entrando precocemente na menopausa, o que lhe deixa apenas mais seis meses para arrumar um pai para o

O Oficial e o Espião

O polêmico filme de Roman Polanski conta a história de um judeu e capitão do exército francês que foi acusado, em 1884, de traição por supostamente divulgar segredos militares à Alemanha Divulgação

filho que deseja conceber.

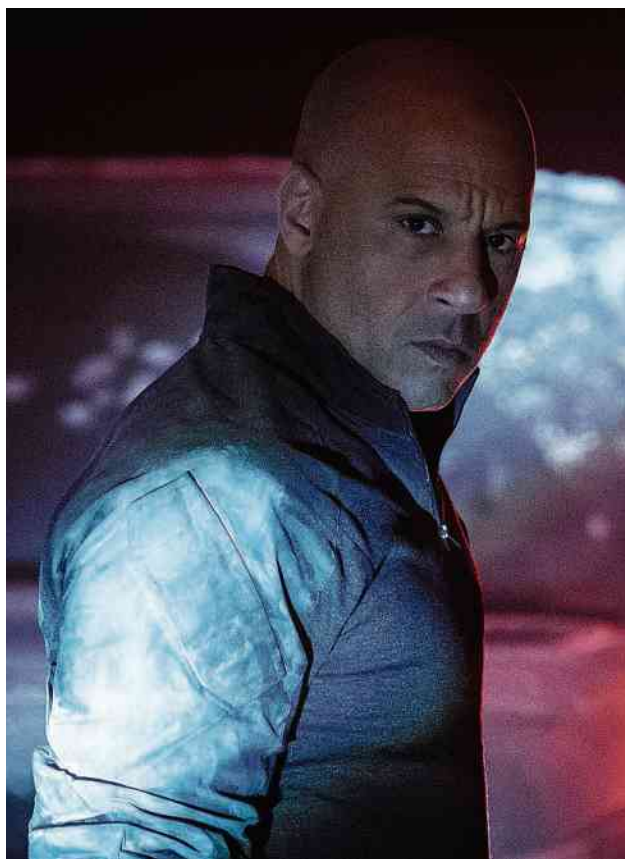
Aricanduva Cinemark 1, sex. a qua.: 15h15. **Aricanduva Cinemark 6**, sex. a qua.: 18h35. **Atrium Shopping Cinemark 6**, sex. a qua.: 15h50 e 18h05. **Central Plaza Cinemark 6**, sex. a qua.: 20h25. **Central Plaza Cinemark 7**, sex. a qua.: 15h20. **Cidade Jardim Cinemark 2: Bradesco Prime**, sex. a qua.: 15h20 e 17h20. **Cineflix The Square Granja Vianna 6**, sex. a qua.: 16h50 e 18h50. **Cinesystem Morumbi Town 2**, sáb.: 16h55. Dom.: 15h55. **Cinépolis Iguatemi Alphaville 4**, sex. a qua.: 15h45, 18h15 e 20h45. **Cinépolis Iguatemi Alphaville 5**, sex. a qua.: 15h, 17h15, 19h20 e 21h30. **Cinépolis Itaquá Garden Shopping 2**, sex. a qua.: 15h30, 18h15 e 20h30. **Cinépolis Itaquá Garden Shopping 4**, sex. a qua.: 16h, 18h e 20h. **Cinépolis JK Iguatemi 6: Santander VIP**, sex. a qua.: 16h40, 19h20 e 22h. **Cinépolis Mais Shopping 5**, sex. a qua.: 15h30, 17h30, 19h45 e 22h. **Cinépolis Metrô Itaquera 6**, sex. a qua.: 16h, 18h15 e 20h30. **Cinépolis Parque Barueri 2: VIP**, sex. a qua.: 16h, 18h15 e 20h30. **Cinépolis Parque Shopping Maia 7**, sex. a qua.: 16h45, 19h e 21h15. **Cinépolis Plaza Shopping Carapicuíba 1**, sex. a qua.: 16h, 18h, 20h10 e 22h10. **Cinépolis São Bernardo Plaza 3**, sex. a qua.: 15h, 17h30, 19h30 e 21h30. **Circuito Guarulhos 6**, sex. a qua.: 16h, 18h, 20h e 22h. **Extra Anchieta Cinemark 6**, sex. a qua.: 15h. **Extra Anchieta Cinemark 8**, sex. a qua.: 18h. **Golden Square Cinemark 3**, sex. a qua.: 15h10. **Grand Plaza Cinemark 4**, sex. a qua.: 16h50. **Grand Plaza Cinemark 6**, sex. a qua.: 15h05. **Iguatemi Cinemark 2**, sex. a qua.: 15h. **Iguatemi Cinemark 6: Bradesco Prime**, sex. a ter.: 17h50. Qua.: 14h15. **Interlagos Cinemark 10**, sex. a qua.: 19h15. **Interlagos Cinemark 5**, sex. a qua.: 15h40. **Internacional Guarulhos Cinemark 1**, sex. a qua.: 15h10. **Internacional Guarulhos Cinemark 11**, sex. a qua.: 18h30. **Jardim Sul UCI 2**, sex. a qua.: 15h40 e 20h20. **Metrô Santa Cruz Cinemark 2**, sex. a qua.: 15h e 17h30. **Metrô Tatuapé Cinemark 6**, sex. a qua.: 18h20 e 20h25. **Metrô Tucuruvi Cinemark 5**, sex. a qua.: 18h45. **Pátio Higienópolis Cinemark 3**, sex. a qua.: 17h40. **Pátio Higienópolis Cinemark 5**, sex. a qua.: 15h05. **Pátio Paulista Cinemark 5**, sex. a qua.: 15h20 e 17h20. **Raposo Shopping Cinemark 1**, sex. a qua.: 15h. **Raposo Shopping Cinemark 2**, sex. a qua.: 20h20. **Shopping D Cinemark 5**, sex. a qua.: 15h05. **Shopping D Cinemark 9**, sex. a qua.: 19h. **Tamboré Cinemark 1**, sex. a qua.: 16h, 18h e 20h. **West Plaza Cinemark 2: Prime**, sex. a qua.: 17h50.

Sonic - O Filme

★★★☆☆

Sonic The Hedgehog. Canadá/Japão/EUA, 2020. Direção: Jeff Fowler. Com: James Marsden e Jim Carrey. 99 min. 10 anos.

Sonic é um porco-espinho azul ultrarrápido que desembarca na Terra fugido de seu planeta natal. Ele é caçado pelo Doutor Robotnik, um cientista que quer utilizar seus poderes para dominar o mundo. Adaptação com os personagens do game da Sega.

Aricanduva Cinemark 10: XD, dub., sex. a qua.: 15h50, 18h e 20h10. **Atrium Shopping Cinemark 3**, dub., sex. a qua.: 15h40, 17h50 e 20h10. **Boulevard Tatuapé Cinemark 1: D-Box**, dub., sex. e seg. a qua.: 15h30 e 17h45. Sáb. e dom.: 15h30, 17h45 e 20h10. **Center Norte Cinemark 2**, dub., sex. e seg. a qua.: 15h e 17h10. Sáb. e dom.: 15h, 17h10 e 19h20. **Central Plaza Cinemark 1**, dub., sex. a qua.: 15h50, 18h e 20h10. **Cidade Jardim Cinemark 6: D-Box**, dub., sex. a qua.: 17h45. **Cidade São Paulo Cinemark 5**, dub., sex. a qua.: 17h15. **Cineflix Cantareira Norte Shopping 1**, dub., sex. a qua.: 15h20 e 17h30. **Cineflix The Square Granja Vianna 3**, dub., sex. a qua.: 16h10 e 18h20. **Cinesercla Osasco Plaza 2**, dub., sex. a qua.: 16h50 e 18h50. **Cinesystem Morumbi Town 1**, dub., sex. e seg. a qua.: 18h30. Sáb.: 16h20 e 18h30. Dom.: 15h20 e 17h30. **Cinépolis Itaquá Garden Shopping 3**, dub., sex. a qua.: 15h. **Cinépolis Metrô Itaquera 4**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h15 e 19h30. **Cinépolis Parque Barueri 9**, dub., sex. a qua.: 15h30. **Cinépolis Parque Shopping Maia 4**, dub., sex. a qua.: 15h e 17h15. **Cinépolis Plaza Shopping Carapicuíba 4**, dub., sex. a qua.: 15h. **Cinépolis São Bernardo Plaza 4**, dub., sáb. e dom.: 14h. **Circuito Guarulhos 2**, dub., sex. a qua.: 17h e 19h15. **Diadema Centerplex 2**, dub., sex. a qua.: 15h. **Extra Anchieta Cinemark 5**, dub., sex. a qua.: 15h30, 17h40 e 19h50. **Golden Square Cinemark 4**,

cinema

Bloodshot 17
Vin Diesel interpreta um soldado que morreu e foi trazido de volta à vida e tem a memória apagada e habilidades aperfeiçoadas Divulgação

dub., sex. a qua.: 18h. **Grand Plaza Cinemark 10**, dub., sex. a qua.: 15h15, 17h25 e 19h35. **Granja Vianna Cinemark 1**, dub., sex. a qua.: 15h e 17h20. **Interlagos Cinemark 6**, dub., sex. a qua.: 15h05, 17h15 e 19h25. **Internacional Guarulhos Cinemark 5: D-Box**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h10 e 19h20. **Jardim Sul UCI 5**, dub., sex. a qua.: 16h e 18h30. **Lapa Centerplex 1**, dub., sex. a qua.: 15h. **Market Place Cinemark 8**, dub., sex. a qua.: 15h50, 18h e 20h10. **Metrópole Playarte 7**, dub., sex. a qua.: 15h20, 17h30 e 19h40. **Metrô Santa Cruz Cinemark 1**, dub., sex. a qua.: 15h15. **Metrô Santa Cruz Cinemark 3: D-Box**, dub., sex. a qua.: 17h50 e 20h05. **Metrô Tatuapé Cinemark 4**, dub., sex. a qua.: 15h40, 18h e 20h15. **Metrô Tucuruvi Cinemark 3**, dub., sex. e seg. a qua.: 17h50 e 20h10. Sáb. e dom.: 15h25, 17h45 e 20h10. **Mogi das Cruzes Cinemark 1**, dub., sex. a qua.: 15h e 17h10. **Playarte Ibirapuera 3**, dub., sex. a qua.: 17h20. **Plaza Sul Playarte 6**, dub., sex. a qua.: 14h40 e 16h50. **Praça da Moça Playarte 1**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h20 e 19h30. **Pátio Higienópolis Cinemark 2**, dub., sex. a qua.: 15h45. **Pátio Paulista Cinemark 3**, dub., sex. a qua.: 15h30. **Raposo Shopping Cinemark 7**, dub., sex. a qua.: 15h30 e 17h50. **Shopping ABC Playarte 3**, dub., sex. a qua.: 17h40. **Shopping D Cinemark 2**, dub., sex. a qua.: 15h50, 18h e 20h10. **Suzano Centerplex 4**, dub., sex. a qua.: 15h. **Tamboré Cinemark 2**, dub., sex. e seg. a qua.: 15h e 17h10. Sáb. e dom.: 15h50, 18h e 20h10. **West Plaza Cinemark 7: D-Box/XD**, dub., sex. a qua.: 15h25.

Terremoto

★★☆☆☆

Skjelvet. Noruega, 2018. Direção: John Andreas Andersen. Com: Kristoffer Joner, Ane Dahl Torp e Edith Haagenrud-Sande. 108 min. 14 anos.

Um geólogo é tido como herói por ter salvado diversas vidas quando uma cidade do interior da Noruega foi atingida por um terremoto. Ainda assim, poucos lhe dão ouvidos quando ele descobre que um novo desastre natural está prestes a ocorrer em Oslo, a capital do país, causando morte e destruição.

Aricanduva Cinemark 8, dub., sex. a qua.: 17h30 e 20h. **Central Plaza Cinemark 3**, dub., sex. a qua.: 17h40 e 20h. **Cidade Jardim Cinemark 6: D-Box**, leg., sex. a qua.: 20h. **Cineflix Cantareira Norte Shopping 4**, dub., sex. a qua.: 15h40 e 20h. **Cineflix The Square Granja Vianna 3**, dub., sex. a qua.: 20h30. **Cinesystem Morumbi Town 1**, dub., sex., sáb. e seg. a qua.: 20h35. Dom.: 19h35. **Cinépolis Iguatemi Alphaville 1**, leg., sex. e seg. a qua.: 15h30. **Cinépolis Metrô Itaquera 4**, dub., sex. a qua.: 21h45. **Cinépolis Parque Barueri 9**, dub., sex. a qua.: 19h55. **Extra Anchieta Cinemark 1**, dub., sex. a qua.: 17h35 e 19h55. **Interlagos Cinemark 7**, dub., sex. a qua.: 17h35 e 20h. **Internacional Guarulhos Cinemark 12**, dub., sex. a qua.: 17h30 e 20h. **Jardim Sul**

escolha do guia

- **Melhor cinema**
  Cinépolis JK Iguatemi
- **Melhor sala**
  Cinépolis JK Iguatemi Imax
- **Melhor projeção**
  Imax, no Cinépolis JK Iguatemi, no Espaço Itaú de Cinema - Pompeia e no Anália Franco UCI
- **Melhor som**
  Dolby Atmos, na sala 3 - Cinépic do Cinesystem Morumbi Town, na sala 9 do Jardim Sul UCI e na sala 8 do Santana Parque Shopping
- **Melhor programação**
  Espaço Itaú de Cinema - Frei Caneca
- **Sala mais confortável**
  Villa-Lobos Cinemark
- **Melhor Cinema Vip**
  Kinoplex Parque da Cidade
- **Melhor sala especial**
  Cinesesc
- **Mais confortável**
  Villa-Lobos Cinemark
- **Melhor bonbonnière**
  Café Fellini, no Espaço Itaú de Cinema - Augusta
- **Melhor app**
  Cinemark

Os melhores de cada região

- **Centro**
  Espaço Itaú - Frei Caneca
- **Região Leste**
  Anália Franco UCI
- **Região Oeste**
  Cinesystem Morumbi Town
- **Região Norte**
  Santana Parque Shopping UCI
- **Região Sul**
  Cinépolis JK Iguatemi

UCI 3, dub., sex. a qua.: 20h45. **Market Place Cinemark 4**, leg., sex. a qua.: 17h20. **Metrópole Playarte 8**, dub., sex. a qua.: 18h30. **Metrô Santa Cruz Cinemark 1**, leg., sex. a qua.: 17h25. **Playarte Center 3 3**, leg., sex. a qua.: 17h30. **Plaza Sul Playarte 5**, dub., sex. a qua.: 15h10. **Praça da Moça Playarte 7**, dub., sex. a qua.: 19h20. **Shopping ABC Playarte 3**, dub., sex. a qua.: 15h20. **Shopping D Cinemark 7**, dub., sex. a qua.: 17h30 e 20h. **Suzano Centerplex 4**, dub., sex. a qua.: 17h10. **Tamboré Cinemark 6**, dub., sex. a qua.: 18h05. **West Plaza Cinemark 7: D-Box/XD**, dub., sex. a qua.: 17h35.

Vou Nadar Até Você

★★☆☆☆

Brasil, 2017. Direção: Klaus Mitteldorf. Com: Bruna Marquezine, Peter Ketnath e Ondina Clais. 107 min. 16 anos.

Criada apenas pela mãe, uma fotógrafa acredita ter finalmente descoberto o paradeiro de seu pai. Ele lhe escreve uma carta e resolve nadar de Santos a Ubatuba para encontrá-lo, mas alguém a segue durante o percurso. Exibido no Festival de Gramado.

Internacional Guarulhos Cinemark 15, sex. a qua.: 19h. **Metrô Santa Cruz Cinemark 8**, sex. a qua.: 19h. **Tamboré Cinemark 7**, sex. a qua.: 19h.

Região Central

Cidade São Paulo Cinemark

Av. Paulista, 1.230, Bela Vista, região central, tel. 5180-3552. R$ 32 a R$ 38 (3D: R$ 37 a R$ 43). cinemark.com.br.

Sala 1: **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, leg., sex. a qua.: 15h05, 17h25 e 19h50. 184 lugares.

Sala 2: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h30, 17h45 e 20h05. 218 lugares.

Sala 3: **O Homem Invisível**, leg., sex. a qua.: 17h05 e 19h40. 216 lugares.

Sala 4: **Bloodshot**, leg., sex. a qua.: 15h10, 17h30 e 20h. 216 lugares.

Sala 5: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 17h15. **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 19h45. **Maria e João: O Conto das Bruxas**, leg., sex. a qua.: 15h. 114 lugares.

Sala 6: **A Maldição do Espelho**, leg., sex. a qua.: 18h15 e 20h10. **Aprendiz de Espiã**, dub., sex. a qua.: 16h05. 118 lugares.

Playarte Center 3

Av. Paulista, 2.064, Bela Vista, região central, tel. 3289-0519. R$ 32 a R$ 42. playarte.com.br.

Sala 1: Extreme: **O Homem Invisível**, leg., sex. a qua.: 16h50 e 19h30. 432 lugares.

Sala 2: **O Oficial e o Espião**, leg., sex. a qua.: 16h e 18h50. 116 lugares.

Sala 3: **Terremoto**, leg., sex. a qua.: 17h30. **A Maldição do Espelho**, leg., sex. a qua.: 19h50. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h20. 116 lugares.

Playarte Splendor Paulista

R. Treze de Maio, 1.947, Bela Vista, região central, tel. 5053-6934. R$ 42 a R$ 48. playarte.com.br.

Sala 1: **O Oficial e o Espião**, leg., sex. a qua.: 19h. **O Melhor Está por Vir**, leg., sex. a qua.: 16h30. 130 lugares.

Sala 2: **O Homem Invisível**, leg., sex. a qua.: 19h20. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 17h10. 130 lugares.

Pátio Higienópolis Cinemark

Av. Higienópolis, 646, Higienópolis, região central, tel. 5180-3421. R$ 32 a R$ 39 (3D: R$ 39 a R$ 46). cinemark.com.br.

Sala 1: **Luta por Justiça**, leg., sex. a qua.: 19h30. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h e 17h15. 125 lugares.

Sala 2: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h45. **Doce Entardecer na Toscana**, leg., sex. a qua.: 18h e 20h10. 124 lugares.

Sala 3: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 17h40. **Parasita**, leg., sex. a qua.: 19h35. **1917**, leg., sex. a qua.: 15h10. 115 lugares.

Sala 4: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 18h30. 103 lugares.

Sala 5: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h05. **O Homem Invisível**, leg., sex. a qua.: 17h e 19h40. 222 lugares.

Sala 6: **O Oficial e o Espião**, leg., sex. a qua.: 16h e 19h. 224 lugares.

Pátio Paulista Cinemark

R. Treze de Maio, 1.947, Bela Vista, região central, tel. 5180-3422. R$ 32 a R$ 40 (3D: R$ 38 a R$ 46). cinemark.com.br.

Sala 1: **O Homem Invisível**, leg., sex. a qua.: 16h20 e 19h. 204 lugares.

Sala 2: **Bloodshot**, leg., sex. a qua.: 15h10, 17h30 e 19h55. 184 lugares.

Sala 3: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h30. **A Maldição do Espelho**, leg., sex. a qua.: 17h45 e 19h45. 184 lugares.

Sala 4: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h15, 17h45 e 20h05. 193 lugares.

Sala 5: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h20 e 17h20. **Parasita**, leg., sex. a qua.: 19h20. 189 lugares.

Sala 6: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 15h35. **Um Lindo Dia na Vizinhança**, leg., sex. a qua.: 17h35. **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, leg., sex. a qua.: 20h. 174 lugares.

Sala 7: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 18h30. 154 lugares.

Região Leste

Aricanduva Cinemark

Av. Aricanduva, 5.555, Vila Aricanduva, região leste, tel. 5180-3419. R$ 24 a R$ 38 (3D: R$ 28 a R$ 38). cinemark.com.br.

Sala 1: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h15. **Jumanji: Próxima Fase**, dub., sex. a qua.: 17h10 e 19h45. 191 lugares.

Sala 2: **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 18h15 e 20h20. **Dolittle**, dub., sex. a qua.: 16h. 192 lugares.

Sala 3: **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 15h. **Bad Boys para Sempre**, dub., sex. a qua.: 17h05 e 19h45. 207 lugares.

Sala 4: **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, dub., sex. a qua.: 15h20, 17h45 e 20h05. 148 lugares.

Sala 5: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 19h. 149 lugares.

Sala 6: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 18h35. 222 lugares.

Sala 7: **Os Parças 2**, sex. a qua.: 19h15. 132 lugares.

Sala 8: **Terremoto**, dub., sex. a qua.: 17h30 e 20h. **Aprendiz de Espiã**, dub., sex. a qua.: 15h10. 141 lugares.

Sala 9: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 15h20, 17h40 e 20h. 196 lugares.

Sala 10: XD: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h50, 18h e 20h10. 384 lugares.

Sala 11: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 16h20, 18h20 e 20h20. 261 lugares.

Sala 12: **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 16h e 18h40. 255 lugares.

Sala 13: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h20 e 19h40. 216 lugares.

Boulevard Tatuapé Cinemark

R. Gonçalves Crespo, s/ nº, 3º piso, Tatuapé, região leste, tel. 5180-3410. R$ 15 a R$ 32 (3D: R$ 17 a R$ 39). cinemark.com.br.

Sala 1: D-Box: **Sonic - O Filme**, dub., sex. e seg. a qua.: 15h30 e 17h45. Sáb. e dom.: 15h30, 17h45 e 20h10. **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. e seg. a qua.: 20h. 243 lugares.

Sala 2: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. e seg. a qua.: 16h, 18h05 e 20h10. Sáb. e dom.: 16h, 18h05 e 20h15. 239 lugares.

Sala 3: D-Box: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h30 e 19h50. 371 lugares.

Sala 4: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 15h50. **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 18h15 e 20h20. 225 lugares.

Sala 5: **O Homem Invisível**, dub., sáb., seg. e qua.: 19h40., leg., sex., dom. e ter.: 19h40. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h e 17h20. 200 lugares.

Central Plaza Cinemark

Av. Dr. Francisco Mesquita, 1.000, Quinta da Paineira, região leste, tel. 5180-3412. R$ 24 a R$ 35 (3D: R$ 30 e R$ 35). cinemark.com.br.

Sala 1: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h50, 18h e 20h10. 342 lugares.

Sala 2: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h25 e 19h40. 370 lugares.

Sala 3: **Terremoto**, dub., sex. a qua.: 17h40 e 20h. **Dolittle**, dub., sex. a qua.: 15h25. 186 lugares.

Sala 4: **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, dub., sex. a qua.: 17h40 e 20h. **Aprendiz de Espiã**, dub., sex. a qua.: 15h20. 135 lugares.

Sala 5: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 20h. 176 lugares.

Sala 6: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 20h25. 142 lugares.

Sala 7: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h20. **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 17h15 e 19h50. 290 lugares.

Sala 8: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 16h05, 18h e 19h55. 288 lugares.

Sala 9: **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 15h10 e 20h20. **Jumanji: Próxima Fase**, dub., sex. a qua.: 17h40. 290 lugares.

Sala 10: XD: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h30 e 19h50. 432 lugares.

Cinépolis Metrô Itaquera

Av. José Pinheiro Borges, s/ nº, 1º piso, Vila Campanela, região leste, tel. 2026-4511. R$ 25 a R$ 33 (3D: R$ 29 a R$ 40). cinepolis.com.br.

Sala 3: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 15h15, 17h45 e 20h15. 323 lugares.

Sala 4: **Terremoto**, dub., sex. a qua.: 21h45. **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h15 e 19h30. 261 lugares.

Sala 6: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 16h, 18h15 e 20h30. 164 lugares.

Sala 7: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 16h15, 18h45 e 21h15. 211 lugares.

Sala 8: **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 19h45. **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 22h. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h10 e 17h30. 254 lugares.

Metrô Tatuapé Cinemark

R. Melo Freire, s/ nº, piso G2, Tatuapé, região leste, tel. 5180-3414. R$ 14 a R$ 31 (3D: R$ 16 a R$ 38). cinemark.com.br.

Sala 1: **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h20 e 19h40. 275 lugares.

Sala 2: **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 16h40 e 19h15. 156 lugares.

Sala 3: **A Hora da Sua Morte**, dub., sex. a qua.: 19h45. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h e 17h20. 127 lugares.

Sala 4: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h40, 18h e 20h15. 190 lugares.

Sala 5: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 17h30 e 20h. **Aprendiz de Espiã**, dub., sex. a qua.: 15h20. 118 lugares.

Sala 6: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 18h20 e 20h25. **Jumanji: Próxima Fase**, dub., sex. a qua.: 15h45. 125 lugares.

Sala 7: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 16h10, 18h10 e 20h20. 198 lugares.

Sala 8: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h35 e 20h. 263 lugares.

Shopping D Cinemark

Av. Cruzeiro do Sul, 1.100, piso superior, Canindé, região leste, tel. 5180-3294. R$ 15 a R$ 37 (3D: R$ 17 a R$ 36). cinemark.com.br.

Sala 1: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 18h20 e 20h25. **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, dub., sex. a qua.: 16h. 244 lugares.

Sala 2: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h50, 18h e 20h10. 265 lugares.

Sala 3: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h15 e 19h40. 277 lugares.

Sala 4: XD: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 15h15, 17h35 e 19h55. 269 lugares.

Sala 5: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h05. **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 17h05 e 19h50. 193 lugares.

Sala 6: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 15h. **Bad Boys para Sempre**, dub., sex. a qua.: 16h55 e 19h30. 185 lugares.

Sala 7: **Terremoto**, dub., sex. a qua.: 17h30 e 20h. **Aprendiz de Espiã**, dub., sex. a qua.: 15h10. 201 lugares.

Sala 8: **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 18h15 e 20h20. **Jumanji: Próxima Fase**, dub., sex. a qua.: 15h40. 128 lugares.

Sala 9: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 19h. 121 lugares.

Sala 10: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 18h40. 136 lugares.

Região Norte

Center Norte Cinemark

Trav. Casalbuono, 120, Vila Guilherme, região norte, tel. 5180-3411. R$ 15 a R$ 34 (3D: R$ 17 a R$ 38). cinemark.com.br.

Sala 1: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h30 e 19h55. 354 lugares.

Sala 2: **Sonic - O Filme**, dub., sex. e seg. a qua.: 15h e 17h10. Sáb. e dom.: 15h, 17h10 e 19h20. **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, dub., sex. e seg. a qua.: 19h30. 302 lugares.

Sala 3: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 20h25. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h45 e 18h. 300 lugares.

Sala 4: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. e seg. a qua.: 15h10, 17h35 e 20h. Sáb. e dom.: 17h30 e 20h. **Dolittle**, dub., sáb. e dom.: 15h10. 247 lugares.

Sala 5: **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 15h. **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 17h05 e 19h45. 344 lugares.

Cineflix Cantareira Norte Shopping

Av. Raimundo Pereira de Magalhães, 11.001, Jardim Pirituba, região norte, s/ tel. R$ 13 a R$ 26 (3D: R$ 14 a R$ 32). cineflix.com.br.

Sala 1: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h20 e 17h30. **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 19h50. 158 lugares.

Sala 2: 4K: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h30, 17h45 e 20h. 199 lugares.

Sala 3: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 14h45, 17h15 e 19h45. 161 lugares.

Sala 4: **Terremoto**, dub., sex. a qua.: 15h40 e 20h. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 17h40. 131 lugares.

Sala 5: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 15h55 e 17h55. **Jumanji: Próxima Fase**, dub., sex. a qua.: 19h55. 122 lugares.

Lar Center Cinemark

Av. Otto Baumgart, 500, Vila Guilherme, região norte, tel. 5180-3551. R$ 16 a R$ 56 (3D: R$ 26 a R$ 60). cinemark.com.br.

Sala 1: XD: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. e seg. a qua.: 15h05. **Bloodshot**, leg., sex. e seg. a qua.: 17h30 e 20h. Sáb. e dom.: 15h05, 17h30 e 20h. 435 lugares.

Sala 2: Prime: **Parasita**, leg., sex. e seg. a qua.: 15h50 e 18h40. Sáb. e dom.: 19h45. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sáb. e dom.: 15h e 17h20. 118 lugares.

Sala 3: Prime: **O Homem Invisível**, leg., sex. a qua.: 16h40 e 19h20. 118 lugares.

Metrô Tucuruvi Cinemark

Av. Dr. Antônio Maria Laet, 566, Parada Inglesa, região norte, tel. 5180-3426. R$ 22 a R$ 36 (3D: R$ 27 a R$ 35). cinemark.com.br.

Sala 1: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 15h50. **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 18h20 e 20h20. 196 lugares.

Sala 2: **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 15h30, 17h45 e 19h50. 197 lugares.

Sala 3: **Sonic - O Filme**, dub., sex. e seg. a qua.: 17h50 e 20h10. Sáb. e dom.: 15h25, 17h45 e 20h10. **A Hora da Sua Morte**, dub., sex. e seg. a qua.: 15h40. 254 lugares.

Sala 4: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h e 17h20. **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, dub., sex. a qua.: 19h40. 186 lugares.

Sala 5: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 18h45. 203 lugares.

Sala 6: XD: **Bloodshot**, dub., sex., dom. e ter.: 15h e 17h30. Sáb., seg. e qua.: 15h10, 17h40 e 20h., leg., sex., dom. e ter.: 20h. 349 lugares.

Região Sul

Cinépolis JK Iguatemi

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 2.041, piso 4, Vila Nova Conceição, região sul, tel. 3152-6605. R$ 64 a R$ 156 (3D: R$ 74 a R$ 166). cinepolis.com.br.

Sala 1: Imax: **O Homem Invisível**, leg., sex. a qua.: 20h30. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h e 18h. 371 lugares.

Sala 3: Santander VIP: **Bloodshot**, leg., sex. a qua.: 15h10, 17h50 e 20h40. 86 lugares.

Sala 4: 4DX: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, 3D dub., sex. a qua.: 16h e 19h. **Bloodshot**, leg., sex. a qua.: 21h30. 100 lugares.

Sala 5: Samsung Onyx 4K: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 15h40, 18h30 e 21h. 79 lugares.

Sala 6: Santander VIP: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 16h40, 19h20 e 22h. 65 lugares.

Sala 7: Santander VIP: **O Oficial e o Espião**, leg., sex. a qua.: 18h10 e 21h40. **O Melhor Está por Vir**, leg., sex. a qua.: 15h20. 86 lugares.

Cinépolis Mais Shopping

R. Amador Bueno, 219, Santo Amaro, região sul, tel. 5546-2702. R$ 25 a R$ 29 (3D: R$ 28 a R$ 32). cinepolis.com.br.

Sala 2: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 15h15, 17h45 e 20h15. 131 lugares.

Sala 5: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h30, 17h30, 19h45 e 22h. 131 lugares.

Sala 8: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 15h45, 18h15 e 21h. 136 lugares.

Interlagos Cinemark

Av. Interlagos, 2.555, Jardim Umuarama, região sul, tel. 5180-3417. R$ 19 a R$ 29 (3D: R$ 23 a R$ 34). cinemark.com.br.

Sala 1: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h30, 17h45 e 20h. 211 lugares.

Sala 2: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h20 e 19h40. 314 lugares.

Sala 3: **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, dub., sex. a qua.: 15h20, 17h40 e 20h. 198 lugares.

Sala 4: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 16h05, 18h e 20h. 198 lugares.

Sala 5: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h40. **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 20h20. **Jumanji: Próxima Fase**, dub., sex. a qua.: 17h40. 170 lugares.

Sala 6: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h05, 17h15 e 19h25. 221 lugares.

Sala 7: **Terremoto**, dub., sex. a qua.: 17h35 e 20h. **Aprendiz de Espiã**, dub., sex. a qua.: 15h25. 223 lugares.

Sala 8: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 18h50. 217 lugares.

Sala 9: **Os Parças 2**, sex. a qua.: 18h30. 140 lugares.

Sala 10: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 19h15. 129 lugares.

Market Place Cinemark

Av. Dr. Chucri Zaidan, 902, 1º andar, Vila Cordeiro, região sul, tel. 5180-3291. R$ 15 a R$ 47 (3D: R$ 17 a R$ 47). cinemark.com.br.

Sala 1: **A Maldição do Espelho**, leg., sex. a qua.: 18h10 e 20h10. **Dolittle**, dub., sex. a qua.: 15h50. 201 lugares.

Sala 2: XD: **O Homem Invisível**, leg., sex. a qua.: 16h25 e 19h. 329 lugares.

Sala 3: **Bloodshot**, leg., sex. a qua.: 15h20, 17h40 e 20h. 289 lugares.

Sala 4: **Terremoto**, leg., sex. a qua.: 17h20. **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 15h20. **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, leg., sex. a qua.: 19h45. 166 lugares.

Sala 5: **Parasita**, leg., sex. a qua.: 19h30. **Maria e João: O Conto das Bruxas**, leg., sex. a qua.: 17h25. **Aprendiz de Espiã**, dub., sex. a qua.: 15h10. 166 lugares.

Sala 6: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h15 e 19h30. 242 lugares.

Sala 7: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 18h30. 151 lugares.

Sala 8: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h50, 18h e 20h10. 209 lugares.

Metrô Santa Cruz Cinemark

R. Domingos de Morais, 2.564, 3º piso, Vila Mariana, região sul, tel. 5180-3298. R$ 28 a R$ 35 (3D: R$ 34 a R$ 41). cinemark.com.br.

Sala 1: **Terremoto**, leg., sex. a qua.: 17h25. **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h15. **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, leg., sex. a qua.: 20h. 229 lugares.

Sala 2: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h e 17h30. **Parasita**, leg., sex. a qua.: 19h30. 224 lugares.

Sala 3: D-Box: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 17h50 e 20h05. **Jumanji: Próxima Fase**, dub., sex. a qua.: 15h10. 288 lugares.

Sala 4: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 17h10. **A Maldição do Espelho**, leg., sex. a qua.: 15h05 e 19h40. 227 lugares.

Sala 5: **Maria e João: O Conto das Bruxas**, leg., sex. a qua.: 17h40. **Jojo Rabbit**, leg., sex. a qua.: 19h45. **Aprendiz de Espiã**, dub., sex. a qua.: 15h25. 224 lugares.

Sala 6: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h15 e 19h30. 228 lugares.

Sala 7: **O Homem Invisível**, leg., sex. a qua.: 16h20 e 19h05. 261 lugares.

Sala 8: **Vou Nadar Até Você**, sex. a qua.: 19h. 250 lugares.

Sala 10: D-Box: **Bloodshot**, leg., sex. a qua.: 15h05, 17h30 e 19h55. 361 lugares.

Playarte Ibirapuera

Av. Ibirapuera, 3.103, Indianópolis, região sul, tel. 5053-6996. R$ 44 a R$ 58 (3D: 48 a R$ 62). playartecinemas.com.br.

Sala 1: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 19h40. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h20 e 17h30. 139 lugares.

Sala 2: **Parasita**, leg., sex. a qua.: 19h. **O Homem Invisível**, leg., sex. a qua.: 16h20. 139 lugares.

Sala 3: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 17h20. **O Melhor Está por Vir**, leg., sex. a qua.: 19h30. **Dolittle**, dub., sex. a qua.: 15h. 139 lugares.

Plaza Sul Playarte

Pça. Leonor Kaupa, 100, Bosque da Saúde, região sul, tel. 5073-8642. R$ 32 a R$ 44 (3D: R$ 38 a R$ 42). playarte.com.br.

Sala 2: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h10 e 19h20. 268 lugares.

Sala 5: **Terremoto**, dub., sex. a qua.: 15h10. **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 19h50. **Dolittle**, dub., sex. a qua.: 17h30. 140 lugares.

Sala 6: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 14h40 e 16h50. **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 19h. 234 lugares.

Região Oeste

Cidade Jardim Cinemark

Av. Magalhães de Castro, 12.000, Butantã, região oeste, tel. 5180-3297. R$ 35 a R$ 71 (3D: R$ 42 a R$ 77). cinemark.com.br.

Sala 1: Bradesco Prime: **O Oficial e o Espião**, leg., sex. a qua.: 16h10 e 19h. 127 lugares.

Sala 2: Bradesco Prime: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h20 e 17h20. **O Homem Invisível**, leg., sex. a qua.: 19h20. 97 lugares.

Sala 3: Bradesco Prime: **Luta por Justiça**, leg., sex. a qua.: 16h30 e 19h40. 82 lugares.

Sala 4: Bradesco Prime: **Parasita**, leg., sex. a qua.: 16h40 e 19h30. 82 lugares.

Sala 5: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 18h30. 182 lugares.

Sala 6: D-Box: **Terremoto**, leg., sex. a qua.: 20h. **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 17h45. **1917**, leg., sex. a qua.: 15h10. 209 lugares.

Sala 7: D-Box: **O Melhor Está por Vir**, leg., sex. a qua.: 19h50. **Dolittle**, leg., sex. a qua.: 15h15. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 17h35. 259 lugares.

Cinesystem Morumbi Town

Av. Giovanni Gronchi, 5.930, Vila Andrade, região oeste, tel. 3740-6946. R$ 23 a R$ 54 (3D: R$ 27 a R$ 59). cinesystem.com.br.

Sala 1: **Terremoto**, dub., sex., sáb. e seg. a qua.: 20h35. Dom.: 19h35. **Sonic - O Filme**, dub., sex. e seg. a qua.: 18h30. Sáb.: 16h20 e 18h30. Dom.: 15h20 e 17h30. 58 lugares.

Sala 2: **Solteira Quase Surtando**, sáb.: 16h55. Dom.: 15h55. **A Maldição do Espelho**, leg., sex., sáb. e seg. a qua.: 21h. Dom.: 20h. **Aprendiz de Espiã**, dub., sex., sáb. e seg. a qua.: 18h50. Dom.: 17h50. 66 lugares.

Sala 7: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, leg., sex. e seg. a qua.: 18h35 e 20h45. Sáb.: 16h15, 18h35 e 20h45. Dom.: 15h15, 17h35 e 19h45. 60 lugares.

Sala 8: VIP: **O Homem Invisível**, leg., sex. e seg. a qua.: 19h e 21h30. Sáb.: 16h30, 19h e 21h30. Dom.: 15h30, 18h e 20h30. 156 lugares.

Sala 9: VIP: **Bloodshot**, leg., sex. e seg. a qua.: 18h45 e 21h15. Sáb.: 16h, 18h45 e 21h15. Dom.: 15h, 17h45 e 20h15. 144 lugares.

Cinépolis Jardim Pamplona

R. Pamplona, 1.704, Jardim Paulista, região oeste, s/ tel. R$ 61 a R$ 73 (3D: R$ 66 a R$ 78).

Sala 1: **O Oficial e o Espião**, leg., sex. a qua.: 15h20, 18h20 e 21h20. 43 lugares.

Sala 2: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h. **Bloodshot**, leg., sex. a qua.: 17h20 e 20h. 43 lugares.

Iguatemi Cinemark

Av. Brig. Faria Lima, 2.232, 8º piso, Jardim Paulistano, região oeste, tel. 5180-3413. R$ 35 a R$ 70 (3D: R$ 41 a R$ 75). cinemark.com.br.

Sala 1: **Luta por Justiça**, leg., sex. a ter.: 16h10 e 19h. Qua.: 14h. 275 lugares.

Sala 2: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h. **Parasita**, leg., sex. a ter.: 16h55 e 19h40. 135 lugares.

Sala 3: **O Homem Invisível**, leg., sex. a ter.: 19h35. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a ter.: 15h05 e 17h20. Qua.: 14h20. 136 lugares.

Sala 4: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a ter.: 18h30. Qua.: 14h30. 147 lugares.

Sala 5: Bradesco Prime: **O Oficial e o Espião**, leg., sex. a ter.: 15h50 e 18h50. Qua.: 14h10. 66 lugares.

Sala 6: Bradesco Prime: **Solteira Quase Surtando**, sex. a ter.: 17h50. Qua.: 14h15. **O Melhor Está por Vir**, leg., sex. a ter.: 19h50. **Jojo Rabbit**, leg., sex. a ter.: 15h30. 80 lugares.

Jardim Sul UCI

Av. Giovanni Gronchi, 5.819, Vila Andrade, região oeste, tel. 2164-7711. R$ 28 a R$ 39 (3D: R$ 35 a R$ 44). ucicinemas.com.br.

Sala 2: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h40 e 20h20. **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 18h. 160 lugares.

Sala 3: **Terremoto**, dub., sex. a qua.: 20h45. **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 18h35. **Aprendiz de Espiã**, dub., sex. a qua.: 16h05. 186 lugares.

Sala 5: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 16h e 18h30. **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 21h. 219 lugares.

Sala 7: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h30, 18h10 e 20h50. 169 lugares.

Sala 8: **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 16h35 e 19h30. 160 lugares.

Sala 10: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 15h35, 18h15 e 20h55. 184 lugares.

Lapa Centerplex

R. Catão, 72, 4º piso, Vila Romana, região oeste, tel. 4063-7693. R$ 12,50 a R$ 25 (3D: R$ 15 a R$ 30). centerplex.com.br.

Sala 1: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 17h10. **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 19h30. 153 lugares.

Raposo Shopping Cinemark

Rod. Raposo Tavares, s/ nº, km 14,5, Jardim Boa Vista, região oeste, tel. 5180-3295. R$ 21 a R$ 29 (3D: R$ 25 a R$ 36). cinemark.com.br.

Sala 1: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h. **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 17h05 e 19h40. 110 lugares.

Sala 2: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 20h20. **Dolittle**, dub., sex. a qua.: 15h40. **Aprendiz de Espiã**, dub., sex. a qua.: 18h. 110 lugares.

Sala 3: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 18h35 e 20h30. **Jumanji: Próxima Fase**, dub., sex. a qua.: 16h. 110 lugares.

Sala 4: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 19h50. 279 lugares.

Sala 5: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 15h20, 17h40 e 20h. 279 lugares.

Sala 6: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h15 e 19h30. 279 lugares.

Sala 7: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h30 e 17h50. **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, dub., sex. a qua.: 20h. 279 lugares.

West Plaza Cinemark

Av. Antártica, s/ nº, bl. B, Água Branca, região oeste, tel. 5180-3428. R$ 24 a R$ 63 (3D: R$ 28 a R$ 69). cinemark.com.br.

Sala 1: Prime: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. e seg. a qua.: 15h15, 17h40 e 20h. Sáb. e dom.: 15h25, 17h40 e 19h55. 116 lugares.

Sala 2: Prime: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 17h50. **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 15h15., leg., sex. a qua.: 19h45. 116 lugares.

Sala 3: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 16h35, 18h30 e 20h25. 135 lugares.

Sala 4: **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 20h20. **Jumanji: Próxima Fase**, dub., sex. a qua.: 17h45. **Dolittle**, dub., sex. a qua.: 15h30. 135 lugares.

Sala 5: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 16h55 e 19h15. 203 lugares.

Sala 6: D-Box: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 19h. 218 lugares.

Sala 7: D-Box/XD: **Terremoto**, dub., sex. a qua.: 17h35. **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h25. **Bloodshot**, leg., sex. a qua.: 19h55. 305 lugares.

BARUERI

Cinépolis Iguatemi Alphaville

Al. Rio Negro, 111, 4º piso, Alphaville Centro Industrial e Empresarial/Alphaville., Barueri, tel. 4195-1241. R$ 29 a R$ 80 (3D: R$ 36 a R$ 83). cinepolis.com.br.

Sala 1: **Terremoto**, leg., sex. e seg. a qua.: 15h30. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 18h. **Doce Entardecer na Toscana**, leg., sex. e seg. a qua.: 20h30. Sáb. e dom.: 15h30. **Bloodshot**, leg., sáb. e dom.: 20h30. 126 lugares.

Sala 4: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h45, 18h15 e 20h45. 174 lugares.

Sala 5: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h, 17h15, 19h20 e 21h30. 174 lugares.

Sala 8: VIP: **Parasita**, leg., sex. a qua.: 15h30. **O Oficial e o Espião**, leg., sex. a qua.: 18h30. **Luta por Justiça**, leg., sex. a qua.: 21h30. 69 lugares.

cinema

Cinépolis Parque Barueri

R. Gen. de Divisão de Pedro Rodrigues da Silva, 400, Aldeia, Barueri, tel. 4191-4625. R$ 26 a R$ 35 (3D: R$ 31 a R$ 39). cinepolis.com.br.

Sala 2: VIP: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 16h, 18h15 e 20h30. 114 lugares.

Sala 7: **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 22h. **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h20 e 19h40. 198 lugares.

Sala 8: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 16h30, 18h50 e 21h15. 145 lugares.

Sala 9: **Terremoto**, dub., sex. a qua.: 19h55. **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h30. **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 22h15. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 17h40. 154 lugares.

Tamboré Cinemark

Av. Piracema, 669, Tamboré, Barueri, tel. 5180-3420. R$ 21 a R$ 27 (3D: R$ 25 a R$ 34). cinemark.com.br.

Sala 1: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 16h, 18h e 20h. 179 lugares.

Sala 2: **Sonic - O Filme**, dub., sex. e seg. a qua.: 15h e 17h10. Sáb. e dom.: 15h50, 18h e 20h10. **Parasita**, leg., sex. e seg. a qua.: 19h30. 238 lugares.

Sala 3: XD: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 15h20, 17h40 e 20h05. 236 lugares.

Sala 4: Premier: **O Homem Invisível**, leg., sex. a qua.: 17h05 e 19h40. 99 lugares.

Sala 5: **A Maldição do Espelho**, dub., sex., dom. e ter.: 20h30. Sáb., seg. e qua.: 18h10 e 20h10. **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, dub., sex., dom. e ter.: 18h10. **Aprendiz de Espiã**, dub., sex. a qua.: 16h. 145 lugares.

Sala 6: **Terremoto**, dub., sex. a qua.: 18h05. **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 20h25. **Jumanji: Próxima Fase**, dub., sex. a qua.: 15h25. 130 lugares.

Sala 7: **Vou Nadar Até Você**, sex. a qua.: 19h. 129 lugares.

Sala 8: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 18h40. 239 lugares.

Sala 9: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h30, 17h45 e 20h. 268 lugares.

CARAPICUÍBA

Cinépolis Plaza Shopping Carapicuíba

Estr. Ernestina Vieira, 149, 3º piso, Vila Silviânia, Carapicuíba, tel. 4167-4814. R$ 17 a R$ 25 (3D: R$ 21 e R$ 29). cinepolis.com.br.

Sala 1: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 16h, 18h, 20h10 e 22h10. 183 lugares.

Sala 4: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, 3D dub., sex. a qua.: 17h10. **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 19h25 e 21h45. 267 lugares.

Sala 5: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 15h10, 17h30, 19h50 e 22h15. 183 lugares.

COTIA

Cineflix The Square Granja Vianna

Rod. Raposo Tavares, s/ nº, km 22,5, Lageadinho, Cotia, tel. 2898-9625. R$ 10 a R$ 34 (3D: R$ 13 a R$ 36). cineflix.com.br.

Sala 1: Imax: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 16h20. **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, leg., sex. a qua.: 18h40 e 21h10. 396 lugares.

Sala 2: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 18h30 e 21h., leg., sex. a qua.: 16h. 221 lugares.

Sala 3: **Terremoto**, dub., sex. a qua.: 20h30. **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 16h10 e 18h20. 139 lugares.

Sala 4: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 18h15 e 20h25. **Aprendiz de Espiã**, dub., sex. a qua.: 16h05. 221 lugares.

Sala 5: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 16h35 e 20h45. **Aprendiz de Espiã**, dub., sex. a qua.: 18h35. 139 lugares.

Sala 6: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 16h50 e 18h50. **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 20h50. 125 lugares.

Granja Vianna Cinemark

Rod. Raposo Tavares, 23.600, km. 23, Granja Viana, Cotia, tel. 5180-3296. R$ 21 a R$ 27 (3D: R$ 25 a R$ 34). cinemark.com.br.

Sala 1: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h e 17h20. **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 19h40. 236 lugares.

Sala 2: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h30 e 19h50. 237 lugares.

Sala 3: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h35 e 20h. 251 lugares.

Sala 4: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 18h20 e 20h20. **Aprendiz de Espiã**, dub., sex. a qua.: 16h. 181 lugares.

Sala 5: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 18h40. 187 lugares.

DIADEMA

Diadema Centerplex

Av. Afonso Monteiro da Cruz, 1.150, Serraria, Diadema, s/ tel. R$ 12,50 a R$ 30 (3D: R$ 14,50 a R$ 36). centerplex.com.br.

Sala 1: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 19h40. **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 17h45. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h30. 128 lugares.

Sala 2: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h. **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 17h e 19h20. 128 lugares.

Praça da Moça Playarte

R. Manoel da Nóbrega, 712, Centro, Diadema, tel. 4044-5573. R$ 26 a R$ 30 (3D: R$ 30 a R$ 36). playarte.com.br.

Sala 1: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h20 e 19h30. 391 lugares.

Sala 5: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 16h20. **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 18h20. 211 lugares.

Sala 6: **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 17h40. **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 19h40. **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, dub., sex. a qua.: 15h20. 252 lugares.

Sala 7: **Terremoto**, dub., sex. a qua.: 19h20. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h e 17h10. 261 lugares.

GUARULHOS

Cinépolis Parque Shopping Maia

Av. Bartholomeu de Carlos, 230, Jardim Flor da Montanha, Guarulhos, tel. 2485-1077. R$ 21 a R$ 53 (3D: R$ 28 a R$ 57). cinepolis.com.br.

Sala 1: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 16h, 18h30 e 21h. 213 lugares.

Sala 4: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h e 17h15. **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 19h40. **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 21h45. 217 lugares.

Sala 5: 4DX: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, 3D dub., sex. a qua.: 15h20. **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 17h45 e 20h20. 192 lugares.

Sala 7: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 16h45, 19h e 21h15. 141 lugares.

Sala 11: VIP: **O Homem Invisível**, leg., sex. a qua.: 15h10 e 20h50. **Bloodshot**, leg., sex. a qua.: 18h15. 63 lugares.

Circuito Guarulhos

Estr. Pres. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 5.308, Jardim Albertina, Guarulhos, tel. 2486-3339. R$ 20 a R$ 24 (3D: R$ 24 a R$ 30). shoppingbonsucesso.com.br.

Sala 1: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 18h45 e 21h15. **Aprendiz de Espiã**, dub., sex. a qua.: 16h30. 181 lugares.

Sala 2: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 17h e 19h15. **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 21h30. 178 lugares.

Sala 3: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 16h10 e 18h30. **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, dub., sex. a qua.: 20h50. 178 lugares.

Sala 4: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 16h40, 19h e 21h20. 178 lugares.

Sala 5: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 17h30, 19h30 e 21h40. 167 lugares.

Sala 6: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 16h, 18h, 20h e 22h. 168 lugares.

Internacional Guarulhos Cinemark

Rod. Pres. Dutra, s/ nº, saída km 225, Porto da Igreja, Guarulhos, tel. 5180-3427. R$ 11 a R$ 56 (3D: R$ 13 a R$ 60). cinemark.com.br.

Sala 1: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h10. **Bad Boys para Sempre**, dub., sex. a qua.: 17h05 e 19h45. 250 lugares.

Sala 2: **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 16h30 e 19h15. 365 lugares.

Sala 3: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 18h30 e 20h30. **Aprendiz de Espiã**, dub., sex. a qua.: 16h10. 266 lugares.

Sala 4: D-Box/XD: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h30 e 20h. 306 lugares.

Sala 5: D-Box: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h10 e 19h20. 391 lugares.

Sala 6: **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 18h10 e 20h20. **Jumanji: Próxima Fase**, dub., sex. a qua.: 15h30. 412 lugares.

Sala 7: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h30, 17h45 e 20h. 406 lugares.

Sala 8: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 15h10, 17h35 e 20h. 176 lugares.

Sala 9: **O Melhor Verão das Nossas Vidas**, sex. a qua.: 19h30. 206 lugares.

Sala 10: **Os Parças 2**, sex. a qua.: 19h15. 206 lugares.

Sala 11: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 18h30. 205 lugares.

Sala 12: **Terremoto**, dub., sex. a qua.: 17h30 e 20h. **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 15h20. 205 lugares.

Sala 13: **Dolittle**, dub., sex. a qua.: 15h10. **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, dub., sex. a qua.: 17h30 e 20h. 205 lugares.

Sala 14: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 16h20 e 18h45. 206 lugares.

Sala 15: **Vou Nadar Até Você**, sex. a qua.: 19h. 188 lugares.

ITAPEVI

Centerplex Itapevi Center

Rod. Eng. Renê Benedito da Silva, 200, Conjunto Habitacional - Setor D, Itapevi, tel. 4063-5967. R$ 14 a R$ 32 (3D: R$ 16 a R$ 36). centerplex.com.br.

Sala 1: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.:

17h45. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h30. **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 19h40. 129 lugares.

ITAQUAQUECETUBA

Cinépolis Itaquá Garden Shopping

R. do Mandi, 1.205, Jardim Adriane, Itaquaquecetuba, tel. 2397-0093. R$ 21 a R$ 24 (3D: R$ 23 e R$ 26). cinepolis.com.br.

Sala 2: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h30, 18h15 e 20h30. 185 lugares.

Sala 3: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h. **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 19h15. **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 17h e 21h. 204 lugares.

Sala 4: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 16h, 18h e 20h. 150 lugares.

MOGI DAS CRUZES

Mogi das Cruzes Cinemark

Av. Ver.Narciso Yague Guimarães, 1.001, Jardim Armênia, Mogi das Cruzes, tel. 5180-3553. R$ 22 a R$ 39 (3D: R$ 27 a R$ 44). cinemark.com.br.

Sala 1: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h e 17h10. **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 19h30. 200 lugares.

Sala 2: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 15h30 e 17h55. **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 20h30. 200 lugares.

Sala 3: **Jumanji: Próxima Fase**, dub., sex. a qua.: 16h. **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, dub., sex. a qua.: 19h. 200 lugares.

Sala 4: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 19h15. 176 lugares.

Sala 5: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 15h20, 17h40 e 20h. 383 lugares.

Sala 6: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h30, 17h45 e 20h. 351 lugares.

Sala 7: VIP: **O Homem Invisível**, leg., sex. a qua.: 17h15 e 19h50. 79 lugares.

OSASCO

Cinesercla Osasco Plaza

R. Antônio Agu, 300, Centro, Osasco, tel. 4624-5088. R$ 10 a R$ 22 (3D: R$ 11 a R$ 24). cinesercla.com.br.

Sala 2: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 16h50 e 18h50. **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 20h50. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 14h50. 135 lugares.

Sala 3: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 16h20, 18h30 e 20h40. 150 lugares.

SANTO ANDRÉ

Atrium Shopping Cinemark

R. Giovanni Battista Pirelli, 155, Vila Homero Thon, Santo André, tel. 5180-3292. R$ 23 a R$ 34 (3D: R$ 28 a R$ 34). cinemark.com.br.

Sala 1: XD: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h20 e 19h40. 409 lugares.

Sala 2: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h20, 17h35 e 19h50. 240 lugares.

Sala 3: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h40, 17h50 e 20h10. 240 lugares.

Sala 4: **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 15h05. **O Homem Invisível**, leg., sex. a qua.: 17h05 e 19h45. 226 lugares.

Sala 5: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 16h e 20h20. **Aprendiz de Espiã**, dub., sex. a qua.: 18h. 214 lugares.

Sala 6: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h50 e 18h05. **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, dub., sex. a qua.: 20h05. 199 lugares.

Sala 7: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 20h. 199 lugares.

Grand Plaza Cinemark

Av. Industrial, 600, Jardim, Santo André, tel. 5180-3416. R$ 24 a R$ 29 (3D: R$ 28 a R$ 33). cinemark.com.br.

Sala 1: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 18h30. 266 lugares.

Sala 2: **Dolittle**, dub., sex. a qua.: 17h50 e 20h10. **Aprendiz de Espiã**, dub., sex. a qua.: 15h35. 165 lugares.

Sala 3: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 16h, 18h e 19h55. 165 lugares.

Sala 4: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 16h50. 221 lugares.

Sala 5: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h30 e 20h. 221 lugares.

Sala 6: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h05. **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 17h10 e 19h50. 221 lugares.

Sala 7: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h20 e 19h40. 221 lugares.

Sala 8: **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 18h15 e 20h15. **Jumanji: Próxima Fase**, dub., sex. a qua.: 15h40. 165 lugares.

Sala 9: **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, dub., sex. a qua.: 15h25, 17h45 e 20h05. 165 lugares.

Sala 10: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h15, 17h25 e 19h35. 221 lugares.

Shopping ABC Playarte

Av. Pereira Barreto, 42, Paraíso, Santo André, tel. 5053-6936. R$ 28 a R$ 36 (3D: R$ 32 a R$ 40). playarte.com.br.

Sala 1: **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 19h20. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h e 17h10. 158 lugares.

Sala 2: **Parasita**, leg., sex. a qua.: 16h10. **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 19h. 158 lugares.

Sala 3: **Terremoto**, dub., sex. a qua.: 15h20. **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 17h40. **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, dub., sex. a qua.: 19h50. 158 lugares.

SUZANO

Suzano Centerplex

R. Sete de Setembro, 555, arco 99, Parque Suzano, Suzano, tel. 4063-7172. R$ 14 a R$ 28 (3D: R$ 16 a R$ 32). centerplex.com.br.

Sala 4: **Terremoto**, dub., sex. a qua.: 17h10. **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h. **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 19h30. 174 lugares.

Sala 5: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 19h45. **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h15. **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 17h30. 174 lugares.

SÃO BERNARDO DO CAMPO

Cinépolis São Bernardo Plaza

Av. Rotary, 624, Centro, São Bernardo do Campo, tel. 4128-2209. R$ 20 a R$ 49 (3D: R$ 22 a R$ 49). cinepolis.com.br.

Sala 2: 4DX: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, 3D dub., sex. a qua.: 15h30. **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 18h e 20h30. 198 lugares.

Sala 3: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h, 17h30, 19h30 e 21h30. 120 lugares.

Sala 4: **Sonic - O Filme**, dub., sáb. e dom.: 14h. **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 21h45. **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 19h. **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 16h30. 129 lugares.

Sala 5: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 16h, 18h30 e 21h. 129 lugares.

Extra Anchieta Cinemark

R. Garcia Lorca, 301, piso superior, Paulicéia, São Bernardo do Campo, tel. 5180-3423. R$ 20 a R$ 29 (3D: R$ 22 a R$ 33). cinemark.com.br.

Sala 1: **Terremoto**, dub., sex. a qua.: 17h35 e 19h55. **Jumanji: Próxima Fase**, dub., sex. a qua.: 15h. 152 lugares.

Sala 2: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 16h. 154 lugares.

Sala 3: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h35, 17h50 e 20h05. 250 lugares.

Sala 4: **Bloodshot**, dub., sex. a qua.: 15h10, 17h30 e 20h. 317 lugares.

Sala 5: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h30, 17h40 e 19h50. 287 lugares.

Sala 6: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h. **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 16h55 e 19h30. 244 lugares.

Sala 7: **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 15h30 e 17h40. **Bad Boys para Sempre**, dub., sex. a qua.: 19h45. 176 lugares.

Sala 8: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 18h. 118 lugares.

Sala 9: **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 15h50 e 20h10. **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, dub., sex. a qua.: 17h50. 180 lugares.

Golden Square Cinemark

Av. Kennedy, 700, Jardim do Mar, São Bernardo do Campo, tel. 5180-3290. R$ 11 a R$ 37 (3D: R$ 13 a R$ 37). cinemark.com.br.

Sala 1: XD: **Bloodshot**, leg., sex. a qua.: 15h10, 17h35 e 20h. 265 lugares.

Sala 2: **Minha Mãe É uma Peça 3**, sex. a qua.: 18h30. 168 lugares.

Sala 3: **Solteira Quase Surtando**, sex. a qua.: 15h10. **O Homem Invisível**, leg., sex. a qua.: 17h05 e 19h40. 168 lugares.

Sala 4: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 18h. **A Maldição do Espelho**, leg., sex. a qua.: 16h e 20h20. 168 lugares.

Sala 5: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h20 e 19h40. 238 lugares.

Metrópole Playarte

Pça. Samuel Sabatini, 200, Centro, São Bernardo do Campo, tel. 5053-6937. R$ 23 a R$ 35 (3D: R$ 27 a R$ 33). playarte.com.br.

Sala 1: Extreme: **Dois Irmãos - Uma Jornada Fantástica**, dub., sex. a qua.: 15h, 17h10 e 19h20. 316 lugares.

Sala 5: **Maria e João: O Conto das Bruxas**, dub., sex. a qua.: 19h50. **A Maldição do Espelho**, dub., sex. a qua.: 17h40. **Dolittle**, dub., sex. a qua.: 15h10. 151 lugares.

Sala 6: **O Homem Invisível**, dub., sex. a qua.: 16h20 e 19h. 288 lugares.

Sala 7: **Sonic - O Filme**, dub., sex. a qua.: 15h20, 17h30 e 19h40. 288 lugares.

Sala 8: **Terremoto**, dub., sex. a qua.: 18h30. **Parasita**, leg., sex. a qua.: 15h40. 151 lugares.

Sala 9: **Bad Boys para Sempre**, dub., sex. a qua.: 16h50. **Aves de Rapina - Arlequina e Sua Emancipação Fantabulosa**, dub., sex. a qua.: 19h30. 151 lugares.

Bocada's 34
Coladinha ao Capivara, a pizzaria adotou medidas como diminuir a capacidade do salão, reforçar a higiene e lançar opção de delivery e retirada no local Ricardo Ferré/Folhapress

Atenção

As informações sobre as atrações sugeridas nesta semana foram checadas até 18 de março. Em decorrência da pandemia do coronavírus, elas podem sofrer alterações. Confira com os organizadores antes de sair de casa.

Novidades

Bocada's

Coladinha ao Capivara, com quem divide sócios, esta pizzaria também tem clima bem informal, com salão simples. O menu traz oito sugestões de cobertura para as redondas, de inspiração napolitana e tamanho individual, que podem ser pedidas à la carte ou no rodízio (com quatro sabores). O restaurante informa reduziu a capacidade do salão e separou as mesas, que eram compartilhadas, além de reforçou a higiene. Uma novidade desta semana é o delivery, com entrega para a vizinhança e opção de retirada.

R. Dr. Ribeiro de Almeida, 167, Barra Funda, região central, tel. 95177-3061. Qua. a sáb.: 19h30 às 23h30. Dom.: 19h às 23h. $

Benza

★★★☆☆

Vencedor da segunda edição profissional do Masterchef, em 2017, o mineiro Pablo Oazen estreia em São Paulo. Uma sugestão é o capellini de palmito pupunha, que vem com fonduta de queijo malacaxeta e gelatina de mel; à mesa, é finalizado com consomê de cebola com tucupi preta. O espaço reduziu a capacidade de mesas para aumentar a distância entre elas.

R. Costa Carvalho, 72, Pinheiros, região oeste, tel. 3032-7759. 52 lugares. Ter. a qui.: 19h às 23h30. Sex. e sáb.: 19h às 24h. Dom.: 12h30 às 16h30. $$$$ ♿

Cajuí

Segue a linha da nova leva de restaurantes veganos que pipoca na cidade, com ambiente sofisticado, boa carta de drinques e vinhos, pratos criativos e, importante, oferta de jantar. Comandada por Natalia Luglio, a cozinha oferece um menu feito com ingredientes nacionais e orgânicos. Na etapa principal, a dica é o tagliarini de beterraba com fios de pupunha e cenoura ao pesto de panc (plantas alimentícias não convencionais), servido no almoço.

R. Aspicuelta, 202, Vila Madalena, região oeste, s/ tel. 65 pessoas. Ter. a qui.: 12h às 23h. Sex.: 12h às 24h. Sáb.: 10h às 17h e 18h às 24h. Dom.: 10h às 17h. $ ♿

Pratada

Em um galpão com jeito de refeitório, esta casa vegana oferece duas opções de prato por dia. O valor, R$ 26, também dá direito a salada, sobremesa e bebida. Às quintas, por exemplo, as sugestões são estrogonofe de cogumelos ou fritata de mandioca com farinha de babaçu e recheio de creme de limão; nos acompanhamentos, legumes empanados, granola salgada e arroz integral. Agora, também dá para pedir os pratos do dia por delivery, no aplicativo do Rappi (basta selecionar a opção "qualquer coisa" e escrever a desejada), ou encomendar pelas redes sociais e retirar no balcão.

R. Gen. Jardim, 160, V. Buarque, região central, s/ tel. 70 lugares. Seg. a sex.: 11h30 às 15h. $

Outros

By Koji

★★★☆☆

Koji Yokomizo escolheu dois endereços inesperados para abrigar suas cozinhas: o estádio do Morumbi e o hospital Albert Einstein —neste, a cozinha os preceitos da culinária judaica. O menu oferece pratos quentes e petiscos, mas são os sushis e sashimis, de peixes como o atum bluefin, que brilham. A casa adotou medidas como esterilização de utensílios, higienização constante das mesas e mobiliários, distribuição de álcool em gel e espaçamento de 1 m de distância entre as mesas. Além disso, oferece delivery; também dá para pedir por telefone e retirar a comida no balcão.

Av. Albert Einstein, 627, bloco A1, piso I2, Jardim Leonor, região oeste, tel. 2151-7587. 60 lugares. Seg. a dom.: 11h30 às 22h30. Não aceita tíquetes. $$ ♿

Cantina C... Que Sabe!

Aberta desde 1931, a cantina é famosa pelos quadros pendurados no corredor de entrada, com fotos de artistas que já frequentaram o restaurante, e pelos garçons que jogam bandejas (sem nada, é claro) no chão quando toca a tarantela. A casa está operando com um terço da capacidade, para aumentar o

distanciamento entre as mesas.

R. Rui Barbosa, 192, Bela Vista, região central, tel. 3289-2574. 160 lugares. Seg. a qua. e dom.: 12h às 24h. Qui.: 12h à 1h. Sex.: 12h à 1h30. Sáb.: 12h às 2h. Não aceita tíquetes. $$$$

Casa Mônica Dajcz

★★☆☆☆

O restaurante de almoço nasceu como extensão do bufê homônimo. As receitas, assim como o ambiente, são caseiras. São dois menus, um semanal e um fixo. Entre as receitas, há a wok de vegetais com arroz cateto integral, frango grelhado, molho tarê e gergelim. Para finalizar, uma dica é o brownie funcional (feito com farinha de amêndoas, cacau e açúcar demerara) com sorbet de pera. Até esta sexta-feira (20), funciona normalmente.

R. Capistrano de Abreu, 71, Barra Funda, região central, tel. 3873-6581. Seg. a sex.: 12h às 15h. É recomendado fazer reserva p/ 99254-0901. $

Da Marino

★★★☆☆

Nessa casa pilotada pelo chef Rodolfo De Santis (também de Nino Cucina, Forno da Pino e Giulietta, todas na mesma rua), a inspiração vem da culinária mediterrânea. Faz parte da seção Il Crudo a barriga de atum com mascarpone, gema e bottarga. O tentáculo de polvo na brasa é servido com ervido com berinjela assada e pappa al pomodoro.

R. Jerônimo da Veiga, 74, Jardim Europa, região sul, tel. 3368-6863. 63 lugares. Ter. a sáb.: 12h às 15h e 19h às 24h. Dom.: 12h às 17h. $$$

Deigo

Fica escondido numa viela este restaurante com cara de bar, aberto em 1974 e cujos donos são de Okinawa, no sul do Japão. Ali é possível experimentar, no balcão ou nas mesas, o sobá preparado à moda okinawana, com macarrão de trigo, carne de porco ensopada, ovo, bolinho de peixe e gengibre rosa em conserva, ou o tebichi, joelho de porco cozido, que vem à mesa macio e com gordura saborosa.

Pça. Almeida Jr., 25, Liberdade, região central, tel. 3207-0317. 40 lugares. Seg. a sáb.: 18h às 23h. Não aceita cartões. Não aceita tíquetes. $

Empório Ravioli

★★★☆☆

A tratoria tem salão com janelões e garrafas de vidro que servem de candelabro. O cardápio do chef Roberto Ravioli lista polentas, como a com ragu de calabresa, massas, a exemplo do raviôli de mozarela de búfala e molho à escolha, e carnes. A tripa à Toscana defumada é uma das especialidades da casa. O espaço informa que fecha para o jantar por conta do coronavírus, além de ter reforçado as medidas de higienização

R. Fidêncio Ramos, 18, Vila Olímpia, região sul, tel. 3849.2943. 145 lugares. Seg. a sáb.: 12h às 16h. Dom.: 12h às 17h. $$

Oliva

★★☆☆☆

Dedicado aos sabores do Mediterrâneo, serve, para começar, itens como a bruschetta de tomate. O medalhão ao molho de mostarda e o badejo ao molho de cogumelos com purê de mandioquinha são algumas das receitas da casa.

Av. Nova Independência, 98, Brooklin Paulista, região sul, tel. 5505-4755. Seg.: 12h às 15h. Ter. a sex.: 12h às 15h e 19h às 23h30. Sáb.: 12h às 23h30. $$

Salt ZN

A casa tem salão amplo, pizzas ao estilo napolitano (individuais), drinques, petiscos e um sócio famoso: Felipe Prior, do Big Brother Brasil 20. Para comer, a dica é a redonda com presunto cru, molho de tomate e burrata. Diminuiu a capacidade do salão e oferece delivery via iFood e Rappi.

R. Augusto Tolle, 135, Santana, região norte, tel. 2959-2070. Ter. a qui.: 18h às 23h30. Sex. e sáb.: 18h à 0h30. Dom.: 18h às 23h. $

cruzadas

www.coquetel.com.br

Às vezes, engana (dito)

Unidade de conservação ambiental como a Pedra Branca (RJ)

Em (?): em teoria

Obstruir; embaraçar

Papai, em inglês

Patrão; senhor

Luta; briga

Alvo de campanhas do Unicef

Condição daquilo que é verdadeiro

Adestrada; treinada

A parte mais alta da montanha

Pronunciar em voz alta e clara

Letra que antecede o cifrão no real

(?) Gardner, atriz

Abertura; fenda

Emissora estatal italiana (sigla)

Arma típica dos nativos da Austrália

Ave de lagos

Estou ciente

Manganês (símbolo)

(?) jurídico: permite estar amparado pela lei

Haste da pena das aves (Zool.)

Móveis sobre os quais se come

Criar; produzir

Fogueira crematória

Código da Rússia, na internet

As letras da composição gráfica

Joana d'(?), heroína francesa

Gênero teatral de "Romeu e Julieta"

A sobra da conta de divisão (Mat.)

Árvore do cerrado

(?) Chagall, pintor

Principal pronome relativo

É marcada pela aparição do cuco

Intransitivo (abrev.)

Que não nos pertence (coisa)

Nélson Dantas, ator

Nascido fora do casamento (desus.)

Substância como a anilina

BANCO 3/arc — dad. 4/marc. 5/raque — tipos. 7/refrega. 10/bumerangue.

37

Solução

INCLUI AUDIOLIVRO EM INGLÊS

COLEÇÃO FOLHA

Contos e Fábulas Bilíngues

Assinante, na compra da coleção completa, ganhe 4 livros, o frete e o prazer de ver seu filho lendo em inglês.

30 clássicos da literatura infantil em edição bilíngue para ler e ouvir. Livros ilustrados e com capa dura para incentivar o hábito da leitura em dois idiomas (inglês e português) de maneira lúdica e divertida. Cada volume dá acesso ao audiolivro em inglês e ao ebook, para baixar e reproduzir em smartphones, tablets ou computadores. Para crianças de 3 a 8 anos!

PEÇA JÁ A SUA COLEÇÃO COMPLETA, GANHE 4 LIVROS, O FRETE E AINDA PAGUE EM ATÉ 10X NO CARTÃO*.

Ligue **(11) 3224 3090** (Grande São Paulo) ou **0800 775 8080** (outras localidades).

folha.com.br/contosbilingues

FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER.

*Preço e frete válidos para os Estados de SP, RJ, MG e PR. Para outras localidades, consulte folha.com.br/contosbilingues. Confira as datas de entrega no site. Promoção válida na compra da coleção completa. Condição de parcelamento válida apenas no cartão de crédito.

Não dá pra não ir.

COMUNICADO

ATIVIDADES TEMPORARIAMENTE SUSPENSAS

Atentos às orientações das autoridades para conter a pandemia do Covid-19, o Teatro Folha teve suas atividades temporariamente suspensas a partir de 18 de março de 2020.

Retomaremos com nossa programação **dia 20 de maio de 2020**, data que poderá ser prorrogada caso necessário.

Caso você tenha adquirido ingressos para algum espetáculo desse período, favor entrar em contato pelo telefone (11) 3823-2323 das 12h às 20h, para restituição ou troca.

Esperamos retornar em breve e compensar essa pausa com muita diversão e arte.

Equipe Teatro Folha

Shopping Pátio Higienópolis
Av. Higienópolis, 618 - Terraço

Televendas: 3823-2737
Vendas online: teatrofolha.com.br
Vendas para grupos: 3104-4885 h.c.

/TeatroFolha @teatro.folha

***Valor do ingresso variável de acordo com a sessão, meia-entrada e demais descontos.**
Consulte a bilheteria.
Alvará Corpo de Bombeiros - Validade 18/01/2021
e Alvará Municipal - processo 2014-01.130.552-7

Apoio

Patrocínio

Realização